



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
LÍNGUA E CULTURA**



**CEZAR ALEXANDRE NERI SANTOS**

**A TOPONÍMIA EM SERGIPE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE**

Salvador

2019

**CEZAR ALEXANDRE NERI SANTOS**

**A TOPONÍMIA EM SERGIPE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA) como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Soares Costa Ribeiro.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Marques Telles.

Salvador

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santos, Cezar Alexandre Neri  
A Toponímia em Sergipe: descrição e análise / Cezar  
Alexandre Neri Santos. -- Salvador, 2019.  
348 f. : il

Orientadora: Silvana Soares Costa Ribeiro.  
Coorientadora: Célia Marques Telles.  
Tese (Doutorado - Língua e Cultura) -- Universidade  
Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2019.

1. Toponímia. 2. Onomástica. 3. Núcleos de  
povoamento. 4. Nomes geográficos . 5. Sergipe. I.  
Ribeiro, Silvana Soares Costa. II. Telles, Célia  
Marques. III. Título.

## **Banca Examinadora**

**CEZAR ALEXANDRE NERI SANTOS**

### **A TOPONÍMIA EM SERGIPE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA) como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Aprovada em 12 de março de 2019.

**Silvana Soares Costa Ribeiro** – Orientadora

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia  
Professora Associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Célia Marques Telles** – Coorientadora

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo  
Professora Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Jacyra Andrade Mota** – Examinadora Interna

Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Professora Associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Antonia Vieira dos Santos** – Examinadora Interna

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia  
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Ricardo Tupiniquim Ramos** – Examinador Externo

Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia  
Professor Assistente da Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

**Celina Márcia de Souza Abbade** – Examinadora Externa

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia  
Professora Plena da Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Aos meus:  
Genize e Acrísio Cezar;  
Maria Cecília e Acrísio Daniel;  
Cecília e Victória;  
Shênia e meu anjo Benício.

*Meu papagaio das asas douradas  
Quem tem namorada brinca  
Meu papagaio  
Quem não tem brinca sem nada  
Meu Papagaio  
Meu papagaio não tem asas não tem bico  
Em outras terras eu não fico  
Meu papagaio  
Minha terra é Sergipe  
Meu papagaio  
Se essa rua fosse minha  
Meu papagaio  
Eu mandava ladrilhar  
Meu papagaio  
Com pedrinhas de brilhantes  
Meu papagaio  
Pro meu amor passear  
Meu papagaio (Autoria desconhecida\*).*

\*Credita-se esse cancionero popular como parte do repertório do Grupo folclórico de Bacarmateiros do povoado Aguada, em Carmópolis-SE.

## AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer após esses quatro anos de estudos e vivências, daí o alongar desta seção.

Inicialmente, agradeço ao Pai Celeste pelo dom da Vida, pela possibilidade de acordar toda manhã na busca por conhecimento e sabedoria!

Agradeço ao Povo brasileiro, em nome da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por ter me proporcionado licença integral para capacitação. Estar afastado das atividades laborais não foi importante apenas no plano acadêmico-profissional, mas também no plano pessoal. Agradeço, em especial, por ter me permitido acompanhar a primeira infância de meu filho Benício. Assim, retorno ao meu *campus* como um professor-pesquisador renovado, desejoso que essa renovação possa ser refletida em minha atuação sociopolítica, como docente e como cidadão, na luta e pela defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Se hoje posso defender esta tese, devo muito à minha base familiar. Pelo histórico de sacrifícios e pelos ensinamentos, sei que não há pessoas mais orgulhosas deste título que meus pais, Acrísio Cezar e Genize. Esta última, que foi minha primeira professora, continua a me ensinar diariamente sobre persistência, aperfeiçoamento e Fé. Além deles, quase que em um mesmo nível, dedico este momento a meus avós Acrísio Daniel e Maria Cecília. Orgulho-me de ser neto de um descendente de escravos que migrou em busca de outro destino. Louvo a Deus por poder defender esta tese com ambos neste plano. É uma honra e uma dádiva, pois o legado de vocês criou raízes fortes, meus velhinhos!

O agradecimento a minha esposa é também especial, visto que ninguém conviveu e lutou tanto com este meu sonho quanto ela nos últimos anos. Shênia, obrigado por entender meus momentos de ausência e por me dar a saúde mental necessária para chegar ao fim dessa etapa, cuidando de mim e de nosso pequeno-gigante. Por estar comigo nas vitórias e nos aprendizados há quinze anos, essa vitória é igualmente sua, meu Amor!

Reconheço o valor de duas meninas-mulheres que não carregam apenas um sobrenome em comum, mas um nível de cumplicidade e compreensão mútua que me orgulham bastante da nossa relação fraternal: minhas irmãs, Cecília e Luzia Vitória, obrigado por estarem comigo, minhas Amigas de sangue! Completando esse núcleo familiar, agradeço a duas pessoas: meu tio Sérgio, por ter feito mais do que precisava. Como exímio incentivador e mecenas, me ajudou a escrever minha história, sem o qual seria escrita de outra forma; e ao prof. Dr. Thadeu Vinicius, meu amigo-padrinho-compadre-cunhado! Aos demais parentes que torceram genuinamente por esta vitória, meu muito obrigado!

No plano acadêmico, a concretização deste trabalho tem a intervenção direta de algumas pessoas maravilhosas, presentes de Deus em minha vida. A primeira delas é a eterna Orientadora desta tese, a professora Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (1937-2018). Minha *mãe baiana*, você deixou marcas indeléveis em mim mesmo nos poucos momentos em que pudemos estar juntos! Obrigado por ter acreditado em mim, por termos concluído um ciclo – o Exame de Qualificação – e por me abordar sempre com palavras sábias e gentis! Espero ter a honra de tomar uma umbuzada com a senhora no outro plano!

Quando em luto e na incerteza do porvir deste trabalho, fui agraciado com uma experiência única: o acesso ao profissionalismo e à competência das Orientadoras que comigo concluíram esta etapa, as professoras Silvana Soares Costa Ribeiro e Célia Marques Telles. Elas merecem todos os louros, por terem gerado em mim um grau de comprometimento que eu mesmo desconhecia. Não me esquecerei das lições durante as horas seguidas de orientação na biblioteca do professor Vasco!

Tudo isso começou com a professora Marcela Paim, em 2014/2, quando eu viajava quase dez horas do sertão alagoano a Salvador para assistir às suas aulas como aluno especial, ainda objetivando enveredar pelos estudos dialetológicos. Aliás, o programa de Língua e Cultura e a UFBA em si se tornaram o melhor lugar de aprendizagem onde poderia estar: não apenas pelo alinhamento às pesquisas em Linguística Histórica, mas pelo corpo docente qualificado, com quem pude aprender muito. Destes, cito as professoras Jacyra Mota, cuja sagacidade e leitura cirúrgica sempre me encantaram, e as queridas Alícia Lose e Ariadne Almeida, sempre abertas a diálogos esclarecedores. Como a distância espacial nem sempre permitiu encontros presenciais, agradeço aos técnicos-administrativos do programa – Ricardo, Tiago e Cris – e à então estagiária do Projeto ALiB, Ana Rita, pela disponibilidade em esclarecer dúvidas.

Agradeço à professora Aparecida Negri Isquierdo (UFMS), por tantas interlocuções qualificadas, dentre as quais a mais importante durante o Exame de Qualificação. Agradeço também o aceite e a leitura atenta da banca examinadora de defesa: os professores Antônia Vieira (UFBA), Celina Abbade (UNEB) e Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB) ajudaram sobremaneira a preencher certas lacunas.

Outros docentes também têm sido exemplo e referência para mim e suas leituras atentas e diálogos profícuos durante a escrita me auxiliaram bastante. Cito, com estima, os professores Patrícia Carvalhinhos (USP), Ana Paula Dargel (UEMS), Márcia Macedo (UFAC), Karileilla Andrade (UFT), Cândida Seabra (UFMG), Francisco José Alves (UFS), Raimundo Galvão (UFS), Sandro Marengo (UFS) e Raquel Freitag (UFS).



Dos conterrâneos sergipanos, Everton Clemente teve participação direta nesta tese, que assina a cartografia temática deste trabalho. Sou grato por nossa amizade de 20 anos, *Cabeça!* Dois amigos pesquisadores exerceram o papel de *consultores* quanto à História de Sergipe: o Prof. Dr. Luís Siqueira, que nunca se eximiu de sanar minhas dúvidas, e o prof. Dr. Anderson Pereira, cujas palavras de motivação foram importantes.

Voltar a ser um *aluno* foi maravilhoso e ter de cumprir a longa creditação me aproximou de pessoas especiais. Do Doutorado, fico com Lana Cristina, Álvaro Pereira, Kelly, Ton Israel, Natival, Graciela, Analídia e Ludinalva. Da turma do Mestrado de 2015, quase todos doutorandos atualmente, destaco Graciele Barros, que tem sido uma amiga especial, Angelo e Ingrid, meus tradutores de francês, além dos queridos Jane Kelly, Lorena, Elias e os “não baianos” daquela turma: o grande Danildo, quem espero reencontrar quando for visitá-lo em Guiné-Bissau, e o uruguaio-italiano Sebastian.

Da UFAL-*Campus* do Sertão, onde tenho não apenas um vínculo empregatício, mas também conexões pessoais, agradeço a amizade sincera dos professores Marcos Ricardo, Rodrigo Pereira, Flávio Augusto e Carla Taciane. Um salve a Aruã Lima e a Gabriel Bádue, que estiveram comigo mais de perto nesses anos. Também registro um agradecimento especial ao professor Marcos Sobral, um querido por quem nutro grande apreço e que foi um amigo em momentos ímpares. Do curso de Letras, agradeço a torcida dos/das colegas docentes para que pudesse concluir essa etapa, especialmente à professora Fábria Fulni-ô, com quem debati diversas questões relativa à análise de dados. Também agradeço aos/às alunos/as e aos/às orientandos/as, em especial àqueles que não puderam ter o melhor de mim quando estive focado na escrita deste trabalho.

Quando precisei de informações ou de bibliografias específicas, tive o auxílio de muitas pessoas solícitas, como: Jorgevanio, Tamires, Jucileide, Adalberto Cândido, Cleberson, Ronald, Valdson, Iquiane, Francielle, Nataly, Rosely, Neide, Vanderlei, Nildo e Couco, dentre outras pessoas que posso ter esquecido neste momento. Obrigado por auxiliarem no progresso da Ciência! Os amigos também foram importantes nessa etapa, estivessem eles perto ou longe, dos quais listo alguns: Rosana, Tiago, Tereza, Ellynne, Valdir, Monica e Jaqueline.

Por fim, retomarei o que escrevi nesta mesma seção da Dissertação de Mestrado, em 2012, pois o sentimento é idêntico: “Obrigado aos que, direta ou indiretamente, me incentivaram a buscar este título, fruto de muito suor e causa de muitos sorrisos!”.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa percentual média da evolução no processo de municipalização em Sergipe e no Brasil entre 1890 e 2008, por década.....	34
Tabela 2 – Participação dos estratos linguísticos no <i>corpus</i> toponímico sergipano, considerando a ordem dos constituintes lexicais no signo toponímico	182
Tabela 3 – Estrutura morfológica dos topônimos do <i>corpus</i> .....	191

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa percentual média da evolução político-administrativa em Sergipe e no Brasil entre 1890 e 2008, por década.....	34
Gráfico 2 – Distribuição das aglomerações humanas em Sergipe.....	43
Gráfico 3 – Taxonomias mais produtivas do <i>corpus</i> toponímico humano de Sergipe em valor absoluto.....	113
Gráfico 4 – Distribuição dos hierotopônimos, por seus elementos religiosos.....	130
Gráfico 5 – Distribuição dos estratos linguísticos presentes no <i>corpus</i> .....	188

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cidades sergipanas por Mesorregião, Microrregião e Território de Planejamento.....	39
Quadro 2 – Quantificação e caracterização das aglomerações humanas normais em Sergipe.....	42
Quadro 3 – Grupos indígenas e respectivas famílias linguísticas em Sergipe quando dos primeiros contatos interétnicos.....	47
Quadro 4 – Pesquisas e projetos de (esboços de) atlas toponímicos por estado brasileiro	65
Quadro 5 – Tipologia dos nomes próprios, por Van Langendonck (2007) .....	75
Quadro 6 – Características da motivação de elemento específico do sintagma toponímico.....	75
Quadro 7 – Taxonomias toponímicas propostas por Dick (1990b) .....	83
Quadro 8 – Propostas de subdivisão, de inclusão e de reorganização de taxonomias do modelo taxonômico de Dick (1990b).....	84
Quadro 9 – Ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick (2004) .....	103
Quadro 10 – Ficha lexicográfico-toponímica da pesquisa.....	104
Quadro 11 – Natureza dos campos da ficha lexicográfico-toponímica.....	107
Quadro 12 – Topônimos de naturezas semânticas de ordem física e antropocultural no <i>corpus</i> relacionados por elemento genérico.....	112
Quadro 13 – Fitotopônimos com seus respectivos elementos genéricos e jurisdição municipal.....	115
Quadro 14 – Hierotopônimos, hagiopônimos e mariotopônimos do <i>corpus</i> .....	124
Quadro 15 – Marcas hierotopônicas em taxonomias diversas do <i>corpus</i> .....	126
Quadro 16 – Entidades de natureza religiosa presentes em topônimos de taxonomias diversas do <i>corpus</i> .....	136
Quadro 17 – Hidrotopônimos do <i>corpus</i> , por item de natureza hídrica.....	140
Quadro 18 – Ergotopônimos do <i>corpus</i> , por item ergonímico.....	144
Quadro 19 – Antropotopônimos do <i>corpus</i> , com dados dos referentes antropotoponímicos.....	147
Quadro 20 – Sociotopônimos do <i>corpus</i> com sua respectiva acepção sociotoponímica.....	151

Quadro 21 – Litotopônimos do <i>corpus</i> , por elemento de origem mineral.....	154
Quadro 22 – Animotopônimos do <i>corpus</i> , com respectivo item anímico.....	158
Quadro 23 – Zootopônimos do <i>corpus</i> , por sua classe animal.....	160
Quadro 24 – Poliotopônimos do <i>corpus</i> , com respectivo item poliotoponímico.....	164
Quadro 25 – Ecotopônimos do <i>corpus</i> , com definição de seus itens.....	166
Quadro 26 – Corotopônimos do <i>corpus</i> e seus respectivos referentes.....	168
Quadro 27 – Dirrematopônimos listados no <i>corpus</i> .....	170
Quadro 28 – Taxonomias com menos de dez ocorrências no <i>corpus</i> , com exemplos....	173
Quadro 29 – Taxonomias toponímicas sem ocorrências no <i>corpus</i> .....	178
Quadro 30 – Topônimos do <i>corpus</i> com estruturas morfológicas híbridas.....	192
Quadro 31 – Principais morfemas derivacionais no <i>corpus</i> toponímico.....	193
Quadro 32 – Processos de formação dos gentílicos municipais de Sergipe por topônimos de estrutura morfológica simples.....	198
Quadro 33 – Processos de formação dos gentílicos municipais de Sergipe por topônimos de estrutura morfológica composta.....	200
Quadro 34 – Exemplos de translação toponímica do <i>corpus</i> confirmada.....	204
Quadro 35 – Exemplos de homonímia sem confirmação de translação toponímica.....	208
Quadro 36 – Presença de elementos de natureza religiosa em mudanças toponímicas em Sergipe após a municipalização da localidade.....	216
Quadro 37 – Mudanças toponímicas ocorridas após a emancipação municipal de cada localidade, considerando a extensão dos topônimos antigo e novo.....	221
Quadro 38 – Processos de mudança toponímica em Sergipe com manutenção do significado dos signos linguísticos.....	223
Quadro 39 – – Inventário de signos toponímicos de municípios sergipanos em sincronias diversas.....	227
Quadro 40 – Processos de mudança ortográfica em topônimos municipais sergipanos por força do Formulário Ortográfico de 1943.....	228
Quadro 41 – Preservação de elementos formantes de topônimo(s) anterior(es) nas mudanças de nomes dos municípios de Sergipe.....	230

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição espacial dos oito Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe.....	40
Figura 2 – O triângulo semântico de Ogden e Richards.....	92
Figura 3 – Referência e Onomástica.....	93
Figura 4 – Fitotopônimos de núcleos de povoamento em Sergipe.....	119
Figura 5 – Diagrama tipológico dos hierotopônimos.....	121
Figura 6 – Distribuição espacial de topônimos com elementos religiosos em Sergipe.....	129
Figura 7 – Distribuição espacial de geomorfotopônimos do <i>corpus</i> .....	138
Figura 8 – Distribuição espacial dos hidrotopônimos do <i>corpus</i> .....	142
Figura 9 – Distribuição espacial dos litotopônimos do <i>corpus</i> .....	157
Figura 10 – Distribuição espacial dos zootopônimos do <i>corpus</i> .....	163
Figura 11 – Topônimos municipais de Sergipe por sua origem linguística.....	189
Figura 12 – Exemplos de confirmação de processos de translação toponímica em Sergipe.....	203
Figura 13 – Casos de homonímia entre nomes de localidades e de cursos d'água em Sergipe que não configuram translação toponímica.....	207

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABL</b>	Academia Brasileira de Letras
<b>Adj</b>	Adjetivo
<b>ALiB</b>	Atlas Linguístico do Brasil
<b>ATB</b>	Atlas Toponímico do Brasil
<b>CL</b>	Consoante de ligação
<b>CLBS</b>	Cadastro de localidades brasileiras selecionadas
<b>CRNG</b>	Centro de Referência em Nomes Geográficos
<b>CRQ</b>	Comunidades Remanescentes Quilombolas
<b>Det</b>	Determinante
<b>DPLPng</b>	Divisão dos Países de Língua Portuguesa em Nomes Geográficos
<b>GPNG</b>	Grupo de Peritos em Nomes Geográficos
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IHGB</b>	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
<b>LB</b>	Língua Banto
<b>LT</b>	Língua Tupi
<b>LP</b>	Língua Portuguesa
<b>N</b>	Nome
<b>NP</b>	Nome próprio
<b>Num</b>	Numeral
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PB</b>	Português brasileiro
<b>pl</b>	Plural
<b>Prep</b>	Preposição
<b>s</b>	Singular
<b>SEMARH</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
<b>SEPLAG</b>	Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão
<b>SN</b>	Sintagma nominal
<b>UNGEGN</b>	<i>United Nations Group of Experts on Geographical Names</i>
<b>Vb, V</b>	Verbo
<b>VL</b>	Vogal de ligação
<b>VT</b>	Vogal temática

## RESUMO

Esta Tese de Doutorado descreve e analisa os nomes de 464 núcleos de povoamento de Sergipe, de modo a identificar elementos etnolinguísticos, linguísticos e sócio-históricos próprios deste estado por meio da nomenclatura geográfica de cidades, povoados e outros aglomerados urbanos e rurais, compreendendo que os nomes próprios de lugares apresentam-se como receptáculos linguísticos e extralinguísticos da simbiose entre sociedade e natureza e podem retratar aspectos diversos dos grupos denominadores locais. Os topônimos foram coletados em uma base de dados oficial que compõem o Cadastro de Localidades brasileiras selecionadas (IBGE, 201-), codificado pela descrição de dados gramaticais, semântico-etimológicos e enciclopédicos dessa nomenclatura geográfica. Tomados sob os postulados teórico-metodológicos da Onomástica e da Toponímia, este estudo alinha-se aos procedimentos de codificação e análise propostos por Dick (1990a, 1990b, 2004, 2007). Dentre os elementos tratados a partir dos signos toponímicos, destacam-se sua origem linguística, estrutura morfológica e motivação semântica, bem como processos de mudança toponímica. Como resultados da pesquisa, os dados de Sergipe confirmam os argumentos apresentados pelos estudos toponímicos do Brasil quanto ao aspecto etnolinguístico: há uma maciça toponímia em língua portuguesa, seguido por nomes de origem tupi e uma tímida parcela de nomes africanos. O tratamento quali-quantitativo do *corpus* permitiu verificar tendências onomásticas de natureza física e antropocultural. No primeiro grupo, avultam a motivação toponímica de natureza geomorfológica, hidrográfica e por elementos da vegetação local, sendo esta última a taxonomia mais produtiva do *corpus*, com 19%. Dentre as taxonomias de natureza antropocultural, provavelmente pelo caráter majoritariamente rural dos topônimos selecionados, avultam os ergotopônimos, que imprimem utensílios da cultura material, os sociotopônimos, que ressaltam o aspecto coletivo das aglomerações humanas descritas, e os nomes de ordem religiosa, notadamente de entidades sagradas católicas, além da memorialização de personalidades de valores sociopolíticos diversos, especialmente referentes a homens e a fatos da historiografia local ou nacional. Os dados georreferenciados permitiram a descrição cartográfica de alguns dados, dos quais se destaca o debate acerca dos exemplos de translação toponímica – *shift-names* (STEWART, 1954). Os processos de mudança toponímica referentes às cidades de Sergipe também permitiram descrever fatores condicionantes dessas alterações e listar aspectos gramaticais, semânticos e sócio-históricos de diferentes sincronias. Como Apêndices, apresentamos a codificação dos dados, quer em quadros, para os topônimos de aglomerações subordinadas aos municípios (povoados, vilas, projetos de assentamentos), quer em fichas lexicográfico-toponímicas (DICK, 2004) para a nomenclatura dos municípios. Assim, pela filiação epistemológica e pelo tratamento analítico deste estudo, esta tese finca as bases para a constituição futura do Atlas Toponímico de Sergipe.

**Palavras-chave:** Toponímia. Onomástica. Núcleos de povoamento. Nomes geográficos. Sergipe.



## ABSTRACT

This PhD thesis describes and analyzes 464 settlements names in Sergipe in order to identify ethnolinguistic, linguistic and socio-historical elements of this Brazilian state through its urban and rural placenames, comprising that toponyms constitute linguistic and extralinguistic receptacles of society-nature symbiosis and can outline some denominators' aspects. The toponyms were collected in an official database that compose the Cadastro de localidades brasileiras selecionadas – CLBS (IBGE, 201-) and codified by the description of grammatical, semantic-etymological and encyclopedic data. Taken under the theoretical and methodological postulates of Onomastics and Toponomastics, this study is in line with the coding and analysis procedures proposed by Dick (1990a, 1990b, 2004, 2007). Among the elements treated from the toponymic signs, their linguistic origin, morphological structure, and semantic motivation, as well as toponymic change processes stand out. Research results obtained confirm the arguments presented by the toponymic studies of Brazil on the ethnolinguistic aspect: there is a massive toponymy in the Portuguese language, followed by Tupi names and a minimal portion of African names. The qualitative and quantitative treatment of the *corpus* allowed to verify onomastic tendencies of physical and anthropocultural natures. In the first group, the toponymic motivation highlights geomorphological, hydrographic, and local vegetation elements. The latter, with 19%, is the most productive taxonomy of the whole *corpus*. Among the taxonomies of anthropocultural nature, probably due to the predominantly rural nature of the selected toponyms, there are the *ergotopônimos*, which print material culture tools, the *sociotopônimos*, which emphasize the collective aspect of the human agglomerations, and the religious names, as well as the memorialization of personalities of diverse sociopolitical range, especially referring to men and facts related to local or national history. The georeferenced data allowed the cartographic description, of which the debate about shift-names (Stewart, 1954) examples is highlighted. The toponymic changes related to the cities of Sergipe also allowed to describe conditioning factors of these processes and to list grammatical, semantic, and socio-historical aspects of different synchrony. As Appendices, we present the codification of the data, either in tables, for the toponyms of agglomerations subordinated to the municipalities (villages, villages, settlement projects), or in lexicographical-toponymic fichas (DICK, 2004) for municipal nomenclature. Thus, by the epistemological affiliation and its analytical treatment, this thesis establishes the bases for the future constitution of the *Toponymic Atlas of Sergipe*.

**Keywords:** Place names. Onomastics. Settlement names. Toponyms. Sergipe.

## RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat décrit et analyse les noms de 464 centres de peuplement à Sergipe (Brésil), afin d'identifier des éléments ethnoлингuistiques, linguistiques et socio-historiques spécifiques à cette région à travers la nomenclature géographique des villes, des villages et d'autres grappes urbains et ruraux, sachant que les noms propres des lieux se présentent comme des réceptacles linguistiques et extralinguistiques de la symbiose entre société et nature et peuvent dépeindre différents aspects des groupes dénominateurs locaux. Les toponymes ont été collectés dans une base de données officielle qui constitue le Registre des Localités brésiliennes sélectionnées (IBGE, 201-), codé par la description des données grammaticales, sémantique-étymologiques et encyclopédiques de cette nomenclature géographique. Basée sur les postulats théoriques et méthodologiques de l'Onomastique et de la Toponymie, cette étude s'inscrit dans le cadre des procédures de codage et d'analyse proposées par Dick (1990a, 1990b, 2004, 2007). Parmi les éléments traités à partir des signes toponymiques, on ressort son origine linguistique, sa structure morphologique et sa motivation sémantique, ainsi que les processus de changement toponymique. Comme résultats de la recherche, les données de Sergipe confirment les arguments présentés par les études toponymiques au Brésil concernant l'aspect ethnoлингuistique : il y a une toponymie massive en portugais, suivie des noms d'origine tupi et une partie timide des noms africains. Le traitement quali-quantitatif du *corpus* a permis de vérifier les tendances onomastiques de nature physique et anthropoculturelle. Dans le premier groupe, il ressort la motivation toponymique de nature géomorphologique, hydrographique et des éléments de la végétation locale, cette dernière étant la taxonomie la plus productive du *corpus*, avec 19%. Parmi les taxonomies de nature anthropoculturel, probablement dû au caractère majoritairement rural des toponymes sélectionnés, ressortent les ergotoponymes, qui impriment des ustensiles de culture matérielle, les socio-antonymes, qui soulignent l'aspect collectif des agglomérations humaines décrites, et les noms d'ordre religieux, notamment les entités sacrées catholiques, outre la mémorisation de personnalités de diverses valeurs socio-politiques, en particulier concernant les hommes et les faits de l'historiographie locale ou nationale. Les données géoréférencées ont permis la description cartographique de certaines données, desquelles se démarque le débat autour des exemples de transposition toponymique – *shift-names* (STEWART, 1954). Les processus de changement toponymique se référant aux villes de Sergipe ont également permis de décrire les facteurs qui conditionnent de ces changements et d'énumérer les aspects grammaticaux, sémantiques et socio-historiques de différents synchronies. En annexes, nous présentons le codage des données, soit sous forme de tableaux, pour les toponymes des agglomérations subordonnées aux communes (villages, villes, projets d'implantation), soit sous forme de fiches lexicographiques-toponymiques (DICK, 2004) pour la nomenclature des communes. Ainsi, en raison de l'appartenance épistémologique et du traitement analytique de cette étude, cette thèse pose les bases de la future constitution de l'Atlas Toponymique de Sergipe.

**Mots-clés :** Toponymie. Onomastique. Centres de population. Noms géographiques. Sergipe.

## АННОТАЦИЯ

Эта кандидатская диссертация описывает и анализирует названия 464 населенных пунктов в бразильском штате Сержипи с целью выявления этнолингвистических, языковых и социально-исторических элементов этого штата посредством географической номенклатуры городов, поселков и других городских и сельских поселений, понимая, что топонимы представляют собой лингвистические и экстралингвистические сосуды симбиоза между обществом и природой и могут отображать различные аспекты местных групп. Топонимы были собраны в официальной базе данных, которая составляет Регистр избранных населенных пунктов Бразилии (IBGE, 201-), кодифицированный описанием грамматических, семантико-этимологических и энциклопедических данных этой географической номенклатуры. Взятые в соответствии с теоретическими и методологическими постулатами ономастики и топонимии, это исследование согласуется с процедурами кодирования и анализа, предложенными Dick (1990a, 1990b, 2004, 2007). Среди элементов, относящихся к топонимическим признакам, они выделяют свое лингвистическое происхождение, морфологическую структуру и семантическую мотивацию, а также процессы топонимических изменений. В результате исследования данные Сержипи подтверждают аргументы, представленные топонимическими исследованиями Бразилии по этнолингвистическому аспекту: на португальском языке есть массивная топонимика, сопровождаемая терминами с языка тупи и скромной частью из африканских имен. Качественная и количественная обработка корпуса позволила выявить ономастические тенденции физического и антропокультурного характера. В первой группе топонимическая мотивация геоморфологических, гидрографических и локальных элементов растительности показывает наиболее продуктивную таксономию корпуса – 19%. Среди таксономий антропокультурного характера, вероятно, из-за преимущественно сельской природы выбранных топонимов, есть эрготопонимы, которые печатают инструменты материальной культуры, социофонии, которые подчеркивают коллективный аспект описанных человеческих агломераций, и религиозные имена, и запоминание личностей различных социально-политических ценностей, особенно относящихся к людям и фактам местной или национальной историографии. Данные с географической привязкой позволили картографически описать некоторые данные, из которых выделяется дискуссия о примерах топонимических сдвигов (STEWART, 1954). Процессы топонимических изменений, связанных с городами Сержипи, также позволили нам описать факторы, обуславливающие эти изменения, и перечислить грамматические, семантические и социально-исторические аспекты различной синхронности. В качестве Приложений мы приводим кодификацию данных либо в виде таблиц для топонимов агломераций, подчиненных муниципалитетам (городам, селам, проектам поселений), либо в лексикографически-топонимических чертах (DICK, 2004) для муниципальной номенклатуры. Таким образом, благодаря эпистемологической принадлежности и аналитической трактовке данного исследования, этот тезис устанавливает основы для будущих работ Топонимического Атласа Сержипи.

**Ключевые слова:** Топонимика. Ономастика. Населенные пункты. Географические названия. Сержипи.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2 SERGIPE: TERRITÓRIO, HISTÓRIA E ETNOLINGUÍSTICA .....</b>	<b>27</b>
2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ECONÔMICOS .....	27
2.2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS .....	30
2.3 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS .....	37
2.4 ASPECTOS ETNOLINGUÍSTICOS.....	45
<b>2.4.1 Dos estratos indígenas.....</b>	<b>46</b>
<b>2.4.2 Do estrato africano.....</b>	<b>50</b>
<b>3 OS ESTUDOS DE TOPONÍMIA E SUAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS .....</b>	<b>55</b>
3.1 TOPONÍMIA: UM ESTADO DA ARTE.....	56
<b>3.1.1 Estudos toponímicos no Brasil .....</b>	<b>62</b>
<b>3.1.2 Estudos toponímicos em Sergipe.....</b>	<b>69</b>
3.2 ASPECTOS TERMINOLÓGICOS, FORMAIS E SEMÂNTICO-LEXICAIS DE SIGNOS TOPONÍMICOS .....	72
<b>3.2.1 Aspectos terminológicos e taxonômicos .....</b>	<b>77</b>
<b>3.2.2 Aspectos formais e semântico-lexicais.....</b>	<b>85</b>
<b>4 METODOLOGIA: COLETA, CODIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>97</b>
4.1 A COLETA DOS DADOS .....	97
4.2 AS FONTES DE PESQUISA .....	99
4.3 A CODIFICAÇÃO.....	101
<b>4.3.1 As fichas lexicográfico-toponímicas.....</b>	<b>103</b>
4.4 O TRATAMENTO DOS RESULTADOS .....	108
<b>5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>: AS MOTIVAÇÕES TOPONÍMICAS ..</b>	<b>111</b>
5.1 A NATUREZA SEMÂNTICA DA TOPONÍMIA SERGIPANA .....	111
5.2 TAXONOMIAS TOPONÍMICAS DE NÚCLEOS DE POVOAMENTO EM SERGIPE .....	114
<b>5.2.1 Fitotopônimos .....</b>	<b>114</b>
<b>5.2.2 Hierotopônimos .....</b>	<b>120</b>
<b>5.2.3 Geomorfotopônimos.....</b>	<b>135</b>
<b>5.2.4 Hidrotopônimos.....</b>	<b>139</b>
<b>5.2.5 Ergotopônimos.....</b>	<b>143</b>
<b>5.2.6 Antropotopônimos.....</b>	<b>146</b>
<b>5.2.7 Sociotopônimos.....</b>	<b>151</b>
<b>5.2.8 Litotopônimos .....</b>	<b>153</b>

5.2.9 Animotopônimos .....	158
5.2.10 Zootopônimos .....	160
5.2.11 Poliotopônimos .....	164
5.2.12 Ecotopônimos.....	166
5.2.13 Corotopônimos .....	168
5.2.14 Dirrematopônimos .....	170
5.2.15 Demais taxonomias.....	173
5.3 TAXONOMIAS SEM OCORRÊNCIAS E TOPÔNIMOS SEM CLASSIFICAÇÃO ..	178
<b>6 ASPECOS ETNOLINGUÍSTICOS, GRAMATICAIS E LINGUÍSTICO- HISTÓRICOS DA TOPONÍMIA EM SERGIPE.....</b>	<b>180</b>
6.1 A TOPONÍMIA SERGIPANA EM SINCRONIA: ASPECTOS ETNOLINGUÍSTICOS E GRAMATICAIS.....	181
6.1.1 Línguas e etnias envoltas à toponímia sergipana .....	181
6.1.2 Processos léxico-gramaticais e analógicos de signos toponímicos em Sergipe.....	190
6.1.3 A formação de gentílicos sergipanos: processos de derivação em signos toponímicos .....	196
6.1.4 Processos de translação toponímica .....	201
6.2 AS MUDANÇAS TOPONÍMICAS MUNICIPAIS EM SERGIPE .....	209
6.2.1 Fatores condicionantes de mudança toponímica.....	211
6.2.2 Manutenção e inovação de taxonomias toponímicas .....	214
6.2.3 Relação entre a extensão do topônimo antigo e do topônimo novo .....	218
6.2.4 Aspectos ortográficos e de transliteração .....	222
6.2.5 Manutenção e regressão de constituintes linguísticos.....	229
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>234</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>238</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>259</b>
Apêndice A – Fichas lexicográfico-toponímicas referentes aos nomes de cidades de Sergipe .....	259
Apêndice B – Ficha-sinóptica do <i>corpus</i> toponímico, enumerada por subordinação municipal da localidade.....	

## 1 INTRODUÇÃO

Nomes de lugares têm sido sistematicamente estudados em seus aspectos linguísticos e extralinguísticos há cerca de um século e meio. Investigações que tratam desses itens lexicais contribuem para o conhecimento da história das línguas e dos respectivos grupos denominadores, pois topônimos retratam intenções, numa relação palavra-mundo, ao materializar aspectos físicos e culturais quando do *batismo* de um lugar. Assim, a identificação de um espaço geográfico, seja no plano oral, escrito ou cartográfico, passa a configurar “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente” (DICK, 1990a, p. 35-36).

De acordo com Hough (2016), “os nomes de aglomerações humanas são a classe prototípica dos nomes de lugares, designando áreas onde as pessoas convivem em comunidades”<sup>1</sup> (HOUGH, 2016, p. 87, tradução nossa) e esses podem ser divididos como de natureza rural – fazendas, sítios, vilas, povoados, lugarejos e projetos de assentamento – ou urbana – ruas, praças, bairros, cidades e estados, por exemplo. Falantes contemporâneos raramente conseguem reconhecer, à primeira vista, o significado e a procedência linguística de lexias como *Brasil*, *Sergipe* e *Aracaju*, o que se dá pois “[...] os nomes próprios representam um palimpsesto de formações de diferentes línguas e de períodos de tempo”<sup>2</sup> (HOUGH, 2016, p. 87, tradução nossa). Essa opacidade semântica faz com que múltiplas áreas do conhecimento sejam agenciadas para o tratamento desses nomes próprios, extrapolando uma perspectiva exclusivamente linguística.

Assim, esta tese de doutoramento compreende a descrição e a análise linguística e sócio-histórica por topônimos – nomes de lugares – de núcleos de povoamento rurais e urbanos do Estado de Sergipe. Para isso, foram selecionados os nomes de localidades catalogados referentes à essa Unidade Federativa, em uma base de dados oficial, o *Cadastro de localidades brasileiras selecionadas* (CLBS), expedido pelo IBGE (2014). Este parece ser este o primeiro estudo toponímico a se valer desse catálogo, que lista um total de 21.886 localidades no país. O *corpus* sergipano é constituído de 464 nomes de localidades, dos quais 75 são das cidades sergipanas, além dos nomes de 8 vilas, de 311 povoados, de 30 nomes de

---

<sup>1</sup> “Settlement names are the prototypical type of place-name, designating areas where people live together in communities.”

<sup>2</sup> “[...] the names represent a palimpsest of formations from different languages and time-periods.”

lugarejos, de 30 nomes de projetos de assentamentos rurais, de 6 nomes de aglomerações urbanas isoladas (AUI), de 3 nomes de núcleos e de um nome da aldeia indígena.

Uma revisão das pesquisas com *corpora* toponímicos do território sergipano registra a interdisciplinaridade dos nomes de lugares como objeto de investigação. Abordagens históricas e linguísticas têm sido mais focalizadas do que a geográfica, geralmente capitaneadas por historiadores, linguistas, jornalistas e mesmo humanistas polivalentes, especialmente considerando nomes de origem não portuguesa e o histórico toponímico como elemento memorialístico e identitário. Para sanar dúvidas ou curiosidades, o consultante costuma dispor de obras enciclopédicas, a exemplo da Enciclopédia de Municípios Brasileiros (IBGE, 1958), Enciclopédia dos Municípios sergipanos (SEPLAG, 2014), Cinform Municípios (2002), além do catálogo digital IBGE Cidades (IBGE, 2018).

Até então, temos como a mais qualificada pesquisa em relação a um *corpus* toponímico em Sergipe o *Glossário etimológico dos nomes da língua tupi na geografia do Estado de Sergipe*, de Armindo Guaraná (1916), com revisão de Beaurepaire-Rohan e de Theodoro Sampaio. Com um número significativo de 341 entradas de topônimos, traz diversas acepções exclusivamente registrados nessa fonte, bem como assinalam dados geográficos, gramaticais e etimológicos de nomes tupi ainda bastante presentes nos mapas do Estado.

Mesmo não sendo uma área de vultoso interesse dentre as produções do Programa de Pós-Graduação de Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), há três dissertações de mestrado que examinam nomes próprios de pessoas ou de lugares sob diferentes perspectivas teóricas, a saber: a de Melânia Santos (2015), a de Elúzia Cruz (2016) e a de Santos (2012), sendo esse estudo pioneiro o que mais se aproxima dos objetivos e do aporte teórico-metodológico desta tese. O estudo de Santos (2012), *De Cirigype a Sergipe del Rey: os topônimos em cartas de sesmarias (1594-1623)*, fincou as bases para a presente pesquisa, visto que seus resultados permitiram compreender processos de denominação durante as primeiras décadas de contato étnico e expuseram a lacuna de um estudo da toponímia contemporânea de Sergipe baseado nos princípios teórico-metodológicos e analíticos de Dick (1990a, 1990b, 2004, 2007).

Para além da ascendência e da naturalidade sergipanas, interessou-nos preencher tal lacuna de investigação por, como professor-pesquisador das áreas de Letras Clássicas e Linguística Histórica da Universidade Federal de Alagoas, planejarmos promover a formação de um quadro multidisciplinar de pesquisas na área no *Campus* do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Uma vez que nomes de lugares são um relevante material para a compreensão da língua e da sócio-história de uma comunidade, interessam à Linguística

Histórica e a disciplinas afins a origem e sua distribuição etnolinguística, o(s) significado(s) e outros fenômenos linguísticos concernentes aos nomes de lugares tomados como indagações linguístico-histórico-culturais. Também por isso, esta tese está pertinentemente vinculada ao Programa de Pós-graduação de Língua e Cultura (PPGLinC), que, seguindo o extinto Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem apresentado certa tradição na descrição e na análise de *corpora* toponímicos, a exemplo das dissertações de Almeida (2012), Assis (2013), Vicente (2013) e das teses de Ramos (2008) e de Almeida (2018), além de outras pesquisas toponímicas e antroponímicas em nível *stricto sensu* em andamento.

Contextualizando a pesquisa, esta tese foi orientada pela professora Dr.<sup>a</sup> Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (*in memoriam*) de 2015 até maio de 2018, pouco após o Exame de Qualificação. Desde então, passou a ser orientada pela professora Dr.<sup>a</sup> Silvana Soares Costa Ribeiro e coorientada pela professora Dr.<sup>a</sup> Célia Marques Telles. As sugestões dadas naquele primeiro momento de avaliação, em conjunto com as recomendações das novas orientadoras, promoveram a ampliação do *corpus* e o abandono da perspectiva teórico-metodológica que visava ao cotejo da toponímia com a heráldica sergipana, estudo a ser promovido em outra oportunidade.

Assim, como objetivo geral da pesquisa, pretendemos descrever e analisar o léxico toponímico de núcleos de povoamento em Sergipe, considerando aspectos linguísticos (fonéticos, ortográficos, morfossintáticos e semântico-lexicais) e extralinguísticos (sócio-históricos e culturais). Para isso, assinalamos como objetivos específicos:

- Analisar as motivações toponímicas relativas a 464 nomes de localidades de Sergipe, buscando compreender tendências denominativas nessa formação territorial e, quando possível, registrá-las por meio de cartografia temática;
- Caracterizar sincronicamente processos gramaticais e etnolinguísticos da toponímia sergipana;
- Catalogar e examinar dados linguísticos e extralinguísticos acerca dos 75 nomes das cidades sergipanas em fichas lexicográfico-toponímicas (DICK, 2004).

O processo de povoamento do estado de Sergipe, território compreendido entre o Rio São Francisco, ao norte, e o Rio Real, ao sul, se confunde, em vários momentos, com a sócio-história do estado da Bahia. Desde o último quarto do século XVI, Sergipe passou por diversos processos de ocupação, os quais estão projetados na nomenclatura geográfica. Ao considerar que os processos de povoamento do território sergipano se deram quer espontânea quer sistematicamente, postulamos que não deve haver elementos toponímicos específicos no



*corpus* sergipano e, tomando os resultados de pesquisas toponímicas do estado da Bahia, pode-se revelar um *continuum* toponímico entre essas áreas.

Também registramos alguns pressupostos a partir da revisão da literatura toponímica, tais como:

a) Os nomes de aglomerações humanas também permitem investigar aspectos referentes a nomes de elementos físicos locais, como, por exemplo, o deslocamento de nomenclatura entre elementos geográficos (STEWART, 1954);

b) A toponímia sergipana, tal qual a brasileira, é de origem multilíngue, mesmo que não haja comunidades não lusófonas no território sergipano;

c) Etnolinguisticamente, a distribuição decrescente dos estratos nos mapas nacionais é: portuguesa, indígena e, em bem menor número, africana. As nomenclaturas da flora e da fauna, por serem elementos nativos, se apresentam por itens lexicais de origem indígena, ao passo que os topônimos de origem africana tendem a ocorrer em áreas de cultivo de cana-de-açúcar e de concentração de quilombos, como no Vale do Cotinguiba;

d) A nomenclatura dos projetos de assentamento rural pode apresentar especificidades, haja vista a denominação dessas aglomerações se constituir a partir de contextos de luta pela terra (DICK, 1998);

e) O léxico toponímico de procedência linguística indígena e africana deve apresentar, sincronicamente, estruturas morfológicas simples, visto que as línguas em questão são aglutinantes.

Considerando esses fatos, algumas questões nortearam a investigação, a saber:

- Quais elementos de naturezas física e antropocultural passaram à toponímia sergipana contemporânea?
- De que modo o léxico toponímico relaciona-se à sócio-história de Sergipe e do Brasil, em especial numa dimensão etnolinguística?
- Quais processos gramaticais e semântico-lexicais ocorrem nos signos toponímicos numa perspectiva sincrônica?
- Que fatos extralinguísticos provocam mudanças na nomenclatura geográfica sergipana – sanções religiosas, interferências jurídicas ou políticas, demarcações identitárias etc.?

Para responder a estas questões, adotamos o aporte teórico-metodológico e analítico da Onomástica, mormente das propostas taxionômica e lexicográfica de Dick (1990a, 1990b, 2004, 2007), consideradas amplamente no tratamento de *corpora* no Brasil, cujos resultados

estão dispostos nos Apêndices A e B. Por abarcarem questões de cunho identitário, religioso e político, tanto em nível individual quanto coletivo, especialmente os de línguas de substrato ou de adstrato, os topônimos extrapolam o nível de análise linguística, demandando análises multidisciplinares, tais como Onomástica, Lexicologia e Lexicografia, Geografia, Etnolinguística e História do Português Brasileiro.

Após narrar o panorama da pesquisa – delimitação do objeto e sua problemática, objetivos, justificativas e procedimentos à apresentação das propostas envoltas às seções subsequentes da tese, para uma mais completa contextualização. De antemão, assinalamos que o exame de denominações de sincronias pretéritas, na última subseção do trabalho, acaba por ampliar para mais dos 464 topônimos atuais inicialmente previstos.

Na seção 2, *Sergipe: território, história e etnolinguística*, contextualizam-se aspectos diversos acerca do *locus*, sua política territorial, como a divisão geoadministrativa em oito Territórios de Planejamento (SEPLAG, 2017), os processos de colonização e de urbanização e indicadores geográficos, demográficos e socioeconômicos. Discutimos, ainda, aspectos sócio-históricos e etnolinguísticos que abrangem a participação de línguas indígenas e africanas na constituição da toponímia sergipana e, por conseguinte, brasileira.

Na seção 3, *Os estudos toponímicos e suas questões teórico-metodológicas*, procedemos à revisão da literatura local, nacional e internacional acerca da catalogação e do tratamento de signos toponímicos, a fim de demonstrar as principais diretrizes e resultados em torno de pesquisas de orientação histórico-linguística. Focamos especialmente na apresentação de propriedades linguísticas e extralinguísticas de signos toponímicos e em nossa filiação aos princípios teórico-metodológicos e taxonômicos postulados por Dick (1990a, 1990b, 2004, 2006, 2007). Para isso, filiamo-nos aos postulados da Onomástica, “ramo da lexicologia que estuda a origem dos nomes próprios. Divide-se, às vezes, esse estudo em *antroponímia* (que diz respeito aos nomes próprios de pessoas) e *toponímia* (que diz respeito aos nomes de lugar)” (DUBOIS et al., 2014, p. 412, grifos do original).

Na seção 4, *Metodologia: coleta, codificação e tratamento dos resultados*, descrevemos os procedimentos metodológicos da pesquisa que nortearam as fases de coleta, de catalogação e de análise dos dados toponímicos selecionados. Apresentamos as fontes de pesquisa, a base de dados para a confecção das 75 fichas lexicográfico-toponímicas (DICK, 2004), referentes aos nomes das cidades sergipanas, bem como os critérios de análise qualiquantitativa.

O objetivo da seção 5, *Descrição e análise do corpus: as motivações toponímicas*, foi examinar as motivações semânticas do *corpus* sincrônico, tanto considerando os elementos

genéricos quanto a divisão binária em naturezas semânticas física ou antropocultural (SAPIR, 1969; DICK, 1990a, 1990b), com a aplicação da taxonomia toponímica de Dick (1990b, p. 31-34). O tratamento dos resultados se deu em forma de quadros, gráficos, tabelas e figuras se deu por ordem decrescente de ocorrências, com destaque de tendências semântico-lexicais. Como das 30 taxonomias – considerando as 27 taxonomias originais e três outras taxonomias incorporadas à classificação –, apenas cinco não apresentaram ocorrências, compreendemos que a taxonomia adotada para categorização do material toponímico foi coerente e que a natureza semântica do *corpus* toponímico sergipano é diversificada.

Na última seção, *Aspectos etnolinguísticos, gramaticais e linguístico-históricos da toponímia em Sergipe*, tratamos diversas propriedades relativas ao *corpus*. Além da análise qualiquantitativa de estratos linguísticos que compõem essa nomenclatura geográfica, descrevemos os processos gramaticais produtivos nesses signos toponímicos, inclusive quando da formação de gentílicos das cidades sergipanas. Também discutimos como se dá a relação entre nomes de cursos d'água e de nomes de localidades, especialmente compreendendo e representando cartograficamente as (não) ocorrências de translação toponímica, ou seja, a passagem de topônimos de um elemento geográfico para outro. Por fim, baseados no histórico toponímico de cidades sergipanas catalogados no campo *Histórico* das fichas lexicográfico-toponímicas (*vide* Apêndice A), apresentamos diversos processos de mudança toponímica, tomando aspectos linguísticos e sócio-históricos.

Além das fontes e das referências da pesquisa, divulgamos, no Apêndice A, 75 fichas lexicográfico-toponímicas referentes aos nomes das cidades sergipanas, por ordem alfabética, de *Amparo de São Francisco* (nº. 1) a *Umbaúba* (nº. 75). Já no Apêndice B, apresentamos um quadro analítico que contempla os campos *Origem linguística*, *Taxonomia* e *Estrutura morfológica*, referentes à totalidade do *corpus*, os 464 nomes de localidades de Sergipe.

Com efeito, esperamos que a análise dos dados a seguir sirva de referência para a macro compreensão de aspectos linguísticos e extralinguísticos da toponímia sergipana, um elemento importante da memória e da identidade linguístico-cultural, bem como que esta pesquisa seja tomada como catálogo da nomenclatura geográfica sergipana. Se, considerando os nomes de lugares no Brasil sob critérios psicossociais, o povo brasileiro pode ser retratado como “[...] essencialmente católico, bucólico, otimista e nacionalista” (OLIVEIRA, 1970), analogamente, pretendemos descrever em que medida isso também pode ser dito sobre processos denominativos em Sergipe.

## 2 SERGIPE: TERRITÓRIO, HISTÓRIA E ETNOLINGUÍSTICA

Compreender como se configura a nomenclatura geográfica de uma área específica requer uma contextualização de aspectos linguísticos e extralinguísticos relacionados aos nomes de lugares. Portanto, objetivamos apresentar, nesta seção, elementos de três categorias analíticas – lugar, povo e língua – à medida que dialogamos com a hipótese e os pressupostos arrolados na seção introdutória, especialmente para uma caracterização dos termos *Sergipe* e *sergipano* em diferentes dimensões. Visto que nosso estudo atua na descrição e na análise da toponímia em Sergipe, destacamos aspectos geográficos, sócio-históricos, políticos, culturais e etnolinguísticos, bem como tratamos dos povos e das línguas que participaram dos diversos processos de formação desse território<sup>3</sup>, atualmente a menor Unidade Federativa do país.

Na primeira subseção, apresentamos indicadores geográficos e econômicos que permitam compreender especificamente os processos de colonização e de urbanização deste estado do Nordeste brasileiro, entendendo que sua sócio-história faz parte de um constructo mais amplo, que engloba os estados limítrofes e a própria sócio-história do Brasil.

### 2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ECONÔMICOS

O estado de Sergipe possui 21.910,3 km<sup>2</sup> e está localizado na região do Nordeste brasileiro. É limítrofe dos estados da Bahia ao sul, pelo Rio Real, e de Alagoas ao norte, pelo Rio São Francisco, a oeste também pelo estado baiano e a leste pelo Oceano Atlântico, o que configura uma faixa litorânea considerável, sem fronteiras internacionais. É o menor estado brasileiro em território e ocupa o quinto lugar do país quanto à densidade demográfica – 94,36 hab./km<sup>2</sup>, considerando os estimados 2.288.116 habitantes para o ano de 2017 (IBGE, 2018).

Mais de um terço desses se encontra no aglomerado urbano da Grande Aracaju, sendo também populosos os polos regionais de Estância, de Lagarto e de Itabaiana, três das maiores cidades sergipanas. Mesmo assim, o estado ainda apresenta uma população rural expressiva,

---

<sup>3</sup> Dentre as diversas categorias da Geografia (ambiente, espaço, região, lugar, território etc.), tomamos dois conceitos como basilares para uma compreensão de perspectiva toponímica – *lugar* e *território*. Andrade (2004, p. 19) esclarece que “o conceito de *território* não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder.” Também interessa definir nosso entendimento acerca de *lugar*, formado a partir do ato denominativo do espaço, uma vez que tal batismo designa uma tomada de posse (real e simbólica), transformando o universo físico num universo socializado, como postulado por Claval (2001, p. 189, p. 216-217). Assim, compreendemos *lugar* como o espaço onde um grupo denominador imprime marcas toponímicas.

próxima de 30%, e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) relativamente baixo (0,69) para os padrões brasileiros, mesmo que crescente – o IDH foi de 0,518 no ano 2000 e de 0,665 em 2010 –, o que é considerado alto para a média do Nordeste – menor apenas que o da Bahia (IBGE, 2018).

Em termos étnicos, Sergipe compartilha de uma ocupação europeia muito próxima à parte norte do território baiano, notadamente de portugueses, que aqui colonizaram o lugar, coabitando-o com indígenas nativos e africanos advindos do processo escravagista.

Economicamente, Sergipe herdou uma cultura açucareira escravista no leste e na zona da mata; criação de gado e cultivo de mandioca no agreste; plantação de tabaco, de algodão e de milho em diversas regiões do estado, bem como a criação de gado miúdo no perímetro do sertão (PASSOS SUBRINHO, 1985; FREIRE, 1977; SANTOS, 2017). Verificamos uma diversificação de atividades econômicas no território de Sergipe desde o período colonial, sendo a província da Bahia seu principal vetor comercial. De acordo com Santos (2017),

No início do século XIX, o comércio exportador dirigia-se para a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santos e Portugal. Da Capitania da Bahia eram importados escravos, linho, tecidos de seda e lona. Além de ferragens, pólvora, escravos a troco de caixas de açúcar, no valor anual de 171 mil cruzados. (FREIRE, 1977, p. 219) Os gêneros exportados eram o açúcar, mel, algodão, farinha de mandioca, milho, feijão, fumo e courama. [...] A base da atividade econômica exportadora [nas primeiras décadas dos oitocentos] oscilava entre agricultura e pecuária (SANTOS, 2017, p. 22-23).

Atualmente, a agropecuária corresponde entre 3% e 5% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual; a Indústria, a 18%; e a área de comércio e serviços, a 75,8% (SEPLAG, 2018). Para entendermos o que isso representa numa escala nacional, o PIB sergipano tem historicamente participado com uma porcentagem ínfima do PIB brasileiro: 0,6%, em 1987 (FONTES, 1992, p. 16); 0,6% em 2008 (SEPLAG, 2013); e 0,7% em 2013 (SEPLAG, 2018). É notório que esse estado não pode ser tomado como dos principais do país em aspectos econômicos, o que pode ser justificado não apenas, mas principalmente, por sua histórica relação umbilical econômica com a vizinha Bahia.

Tal é a relação entre Sergipe e Bahia que Von Martius (1845) assinalou que, “Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia” (VON MARTIUS, 1845, p. 408). A historiografia sobre tal relação é extensa e, por vezes, conflituosa, em especial quanto à querela dos limites entre esses territórios (FREIRE, 1977 [1891]), o que provocou

considerável bibliografia sobre a temática durante as primeiras décadas do período republicano<sup>4</sup>.

Quanto às características naturais, Sergipe possui uma área com predominância de planícies, e “pode-se supor que não há grande descontinuidade entre a feição geográfica de Sergipe e do nordeste baiano” (FONTES, 1992, p. 5), marcada por

baixa altitude, raramente superior a 300m, mais acentuada a oeste e que vai declinando em direção ao Oceano Atlântico. Serras ao oeste, cuja altitude não ultrapassa 750m; uma grande área de colinas, que se estende até próximo ao litoral; tabuleiros ao nordeste e sudeste; uma faixa litorânea ao nível do mar. Juntos às praias marítimas e fluviais (quando sob a influência das marés) muitos mangues. Caminhando para o oeste, grandes matas. Em seguida, vegetação de cerrado e, nos lindes do oeste, a caatinga. Uma bacia hidrográfica constituída por alguns rios de meia água, que correm para o mar (FONTES, 1992, p. 5).

Sobre a botânica sergipana, Freire (1977[1891]) descreve alguns elementos naturais que se destacam:

A flora é riquíssima e variada. Das três zonas em que, sob o ponto de vista botânico-geográfico, se divide a flora brasileira, apresentam-se membros da zona equatorial, da litoral e da do interior. De entre as madeiras que servem não só para construção civil e naval, como para marcenaria, vemos: cedro (*Cedrella brasiliensis*), a peroba (*Aspidos perma peroba*), a arapiraca, Parnaíba, potumuju, aroeira (*Schinus*), baraúna, moreira, pau d’arco, arari, massaranduba, angico (*Acacia angico*), pau-ferro (*Caesalpineia férrea*), sucupira (*Bowdichia major*), jacarandá (*Jacaranda ovalifolia*) e outras. Para a tinturaria vemos o catuabo, o mangle vermelho e outros (FREIRE, 1977 [1891], p. 66).

Parte dessa flora proeminente já se encontrava registrada na nomenclatura geográfica sergipana por parte do elemento indígena antes dos primeiros contatos interétnicos (SANTOS, 2012). O europeu, no processo de colonização, aceitou parte desses nomes, bem como o homem que ali se constituiu se valeu desses itens como causa denominativa. Diversos topônimos contemporâneos atestam a flora descrita no excerto: *Cedro de São João*, cidade; *Angico*, povoado em Nossa Senhora da Glória; *Sucupira*, povoado em Nossa Senhora das Dores; *Pau Ferro*, povoado em Maruim; *Aroeiras*, povoado em Ilha das Flores; *Arari*, povoado em Nossa Senhora Aparecida; *Catuabo*, quilombo em Frei Paulo. Longe de ser um elemento exclusivamente sergipano, identificamos topônimos com estes nomes nos mapas de outros estados do Nordeste, tais como *Baraúna*, cidade da Paraíba; *Arapiraca*, cidade de Alagoas; e *Moreira*, povoado em Alagoas, para citar apenas alguns.

---

<sup>4</sup>Destacamos, sobre os impasses territoriais entre Sergipe e Bahia, as obras: *Limites de Sergipe*, de Gervásio de Carvalho Prata (1933); *Limites entre os estados de Sergipe e Bahia*, de Josino Menezes (1904) e *Estudo sobre a origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia*, de Francisco Vicente Vianna (1891).

A fauna de Sergipe se apresenta igualmente rica e variada. Freire (1977[1981]) assim a destaca:

Na classe dos mamíferos, vemos, na ordem dos quadrúmanos: os guaribas, de diversas espécies; algumas famílias de *carneiros*, ainda que raras; algumas famílias de *roedores*, como as pacas, capivaras, cutias; dos *desdentados*, como as preguiças, tamanduás; dos *ruminantes*, como os veados; dos *pachydermas*, como os caititus, que acredito ser a única espécie desta ordem existente em Sergipe. A mesma variedade e riqueza vemos na classe de pássaros, dos répteis, dos peixes, dos insetos, cujas espécies não descrevemos para não alongar este capítulo (FREIRE, 1977 [1891], p. 66).

Também identificamos tais espécies ao observar os mapas sergipanos, a exemplo de *Pacatuba*, cidade; *Caititu*, povoado em Maruim – *Maruim*, aliás, é nome de uma espécie de mosquito –; *Tamanduá*, povoado em (e denominação anterior de) Graccho Cardoso; *Preguiça*, povoado em Indiaroba. O próprio topônimo *Sergipe* permite tal relação, visto que seu significado etimológico compreende elementos de ordem natural, a saber: a hidrografia e a zoonímia – Sergipe, do tupi *ciry-y-pe*, no rio do siri. Resumindo, é notório o quanto a nomenclatura geográfica torna-se indício e reflexo da dimensão físico-natural de uma formação territorial, como demonstraram os excertos supracitados.

Na subseção seguinte, caracterizamos o estado de Sergipe como categoria lugar por meio de um debate histórico-historiográfico sobre a formação desse *topos*.

## 2.2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

O germe para a formação territorial de Sergipe remete ao processo de colonização do Estado português do século XVI – e também espanhol, durante o período da União Ibérica (1580-1640). Nesta subseção, dentro dos limites de nossa especialidade, cumpre-nos descrever o processo de constituição do atual território de Sergipe no cenário socioeconômico, tomando aspectos sócio-históricos que dialogam com a toponímia sergipana.

Inicialmente, tal cenário se encontrava no âmbito da colonização ibérica, num povoamento de sentido sul-norte, com a posse e partição das glebas de terra entre os rios Real, ao sul, e São Francisco, ao norte – denominados até a chegada do elemento europeu *Itanhy* e *Opará*, respectivamente. No que a historiografia intitulou *Guerra de Sergipe*, o elemento indígena foi feito cativo ou expulso das regiões litorâneas, se afastando para as zonas do Agreste e do Sertão Sergipanos, como relata o Padre Gaspar Lourenço na Carta de Toloza (FREIRE, 1977, p. 71-76). Já no século XVII ocorreu a vinda de escravos da África, especialmente para trabalhar em áreas de cultivo de cana-de-açúcar, formando a miscelânea

etnicorracial atestada na demografia sergipana (FREIRE, 1977 [1891]; NUNES, 2006 [1989]).

O território sergipano começou a ser colonizado na segunda metade do século XVI e efetivamente constituído em 1590, quando da fundação da capitania real de *Sergipe Del Rey*, ao contrário das capitanias vizinhas de Ilhéus e de Porto Seguro, que eram capitanias hereditárias. A implantação de uma estrutura jurídico-administrativa na região mediana de seu perímetro, às margens do rio Vaza Barris, nominada *São Cristóvão* desde então, se deu pela demanda de uma colonização efetiva do território entre os dois principais núcleos de povoação do Brasil Colônia da época, a saber, a cidade de Salvador, na capitania da Bahia de Todos os Santos, e as cidades de Recife e Olinda, na capitania de Pernambuco (ANDRADE, 2004, p. 29-41).

Assim, São Cristóvão certamente consta entre as cidades mais antigas do Brasil, contrariando o que afirmou Azevedo (1992), para quem

Tudo parece indicar que, ao findar-se do século XVI, existiam no Brasil pelo menos 14 vilas [...]. Muito pelo contrário, raras foram as cidades criadas no quinhentismo. Conhecemos apenas três exemplos, todos eles caracterizados pelo fato de que nunca haverem sido Vilas e, muito menos, Povoados: 1. A cidade de *Salvador da Bahia de Todos os Santos* (1549) [...]; 2. A cidade de *São Sebastião do Rio de Janeiro* (1567) [...]; 3. A cidade de *Filipéia de Nossa Senhora das Neves*, depois Paraíba, hoje João Pessoa (1585). (AZEVEDO, 1992, p. 28-29, *grifos do autor*).

Ao contrário desta retrospectiva, que considera que São Cristóvão não estaria nem entre as dez primeiras vilas coloniais (AZEVEDO, 1992, p. 29), fontes coevas – tanto documentais quanto cartográficas – atestam que a fundação de São Cristóvão se deu já como cidade em 1590<sup>5</sup>.

Constatamos, assim, que a fundação da capitania de Sergipe Del Rey não foi produto de um processo de povoamento espontâneo, mas de uma demanda da Metrópole<sup>6</sup> (ANDRADE, 2004; AZEVEDO, 1992; FREIRE, 1995). O plano de colonização ibérico, que seguia inicialmente as Ordenações Manuelinas e, após a década de 1590, as Ordenações

---

<sup>5</sup> As fontes coevas sobre Sergipe del Rey são variadas, tais como: cartas de sesmarias, de posse do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), do Arquivo Nacional (AN), do Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); cronistas e cartógrafos dos séculos XVI e XVII citam o primeiro núcleo demográfico de Sergipe, a cidade de São Cristóvão de Sergipe del Rey, tais como Diogo Moreno (1612) e João Teixeira Albernaz (1640), além de historiografia colonial, a exemplo de Frei Vicente do Salvador (1965).

<sup>6</sup> Não conseguimos confirmar, por meio dos subsídios historiográficos cotejados, o conteúdo da antonomásia de São Cristóvão, amplamente intitulada como “quarta cidade mais antiga do país”. Pela falta de elementos que comprovassem esse “apelido” como factual na historiografia sergipana e pela própria falta de especialidade historiográfica, trazemos à tona esta lacuna.



Filipinas, estipulou as seguintes funções para a capitania de Sergipe: a) servir de defesa contra investidas de nações inimigas da Metrópole, notadamente franceses e holandeses; b) por suas terras boas, alocar uma produção agrícola e pecuária abastecedora dos mercados interno e externo; c) ser rota terrestre para a comunicação e o comércio entre as capitanias da Bahia de Todos os Santos e de Pernambuco, não à toa, Salomão formulou a metáfora da *dobradiça* para ilustrar a função da capitania sergipana no complexo colonial da América Portuguesa (SALOMÃO, 1996, p. 111; SIQUEIRA, 2016).

De acordo com Santos (2017),

Após a guerra de Ciryppe (conquista), de 23 de dezembro de 1589 a 1 de janeiro de 1590, junto ao Rio Sergipe, perto da Barra no sítio do Aracaju, Cristóvão de Barros tratou de levantar um forte para guardar a dita barra. Ainda em 1590, foi edificada uma povoação de casas de taipa cobertas de palha pequena perto do Forte chamada Povoação de Barros, depois Sam Christovam, sendo, portanto, fundada por Cristóvão de Barros (SANTOS, 2017, p. 44).

Assim, nas décadas seguintes, colonos migraram e se estabeleceram na nova capitania, muitos dos quais criadores de gado e engenhos de açúcar, e missionários, em núcleos esporádicos de povoação, notadamente na faixa litorânea (FREIRE, 1977[1891], p. 90-91; FREIRE, 1995; NUNES, 2006 [1989]; SALOMÃO, 1981; SIQUEIRA, 2016; SANTOS, 2017).

A historiografia tradicional local construiu a imagem do lugar, do povo, dos costumes e da identidade sergipana especialmente pela antítese à Bahia<sup>7</sup>. Até o século XVIII, Sergipe del Rey era economicamente uma capitania subalterna à da Bahia de Todos os Santos, onde estava a capital do Brasil Colônia. As datas comemorativas de Sergipe como espaço de consciência coletivo – 8 de julho e 24 de outubro – remetem à emancipação da província sergipana da jurisdição da Bahia, o que ocorreu no ano de 1820<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Essa identidade sergipana tem sido tomada pelo termo *sergipanidade*, primeiramente usado por Prado Sampaio (1908) para designar um movimento-pensamento coletivo e singular de Sergipe e de seu povo. Mary (2010) o define como “um conjunto de singularidades que caracteriza o modo sergipano de lidar com o seu patrimônio – a língua, a arte, a fé, o trabalho, as festas –, bens comuns compartilhados com outros grupos”, tal como ocorre nos conceitos identitários marcados com o sufixo -dade, como *brasilidade* e *nordestinidade*. No Aulete Digital (2018), temos como definições para brasilidade: “1. Qualidade ou caráter do que ou de quem é brasileiro. 2. Sentimento patriótico em relação ao Brasil”. Assim, inferimos que a sergipanidade destacaria, paralelamente, tais características.

<sup>8</sup> O Hino do estado de Sergipe, que data do período Imperial, já expunha a relação com a Bahia ao alcunhar a antonomásia *Província maior*. Na letra desse hino, cuja letra é do poeta e professor Manoel Joaquim de Oliveira Campos e a música, do Frei José de Santa Cecília, ambos sergipanos, há dois trechos emblemáticos sobre essa relação bilateral: “Cansado da dependência / Com a província maior, / Sergipe ardente procura / Um bem mais consolador” e “Mandemos porém ao longe / Essa espécie de rancor; / Que ainda hoje alguém conserva / Aos da província maior” (GARCEZ, 2015).

Nas palavras de Fontes (1992), “Outras capitânicas existiram, como as de Ilhéus e Porto Seguro, que não propiciaram a formação de semelhante consciência autonômica” (FONTES, 1992, p. 4), sendo o produto de tal consciência a emancipação da Bahia, o que coincide, não necessariamente pelas mesmas razões, com o período de Independência do Brasil em relação a Portugal.

Sobre o constructo de entidades representativas de uma cor local, de uma memória coletiva sergipana,

Alguns dos caciques resistentes à conquista fazem hoje parte da memória coletiva sergipana, demarcando simbolicamente a bravura e o não subjugamento bélico-cultural à dominação europeia. *Boipeba, Aperipê, Serigy, Surubi*, sendo os três últimos caciques morubixabas, são os que estiveram na linha de frente das trincheiras indígenas contra a ocupação dos colonos, com a ajuda dos franceses. Suas marcas simbólicas de guerreiros bravos, contrários à dominação ibérica, permeiam o imaginário coletivo sergipano. Suas figuras são recorrentes: a logomarca do judiciário, os postos de gasolina Serigy, os canais de TV e rádios locais Aperipê, o programa de TV local Terra Serigy, a lenda da maldição do índio Serigy. A perífrase para sergipano também remete a esse tema, já que são todos d’*a terra do cacique Serigy* (SANTOS, 2012, p. 63, grifos do autor).

Visto que estas personalidades autóctones, em algum grau, acabam por simbolizar a identidade sergipana e imprimir uma cor local em onomásticos em geral, esperamos perceber quais aspectos sócio-históricos referentes ao processo de colonização sergipana estão presentes na nomenclatura geográfica selecionada.

Outro aspecto que merece destaque quando da caracterização do Povo e da História de Sergipe são as marcas da Igreja Católica na onomástica sergipana. Desde os primeiros contatos interétnicos, espaços de culto católico foram erguidos e nominados sob o orago de diversas entidades religiosas, colonizado sob a efigie católica na mentalidade e na força humana, especialmente por jesuítas e dominicanos (FREIRE, 1977[1981]; FREIRE, 1995; SANTOS, 2015). Se os mapas de Sergipe expõem uma expressiva nomenclatura católica, seguindo o fluxo dos dados nacionais (ALVES; SANTOS, 2011; DICK, 1990a, 1990b), isto tem origem na ativa participação institucional da Igreja Católica no processo de colonização da terra (FREIRE, 1977 [1989]; NUNES, 2006 [1989]).

O processo de povoamento de Sergipe se iniciou na costa atlântica, e sequencialmente invadiu o agreste e o sertão. Até o fim do século XVII, a capitania de Sergipe del Rey tinha uma única cidade, São Cristóvão, e outras cinco vilas: Vila Nova do Rio São Francisco (atual Neópolis), Santo Amaro (atual Santo Amaro das Brotas), Itabaiana, Lagarto e Santo Luzia do Itanhy (SANTOS; ANDRADE, 1992).

Em 1820, quando da emancipação política, a comarca sergipana já contava com mais de uma dezena de cidades e vilas; ao fim do século XIX, já eram mais de trinta cidades. O processo de municipalização em Sergipe no período da República se deu de modo crescente (BRASIL, 1911; IBGE, 1933, 1958), o qual destacamos por meio de dados oficiais entre 1890 e 2008, tomados década a década, especialmente em comparação com os dados percentuais referentes à totalidade do território brasileiro, expostos na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Taxa percentual média da evolução no processo de municipalização em Sergipe e no Brasil entre 1890 e 2008, por década

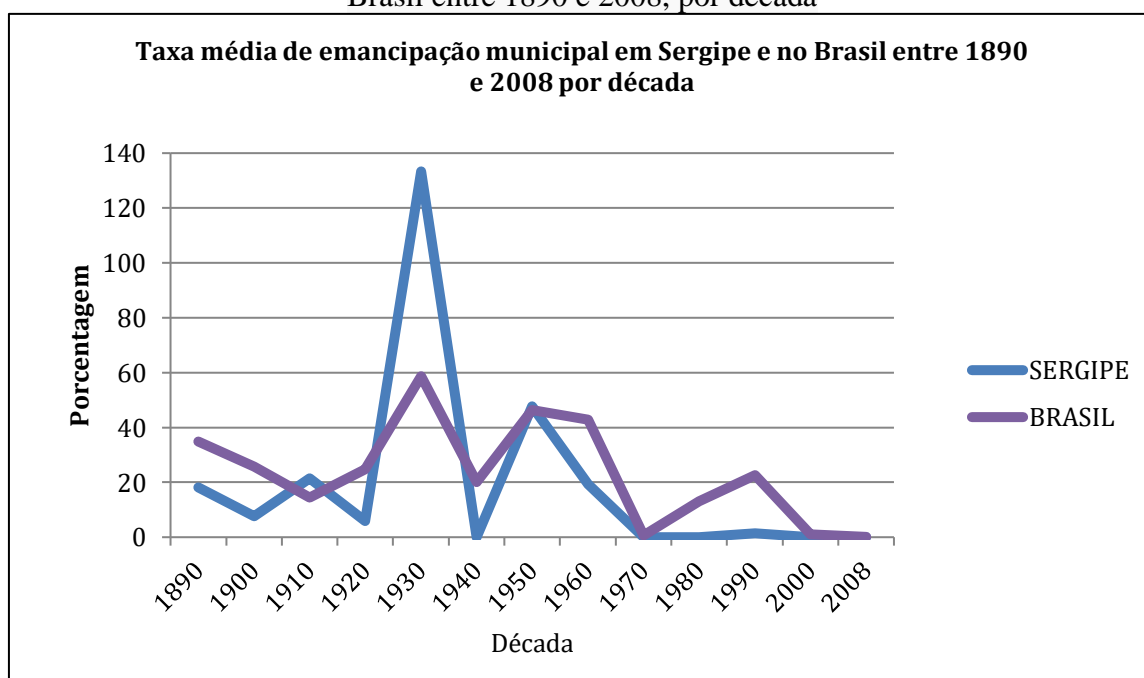
TERRITÓRIO/ DÉCADA	1890- 1900	1900- 1910	1910- 1920	1920- 1930	1930- 1940	1940- 1950	1950- 1960	1960- 1970	1970- 1980	1980- 1990	1990- 2000	2000- 2008	2008- 2018
SERGIPE	18,18	7,69	21,43	5,88	<b>133,33</b>	0,00	<b>47,62</b>	19,35	0,00	0,00	1,35	0,00	0,00
BRASIL	34,88	25,68	14,39	24,78	<b>58,67</b>	20,01	<b>46,43</b>	42,88	0,56	13,01	22,62	1,04	0,11

Elaboração do autor.

Fonte: Adaptado de Brasil (1933, p. 3); IBGE (2011, p. 26).

Como os dados da Tabela 1 geramos o Gráfico 1, que permitiu visualizar decênios com curvas ascendentes e descendentes referentes à fundação de municípios em Sergipe, bem como comparar seus dados com o fluxo nacional.

Gráfico 1 - Taxa percentual média da evolução político-administrativa em Sergipe e no Brasil entre 1890 e 2008, por década



Fonte: Adaptado de Brasil (1933, p. 3); IBGE (2011, p. 26).

O Gráfico 1 nos permite identificar picos de processos de urbanização e de intervenção do poder público na configuração geoespacial sergipana e brasileira. Analisando o processo

de municipalização na República brasileira, constatamos que esse movimento é, década após década, ascendente em todas as sincronias. Nos dados de todos os estados, requeridos para compor o quantitativo nacional, considerando todas as sincronias em questão, verificamos apenas dois casos isolados de decréscimo do número de municípios: no Pará, entre 1920-30, e no Ceará, entre 1970-1980<sup>9</sup>.

Ainda cotejando os dados da Tabela 1, para o Estado brasileiro, a década de 1930 foi a que mais apresentou emancipações municipais em nível nacional, seguida pelas décadas de 1950 e 1960, respectivamente. Motivados pela expansão de zonas urbanas, não testemunhamos decréscimos no processo de divisão político-administrativa na História de Sergipe. Identificamos, sim, crescimentos percentuais vultosos nas décadas de 1930 (133,33%) e 1950 (47,62%). Sumariamente, Sergipe tem linearmente seguido o movimento expansionista de unidades municipais no Nordeste e em todo o país, em especial, com um *boom* entre as décadas de 1930-1940, 1950-1960 e 1960-1970, o que abarca diversas fases da República: a saber, o Estado Novo (1937-1945), a Democratização (1945-1964) e a Ditadura Militar (1964-1985)<sup>10</sup>.

Destacamos, no âmbito nacional, dentre outros possíveis, três fatores nesse processo: a) reflexo da chamada “Lei Geográfica do Estado Novo”, de caráter nacionalista-expansionista (IBGE, 2011b, p. 27); b) progresso econômico-industrial nos anos 1950 e 1960; c) política distributiva do território, tanto com a “marcha para o oeste” de Vargas, no qual procurou expandir a área de ação e de domínio do Governo; a mudança da capital para a recém-construída Brasília no governo Juscelino Kubitschek, quanto pelas embrionárias Reformas de Base do governo Jango, que impulsionaram a emancipação de localidades com considerável porte econômico e/ou notoriedade política (OLIVEN, 1984).

As justificativas para uma emancipação municipal envolvem questões políticas, econômicas, demográficas ou administrativas, não sendo obrigatória uma motivação popular

---

<sup>9</sup> Cabe ao estudioso de toponímia atentar para o fato de que movimentos assimétricos de emancipação ou de diminuição de aglomerações humanas em uma área relacionam-se diretamente com os processos denominativos. Sjöblom, Hakala e Kantola (2006) destacam um exemplo de área de planificação urbana decrescente, a Finlândia, descrevendo como a extinção de unidades municipais tem gerado, através de soluções variadas, consequências no plano toponímico finlandês.

<sup>10</sup> Um fato histórico remete a esta discussão: a alteração da bandeira do estado em 30 de outubro de 1951. Este símbolo estadual passou a ter 42 em vez das 5 estrelas dentro do quadrante de fundo azul à esquerda, que representam as barras sergipanas das fozes dos rios São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza Barris e Real. O elevado número referia-se à quantidade de municípios sergipanos à época. Entretanto, o reestabelecimento da bandeira original ocorreu após 14 meses, possivelmente pelo entendimento de que o número de unidades municipais é um dado fluido e passível de mudanças. Não por acaso, Sergipe passou de 42 a 62 municípios ao fim daquela década (IBGE, 2011b).

nesses casos<sup>11</sup>. Contudo, mesmo que tratemos de nomes de localidades – “todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes” (IBGE, 1999, p. 73) –, não nos cabe destacar a série de circunstâncias ou condições necessárias para a existência e desenvolvimento de cidades ou da urbanização em Sergipe. Contudo, podemos visualizar que tais processos passaram a ocorrer a partir da primeira metade do século XX e que, desde a década de 1970, tem ocorrido uma estagnação no processo de emancipação do Estado, com um crescente êxodo rural, seguindo o fluxo territorial nacional.

Assim, ao fim da década de 1970, 74 dos atuais 75 municípios já existiam, tendo sido a última emancipação municipal há quase três décadas (1993), quando da fundação de *Santana do São Francisco*, desmembrado de Neópolis. Essa denominação substituiu o antigo topônimo da localidade, *Carrapicho*, atualmente a nomenclatura de um povoado daquela cidade<sup>12</sup>.

Descrito como o território foi engendrado como autônomo e como se deu o processo colonização, apresentamos, a seguir, a posição de Sergipe no quadro geopolítico regional e nacional, retratando a evolução da divisão político-administrativa e das divisões regionais e setoriais do território. Descrever o processo de emancipação será importante para analisar a conservação, a alteração ou a substituição de nomenclaturas quando elevadas ao *status* municipal, a ser investigado na subseção 6.2, que trata dos processos de mudança toponímica em Sergipe.

Do descrito até então, atestamos, como síntese, que a posse do território sergipano era estratégica para a Coroa portuguesa, até por ter sido Sergipe del Rey uma capitania real. Constatamos uma remota relação sócio-histórica e econômica entre Sergipe e Bahia<sup>13</sup>, com um processo de colonização dentro dos planos da MetrÓpole para Brasil. Participam desse complexo colonial indígena, escravos africanos e colonos de origem ibérica, com uma maciça participação de católicos.

<sup>11</sup> Quanto ao entendimento dos motivos para as emancipações municipais no Brasil, “Bremaeker (1993) realizou sua pesquisa mediante o envio de questionários abertos aos prefeitos dos novos municípios em 1992. Ele obteve 72 respostas, que representavam uma amostra de 12,4% do total. Listaram-se a seguir as principais alegações dos novos prefeitos, com seus respectivos percentuais: 54,2%: descaso por parte da administração do município de origem; 23,6%: existência de forte atividade econômica local; 20,8%: grande extensão territorial do município de origem; e 1,4%: aumento da população local” (MAGALHÃES, 2008, p. 14).

<sup>12</sup> Outros estados do Nordeste, contudo, até por serem territorialmente maiores, continuam num movimento crescente de processos de emancipação municipal. Nesses, passou-se de 1375 municípios, em 1980, para 1793, em 2008. No Brasil, de 3974, em 1980, para 5564, em 2008.

<sup>13</sup> A relação sócio-histórica com a Bahia pode ser verificada de diferentes formas. O epíteto popular para designar o estado de Sergipe é o *Quintal da Bahia*, atualmente de uso pejorativo, divergindo de uma acepção semântica que a lexia *quinta* tinha durante o período colonial: “Quinta, etimologicamente, remete à “Casa de campo, ou fazenda de lavoura no campo com sua Casaria. Chamou-se assim, porque de ordinário o que arrenda a Quinta, dá ao dono dela a quinta parte do que colhe de frutos” (BLUTEAU, 1720, v. 7, p. 65).

### 2.3 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

No plano histórico, Sergipe foi fundado como capitania régia em 1590, passou a comarca após sua emancipação jurídica da Bahia, em 1696, a província em 1820, com sua efetiva emancipação política, e, ao fim do Império, em 1889, transformou-se em estado, uma unidade federativa republicana.

Durante a República, a necessidade de compor o Estado brasileiro em blocos político-administrativos culminou com a primeira divisão regional, em 1913. Tendo por base os elementos do meio físico e a posição geográfica, chegou-se às seguintes regiões: Brasil Setentrional ou Amazônico; Brasil Norte-Oriental; Brasil Oriental; Brasil Meridional e Brasil Central (MAGNAGO, 1995). Sergipe estava alocado na região do *Brasil Oriental*, ao lado da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro – que, então, abrangia o Distrito Federal.

As divisões com esse objetivo postuladas nas décadas seguintes mantiveram a divisão do território nacional em cinco blocos – com exceção da divisão de 1945, com sete regiões. Nelas, o estado sergipano era parte de uma então Região Leste, quase sempre agrupando a mesma zona que o estado da Bahia. Na divisão territorial em vigor no país, distribuída por zoneamento fisiográfico e incorporada nos anos 1970, Sergipe compõe um dos nove estados da Região Nordeste.

No plano estadual, Sergipe possui 75 cidades, dispostas em três mesorregiões e treze microrregiões, considerando a divisão do IBGE<sup>14</sup> (SEPLAG, 2014). As Microrregiões de Sertão do São Francisco e de Carira estão na Mesorregião do Sertão sergipano; as Microrregiões do Agreste de Itabaiana, do Agreste de Lagarto, de Nossa Senhora das Dores e de Tobias Barreto compõem a Mesorregião do Agreste Sergipano; e as Microrregiões de Aracaju, do Baixo Cotinguiba, de Boquim, do Cotinguiba, de Estância, de Japarutuba e de Propriá perfazem a Mesorregião do Leste Sergipano (IBGE, 2018), como podemos observar no Quadro 1.

Segundo Muñoz, Pinto e Nascimento (2017), “O estado de Sergipe foi um dos pioneiros no Brasil na elaboração e execução de uma estratégia territorializada de

---

<sup>14</sup> Sergipe, apesar de ser a menor unidade federativa territorial do Brasil, não se apresenta como aquele com o menor número de municípios: suas 75 unidades municipais ultrapassam os números de cinco estados, todos da região norte do país – Amazonas (62), Rondônia (52), Acre (22), Amapá (16) e Roraima (15) –, onde também a densidade demográfica é bem menor do que a sergipana (IBGE, 2018).

desenvolvimento econômico e social” (MUÑOZ; PINTO; NASCIMENTO, 2017, p. 21). Seguindo o fluxo geoadministrativo de outros estados, em 2007, outro zoneamento foi instituído pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) para Sergipe: os Territórios de Planejamento, em um total de oito. Por julgarmos que a descrição e a análise do *corpus* estariam mais homogêneas sob parâmetros socioeconômicos e físico-ambientais (IBGE, 2018), decidimo-nos por tal classificação, distribuídos textualmente no Quadro 1 e espacialmente na Figura 1.

No Quadro 1, dispomos como os 75 municípios sergipanos estão distribuídos em duas divisões geopolíticas – a do IBGE (2014), baseada em três mesorregiões e treze microrregiões, e a da SEPLAG, em oito Territórios de planejamento. Já a Figura 1 disposta a seguir apresenta os oito Territórios de planejamento do Estado, com seus respectivos municípios, além das sedes municipais (IBGE, 2010; SEPLAG, 2017), a saber: Agreste Central Sergipano, Alto Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Centro Sul Sergipano, Grande Aracaju, Leste Sergipano, Médio Sertão Sergipano e Sul Sergipano.

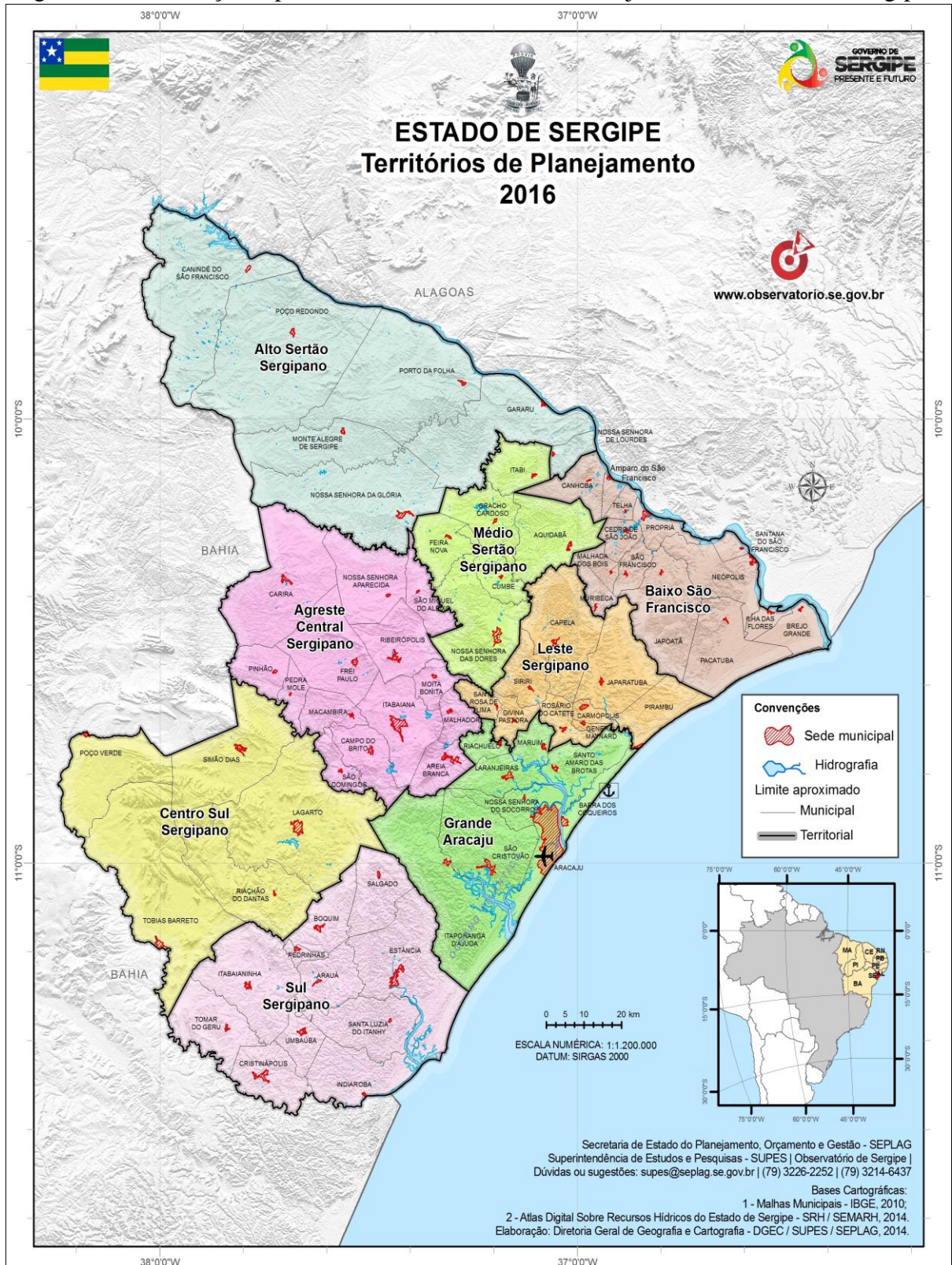
Quadro 1 – Cidades sergipanas por Mesorregião, Microrregião e Território de Planejamento

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO DE PLANEJAMENTO
Leste Sergipano	Aracaju	Aracaju	Grande Aracaju (I)
		Barra dos Coqueiros	
		Nossa Senhora do Socorro	
		São Cristóvão	
		Laranjeiras	
	Baixo Cotinguiba	Maruim	Leste Sergipano (II)
		Riachuelo	
		Santo Amaro das Brotas	
		General Maynard	
		Carmópolis	
		Rosário do Catete	
	Cotinguiba	Capela	Leste Sergipano (II)
		Divina Pastora	
		Santa Rosa de Lima	
	Japarutuba	Siriri	Baixo São Francisco (III)
		Japarutuba	
		Pirambu	
		Pacatuba	
		Japoatã	
	Propriá	São Francisco	Baixo São Francisco (III)
		Amparo de São Francisco	
		Brejo Grande	
		Canhoba	
		Cedro de São João	
		Ilha das Flores	
		Neópolis	
		Propriá	
Santana do São Francisco			
Telha			
Boquim	Nossa Senhora de Lourdes	Alto Sertão Sergipano (IV)	
	Araúá	Sul Sergipano (V)	
	Boquim		
	Cristinápolis		
	Itabaianinha		
	Pedrinhas		
	Salgado		
	Tomar do Geru		
	Umbaúba		
	Estância		Estância
Indiaroba			
Santa Luzia do Itanhy			
Itaporanga d'Ajuda			
Agreste Sergipano	Agreste de Lagarto	Lagarto	Centro Sul Sergipano (VI)
		Riachão do Dantas	
	Tobias Barreto	Poço Verde	Centro Sul Sergipano (VI)
		Simão Dias	
		Tobias Barreto	
	Agreste de Itabaiana	Areia Branca	Agreste Central Sergipano (VII)
		Campo do Brito	
		Itabaiana	
		Macambira	
		Malhador	
		Moita Bonita	
	Nossa Senhora das Dores	São Domingos	Baixo São Francisco (III)
		São Miguel do Aleixo	
Malhada dos Bois			
Muribeca			
Aquidabã			
Cumbe	Cumbe	Médio Sertão Sergipano (VIII)	
	Nossa Senhora das Dores		
Sertão Sergipano	Carira	Carira	Agreste Central Sergipano (VII)
		Frei Paulo	
		Nossa Senhora Aparecida	
		Pedra Mole	
		Pinhão	
	Sergipana do Sertão do São Francisco	Ribeirópolis	Médio Sertão Sergipano (VIII)
		Feira Nova	
		Gracho Cardoso	
		Itabi	
		Canindé de São Francisco	
Alto Sertão Sergipano (IV)	Gararu	Alto Sertão Sergipano (IV)	
	Monte Alegre de Sergipe		
	Nossa Senhora da Glória		
	Poço Redondo		
	Porto da Folha		

Elaboração do autor. Fonte: Adaptado de IBGE (2018); SEPLAG (2017).



Figura 1 – Distribuição espacial dos oito Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe



Fonte: SEPLAG (2017).

Após uma contextualização sócio-histórica do Estado, apresentando seu processo de povoamento e de urbanização, cumpre-nos descrever os demais elementos geográficos que abarcam os topônimos descritos nesta pesquisa. Além da nomenclatura das 75 cidades, há outras sete feições geográficas humanas que constituem o *corpus*, a saber: povoados, lugarejos, projetos de assentamento, vilas, aglomerados urbanos isolados (AUI), núcleos e aldeia indígena. Dessas, são caracterizadas localidades de zona urbana as cidades, as vilas e os aglomerados urbanos isolados (AUI), já assinalando para o rompimento “com o padrão de território bipartido entre urbano e rural” (PERA; BUENO, 2016, 737).

No Quadro 2, apresentamos os valores absolutos e relativos das localidades em Sergipe e no Brasil por feição geográfica, bem como a definição dada pelo IBGE relativo a cada localidade (IBGE, 201-, 2015, 2010), como parte do *Cadastro de localidades brasileiras selecionadas* (CLBS). Esse quadro permite compreender a organização socioespacial sergipana e norteia o estudioso de toponímia a partir de parâmetros oficiais<sup>15</sup>.

No Quadro 2, apresentamos os quantitativos absolutos e relativos, a hierarquia e a definição oficial dada às aglomerações humanas no país. Do total de 464 topônimos que compõem o *corpus* da pesquisa, são: 75 topônimos relativos a cidades, abrangendo todo o estado, além de oito topônimos relativos a vilas, 311 a povoados, 30 a lugarejos, o topônimo referente à localidade que demarca a única aldeia indígena remanescente em Sergipe, três nomes de núcleos, seis nomes de aglomerações urbanas isoladas (AUI) e 30 relativos a projetos de assentamentos rurais<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> O CSLB registra dados geográficos das aglomerações humanas normais, segundo a classificação do IBGE (2015, 2010), excluindo dados acerca das aglomerações humanas subnormais, tais como favelas e palafitas, cuja caracterização está inserida noutros documentos oficiais. Sugerimos a leitura de Pera e Bueno (2016), cujo artigo discute a classificação dos setores censitários, segundo sua situação urbana ou rural, propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e explora as contribuições que a classificação do CLBS traz para o planejamento urbano.

<sup>16</sup> “A Base Territorial somente cadastrou os projetos de assentamentos informados pelo INCRA, e considerou as agrovilas como sendo a sede destes projetos” (IBGE, 2011b, p. 3). É sabido que o número de Projetos de Assentamentos em Sergipe é bastante superior às 30 listados no *corpus* (IBGE, 201-). A título de comprovação, apresentamos os dados oficiais do INCRA até 31/12/2017: eram 243 agrovilas de projetos agrícolas, com 10.972 famílias assentadas no estado. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

Quadro 2 – Quantificação e caracterização das aglomerações humanas normais em Sergipe

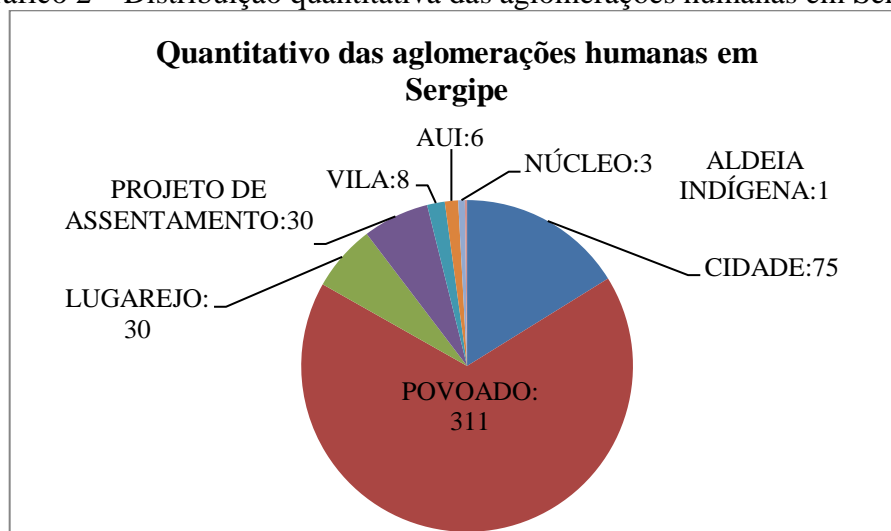
CATEGORIA OU FEIÇÃO GEGRÁFICA	NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS DOS TIPOS DE LOCALIDADES EM SERGIPE	NÚMERO DE LOCALIDADES NO BRASIL	DEFINIÇÃO
Cidade	75 (1,34%)	5565	“Localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal. É constituída pela área urbana do distrito sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal” (IBGE, 201-, p. 2).
Vila	8 (0,17%)	4507	“Localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais” (IBGE, 2015a, p. 37). “Sede do distrito e é delimitada por perímetro urbano definido, por lei municipal, como a área urbana” (IBGE, 201-, p. 2).
Povoado	311 (4,39%)	7083	“Localidade que tem a característica definidora de aglomerado rural isolado e possui pelo menos um estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e dois dos seguintes serviços ou equipamento: um estabelecimento de ensino fundamental do 1º ao 9º ano em funcionamento regular; um posto de saúde, com atendimento regular; e um templo religioso de qualquer credo para atender aos moradores de aglomerados e/ou áreas rurais próximas. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial, ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, e cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela” (IBGE, 2015a, p. 37).
Lugarejo	30 (8,47%)	354	“Localidade sem caráter privado ou empresarial, que possui característica definidora de aglomerado rural isolado e não dispõe, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos enunciados para o povoado” (IBGE, 2015a, p. 36).
Aldeia Indígena	1 (0,07%)	1318	“Reunião de quatro ou mais edificações indígenas, chamadas ocas, nas quais vivem várias famílias (ascendentes e descendentes), habitada por 300 a 400 nativos. Construída sempre próxima de rios e da mata, com uma área no centro” (IBGE, 2015a, p. 12). “Segundo a FUNAI, se define como Aldeia Indígena a casa ou conjunto de casas ou malocas, podendo ainda ser entendido como morada, que serve de habitação para o indígena e aloja diversas famílias. A Base Territorial considera aldeias indígenas de, no mínimo, 20 habitantes indígenas em uma ou mais moradias” (IBGE, 201-, p. 4).
Núcleo	3 (1,44%)	208	“Localidade que tem a característica definidora de aglomerado rural isolado e possui caráter privado ou empresarial, estando vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, indústrias, usinas etc.)” (IBGE, 2015a, p. 36).
AUI (Aglomerado Urbano Isolado)	6 (0,31%)	1933	“Setor urbano situado em áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal, por exemplo, Unidade de Conservação (UC), Terra Indígena (TI) etc.” (IBGE, 2010)”
Projeto de Assentamento	30 (3,26%)	918	(Verbetes <i>agrovila</i> :): “Núcleo populacional construído para abrigar pessoal alocado em projetos de construções rurais ou assentamentos relacionados a projetos agrícolas” (IBGE, 2015a, p. 12). “As novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária” (IBGE, 201-, p. 3).
Total de Localidades	464 (2,12%)	21886	

Elaboração do autor.

Fonte: Adaptado de IBGE (2010, 2015a, 201-).

Com isso, identificamos que os núcleos de povoamento selecionados estão majoritariamente localizados em zonas rurais. A distribuição quantitativa dessas 464 aglomerações humanas do *corpus* considerando sua feição geográfica está apresentada no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Distribuição quantitativa das aglomerações humanas em Sergipe



Elaboração do autor.  
Fonte: IBGE (2014).

Distribuímos, no Gráfico 2, a representatividade das aglomerações humanas referentes ao estado de Sergipe coletados do banco de dados que serviu como fonte primária da pesquisa (IBGE, 201-). Com exceção de uma única cidade, Amparo de São Francisco, as outras 74 cidades possuem, no mínimo, um núcleo de povoamento – vila, povoado, lugarejo, projeto de assentamento, aglomeração urbana isolada (AUI), núcleo ou aldeia indígena – sob sua subordinação político-administrativa. Entendemos a possibilidade de estabelecer certas relações geopolíticas, as quais têm reflexo direto na toponímia, seja por sua feição geográfica, seja por seu processo denominativo – espontâneos ou sistemáticos, ou qualquer outro aspecto extralinguístico que se apresente relevante na análise dos dados.

A hierarquia entre as aglomerações humanas obedece à sequência de apresentação disposta no Quadro 2. Assim, um projeto de assentamento, um núcleo, uma AUI e um lugarejo estão subordinados político-administrativamente a um povoado e este a uma respectiva cidade. Mesmo com conhecimentos limitados para tratar de Geografia Humana, a observação dos dados dispostos no Quadro 2 nos permitiu interpretar os dados percentuais das localidades sergipanas em relação aos dados nacionais, descrevendo aspectos afetos à organização do território sergipano, tais como:

- Lugarejos e povoados são, respectivamente, as localidades mais representativas em termos nacionais. Considerando as características dessas feições geográficas, tomamos as localidades sergipanas como majoritariamente rurais, escassas de certos serviços e comércios, o que, em certa medida, influencia nas crescentes taxas de migração e de urbanização intra e interestadual;
- Há apenas uma aldeia indígena remanescente em Sergipe, o que expõe uma quase completa mestiçagem cultural das etnias nativas, argumento corroborado pelo fato de a língua local ser o português brasileiro;
- Em um total de trinta (30) no *corpus* referente ao estado de Sergipe, os projetos de assentamentos rurais – aglomeração humana incorporada à geografia nacional nas últimas décadas – tendem a apresentar uma nomenclatura de natureza semântica *sui generis*, com escolhas denominativas de caráter grupal e democrático vinculadas a movimentos de luta pela terra;
- No Brasil, não havendo uma relação obrigatória entre população, urbanização e o tipo de localidade, é possível identificar povoados mais populosos de que vilas, bem como vilas mais populosas de que algumas cidades (COELHO, 2009);
- Mesmo havendo uma tendência à migração da zona rural para a urbana no processo de organização socioespacial sergipano e brasileiro, o *corpus* apresenta majoritariamente nomes de localidades rurais: apenas 89 dos 464 nomes de localidades sergipanas descritos (19,18% do total) configuram aglomerações urbanas: as 75 cidades, as 8 vilas e os 6 AUI. Esse parâmetro deve ser considerado quando do estudo de um *corpus* toponímico, visto que, por vezes, há uma relação direta entre o nome de um lugar e a feição geográfica em questão.

Tentamos evitar confusões terminológicas, algo comum no plano geográfico brasileiro, ao discriminar semas conceituais próprios a essas aglomerações humanas, advertindo que uma mesma lexia pode ter aplicações diferentes, por exemplo, em se comparando Brasil e Portugal (AZEVEDO, 1957). Para uma caracterização embasada, valemo-nos das definições oficiais estabelecidas pelo IBGE (2015a), por meio de semas conceituais, para destacarmos generalizações acerca das aglomerações humanas descritas:

- Quanto à propriedade, temos elementos geográficos de caráter público – cidades, povoados e lugarejos –, de caráter privado – núcleos –, e de caráter idiossincrático, como as aldeias indígenas, os aglomerados urbanos isolados e os projetos de assentamento;



- Quanto ao comércio, cidades e vilas possuem vários, ao passo que povoados possuem pelo menos um. Lugarejos nem sempre possuem comércio;
- Quanto aos serviços, cidades e vilas possuem vários; povoados possuem ao menos dois, ao passo que os lugares não dispõem dos mesmos serviços que existem nos povoados.

Assim, ao descrevermos variados aspectos físicos, geográficos e socioculturais do estado de Sergipe, destacamos, a seguir, a dimensão etnolinguística tratando de dois estratos linguísticos constituintes da base lexical do PB: as línguas de substrato indígena e de superstrato africano.

## 2.4 ASPECTOS ETNOLINGUÍSTICOS

Os nomes próprios de lugares configuram-se marcas línguo-culturais, testemunhos da herança ou da influência de grupos étnicos. Dado a isto, a toponímia sergipana – e brasileira em geral – apresenta-se multilíngue, fato correlato à composição etnicorracial do país<sup>17</sup>. Sobre a dimensão etnolinguística da toponímia brasileira, Dick (1990b) afirma que

é fora de dúvida que o estrato toponímico comporta considerações referentes não só aos nomes de origem portuguesa como aos dois outros adstratos lingüísticos coexistentes desde os primeiros momentos de nossa história, o indígena e o africano, além do moderno contingente de nomes resultantes da imigração européia. Em cada uma dessas camadas línguo-toponomásticas, uma tendência motivadora própria pode ser apontada, característica do elemento humano que as define (DICK, 1990b, p. 10).

Dois estratos linguísticos notadamente marcam a toponímia: o português e o indígena, sendo mais modesta a representatividade de nomes de origem africana. As intervenções de grupos franceses, holandeses e espanhóis nos séculos XVI e XVII não foram suficientes para uma influência na toponímia local, sendo tal legado nulo em Sergipe (FREIRE, 1977[1891]), seguindo quase inexistente a inscrição desses estratos na nomenclatura geográfica nacional<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> A influência francesa na toponímia se dá em *corpora* diversos daqueles da pesquisa, inscrita em onomásticos em zona urbana de caráter privado, como em condomínios e em estabelecimentos comerciais: são itens lexicais em língua inglesa, francesa, mas também estrangeirismos de origens diversas – italianismos, latinismos, niponismos etc. Este fenômeno pode ser explicado pelo *status* sociocultural de requinte e civilidade que essas línguas têm adquirido no Brasil.

<sup>18</sup> A carta geográfica *Praefectura de Cirijível Seregipe del Rey cum Itâpuáma*, produzida por Georg Marcgraf, possivelmente entre 1638-1643, e compilada por Gaspar Barleus no *Rerum per octennium in Brasilia*, é conhecida pela riqueza de dados toponímicos e geomorfológicos. Em *A História de Sergipe através da cartografia* (SEPLAG, 2015), temos o seguinte argumento: “Ao longo do rio [São Francisco] estão localizados inúmeros topônimos neerlandeses, algo raro no mapa, cuja toponímia encontra-se majoritariamente em português. Isto pode ser explicado pela exploração do São Francisco feita pelos membros da Companhia das

Assim, a presença – e a conseqüente ausência – de línguas na formação de topônimos nos incita a discutir as histórias externa e interna do Português brasileiro (doravante PB) e sua relação com a História do Brasil e de Sergipe, em prol da identificação de: a) o grau de manutenção de topônimos autóctones, bem como a formação artificial de topônimos indígenas durante o século XX; b) casos de superposição da língua portuguesa à nomenclatura geográfica nativa; c) mínima inscrição de topônimos africanos; d) elementos toponímicos em línguas exógenas, especialmente aquelas cujas marcas colonizadoras se fizeram presentes em Sergipe, em algum nível.

Considerando que o homem sergipano se constitui etnicamente a partir de três grupos – os autóctones indígenas, os colonizadores europeus e os negros africanos –, discutimos a seguir questões etnolinguísticas referentes aos dois estratos linguísticos não hegemônicos a fim de uma contextualização desses em relação à toponímia sergipana. Iniciemos pelos estratos indígenas.

#### **2.4.1 Dos estratos indígenas**

A toponímia de origem indígena se configura a segunda de maior ocorrência nos mapas brasileiros. Buscar o(s) significado(s) e a(s) causa(s) denominativa(s) da nomenclatura geográfica nacional foram os principais objetivos dos estudos da área na primeira metade do século XX, não havendo, ainda, no país, avanços significativos nos estudos em toponímia. Portanto, tais tarefas estavam a cargo de indigenistas.

Parte considerável dos estudos indigenistas do país limitou-se às línguas majoritárias ou gerais, tais como tupi, guarani e bororo, o que se deve ao número restrito de especialistas em línguas autóctones à época. Por esse e outros motivos que extrapolam o conhecimento das estruturas linguísticas de estratos indígenas do território brasileiro, a compreensão da toponímia indígena nacional abrange uma dimensão linguística, mas também extralinguística. Requer, por exemplo, informações sócio-históricas do processo de (re)construção do nome geográfico, visto que há uma camada de topônimos brasileiros de origem indígena inscrita por não índios, sendo muitos desses denominadores portugueses, mamelucos e até africanos,

---

Índias Ocidentais em 1641, da qual Marcgraf participou” (SEPLAG, 2015, p. 18). Neste excerto, “inúmeros topônimos neerlandeses” confirmam que aqueles holandeses tentaram, à sua maneira, inscrever a nomenclatura geográfica nativa em seus cartogramas. Contudo, não houve, em nenhum momento da História sergipana, uma influência do estrato de origem germânico na inscrição de topônimos na capitania de Sergipe.

desmitificando que toda inscrição indígena pressupõe a presença étnica de grupos autóctones na localidade denominada (SAMPAIO, 1903; DICK, 1990b).

Assim, se por um lado podemos atestar que a toponímia nacional mantém uma série de nomes de línguas de substrato, datadas de antes dos primeiros contatos interétnicos com o colonizador europeu (DICK, 2000a; CARVALHINHOS, 2007; SANTOS, 2012), por outro lado, identificamos, no século XX, atos denominativos artificiais – topônimos lexicalizados por não índios em línguas indígenas, especialmente tupi –, o que “pode, na verdade, não apontar para um substrato, mas apenas para um movimento nacionalista brasileiro pós-Independência, de caráter romântico e indigenista, do século XIX” (VIARO, 2011, p. 299). Assim, cabe ao estudioso de toponímia identificar que os nomes indígenas podem ser de construção recente e que os processos de mudanças toponímicas no Brasil podem contemplar tanto um caso de apagamento etnolinguístico quanto configurar um processo de lexicalização inédito no Português brasileiro, ou seja, em ambas as direções – do indígena ao português e vice-versa.

Compreender o papel da toponímia indígena em Sergipe, portanto, requer a análise das etnias que ali habitaram mesmo antes da colonização. Os grupos étnicos e as respectivas famílias linguísticas dessas etnias, quando dos primeiros contatos interétnicos no território sergipano atual, foram listados por Dantas (1983) e reproduzidos a seguir no Quadro 3.

Quadro 3 – Grupos indígenas e respectivas famílias linguísticas em Sergipe quando dos primeiros contatos interétnicos

<b>Grupos indígenas</b>	<b>Classificação linguística segundo Curt Nimuendaju</b>
Tupinambá, Tupinauê, Caeté	Tupi
Kiriri	Kiriri
Xocó, Natu	Línguas isoladas
Acunã, Aramuru, Boimé	Línguas desconhecidas
Carapotó, Capajó, Huamoi	Línguas desconhecidas
Romarís, Uruma	Línguas desconhecidas
Oromarais, Caacicas, Moritses	Não figuram na relação de Nimuendaju

Fonte: Dantas (1983-1987, p. 45).

O Quadro 3 expõe a conjuntura multiétnica autóctone no território sergipano quando do processo de colonização nos séculos XVI e XVII, descartando haver uma exclusiva camada etnolinguística tupi. Ao esclarecermos que tupi-guarani não referencia uma única língua, mas uma família linguística (EDELWEISS, 1969; RODRIGUES, 1986), destacamos que esse fenômeno etnolinguístico, também abordado por Sampaio (1901), deve ser compreendido como parte do processo de colonização do Brasil, que promovia certo prestígio a dialetos tupi



com grande similitude entre si – Tupinambá, Tamoio, Temiminós, Tupinikin e Potiguara, por exemplo –, ao passo que desdenhava de línguas indígenas de outras famílias linguísticas, taxadas de “povos de língua travada” ou mesmo de *Tapuya*, que genericamente eram aqueles não identificados como de língua tupi<sup>19</sup> (MELATTI, 2007; EDELWEISS, 1969).

Percebemos, portanto, um contexto colonial com o subjugamento do Tupi – em forma de *língua geral* – frente a outras línguas indígenas do complexo multíngue colonial, cujas estimativas estão em 1150 línguas (RODRIGUES, 1986). Sua veiculação se deu como veículo interlinguístico na promoção da fé, da administração régia e da lei luso-espanhola, cujo grau de influência simbólica e institucional gerou o menosprezo, o desconhecimento e a rara descrição de uma parcela majoritária das línguas nativas e inevitavelmente culminou com a morte ou com a extinção dessas.

A nação, a língua e a religião do colonizador constituíam um projeto único: devia-se imprimir o mercantilismo, o catolicismo e a língua portuguesa. Tão mais quanto possível, a superposição ideológico-cultural ibérica ocorreu também por meio da nomenclatura dos lugares no território sergipano, mesmo que, em diversos casos, procrastinada ou mesmo mantida pela coexistência de uma toponímia nativa, nos séculos XVI e XVII. A descrição da nomenclatura geográfica de origem nativa das primeiras décadas seiscentistas e setecentistas no território sergipano assinala que diversos elementos físicos e até antrópicos configuravam localidades com dupla ou até tripla nomenclatura, sendo um ou dois em língua autóctone e outro em língua portuguesa, demarcando uma camada toponímica sobreposta, nominada pelo colono<sup>20</sup> (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007; SANTOS, 2012).

A participação dessa língua nos mapas sergipanos está descrita majoritariamente no *Glossário etimológico dos nomes da língua tupi na geografia do Estado de Sergipe*, de Armindo Guaraná (1916). *Grosso modo*, essa obra lexicográfica retrata aquilo que Sampaio (1901) já destacava e que Dantas (1983-1987, 1991) intitulou *tupimania* na historiografia sergipana. A despeito dos diversos acertos interpretativo-etimológicos de Guaraná (1916), arrolamos duas incorreções a fim de exemplificar o argumento, lacuna que acomete uma parcela dos dicionários toponímicos nacionais: o caso dos verbetes *Marimbondo* e *Geru*.

---

<sup>19</sup> Segundo Edelweiss (1969), estes grupos dialetais tupi costeiros eram, à época dos anos quinhentos, no mínimo três: um na Baía de Guanabara, hoje Rio de Janeiro; outro na área da Capitania de São Salvador, capital da colônia; e outro na ilha de São Luís, no Maranhão. Esse fato mostra que, como qualquer língua natural, as línguas indígenas sofrem variações diatópicas e diacrônicas (NAVARRO, 2013, p. XI-XX).

<sup>20</sup> Outro expediente da política colonial foi a formação de línguas gerais de base tupi (DICK, 2000a).

A entrada do topônimo *Marimbondo* assim se apresenta em Guaraná (1916): “O Visconde de Beaupaire Rohan no seu <Dicionário de vocábulos brasileiros> afirma ser vocábulo africano da língua bunda [*sic*]; Baptista Caetano o considera tupi e diz ser corr. de *mberú-ybô*, mosca que fere com flecha” (GUARANÁ, 1916, p. 313), confirmando a necessidade de cautela na investigação de topônimos. O segundo caso, *Geru*, atual Tomar do Geru, surge como nome de uma aldeia de índios kariri no Sul sergipano, enquanto Guaraná (1916) indica ser este de origem tupi, “corruptela de *ajur*-pescoço; *u*-preto, escuro: *ájurú* ou *agerú*, nome de uma espécie de papagaios” (GUARANÁ, 1916, p. 307). Contudo, não encontramos esta lexia listada em nenhum dos dicionários de língua tupi consultados nesta pesquisa, o que corrobora com o argumento de que deve se tratar de um topônimo indígena não tupi.

Dentre as etnias que não pertencem à família tupi, metonimicamente citados como tapuia, destacam-se os Xocó e os Kariri, arroladas no Quadro 3. Alves (2002), ao reiterar o uso da cartografia como instrumento para o estudo toponímico: “dado a sua natureza iconográfica, oferece subsídios preciosos na difícil tarefa de elucidação dos antigos topônimos desaparecidos ou rebatizados com novas designações. Neste sentido, é uma fonte incontornável” (ALVES, 2002, p. 335), estuda alguns topônimos presentes numa carta geográfica do lusitano João Teixeira Albernaz, o Velho, na primeira metade do século XVII, debate sobre essa etnia e sua localização exata, hipotetizando que a Ilha dos tapuias pode ser, na geografia atual, a ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha (ALVES, 2002, p. 333), local onde hoje se encontra a ainda única aldeia remanescente do estado, da etnia xocó, cujo topônimo é parte de nosso *corpus*<sup>21</sup>.

Naquele texto, Alves (2002) expõe incertezas acerca da tipologia étnica e linguística indígenas no território sergipano, inclusive pela diversidade de nomenclaturas dada pelos autores historicamente. Essas lacunas relacionam-se ao fenômeno da *tupimania* (SAMPAIO, 1901; EDELWEISS, 1969), que trouxe como consequência, no âmbito da toponímia, uma supervalorização do estrato tupi, por exemplo, na análise etimológica de lexias não portuguesas.

---

<sup>21</sup> Sobre as aldeias indígenas em território sergipano, registramos a pretensão, por parte de índios oriundos de Porto Real do Colégio-Alagoas, de retomada do território dos antigos Caxagós, no município sergipano de Pacatuba. Segundo reportagem digital de 23 de maio de 2017, do Jornal do Dia, “Com o apoio da Prefeitura de Pacatuba, foi instalada no último sábado, (20), a aldeia da tribo indígena Fulkaxós, uma etnia originária de três grupos étnicos (Fulni-ô, Kariri e Xocó), que vem tentando o seu reconhecimento e a aquisição das terras da Fazenda Cadoz.” (FULKAXÓS, 2017).

Esta crítica à superavaliação da etnia e da língua tupi é válida, mas é igualmente certo que há uma participação tupi quase hegemônica efetivada nos *corpora* toponímicos, ao comparar as nomenclaturas de origem tupi frente à de outras línguas indígenas. Em diversas regiões do país, Edelweiss (1969) argumenta que

Não é grande o número daqueles que se dão boa conta da onipresença do tupi na vida brasileira e, por isso, nem sempre é com justiça que se fala em *tupimania*, vendo demasia em todo esforço, que procura dar o devido relevo ao muito que devemos ao povo dominante em nosso litoral à chegada do europeu (EDELWEISS, 1969, p. 7).

Por estar Sergipe na zona costeira, tendemos a encontrar uma nomenclatura maciçamente em tupi. Essa inscrição está em parte dos nomes dos estados e das respectivas capitais, a exemplo de Sergipe e de sua capital Aracaju, que hoje fazem parte do tesouro lexical do Português brasileiro<sup>22</sup>. A influência das línguas indígenas na toponímia, Dick (2000) assim afirma:

A difusão do tupinambá e de suas matrizes lexicais por toda a costa é reconhecida por Mattoso como uma das causas principais, senão a principal, da ocorrência de uma "série de tupinismos importantes no português do Brasil", apesar de restritos aos campos que indica: topônimos, flora e fauna, algumas instituições, costumes e objetos (DICK, 2000a, p. 5).

Assim, relacionaremos os postulados referentes à nomenclatura geográfica indígena aos respectivos campos semânticos por meio da classificação adotada na pesquisa (DICK, 1990a, 1990b), descrevendo especificidades etnolinguísticas e dialogando com outras pesquisas toponímicas.

Após debatermos acerca do *status* e da função de nomenclaturas geográficas de origem indígena, cabe-nos compreender fatores condicionantes para uma mínima (às vezes nula) presença de topônimos de procedência africana, temática discutida na subseção a seguir.

#### **2.4.2 Do estrato africano**

O elemento africano constitui-se num componente etnicorracial imprescindível na formação do povo sergipano: nos últimos censos, a população parda e negra em Sergipe se

---

<sup>22</sup> Este tipo de informação etimológica costuma ter certo apelo e tom de curiosidade, como podemos ver no artigo *Marañón, Fernãoburgo e cyri-gi-pe: a origem dos nomes dos estados do Nordeste brasileiro*, de Vicente (2018). Disponível em: <[www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2018/09/misterios-e-incertezas-rondam-os-nomes-dos-estados-do-nordeste-brasil-brasileiro-maranhao-pernambuco-bahia-unidade-federativa-sergipe-nordestino](http://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2018/09/misterios-e-incertezas-rondam-os-nomes-dos-estados-do-nordeste-brasil-brasileiro-maranhao-pernambuco-bahia-unidade-federativa-sergipe-nordestino)>. Acesso em: 01 jan. 2019.

constituía em 67,06%, em 2000 (IBGE, 2000), e em 70,70%, em 2010 (SEPLAG, 2017). Como postula Dick (1990b), “os estudos de toponímia africana no Brasil envolvem, pela sua peculiaridade, um conhecimento genérico da problemática do negro no país” (DICK, 1990b, p. 137).

Historicamente, o elemento europeu escravizou o africano, o que, por si só, restringia ações de participação desses na vida sociocultural e educacional, aliado, a partir do século XIX, à promoção de ações de embranquecimento da sociedade sergipana por meio da migração europeia. As marcas toponímicas em línguas de origem africana, em especial, limitavam-se tão maior e mais importante fosse a aglomeração humana (SCHWARCZ, 1993, MENDONÇA, 2012 [1933]). O processo de legitimação de topônimos africanos não se deu pela imposição do negro: “são palavras que entraram no vocabulário da língua representando utensílios, objetos e cousas africanas e que depois passaram a batizar acidentes geográficos por qualquer circunstância em que não influiu a vontade dos negros” (MARROQUIM, 2008, p. 114).

Portanto, ousamos formar a hipótese de que a presença de línguas africanas na nomenclatura geográfica é indiretamente proporcional ao *status* dos acidentes humanos, visto que tende a ser mais frequente como identificação de comunidades quilombolas (reminiscentes de quilombos e mocambos), lugarejos e povoados, sendo em menor número como nomenclatura de cidades.

Para o entendimento do estrato africano na nomenclatura geográfica, Dick (1990b, p. 139) esclarece que o estudo da “toponímia africana, no Brasil, pressupõe [...] a análise dos principais componentes étnicos imigrados, a classificação das línguas faladas, o exame linguístico dos designativos onomásticos, a sua natureza semântica, as áreas de ocorrência”. Para uma abalizada compreensão dessa toponímia, identificamos como lacunas – ainda maiores se comparadas com as das línguas indígenas – a genealogia e as reconstruções etimológicas. Isso gera, não raro, exemplos de incertezas ou de incorreções quanto ao significado e à filiação de certos topônimos.

Castro (2005a) propõe uma classificação para as línguas africanas no Brasil. Esse léxico teria sido proveniente de duas famílias linguísticas: a) família *banto*, por meio das línguas quimbundo, quicongo e umbundo; e b) família *kwa*, por meio da língua iorubá ou nagô. De acordo com esta autora, “apesar dessa notável diversidade de línguas, todas elas têm uma origem comum que é a grande família linguística Níger-Congo. Logo, são todas línguas aparentadas” (CASTRO, 2005a, p. 3).

A atestação de tal parentesco, contudo, não deve ser interpretada como resultado de um contexto linguístico pacífico, visto que era comum, no contexto escravagista, os senhores de escravos evitarem formar ambientes de intercompreensão linguística entre os milhares de africanos cativos vindos da Bahia que migraram para Sergipe (NUNES, 2006). Sobre a questão, Nunes (2006) assinala que

Há controvérsias sobre a procedência de qual parte da África. Nina Rodrigues afirmava que eles são de origem sudanesa, Silvio Romero e João Ribeiro defendem que são bantos. Para Luiz Mott, nos fins do século XVIII, a procedência dos negros de Sergipe é identificada como sendo de várias localidades: Congo, Angola, Bengula, Costa de Ouro, Mina, Golfo de Benin, Gêge. O brasilianista Stuart Schwartz referiu-se à mão de obra escrava da Ribeira do Vaza-barris procedente mais de Angola e Mina (NUNES, 2006, p. 226-227).

Sobre a procedência desses escravos, “Os pretos eram, em sua maioria, de Angola, e também da Guiné” e, não raro em seu batismo no Brasil, que era obrigatório, “dava-se um novo nome e, muitas vezes, nomes cristãos. Havia também os negros batizados que, constituídos em família, tomavam o nome de família dos senhores brancos” (SANTOS, 2017, p. 269).

Estes povoaram inicialmente a região no entorno dos rios Cotinguiba, Vaza-Barris e Piauí. Entre os séculos XVI e XIX, os escravos foram usados principalmente na atividade canavieira e na agricultura de subsistência em todo o Brasil. O negro cativo em Sergipe encontrava-se num contexto linguístico heterogêneo, tanto interna – no convívio com negros de diversas procedências do continente africano – quanto externamente – no contato interétnico com brancos, mulatos lusófonos e com indígenas.

Os topônimos africanos em Sergipe, tal qual ocorre em boa parte do Brasil, estão maciçamente dispostos em dois grupos: *elementos físicos*, serras e cursos d’água; e *elementos antrópicos rurais*, geralmente povoados, lugarejos, sítios ou Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQ), muitas dessas últimas formadas por antigos mocambos, que foram esconderijos de negros fugidos. Percebemos a posição subalterna dos negros em diversas esferas sociopolíticas, das quais a toponímia certamente é um elemento, especialmente no caráter político que abrange a legitimação de denominações geográficas.

Coube, até então, a historiadores o cotejo de topônimos africanos em Sergipe, em especial, por meio de artigos científicos ou de opinião, relacionando-os à temática afro-brasileira, tal qual fizeram Alves (2000, 2004) e Amâncio Cardoso (2005), com a descrição de acidentes físicos e de elementos geográficos humanos.

Cardoso (2005) assim contextualiza os topônimos de origem africana em Sergipe:

Quilombos e mocambos continuam presentes na memória social através de alguns topônimos sergipanos, a exemplo dos povoados Mocambo (em Porto da Folha, Aquidabã, Carmópolis e Frei Paulo) e dos riachos em Poço Verde e Porto da Folha. E Quilombo denomina um povoado em Simão Dias. Além destes, temos outros lugarejos que aludem a um quilombo nacional e seu líder (Palmares, em Riachão do Dantas; e Zumbi em Poço Verde) e aos afro-brasileiros (Campo do Crioulo em Lagarto; e Cabeça de Negro em Pacatuba) Cardoso (CARDOSO, 2005, p. 65).

Isso expõe marcas histórico-culturais do negro vinculadas ao campo semântico da escravidão. O contexto sócio-histórico colonial influenciou diretamente o papel do negro na República e, por sua vez, a (im) possibilidade de grupos africanos denominarem localidades. Nas palavras de Santos (2017),

A distinção social de acordo com o cerceamento da liberdade do indivíduo estabelecia fronteiras simbólicas e espaciais. Brancos não se misturavam socialmente com negros. Índios e ciganos eram excluídos do convívio social. Mestiços, criolos e mulatos se hibricavam com negros (SANTOS, 2017, p. 163).

Isso permitiu a geração do que atualmente chamamos Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQ). Em Sergipe, havia um total de 36 (números referentes ao ano de 2016) e apenas oito (22,22%) marcavam na sua nomenclatura lexias que remetem à etnia ou que são de procedência africana, a saber: Rua dos Negros (em Canindé de São Francisco), Brejão dos Negros (em Brejo Grande), Crioulo e Campo do Crioulo (em Lagarto), Mocambo (em Aquidabã), Mocambo (em Porto da Folha), Bongue (em Ilha das Flores), Mussuca (em Laranjeiras) (SERGIPE, 2016, p. 11), sendo que alguns destes constam no *corpus* desta pesquisa.

As ocorrências – majoritárias, inclusive – da língua tupi em detrimento das nomenclaturas tanto em línguas africanas quanto noutras línguas indígenas podem ser parcialmente justificadas pela dualidade alóctones/autóctones no plano africanos/ameríndios (DICK, 1990b, p. 154; MENDONÇA, 2012 [1933], p. 79). Inferimos, assim, que a camada toponímica africana é marcada pelo silenciamento e pela deslegitimação sociopolítica do negro no Brasil, inclusive em estados onde o contingente afro-brasileiro é latente, como no caso das CRQ sergipanas.

Sobre a inscrição do léxico de procedência africana, Dick (2000) assinala que

[...] foram reconhecidas quatro modalidades de expressão na fala africana brasileira: a) dialeto das senzalas, de base bantu (kimbundu, kikongo e umbundu – séculos XVI/XVII); b) dialeto rural, de mesma formação e origem do anterior, desenvolvido nas plantações e engenhos entre dois grupos polares, senhores e escravos; c) dialeto das minas (base ewe), incorporado, ao que tudo indica, à área do centro-oeste; d) dialeto das

idades ou urbano, de base iorubá-nagô (século XIX), notado em Salvador e Rio de Janeiro (DICK, 2000a, p. 5).

Concluimos, assim, pela compreensão da sócio-história africana em Sergipe (ALVES, 2000, 2004; NUNES, 2006; CARDOSO, 2005; SANTOS, 2017), que o material toponímico de Sergipe foi constituído de duas dessas modalidades – (a) e (b), com predomínio do dialeto rural, relacionado ao contexto escravista. De acordo com Dick (2000), as marcas lexicais africanas distribuem-se em diversos campos semânticos, a saber: zoonímia, fitonímia, litonímia, etnonímia, *toponímia*, hieronímia, deuses e cultos, festas e danças, instrumentos, termos de parentesco, alimentação e moléstias e doenças (DICK, 2000a, p. 5, grifos no original).

Sendo a toponímia um meio de inscrever o *modus vivendi et cogitandi* de grupos animistas politeístas, podemos imputar também a isso um empecilho na oficialização de topônimos africanos, considerando o contexto católico do Estado brasileiro. Podemos ainda argumentar, no caso dos mocambos e dos quilombos, a falta de interesse na identificação externa desses espaços, por funcionarem como esconderijos de negros cativos. Isso, por si só, era um fator condicionante para a não identificação de elementos culturais africanos, o que desencorajava, inclusive, uma especificação desta nomenclatura. Destarte, muitos são os topônimos de estrutura simples, com a inscrição de lexias como *mocambo* ou *quilombo*, que de signos comuns passariam a nomes próprios.

Cumpre, finalmente, entender os condicionantes desse contexto etnotoponímico no estado de Sergipe quando da descrição dos dados, relacionando as discussões aqui geradas com os resultados de pesquisas com *corpora* toponímicos aproximados. Por exemplo, os resultados de outros estados nos mostram que esse é um cenário nacional: na Bahia, a unidade federativa com maior participação étnica afrodescendente no Brasil, apenas cinco dos 417 topônimos que denominam municípios (RAMOS, 2008; PRUDENTE; ABBADE, 2016); em Minas Gerais, 150 de 5.012 nomes de localidades tinham origem africana (LIMA, 2012).

Além de denominações geográficas de origem portuguesa, indígena e africana, os *corpora* toponímicos costumam apresentar esporadicamente itens lexicais de procedência linguística diversa, as quais serão analisadas individualmente nesta pesquisa. Após a discussão de aspectos geográficos, político-econômicos, sócio-históricos e etnolinguísticos que constituem o povo e o território sergipanos, na seção a seguir, apresentaremos a filiação epistemológica e a revisão da literatura de nosso objeto de pesquisa.

### 3 OS ESTUDOS DE TOPONÍMIA E SUAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Ao tratarmos da nomenclatura geográfica, nossa pesquisa requereu a revisão do referencial teórico acerca dos nomes próprios (de lugares) e a compreensão de como esta tese contribui tanto para os estudos dessa área de especialidade quanto para o entendimento do *locus* delimitado.

Inicialmente, por termos como objeto da tese nomes de aglomerações humanas inscritos no estado de Sergipe, destacamos nossa filiação teórico-metodológica: estamos norteados pela vertente lexicológica da ciência Linguística, nosso campo de formação acadêmico-profissional, que abrange, no plano teórico, uma disciplina intitulada *Onomástica*. Dubois et al. (2014) assim a definem: “ramo da lexicologia que estuda a origem dos nomes próprios. Divide-se, às vezes, esse estudo em *antroponímia* (que diz respeito aos nomes próprios de pessoas) e *toponímia* (que diz respeito aos nomes de lugar)” (DUBOIS et al., 2014, p. 412, grifos do original).

Dentro dos estudos onomásticos, assinalamos nosso interesse pela toponímia, cujo escopo e função foram assim definidos por Dubois et al. (2014):

Toponímia é a parte da linguística que se ocupa da origem dos nomes de lugares, de suas relações com a língua do país, com as línguas de outros países ou com línguas desaparecidas. A matéria é geralmente dividida segundo a geografia (há especialistas de nomes de rios, de nomes de montanhas; há especialistas também para esta ou aquela região determinada). A mais importante verificação da toponímia, num plano geral, é que existem poucas relações entre os nomes de lugares de um país e a língua do povo que o habita. Explica-se isto pela forte resistência dos substratos neste domínio. É assim que grande parte dos nomes dos estados, de cidades e de acidentes geográficos da América do Norte, Central e do Sul são de origem indígena (DUBOIS et al., 2014, p. 552).

O tratamento científico dos nomes de lugares, portanto, é norteador por uma dimensão linguística, bem como por uma dimensão extralinguística. Nesta tese, o termo *toponímia* (do grego *topos*, lugar + *onoma*, nome) é tomado para referenciar tanto a disciplina quanto o conjunto de dados que a ela interessa. Suas bases epistemológicas foram constituídas apenas há um século e meio, sendo o estudo disciplinar dos nomes de lugares do Brasil (e de Sergipe) ainda mais recente.

Nesta seção, valemo-nos de manuais de Linguística Geral e de Onomástica, especificamente, para debater especificidades dos nomes próprios (de lugares) em relação aos nomes comuns em diversos níveis linguísticos. Também apresentaremos o modelo de



classificação do *corpus* – a taxonomia toponímica proposta por Dick (1990a, 1990b) –, amplamente utilizado nos estudos toponímicos do país.

Iniciamos, contudo, com uma revisão da literatura da área, por meio de uma apresentação historiográfica dos estudos toponímicos em níveis internacional, nacional e local.

### 3.1 TOPONÍMIA: UM ESTADO DA ARTE

Os primeiros registros distintivos de nomes próprios em relação a nomes comuns datam entre 5 e 6 mil anos do tempo presente, quando egípcios antigos davam destaque “inserindo os nomes de seus deuses e de seus faraós em forma de quadros ou de anéis (cartuchos) e, mais tarde, os escreviam em pintura avermelhada em papiro<sup>23</sup>” (HADJÚ, 2003, p. 7, tradução nossa). Este ainda assinala que,

Embora isso possa ter se originado em relação a deuses e a reis, e não a nomes próprios em si, acaba por reconhecer nomes próprios como tais. Nas inscrições cuneiformes acadianas e assírias, assim como nas escritas chinesa e, mais tarde, grega e latina, foram usados vários sinais determinantes, principalmente linhas horizontais ou verticais, para chamar a atenção a nomes próprios<sup>24</sup> (HADJÚ, 2003, p. 7, tradução nossa).

Podemos relacionar essas ações incipientes ao papel criador e individualizador dos nomes, questão que aprofundamos na subseção seguinte. Historicamente, a constituição e a natureza dos nomes próprios foram compreendidas no âmbito de áreas de conhecimento como Filosofia, Antropologia e Linguística e o entendimento de que os nomes próprios se tornaram objetos de ciência demanda um retrospecto da questão.

Na tradição ocidental, diversos foram os debates teóricos no âmbito dos nomes próprios, iniciados já na Grécia e na Roma Clássicas. Neste último, particularmente, pareceu ser costume a expedição de índices onomásticos – *livros de nomes próprios* –, sobre os quais Stewart (1958) afirma:

Temos, por exemplo, referências ao *Segundo Livro dos Rios*, de Sostrato, ao *Décimo Primeiro Livro dos Rios*, de Timóteo, e ao *Terceiro Livro das Montanhas*, de Decílio, e esses autores discutiram acerca dos nomes próprios. No entanto, penso que a erudição não sofreu severamente pela

---

<sup>23</sup> “[...] by inserting their gods’ and pharaohs’ names in frames or “name rings” (cartouche) and, later, writing them in red paint on papyrus”.

<sup>24</sup> “Although this may have originated with respect to gods and kings, and not for the names themselves, it is indicative of the recognition of proper names as such. In Akkadian and Assyrian cuneiform inscriptions, as well as in Chinese and, later in Greek and Latin writings, various determining signs, mainly horizontal or vertical lines, were used to call attention to proper names”.

perda desses livros – a julgar pela natureza do exemplo sobrevivente, no qual os outros são mencionados. É uma obra grega de cerca de 100 a. C., anteriormente atribuída a Plutarco e agora convenientemente conferida a Pseudo-Plutarco<sup>25 26</sup> (STEWART, 1958, p. 2, tradução nossa).

Este excerto permite identificar que a influência dos gregos sobre os romanos se deu também no debate acerca dos nomes próprios. Dos helênicos, sobre quem temos uma literatura remanescente mais substancial, destacamos as discussões filosóficas travadas sobre a natureza da linguagem. Dos debates da época de Platão, entre os séculos V e IV a.C., avultava a questão dicotômica entre convencionalismo (*thesis*) e naturalismo (*physis*) quanto à natureza dos signos linguísticos, não especificamente dos signos onomásticos.

Sobre esse impasse no âmbito da linguagem, a obra *Crátilo*, de Platão, do século V a.C., também conhecida como *Sobre a correção dos nomes*, nos apresenta uma fonte de reflexão discutida recorrentemente na historiografia da Onomástica. Apresentamos aqui um excerto que remete à questão:

384c, 10-d7: HERMÓGENES: Quanto a mim, ó Sócrates, muitas vezes conversei com ele [Crátilo] e com muitos outros, e não sou capaz de me deixar persuadir de que a correção dos nomes seja outra coisa para além da convenção e do acordo (*syntheke kai homologia*). Parece-me que aquele nome que alguém estabelecer (*thetai*) para uma coisa, esse será o nome correto; e se de novo o mudar, e já não lhe chamar aquele, o segundo em nada será menos correto do que o primeiro, como mudamos os nomes dos nossos escravos domésticos sem que o nome para o qual mudamos sejam menos corretos do que aquele que primeiramente lhes fora posto. De fato, nenhum nome pertence por natureza a nenhuma coisa, mas [o nome] é estabelecido pela regra e pelo uso (*nomōi kai ethei*) daqueles que estabeleceram, chamando [o nomeado] desse modo. [...]

383a4 -384a7: HERMÓGENES: Crátilo aqui, ó Sócrates, dizia que cada um dos seres (*hekastoi tōn ontōn*) tem um nome correto que lhe pertence por natureza (*physei pepykyian*), e que não é nome aquilo a que alguns chamam (*kalōsi*) nome, acordando em chamar-lhes (*kalein*) assim, e enunciando uma parcela da sua voz, mas que pertence aos nomes certa correção, que é a mesma para todos, sejam gregos ou bárbaros (PLATÃO, 1963 [séc. V a. C.], 384c, 10-d7;383a4 -384a7).

Neste excerto, o verbo *thetai* está no sentido da ação daquele que impõe/coloca/atribui um nome (*ónoma*) a alguma coisa, o que caracteriza o caráter convencional dos nomes – tese,

---

<sup>25</sup> “We have, for instance, references to Sostratus's *Second Book of Rivers*, to Timotheus's *Eleventh Book of Rivers*, and to Decyllus's *Third Book of Mountains*, and these authors dealt with the names. Nevertheless, I think that scholarship has not suffered severely by the loss of the books – to judge by the nature of the surviving example, in which the others are mentioned. This is a Greek work of about 100 A. D., previously ascribed to Plutarch and now conveniently said to be by the pseudo-Plutarch.”

<sup>26</sup> Sobre esse autor, esclarecemos que Pseudo-Plutarco é o nome utilizado para se referir ao autor (ou autores) de vários textos que foram anteriormente atribuídos a Plutarco (séculos I e II d.C.), sendo que a obra está traduzida para o inglês (PSEUDO-PLUTARCH, 2010).

aliás, defendida pelo Hermógenes, como se observa no diálogo (MARCONDES, 2010, p. 13-16; ZAMARIANO, 2010, p. 34-66; FORTES, 2017). Nesse colóquio, *ónoma* parece ter sido usado por Platão como um termo genérico, referindo-se aos nomes das “coisas”, sendo possível que a distinção entre nomes próprios e comuns tenha se dado nos séculos posteriores à época de Platão (que viveu entre V e IV a.C.), visto que não havia um rigor terminológico tão estrito para termos linguísticos então (FORTES, 2017)<sup>27</sup>.

No domínio gramatical latino, Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) destaca, no Livro VIII do *De língua latina*, alguns aspectos analógicos aos nomes próprios:

O que se segue diz respeito aos nomes próprios, que diferem dos nomes comuns pela razão de que são definidos e significam coisas próprias, como Paris ‘Páris’ e Helena ‘Helena’, já que os nomes comuns são indefinidos e designam coisas comuns, como uir ‘homem’ e mulier ‘mulher’; destes existem alguns nomes a partir de outros nomes, como Ilium a partir de Ilus e Ilia a partir de Ilium ‘Troia’, e outros a partir de nomes comuns, como Albius a partir de albus ‘branco’ e Atrius a partir de atrus ‘negro’. Em nenhum dos dois a analogia é preservada: pois embora Roma ‘Roma’ surja a partir de Romulus ‘Rômulo’, não há relação de proporção, pois deveria ser Romula, e não Roma<sup>28</sup> (VARRÃO, *De língua latina*, XLI-80, traduzido por VALENZA, 2011, p. 59-60).

A nota XLI-80 descreve a juízo de Varrão sobre a distinção entre nomes próprios e comuns e sua origem. Em notas posteriores – XLI-83 e XLI-84 –, esse gramático latino expõe a relação entre o nome de pessoa e o nome de lugar, como expõe o excerto a seguir:

XLI-83. E muitos libertos que foram oferecidos por um município livre têm o nome a partir da cidade; nisto, os escravos das sociedades e dos templos não observaram a regra com a mesma proporção; e os libertos dos romanos deveriam ser chamados de Romani ‘romanos’, a partir de Roma, assim como os libertos de Fautentia chamam-se Fautentini e os de Reate ‘Reate’, Reatini ‘reatinos’; assim, os libertos filhos de escravos públicos deveriam ser nominados Romani, os que foram libertados antes de começarem a receber os nomes dos magistrados que os libertaram. 84. A partir disso há também aqueles nomes como Lesas, Ufenas, Carrinas e Maecenas, que, embora sejam nomeados a partir de um lugar, como Urbinas, que contudo resulta em Urbinius, deveriam ser ditos conforme a semelhança dos nossos nomes:

<sup>27</sup> Via correspondência eletrônica, em 31 de janeiro de 2017, o professor Fábio da Silva Fortes (UFJF) assim nos esclareceu: “Na tradição gramatical grega, contudo, os gramáticos fazem a diferença terminológica entre nomes próprios e nomes comuns, os termos são os seguintes, com seus equivalentes latinos: 2.1 Nome próprio: gr. *ónoma* (ὄνομα) - lat. *nomen*; 2.2 Nome comum: gr. *prosegoría* (προσηγορία) - lat. *appellatio*. Toma nota, também, que essa distinção terminológica e conceitual entre nomes próprios e comuns, dentro de uma tabela das “classes de palavras” ou “partes da oração” (μέρη λόγου) é assinalada pelos filósofos estoicos, em sua lógica, aos quais temos acesso indireto por Diógenes Laércio (*Vita philosophorum*, VII, 57-58)” (FORTES, 2017).

<sup>28</sup> “Sequitur de nominibus, quae differunt a vocabulis ideo quod sunt finita ac significant res proprias, ut Paris Helena, cum vocabula sint infinita ac res comunis designent, ut vir mulier; e quibus sunt alia nomina ab nominibus, ut Ilium ab Ilo et Ilia ab Ilio, alia a vocabulo, ut ab albo Albius, ab atro Atrius. In neutris servata est analogia: nam et cum sit a Romulo Roma, proportione non est quod debuit esse.”

Lesius, Ufenius, Carrinius e Maecenius<sup>29</sup>.” (VARRÃO, *De língua latina*, XLI-83-84, traduzido por VALENZA, 2011, p. 60-61).

Identificamos, no último excerto, a cosmovisão clássica de justeza e de proporcionalidade quanto aos *nomina* (nomes próprios), que, nesse caso, deveriam sempre estar relacionados a aspectos como gênero, semelhança e origem, opondo-se ao convencionalismo do *onoma* tratado no Crátilo. Como arremate, estabelecemos, portanto, que a distinção entre nomes e verbos e, dentro daqueles, entre nomes próprios e comuns, já estava minimamente instituída na Antiguidade.

No período da Idade Média, especialmente entre os séculos IX e XV, a filosofia de base cristã atentou, em especial, para o debate acerca das propriedades, dos atributos, das características, das essências e das qualidades das espécies e das categorias naturais, conhecida como a questão sobre os *universais* (BIGELOW, 2006; MARCONDES, 2010). Quanto à universalidade e às propriedades dos nomes, do ponto de vista gramatical, listamos dois grupos, os *nominalistas* e os *realistas*.

Os realistas tomam o geral como independente do individual, influenciados por Platão e a questão do mundo das ideias, para quem o universal é como um ser transcendente, anterior à coisa (*ante rem*), ou seja, a existência de universais não depende da existência de indivíduos que os exemplificam. Em suma, “uma espécie não pode existir, por exemplo, se não existem animais daquela espécie” (BIGELOW, 2006). Considerando a temática discutida na tese, os nomes próprios só existem dada à ocorrência anterior de nomes comuns.

Já os nominalistas defendiam o universal como um conteúdo de nossa mente, expresso em um nome, não havendo uma realidade específica correspondente. Para esses, no princípio, todas as coisas haviam sido nomeadas por nomes próprios, sendo que a generalização e o agrupamento das coisas maiores resultaram, como produto do pensamento abstrato, nos nomes comuns (*post rem*), formados com base na semelhança (BIGELOW, 2006; HADJÚ, 2003, p. 9).

Esses debates lógico-filosóficos se apresentaram como aporias, de modo que Brito (2003) destaca que “esse impasse medieval sobre se ‘em cada língua os nomes comuns

---

<sup>29</sup> “Habent plerique libertini a municipio manumissi, in quo, ut societatum et fanorum servi, non servarunt proportione rationem, et Romanorum liberti debuerunt dici ut a Faventia Faventinus, ab Reate Reatinus sic a Roma Romanus, ut nominentur libertini orti publicis servis Romani, qui manumissi ante quam sub magistratum nomina, qui eos liberarunt, succedere ceperunt. 84. Hinc quoque illa nomina Lesas, Ufenas, Carrinas, Maecenas, quae cum essent ab loco ut Urbinas, et tamen Urbinus, ab his debuerunt dici ad nostrorum nominum.”

tornaram-se nomes próprios’ ainda hoje está presente no âmbito da Escolástica e da Filosofia da Linguagem contemporâneas”.

O Renascimento e, mais ainda, a Idade Moderna trouxeram consigo um movimento de especialização científica que resultou na criação de diversas disciplinas. Especialmente nas Humanidades, o espírito positivista dos séculos XVIII e XIX promoveu o aperfeiçoamento de métodos nas áreas de Filologia e de Dialectologia, e como consequência da ampliação dos objetos do saber observados, os nomes próprios de pessoas e, principalmente, os de lugares, por seu valor histórico e caráter identitário, passaram a ser analisados em seus aspectos linguísticos e extralinguísticos como *corpora* específicos (HADJÚ, 2003).

Foi assim que, a partir da segunda metade do século XIX, os estudos dos nomes de lugares se constituíram em uma disciplina autônoma no âmbito da ciência da língua(gem), a ponto de “ser considerada como uma disciplina completa e acabada” (DICK, 1990b, p. II). O primeiro ato dessa disciplinarização se deu na França, em 1878, com Auguste Lognon, sob um caráter histórico-filológico que relacionava os estratos linguísticos com o objetivo de datação e de reconstituição de possíveis camadas dialetológicas, especialmente de substratos e superstratos destes territórios, percebendo a presença ou o apagamento de assentamentos humanos numa região (DICK, 1990b).

A consolidação dos estudos toponímicos – e onomásticos em geral – deve tributo a obras de franceses como Antoine Houzé (*Étude sur la signification des noms de lieux en France*, 1864), Jules Quicherat (*De la formation française des anciens noms de lieu*, 1867), August Longnon (*Les noms de lieu de la France*, 1912), Charles Rostaing (*Les noms de lieux*, 1945) e Albert Dauzat, este último com vultosa atuação acadêmica e institucional na área (DICK, 1990b; ISQUERDO, 2012).

Dauzat foi autor de dezenas de obras que versam sobre dialetos no território francês, história e descrição da língua francesa, geografia linguística e onomástica, e organizou os primeiros congressos de Onomástica – Paris-1938; Paris-1947; Bruxelas-1949 –, além de ter fundado, em 1949, a *Revue Internationale d'Onomastique*. Promoveu comissões toponímicas em países na Europa e na América do Norte, contribuindo sobremaneira para fincar procedimentos e técnicas científicos tradicionais da Onomástica e da Toponímia (DE STEFANI, 201-).

Dick (2000) preconizou que, a partir da obra de Dauzat (1928), a Toponímia postula algumas diretrizes teórico-metodológicas, tais como:

- (a) o estabelecimento das camadas dialetais, com reflexos na língua falada na região; (b) a pesquisa das raízes formadoras dos topônimos; (c) a

reconstituição etimológica das formas antigas de nomeação, oriundas de substratos e adstratos linguísticos; (d) a pesquisa em documentos históricos (DICK, 2000b, p. 231).

Além de focalizar a procedência e a etimologia, Dauzat (1928) teve o mérito de propor o método das áreas, método dialetológico que abarca as categorias tempo e espaço e que tem sido aplicado, guardadas as proporções de cada *corpus*, aos chamados atlas toponímicos brasileiros, como expomos na subseção seguinte (DICK, 1996, 2006, 2007).

O desenvolvimento de princípios teórico-metodológicos levou à ampliação do quadro epistemológico da Onomástica e da Toponímia, especialmente internacionalmente, a partir da década de 1990. Segundo a historiografia da área, a abordagem histórico-etimológica passou a sofrer críticas, dentre as quais quanto à falta de intervenção sociopolítica, e a interface com estudos sociolinguísticos, etnográficos e cognitivos caracterizaram a chamada *reviravolta crítica* (*critical turn*), gerando termos como *Socio-Onomástica*, que abrange a *Toponímia Crítica* (ou *Sociotoponímia*) e a *Antroponímia crítica* (ou *Socio-Antroponímia*) (HOUGH, 2016; BERG; VUOLTEENAHO, 2009).

De acordo com Bryant (1976, p. 32) e Hough (2016, p. 12), dentre os efeitos desse processo, há uma ampliação conceitual do nome próprio e o uso de *corpora* não tradicionais – a análise de diversos referentes animados e inanimados, tais como nomes de embarcações, locomotivas, animais de fazenda ou domésticos, nomes e apelidos para dispositivos individuais, corpos celestes etc. Quanto às investigações em Antroponímia e Toponímia literárias, tem havido um crescimento de estudos em tais fontes no país, tanto em Linguística quanto em História Social<sup>30</sup>.

Assim, Hough (2016) legitima que a Toponímia com objetivos diacrônicos está hoje reconhecida e consolidada, ao passo que destaca a crescente produção de pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais e a ampliação dos *corpora* onomásticos, compreendendo que “entidades nominadas não se limitam a pessoas e lugares, mas estendem-se a outras criaturas vivas, objetos produzidos pelo homem e corpos celestes, todos refletindo

---

<sup>30</sup>Como forma de percebermos como se processam as produções acadêmicas na área, procedemos com uma pesquisa de busca simples na plataforma *Google Acadêmico* quanto à filiação disciplinar. Como resultado da busca por Artigos, Dissertações, Teses e Livros, o índice *Onomástica* possuiu menos indexações que *Toponímia* e *Antroponímia*. Destacamos, ainda, uma menor ocorrência de publicações em Antroponímia do que em Toponímia, com certa autonomia entre essas subáreas onomásticas. Em relação aos agentes, *onomasticista* também foi um índice menos frequente que *toponimista* e que *antroponimista*.

diferentes aspectos da interação entre humanos e seu meio circundante” (HOUGH, 2016, p. 1, tradução nossa)<sup>31</sup>.

Quanto às fontes de estudo e séries de publicações em Onomástica, estas se encontram pulverizadas em diversos livros, glossários e periódicos, sendo o mais tradicional a revista estadunidense *Names – A Journal of Onomastics*, organizada pela *American Name Society* (ANS) ininterruptamente, com publicações trimestrais desde 1952<sup>32</sup>. Outro periódico é o *Onoma*, revista do Conselho Internacional de Ciências Onomásticas (ICOS - *The International Council of Onomastic Sciences*), com publicações anuais<sup>33</sup>. Além desses, os congressos trienais do ICOS expedem, em forma de anais, recentes pesquisas de onomasticistas internacionais, com artigos em língua inglesa, no caso da *Names*, e em inglês, francês, alemão, espanhol e holandês, na revista *Onoma*.

No âmbito das Américas, os estudos da nomenclatura indígena, que constitui a camada toponímica autóctone do continente, contemplam uma parte considerável das pesquisas no século XX. Destes, cabe mencionar o Canadá, especialmente a província de Quebec, e países latino-americanos como Venezuela, Paraguai, Chile e Costa Rica (ANANIAS, 2018, p. 57-58) e México, Colômbia e Argentina (ALEXIS, 2011, p. 59-62).

Diferente do que identificamos em alguns poucos países com maior tradição acadêmica e institucional, não há um periódico específico para publicação de pesquisas onomásticas nacionais. As publicações da área encontram-se pulverizadas em livros, em artigos (a)temáticos de periódicos diversos e publicados em anais de eventos das áreas de Letras e Linguística, de Geografia e de História. Apresentamos, na subseção seguinte, um histórico dos estudos toponímicos no Brasil e, especificamente, aqueles referentes ao estado de Sergipe.

### 3.1.1 Estudos toponímicos no Brasil

Para nortear nosso estado da arte da toponímia brasileira, valemo-nos da cronologia proposta por Isquierdo (2012), com sua divisão tripartite: 1ª) entre 1901 e 1979; 2ª) entre 1980 e 1990; e 3ª) a partir dos anos 1990.

---

<sup>31</sup> “Named entities are not limited to people and places, but extend to other living creatures, man-made objects, and celestial bodies, all reflecting different aspects of the interaction between humans and their surroundings.”

<sup>32</sup> O número mais recente publicado foi o volume 66, número 4 (Out-Dez 2018). Informações coletadas no *website* oficial do periódico: <<http://www.tandfonline.com/loi/ynam20>>.

<sup>33</sup> A última chamada da revista *Onoma* foi em abril de 2016, para o volume 52, com dossiê temático sobre a ‘Onomástica asiática’. Para mais informações, vide: <<https://icosweb.net/drupal/onoma>>.

Os termos Onomástica/Onomatologia, Toponímia e Antroponímia foram cunhados pela primeira vez em língua portuguesa pelo filólogo lusitano Leite de Vasconcellos, em 1887, na *Revista Lusitana*. Na fase pioneira dos estudos toponímicos no Brasil, as investigações não tinham caráter disciplinar bem definido, mas se davam em perspectiva etnolinguística e histórico-filológica. Esses estudiosos eram de formação multidisciplinar, dentro e fora das Humanidades, e se valiam de *corpora* toponímicos como objeto instrumental. Destacaram-se “Plínio Airoso, Teodoro Sampaio, José de Sá Nunes, Antenor Nascentes, Raja Gabaglia e, atualmente, Antônio Houaiss, da Academia Brasileira de Letras”, considerados, ao lado do professor Carlos Drummond e de Levy Cardoso, os mais proeminentes estudiosos da Toponímia nacional entre as décadas de 1930 e 1970 (BARBOSA, 1980, p. 148).

Assim, o marco inaugural estipulado por Isquierdo (2012) para a toponímia nacional é a publicação do cânone *O Tupi na geographia nacional*, do engenheiro Theodoro Sampaio (1901). Identificamos que os termos *toponímia* e seu adjetivo correspondente *toponímico(a)* não estão grafados na obra, que sempre a substituí por *geografia* e *geográfico(a)*. Nesta fase inicial, os topônimos indígenas, especialmente em tupi antigo (*vide* seção 2.3.1), eram analisados, tão somente, como parte decifrável da memória e da identidade nacionais, interessando também a padronização ortográfica dos nomes geográficos de origem indígena e africana (DICK, 1990b, 1994; ISQUERDO, 2012).

Cavalcanti (1918) atentou que, mesmo na França dos anos 1910, a toponímia era “tratada muito pela rama em ligeiras notas de livros didáticos ou apêndices de grandes atlas” (CAVALCANTI, 1918, p. 172). Já a bibliografia toponímica nacional da primeira metade do século XX tende a ser encontrada em atas de congressos de História e de Geografia e em estudos do IBGE, bem como em glossários etimológicos de topônimos de línguas indígenas ou africanas, publicados *pari passu* à descrição de tais estratos linguísticos. Academicamente, a Toponímia passou a integrar os currículos dos cursos de História e de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) já em 1934, como conteúdo programático da antiga cátedra de *Etnografia e Língua Tupi*.

Como mencionamos, alguns estudos toponímicos apresentam caráter normativo, visando à fixação/oficialização de uma das formas variantes e procedendo à tentativa de *corrigir* essa nomenclatura. Trabalhos como Barbosa (1980) debatem a padronização ortográfica na toponímia brasileira, especialmente de origem tupi, sendo a variação ortográfica um fenômeno a ser evitado, podendo ser, inclusive, pauta de marcos legais, como a Lei Geográfica de 1943 e o Decreto Legislativo de 09/1957. O público em geral, de certo modo, costuma ter crenças e atitudes conservadoras, normativas e homogeneizantes em



relação ao uso dos nomes de lugares, o que pode ser explicado pelo caráter de pertencimento e de identidade – fenômeno denominado *toponymic attachment* por Kostanski (2016). Muitas vezes promovidas por estudiosos de formação filológica, histórica e mesmo beletristas em geral, e sob a tutela de órgãos oficiais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Academia Brasileira de Letras (ABL), seguindo diretrizes do Comitê de Nomes Geográficos da Organização das Nações Unidas (UNGEGN/ONU) (BARBOSA, 1980, p. 147), que têm agido também em ações jurídico-diplomáticas.

Seguindo o percurso epistemológico europeu do início do século XX, com ênfase na etimologia dos nomes, tomando-os, dentre outros métodos, como instrumental para a reconstrução de línguas do ramo indo-europeu (HADJÚ, 2013), percebemos também no Brasil uma tradição histórico-filológica. Cabe destacar a crítica de Drumond a uma limitação nos objetivos e na aplicação dos estudos toponímicos brasileiros nesta primeira fase: “A Toponímia distinguia-se por ser um rol de vocábulos quase exclusivamente de origem tupi, seguido de uma provável etimologia, esgotando-se aí, nesse procedimento, os objetivos e as pretensões da matéria” (apud DICK, 1990b, p. II).

Na tentativa de preencher essa lacuna epistemológica, percebemos uma vinculação da Toponímia aos estudos linguísticos, visto que faltavam estudos de amplo alcance e com rigidez de procedimentos. O desenvolvimento desse constructo teórico-metodológico abrange a segunda fase dos estudos toponímicos no Brasil – décadas de 1980 e 1990, quando despontaram os estudos realizados por Maria Vicentina Paula do Amaral Dick, professora livre-docente da Universidade de São Paulo.

Sua tese de doutoramento, defendida em 1980, objetivava formular e aplicar uma taxonomia toponímica à nomenclatura geográfica de todo o país (DICK, 1990a). Este modelo taxonômico foi aprimorado (DICK, 1990b, p. 31-34) e tem sido amplamente utilizado nas pesquisas acadêmicas desde os anos 1990. É do prisma da descentralização e ampliação das pesquisas toponímicas no país que temos a terceira e atual fase da toponímia nacional (ISQUERDO, 2012, p. 20-21).

A aplicação de propostas teórico-metodológicas da professora Dick (1990a, 1990b, 1997, 2004, 2006) tem permitido a consolidação da disciplina no rol da vertente lexicológica da Linguística brasileira, especialmente com a produção de estudos monográficos e de atlas toponímicos estaduais (ISQUERDO, 2012). Identificamos ainda que os estudos que consideram aspectos variáveis sociais e a dimensão cognitivista são ainda embrionários no país, mesmo que com tradição constituída em âmbito internacional (ICOS, 2018).

Tratamos desta fase cronológica mais especificamente a partir de então, a fim de apresentar um panorama das pesquisas toponímicas no Brasil nas últimas três décadas. Valemo-nos, para isso, dos próprios textos de Dick, bem como de revisões de literatura descritas em outras teses e dissertações sobre o tema. Desde os anos 1990, verificamos uma crescente produção acadêmica em nível de graduação e de pós-graduação, majoritariamente vinculados a programas da área de Letras e de Linguística. Dick (2006) justifica a validade da aplicação de sua taxonomia junto a recortes específicos sob diversas abordagens, visto que sua proposta conseguiria destacar o caráter semântico da motivação toponímica.

Outra linha de atuação e produção bibliográfica tem sido no âmbito da proposta de Dick (2007) para o Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB). Mesmo com um alinhamento teórico-metodológico (DICK, 1990a, 1900b, 1997, 2004, 2006, 2007), a concretude do ATB tem esbarrado em questões diversas, considerando sua trajetória e seus resultados. O que temos, de fato, são desmembramentos estaduais deste macroprojeto, os quais listamos no Quadro 4 a seguir, com dados como a unidade federativa, o pesquisador ou coordenador da pesquisa e a situação de tais pesquisas e projetos quanto à atividade.

Quadro 4 – Pesquisas e projetos de (esboços de) atlas toponímicos por estado brasileiro

UF	PESQUISADOR(A)(ES)	TÍTULO DO PROJETO / INSTITUIÇÃO
AC	Alexandre Melo de Sousa (Coord.)	Projeto ATAQB (Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira)
AL	Pedro Antonio Gomes de Melo (Coord.)	GETAL (Grupo de Estudos Toponímicos de Alagoas)
BA	Celina Abbade (Coord.)	Projeto ATOBAH (Atlas Toponímico da Bahia)
GO	Kenia Mara de Freitas Siqueira (Coord.)	Projeto ATEGO (Atlas Toponímico do Estado de Goiás)
MA	Maria Célia Dias de Castro (Coord.)	Projeto ATEMA (Atlas Toponímico do Estado do Maranhão)
MT	Maria Aparecida de Carvalho	Projeto ATEMT (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso)
MS	Aparecida Negri Isquerdo (Coord.)	Projeto ATEMS (Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul)
MG	Maria Cândida Seabra (Coord.)	Projeto ATEMIG (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais)
PR	Vanderci Aguilera (Coord.)	Projeto ATEPAR (Atlas Toponímico do Estado do Paraná)
RR	Maria do Socorro Melo Araújo	Atlas Toponímico Antropocultural de Roraima
SP	Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (Coord.)	Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo)
TO	Karilleyla dos Santos Andrade (Coord.)	Projeto ATT (Projeto Atlas Toponímico do Tocantins)

Elaboração do autor.

Fonte: Adaptado de Isquerdo (2012).

No Quadro 4, arrolamos dados acerca de atlas toponímicos estaduais que, em algum nível, encorpam os objetivos traçados pelo Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB). Das 27 unidades da federação, coletamos 12 pesquisas e/ou projetos vinculados ao Projeto ATB, dos quais alguns estão finalizadas e outros em andamento, além de um projeto inativo – o ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo), fundado em 1993 e coordenado pela professora Dick até a paralisação das atividades. Por critério de seleção, excluímos os estudos monográficos em Toponímia, frutos de Teses e de Dissertações.

Após uma apresentação cronológica dos estudos da área, decidimos por enfatizar características comuns e filiações, propondo um quadro-síntese das pesquisas toponímicas no Brasil, as quais consideramos ser de quatro grupos: a) polos toponímicos tradicionais; b) polos toponímicos de segunda geração; c) polos toponímicos de terceira geração; d) polos e projetos avulsos. Discorreremos sobre cada um a seguir.

O grupo *a* diz respeito a polos tradicionais de pesquisas toponímicas, à primeira geração de grupos de pesquisa e de projetos institucionais, atualmente em diferentes fases e constituídos há, no mínimo, uma década. Todos estes têm atlas toponímicos estaduais finalizados ou em andamento e apresentam uma considerável lista de trabalhos em nível *stricto sensu* como subprodutos desses projetos institucionais, sediados em programas de pós-graduação em Letras (ou áreas afins) de universidades públicas federais. São parte deste primeiro grupo os trabalhos em torno dos seguintes projetos: ATESP-Atlas Toponímico de São Paulo (USP), ATEMIG-Atlas Toponímico de Minas Gerais (UFMG), ATEMS-Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul (UFMS), ATEPAR-Atlas Toponímico do Paraná (UEL) e ATT-Atlas Toponímico do Tocantins (UFT), coordenados, respectivamente, pelas pesquisadoras: Maria Vicentina Paula do Amaral Dick, Maria Cândida Trindade Seabra, Aparecida Negri Isquerdo, Vanderci Aguilera e Karilleila Andrade. Além destes, consideramos as pesquisas empregadas pela professora Patrícia Carvalhinhos (USP) como pertencentes ao grupo *a*, justificando sua inclusão, se não pela coordenação do Projeto Atlas Toponímico de Portugal, que fugiria do escopo espacial da análise, por atualmente capitanear as pesquisas onomásticas no estado paulista, com disciplinas específicas de Toponímia tanto na graduação quanto na pós-graduação *lato sensu* na USP, instituição pioneira nesses estudos no país.

Compomos o grupo *b* com projetos institucionais de Toponímia de diversos caracteres: pesquisas avulsas ou vinculadas a grupos de pesquisas e/ou programas de pós-graduação em universidades públicas federais ou estaduais, geralmente coordenados por (ex-) membros do grupo *a*. Neste grupo, incluímos os Projetos ATOBAH-Atlas Toponímico da Bahia (UNEB),

ATEGO-Atlas Toponímico do Estado de Goiás (UFG), ATA OB-Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (UFAC), coordenados respectivamente pelos professores Celina Abbade, Kenia Siqueira e Alexandre Melo de Sousa.

Caracterizamos o grupo *c* como polos de terceira geração, configurado por estudos individuais de pesquisadores, geralmente suas teses ou dissertações, bem como grupos de pesquisas em nível de graduação, alguns dos quais não figuramos no grupo *b* pela incipiência de produtos ou pela paralisação de seus respectivos projetos toponímicos. Alguns também são coordenados por (ex-) membros dos grupos *a*. Nesse domínio, listamos os seguintes projetos e investigações: Projeto ATEC-Atlas Toponímico do Estado do Ceará, coordenado pelo professor Alexandre Melo de Sousa, no âmbito da UFAC; Projeto ATEMA-Atlas Toponímico do Estado do Maranhão, sob a coordenação da professora Maria Célia Dias de Castro (UEMA); Projeto ATEMT-Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso, coordenado por Maria Aparecida de Carvalho, dentre outros que possamos ter olvidado quando da revisão de literatura.

O grupo *d*, o qual discriminou projetos toponímicos avulsos, abarca investigações isoladas em nível *stricto sensu* ou mesmo projetos de grupos de pesquisa em nível de graduação, liderados por pesquisadores que defenderam teses e/ou dissertações sobre topônimos. Essa lista seria, possivelmente, a mais extensa dos quatro grupos, motivo pelo qual nos escusamos desta tarefa, assinalando como bom ponto de partida a lista inscrita por Ananias (2018, p. 61-62). Nesta, a autora inventariou 23 teses de Doutorado defendidas no âmbito dos estudos toponímicos em instituições brasileiras no Brasil até o ano de 2018.

Nas pesquisas da área, orbitam projetos de pesquisa e de extensão de grupos de pesquisas no âmbito dos cursos de Letras de universidades públicas e que, dadas às limitações pessoais e de apoio institucional e financeiro, além do território de dimensões continentais do Brasil, costumam estar delimitados espacialmente a uma única unidade federativa ou mesmo a algumas mesorregiões ou microrregiões de um estado, sem intensas parcerias interinstitucionais.

Considerando, inclusive, aspectos institucionais, cumpre destacar a quase secular participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com subsídios e resultados oficiais para os estudiosos da área. O setor de Geociências – em especial o vinculado à Cartografia – tem progressivamente contribuído, intervindo com resoluções e com estudos analíticos, incorporando questões acerca dos nomes geográficos aos censos demográficos e organizando congressos temáticos internos e externos.

O tratamento dos nomes de lugares pelo viés institucional-oficial motivou a criação do *Banco de Nomes Geográficos do Brasil* (BNGB/IBGE) e uma ativa representação do Brasil no *Grupo de Especialistas em Nomes Geográficos* (UNGEGN/ONU)<sup>34</sup>. Em um Relatório de Gestão do IBGE do ano 2006, encontramos o seguinte histórico da participação institucional dessa entidade estatal acerca da toponímia:

Criação do Grupo de Trabalho em Nomes Geográficos, a fim de retomar os estudos e publicações do IBGE nesse campo, além de desenvolver o Banco de Nomes Geográficos do Brasil - BNGB, em coerência com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG, 1992) com as recomendações das Conferências das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos. O grupo, que congrega profissionais de Engenharia Cartográfica, Informática, Análise de Sistemas, Geografia, Ciências Sociais e Letras, redigiu e aprovou o “Projeto de Nomes Geográficos do Brasil”, que incluiu a modelagem do BNGB, concluída em junho [de 2005] (IBGE, 2006, p. 71).

Assim, o IBGE (2011a) assim destaca as diversas vertentes dos estudos junto a *corpora* toponímicos:

- *aspectos geocartográficos*, que “contemplam a identificação do nome geográfico como código, nome geográfico oficial (e variantes), coordenadas geográficas, geometria e classificação do elemento cartográfico”;
- *aspectos histórico-geocartográficos*, que “contemplam histórico de pertinência territorial, alterações toponímicas, variantes históricas do nome geográfico e história do nome geográfico”;
- *aspectos linguísticos*, que “contemplam etimologia, ortografia, motivação toponímica e classificação gramatical” (IBGE, 2011a, p. 5).

É compreensível a identificação de um tímido, mesmo que crescente, tratamento de dados de natureza linguística nas produções do IBGE, se os compararmos aos dois primeiros aspectos arrolados, pelas especialidades do órgão e a ausência de servidores especialistas em Linguística.

A seguir, apresentamos as pesquisas que tomaram nomes próprios do estado de Sergipe como objeto de investigação.

---

<sup>34</sup> Como lembra Kadmon (2009), a definição do termo n.º 358, UNGEGN, do Glossário de termos para a padronização de nomes geográficos, traduzido por Ana Maria Goulart Bustamante, esclarece: “acrônimo da expressão em inglês *United Nations Group of Experts on Geographical Names*, em português *Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos*, cujo acrônimo é GPNUNG. Alguns autores preferem o acrônimo GENUNG e a tradução da expressão como *Grupo de Especialistas das Nações Unidas em Nomes Geográficos*” (KADMON, 2009, p. 13).

### 3.1.2 Estudos toponímicos em Sergipe

A revisão da literatura permite destacar, tal qual mencionamos na seção introdutória, que as pesquisas acerca dos nomes próprios e, particularmente, dos nomes de lugares, têm sido promovidas por estudiosos de diversas áreas de formação. Isso, além de indicar a natureza interdisciplinar do objeto, enfatiza as lacunas que podem e devem ser preenchidas.

O estudo mais representativo de um *corpus* toponímico do território sergipano é o *Glossário Etimológico dos nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe*, de autoria de Armindo Guaraná (1916), publicado como apêndice na *Revista do IHGSE*. Trazendo como subtítulo “Organizado em 1886, ampliado em 1914 e revisto pelo Visconde de Beaurepaire Rohan e Dr. Theodoro Sampaio”, Guaraná (1916) apresenta 341 entradas, com informações geográficas, morfológicas e etimológicas de acidentes geográficos ainda hoje presentes nos mapas sergipanos.

Seu valor como material lexicográfico passa especialmente por descrever uma nomenclatura exclusivamente de Sergipe. Após um século de sua publicação, este trabalho requer um estudo crítico de seu conteúdo linguístico e extralinguístico, como reconhecimento da sua singularidade e para o bem das novas gerações de estudiosos da toponímia e das línguas indígenas.

As produções toponímicas em Sergipe têm sido “majoritariamente buriladas por historiadores, que pintam cenários de época e pincelam telas, por meio de artigos, sobre os nomes de lugares da terra serigy” (SANTOS, 2012, p. 54), dentre os quais podemos citar Alves (1999, 2000, 2002, 2003, 2004, 2005), Cardoso (2005), Mott (2006), Menezes (2008) e Santos (2006). Dentre os pesquisadores que tem atuado no estudo da toponímia como objeto de investigação e de divulgação científica citamos o professor Francisco José Alves. Doutor em História e com espírito de etimologista, tem contribuído com produções e com orientações, com artigos de opinião, bem como artigos científicos com objetivos sócio-históricos (ALVES, 1999, 2000, 2002, 2003, 2004, 2005).

Ao passo que identificamos historiadores se debruçando sobre os nomes dos lugares de Sergipe, não podemos dizer o mesmo de estudiosos de áreas como Geografia e Cartografia. Na área de Linguística, os estudos são mais recentes, há menos de uma década, com algumas produções no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe. Mesmo sem uma linha de pesquisa específica para os estudos onomásticos, identificamos aí três dissertações de mestrado nesta área: duas em toponímia – Santos (2012) e Cruz (2016) – e uma em Antroponímia – Santos (2015), cujos *corpora* foram

tratados sob diferentes perspectivas, o que não parece ser pouco para um programa fundado há uma década e sem tradição epistemológica na área de Onomástica.

O primeiro estudo a descrever um *corpus* toponímico do estado sob os postulados teórico-metodológicos de Dick (1990a, 1990b, 2004, 2006) foi a dissertação de mestrado *De Cirigype a Sergipe Del Rey* (SANTOS, 2012), que apresentou uma descrição semântico-filológica de mais de 70 topônimos inscritos em cartas de sesmarias de 1594 a 1623. Ao coletar a nomenclatura de elementos físicos e das primeiras aglomerações humanas do território, Santos (2012) destacou a variação, tanto gráfica quanto lexical, do *corpus*. Quanto à classificação semântica, percebeu dois *modi nominandi* dicotômicos: topônimos em línguas nativas inscreviam totalmente elementos físicos, como cursos d'água, fauna e flora locais, enquanto os em língua portuguesa registravam majoritariamente elementos socioculturais da cultura europeia.

O estudo antroponímico promovido por Melânia Lima Santos (2015), por meio do exame de livros de batismo, “visa[va] reconhecer a influência de uma ideologia religiosa dominante na escolha dos antropônimos na freguesia de São Cristóvão, a mais antiga do Estado de Sergipe, no período compreendido de 1883 a 1910” (SANTOS, 2015, p. viii).

A microtoponímia urbana contemporânea foi o material de interesse de Eluzia Lisboa da Cruz (2016) para analisar práticas denominativas dentro do processo de urbanização aracajuana. Para tal, Cruz (2016) se valeu de “diferentes materialidades escritas: mapas, propagandas de divulgação de condomínios, listas de nomes de ruas e de localidades rurais e urbanas da Jabotiana nos anos 2000” (CRUZ, 2016, p. v), filiando-se ao constructo teórico da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002).

Na última década, contudo, não foi o âmbito acadêmico aquele a gerar uma divulgação acerca dos estudos toponímicos, mas a questões de cunho político-jurídico. No século XXI, os nomes de lugares em Sergipe foram tomados como centro de discussões nos seguintes casos:

- Indicação de lei nº 304/2012, de autoria do Vereador Emerson, aprovada pela Câmara Municipal de Aracaju, que recomendava a mudança de cinco nomes de localidades da capital, a saber: “Jabotiana para *Jabutiana* (vem de jabuti), Aruana para Aruanda (nome indígena), terminal *DIA* (sem ponto – sigla), Avenida Beira Mar para *Avenida Beira-Mar* (com hífen), e Orla de Atalaia para *Orla da Atalaia*” (CÂMARA, 2012). Pela ausência de argumentos convincentes na proposta, pelas incorreções no âmbito linguístico-gramatical e pela atitude reativa de parte da população e de grupos intelectuais fez com que as recomendações de mudança não se efetivassem;

- Efetivação da recomendação nº 49 da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em janeiro de 2016, pelo Governo do Estado, que alterou a nomenclatura de bairros, estádios e escolas públicas “que se refiram a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações” (AGÊNCIA, 2016). Em Sergipe, promoveu-se a substituição de nomes de ex-presidentes do período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Os debates dessa ação abrangeram principalmente o papel da memória e a padronização e manutenção dos nomes de lugares;
- Determinação judicial do Tribunal de Justiça de Sergipe de 19 de maio de 2017, cumprida pelo Governo de Sergipe, que obriga a remoção dos nomes de pessoas vivas em prédios e demais logradouros públicos do Estado, inclusive fachadas, placas, internamente ou externamente, material publicitário, documentos e outros papéis oficiais. (L. SILVA, 2017).

Estas três situações mostram-nos que a toponímia tem sido objeto de discussões e intervenções não acadêmicas e que o diálogo entre estudiosos sérios e a sociedade civil poderia desmitificar dúvidas e falsas crenças em torno da constituição e da finalidade dos nomes de lugares.

Como arremate das discussões da subseção 3.1, verificamos que a produção de estudos toponímicos, no Brasil, tem crescido exponencialmente, atestando a consolidação do *status* científico da Toponímia. Percebemos que esta produção se filia à vertente lexicológica da ciência Linguística, tendo uma tradição epistemológica luso-francesa, influenciada pelas leituras dos professores Carlos Drumond e Maria Vicentina Dick dos escritos de Albert Dauzat e de Leite de Vasconcellos. As proposições e conseqüentes aplicações teórico-metodológicas, em especial dos postulados de Dick (1990a, 1990b, 1997, 2004, 2006, 2007), fizeram a Toponímia passar “de corpo auxiliar de análise genético-lingüística, envolvendo uma postura mais instrumental de abordagens analíticas, para a formação de uma disciplina, com princípios gerais estabelecidos cientificamente” (DICK, 1995, p. 2).

Após uma revisão da literatura toponímica no estado de Sergipe, verificamos que ainda se encontra lacunar uma extensiva análise linguística da nomenclatura geográfica sergipana, tanto urbana quanto rural, sendo esta uma das justificativas para a produção desta tese. Especialmente quanto aos diversos *corpora* do estado de Sergipe, observamos que há uma seara fértil para os estudos toponímicos no estado. Após a revisão da literatura, discutimos, na subseção a seguir, aspectos teóricos inerentes ao signo toponímico, a fim de filiar nosso estudo dentro dos diversos constructos que abrangem os nomes próprios.



### 3.2 ASPECTOS TERMINOLÓGICOS, FORMAIS E SEMÂNTICO-LEXICAIS DE SIGNOS TOPONÍMICOS

Nesta subseção, descrevemos e analisamos aspectos linguísticos e terminológicos comuns aos nomes próprios, especialmente aos de lugar. Para nortear nossa discussão, valemo-nos da divisão proposta por Biderman (1998) acerca das três *dimensões da palavra*, a saber: *mágico-religiosa*, *cognitiva* e *linguística*.

A dimensão mágico-religiosa relaciona-se ao ato denominativo como criação divina, domínio e essência, relacionado ao ser humano ou divino (BIDERMAN, 1998, p. 81-88). Na cosmovisão milenar, a hebraica, que ressoa na sociedade brasileira por meio da tradição judaico-cristã, o mundo e as coisas nele existentes se formaram pelo uso da língua(gem), por meio do imperativo *Faça-se!*, como relatado na alegoria bíblica do livro de Gênesis (BÍBLIA, 2018).

Outras passagens bíblicas registram o uso da palavra para (re)instituir nova essência a uma criatura ou a um lugar, tais como: “Não será mais chamado Abrão; seu nome será Abraão, porque eu o constituí pai de muitas nações” (Gênesis 17:5); “Colocou Eliaquim, filho de Josias, como rei no lugar do seu pai, Josias, e mudou o nome de Eliaquim para Jeoaquim.” (II Reis 23:34a); “Fez Matanias, tio de Joaquim, reinar em seu lugar, e mudou seu nome para Zedequias” (II Reis 24: 17); e, no Novo Testamento, “Simão, chamado Pedro”, sobre quem Jesus afirma: “E eu digo que você é Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja” (Mateus 16: 18. In: BÍBLIA, 2018). A distância situacional e linguístico-histórica não nos permite uma compreensão profunda dos motivos das mudanças onomásticas nessas narrativas.

A Bíblia ainda traz relatos de (re)nominação que remetem ao domínio da terra, tais como:

Os filhos de Rubem construíram Hesebon, Eleale, Cariataim, Nebo e Baalmeon, mudando-lhes os nomes, e Sabama; e deram nomes às cidades que edificaram. [...] Jair, filho de Manassés, foi e ocupou suas aldeias, às quais deu o nome de aldeias de Jair. Nobé marchou contra Canat, e apoderou-se dela, bem como das aldeias dependentes, dando-lhe em seguida o nome de Nobé, seu próprio nome” (Números 32: 37-38, 41-42. In: BÍBLIA, 2018).

Dessas passagens bíblicas, compreendemos que o homem sempre intitulou a natureza ou suas posses – outros homens ou objetos – pela dimensão do domínio. Outro fato onomástico é a nominação de homens e de povos a partir da terra natal, recorrente a partir da

Idade Média, promovida pela “concepção feudal de homem atado à terra” (DAUZAT, 1928, p. 191).

Já a dimensão cognitiva abrange o processo de categorização do universo significativo materializado linguisticamente (BIDERMAN, 1998, p. 88-104). Processos denominativos compreendem aspectos extralinguísticos e resultam da relação entre um signo e uma percepção não discreta do universo referencial (real ou imaginário) (POTTIER, 1978). Os semas conceituais são codificados em uma dada língua natural e, pela lexicalização – passagem do nível conceptual (Co), pré-linguístico, ao nível da língua natural –, “contraí uma função semiótica com uma sequência fonológica, tornando-se uma lexia, ao nível do sistema, unidade memorizada e disponível para atualização [...] em vários universos de discurso” (BARBOSA, 1981, p. 69). No domínio da fala, cada atualização da lexia, denominada pelo linguista francês como *lexia-ocorrência* ou *palavra*, atende às situações sociocomunicativas e assume uma carga sêmica suplementar, resultante de sua combinatória com outras lexias do texto e com características orientadas pelo contexto situacional (POTTIER, 1978).

A denominação ocorre por construções de mundo, do plano cognitivo ao semiótico, estabelecidos, segundo Pais (1994, p. 170), por meio de quatro processos: *conceptualização*, percepção dos fatos reais é concomitantemente biológica e cultural; *latência*, traços distintivos semânticos possíveis dos objetos da semiótica natural, em estado semântico potencial; *saliência*, traços semânticos que se destacam – que são anteriores à fase de *pregnância*, quando há a seleção dos traços que configuram o conceito do fato em questão e as possibilidades de referências se reduzem por meio dos recortes ideológico-culturais.

De outro modo, o movimento do ato designativo vai da (i) percepção biológica dos elementos de mundo pelo denominador, para a (ii) conceptualização, quando os modelos mentais são formados de acordo com as apreensões socioculturais. Ao se converter a informação conceptualizada em significação linguística, ocorre a (iii) lexemização, na qual a acepção semântica forma o signo, saindo do nível genuinamente cognitivo, pronto para a (iv) produção discursiva, quando a enunciação, dentro de uma cena enunciativa, contextualiza esse signo (BARBOSA, 1981).

Com efeito, na compreensão ontogenética do processo de significação, percebe-se ser inevitável recorrer “a uma dimensão anterior à própria experiência verbal”, geralmente classificada como *referente*, *objeto mental* ou *unidade cultural*, sendo que “a experiência perceptiva já é um processo (não-verbal) de cognição, de construção e ordenação do universo” (BLINKSTEIN, 2003, p. 39; 42). Passa-se a estabelecer a não necessidade, no mundo real, de um correspondente verossímil ou imediato, sendo esse *referente* “um produto da dimensão

perceptivo-cognitiva; cognoscível; com vinculação direta com a significação linguística (na medida em que *não* é, mas representa a realidade extralinguística)” (BLINKSTEIN, 2003, p. 45, grifos do original).

Sapir (1969[1912]) argumenta que, dentre os níveis de análise linguística, o nível lexical é aquele mais susceptível às marcas do ambiente físico e social, no qual as experiências humanas podem ser mais facilmente identificadas. Considerando que o interesse humano gera e pauta escolhas lexicais, sacralizadas no campo social e confrontadas no eixo paradigmático com tantas outras possibilidades, o exame do léxico toponímico permite discussões não apenas linguísticas, mas também de dimensões extralinguísticas.

Em um signo toponímico, Sapir (1969[1912]) considera que “não são propriamente a fauna e os aspectos topográficos da região, em si mesmos, que a língua reflete, mas antes o interesse da nação nesses traços ambientais” (SAPIR, 1969), ao que Pottier (1978) apresenta que o mundo conceptual (Co), não o referencial, deve ser objeto de pesquisa do linguista. O primeiro “pode, por si só, ser o ponto de partida para o enunciador e o ponto de chegada para o interpretante” (POTTIER, 1992, p. 18), enquanto o segundo é “o lugar da representação mental que se tornou independente das línguas naturais e dos outros sistemas semiológicos, e sede da encenação” (POTTIER, 1992, p. 18).

Por tratarmos o signo toponímico como objeto da Lexicologia, destacamos a seguir a dimensão linguística da palavra, conforme a classificação de Biderman (1998). Os nomes próprios podem ser examinados especificamente quanto à sua (não) significação. Baseando-nos no conteúdo denotativo de um vocábulo, enquanto os nomes comuns designam (1) uma classe de seres, entidades e objetos (substantivo comum: estrela, filósofo, remédio, país, clube), os nomes próprios identificam (2) um membro de referência única na respectiva classe (substantivo próprio: Vênus, Sócrates, Aspirina, Portugal, Flamengo), demarcando designações próprias e exclusivas das classes listadas em (1) (AZEREDO, 2018, p. 166).

Pela natureza dos nomes próprios, os *onoma* (nomes próprios) podem ser objetos de interesse de ciências como História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Filosofia (da Linguagem) e de outras vertentes da Linguística. Como descrevemos na subseção 3.1, diversos autores têm se debruçado acerca da compreensão e caracterização dos nomes próprios. Desses, John Stuart Mill (1806-1873), Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925), Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938), Bertrand Arthur William Russell (1872-1970), Ludwig Joseph Johann Wittgenstein (1889-1951), John Rogers Searle (1932-) e Saul

Aaron Kripke (1940-) o fizeram no âmbito filosófico (da linguagem), não como investigação estritamente linguística, segundo Van Langendonck (2007) <sup>35</sup>.

Valemo-nos da tipologia de Van Langendonck (2007), tomando a liberdade de construir um quadro sinóptico de sua classificação para a categoria dos nomes próprios, o qual apresentamos a seguir.

Quadro 5 – Tipologia dos nomes próprios, por Van Langendonck (2007)

<b>NOMES PRÓPRIOS</b>	<b>EXEMPLOS</b>
Prototípicos	Nomes de pessoas, de animais, de furacões, de lugares, de objetos astronômicos, de prédios, navios, de organizações e de associações
Não prototípicos	Nomes contáveis (nomes temporais, de obras de arte, livros, periódicos, filmes etc, instituições associadas a prédios, nomes de marcas, de moedas, de números e letras) e incontáveis (nomes de línguas, de cores, de doenças)
Autônimos	Nomes metalinguísticos
Outros	Nomes contáveis, de massa e orações com função onomástica

Elaboração do autor.

Fonte: Adaptado de Van Langendonck (2007, p. 183-255).

O Quadro 5, elaborado a partir da classificação de Van Langendonck (2007), destaca uma caracterização sincrônica dos nomes próprios. Identificamos signos *prototípicos*, os quais sempre agem, em forma e em função, como nomes próprios, o que não ocorre com os signos *não prototípicos*, *autônimos* e *outros*. Cabe ao estudioso de toponímia, além de entender as generalidades afeitas a um signo onomástico, compreender idiosincrasias referentes a cada grupo toponímico, percebendo que há práticas denominativas específicas a depender do elemento geográfico (VAN LANGENDONCK, 2007). Nessa diretriz, o Quadro 6 a seguir, proposto por Isquierdo e Dargel (2017), apresenta os signos toponímicos no Brasil por tipologia, considerando que cada grupo toponímico – rural física, rural humana e urbana – apresenta especificidades semântico-motivacionais.

Quadro 6 – Características da motivação de elemento específico do sintagma toponímico

<b>TOPONÍMIA</b>	<b>Espontânea</b>	<b>Órgão Oficial</b>	<b>Proprietário</b>	<b>População</b>	<b>IBGE</b>
<b>Rural Física</b>	+	+ / -	-	+	+/-
<b>Rural Humana</b>	+/-	-	+	+/-	-
<b>Urbana</b>	-	+	+ / -	-	-

Fonte: Isquierdo e Dargel (2017).

<sup>35</sup> Sugerimos a leitura de Brito (2003) como referência, em língua portuguesa, do debate teórico da Filosofia acerca dos nomes próprios.

Por meio do Quadro 6, compreendemos mais profundamente o sistema toponímico brasileiro. O vetor vertical abrange três variáveis – rural física, rural humana e urbana –, pela junção de duas dimensões: o elemento geográfico (físico ou humano) e o espaço da onde se encontra o topônimo (urbano/rural), assinalando, assim, uma relação entre essas dimensões e as tendências formais e semânticas dos signos toponímicos.

Nessa proposta, o vetor horizontal da toponímia brasileira registra cinco aspectos denominativos, a saber: a) *espontânea*, quando há uma nomeação descritiva, de cunho popular, dada por habitantes nativos daquele espaço; b) *órgão oficial*, nos casos de intervenção sistemática de agentes políticos, como Câmaras de Vereadores e Assembleias legislativas; c) *proprietário*, quando há a inscrição toponímica por parte de um proprietário do espaço nomeado, como em fazendas; d) *população*, quando existem registros de nomes de indivíduos ou de grupos do espaço circundante; e) *IBGE*, nos casos em que esta instituição oficial expede a nomenclatura em suas publicações, sejam cartográficas ou via índices toponímicos.

Como exemplo, podemos comparar hidrônimos e nomes de logradouros: aqueles se apresentam mais produtivos em estruturas simples e destacando, não raro, elementos físico-naturais, enquanto os nomes de ruas tendem à composição e à nominação sistemática de aspectos antropoculturais. Enfatizamos que tratamos aqui de tendências denominativas, sendo perfeitamente compreensível que esses argumentos possam ser contraditos a depender do *corpus*. Contudo, compreender a natureza de cada grupo toponímico permite, inclusive, registrar as fragilidades e lacunas inerentes a propostas de taxonomia toponímica que tentem abranger os grupos toponímicos indiscriminadamente.

Considerando que os nomes de lugares são signos onomásticos prototípicos, adotamos a definição e a caracterização de *topônimo* proposta por Dick (2007):

1 – topônimo – nome de lugar, motivado etimológica e circunstancialmente; estudo das origens, alterações e substituições dos nomes; 2 – estudo da forma lingüística: recupera os traços e sentidos da língua falada na região, em seus substratos e adstratos; 3 – análise dos traços taxionômicos inerentes a sua constituição, decorrentes dos campos semânticos dominantes no sistema da língua falada; 4 – objeto de estudo da onomástica toponímica: termo de origem grega, decomposto em *topos* (lugar) – *onoma* (nome, designação, substância); 6 [*sic*] – conceitualmente, a onomástica toponímica representa a forma estável da língua, os valores culturais, memorialísticos, históricos, geográficos; sobretudo, valores lingüísticos. 7 – [*sic*] ela não configura um campo fechado de ocorrência, o que significa que se trata de um campo aberto a novas contribuições linguo-semânticas; 8 – [*sic*] em sua constituição gramatical, o onoma compreende lexias simples (sb (+) adj (+);

vb (-); lexias compostas (sb-adj +); (vb + vb)(-) e pode apresentar *status* de lexia complexa (estável) (DICK, 2007, p. 146).

No rol de acepções arroladas, interpretamos que um topônimo é um tipo de signo linguístico com, dentre outras, as seguintes características: um nome próprio, cristalizado gramaticalmente, com características comuns a unidades fraseológicas, e motivado semanticamente, incorporando propriedades etnolinguísticas, físicas e sócio-históricas; constituído como objeto científico, com uma terminologia específica e interdisciplinar.

Na acepção 8, percebemos a ocorrência do termo *lexia* como unidade lexical do signo toponímico, considerando que o termo *palavra* – sequência de letras não separadas entre si por espaços em branco ou qualquer outro sinal gráfico – não satisfaz como unidade analítica para compreensão do que constitui um topônimo. Assim, corroboramos, neste trabalho, que o termo *lexia*, proposto por Pottier (1968), permite classificar morfofonologicamente o léxico toponímico. Esse léxico, tomado não raro como sinônimo de vocabulário (BIDERMAN, 2001, p. 13 et seq.), é dependente de fatores externos às línguas e sujeito a processos intralinguísticos. Assim, pelas possibilidades de manutenção e de mudança – nos sentidos de evolução e de ampliação – dos topônimos como unidades de língua, não é raro identificarmos nomes de lugares que são únicos como lexia de uma língua, podendo ser composto tanto por morfemas lexicais – substantivos, adjetivos e verbos, especialmente – quanto por morfemas gramaticais, notadamente preposições (POTTIER, 1968, p. 55).

Assim, sincronicamente, dividimos a configuração morfológica dos signos descritos na pesquisa como lexias simples ou compostas. Nas palavras de Pottier (1968), “a lexia simples coincide com a palavra”, enquanto “a lexia composta contém várias palavras já em parte ou totalmente integradas (graficamente, ou em seu comportamento tático)” (POTTIER, 1968, p. 55; 56). As lexias complexas estão dispostas no bojo das lexias compostas, tal qual convencionou Dick (1990b, p. 10-15).

Nas subseções seguintes, destacaremos propriedades terminológicas e linguísticas dos signos toponímicos, de modo a caracterizar os nomes próprios de lugares como objeto de investigação teórica.

### 3.2.1 Aspectos terminológicos e taxonômicos

Todo saber científico demanda categorizações e padronizações com vista a uma descrição centrada em seu objeto. No âmbito da toponímia, podemos nos valer de glossários em busca de termos para elementos que norteiam a nomenclatura geográfica. Isto tem sido,

por exemplo, preocupação de comissões toponímicas internacionais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente vinculadas à UNGEGN – traduzido como GPNUNG para o português.

Temos, por exemplo, o *Glossary N. 330: Technical Terminology Employed in the Standardization of Geographical Names* (UN, 1980) –, que apresenta um dicionário de terminologia toponímica multilíngue, a fim de evitar redundâncias e padronizar termos usuais. Com uma versão traduzida para o português, esse documento arrola 375 termos toponímicos (KADMON, 2009). No plano nacional, também destacamos a expedição de dois volumes, pelo IBGE, do *Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil* (IBGE, 2010, 2015a). Com o uso de termos multidisciplinares, muitos dos quais emprestados da Geografia, espera-se que “contribua para a padronização mundial de nomes geográficos, resultando na melhoria das comunicações e da compreensão entre os seres humanos.” (KADMON, 2009, p. 2).

Essa padronização abrange o reconhecimento de seus termos principais, *toponomástica* e *toponímia*<sup>36</sup>. Sobre essa questão nomenclatural, Hough (2016) esclarece:

O estudo dos nomes próprios de lugares é conhecido como *toponomástica*, o termo recomendado na lista dos termos-chave onomásticos produzido pelo Congresso Internacional de Ciências Onomásticas (ICOS, 2011). Um termo alternativo *toponímia* é preferido por alguns intelectuais, mas é ambíguo, por também se referir a um *corpus* de nomes próprios de lugares, de outra forma conhecido como *topônimos*<sup>37</sup> (HOUGH, 2016, p. 3, tradução nossa, grifos do original).

O signo toponímico, assim, é um nome próprio aplicado a um elemento geográfico a fim de individualizá-lo. Observamos, nele, uma configuração binômica: um *determinante*, “o nome próprio (uma palavra específica, combinação de palavras ou expressões) usado consistentemente na língua para se referir a um lugar, feição ou áreas específicas, tendo uma identidade reconhecível na superfície da Terra”; e um *determinado*, referente à entidade geográfica nominada (IBGE, 2011b, p. 11). Estes elementos geográficos determinados podem ser divididos territorialmente em:

- (1) Lugares povoados (por exemplo, cidades e vilas);
- (2) Divisões administrativas (por exemplo, estados, municípios, distritos e bairros);
- (3) Feições naturais (por exemplo, cursos de água, montanhas, cabos, lagos e

---

<sup>36</sup> Seguindo a tradição brasileira, valemo-nos do termo toponímia para ambas as acepções, distinguindo-as pela capitalização do nome da disciplina.

<sup>37</sup> “The study of place-names is known as ‘toponomastics’, the term recommended in the list of key onomastic terms produced by the International Congress of Onomastic Sciences (ICOS 2011). An alternative term ‘toponymy’ is preferred by scholars but is ambiguous, as it also refers to a corpus of place-names, otherwise known as ‘toponyms’.”

mares); (4) Feições construídas (por exemplo, barragens, aeroportos e autoestradas); e (5) Lugares sem limites precisos ou áreas com significado local específico (quase sempre religioso), como, por exemplo, pastagens, áreas de pesca e lugares sagrados (IBGE, 2011b, p. 11).

Assim, ao considerar a estrutura morfológica, a terminologia toponímica considera o determinante e o determinado como *elementos específicos* e *genéricos*, respectivamente. O primeiro refere-se à denominação particularizante, ao topônimo propriamente dito, enquanto o elemento genérico costuma ser dividido, muitas vezes, por sua natureza físico-natural ou antrópica. Nesta tese, descrevemos apenas feições geográficas antrópicas, que remetem aos itens 1 e 2 do excerto supracitado, a saber: povoados, lugarejos, projetos de assentamento, vilas, aglomerados urbanos isolados (AUI), núcleos e aldeia indígena, cujas especificidades foram abordadas na seção 2.2.1.

Quanto à categorização semântica dos signos toponímicos, diversas taxonomias têm sido propostas<sup>38</sup>. Possivelmente seja a de George Stewart (1954) a mais conhecida delas, via o programático artigo *A classification of place names* (STEWART, 1954). Lá, o onomasticista estadunidense propõe nove categorias toponímicas, a saber: 1) nomes descritivos; 2) nomes possessivos; 3) nomes idiossincráticos / incidentais; 4) nomes comemorativos; 5) nomes eufemísticos; 6) nomes artificiais; 7) nomes transladados; 8) etimologias fantasiosas/populares; 9) nomes por incorreção<sup>39</sup>.

Sumariamente, Tent e Blair (2011) destacam como diversas taxonomias acabam incorrendo em problemáticas, tais como: sobreposição – com algumas classes demasiado estritas e outras demasiado extensas –; confusão quanto ao caráter histórico do signo toponímico, que, por vezes, se vale do exame etimológico da nomenclatura opaca e por vezes da causa denominativa; limitação de classificação pela dependência de dados etimológicos<sup>40</sup> – que produz tantos resultados abalizados quanto maior for a confiabilidade da reconstituição semântica (TENT, 2011, p. 71).

---

<sup>38</sup> Tent e Blair (2011, p. 67-89), ao expor sua própria taxonomia para ser aplicada à nomenclatura geográfica australiana, revisam diversas propostas taxonômicas toponímicas. Expomos os autores e os anos de referência dessas classificações em nível internacional a título de conhecimento: Henry L. Mencken (EUA, 1967[1921]), George R. Stewart (EUA, 1954, 1970, 1975), J. B. Rudnyckij (EUA/Canadá, 1957), Ronald Baker e Marvin Carmony (EUA, 1975), Rosemarie Gläser (Austrália, 1996), Grant Smith (EUA, 1996) e William Bright (EUA, 2002), Thomas Gasque (EUA, 2005), Robert Rennick (EUA, 2005), L. R. Marchant (Austrália, 1998), Peder Gammeloft (Dinamarca, 2005), Tent e Slatyer (Austrália, 2009) (TENT; BLAIR, 2011).

<sup>39</sup> No original, essas são as categorias toponímicas propostas: “1) *Descriptive names*; 2) *Possessive names*; 3) *Incident names*; 4) *Commemorative names*; 5) *Euphemistic names*; 6) *Manufactured names*; 7) *Shift names*; 8) *Folk etymologies*; 9) *Mistake names*” Stewart, 1954).

<sup>40</sup> A Etimologia permite remontar, “tão longe quanto possível, no passado, muitas vezes para além dos limites do idioma estudado, até chegar a uma unidade dita étimo” a forma e o significado hipotéticos do vocábulo quando do ato denominativo (DUBOIS et al., 2014, p. 233-234).



Saindo da tradição toponímica anglo-saxã e considerando a toponímia sul-americana, o antropólogo venezuelano Adolfo Salazar Quijada (1985[1978]) propôs uma divisão em cinco variáveis para o exame toponímico: 1) elementos (simples ou compostos); 2) extensão (microtopônimos, mesotopônimos, macrotopônimos); 3) localização (terrestres ou extraterrestres); 4) aplicação (actinônimos, astinônimos, corônimos, insunônimos, hidrônimos, odônimos, orônimos, espeleônimos, selenônimos); 5) motivos (fisiotopônimos, zootopônimos, fitotopônimos, mineratopônimos, epotopônimos, hagiopotônimos, somatopônimos, animotopônimos, cognomotopônimos, pragmatopônimos, topotopônimos) (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 21-25).

Nessa proposição, salientamos a relação entre as terminologias geográfica e toponímica: a divisão por extensão, a segunda de Salazar-Quijada (1985), considera a dimensão espacial de uma comunidade em microrregião, mesorregião ou macrorregião. Quanto aos itens 4 e 5 daquela classificação, demarcamos outra importante distinção terminológica, a saber: *hidrônimos* são usados para nomes de cursos d'água em geral, enquanto *hidrotopônimos* – não contemplado no modelo de Salazar-Quijada (1985)<sup>41</sup> – referem-se a outras nomenclaturas de caráter semântico hidrográfico.

No âmbito da lusofonia, destacamos a tipologia toponímica de Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, 1960) que contempla uma divisão em aspectos gramaticais, terminológicos e de origem linguística, a saber:

- 1) *linguística toponímica*: classificados por língua – indo-europeu (latim, grego, português, espanhol etc), africano, indígena, árabe;
- 2) *gramática toponímica*: modos de formação do referido nome – os topônimos se sujeitam às mesmas leis que as palavras comuns;
- 3) *proveniência toponímica*: causas que os originaram –a) antropotoponímia; b) biotoponímia; b.1) zootoponímia; c) geotoponímia: c.1) orotoponímia; c.2) hidrotoponímia; d) arqueotoponímia; e) hagiopotonímia; f) etnotoponímia (VASCONCELLOS, 1960, p. 73).

Do cotejo das diferentes classificações toponímicas, compreendemos haver diversos vértices de investigação, sendo sensato a qualquer tipologia não as sobrepor sob pena de críticas, tal como expuseram Tent e Blair (2011), em que pese entendermos que toda tipologia se apresenta sujeita a críticas, como destaca Aguilera (1999), ao considerar a proposta taxonômica de Dick (1990b).

---

<sup>41</sup> As pesquisas toponímicas venezuelanas contemporâneas, a exemplo de Alexis (2011), já assinalam “la aplicación del término Hidrotopónimo para describir aquellos onomásticos que hacen referencia a las aguas corrientes y estables” (ALEXIS, 2011, p. 395).

A primeira tipologia no âmbito da nomenclatura geográfica nacional coube a um geógrafo, Everardo Backheuser, que, no artigo *Toponímia: suas regras, sua evolução* (1950), se baseou em elementos morfossemântico-estilísticos para propor o estudo da *onomatologia geográfica*. A sinopse de sua classificação toponímica está disposta a seguir:

- A) Do substantivo comum em toponímia: I – Topônimos oriundos de geografia física: a) de índole geológica ou mineralógica; b) botânica; c) zoológica; d) orográfica; e, f) hidrográfica; II – Topônimos oriundos de geografia humana: a) caminhos; b) empreendimentos sedentários; III – de substantivos abstratos; (...)
- B) Substantivos próprios: I – nomes de pessoas, de lugares, de santos e de efemérides religiosas, homenagens cívicas ou intelectuais, derivados de povos que habitaram determinadas regiões; II – nomes alienígenas; (...)
- C) Adjetivos; (...)
- D) Curiosidades toponímicas (...) (BACKHEUSER, 1950, p. 163-195).

Mesmo válida, a proposta de Backheuser (1950), norteadada pelo aspecto semântico, tal qual fez o lusitano Leite de Vasconcellos, não se apresenta exaustiva. Ainda menos sistemática foi a proposta de classificação de Mattoso Câmara Júnior (2004 [1956]), que, em seu *Dicionário de linguística e gramática*, dispõe a toponímia brasileira em cinco grupos, a saber:

No Brasil, os topônimos, ainda sem grandes mudanças fonéticas, representam: a) nomes comuns ou locuções substantivas de caráter descritivo; b) nomes de santos padroeiros; c) reprodução de topônimos portugueses ou escolhidos por imigrantes de outros países; d) tupinismos e africanismos; e) antropônimos de autoridades governamentais ou homens públicos. [...] Ex.: a) Bahia, Belo Horizonte; b) Salvador, São Luís, Penha (Nossa Senhora da Penha), Copacabana (Nossa Senhora da Copacabana); c) Viseu, português; Friburgo, alemão-suíço; d) Piauí, tupi, “rio dos piaus”; Caxambu, africano, “espécie de tambor”?, em virtude do aspecto da montanha; e) João Pessoa, Petrópolis, “cidade de Pedro (Pedro II, imperador do Brasil) (CÂMARA JR., 2004 [1956], p. 233).

A proposta de Câmara Jr., entretanto, apresenta sobreposições em vértices semânticos e linguísticos, se comparada à divisão de Vasconcellos (1960), apresentada anteriormente nesta seção. Isso, por si só, invalida uma extensiva aplicação, haja vista não abarcar todos os fenômenos do complexo toponímico brasileiro.

Como historiamos na seção 3.1, referente à revisão da literatura, na década de 1970, foi Maria Vicentina de Amaral Dick aquela a propor uma taxonomia que pudesse abranger extensivamente as motivações da nomenclatura geográfica nacional. Ao compreender que aquele objetivo emperrava ao tentar classificar topônimos de difícil ou impossível reconstrução etimológica (DICK, 1990a, p. 47-61), sua proposta norteia a classificação pela primazia sincrônica e linguística do topônimo, de modo que “tentou-se, tanto quanto possível,

evitar as necessidades de constante recuo ao passado histórico, para se atingir o alcance do significado do topônimo” (DICK, 1990b, p. 26).

O conceito de *mecanismo*, tratado por Dauzat, Stewart e diversos teóricos da questão, e que abrange o processo mental do ato de nomeação, é posto de lado por Dick (1990a, 1990b) em sua tipologia, por considerar inviável a busca pela *intenção* do nomeador, uma vez que necessita de “um contínuo retorno ao passado histórico, por vezes tão difícil de ser desvendado, principalmente quando as fontes de informação são escassas ou desconhecidas” (DICK, 1990a, p. 52). Assim, ela postula uma classificação norteada pelo produto resultante desse processo – a natureza significativa do signo toponímico –, entendendo que “num primeiro momento, é, pois, o homem quem preside a escolha do nome, permitindo a averiguação de todos os impulsos que sujeitaram o ato nomeador; num segundo momento, é a denominação que irá condicionar e determinar os rumos dos estudos toponímicos” (DICK, 1975, p. 375).

A taxonomia propõe a divisão em topônimos de natureza física e antropocultural, baseada na categorização de Sapir (1969[1912]). Nas palavras de Dick (2007), então,

Esse modelo constituiu o que denominamos *Sistema Toponímico Taxionômico*, estruturado em vinte e sete *taxes* explicativas ou *catogoremias* toponímicas. Definidos à maneira dos hiperônimos (termos redutores dos significados compreendidos nas expressões denominativas) ou dos arquilexemas, constituem-se em indicativos ou marcadores semântico-terminológicos; têm a finalidade de, por meio de uma nomenclatura específica (termo genérico motivador, indicativo do campo semântico determinativo, seguido da expressão topônimo), transmitir os vínculos causais que justificam a criação dos nomes de lugares (DICK, 2007, p. 142, grifo do original).

Considerando ser esse o principal instrumento analítico de topônimos no país, também aplicado ao *corpus* desta pesquisa, descrevemos as 27 *taxes* originalmente propostas por Dick (1990b, p. 31-34) no Quadro 7, com exemplos de topônimos sergipanos para a maioria delas. Quanto à nomenclatura terminológica, Dick valeu-se da estrutura binominal de Vasconcellos, na qual cada taxonomia tem radical de origem grega ou latina, justaposto ao termo *topônimo*, para especificar a área em questão.

Quadro 7 – Taxonomias toponímicas propostas por Dick (1990b)

TAXONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA		
TAXONOMIA	RELATIVO A	EXEMPLO
<b>Astrotopônimos</b>	corpos celestes em geral	Estrela (Rio no ES)
<b>Cardinotopônimos</b>	posições geográficas em geral	Beira Rio (AH SE), Volta (AH SE)
<b>Cromotopônimos</b>	escala cromática	Una (Rio em SE) – preto, em tupi
<b>Dimensiotopônimos</b>	dimensões dos acidentes geográficos	Açuzinho (AH em Lagarto-SE) – <i>Açu</i> , grande, em tupi
<b>Fitotopônimos</b>	elementos vegetais	Macambira (AH SE)
<b>Geomorfotopônimos</b>	formas topográficas	Ilha das Flores (AH SE)
<b>Hidrotopônimos</b>	acidentes hidrográficos	Riachão do Dantas (AH SE)
<b>Litotopônimos</b>	elementos minerais e constituição do solo	Pedrinhas (AH SE)
<b>Meteorotopônimos</b>	fenômenos atmosféricos	Vento (Serra PB)
<b>Morfotopônimos</b>	formas geométricas	Quadrada (Ilha RS)
<b>Zootopônimos</b>	índole animal	Maruim (AH SE)
TAXONOMIAS DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL		
<b>Animotopônimos (ou nootopônimos)</b>	vida psíquica, à cultura espiritual	Bom Viver (AH Frei Paulo-SE)
<b>Antropotopônimos</b>	nomes próprios individuais	Graccho Cardoso (AH SE)
<b>Axiotopônimos</b>	aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais	General Maynard (AH SE)
<b>Corotopônimos</b>	nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes	Brasília (AH Lagarto-SE)
<b>Cronotopônimos</b>	indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a)	Neópolis (AH SE)
<b>Dirrematopônimos</b>	frases ou enunciados linguísticos	Quem Dera (AH em Capela-SE)
<b>Ecotopônimos</b>	habitações em geral	Sobrado (AH em Lagarto-SE)
<b>Ergotopônimos</b>	elementos da cultura material	Telha (AH SE), Guindaste (AH em Itaporanga D'Ajuda-SE)
<b>Etnotopônimos</b>	elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas)	Xocó da Ilha de São Pedro (AH Porto da Folha-SE)
<b>Hierotopônimos</b>	nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto	Cruz das Graças (AH Nossa Senhora Aparecida SE), Capela (AH SE)
<b>i. Hagiotopônimos:</b>	nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano	São Domingos (AH SE)
<b>ii. Mitotopônimos</b>	entidades mitológicas	Uiramutã (AH RR)
<b>Historiotopônimos</b>	movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas	Treze de Julho (AH Aracaju-SE)
<b>Hodotopônimos</b>	vias de comunicação urbana ou rural	Logradouro (AH Canindé de São Francisco-SE)
<b>Numerotopônimos</b>	adjetivos numerais	Dois Vizinhos (AH PR)
<b>Poliotopônimos</b>	vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial	Cidade Nova (AH Aracaju-SE)
<b>Sociotopônimos</b>	atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos	Feira Nova (AH SE)
<b>Somatotopônimos</b>	relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal	Subaco da Cachorra (AH Lagarto-SE), Cabeça de Negro (AH Pacatuba-SE)

Fonte: Adaptado de Dick (1990b, p. 31-34).

Visto que a classificação de *corpora* toponímicos nem sempre se constitui um aspecto consensual, dadas as diversas possibilidades de tratamento, tanto em perspectivas sincrônicas quanto diacrônicas, é válido destacar a contribuição de Dick para a análise dos nomes de

lugares brasileiros, bem como atentar para as limitações existentes nessa taxonomia. Por exemplo, devemos registrar que as recentes pesquisas toponímicas nacionais demonstram que uma parcela de até 15% de topônimos configura-se sem classificação ou de classificação ambígua. Aguilera (1999) foi a primeira a discorrer sobre as possíveis problemáticas na taxonomia proposta por Dick (1990b), ao assinalar que:

Em vez de se focalizar apenas o primeiro elemento, considera-se relevante uma discussão mais ampla para se definir se o nome composto deve ser enquadrado com base na análise da estrutura morfológica, isto é, classificando-se pelo primeiro ou pelo segundo elemento aleatoriamente; ou através de uma análise sociosemiótica que verifique qual dos elementos teria maior peso semântico no ato da nomeação (AGUILERA, 1999, p. 131).

Assim, essa professora, coordenadora do Projeto ATEPAR, optou, diante de impasses taxonômicos, pela criação de novas taxonomias e pela “classificação baseada no elemento sócio-historicamente predominante ou em ambos os elementos, conforme cada caso analisado” (AGUILERA, 1999, p. 135). Outras proposições de acréscimos ou realocações de taxonomias têm sido feitas, algo já projetado pela própria Dick (1999), que declarou que suas taxonomias “não são exaustivas em suas ocorrências e, sim, exemplificativas, podendo ser ampliadas em seus categoremias [...] à medida que novas estruturas vocabulares se constituam, respeitando sempre o modelo originário” (DICK, 1999, p. 142). Algumas dessas sugestões arroladas no Quadro 8 a seguir advêm de estudos a partir de *corpora* toponímicos de diversas naturezas geográficas nas últimas décadas.

Quadro 8 – Propostas de subdivisão, de inclusão e de reorganização de taxonomias do modelo taxonômico de Dick (1990b)

Referência	Descrição da proposição taxonômica
Isquierdo (1996)	Proposição de subdivisão da taxa dos <i>animotopônimos</i> em: a) <i>eufóricos</i> , que marcam uma impressão agradável, otimista. Ex. Bonsucesso (AH AC); e b) <i>disfóricos</i> , que marcam uma impressão desagradável, pessimista. Ex. Seringal Solidão (AH AC).
Lima (1997, p. 422)	Proposição de subdivisão dos <i>hagiotopônimos</i> em: a) <i>autênticos</i> , nomes de inspiração religiosa que recuperam um santo ou santa aceitos e aprovados pelos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana. Ex: Santo Antonio; e b) <i>aparentes</i> , nomes de inspiração política que prestam tributos a um fundador ou uma pessoa influente da localidade. Ex.: Fazenda Santa Elina (MT), em homenagem à proprietária desse imóvel rural.
Francisquini (1998)	Proposição de inclusão das seguintes taxas: a) <i>Acronimotopônimos</i> – relativos às siglas. Ex: CIANORTE (AH PR); b) <i>Estematotopônimos</i> – os percebidos pelos sentidos. Ex: Ribeirão Doce; c) <i>Grafematotopônimos</i> - os que apresentam entre os elementos distintivos letras do alfabeto. Ex: Seção C (AH PR); d) <i>Higietopônimos</i> – relativos à saúde, à higiene, ao estado de bem-estar físico. Ex: Saúde. e) <i>Necrotopônimos</i> - os que se referem ao que não é são ou que está morto, a restos mortais. Ex: Córrego Caveira (PR).

Carvalho (2010, p. 149)	Proposição de inclusão da taxe <i>igneotopônimo</i> , cujas unidades lexicais se referem ao fogo, abrangendo todos os produtos resultantes de sua ação direta, quando usadas para denominar acidentes físicos e acidentes antrópicos. Ex: Morro do Fogo (AH MT).
Anjos (2012, p. 61-71)	Considerando a especificidade do <i>corpus</i> hidronímico, o autor propõe a reorganização das taxes dos <i>numerotopônimos</i> , para quem os casos não seguem uma coerência interna esperada em relação à ordem dos numerais, sugerindo, nos casos em que houver a presença de determinado numeral, o acréscimo da expressão ‘por quantificação’ após a classificação semântica do núcleo do sintagma nominal; e <i>cronotopônimos</i> , para quem são cronotopônimos casos análogos a <i>Lagoa Velha</i> , mas não <i>Lagoa da Velha</i> .
Carvalho (2014, p. 89; 127, 134)	a) Proposição de realocação da taxe <i>mitotopônimos</i> , por serem elementos de religiões não-cristãs, como subtaxe dos <i>hierotopônimos</i> . Àqueles caberiam apenas entidades mitológicas, tais como Hércules, Pégaso etc, considerando etnocêntrica a categorização de entidades religiosas não cristãs como mitotopônimos, como procede Dick (1990b) em relação a Exu; b) Inclusão da subtaxe <i>mariotopônimos</i> , relativa aos nomes referentes às múltiplas invocações da Virgem Maria.
Pereira e Nadin (2017, p. 237-241)	a) Proposta de classificação de topônimos iniciados com a lexia <i>padre</i> como <i>hierotopônimos</i> , entendendo-os como parte do campo semântico das autoridades religiosas em geral, não como título ou dignidade tampouco como profissão; b) Proposta de inclusão da taxe <i>parentistopônimo</i> , relativa para nomes de lugares que referenciam parentescos.

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 8, apresentamos diversas propostas de inclusão, realocação e subclassificação em relação à taxonomia de Dick (1990b) desde a década de 1990, o que demonstra, por um lado, a perenidade da tipologia usualmente utilizada para o tratamento de *corpora* nacionais e, por outro, a volatilidade que qualquer modelo taxonômico, como assinalaram Tent e Blair (2011)<sup>42</sup>. Descrita a terminologia relativa à disciplina toponímica e apresentada a proposta taxonômica que norteia majoritariamente as investigações no Brasil, procedemos à discussão de aspectos gramaticais afetos aos nomes próprios de lugares.

### 3.2.2 Aspectos formais e semântico-lexicais

Nomes próprios exercem funções particulares cujas propriedades são exclusivas em relação a operações linguísticas gerais (VAN LANGENDONCK, 2007). Sumariamente, Raper (1987, p. 31) caracteriza os nomes próprios como signos que possuem um ou mais

<sup>42</sup> Além das propostas inclusas no Quadro 7, há casos em que *corpora* toponímicos têm servido para a descrição e a análise de *corpora* linguísticos em geral, a exemplo de Marques (2017, p. 27-28), que busca analisar os *fraseotopônimos*, sem que isso, necessariamente, cause a inclusão de uma taxe: “Em uma tentativa de aproximar as duas disciplinas (Toponímia e Fraseologia), o lugar de onde se olham os sintagmas toponímicos advém, sobretudo, da Fraseologia, com a intenção de tentar compreender e descrever, do ponto de vista fraseológico, o léxico complexo toponímico, uma vez que observamos a existência de topônimos que parecem compartilhar de propriedades fraseológicas.”

nomes comuns em sua estrutura, cristalizados morfossintaticamente; legitimados socialmente por condições espontâneas ou sistemáticas; com um ou mais referentes nessa estrutura; e podem ser mais inteligíveis ou mais opacos semanticamente – estes últimos produzidos por mudanças linguísticas ou por serem de língua estrangeira.

No âmbito formal, Dick (2000) afirma que

Os elementos lingüísticos que se manifestam nos marcadores onomásticos são da mesma natureza funcional e pragmática daqueles que alimentam o repertório lexical. A Onomástica emprega, porém, de preferência, termos nocionais, referencializáveis, mas, às vezes, transforma enunciados com forte vinculação dêitica em sintagmas denominativos, tornando-os nomes de especialização. O que pode ser percebido no registro da antiga expressão "porto seguro", figurativizada, hoje, no moderno Porto Seguro, de sentido contextual (DICK, 2000a).

Como destaca Monteiro (2002, p. 205), também os princípios dos processos de formação de palavras são praticamente os mesmos daqueles dos nomes comuns. Nomes próprios podem funcionar como nomenclatura de modo amplo e diverso, mas sempre particularizante em determinado contexto. Exemplificamos esse argumento com *São Paulo*, que denomina uma unidade federativa brasileira, a capital desse estado, o nome de uma rua e um clube de futebol daquela cidade.

Em um espaço geográfico relativamente reduzido, quando dois ou mais acidentes geográficos são homônimos, podemos estar diante de um caso não apenas de coincidência formal, condicionado pelo acaso, mas por um produto de translação toponímica (*shift-names*), que ocorre quando do deslocamento do designativo de um elemento geográfico para outro (STEWART, 1954, p. 9; DICK; SEABRA, 2002). Por exemplo, os estados brasileiros *Paraná* e *Tocantins* – elementos antrópicos – têm suas nomenclaturas tributárias dos hidrônimos homônimos, o rio Paraná e o rio Tocantins. Esse mesmo fenômeno ocorre em Sergipe, a exemplo de nomes de cidades como *Japarutuba* e *Siriri*, topônimos motivados por rios homônimos circundantes. O exame de processos de translação toponímica no *corpus* está disposto nesta pesquisa (*vide* subseção 6.1.4).

Em nomes próprios, sufixos aumentativos e diminutivos estão relacionadas mais a uma função expressiva do que denotativa, a ponto de seu uso “[...] nem sempre estar associado ao tamanho do acidente. Topônimos como Mutuquinha (córrego em Camapuã) e Jauruzinho (ribeirão em Camapuã) parecem denotar mais um sentimento afetivo que a pequenez do acidente” (TAVARES; ISQUERDO, 2006, p. 284). Aí se expressa a subjetividade do (grupo) denominador no ato denominativo. No âmbito da antroponímia ou, especificamente, da toponímia sergipana, temos: o município de *Itabaiana* se apresenta maior em população do

que o município de *Itabaianinha*, mas este é maior territorialmente do que aquele. *Brejão* é um povoado, portanto subordinado político-administrativamente a *Brejo Grande*, sede distrital. *Pedrinhas* constitui-se em um município, tal qual *Pedra Mole*. Nos antropônimos, a premissa vale para o hipocorístico *Teresinha*, que não se trata de um humano de baixa estatura se comparado com outra pessoa chamada *Teresa*.

O fato de topônimos serem nomes comuns cristalizados morfossintaticamente, muitas vezes “não se trata[ndo] de produtos lexicais de processos portugueses contemporâneos” (RIO-TORTO, 2014, p. 47), impede o reconhecimento e a classificação morfológica desses itens linguísticos, fato “[...] de grande interesse não apenas para os modelos de processamento mas também para as teorias morfológicas” (RIO-TORTO, 2014, p. 47). A análise decomposicional atesta uma diversidade de nomes com estrutura complexa que nem sempre são transparentes aos falantes de português como língua materna, como os topônimos de origem tupi *Aracaju* – cuja acepção etimológica mais possível é *ara-cayu*, ‘caju(eiro) dos papagaios’ – e *Sergipe* – *ciry-y-pe*, ‘no rio dos siris’.

Caplan (1992) registra três diferentes modelos de reconhecimento de palavras complexas, a saber:

O modelo decomposicional sustenta que os morfemas de uma palavra complexa são processados individualmente; de acordo com o modelo holístico as palavras complexas são reconhecidas como unidades globais, no seu todo, e não nas partes. Uma terceira possibilidade combina as duas anteriores (CAPLAN, 1992, p. 226 apud RIO-TORTO, 2014, p. 47).

Considerando um procedimento metodológico útil e que atente à carência de especialização e de dados seguros quanto à gramática de algumas línguas envolvidas, compreendemos que seja coerente e satisfatório, baseado nessa limitação, tomar o morfema como uma *unidade gramatical mínima*, por ser “[...] ampla o suficiente para ser aplicável a qualquer unidade mínima, com e sem significado<sup>43</sup> (PENA, 2000, p. 4320, tradução nossa), especialmente por não haver correspondência unívoca entre forma e significado em nomes próprios (SOLEDADE; LOPES, 2015). Adicionamos a essa premissa as incongruências de propostas decompositivas e etimológicas de itens de línguas minoritárias. Por exemplo, é problemático o estatuto de veracidade das acepções etimológicas dispostas em obras lexicográficas, como adverte Otto Jespersen (1922):

---

<sup>43</sup> “[...] el morfema como ‘unidad gramatical mínima’. Esta definición es adecuada pues, al no incluir la propiedad ‘significativa’ como parte de la definición, resulta lo suficiente amplia para poder aplicarse a toda unidad mínima, con y sin significado.”



Obviamente é impossível dizer em que proporção as etimologias dadas pelo dicionário deveriam ser classificadas estritamente sob algum dos seguintes títulos: (1) certas, (2) prováveis, (3) possíveis, (4) improváveis, (5) impossíveis – mas temo que as primeiras duas classes seriam as menos numerosas (JESPERSEN, 1922, p. 307, nota 1)<sup>44</sup>.

Assim, estudos toponímicos devem considerar a inconsistência de fontes e de referências, instabilidades teórico-metodológicas e limitações dos pesquisadores quanto às gramáticas de línguas minoritárias presentes como questões próprias da interpretação desse tipo de dado. Por exemplo, a decomposicionalidade, quando imprecisa, pode levar a reanálises e proposições etimológicas fantasiosas ou populares, como afirma Campbell (2004). Assim, entendemos que topônimos como *Aracaju* e *Sergipe* devem ser classificados como “unidades globais, no seu todo, e não nas partes” (CAPLAN, 1992, p. 226 apud RIO-TORTO, 2014, p. 47) por apresentarem partículas destituídas de carga semântica identificável em sincronia cujo(s) significado(s) denotativo(s) não é(são) imprescindível(is).

Foi essa proposta de “morfologia baseada em lexemas” (RIO-TORTO, 2014, p. 48), aliás, a escolha de Dick (1990b, p. 14-28) na busca por classificar a estrutura morfológica de signos toponímicos. Com exemplos do *corpus*, descrevemos como tradicionalmente se classificam a estrutura morfológica de nomes de lugares, considerando o(s) elemento(s) específico(s) – o(s) topônimo(s) propriamente dito(s):

a) *simples*: lexia constituída por um só radical, podendo estar flexionado em gênero ou número, derivado em grau, ou adicionado por afixos, majoritariamente por sufixação. Ex.: *Malhador*, *Poçozinho*, *Ladeiras*; topônimos *híbridos* de estrutura simples são formados por derivação: *Itabaianinha*; *Cajueiro*, ambos com base tupi e morfema sufixal português;

b) *composta*: apresenta-se com dois ou mais lexias simples ou dois radicais, podendo estar aglutinada ou justaposta. Ex.: *Porto da Folha*, *Areia Branca*, *Ilha das Flores*; podendo ser *híbridos*, como *Canindé de São Francisco* [tupi + português] e *Santa Luzia do Itanhy* [português + tupi].

O hibridismo – formação por elementos de origem de duas ou mais línguas (MONTEIRO, 2002, p. 200; CUNHA; CINTRA, 1985, p. 113) – é um processo morfológico recorrente em *corpora* toponímicos. Topônimos híbridos se constituem pelos mesmos

---

<sup>44</sup> “It is of course impossible to say how great a proportion of the etymologies given in dictionaries should strictly be classed under each of the following heads: (1) certain, (2) probable, (3) possible, (4) improbable, (5) impossible – but I am afraid the first two classes would be the least numerous” (Tradução disponível em GMHP, 2014, p. 16).

processos morfológicos – “composição e derivação, sem nenhuma diferença, a não ser a diversidade de origem dos elementos formadores” (MONTEIRO, 2002, p. 200-201).

Os topônimos simples, formados por derivação, apresentam um sufixo português ligado a uma base lexical de origem estrangeira, ao passo que afixos de origem estrangeira ligados a uma base portuguesa, além de menos frequente, podem ser classificados como um caso específico de *recomposição*, os *pseudoafixos*. Um exemplo é o pseudossufixo *polis*, cuja forma apresenta “um acentuado grau de independência” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 111) e seu conteúdo possui “uma significação mais ou menos delimitada e presente à consciência dos falantes” (CARVALHO, 1984, p. 554 apud CUNHA; CINTRA, 1985, p. 111). Na análise de lexias como *Ribeirópolis*, concordamos com Martinet (1967), para quem “[...] não se identifica nem com a composição propriamente dita, nem tampouco, de um modo geral, com a derivação, que supõe a combinação de elementos de estatuto diferente” (MARTINET, 1967, p. 135 apud CUNHA; CINTRA, 1985, p. 112).

Na nomenclatura geográfica brasileira, são estruturas recorrentes [língua indígena + língua portuguesa] e [língua portuguesa + língua indígena] (DICK, 1990b, p. 19), em formações compostas ou derivadas. Convencionamos o tratamento de signos híbridos por seu ordenamento composicional, diferenciando estruturas [tupi+português] de [português+tupi], por exemplo.

A lexicalização de signos toponímicos, por vezes, pode se configurar por um processo em nível morfossintático conhecido como *falsos genéricos* (*false generics* ou *false generic elements*) (DICK, 1990b, p. 10-15). Como exemplo, destacamos o topônimo *Rio de Janeiro*, em que a lexia *rio*, que referencia o elemento geográfico hídrico, ou seja, um elemento genérico passa da condição de nome comum a nome próprio de lugar, transformando-se em elemento específico – de *baía* para *Bahia*; de *rio de Janeiro* para (cidade do) *Rio de Janeiro*<sup>45</sup>. Dick (1997) descreve que a toponimização de elementos geográficos nos mapas brasileiros em lexias de origem indígena: “*pará*, ‘rio ou mar’, *paraná*, ‘rio’ e *iguazu*, ‘rio grande’, tornados, pela cristalização semântica do significado [*sic*], *Pará*, *Paraná*, *Iguaçu*” (DICK, 1997, p. 45).

Na nomenclatura geográfica sergipana, por exemplo, a toponimização de hidrônimos – *poço* e *brejo*, em *Poço Redondo*, *Poço Verde* e *Brejo Grande* – e de orônimos – *monte*, em

---

<sup>45</sup> O registro desse fenômeno é vasto na literatura toponímica mundial, sendo um processo comum a diversos *corpora* e línguas, por exemplo: as cidades Bloomfontein-África do Sul (fontein, fonte em inglês), Montevideo-Uruguai (monte, monte em espanhol) e Tel Aviv-Israel (tal, colina em hebraico) (UNGEGN, 2018).

*Monte Alegre de Sergipe* – condiz com processos descritos em outros *corpora* (vide subseção 3.2.2). Um exame amplo da toponímia sergipana, a exemplo de nomes não contemplados no *corpus*, como microtopônimos urbanos, atesta casos de *falsos genéricos* junto a topônimos de sincronias pretéritas: a nomenclatura das ruas do centro de Aracaju constitui um padrão denominativo: pelos nomes de cidades do estado. O logradouro referente ao município de *Cristinápolis* é a rua *Vila Cristina*, nome que fossilizou a antiga denominação da localidade antes de sua emancipação municipal<sup>46</sup>. Isso permite deduzir que o batismo dessa rua *Vila Cristina* tenha ocorrido entre as décadas de 1880 e 1930, visto que a alteração do topônimo municipal *Cristinápolis* ocorreu em 1943.

Além dos processos gramaticais tratados até então, destacamos propriedades onomásticas de natureza semântico-lexical e discursiva. O processo de fixação onomástica – a passagem de um nome comum a nome próprio – se dá por processos como repetição, aceitação grupal e cristalização sintático-semântica (VAN LANGENDONCK, 2007) e perpassa questões de diferentes dimensões da palavra (BIDERMAN, 1998). Essas propriedades afeitas aos signos em função onomástica, e notadamente toponímica, impõem a filiação a constructos teóricos de disciplinas linguísticas como Lexicologia, Morfologia e Semântica, além de diálogos interdisciplinares com a Filosofia, a História, a Geografia, dentre outros. A revisão da literatura da toponímia brasileira (DICK, 1990a, 1990b, p. 15-22; CARVALHINHOS, 2007, 2008; ISQUERDO, 2012; SEABRA, 2006) permitiu elencar questões convergentes acerca do tratamento dos nomes de lugares, dos quais destacamos:

- a) o lugar dos nomes próprios no quadro lexical das línguas naturais;
- b) motivação, arbitrariedade e convencionalidade do signo toponímico;
- c) esvaziamento semântico e opacidade (também erosão ou desbotamento) semântica;
- d) fossilização ou cristalização; e
- e) aspectos ideológicos aderentes aos signos toponímicos.

Como mencionamos na subseção 3.1, as discussões sobre a natureza e as funções da linguagem, a referenciação entre palavras e coisas e particularidades dos nomes próprios no conjunto lexical são milenares. Brito (2003, p. 39 et seq.) agrupa em dois blocos as propostas

---

<sup>46</sup> Outro fato externo ao *corpus* desta pesquisa ocorre no bairro Siqueira Campos, também na capital Aracaju, onde a tendência toponímica é a de registro de nomes de estados brasileiros. Nele, há a inscrição da Rua *Guaporé*, o que determina uma temporalidade da geografia nacional, uma vez que o Território Federal de Guaporé (<*Guaporé*, Rio), criado pelo Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, demarca o topônimo pretérito para o Estado de Rondônia, criado pela Lei Ordinária nº 2731, de 17 de fevereiro de 1956, em homenagem ao sertanista Marechal Cândido Rondon (1865-1958). Este fenômeno será mais bem aprofundado quando da análise dos dados.

de teorias de uso dos nomes próprios: (1) as *descritivas* e (2) as *causais* ou *de referência direta*, para as quais o autor apresenta lacunas em ambas as perspectivas e propõe uma (3) teoria referencial dos nomes próprios. Segundo ele, “o pomo da discórdia na disputa em torno das concepções sobre o modo como nomes próprios *estão por* determinados objetos particulares é certamente o papel do sentido<sup>47</sup>” (BRITO, 2003, p. 40, grifo nosso). Quanto a isto, os teóricos *descritivistas* – tais como Bertrand Russell, John Searle e especialmente Gottlob Frege – advogaram que os nomes próprios têm sentido, sendo justamente por esta razão que podem cumprir seu papel de *estar pelos* objetos designados. Por outro lado, os teóricos *causais* –notadamente John Stuart Mill e Saul Kripke – afirmaram que os nomes próprios não têm sentido, tampouco podem ser sinônimos de descrições definidas (BRITO, 2003).

As discussões acerca da (não) convencionalidade dos nomes próprios remontam à Antiguidade Clássica e têm, desde o fim do século XIX, ganhado contribuições teórico-metodológicas da Semântica e da Filosofia (da Linguagem), cuja questão norteadora central é o debate sobre se, e em que medida, os nomes próprios possuem significado (BRITO, 2003; VAN LANGENDONCK, 2007) e de assinalar as funções semânticas exercidas pelo signo toponímico no plano referencial (ULLMANN, 1964).

Michel Bréal (1992[1906]), por exemplo, toma os nomes próprios como uma classe “externa” ao léxico geral das línguas, justificando tal posição pela ausência de valor etimológico e por terem um processo de mudança fonética diverso daqueles que formam o léxico básico de uma língua. O “pai da semântica” expõe o caráter conotativo dos nomes próprios, enfatizando que “se se classificam os nomes segundo a quantidade de ideias que despertam, os nomes próprios deveriam estar na frente, pois são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais” (BRÉAL, 1992 [1906], p. 126).

Os escritos de Saussure (2002 [1916]) mencionam os nomes próprios (de lugares) apenas uma vez no *Curso de Linguística Geral*, no capítulo referente à analogia, a saber:

As únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum são naturalmente as palavras isoladas, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. Paris, Genève, Agen etc.), que não permitem nenhuma análise e, por conseguinte nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a par deles (SAUSSURE, 2002 [1916], p. 201).

---

<sup>47</sup> Nas palavras de Brito (2003, p. 41), “umas das principais dificuldades para o diálogo entre as diferentes teorias de referência para nomes próprios é que elas operam com diferentes concepções de significado” (BRITO, 2003, p. 41), visto que há uma polissemia terminológica para *referência*, *sentido* e *significado*, correspondentes aos respectivos termos alemães *Bezug*, *Sinn* e *Bedeutung* em boa parte da literatura da área.

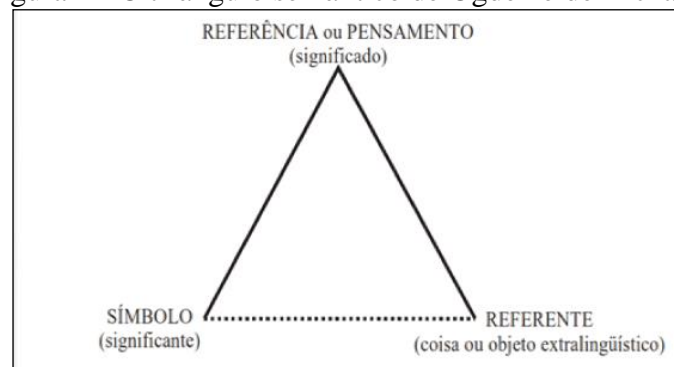
Com efeito, os escritos de Saussure (2002) sugerem que o isolamento dos nomes próprios na teorização da natureza do signo e o silenciamento acerca da forma e da função desses signos podem estar relacionados à concepção de sistema linguístico que Saussure pretendia postular, tal qual argumenta Henriques (2015, 2018).

Por outro lado, os nomes próprios são extensivamente tratados na teoria semântica de Stephen Ullmann (1987), que lista cinco critérios de definição do nome próprio, a saber: 1) unicidade; 2) identificação; 3) designação contra conotação; 4) som distintivo; 5) critérios gramaticais (ULLMANN, 1987[1964], p. 148-165), dos quais afirma que “o segundo é o mais útil”. No critério de identificação, tomado como central pelo autor, “um nome próprio serve apenas para identificar uma pessoa ou um objeto, singularizando-os de entre as entidades semelhantes” (ULLMANN, 1987 [1964], p. 160).

Ullmann (1987) alinha-se textualmente aos postulados de John Stuart Mill (1973[1872]), destacando que há uma influência direta do contexto para a nominação – não apenas de nomes próprios, mas do léxico geral – e que tal contexto difere de uma palavra para outra e também de uma língua para outra (ULLMANN, 1987, p. 112).

Uma questão historicamente debatida pela literatura da área tem sido a relação entre as palavras e as coisas. Diversamente de uma concepção semiológica que abrange apenas o significante e o significado, foi o modelo proposto por Ogden e Richards (1976 [1923]) aquele a apresentar o componente referencial – aspecto ou acontecimento não-linguístico – como parte do processo semântico, como exposto na Figura 2 a seguir.

Figura 2 - O triângulo semântico de Ogden e de Richards



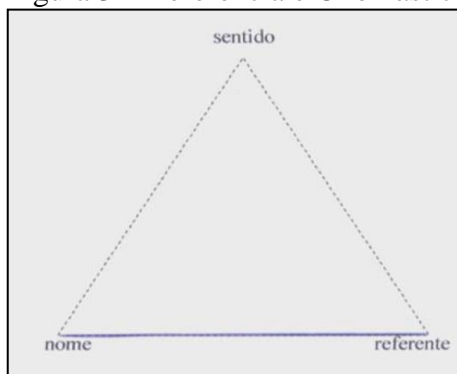
Fonte: Traduzido de Ogden e Richards (1976 [1923]).

O modelo semiótico tripartite de Ogden e Richards (1976 [1923]) apresentado na Figura 3 ampliou a concepção do fenômeno da significação com a inclusão do *referente*, se comparado ao signo saussureano, visto que, como exposto por Seabra (2006), “o nome, o

referente e o sentido estariam associados na forma e no conteúdo” (SEABRA, 2006, p. 1955). Nessa Figura 2, cuja terminologia para os elementos envolvidos se apresenta fluida, as linhas que ligam *símbolo* (significante) a *referência* (significado), e *significado* (conceito/referência/pensamento) a *referente* são contínuas, ao passo que a linha entre o *símbolo* (significante/nome) e o *referente* (coisa ou objeto extralinguístico) é tracejada, por assinalar uma relação indireta, mediada pelo *sentido* (OGDEN; RICHARDS, 1976 [1923]).

Entretanto, é importante destacar que a representação da Figura 2 ilustra o processo semântico do léxico geral de uma língua natural, no qual a ativação do significado faz parte do processo semiótico. Seabra (2006) propõe, assim, uma adaptação desse triângulo para uma caracterização do processo ocorrido em nomes próprios, que apresentamos na Figura 3.

Figura 3 – Referência e Onomástica



Fonte: Seabra (2006, p. 1955).

No triângulo semiótico da Figura 3, a adaptação daquele formulado por Ogden e Richards (1923), exposto na Figura 2, há uma tentativa de ilustrar que o processo semiótico no âmbito de nomes próprios se dá de modo particular. Considerando a representação de Seabra (2006, p. 1955), a relação entre *nome* e *referente* (realidade extralinguística) se configuraria de modo direto, sem ativar, necessariamente, o *sentido* (significado denotativo/conceito) do signo onomástico (*símbolo/nome*). Seabra (2006) afirma que o

[...] sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem atravessando gerações. Tal fato não compromete a comunicação, já que no caso da onomástica, para a referência ser bem sucedida, não é imprescindível, conforme já mostramos, a relação triádica (SEABRA, 2006, p. 1956).

Seabra (2006) argumenta, nesse excerto, sobre aspectos já bastante debatidos por estudiosos que se debruçam sobre a natureza dos nomes próprios, dentre os quais estão itemizados no início desta subseção. Essa representação coaduna com o argumento de que a distinção entre nomes comuns e nomes individuais constitui a divisão primária dos nomes,

especialmente porque esses últimos são simples marcas discursivas, visto que “o nome, uma vez dado, é independente do motivo. [...] Nomes próprios estão atrelados aos próprios objetos, e independem de uma continuidade de qualquer atributo do objeto” (MILL, 1973 [1872], p. 35-36, tradução nossa).

Dos aspectos relativos à denominação de lugares, as pesquisas de orientação linguística no Brasil têm ressaltado a motivação do signo toponímico, cuja tradição epistemológica foi norteadada pela professora Dick (1990a, p. 47-61; 1990b, p.18 et seq., 49 et seq.), que postula uma *dupla motivação* de nomes próprios:

Esse duplo aspecto da motivação toponímica transparece, assim, em dois momentos: – o primeiro na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico; – e a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas (DICK, 1990b, p. 18).

Considerando as funções linguísticas de identificação e de particularização que abrangem o ato universal de batismo – de pessoas, de animais, de lugares e de objetos em geral –, há uma motivação inerente a esta ação – *intenção*, segundo Dick (1990a) –, e uma seleção no eixo paradigmático da linguagem. Dick (1990b) adverte que nem sempre “o denominador explicita as razões de sua escolha, os motivos da conduta denominativa, tornando-se, assim, difíceis de serem explicadas pelas vias racionais, principalment [*sic*] quando há um distanciamento cronológico entre intérprete e doador” (DICK, 1990b, p. 45).

Justamente pela primazia da natureza linguística no exame da nomenclatura geográfica, a classificação proposta por Dick (1990b) assinala a análise de dados considerando as motivações semânticas dos signos em função toponímica, mesmo que não se excluam a(s) causa(s) denominativa(s) e a compreensão extralinguística das relações entre esses signos e referentes.

Vale destacar, ainda, um aspecto vastamente debatido no âmbito da teoria semântica dos nomes próprios: a denotação e a conotação desses nomes. Bréal (1992 [1906]), ao passo em que assinala os nomes próprios como signos denotativos, afirma que “é perfeitamente certo dizer que os nomes próprios estão cheios de ricas conotações quando se aplicam a pessoas ou lugares conhecidos, quer pelo locutor quer pelo ouvinte, mas em si próprios, desligados do contexto, frequentes vezes não significariam absolutamente nada” (BRÉAL, 1992 [1906], p. 154-155).

Nesse sentido, cabe distinguir entre a função e o(s) significado(s) dos signos onomásticos. Sua função primária é comunicativa e, por seu caráter individualizante, denotativa e referencial. Contudo, esses signos onomásticos estão longe de “apenas” denominar e de identificar, sendo passíveis de funcionar conotativamente no plano enunciativo (NICOLAISEN, 1978, p. 42; SMITH, 2006). Smith (2006) assim caracteriza esse aspecto:

Nomes próprios podem ser vistos como signos que, muitas vezes, funcionam semanticamente de diferentes maneiras simultaneamente, e embora possam funcionar principalmente como designadores, muitas vezes expressam outros significados: 1) devido a contextos anteriores da palavra; 2) por causa de associações existentes com o referente; e/ou 3) por causa de uma simples sugestividade prosódica<sup>48</sup> (SMITH, 2006, p. 26, tradução nossa).

Interessa, portanto, destacar que signos toponímicos podem apresentar tanto *significados lexicais* quanto *significados conotativos* ou *pragmáticos* (NICOLAISEN, 1978). O significado lexical diz respeito à acepção dicionarizada, denotativa, não figurativa do signo, o qual não necessariamente é acionado discursivamente, portanto, em nível conceptual, descritivo, lógico-semântico: “[...] seja qual for o significado lexical que ele possa ter tido, ou que ainda o mantém, não interfere em sua função denotativa<sup>49</sup>” (NICOLAISEN, 1978, p. 42, tradução nossa). São esses que constam em glossários toponímicos e em dicionários etimológicos, os quais devemos ser cautelosos em relação à aceitação das acepções propostas. Já o aspecto conotativo ou pragmático se constitui numa relação contextual entre nome, lugar e usuário da língua, por associações que abrangem aspectos extralinguísticos previamente possuídas pelo interlocutor (VAN LANGENDONCK, 2007; RAPER, 1987; NICOLAISEN, 1978), raramente relacionadas ao significado lexical ou a questões etimológicas, tendo caráter individual, envolvendo uma gama de conhecimentos, sendo do escopo da competência onomástica e do idioleto de cada usuário (NICOLAISEN, 1978, p. 43).

Assim, o nome próprio não é vazio de significado, um *simples* marcador do discurso, visto que seu acionamento pode evocar significações e associações linguísticas e enciclopédicas não inerentes ao próprio nome, mas produto das experiências ou de conhecimentos prévios, dos quais os epônimos podem ser exemplos: esse amálgama entre

---

<sup>48</sup> “Proper names may be viewed as signs that often function meaningfully in different ways simultaneously, and although names may function primarily as designators, they often express other meanings 1) because of previous contexts of the word, 2) because of existing associations with the referent, and/or 3) because of simple prosodic suggestiveness.”

<sup>49</sup> “[...] a (proper) name has no lexical meaning, or rather that whatever lexical meaning it may have had, or still retains, does not interfere with its denotative function.”



nomes próprios e comuns abunda no discurso cotidiano e na terminologia (os exemplos são abundantes na Medicina), abarcando uma “[...] carga metafórico-emocional, [com] suas associações positivas e negativas, aproximando-os dos nomes comuns, já que formam até derivados (força hercúlea, fome pantagruélica, atitude maquiavélica, teoria marxista, colégio teresiano)” (MEXIAS-SIMON, 2005, p. 695-696).

O estudo dos nomes próprios permite destacar evidências linguísticas e sócio-históricas, especialmente pela cristalização morfossemântica dos signos onomásticos. Nos manuais de língua portuguesa como língua materna, de perspectiva tanto prescritiva quanto descritiva, as menções aos nomes próprios de pessoas e de lugares são tímidas. Neste particular, são raras as referências à toponímia nacional, limitadas à apresentação de unidades e campos léxico-semânticos de origem tupi. Castilho (2010, p. 180), por exemplo, o faz ao tratar dos campos semânticos com legado vocabular indígena, a saber: nomes de pessoas, de comidas, de animais, de figuras míticas, de vegetais, de moradias e topônimos e antropônimos. Bagno (2011, p. 231-233) lista os papéis das línguas indígenas na formação do PB, documentando itens linguísticos remanescentes na toponímia nacional de origem tupi. Fica, ainda, compreendida a lacuna etnolinguística em relação ao léxico toponímico de procedência africana.

Por fim, cumpriu-nos, nesta seção, a tarefa de descrever e compreender aspectos teórico-metodológicos que envolvem os nomes próprios, especificamente os nomes de lugares. Ao apresentar uma diversidade de questões milenarmente debatidas no âmbito da Filosofia e, desde o século XIX, das disciplinas do âmbito da Filologia e da Linguística – aspectos taxonômicos, gramaticais e semântico-lexicais relativos aos nomes próprios –, constatamos que a toponímia nacional ainda carece de pesquisas, especialmente aquelas que envolvam variáveis sociais e políticas na constituição da nomenclatura geográfica. A seguir, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, relatando processos de coleta, de codificação e de análise dos dados toponímicos.

## 4 METODOLOGIA: COLETA, CODIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS RESULTADOS

Descrevemos, nesta seção, os procedimentos metodológicos adotados para realização da tese, um roteiro das fases de coleta, de codificação e de tratamento dos dados. Pela natureza desta pesquisa, a seleção de dados abrange critérios como fidedignidade, validade e relevância, cabendo ao estudioso de toponímia, como parte de sua demanda social e acadêmica, “prover uma coerente, inteligível, e ao mesmo tempo honesta resposta” a fenômenos inerentes à nomenclatura de lugares, dentre os quais a origem linguística e o significado de seus constituintes (TAYLOR, 2016, p. 71).

O tratamento de um *corpus* toponímico abrange respostas para perguntas de diversas ordens –, tais como *o quê, quando, quem, por que*, dentre outros (TENT, 2015, p. 65), revelando aí a demanda de conhecimentos de múltiplas áreas. Para que esses dados não reproduzam informações fantasiosas ou meramente suposições, demanda-se uma metodologia tão clara, concisa e alinhada quanto possível, que tende a produzir dados objetivos e quantificáveis. Norteados pelos objetivos e pelas hipóteses estipuladas, como mencionamos na seção 3.1.2, filiamo-nos aos pressupostos teórico-metodológicos propostos por Dick (1990a, 1990b, 1996, 1997, 2004) a partir da década de 1980 do século XX para a descrição e a análise da toponímia brasileira.

### 4.1 A COLETA DOS DADOS

O estudioso de toponímia toma a nomenclatura de elementos geográficos como insumo primário de investigação, a partir dos quais descreve e interpreta sua(s) forma(s) e seu(s) uso(s), tais como sua procedência, estrutura e significado linguísticos, bem como aspectos sócio-históricos e geográficos que se apresentem relevantes. Assim, pela natureza geográfica dos dados, que naturalmente identificam um *topos*, a coleta de dados toponímicos costuma ocorrer em cartas geográficas ou em índices toponímicos (*gazeteers*), preferencialmente em bancos de dados oficiais.

Nas últimas décadas, temos testemunhado uma ampliação de fontes de coletas de dados toponímicos para além das tradicionais coletas cartográficas. Documentos históricos e jurídicos, obras literárias (ficcionalis ou não), suportes multimodais e relatos orais como produto de pesquisas de campo estão entre os métodos que compõem *corpora* cada vez mais incorporados às investigações da área (HOUGH, 2016, p. 1-13).

Os mapas constituem a fonte da pesquisa toponímica por excelência, mas registramos uma variedade de fontes primárias, secundárias e terciárias para esse fim, tais como fontes bibliográficas e documentais, orais ou multimídias, que permitem tratamento condizente com a natureza interdisciplinar dos nomes de lugares, que abrangem características etnolinguísticas e semânticas de ordem física e sociocultural. Pesquisas de campo, por meio do uso de técnicas de coleta de dados como observação *in loco*, questionários e entrevistas, têm sido paulatinamente incorporadas às pesquisas toponímicas, de modo que produzem uma gama de aplicações, em especial em investigações sociotoponímicas.

Como órgão governamental oficial, o IBGE tem progressivamente subsidiado os estudos dos nomes geográficos no Brasil, especialmente por meio do Centro de Referência em Nomes Geográficos (CRNG), como parte da Diretoria de Geociências da instituição<sup>50</sup>. Testemunhamos, na última década, a expedição de diversas publicações que regulamentam o processo de coleta dos nomes dos lugares, a exemplo do processo de *reambulação* (IBGE, 2008). A reambulação é um processo anterior ou paralelo à investigação toponímica *in loco*, e pode ser definida como

o ato de percorrer determinada porção territorial com o objetivo de coletar, confirmar ou descartar, a partir de entrevistas com a população que lá habita, o nome das feições cartográficas mais destacadas no local, as quais posteriormente constarão, ou serão descartadas, das cartas e mapas, como nomes geográficos que as identifiquem de forma singular (IBGE, 2008, p. 19).

Da atividade de reambulação, “que se traduz à forma como os nomes geográficos ganham cunho legal, ao nosso olhar, a partir de sua inserção num espécime cartográfico: uma carta ou um mapa” (IBGE, 2008, p. 18), por exemplo, resultam índices toponímicos ou cartas geográficas que constituem fontes secundárias basilares para a pesquisa toponímica.

A expedição de bases cartográficas e de índices toponímicos cada vez mais preocupados com o papel e as funções dos nomes geográficos propicia confiáveis fontes de coleta de dados ao estudioso de toponímia. Assim, para esta tese, selecionamos uma base de

---

<sup>50</sup> Percebemos que, em aspectos acadêmicos, as produções toponímicas – artigos, dissertações e teses – vinculam-se majoritariamente à área de Linguística, mas também gerando o interesse de geógrafos, cartógrafos e historiadores, sem que se possa concluir, necessariamente, em qual ordem. Por outro lado, em aspectos político-institucionais, os membros de grupos de toponímia oficiais acerca dos nomes de lugares são geralmente geógrafos e cartógrafos, tal qual os membros do *Centro de Referência em Nomes Geográficos* (CRNG) do IBGE e os representantes brasileiros da *Divisão dos Países de Língua Portuguesa em Nomes Geográficos* (DPLPng) do *Grupo de Peritos em Nomes Geográficos* do *United Nations Group of Experts on Geographical Names* (UNGEGN), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU).

dados oficial produzida pelo IBGE (2014) para localidades brasileiras, que se configura em um índice toponímico, do qual coletamos aqueles topônimos referentes ao Estado de Sergipe.

A seguir, descrevemos as fontes de dados desta pesquisa.

## 4.2 AS FONTES DE PESQUISA

A base de dados da tese compõe-se de uma fonte oficial para a coleta dos nomes geográficos. Além disso, para a descrição e a análise destes dados, ampliamos o espectro dos materiais consultados com livros e artigos científicos, decretos-lei e documentos oficiais, mapas e obras lexicográficas e enciclopédicas.

Como fonte primária, valemo-nos dos nomes de lugares listados no *Cadastro de localidades brasileiras selecionadas* (CLBS), registrados em um arquivo digital, o <BR\_Localidades\_2010\_v1.mdb> (IBGE, 201-, 2011a, 2011b), gerenciado no programa de banco de dados *Microsoft Access*<sup>®</sup>. Esse cadastro lista dados, especialmente de natureza geográfica, de um total de 21.886 aglomerações humanas (*vide* subseção 2.2.1) de todos os 26 estados e do Distrito Federal. O campo ID identifica o número da chave primária do banco de dados do arquivo, que vai de 1 até a linha 21.886, uma para cada localidade. O arquivo-fonte apresenta campos cujos dados não se configuram importantes para o estudioso de toponímia ou indiferentes para esta investigação<sup>51</sup>. Para uma descrição útil aos interessados nessa base de dados, listamos os campos com validade para o estudo toponímico, enfatizando os dados específicos das localidades sergipanas.

(1) ID: campo de identificação sequencial, com valores ininterruptos entre 1 e 21.886, sendo os das localidades do estado de Sergipe entre 8.787 e 9.245, totalizando 464 linhas;

(2) CD\_GEOCODIGO: este campo destaca um código numérico de 15 dígitos para cada localidade do território brasileiro. Também funciona como uma chave primária, haja

---

<sup>51</sup> Compreendemos como indiferentes para o estudo da toponímia humana os seguintes campos presentes no Br\_Localidades\_2010 do CLSB (IBGE, 201-): nomes e respectivos códigos dos bairros, dos distritos e dos subdistritos. Os campos CD\_GEOCODBA e NM\_BAIRRO apresentam apenas seis das 464 linhas preenchidas, sendo cinco delas inscritas como *Centro*. O campo NM\_SUBDISTRITO se apresenta em branco para todas as 464 localidades sergipanas, tendo o respectivo código (campo CD\_GEOCODSD) preenchido por uma sequência numérica de 11 dígitos. O campo NM\_DISTRITO e seu correspondente CD\_GEOCODDS referem-se aos distritos, que são quase em sua totalidade homônimos aos nomes municipais. Também os campos NM\_MESO e NM\_MICRO informam em qual das três mesorregiões e das treze microrregiões de Sergipe se encontra cada localidade. Como esta proposta de divisão geopolítica não tem sido mais utilizada e nos valem da proposta de Territórios de Planejamento (SEPLAG, 2007), estes dados se configuraram irrelevantes para a pesquisa, como disposto no Quadro 1, na subseção 2.2.

vista ser um dado específico para cada localidade. As localidades sergipanas têm esse código iniciado por 280;

(3) TIPO: classificadas como *urbano* ou *rural*. Das 464 localidades de Sergipe, são 89 localidades urbanas – 75 cidades, seis vilas e oito AUI – e 375 localidades rurais – uma aldeia indígena, três núcleos, 30 lugarejos, 30 projetos de assentamento e 311 povoados;

(4) NM\_MUNICÍPIO: este campo apresenta a subordinação municipal de cada localidade. Em Sergipe, como mencionamos, são 75 cidades, sendo que o respectivo código municipal (CD\_GEOCODMU) registra 11 dígitos numéricos, todos iniciados pela sequência 280, correspondente ao estado de Sergipe;

(5) NM\_UF: este campo dispõe as 26 Unidades Federativas mais o Distrito Federal. O *corpus* desta tese foi selecionado após o filtro deste campo para o item Sergipe;

(6) NM\_CATEGORIA: este campo registra os tipos de aglomeração humana aos quais a localidade pertence. Para as localidades de Sergipe, encontramos todas as oito categorias dispostas no banco de dados do CLBS, a saber: a) aldeia indígena; b) AUI; c) cidade; d) lugarejo; e) núcleo; f) povoado; g) projeto de assentamento; e h) vila. Esta informação constitui, na estrutura toponímica, o *elemento genérico* (DICK, 1990a, 1990b) do topônimo, como definido na seção 2;

(7) NM\_LOCALIDADE: este campo registra os nomes das referidas localidades, sendo o de maior importância no processo de coleta de dados, por informar o elemento específico, ou topônimo propriamente dito (DICK, 1990a, 1990b). Nos casos de homonímia de localidades sergipanas, registramos dados de outros campos, como o geocódigo ou a subordinação político-administrativa, que permitem desfazer a coincidência de significantes;

(8) LONGITUDE: este campo descreve a longitude das localidades nacionais. Segundo esta fonte oficial, a aglomeração humana mais ao sul do perímetro de Sergipe é o povoado Rio Real, em Poço Verde, e a localidade mais ao norte do estado é o povoado Novo Paraíso, em Propriá;

(9) LATITUDE: este campo registra a latitude de cada localidade. Especificamente quanto às localidades de Sergipe, aquela mais ao leste é o povoado Colônia Retiro, em Estância, e a localidade do estado mais a oeste é o povoado Curitiba, em Canindé de São Francisco;

(10) ALTITUDE: o campo apresenta a altitude de cada localidade. Em Sergipe, o povoado Atalaia Nova se apresenta como o de menor altitude (1 metro) e o povoado Curreal dos Bois, no município de Simão Dias, se configura a localidade de maior altitude do Estado, com 526,96 metros.

Sendo de nosso interesse a descrição de topônimos apenas do estado de Sergipe, filtramos o campo (5), referente à Unidade Federativa, selecionando apenas esse estado. Obtivemos, com isso, 464 topônimos (2,12% do total de nomes de localidades do Brasil)<sup>52</sup>, cujos códigos vão do ID 8787 (Amparo de São Francisco, cidade) ao ID 9250 (Matinha, povoado do município de Umbaúba).

Por apresentar os nomes das localidades integralmente em letras maiúsculas, procedemos, quando necessário, ao cotejo junto a outras fontes, especialmente cartográficas, para perceber como se dão os registros de diacríticos e de outras especificidades gráficas. Nestes casos, valemo-nos de dois mapas especificamente: o Mapa Político dos estados de Alagoas e Sergipe, em escala 1:450.000 (IBGE, 2015b), e o Mapa Multimodal de Sergipe, de escala 1: 400.000, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT<sup>53</sup> (SERGIPE, 2013).

Assim, após a descrição do processo de coleta dos dados junto à fonte primária, descrevemos os procedimentos para a geração da base catalográfica da pesquisa.

#### 4.3 A CODIFICAÇÃO

A catalogação configura-se uma etapa intermediária do processo da pesquisa, sendo posterior à seleção e à observação, e antecipando a classificação, a análise e a interpretação dos dados (GIL, 2008).

Quanto a esta fase da pesquisa, compreendemos que a seleção do que seja (in)dispensável está sujeito aos objetivos de cada pesquisa. Parece-nos coerente a proposta de Grant Smith (1992, p. 305-6), que divide os campos toponímicos passíveis de registro em *informações essenciais* – nome, acidente geográfico, localização e fonte – e (*altamente*) *desejáveis* – identificação de topônimos por código, transcrição da pronúncia do topônimo, lista de alternativas e variantes.

De acordo com Smith (1992),

Primeiro, nós precisamos abandonar a ideia de que é necessário um acordo ou consenso para descrever importantes tipos de dados. Todos os tipos de dados são bons tipos de dados, desde que sejam claramente delimitados.

---

<sup>52</sup>Identificamos que há uma frequente atualização do CLBS por parte do IBGE. O número de localidades atualmente listadas no arquivo foi ampliado em comparação ao número registrado pelo IBGE (2018a). Entre 2010 e 2018, calculamos um acréscimo de 582 localidades de todo o país nessa base de dados.

<sup>53</sup>Essas escalas dessas fontes cartográficas se mostraram suficientes para a coleta das grafias dos 464 topônimos.

Segundo, precisamos assumir que todos os registros serão incompletos<sup>54</sup> (SMITH, 1992, p. 301, tradução nossa).

Assim, a primazia (da) linguística na compreensão dos fenômenos afeitos aos nomes de lugares (DICK, 1990b) não pode, para o bem da própria pesquisa, ser tomada como autossuficiência, de modo que quanto mais elementos interdisciplinaridades puderem ser descritos e analisados, tão mais completo será o tratamento do *corpus* toponímico. Também se pode esclarecer que é a natureza de cada *corpus* que “requer” uma ou outra área como prioritária, seja a linguística, a história, a geografia, a sociologia, a botânica, para dar alguns exemplos<sup>55</sup>.

Considerando a literatura da área, listamos as ferramentas catalográficas mais aderentes à pesquisa toponímica brasileira:

- quadros, com tratamento estatístico simples;
- dicionarização, por meio de fichas lexicográfico-toponímicas (DICK, 2004) ou de verbetes toponímicos (CASTIGLIONI, 2018);
- cartografiação (ZAMARIANO, 2010, 2012).

Por entendermos a validade e a importância da padronização na gestão de dados, bem como a possibilidade de abranger trabalhos sequenciados e comparáveis entre diferentes projetos, decidimo-nos pelo alinhamento metodológico à proposta de Dick (1996, 1998, 2004), que, em seus escritos entre as décadas de 1970 e 2000 do século XX, fincou as bases metodológicas da pesquisa toponímica brasileira.

Andrade (2013) destaca a importância de gerenciamento eletrônico, por meio de *softwares* com banco de dados. Quanto à padronização de dados toponímicos, a geração de fichas lexicográfico-toponímicas (DICK, 2004) tem sido o instrumento mais tradicional para a catalogação desses dados. Essas fichas, que podem ser adaptadas aos objetivos de cada pesquisa, constituem-se o produto da busca por um instrumento metodológico para *corpora*

---

<sup>54</sup> “First, we need to abandon the idea that agreement or consensus is needed to describe important types of data. All types of data are good types of data, so long as they are clearly delineated. [...] Second, we need to assume that all records will be incomplete records.”.

<sup>55</sup> Um campo aberto a futuras investigações é o tratamento de topônimos correspondentes em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), língua cooficial do país. O projeto *Dicionário Sergipano da Língua Brasileira de Sinais* (PVD4957-2016), coordenado pela profa. Valeria Simplício da Silva (DLES-UFS), tem coletado e documentado, dentre outros itens, os sinais referentes aos nomes dos municípios de Sergipe. Certamente, em pouco tempo teremos a divulgação *online* desses dados. Para um conhecimento desse projeto, a descrição de sua proposta pode ser encontrada em:

<<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/pesquisa.jsf;jsessionid=84200C890F5B5CBAE9ACC8D0A4153345.bicudo1>>.

toponímicos do Brasil e formam um procedimento para gerenciar dados dessa natureza linguística e enciclopédica.

Para a pesquisa, construímos um banco de dados pessoal, manipulado nos programas *Microsoft Access*<sup>®</sup>, *Microsoft Excel*<sup>®</sup> e *Microsoft Word*<sup>®</sup>. Nossos dados nos permitiram gerar 75 fichas lexicográfico-toponímicas (DICK, 2004), referentes aos nomes das cidades sergipanas, dispostas no Apêndice A desta tese, ao passo que procedemos à catalogação dos demais topônimos do *corpus* em forma de quadros, justificando que esta ação satisfaz os propósitos de tratamento quali-quantitativo dos dados da pesquisa<sup>56</sup>.

Passamos a descrever o modelo de ficha catalográfica dos dados na subseção seguinte.

#### 4.3.1 As fichas lexicográfico-toponímicas

O banco de dados desta tese inventaria dados linguísticos e enciclopédicos relativos às características dos topônimos em análise, tais como: denominações anteriores, variantes gráficas, cartográficas e lexicais, significado(s) etimológico(s) e dados biográficos de referentes toponímicos. Compreendemos a validade das fichas lexicográfico-toponímicas como expediente metodológico, ao passo que poucas foram as adaptações no modelo proposto por Dick (2004). Apresentamos, no Quadro 9 a seguir, o modelo de ficha lexicográfico-toponímica proposto por Dick (2004):

Quadro 9 – Ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick (2004)

Município: .....
Localização: .....
Topônimo: .....
AH: ..... Taxionomia: .....
Etimologia: .....
Entrada lexical: .....
Estrutura morfológica: .....
Histórico:.....
Informações enciclopédicas:.....
Contexto:.....
Fonte: .....
Pesquisador: .....
Revisor: .....
Data de coleta: .....

Fonte: Dick (2004, p. 130).

<sup>56</sup> A não catalogação de todos os 464 topônimos em fichas lexicográfico-toponímicas se justifica também pela inclusão tardia de parte substancial desses topônimos ao *corpus* da pesquisa, como historiamos na Introdução.



Deste modelo-padrão de ficha, geramos uma ficha-modelo para nossa pesquisa a seguir, a partir do cotejo de nossos objetivos e da natureza dos dados toponímicos. Alguns dos campos listados em Dick (2004, p. 130) não se aplicavam à base de dados da pesquisa, a saber: *entrada lexical, contexto, fonte, revisor, data de coleta*. Elencamos a microestrutura dessa ficha no Quadro 10 a seguir, que serão preenchidas e inseridas no Apêndice A.

Quadro 10 – Ficha lexicográfico-toponímica da pesquisa

FICHA N° (I)	
Topônimo: (II)	Geocódigo do município: (III)
Taxonomia: (IV)	
Elemento Geográfico: (V)	Território de Planejamento: (VI)
Variante gráfica/cartográfico-lexical*: (VII)	
Etimologia*: (VIII)	
Origem: (IX)	
Estrutura morfológica: (X)	
Histórico: (XI)	
Informações Enciclopédicas*: (XII)	
Pesquisador: (XIII)	

Legenda: (\*) indica campo de preenchimento não obrigatório.

Fonte: Adaptado de Dick (2004, p. 130).

Descrevemos, a seguir, os campos que compõem a microestrutura da ficha lexicográfico-toponímica apresentada no Quadro 10, por ordem de apresentação.

- (I) *Ficha n°*: registramos numericamente as fichas, referentes à catalogação toponímica das 75 cidades sergipanas, por ordem alfabética, sendo n° 1 correspondente a *Amparo de São Francisco* e a ficha n° 75 a *Umbaúba*;
- (II) *Topônimo*: registramos o nome do município do signo toponímico como entrada da ficha, coletado junto ao campo NM\_LOCALIDADE da fonte primária (IBGE, 2010);
- (III) *Geocódigo do município*: registramos o geocódigo correspondente para a localidade, considerando a catalogação do IBGE (2014) no campo CD\_GEOCODMU, num total de sete dígitos, iniciados por 280, correspondente a localidades do estado de Sergipe;
- (IV) *Taxonomia*: descrevemos a taxonomia do referido topônimo considerando a proposta de Dick (1990b, p. 31-34), listada no Quadro 7 (subseção 3.2.1) e as taxes inclusas *a posteriori*, listadas no Quadro 8;
- (V) *Elemento geográfico*: indicamos a aglomeração humana correspondente ao topônimo. Como mencionamos, são oito tipos de aglomeração humana catalogados no CLBS:

cidade, vila, povoado, lugarejo, projeto de assentamento, AUI (aglomerado urbano isolado), núcleo e aldeia indígena. Destes, os nomes referentes às 75 cidades sergipanas tiveram uma codificação específica, por meio das fichas que compõem o Apêndice A, e os demais uma codificação em forma de quadro, no Apêndice B;

- (VI) *Território de Planejamento*: identificamos em qual dos oito Territórios de Planejamento encontra-se a localidade, a saber: Alto Sertão Sergipano; Médio Sertão Sergipano; Baixo São Francisco; Agreste Central; Leste Sergipano; Grande Aracaju; Centro Sul Sergipano; e Sul Sergipano (SEPLAG, 2017);

- (VII) *Variante gráfica/cartográfico-lexical*: tomando como padrão a nomenclatura inscrita no campo II (Topônimo), registramos variantes no plano gráfico, cartográfico ou lexical, visto que

muitos lugares têm mais de um nome; muitos nomes são repetidos, até num mesmo lugar; nomes podem ser escritos de mais de uma maneira; nomes locais podem ser diferentes dos nomes mais reconhecidos internacionalmente; nomes podem ser escritos em alfabeto não-romano, em alguns países” (IBGE, 2008, p. 16).

- (VIII) *Etimologia*: indicamos a procedência linguística do topônimo a partir da consulta em dicionários de línguas diversas, bem como registramos a acepção etimológica dos constituintes dos signos toponímicos;

- (IX) *Origem*: a partir da consulta às obras lexicográficas listadas nas páginas seguintes que servem para preenchimento do campo *Etimologia*, registramos a(s) procedência(s) linguística(s) do(s) elemento(s) mórficos que constituem o signo toponímico;

- (X) *Estrutura morfológica*: consideramos os constituintes do elemento específico como *simples* ou *compostos*. Destacamos também sua classe nominal, valendo-nos da seguinte legenda: N = nome; NP = nome próprio; Adj = adjetivo; V = verbo; Prep = preposição; e Det = determinante;

- (XI) *Histórico*: registramos o percurso denominativo da localidade ao catalogar topônimos pretéritos. Apresentamos, quando possível, o ano em que ocorreram tais mudanças toponímicas e seu *status* geoadministrativo, então<sup>57</sup>;

---

<sup>57</sup> Delimitamos a catalogação de topônimos pretéritos aos seguintes elementos geoadministrativos: povoados, povoações, vilas, distritos e cidades, excluindo desse processo de coleta as denominações de freguesias e de comarcas, que se configuram unidades de ordem eclesiástica e jurídica, respectivamente. Tal escolha se dá para evitar sobreposição de datas bem como um enviesamento de dados, visto que, quase categoricamente, topônimos de freguesias demarcam, no início da nomenclatura alguma entidade católica, geralmente do culto mariano ou do hagiológico católico. Se tomássemos isso em consideração, certamente os nomes com motivação religiosa seriam exponenciais.

- (XII) *Informações enciclopédicas*: descrevemos informações de variada ordem (linguística, física, biográfica ou sociocultural), coletadas em livros, artigos, enciclopédias e dicionários, sobre o topônimo estudado. Tomamos como primeira fonte de consulta os dados dispostos na base digital *IBGE Cidades* (IBGE, 2019). Registramos ainda, o(s) adjetivo(s) gentílico(s) correspondente(s), formado(s) a partir do respectivo signo toponímico;

- (XIII) *Pesquisador*: assinalamos Cezar Alexandre Neri Santos como autor de todas as fichas lexicográfico-toponímicas dispostas no Apêndice A.

Quando, para qualquer um dos campos da ficha, houver falta de informações enciclopédicas ou de uma etimologia segura para a classificação, assinalamos tal lacuna pelas legendas n/c (não classificado) ou n/e (não encontrado). Como mencionamos, os campos VII (*Variante cartográfico-lexical*), VIII (*Etimologia*), XI (*Informações Enciclopédicas*), marcadas com um asterisco no Quadro 10, podem se apresentar lacunares, não sendo de catalogação obrigatória.

Para o preenchimento dos campos *Etimologia* (VIII) e *Informações Enciclopédicas* (XI), consultamos diversas referências lexicográficas, tais como:

- 1) *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2010);
- 2) *Dicionário Aulete Digital* (AULETE, 2018)<sup>58</sup>;
- 3) *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (CUNHA, 2010);
- 4) *Thesouro da língua portuguesa* (VIEIRA, 1871-1874);
- 5) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001);
- 6) *Dicio* (DICIO, 2018), usado excepcionalmente.

Especialmente para os topônimos que inscrevem antropônimos, cujos dados etimológicos não costumam constar em dicionários comuns de língua, consultamos ainda:

- 7) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (NASCENTES, 1952);
- 8) *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes* (GUÉRIOS, 1981).

Para a decomposição morfológica e coleta de acepções semânticas referentes a constituintes de línguas indígenas, notadamente tupi, valemo-nos das seguintes obras lexicográficas:

- 1) *Glossário etimológico dos nomes da língua tupi na geografia do Estado de Sergipe* (GUARANÁ, 1916);

---

<sup>58</sup> Consta na Apresentação da versão digital da obra: “Considera-se na obra a variação de dicionarização em três níveis: manutenção do verbete original, atualização do verbete original e inclusão de novos verbetes.” (AULETE, 2018).

- 2) *Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil* (NAVARRO, 2013);
- 3) *Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena* (CHIARADIA, 2008);
- 4) *O Tupi na Geographia Nacional* (SAMPAIO, 1901);
- 5) *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi. Significados dos nomes geográficos de origem tupi* (TIBIRIÇÁ, 1985);
- 6) *Vocabulário tupi-guarani/português* (BUENO, 2008);
- 7) *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi* (CUNHA, 1998).

São em menor número as obras lexicográficas que descrevem topônimos e constituintes de origem africana. Para a decomposição morfológica e coleta de acepções semânticas, valemo-nos de:

- 1) *Falares africanos na Bahia* (CASTRO, 2005b);
- 2) *A influência africana no português do Brasil* (MENDONÇA, 2012 [1933]).

Os campos arrolados no modelo de ficha lexicográfico-toponímica permitem destacar características conceituais comuns, a saber:

Quadro 11 - Natureza dos campos da ficha lexicográfico-toponímica

CAMPO	NATUREZA DO CAMPO
Número da ficha	Catalográfica
Pesquisador	
Topônimo	Geográfica
Elemento geográfico	
Geocódigo do município	
Território de Planejamento	
Taxonomia	Semântico-etimológica
Etimologia	
Variante gráfica/ortográfico-lexical*	Linguístico-histórico-gramatical
Origem	
Estrutura morfológica	
Histórico*	Enciclopédica
Informações enciclopédicas	

Elaboração do autor.

Além do registro das 75 fichas lexicográfico-toponímicas, para os demais topônimos, a catalogação se deu em forma de quadro, dispostas no Apêndice B. Esses abrangem os seguintes campos: *Topônimo* (II), *Elemento genérico* (V), *Taxonomia* (IV), *Origem* (IX) e *Estrutura morfológica* (X), capitaneados pelos topônimos municipais em ordem alfabética.

Após a descrição da catalogação dos dados, especialmente aqueles referentes às fichas lexicográfico-toponímicas e aos quadros sinópticos, apresentamos o tratamento dado ao *corpus* toponímico.

#### 4.4 O TRATAMENTO DOS RESULTADOS

O tratamento dos resultados compreende as fases de classificação, análise e interpretação (GIL, 2008). Nas pesquisas toponímicas, constitui-se geralmente na busca por generalizações e por especificidades de aspectos linguísticos (ortográficos, morfossemânticos, lexicais) e extralinguísticos (sócio-históricos e culturais) subjacentes a cada *corpus* (DICK, 1996, 1998, 2004).

Nas palavras de Tent (2015), investigações toponímicas podem ser consideradas numa abordagem intensiva ou extensiva. Numa abordagem intensiva, o estudioso seleciona um tema ou caso padrão para análise – distribuição espaciotemporal de algum tipo de topônimo, padrões de colonização ou de aglomeração, a botânica, flora ou geomorfologia de uma região, geografia linguística (distribuição espacial de tipos de nomes), influência de nomes sobre valores de propriedade etc. (TENT, 2015, p. 67).

Procedemos a uma abordagem analítica de cunho extensivo, com a descrição genérica dos topônimos dispostos num determinado lugar, indicando seus estratos linguísticos e destacando quali-quantitativamente padrões toponímicos, baseado em acurada documentação. De acordo com Tent (2015), “Na toponímia extensiva, os nomes de lugares funcionam como variáveis independentes que podem ser testadas contra variáveis dependentes, tais como espaço, tipologia ou características.<sup>59</sup>” (TENT, 2015, p. 71, tradução nossa).

Compreendemos que, pela maciça aplicação da proposta taxonômica de Dick (1990a, 1990b), as investigações toponímicas brasileiras privilegiam uma abordagem extensiva da nomenclatura geográfica, especialmente no caso dos projetos que objetivam gerar atlas toponímicos. Diante da descrição de uma nomenclatura tal qual a do nosso *corpus*, tende-se a buscar padrões e generalizações diante de aspectos como tipo de localidade (urbano e rural), saliências de aspectos gramaticais, de motivações toponímicas e de processos de mudança toponímica, além de discussões de dimensão etnolinguísticas.

---

<sup>59</sup> “In extensive toponymy, placenames function as independent variables which can be tested against dependent variables such as region, toponym type, or feature type.”

Em relação ao tratamento quantitativo, atestamos que a metodologia de pesquisas internacionais já se vale de estatísticas complexas, por meio de estratificação de variáveis sociolinguísticas (HOUGH, 2016), enquanto o exame quantitativo no âmbito da toponímia brasileira se dá categoricamente por estatística de porcentagem simples. Qualitativamente, o exame não se apresenta sob um viés prescritivo, sugerindo ou normatizando acerca das formas ortográficas variantes nos signos toponímicos. Tomamo-los, sim, como dados histórico-linguísticos sob tratamento descritivo em pancronia.

Ao nos vincularmos aos procedimentos metodológicos estabelecidos por Dick (1996, 1998, 2004), consideramos a nomenclatura das aglomerações humanas em Sergipe como marcas ideológicas (DICK, 1998) e como elementos físico-culturais (DICK, 1990a, 1990b, 1997, 2000). Os objetivos estipulados na pesquisa são cumpridos à medida que analisamos as relações entre o *corpus* toponímico, as localidades descritas e os valores sócio-históricos e culturais dos grupos denominadores. Buscamos, ainda, quando possível, reconhecer casos de etimologias fantasiosas e etimologias populares (*folk etymology*) e da ressignificação por reanálise por decomposição morfológica (VIARO, 2011; CAMPBELL, 2004).

A geração de quadros, de tabelas, de gráficos e de cartas toponímicas, dispostas nas seções a seguir. Valemo-nos majoritariamente da análise de conteúdo de caráter descritivo e explicativo, com abordagem quali-quantitativa. Alguns resultados permitiram também um tratamento pelo expediente da cartografia temática, fruto da relação com a geografia. Tomamos aqui a compreensão de cartografia de Zimback (2003), constituída por um “conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseado nos resultados de observações diretas ou de análises de documentação, com vistas à elaboração e preparação de cartas, mapas planos e outras formas de expressão” (ZIMBACK, 2003, p. 4).

Como modelo básico de apresentação do *corpus*, valemo-nos de quadros, que contêm entre quatro e seis colunas, a depender das especificidades dos dados. São obrigatórios os campos *quantidade*, que demarca o número de topônimos por taxonomia no *corpus*; o *elemento específico*, que destaca o signo toponímico propriamente dito, motivo da categorização; o *elemento genérico*; e o *município sergipano* ao qual o signo toponímico está subordinado. Quando necessário e possível, também integram os quadros os campos *lexias* e *acepção(ões) semântica(s)* em relação ao núcleo do topônimo. Por fim, os casos de homonímias são destacados nos quadros, por um fundo em cor cinza.

A cartografia para a toponímia tem dois vetores metodológicos: a) como instrumento de coleta de nomes geográficos, sendo uma fonte primária tradicional neste tipo de estudo; e b) como produto, com a elaboração de cartas temáticas que representem

elementos e fenômenos linguísticos e etnolinguísticos (DICK, 1990b, 1996; ZAMARIANO, 2010). Cartas, mapas ou plantas temáticas exprimem uma representação temática, em qualquer escala, distinta de cartas gerais, que exprimem conhecimentos de um tema particular e necessários para pesquisas específicas para uso geral, “associando elementos relacionados às estruturas territoriais, à geografia, à estatística, aos recursos naturais e estudos ambientais” (IBGE, 1999, p. 48).

As representações georreferenciadas permitem descrever quali-quantitativamente aspectos como a frequência de itens lexicais específicos, bem como o georreferenciamento de aspectos de motivação toponímica no território sergipano. Essas cartas temáticas estão dispostas ao longo das seções 5 e 6, tendo sido elaboradas particularmente para este estudo a partir dos dados de nossa fonte primária (IBGE, 201-).

Após delinear os procedimentos metodológicos, com a exposição dos objetivos da pesquisa e a apresentação do rigor científico dessa subárea da Linguística, procedemos à descrição e à análise dos dados toponímicos.

## 5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*: AS MOTIVAÇÕES TOPONÍMICAS

Como dissemos na Introdução, as seções 5 e 6 foram dedicadas à descrição e à análise do *corpus* da pesquisa. Nesta seção, especificamente, examinamos quali-quantitativamente, como categoria analítica, as motivações semânticas e sócio-históricas da toponímia sergipana contemporânea, especialmente a taxonomia proposta por Dick (1990a; 1990b). Esta tese constitui-se o primeiro trabalho de orientação linguística acerca da toponímia sergipana contemporânea, por meio do qual validamos pressupostos em relação ao modelo taxonômico, amplamente utilizada em estudos toponímicos brasileiros. Consideramos os 464 nomes de núcleos de ocupação humana do estado de Sergipe como um material homogêneo, cujo exame coaduna com os objetivos do projeto *Atlas Toponímico do Brasil* e constitui parte do *corpus* do projeto *Atlas Toponímico de Sergipe*, motivo pelo qual descrevemos e analisamos, em ordem decrescente, as (não) ocorrências de taxonomias toponímicas.

### 5.1 A NATUREZA SEMÂNTICA DA TOPONÍMIA SERGIPANA

O caráter semântico é uma das dimensões basilares em um exame toponímico. Descrever e analisar o(s) significado(s) de nomes de lugares permite destacar escolhas e influências físico-ambientais e sócio-históricas numa comunidade. Sapir (1969 [1912]) compreende por fatores físicos aspectos geográficos, como a topografia, o clima e o regime de chuvas, a fauna, a flora e os recursos minerais do solo; e por fatores sociais as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo, como a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (SAPIR, 1969 [1912], p. 45), modelo binário seguido por Dick (1990a; 1990b) em sua taxonomia.

Dick (1997) estabelece que o toponimista

procura apreender essa tendência [modelos onomásticos dominantes] também em função dos acidentes geográficos que servem de base física ao nome empregado, a fim de que se verifique a sua projeção no denominativo e em que termos isso ocorre. Procura, ainda, estabelecer pontos de intersecção entre os designativos e as línguas faladas no local, de maneira a determinar as tendências linguísticas manifestadas nos topônimos, ou em que medida estes expressam formas antigas de linguagem, com as modificações experimentadas (DICK, 1997, p. 12-13).

Assim, uma tarefa a ser cumprida é o entendimento dos fatores que influenciam em processos denominativos para certos acidentes geográficos, estratos linguísticos e sincronias. O primeiro desses elementos está assinalado no Quadro 12 a seguir – os demais compõem



parte da análise da seção 6 –, ao confrontarmos quantitativamente esses fatores por elemento genérico, percebendo susceptibilidades semânticas em relação a tipos de localidade.

Quadro 12 – Topônimos de naturezas semânticas de ordem física e antropocultural no *corpus* relacionados por elemento genérico

Tipo de Localidade / Natureza / Elemento genérico	URBANO			RURAL					TOTAL
	Cidade	Vila	AUI	Povoado	Lugarejo	Aldeia Indígena	Núcleo	Projeto de Assentamento	
<b>Física</b>	31	5	2	<b>170</b> (54,7%)	12	1	1	6 (20%)	234 (50,43%)
<b>Antropocultural</b>	44	3	3	139 (44,7%)	18	-	2	<b>24</b> (80%)	227 (48,91%)
<b>N/C</b>	-	-	1	2 (0,06%)	-	-	-	-	3 (0,006%)
<b>TOTAL</b>	75	8	6	311	30	1	3	30	464

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados da pesquisa (2018).

O Quadro 12 apresenta dados quantitativos que relacionam a natureza física ou antropocultural em relação a cada elemento genérico. O parco número de vilas (8), aglomerados urbanos isolados (6), núcleos (3) e de aldeia indígena (1) não permitiu um tratamento quantitativo que leve a argumentações seguras. Tomando os demais elementos genéricos – cidades (75), lugares (30), projetos de assentamento rural (30) e principalmente povoados (311), constatamos um equilíbrio entre as motivações toponímicas de índole física e antropocultural nos nomes de cidades, nomes de lugares e até dos topônimos de povoados. Este último, elemento geográfico de maior participação no *corpus*, com 311 (67% do total), apresentou 170 nomes de natureza física (54,6%) contra 139 nomes de natureza antropocultural (44,69% do total de povoados).

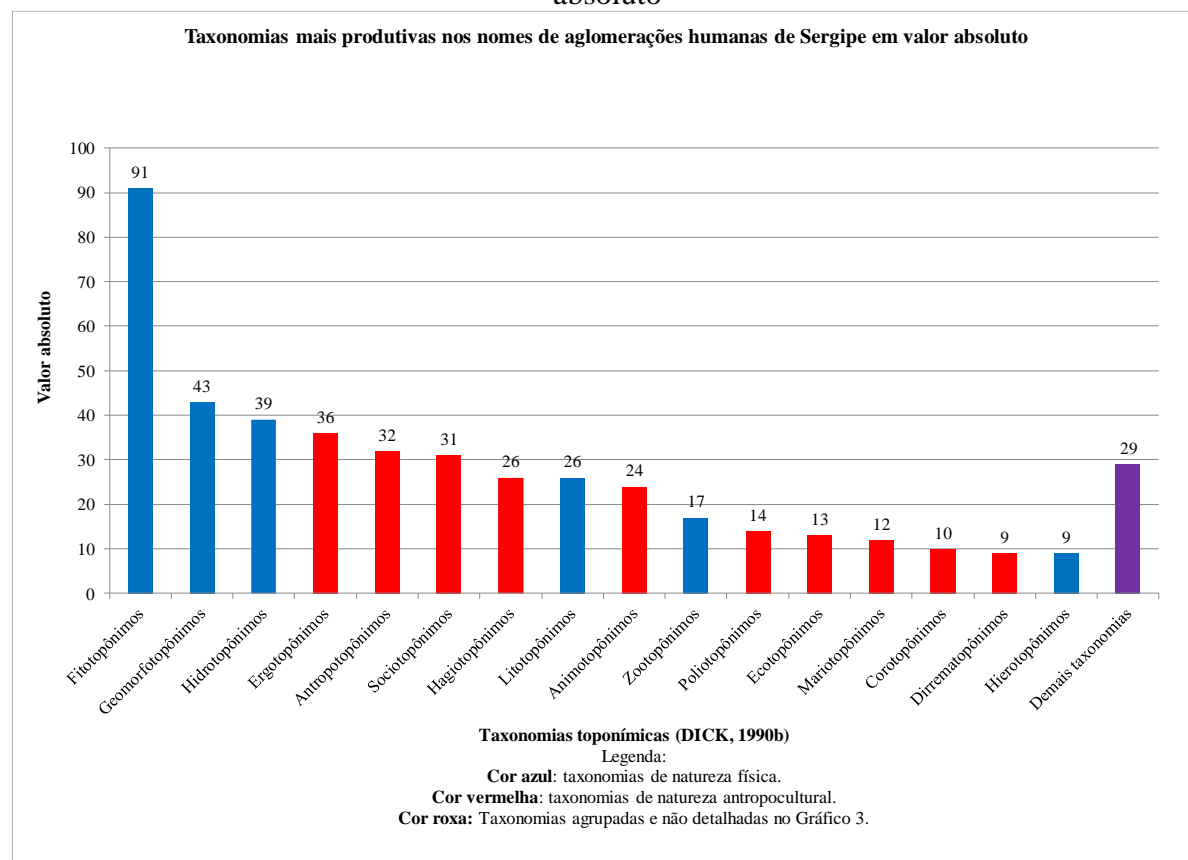
Dessas, mesmo sem uma porcentagem que possa ser tomada como categórica: 24 dos 30 (80% do total), apenas projetos de assentamentos rurais indicam uma tendência semântica de natureza antropocultural, numa variedade de taxonomias: seis antropotopônimos e um axiotopônimo (memorialização de personalidades), quatro historiotopônimos e quatro animotopônimos, dois hagiopotônimos e um mariotopônimo, um cronotopônimo, um dirrematopônimo e um hodotopônimo.

A hipótese de que localidades rurais abrangem aspectos do ambiente físico-natural e paralelamente aglomerações urbanas refletem influências de elementos políticos, culturais ou socioeconômicos mais diretamente (HOUGH, 2016) se fez parcialmente verossímil no *corpus* da pesquisa. O elemento genérico de um acidente geográfico não necessariamente determina a natureza semântica do topônimo correspondente, mas pode ser constatada, com mais

facilidade em alguns casos. No material examinado, identificamos essa associação nos projetos de assentamento rural, dada sua nomenclatura geralmente sistemática, vinculada à luta e à conquista político-territorial e perpassada por escolhas denominativas de natureza antropocultural, como já assinalava Dick (1998). Numa porcentagem bem mais equilibrada, os povoados, que também são zonas rurais, apresentam uma denominação de natureza física mais do que antropocultural. Dos 170 povoados com nomenclatura de natureza física, por exemplo, 72 (42, 35%) são fitotopônimos.

No Gráfico 3, gerado a partir da aplicação da proposta taxonômica de Dick (1990a, 1990b), registramos, por ordem decrescente de ocorrência, os dados absolutos por taxonomia.

Gráfico 3 – Taxonomias mais produtivas do *corpus* toponímico humano de Sergipe em valor absoluto



Elaboração do autor.

Fontes: IBGE (2014); Dick (1990b, p. 31-34).

Baseados nos dados do Gráfico 3, identificamos a sobressalência de fitotopônimos no *corpus*, em 91 nomes de localidades (19,6% do total); a segunda taxonomia de natureza física mais produtiva, os geomorfotopônimos, perfaz 43 topônimos; e o terceiro grupo de natureza física mais produtivo foi a dos hidrotopônimos, com 39 nomenclaturas. Além desses, há 26

litotopônimos, 17 zootopônimos, três cardinotopônimos, um cromotopônimo e um dimensiotopônimo.

Dentre as taxonomias de natureza antropocultural, avultam os 47 topônimos de natureza místico-religiosa – considerando os 26 hagiotopônimos, os 12 mariotopônimos e os nove hierotopônimos como um bloco semântico –; 36 ergotopônimos; 32 antropotopônimos; 31 sociotopônimos; 24 animotopônimos; 14 poliotopônimos; 13 ecotopônimos; 10 corotopônimos e nove dirrematopônimos. No grupo das Demais taxonomias, há seis historiopotônimos; cinco hodotopônimos; quatro axiotopônimos; quatro cronotopônimos; quatro somatopônimos e um etnotopônimo.

Assim, catorze taxonomias apresentam nove ou mais ocorrências no *corpus*, dispostos entre as subseções 5.2.1 até 5.2.14. Aquelas taxonomias abaixo desse valor estão tratadas em subseção conjunta (5.2.15), dispostas na coluna *Demais taxonomias* do Gráfico 3. A natureza semântica dos topônimos do *corpus* diferenciam-se cromaticamente nesse gráfico: em azul, estão dispostas as de natureza física e, em vermelha, as de natureza antropocultural; já a cor roxa se justifica por ser a união das duas cores, visto que há signos toponímicos de ambas as naturezas semânticas na coluna *Demais taxonomias*. Já as taxonomias sem ocorrência no *corpus* foram arroladas na subseção 5.3.

Procedemos, a partir de então, à descrição e à análise por taxonomia toponímica, em ordem decrescente, assinalando tendências, especificidades e generalizações morfossemântico-lexicais e sócio-históricas na toponímia sergipana.

## 5.2 TAXONOMIAS TOPONÍMICAS DE NÚCLEOS DE POVOAMENTO EM SERGIPE

### 5.2.1 Fitotopônimos

A vegetação configura-se o elemento que mais tem motivado denominações em localidades sergipanas: são dezenas de espécies, arbóreas ou não, de grande e de pequeno porte, nativas e exógenas, flores, plantações e bosques presentes na nomenclatura geográfica, intituladas fitotopônimos (do grego *futón,ou*: vegetal, árvore, planta) presentes no *corpus*. Dick (1990a) afirma que “o estudo da vegetação terrestre constitui, para o leigo, uma das mais árduas tarefas que se lhe possa propor, pela variedade das espécies que se entrecruzam em proporções delimitadas do espaço geográfico analisado” (DICK, 1990a, p. 145). Concordamos com esse entendimento, visto que um estudo da vegetação sergipana que

considera seus componentes e que obedece a classificações fitogeográficas especializadas extrapola, em muito, os limites e as possibilidades de um estudo de natureza linguística<sup>60</sup>.

*Corpora* fitotoponímicos costumam ser analisados sob abordagens extensivas ou intensivas. Extensivamente, registram-se todas as ocorrências de classe botânica, a exemplo dos trabalhos de Dick, Seabra e Isquierdo (2010) e de Cazarotto (2010). Intensivamente, há a descrição de algum(ns) item(ns) vegetal(is), com fins dialetológicos, tais como Isquierdo e Seabra (2010), ao destacar um *continuum* fitotoponímico por meio do item buriti na nomenclatura geográfica de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul, bem como Seabra (2012), ao assinalar a presença das palmeiras na fitotoponímia brasileira.

No Quadro 13, listamos os 91 fitotopônimos sergipanos assim classificados dos dados do IBGE (2014), numerando-os pela ordem alfabética do elemento específico, destacando, ainda, o respectivo elemento genérico e o município ao qual esse topônimo está subordinado.

Quadro 13 - Fitotopônimos com seus respectivos elementos genéricos e jurisdição municipal

N.º	FITOTOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO
1	Alecrim	Povoado	Malhador
2	Angico	Povoado	Nossa Senhora da Glória
3	Aningas	Lugarejo	Pirambu
4	Araçá	Povoado	Lagarto
5	Aracaju	Cidade	Aracaju
6	Aroeiras	Povoado	Ilha das Flores
7	Cajaíba	Povoado	Itabaiana
8	Cajazeiras	Povoado	Santa Luzia do Itanhy
9	Cajueiro	Povoado	Areia Branca
10	Cajueiro	Projeto de Assentamento	Poço Redondo
11	Cajueiro dos Potes	Povoado	Aquidabã
12	Camaçari Mirim	Povoado	Itaporanga D'Ajuda
13	Camaratuba	Povoado	Nossa Senhora do Socorro
14	Camboata	Povoado	Araúá
15	Cambuí	AUI	Santa Luzia do Itanhy
16	Cana-Brava	Povoado	Santa Rosa de Lima
17	Candeias	Povoado	Moita Bonita
18	Candeias	Povoado	Tobias Barreto
19	Canhoba	Cidade	Canhoba
20	Capim-Grosso	Povoado	Canindé de São Francisco
21	Caraíbas	Povoado	Canhoba
22	Carnaíba	Povoado	Araúá
23	Capunga	Povoado	Moita Bonita
24	Carrilho	Povoado	Itabaiana
25	Castanhal	Povoado	Siriri
26	Catinguinhas	Lugarejo	Pirambu

<sup>60</sup> Por extensão, dada nossa formação linguística, reiteramos nossas limitações interpretativas quanto ao exame de elementos extralinguísticos, como em Geomorfologia, em Zoologia ou noutras áreas que requeiram conhecimentos demasiado técnicos.

<b>N.º</b>	<b>FITOTOPÔNIMO</b>	<b>ELEMENTO GENÉRICO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
27	Catuabo	Povoado	Frei Paulo
28	Cedro de São João	Cidade	Cedro de São João
29	Cruiri	Povoado	Pacatuba
30	Curituba	Povoado	Canindé de São Francisco
31	Escurial	Povoado	Nossa Senhora de Lourdes
32	Espinheiro	Povoado	Japoatã
33	Flecheiras	Povoado	Santo Amaro das Brotas
34	Flor do Brejo	Povoado	Neópolis
35	Flor do Mucuri 1	Projeto de Assentamento	Divina Pastora
36	Frutuoso	Povoado	Aquidabã
37	Gameleira	Povoado	Campo do Brito
38	Gravatá	Povoado	Itaporanga d'Ajuda
39	Gravatá	Povoado	Lagarto
40	Gravatá	Povoado	Pedra Mole
41	Indiaroba	Cidade	Indiaroba
42	Jardim	Povoado	Itabaianinha
43	Jatobá	Povoado	Barra dos Coqueiros
44	Jenipapo	Povoado	Aquidabã
45	Jenipapo	Povoado	Ilha das Flores
46	Jenipapo	Povoado	Lagarto
47	Jenipatuba	Povoado	Gararu
48	Junco	Povoado	Areia Branca
49	Junco	Povoado	Poço Verde
50	Laranjeiras	Cidade	Laranjeiras
51	Limoeiro	Povoado	Campo do Brito
52	Macambira	Cidade	Macambira
53	Mamoeiro	Povoado	Aquidabã
54	Mangabeira	Povoado	Itabaiana
55	Mangabeira	Projeto de Assentamento	Umbaúba
56	Mangueira	Povoado	Itabaiana
57	Maniçoba	Povoado	Divina Pastora
58	Mata de São José	Povoado	Maruim
59	Mata Grande	Povoado	Itabi
60	Matinha	Povoado	Umbaúba
61	Moita Bonita	Cidade	Moita Bonita
62	Moita Redonda	Povoado	Aquidabã
63	Mulungu	Povoado	Aquidabã
63	Palmares	Vila	Riachão do Dantas
65	Palmeira	Povoado	Malhador
66	Patioba	Povoado	Japaratuba
67	Pastinho	Povoado	Simão Dias
68	Pau Alto	Povoado	Muribeca
69	Pau Ferro	Povoado	Maruim
70	Pau Torto	Povoado	Santa Luzia do Itanhy
71	Pau-de-leite	Povoado	Simão Dias
72	Pindoba	Povoado	Lagarto
73	Pindoba	Povoado	Neópolis
74	Pinhão	Cidade	Pinhão
75	Pirunga	Povoado	Capela
76	Pururuca	Povoado	Lagarto
77	Samambaia	Vila	Tobias Barreto
78	Sapé	Povoado	Nossa Senhora das Dores

N.º	FITOTOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO
79	Sapê	Povoado	Itaporanga d'Ajuda
80	Sapê	Povoado	Santo Amaro das Brotas
81	Sapucaia	Povoado	Japaratinga
82	Sucupira	Povoado	Nossa Senhora das Dores
83	Sucupira	Povoado	Cumbe
84	Taboa de Baixo	Lugarejo	Santa Luzia do Itanhy
85	Taboca	Lugarejo	Itabaiana
86	Taboca	Povoado	Nossa Senhora das Dores
87	Timbó	Povoado	Pacatuba
88	Umbaúba	Cidade	Umbaúba
89	Umbuzeiro do Matuto	Povoado	Poço Redondo
90	Umbuzeiro do Matuto	Povoado	Porto da Folha
91	Visgueiro	Povoado	Muribeca

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

No Quadro 13, listamos os 91 fitotopônimos do *corpus*, referente a mais de sete dezenas de fitônimos, registrando a diversidade botânica no território de Sergipe – árvores com frutos, de árvores sem frutos e de vegetação não arbórea, tanto de grande quanto de pequeno porte<sup>61</sup>. Os fitotopônimos referenciam árvores e frutos, compostos maciçamente pelo sufixo *-eir-*, como *Mangabeira*, *Laranjeiras*, *Mangueira*, *Umbuzeiro do Matuto* etc., ou seus frutos, como em *Jenipapo*, *Sapucaia* etc.; nomes populares, como *Pau-de-leite*; e qualificativos ou propriedade dessa flora, como *Frutuoso* e *Flor do Mucuri*. A morfologia dos fitotopônimos se apresentou igualmente diversa: estruturas simples, compostas e complexas, em sua forma singular e, em menor quantitativo, no plural, como em *Laranjeiras* e *Caraíbas*.

Essa extensa nomenclatura botânica se apresenta coerente com um *locus* de zona tropical, típico dos dois biomas que cobrem o território sergipano – a *mata atlântica*, com predominância de mangues, e a *caatinga*, na região do semiárido, tendo uma faixa de floresta tropical entre os biomas (IBGE, 2004). O cotejo do *corpus* desta tese com o exame sobre a fitotoponímia brasileira produzido por Dick (1990a) nos permite afirmar que a vegetação sergipana compõe um *continuum* fitotoponímico: cedro, mangabeira, cajá, cajazeiras, pinhão, para citarmos alguns. São nomes de vegetais que denominam localidades em boa parte do país, como bem destacou Dick (1990a, p. 152-153; 172; 177; 183). Há ainda referências fitonímicas em topônimos de outras taxonomias, como em *Ilha das Flores*, *Barra dos Coqueiros* e *Praia do Jatobá*, para citar alguns.

---

<sup>61</sup> Para uma caracterização dos nomes de localidades que referenciam elementos vegetais, recomendamos: Agavez, Cecília Rizzini e Célio Pereira (1994), Eduardo Gomes Gonçalves e Harri Lorenzi (2011) e Aylthon Brandão Joly (2005), além do catálogo *online* do projeto *Flora brasiliensis*, de Von Martius, Eichler, Urban (1840-1906), e do Projeto *Flora de Sergipe*, em três volumes até o momento.

Os casos de homonímia na fitotoponímia brasileira foram bem descritos por Dick (1990a). No *corpus*, identificamos exemplos de duas, três ou mesmo quatro localidades que remetem a um mesmo *designatum* botânico. Os exemplos de homonímia total estão identificados com um fundo em cor cinza no Quadro 13. Há também fitotopônimos com homonímia parcial, que referenciam um mesmo fitônimo, como a árvore ou o fruto do caju (*Anacardium occidentale*), em quatro localidades: *Aracaju* (5), *Cajueiro* (9, 10) e *Cajueiro dos Potes* (11); e do jenipapo (*Genipa americana*), nas localidades *Jenipapo* (45, 46, 47) e *Jenipatuba* (48), constituindo as espécies vegetais com maior número de ocorrências no *corpus*.

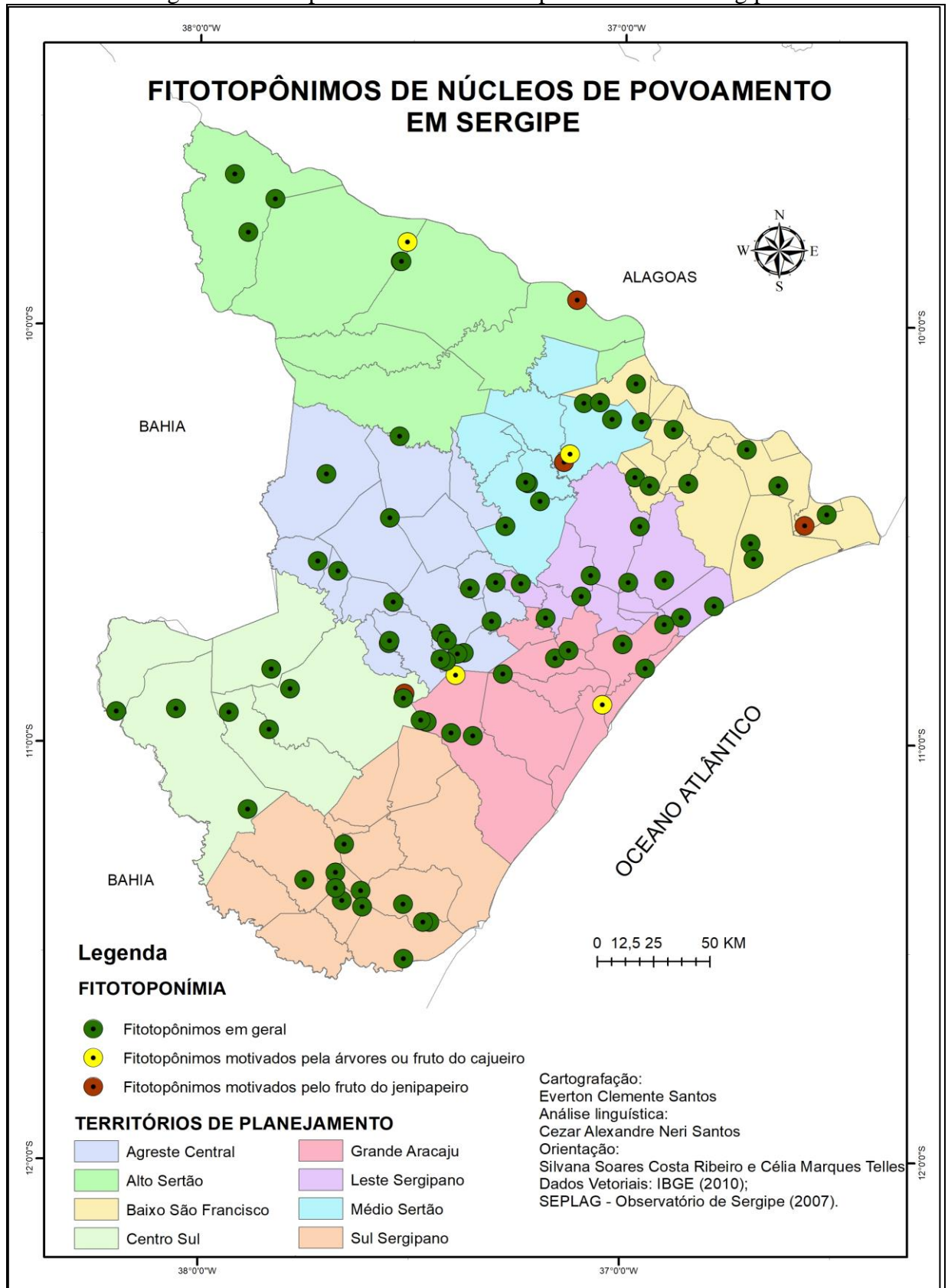
O aspecto vegetal, como um arquétipo toponímico (DICK, 1990b), permite identificar uma tendência à denominação de lugares por árvores de maior tamanho, justificada possivelmente por um proporcional destaque visual. Sendo boa parte localidades rurais, torna-se mais previsível que os nomes dos lugares exponham um *modus vivendi ruralis*, alguns dos quais motivados pelo *modus nominandi* indígena, que considera elementos físicos circundantes. Considerando o Quadro 13 numa dimensão etnolinguística, atestamos a procedência indígena de uma considerável camada botânica brasileira, notadamente em tupi. Sampaio (1901) esclarece que,

Numa região como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local sob o ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A geografia aqui reflete nas denominações dos lugares a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o frequente emprego de plantas, árvores, para individuar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente topográfico qualquer (SAMPAIO, 1901, p. 144).

Assim, uma parcela dessa vegetação nativa já funcionava como signo toponímico antes mesmo dos contatos étnicos com europeus, como demonstram os relatos de viagens quinhentistas e as datações propostas nas entradas da obra de Cunha (1998). Nos séculos subsequentes, outros nomes de vegetais passaram à nomenclatura geográfica, configurando produtivo campo semântico, o que se deve a fatores como o insumo de subsistência e de atividade socioeconômica; e o vislumbre multissensorial causado pela vegetação e pelo clima locais em colonos e em imigrantes.

Para uma compreensão da distribuição espacial dos fitotopônimos do *corpus* nos Territórios de Planejamento do estado, procedemos à cartografia temática, exposta na Figura 4 a seguir.

Figura 4 - Fitotopônimos de núcleos de povoamento em Sergipe



Planejamento cartográfico e edição das cartas: Everton Clemente Santos.  
Análise linguística e categorização toponímica: Cezar Alexandre Neri Santos.  
Fonte: Adaptado de IBGE (2014) e de SEPLAG (2007).



Os dados da Figura 4 permitem destacar dois espaços de concentração fitotoponímica. O primeiro é um *continuum* que abrange a Grande Aracaju, o Leste Sergipano e a parte oriental do Agreste Central Sergipano. O outro espaço, de densidade considerável, é a fitotoponímia registrada nos municípios mais ao sul do Estado. Destacamos cromaticamente, nessa Figura, os fitônimos mais produtivos do *corpus*, a saber: as árvores do caju (*Aracaju*; *Cajueiro* (2x); e *Cajueiro dos Potes*) e do jenipapo (*Jenipapo* (3x) e *Jenipatuba*), denominações dispostas em diversos Territórios do Estado.

Por fim, identificamos uma maior densidade fitotoponímica no Leste e no Agreste que no Sertão Sergipano, o que, *a priori*, pode ser justificado considerando os respectivos biomas e aspectos climáticos. Concluída a descrição da fitotoponímia sergipana, passamos a analisar os topônimos de natureza místico-religiosa na subseção seguinte.

### 5.2.2 Hierotopônimos

Os hierotopônimos (*hieros* – sagrado, em grego) constituem “nomes sagrados de diferentes crenças, de associações religiosas e de seus membros, locais de culto, além de datas ou efemérides relativas a tais circunstâncias<sup>62</sup>”, segundo o descritor proposto por Dick (1990a, p. 310-311). Considerando que “a religiosidade lusitana encontrou, como se sabe, no Novo Continente, o clima fecundo ao seu expansionismo” (DICK, 1990b, p. 156), não à toa, estão sempre entre as classes denominativas mais produtivas dos *corpora* no Brasil.

O ato de designar um nome sagrado-religioso tem um aspecto particularizante, se confrontado com uma ação denominativa de natureza física: há naquele uma desconexão entre nome e objeto nomeado, que é extrínseca à natureza do elemento geográfico, centrada no doador da nomenclatura, não na relação axiológica entre nomeador e ambiente, de modo que “as circunstâncias locais pouco interferem na escolha desde que sua causa determinante se prende ao homem, às manifestações de seu espírito, à maior sensibilidade pelos fatos místicos, à sua crença e à sua fé” (DICK, 1990a, p. 311-312).

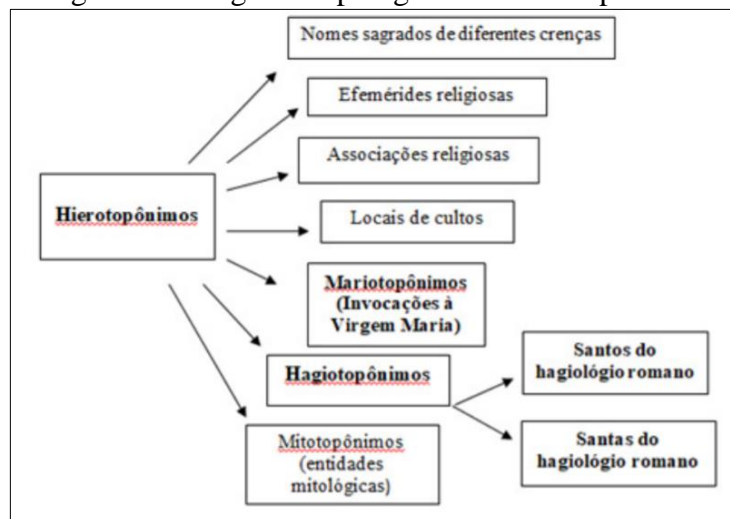
Dada a diversidade de entidades e de elementos relacionados à dimensão místico-religiosa, esses topônimos podem ser divididos em subtaxes. Além dos hagiotopônimos, dos mitotopônimos e dos hierotopônimos propriamente ditos, Carvalho (2014; 2018) ainda propôs

---

<sup>62</sup> Aqui cabe diferenciarmos a *hierotoponímia* – referente a nomes de lugares de natureza religiosa – da *hieronímia* – “nomes considerados sagrados em qualquer das religiões cristã, hebraica e maometana (*Conceição, Natividade, Ressureição [sic], Jesus-Cristo, Jeová, Alá, etc.*)” (FERNANDES, 1941, p. 12).

a classe dos *mariotopônimos*. Ilustramos, na Figura 5, um diagrama confeccionado por Carvalho (2018) destrinchando essa taxonomia.

Figura 5 – Diagrama tipológico dos hierotopônimos



Fonte: Carvalho (2018, p. 1136).

Por meio da Figura 6, Carvalho (2018) sugere um organograma para a classe dos hierotopônimos: num grupo, os nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides e associações religiosas, locais de culto; os mitotopônimos remetem às entidades mitológicas; os hagiotopônimos referem-se aos santos e às santas do hagiológico católico. A partir da taxonomia de Dick (1990a, 1990b), Carvalho (2014, 2018) propõe uma subcategoria, os *mariotopônimos*, de modo a destacar a profusa presença do culto mariano na nomenclatura geográfica brasileira. Nessa divisão, identificamos, no *corpus*, a maior ocorrência de santos católicos do que de hierotopônimos *stricto sensu*.

Em números absolutos, o campo semântico *religiosidade* constitui o segundo de maior produtividade e aquela mais produtiva, dentre as taxonomias de natureza antropológica, sendo de frequência constante não apenas na nomenclatura geográfica de Sergipe, mas em todo o Brasil. Carvalhinhos (2005) afirma que, pela taxonomia hierotoponímica, “o pesquisador pode explorar e investigar não só a religiosidade de um povo, mas também, de acordo com a área geográfica em questão, vários sistemas de crenças superpostos numa perspectiva diacrônica” (CARVALHINHOS, 2005, s.p.).

Elementos místico-sagrados, comum em boa parte dos *corpora* toponímicos, sejam nacionais ou internacionais, têm promovido diversos estudos. Em Portugal, citamos Leite de Vasconcellos (1981 [1887]), Joseph-Piel (1933-1940) e Carvalhinhos (2005). Quanto ao Brasil, Dick (1990a; 1990b) descreve aspectos genéricos da hierotoponímia brasileira, e,

dentre as pesquisas sobre territórios nacionais específicos, citamos Carvalho (2014; 2018), em relação a Minas Gerais; Ivone Lima (1997) e Ananias (2018), no Paraná; e Nascimento (2019), na toponímia do recôncavo baiano<sup>63</sup>.

Quanto à toponímia religiosa sergipana, se tomarmos apenas os nomes de cidades, Alves e Santos (2011) assinalaram que “Vinte e um (vinte e oito por cento) são os municípios sergipanos que expressam alguma devoção a entidades dessa hagiografia.” Esse quantitativo é ainda maior se considerarmos que os topônimos *Carmópolis* e *Japoatã* remetem a entidades religiosas, ou seja, 23 dos 75 (30,66%) topônimos apresentam algum item lexical de natureza católica, ratificando que o catolicismo sempre motivou denominações na geografia sergipana.

Essa presença, como descrito na seção 2, coaduna com a sócio-história nacional, estabelecida pela relação entre Igreja e Estado já nos primórdios de colonização. A literatura toponímica destaca que a América é o “hemisfério descoberto e povoado sob fulgor da fé e da Contra-Reforma” (BACKHEUSER, 1950, p. 184) e que “O Brasil nasce sob o signo da fé” (DICK, 1990a, p. 310), sendo valorizados o culto à Maria e aos santos, especialmente aos santos guerreiros e aos que simbolizavam festas e penitências (AZZI, 2001, p. 49-50). Segundo Antunes e Carvalhinhos (2007), a religiosidade configura uma das especificidades da toponímia ibérica em comparação aos modelos denominativos galo-holandeses:

Se entre portugueses e espanhóis havia uma forte tendência denominativa hieronímica – fosse pela religiosidade, fosse porque naquele período Igreja e Estado eram uma única coisa –, os franceses que aqui estiveram não seguiram essa tendência justamente por serem protestantes, pois não haveria lógica em assim denominar as terras. Por outro lado, a denominação mais espontânea, descritiva, pode ser configurada, de um lado, pelos indígenas, e, por outro, pelos pretensos colonos da França Antártica (ANTUNES; CARVALHINHOS, 2007, s. p.).

Assim, a alta frequência de topônimos religiosos no Brasil é efeito de forte herança cultural ibérica, que encontrou “terra fértil” para essa prática denominativa no Brasil Colônia, com práticas e mentalidade à base de preceitos católicos. A inscrição de um elemento religioso, geralmente anímico, como signo toponímico pode ser motivada pela(s) respectiva(s) função(ões) dessa(s) entidade(s). Tomamos, por exemplo, o papel temático de santos como *Santo Amaro*, um santo lendário da Península Ibérica de grande divulgação por toda a

---

<sup>63</sup> Nascimento (2019), em sua dissertação *De Oxumaré à Rosa de Sarom*, ao analisar a substituição de topônimos de origem africana – línguas banto, iorubá ou fon – por uma nomenclatura em língua portuguesa em logradouros urbanos do Loteamento Jardim Sucupira, na cidade de Feira de Santana-Bahia. A autora considera “que as referidas substituições toponímicas são provenientes da intolerância religiosa direcionada às crenças de matriz africana, que se dá como um sistema institucional, por meio das igrejas de crenças judaico-cristãs” (NASCIMENTO, 2019, p. 10).

Metrópole e colônias lusitanas; *São João*, santo com forte apelo na religiosidade popular ibérica e conseqüentemente de ampla devoção no Brasil; e, se uma das versões for verossímil, o exemplo de *Nossa Senhora das Brotas*, na nomenclatura de *Santo Amaro das Brotas*, município da zona pecuária sergipana, venerada como protetora do gado, plantações, doentes e dos necessitados, uma vez que essa versão concorre com brota como “(Bras.) nascente, olha d’água” (AULETE, 2018, verbete original).

A camada hierotoponímica é produto tanto de uma participação político-institucional católica quanto de ações de caráter religioso popular e espontâneo<sup>64</sup>. Dick (1997) afirma que, “às vezes, os nomes podem receber traços identificadores que, se não são propriamente termos de natureza religiosa, estão, todavia, ligados a essa ideia, numa visível relação de pertinência” (DICK, 1997, p. 187). Descrevemos e classificamos os hierotopônimos do *corpus* no Quadro 14 que segue. Na quinta coluna desse quadro, listamos a subtaxonomia.

---

<sup>64</sup> Importante estabelecer uma distinção entre os conceitos de religião e religiosidade. O primeiro, segundo o Aulete Digital, remete, dentre outros, à “1. Crença na existência de forças ou entidades sobre-humanas responsáveis pela criação, ordenação e sustentação do universo: *Há religião em quase todas as sociedades humanas*. 2. Forma particular que essa crença assume com base em cada uma das diversas doutrinas formuladas: *Apesar de serem de religiões diferentes, casaram-se*. 3. Existência vivida em obediência estrita aos princípios de um sistema religioso: *Ela trocou os prazeres do mundo pela religião*”, ao passo que religiosidade remete à “1. Qualidade ou característica própria do que é religioso. 2. Tendência ou disposição natural para o desenvolvimento de sentimentos religiosos: *A religiosidade do brasileiro manifesta-se na arte popular*.”

Quadro 14 – Hierotopônimos, hagiotopônimos e mariotopônimos do *corpus*

Nº	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	TAXONOMIA HIEROTOPONÍMICA
1	<b>Santa Isabel</b>	Povoado	Pirambu	Hagiotopônimo
2	<b>Santa Terezinha</b>	Povoado	Aquidabã	
3	<b>Santo Antonio</b>	Povoado	Carira	
4	<b>Santo Antônio</b>	Projeto de Assentamento	Capela	
5	<b>São Clemente</b>	Povoado	Nossa Senhora da Glória	
6	<b>São Cristóvão</b>	Cidade	São Cristóvão	
7	<b>São Domingos</b>	Cidade	São Domingos	
8	<b>São Domingos</b>	Povoado	Simão Dias	
9	<b>São Francisco</b>	Cidade	São Francisco	
10	<b>São Francisco</b>	Projeto de Assentamento	Cristinápolis	
11	<b>São Francisco</b>	Lugarejo	Lagarto	
12	<b>São José</b>	Povoado	Poço Verde	
13	<b>São José</b>	Povoado	Itabaiana	
14	<b>São Miguel</b>	Povoado	Propriá	
15	<b>São Pedro (Saco Comprido)</b>	Povoado	Siriri	
16	<b>São Vicente</b>	Povoado	Propriá	
17	<b>Santa Luzia do Itanhy</b>	Cidade	Santa Luzia do Itanhy	
18	<b>Santa Rosa do Ermírio</b>	Povoado	Poço Redondo	
19	<b>Santa Rosa de Lima</b>	Cidade	Santa Rosa de Lima	
20	<b>São Bento de Baixo</b>	Povoado	Salgado	
21	<b>São Bento de Cima (São Raimundo)</b>	Povoado	Salgado	
22	<b>São José da Caatinga</b>	Povoado	Japaratuba	
23	<b>São Mateus da Palestina</b>	Vila	Gararu	
24	<b>São Miguel do Aleixo</b>	Cidade	São Miguel do Aleixo	
25	<b>Santana do São Francisco</b>	Cidade	Santana do São Francisco	
26	<b>Santo Amaro das Brotas</b>	Cidade	Santo Amaro das Brotas	
27	<b>Carmópolis</b>	Cidade	Carmópolis	Mariotopônimo
28	<b>Divina Pastora</b>	Cidade	Divina Pastora	
29	<b>Nossa Senhora Aparecida</b>	Cidade	Nossa Senhora Aparecida	
30	<b>Nossa Senhora da Glória</b>	Cidade	Nossa Senhora da Glória	
31	<b>Nossa Senhora das Dores</b>	Cidade	Nossa Senhora das Dores	
32	<b>Nossa Senhora de Lourdes</b>	Cidade	Nossa Senhora de Lourdes	
33	<b>Nossa Senhora de Lourdes</b>	Projeto de Assentamento	Nossa Senhora da Glória	
34	<b>Nossa Senhora do Socorro</b>	Cidade	Nossa Senhora do Socorro	
35	<b>Nossa Senhora Santana</b>	Povoado	Pacatuba	
36	<b>Rosário do Catete</b>	Cidade	Rosário do Catete	
37	<b>Saúde</b>	Povoado	Santana do São Francisco	
38	<b>Saúde</b>	Povoado	Capela	
39	<b>Coração de Maria</b>	Povoado	Simão Dias	Hierotopônimo
40	<b>Salvador</b>	Povoado	Itaporanga d'Ajuda	
41	<b>Bom Jesus</b>	Povoado	Laranjeiras	
42	<b>Capela</b>	Cidade	Capela	
43	<b>Cruzes</b>	Povoado	Nossa Senhora das Dores	
44	<b>Cruz da Donzela</b>	Povoado	Malhada dos Bois	
45	<b>Cruz das Graças</b>	Povoado	Nossa Senhora Aparecida	
46	<b>Cruz Grande</b>	Povoado	Aquidabã	
47	<b>Santa Cruz</b>	Povoado	Propriá	

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

Os dados do Quadro 14 ratificam a hegemonia de credo católico/cristão na nomenclatura geográfica sergipana: menção a santos e a santas do hagiológico romano e ao culto mariano e referência a materiais, entidades e local de culto cristão. Foram 26 hagiotopônimos, 12 mariotopônimos e nove hierotopônimos, bem como uma nula ocorrência de mitotopônimos.

Alguns nomes de lugares, inclusive, apresentam dupla referência hierotoponímica, como *Santana do São Francisco* e *Santo Amaro das Brotas*. A denominação de localidades por um mesmo santo ou um mesmo elemento material cristão se mostrou frequente, seguindo a toponímia nacional, como demonstrou Dick (1990a): são homônimos os santos Antonio, Francisco, José e Domingos, além do topônimo *Bomfim* (com três ocorrências). Há também homonímia a um mesmo *designatum* hagianímico, diferenciado por designativo complementar, como em *São Bento de Baixo* e *São Bento de Cima* e em *Santa Rosa de Lima* e *Santa Rosa do Ermírio*. Aliás, a fórmula toponímica [São/Santo(a) NP Prep N] se apresenta produtiva desde o período colonial, bastante comum na nomenclatura de paróquias e freguesias.

Enfatizamos, ainda, que a motivação hierotoponímica não se restringe ao primeiro elemento de estruturas compostas – como problematizamos na seção teórica, essa é uma lacuna analítica o modelo taxonômico de Dick (1990a; 1990b), que abrange a classificação semântica apenas do primeiro elemento da estrutura toponímica. Considerando que todo o sintagma toponímico requer tratamento, no Quadro 15 a seguir, descrevemos entidades católicas em topônimos de estrutura composta, em busca de uma caracterização abrangente da hierotoponímia sergipana.

Quadro 15 – Marcas hierotopônicas em taxonomias diversas do *corpus*

N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ELEMENTO RELIGIOSO	TAXONOMIA
1	Amparo de <b>São Francisco</b>	Cidade	Amparo de São Francisco	Hagiológico católico	Animotopônimo
2	Canindé de <b>São Francisco</b>	Cidade	Canindé de São Francisco		Zootopônimo
3	Santana do <b>São Francisco</b>	Cidade	Santana do São Francisco		Hagiotopônimo
4	Cedro de <b>São João</b>	Cidade	Cedro de São João		Fitotopônimo
5	Mata de <b>São João</b>	Povoado	Maruim		Geomorfotopônimo
6	Xocó da Ilha de <b>São Pedro</b>	Aldeia Indígena	Porto da Folha		Etnotopônimo
7	Paraíso de <b>São Pedro</b>	Projeto de Assentamento	São Miguel do Aleixo		Animotopônimo
8	Papel de <b>Santa Luzia</b>	Povoado	Aquidabã		Ergotopônimo
9	Alto de <b>Santo Antonio</b>	Povoado	Neópolis		Geomorfotopônimo
10	Parque <b>Santa Rita</b>	Lugarejo	São Cristóvão		Sociotopônimo
11	Colônia <b>São Paulo</b>	Povoado	Areia Branca		Poliotopônimo
12	Independência <b>Nossa Senhora do Carmo</b>	Projeto de Assentamento	Pacatuba	Culto mariano	Animotopônimo
13	Itaporanga d' <b>Ajuda</b>	Cidade	Itaporanga d'Ajuda		Litotopônimo
14	<b>Frei Paulo</b>	Cidade	Frei Paulo	Antropônimo de religioso católico	Axiotopônimo
15	<b>Japoatã</b>	Cidade	Japoatã		Antropotopônimo

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

Os dados do Quadro 15 maciçamente descrevem hagiotopônimos e mariotopônimos que compõem um sintagma restritivo de estrutura [N Prep São/Santa NP]. Sua posição secundária como contrução genitiva do núcleo N, como dissemos, limita sua classificação nos moldes taxonômicos tradicionalmente considerados (DICK, 1990a, 1990b), mas não exige o pesquisador de empreender um tratamento que extrapole a dimensão linguística e perpasse a sócio-história. A literatura toponímica, há tempos, ressalva que

a denominação talvez não tivesse como causa a devoção do santo, e, sim, a homenagem ao governador. [...] Como era costume – e até hoje isso pode ocorrer – colocava o fundador ou o colonizador da área em questão o seu próprio nome no local e, põe um sinal de suposta modéstia, fazia-o anteceder do determinante *santo* ou *são*. Com isso, atingia-se uma dupla finalidade: a preservação da memória do fundador; e a homenagem a um santo, conforme determinação da Igreja, que poderia ser, ou não, da devoção daquele (DICK, 1997, p. 182-183).

Daí a necessidade de distinguir, dentro dos critérios taxonômicos de *corpora* toponímicos, os seguintes aspectos teórico-metodológicos: a(s) natureza(s) semântica(s) do nome de lugar, sua(s) causa(s) denominativa(s) e possível(is) intencionalidade(s) e referencial toponímico, aspectos discorridos na subseção 3.2. Não à toa, Dick (1997, p. 153-192) se

dedica mais demoradamente aos referenciais hagio-hierotoponímicos: são diversos os mecanismos de identificação de um elemento ou entidade religioso, dos quais destacamos, para problematização da classificação dessa nomenclatura. Em relação ao *corpus*, se há dificuldades em resgatar a(s) intencionalidade(s) de um denominador por meio de pesquisas bibliográficas, conseguimos, junto à documentação, arrolar uma série de causas denominativas para a denominação de cidades sergipanas, destacando aspectos sócio-históricos mais do que propriamente linguísticos, as quais exemplificamos a seguir.

- Presença de uma irmandade ou ordem eclesiástica sob a égide de uma entidade místico-religiosa ou local de culto cujo padroeiro protege o (grupo) denominador. Ex.: Igreja de Santa Luzia → *Santa Luzia* do Itanhy; capela de São João Batista → Cedro de *São João*; ermida de Nossa Senhora das Brotas → Santo Amaro *das Brotas*; congregação de São Domingos → *São Domingos*; convento de ordem carmelita → Carmo, depois *Carmópolis*;
- (Auto) homenagem do denominador por homonímia. Ex.: Cristóvão de Barros → *São Cristóvão*; Miguel José das Graças → *São Miguel* do Aleixo;
- Homenagem a um sujeito religioso ligado à fundação/povoamento/emancipação da localidade. Ex.: presença do Frei Jaboatão → *Japoatã*; participação do Frei Paulo Casanovas no processo de fundação → *Frei Paulo*<sup>65</sup>;
- Representação de um santo ou padroeiro. Ex.: São Francisco, protetor dos animais e padroeiro da ecologia → projeto de assentamento *São Francisco*; devoção a Nossa Senhora da Saúde → povoado *Saúde* (em Capela);
- Praia fluvial de Nossa Senhora da Saúde → povoado *Saúde* (em Santana do São Francisco).

Portanto, considerando a causa denominativa como um elemento a ser considerado na análise do processo de nominação de localidades, identificamos exemplos tanto de hagiopônimos autênticos – de inspiração místico-religiosa e ação espontânea – quanto hagiopônimos aparentes – de motivação política ou (auto)laudatória, tomando as definições de Lima (1997, p. 422). Não atentar para as causas denominativas pode inferir em má classificação, como nos casos dos povoados *Saúde*, em dois municípios sergipanos. Uma análise estritamente semântica levaria a entendê-los como *higienotopônimos*, uma taxonomia

---

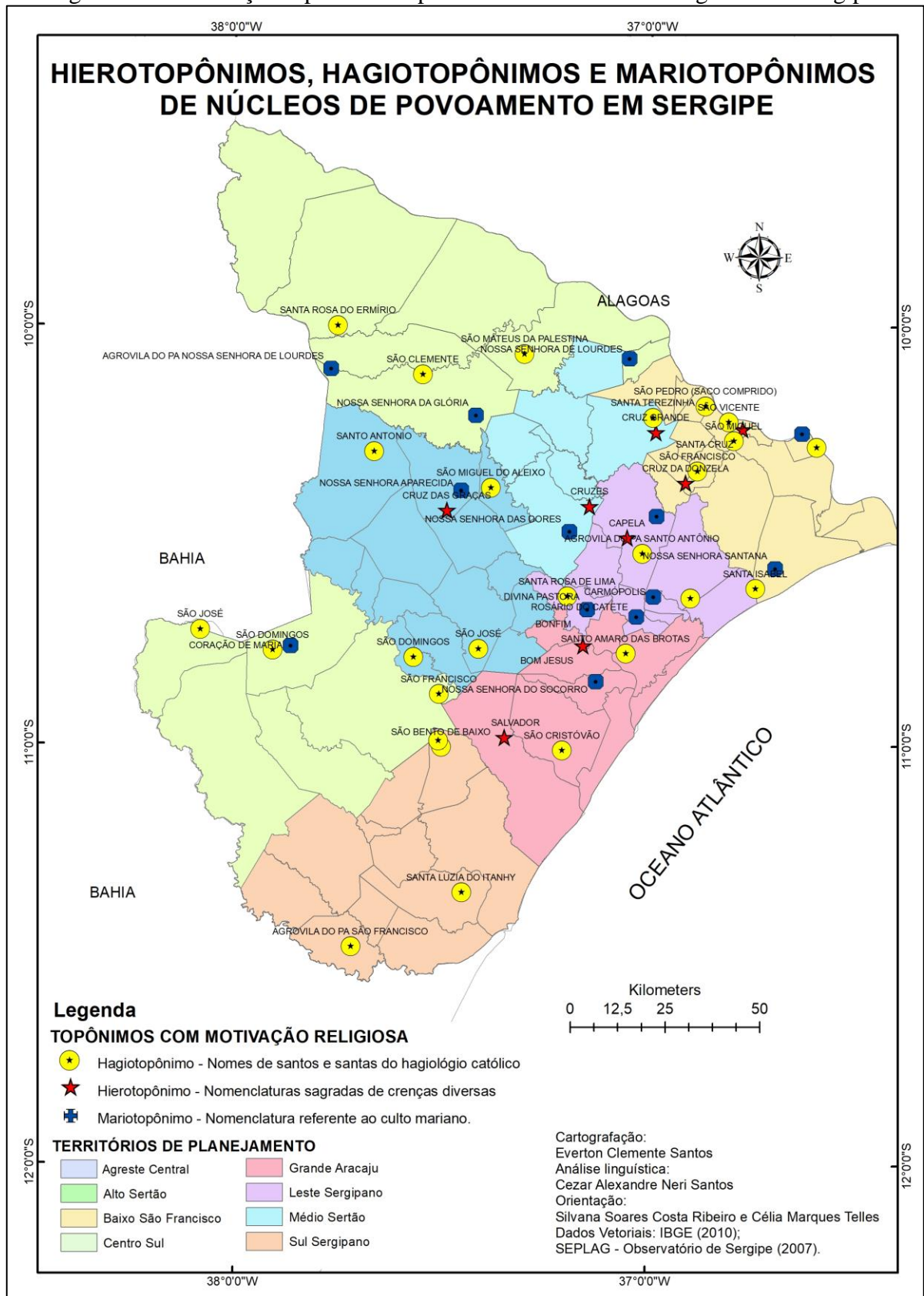
<sup>65</sup> Estudos complementares podem, inclusive, registrar dois processos onomásticos assinalados por Dick (1997, p. 171-172) em relação aos referenciais toponímicos: o primeiro diz respeito à perda do referencial com permanência do topônimo; no segundo caso, ocorre a permanência do referencial, com desaparecimento do topônimo por substituição da nomenclatura.



adicional proposta por Francisquini (1998) (*vide* subseção 3.2.1) relacionada aos elementos saúde, higiene e estado de bem-estar físico (do grego *hygienós*, ‘o que é saudável’). Ao revelarmos a presença de uma praia fluvial e uma igreja nessas localidades denominadas Nossa Senhora da Saúde, portanto referentes hierotoponímicos (DICK, 1997, p. 153-192), o tratamento desses topônimos não pode considerar o aspecto higiênico, mas místico-religioso.

A seguir, passamos a discorrer separadamente acerca das taxonomias adotadas no estudo: hagiotopônimos, mariotopônimos e hierotopônimos propriamente ditos. Inicialmente, distribuímos espacialmente os topônimos de natureza semântica místico-religiosa do *corpus*. A cartografia temática se apresenta na Figura 6, com a distinção dessas taxonomias por legenda visual.

Figura 6 – Distribuição espacial de topônimos com elementos religiosos em Sergipe

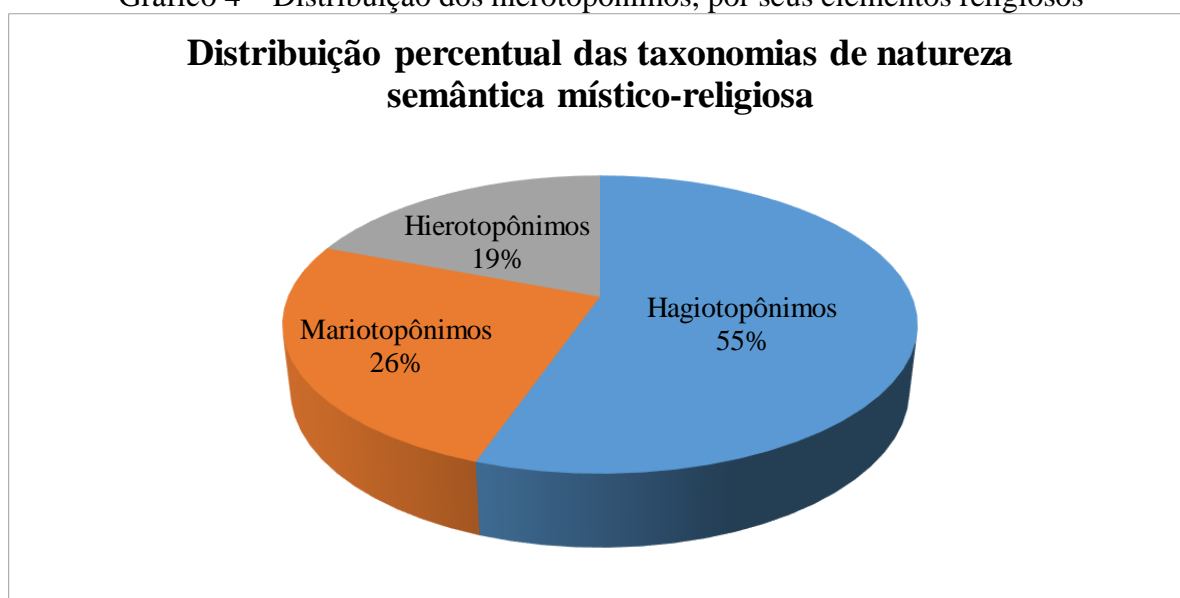


Planejamento cartográfico e edição das cartas: Everton Clemente Santos.  
 Análise linguística e categorização toponímica: Cezar Alexandre Neri Santos.  
 Fonte: Adaptado de IBGE (2014); SEPLAG (2007).

Na Figura 6, identificamos que hierotopônimos estão distribuídos espacialmente em todos os Territórios de Planejamento de Sergipe, especialmente aqueles referentes a santos(as) católicos(as). Os mariotopônimos apresentam uma concentração maior na parte norte do estado. Isso, contudo, não denota uma ausência de devoção mariana no Centro Sul e no Sul Sergipanos: algumas dessas cidades apresentam uma entidade mariana como padroeira, a exemplo de Nossa Senhora da Piedade, em Lagarto.

Considerando esses 47 topônimos, distribuímos, no Gráfico 4 a seguir, a percentagem dos dados por sua natureza semântica religiosa.

Gráfico 4 – Distribuição dos hierotopônimos, por seus elementos religiosos



Elaboração do autor.  
Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 4 dispõe os percentuais de cada taxonomia de natureza místico-religiosa, considerando os 47 nomes de lugares de natureza religiosa: são 26 hagiopônimos (55% do total), 12 mariotônimos (26%) e 9 hierotônimos (19%). Para uma ampla discussão, nas subseções quaternárias, trataremos dos *hagiopônimos*, dos *mariotônimos* e dos *hierotônimos* propriamente ditos do *corpus*. A ausência de mitotônimos no material selecionado ratifica que a hegemonia católica deve ser compreendida no plano político em relação às demais religiões cristãs e àquelas não cristãs, como as de matrizes indígena e africana, dada a alta frequência de *corpora* que costumam ter ocorrência discreta ou nula de mitotônimos.

### 5.2.3.1 Hagiotopônimos

Entidades católicas – santos e santas, anjos e arcanjos, entre outras – constituem, direta ou indiretamente, uma classe produtiva na toponímia sergipana e nacional. Os hagiotopônimos (do grego *hagios*, santo) configuram nomes iniciados pelas formas *são* ou *santo(a)* antes de um antropônimo<sup>66</sup>, configurando-se a classe religiosa mais produtiva. O *corpus* descrito nos Quadros 15 e 16 permite identificar que a referência a santos e santas católicas não se restringe à classe hagiotoponímica, se apresentando em diversas posições da estrutura toponímica. No Quadro 15, por exemplo, avultam topônimos formados pela composição [N Prep *São* NP], dentre os quais NP referencia *São João* (2x), *São Pedro* (2x) e *São Francisco* (3x).

Totalizando os dados dos Quadros 14 e 15, a hagiotoponímia demarcada no *corpus* está assim expressa:

- Ocorrência única: as santas *Isabel*, *Terezinha*, *Rita*, *Isabel* e *Ana* e os santos *Clemente*, *Cristóvão*, *Amaro*, *Vicente*, *Mateus*, *Raimundo* e *Paulo*;
- Duas ocorrências: *São Bento*, *São Miguel*, *Santa Rosa*, *São Domingos*, *Santa Luzia* (este último com uma ocorrência como sintagma preposicionado), *São João* (ambas como sintagma preposicionado);
- Três ocorrências: *São Pedro*, *Santo Antonio*, *São José*;
- Seis ocorrências: *São Francisco*.

Em números absolutos e relativos, as santas são menos referenciadas do que santos. Há, contudo, equilíbrio, em termos de gênero, se tomarmos as entidades referentes a Maria, especialmente por meio da fórmula *Nossa Senhora*, aqui expressas numa classe específica. A múltipla homenagem a *São Francisco de Assis* não pode ser explicada totalmente, como já argumentamos, por um viés transcendental, configurando-se, por vezes, em um topônimo religioso por referência indireta. Nesses casos, a motivação religiosa não é primária nos topônimos de estrutura [N Prep *São* Francisco], visto que *Canindé de São Francisco*, *Amparo de São Francisco* e *Santana do São Francisco* são municípios ribeirinhos às margens do *Velho*

---

<sup>66</sup> O mariotopônimo *Nossa Senhora Santana* apresenta, especificamente, referência a uma entidade mariana, mas igualmente demonstra uma estrutura hagiotoponímica em referência a *Santa Ana* (também grafado *Santana* e *Sant'Ana*).

*Chico*. Neles, a menção ao santo italiano de Assis é indireta, com referência ao curso d'água homônimo, o rio (de) São Francisco<sup>67</sup>.

Dentre outros hagiotopônimos aparentes no *corpus*, citamos *São Miguel do Aleixo*, cujo “nome do município foi criado especialmente para homenagear Miguel das Graças, pai de Domício José das Graças – homem reconhecido como o principal fundador da localidade, juntamente com Manoel Barreto Santos – e o Padre Aleixo” (LIMA, 2013, p. 13; 14), o que esclarece que a motivação inicial não passou pela referência a São Miguel, um dos arcanjos. Como já debatido nas subseções 3.2.1 e 5.2.2, identificar casos de hiero-hagiotoponímia autêntica em relação a uma religiosidade aparente perpassa o resgate sócio-histórico, lacuna por vezes só dirimida por estudos toponímicos que se valem de pesquisa de campo.

Por fim, identificamos que, dentre os nomes de natureza semântica religiosa, os santos e santas do hagiolégio católico constituem-se os mais produtivos do *corpus*. A seguir, destacamos aqueles topônimos que remetem à Maria, mãe de Jesus, os *mariotopônimos*, taxonomia proposta por Carvalho (2014; 2018).

### 5.2.3.2 Mariotopônimos

De acordo com Alves e Santos (2011), “[...] o culto mariano em nossa toponímia (nove municípios), remete a um traço do catolicismo popular. Como é sabido, a devoção à Virgem Maria tem forte importância na religiosidade popular brasileira”. Não à toa, a referência à mãe de Jesus justificou a proposição de uma nova taxonomia ao modelo de Dick (1990b), os mariotopônimos, por Carvalho (2014, 2018). Nosso posicionamento perpassou a necessidade de demarcar o culto mariano na nomenclatura geográfica sergipana.

A fórmula mariotoponímica mais representativa é [Nossa Senhora (Prep) N]. No plano sincrônico, contudo, alguns topônimos não explicitam, num primeiro momento, tal propriedade. No *corpus*, N se apresenta como *Aparecida*, *Glória*, *Dores*, *Socorro*, *Carmo* e *Lourdes*, *Santana* e *Saúde*.

Identificamos a legítima menção mariana em topônimos, como: *Carmópolis*, que não remete a uma mulher chamada Carmo, mas à Nossa Senhora do Carmo; *Divina Pastora*, que remete à Nossa Senhora Divina Pastora, padroeira da localidade; e *Rosário do Catete*, com

---

<sup>67</sup> Vide histórico toponímico no Apêndice A e georreferenciamento na Figura 6. Aprofundamos a discussão sobre processos de translação toponímica – deslocamentos denominativos entre elementos geográficos – na subseção 6.1.4.

Nossa Senhora do Rosário. Outros topônimos também não apresentam motivação semântica religiosa de modo transparente, como *Santo Amaro das Brotas*, que pode remeter à Nossa Senhora das Brotas, e *Itaporanga d’Ajuda*, que demarca a devoção à padroeira da localidade, Nossa Senhora da Ajuda. Assim, nos casos de Rosário e Carmo, devem ser descartadas remissões a referentes do sexo feminino; no caso de Ajuda, excluir-se-á a hipótese de remissão ao substantivo comum ajuda.

Sobre o fenômeno de apagamento da fórmula toponímica [Nossa Senhora (Prep) N], Carvalho (2018) destacou que alguns topônimos,

pelas reduções referentes aos títulos que acompanham expressão Nossa Senhora, deixaram vestígios de sua origem religiosa em todo o território mineiro, o que pode ser observado pela quantidade considerável de denominações toponímicas atuais constituídas a partir dos determinantes ‘Carmo’, ‘Conceição’ e ‘Dores’, por exemplo (CARVALHO, 2018, p. 25).

Este *corpus*, contudo, demarca uma quantidade observável de topônimos formados por tal fórmula mariotoponímica [Nossa Senhora (Prep) N]: oito de um total de 464, sendo cinco delas cidades sergipanas. Em números relativos, por exemplo, isso não é pouco, visto que, em comparação com os resultados da macrotoponímia de Minas Gerais, um estado com 853 municípios, Carvalho (2018, p. 1146) afirma que “na atualidade, apenas cinco municípios são nomeados a partir de topônimos relativos às invocações de Nossa Senhora”.

Assim, atentamos para a pertinência da adesão à classificação de mariotopônimos como motivação religiosa específica no modelo taxonômico toponímico<sup>68</sup>. A seguir, descrevemos e analisamos os nomes geográficos tomados como *hierotopônimos propriamente ditos*.

### 5.2.3.3 Hierotopônimos propriamente ditos

No *corpus*, os hierotopônimos propriamente ditos remetem a nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides religiosas, associações religiosas e locais de cultos (DICK, 1990b, p. 31-34; CARVALHO, 2018, p. 1136). De acordo com Dick (1990a), os topônimos que remetem a Cristo ou a Deus apresentam números diminutos em comparação aos nomes de santos(as) do hagiológico católico e de invocações à Virgem Maria, “parece[m] ter

---

<sup>68</sup> Da análise dessa taxonomia, julgamos pertinente uma futura investigação toponímica acerca das crenças e das atitudes de não católicos – focalizando cristãos protestantes – quanto a entidades marianas como nomenclatura geográfica, tomando como problemática ‘Você concorda com a substituição do nome de uma localidade tomando como justificativa retirar da toponímia a referência ao culto a Maria?’. Tal investigação, por necessitar de pesquisa de campo e de tratamento estatístico complexo, será conduzida após o Doutorado.

encontrado nos denominadores uma espécie de resistência” (DICK, 1990a, p. 326). Por exemplo, há o topônimo *Coração de Maria*, cuja reverência “foi introduzida posteriormente aos primeiros cultos cristãos”<sup>69</sup> (DICK, 1990a, p. 325), classificado como hiero não ter a fórmula iniciada por [Nossa Senhora].

Os dados de Sergipe confirmam tal afirmação, com *Salvador*, povoado de Itabaianinha, e *Bom Jesus*, povoado de Laranjeiras. Sobre este topônimo, Dick (1990a) destaca sua excepcionalidade: “o toponomástico *Bom Jesus* parece contradizer a afirmação do tabu linguístico que se mencionou acerca do nome de Jesus” (DICK, 1990a, p. 326). No quadro hierotoponímico, *Capela* se apresenta como nome de município sergipano, e sua natureza semântica designa um lugar de culto católico, mas é *cruz* a lexia mais produtiva desse grupo, presente em cinco topônimos: *Cruzes*, *Cruz Grande*, *Santa Cruz*, *Cruz da Donzela* e *Cruz das Graças*. Segundo Dick (1990a), “a lexia *cruz* acusa um significativo contingente de topônimos, seja em posição sintagmática inicial ou final, além de apresentar também algumas expressões derivadas, como *Cruzeiro*, *Crueta*, *Cruzália*, *Cruzinha*, por exemplo” (DICK, 1990a, p. 328-329, grifo do original). Assim, a nomenclatura geográfica sergipana segue o fluxo nacional e expõe o elemento de cultura material cristão *cruz* flexionada em número, com o determinante *santa* em posição anterior e composta pela fórmula [*Cruz* Prep (Det) N], como destacaram Dick (1990a, p. 328-330) e Carvalho (2012).

Como arremate, percebemos que a toponímia de dimensão místico-religiosa, em especial de procedência católica, é um elemento basilar, constituindo a taxonomia de natureza antropocultural mais produtiva do *corpus*. A materialização de entidades e itens religiosos na nomenclatura geográfica sergipana é espaciotemporalmente onipresente, observada na Colônia, no Império e na República e em todos os Territórios de Planejamento e, como afirmou Dick (1997, p. 193), há uma vitalidade desses nomes na onomástica paulistana, mas que pode ser ampliada a todo o país, cuja influência não pode ser ignorada pelo seu justo valor e significado. Na subseção seguinte, destacamos os geomorfotopônimos do *corpus*.

---

<sup>69</sup> A aparição desse topônimo no mapa de Sergipe pode ser tomada como adendo à citação de Dick (1990a), quando esta citou que os signos *Coração de Jesus* e *Coração de Maria* “[...] não deixaram vestígios expressivos na toponímia. Apenas duas ocorrências são encontradas com esses denominativos, nomeando acidentes humanos nos estados da Bahia e de Minas Gerais e Bahia e Pernambuco, respectivamente” (DICK, 1990a, p. 325-326).

### 5.2.3 Geomorfotopônimos

Em seu modelo taxonômico, Dick (1990a) vale-se do termo *geomorfotopônimo* (*geo*, terra; *morfo*, forma em grego) em vez de *orotopônimo* (*óros*, montanha em grego) a fim de “incluir não apenas as elevações do terreno, mas também as depressões, e as próprias formações litorâneas” (DICK, 1990a, p. 114). A literatura tem destacado como o relevo se apresenta como um dos índices motivadores mais produtivos na nomenclatura geográfica.

A geomorfologia sergipana pode ser assim caracterizada:

Em decorrência da estrutura geológica e das condições climáticas, a altimetria do relevo de Sergipe caracteriza-se, grosso modo, pelas baixas altitudes no sentido leste-oeste, situando-se as maiores elevações na sua porção central, nas proximidades do Domo de Itabaiana e na parte ocidental, exatamente na divisa com o estado da Bahia. Assim, considerando as variações hipsométricas predominantes no Estado, reconhecem-se três unidades geomorfológicas de relevo: Planície Costeira, Tabuleiros Costeiros e Pediplano Sertanejo (ARAÚJO, 2012, p. 42).

Assim, mesmo não exibindo grandes altitudes, os geomorfotopônimos constam como a terceira taxonomia mais produtiva nos núcleos de povoamento de Sergipe. No Quadro 16 a seguir, descrevemos essa nomenclatura, destacando, na última coluna, o item lexical que justifica a classificação, em busca de compreender algumas relações geomorfológicas e topográficas nesse *corpus*.



Quadro 16 – Geomorfotopônimos, por lexias de natureza geomorfológica

N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ELEMENTO OU ACEPTÃO GEOMORFOLÓGICA
1	Alto de Santo Antônio	Povoado	Neópolis	<b>Alto(a)</b>
2	Altos Verdes	Vila		
3	Baixa da Coxa	Povoado	Monte Alegre de Sergipe	<b>Baixo(a)</b>
4	Barra dos Coqueiros	Cidade	Barra dos Coqueiros	<b>Barra</b>
5	Brejão	Povoado	Brejo Grande	<b>Brejo</b>
6	Brejo da Conceição	Povoado	Santana do São Francisco	
7	Brejo Grande	Cidade	Brejo Grande	
8	Sete Brejos	Projeto de Assentamento	Indiaroba	
9	Brejo	Povoado	Itaporanga d'Ajuda	
10	Campestre do Abreu	Povoado	Tobias Barreto	<b>Campo</b>
11	Campo do Brito	Cidade	Campo do Brito	
12	Campo do Crioulo	Povoado	Lagarto	
13	Campo Grande	Povoado	Nossa Senhora das Dores	
14	Campo Grande	Povoado	Tomar do Geru	
15	Campo Pequeno	Povoado	Tobias Barreto	
16	Campo Novo	Lugarejo	Lagarto	
17	Campos	Povoado	Itaporanga d'Ajuda	
18	Costa do Pau d'Arco	Povoado	Itaporanga d'Ajuda	<b>Costa</b>
19	Ilha	Povoado	Itabaianinha	<b>Ilha</b>
20	Ilha das Flores	Cidade	Ilha das Flores	
21	Ilha do Ouro	Povoado	Porto da Folha	
22	Litoral	AUI	Estância	<b>Litoral</b>
23	Montes Coelhos	Povoado	Tobias Barreto	<b>Monte</b>
24	Monte Alegre de Sergipe	Cidade	Monte Alegre de Sergipe	
25	Oiteiros	Povoado	Lagarto	<b>Oiteiro / Outeiro</b>
26	Oiteiros	Povoado	Maruim	
27	Ponta d'Areia	Povoado	Pacatuba	<b>Ponta</b>
28	Ponta dos Mangues	Povoado	Pacatuba	
29	Pontal	Povoado	Indiaroba	
30	Praia da Costa	Lugarejo	Barra dos Coqueiros	<b>Praia</b>
31	Praia do Jatobá	Lugarejo	Barra dos Coqueiros	
32	Quebrada IV	Povoado	Salgado	<b>Quebrada</b>
33	Ribeira	Povoado	Itabaiana	<b>Ribeira</b>
34	Serrão	Povoado	Ilha das Flores	<b>Serra</b>
35	Serra Comprida	Povoado	Areia Branca	
36	Serra Redonda	Povoado	Frei Paulo	
37	Serra de Minas	Povoado	Campo do Brito	
38	Serra do Machado	Povoado	Ribeirópolis	
39	Serra do Rio Real	Projeto de Assentamento	Tomar do Geru	
40	Tabuleirinho	Povoado	Poço Verde	<b>Tabuleiro</b>
41	Tabuleiro	Povoado	Araúá	
42	Tinharé	Povoado	São Cristóvão	“o que tende a entrar n'água, o que se adianta n'água” (DICK, 1992, p. 49)
43	Várzea Verde	Povoado	Japarutuba	<b>Várzea</b>

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

O Quadro 16 expõe a produtividade de certos itens topográficos no *corpus*, em sua estrutura mórfica primitiva ou derivada: *campo* e *serra*, por exemplo, possuem oito e seis ocorrências, respectivamente; *brejo* têm cinco ocorrências<sup>70</sup>. Os demais elementos foram *ilha*, *ponta* e *praia*, com três menções; *mata*, *monte*, *oiteiro* e *tabuleiro*, com duas ocorrências cada; e *alto*, *baixo*, *barra*, *beira*, *costa*, *litoral*, *moita*, *pasto*, *quebrada*<sup>71</sup>, *ribeira*, *várzea*, com uma ocorrência cada. Seis geomorfotopônimos apresentam o item *serra* (e derivados) e nenhum com o item *montanha*, confirmando os argumentos de Dick (1990a), para quem “o termo *montanha*, do ponto de vista toponímico, acusa uma incidência mínima” e “a preferência denominativa recaiu, contrastivamente, em *serra*, empregada sob diferentes variações mórficas” (DICK, 1990a, p. 120, grifos do original). A autora ainda assinala que as lexias *morro* e *monte* têm “emprego menos expressivo nas formações simples que compostas” (DICK, 1990a, p. 121), o que também foi confirmado pelos nossos dados.

O *corpus* selecionado não apresenta ocorrências do item *morro* como signo toponímico, mesmo cientes de sua produtividade na nomenclatura nacional. Já o item *monte* – “elevação que surge na paisagem como forma isolada” (GUERRA, 1993) – se apresenta em dois topônimos, ambos de estrutura composta. Mesmo que isso não possa ser tomado como uma regra válida para a toponímia nacional, os seguintes itens lexicais de natureza topográfica se destacam em nomenclaturas mórficas por composição: *campo*, *serra*, *ilha*, *ponta*, *praia* e *barra*, ao passo que *oiteiro*, *tabuleiro* e *litoral* apresentam, em mais de um exemplo, estruturas toponímicas simples. A lexia de origem tupi *Tinharé*, povoado do município de São Cristóvão, foi assim classificada pela acepção de caráter geomorfológico proposto por Dick (1992, p. 49): “o que tende a entrar n'água, o que se adianta n'água”<sup>72</sup>.

Pela natureza semântica desta taxonomia – elementos da geomorfologia e da topografia –, procedemos a um tratamento cartográfico. Na Figura 6, gerada a partir dos dados do Quadro 16, os itens geomorfológicos mais produtivos do *corpus* estão destacados cromaticamente, seja como lexia primitiva ou em sua forma derivada, a exemplo de *serra* (azul), *campo* (vermelha) e *brejo* (rosa), estando os demais geomorfotopônimos em verde.

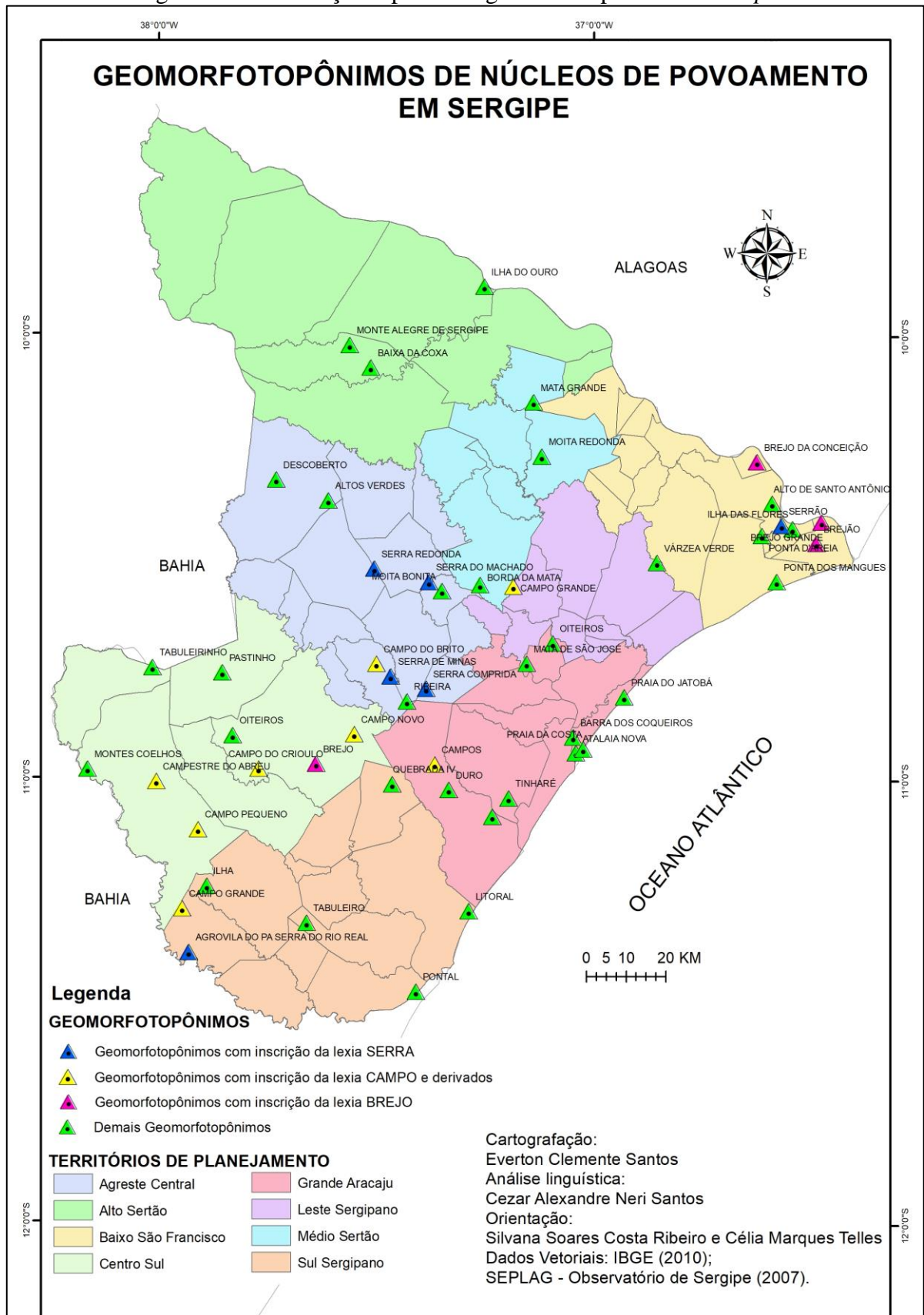
---

<sup>70</sup> Acatamos a sugestão unânime da banca examinadora, para quem a classificação desse topônimo deve tomar a lexia *brejo*, não o numeral cardinal *sete*. Anjos (2012), em sua tese, propôs, nesses casos, que nomenclaturas como *Sete Brejos* fossem classificadas como geomorfotopônimo por quantificação.

<sup>71</sup> O topônimo *Quebrada IV* chama atenção por não apresentar, no *corpus* do IBGE (2014), os demais povoados, a saber: *Quebrada I*, *Quebrada II* e *Quebrada III*, cujo item *quebrada* apresenta a forma plural como variante.

<sup>72</sup> Sua ocorrência em Sergipe pode, inclusive, contradizer o argumento dessa toponimista, para quem *Tinharé* seria um topônimo único nos mapas brasileiros.

Figura 7 – Distribuição espacial de geomorfotopônimos do corpus



Planejamento cartográfico e edição das cartas: Everton Clemente Santos.  
 Análise linguística e categorização toponímica: Cezar Alexandre Neri Santos.  
 Fonte: Adaptado de IBGE (2014); SEPLAG (2007).

Na Figura 7, portanto, dispomos espacialmente os 43 geomorfotopônimos no mapa sergipano contemporâneo. O *corpus* segue os dados nacionais em relação a essa taxonomia, apresentando diversos itens lexicais que revelam características geomorfológicas e topográficas. Certamente merecem destaque *serra* e *campo*, cuja cartografia permitiu vislumbrar, por exemplo, uma região serrana do Agreste Central por meio do item *serra*. Além desses, topônimos iniciados pelos itens *costa*, *litoral*, *praia* e *ponta*, que remetem a áreas costeiras, foram encontradas na região litorânea do estado.

O aprofundamento desses aspectos da geografia física e da geologia sergipanas revelará, ainda mais, “as feições características do local, [...] estabelece[ndo] a relação entre *nome* dos acidentes e o *ambiente* em que ele se acha inscrito”, como afirma Dick (1990b, p. 35, grifos do original). Descritos a geomorfotoponímia, a segunda taxonomia de natureza física mais produtiva no *corpus*, tratamos dos elementos hídricos como motivadores denominativos de localidades sergipanas.

#### 5.2.4 Hidrotopônimos

A água, elemento vital para o desenvolvimento e subsistência de aglomerações humanas, configura um vocábulo básico, um arquétipo toponímico, como afirma Dick (1990b, p. 64), motivo pelo qual a hidrotoponímia sempre constitui uma das taxonomias mais produtivas em *corpora* toponímicos nacionais ou internacionais. Sua categorização se configura por uma diversidade lexical de feição hídrica, tais como rio, mar, lago, ribeira, dentre outras, presentes em diversas línguas.

Assim, a análise dessa classe destaca uma hidrografia circundante ao descrever aspectos etnolinguísticos, demarcando o *modus vivendi et nominandi* de um grupo. Santos (2012), por exemplo, acaba destacando a importância dos cursos d’água no processo de colonização por meio da análise de cartas sesmarias dos séculos XVI e XVII na capitania sergipana, quando mais da metade dos topônimos selecionados remetia a nomenclatura de hidrônimos. Quanto à toponímia contemporânea, no Quadro 17 a seguir, listamos os hidrotopônimos do *corpus* agrupados por seu item lexical de natureza hídrica.

Quadro 17 – Hidrotopônimos do *corpus*, por item de natureza hídrica

N.	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	REFERENTE HÍDRICO
1	<b>Adique</b>	Povoado	Malhador	Dique
2	<b>Água Fria</b>	Povoado	Salgado	Água
3	<b>Cachoeirinha</b>	Projeto de Assentamento	Lagarto	Cachoeira
4	<b>Fontinha</b>	Povoado	Tobias Barreto	Fonte
5	<b>Alagoinhas</b>	Povoado	Tobias Barreto	Lagoa
6	<b>Lagoa Bonita</b>	Povoado	Nossa Senhora da Glória	
7	<b>Lagoa da Volta</b>	Povoado	Porto da Folha	
8	<b>Lagoa d'Água</b>	Povoado	Ribeirópolis	
9	<b>Lagoa do Carão</b>	Povoado	Santa Rosa de Lima	
10	<b>Lagoa do Mato</b>	Povoado	Aquidabã	
11	<b>Lagoa do Porco</b>	Povoado	Gararu	
12	<b>Lagoa do Rancho</b>	Povoado	Porto da Folha	
13	<b>Lagoa do Roçado</b>	Povoado	Monte Alegre de Sergipe	
14	<b>Lagoa dos Tamborins</b>	Povoado	São Miguel do Aleixo	
15	<b>Lagoa Funda</b>	Vila	Gararu	
16	<b>Lagoa Grande</b>	Povoado	Siriri	
17	<b>Lagoa Primeira</b>	Povoado	Gararu	
18	<b>Lagoa Redonda</b>	Povoado	Pirambu	
19	<b>Lagoa Redonda</b>	Povoado	Porto da Folha	
20	<b>Olhos-d'Água</b>	Povoado	Lagarto	Olho d'Água
21	<b>Poçozinho</b>	Povoado	Canhoba	Poço
22	<b>Poço Comprido</b>	Povoado	Campo do Brito	
23	<b>Poço da Clara</b>	Povoado	Tobias Barreto	
24	<b>Poço dos Bois</b>	Povoado	Cedro de São João	
25	<b>Poço Redondo</b>	Cidade	Poço Redondo	
26	<b>Poço Terreiro</b>	Povoado	Malhador	
27	<b>Poço Verde</b>	Cidade	Poço Verde	
28	<b>Riachão do Dantas</b>	Cidade	Riachão do Dantas	Riacho
29	<b>Riacho do Marco</b>	Lugarejo	Santa Luzia do Itanhy	
30	<b>Riacho Fundo</b>	Povoado	Tobias Barreto	Rio
31	<b>Rio das Pedras</b>	Povoado	Itabi	
32	<b>Rio Fundo</b>	Povoado	Lagarto	
33	<b>Rio Real</b>	Povoado	Poço Verde	Aspectos hídricos
34	<b>Alagadiço</b>	Povoado	Frei Paulo	
35	<b>Aguada</b>	Povoado	Carmópolis	
36	<b>Fluvião</b>	Povoado	Muribeca	
37	<b>Tapado</b>	Povoado	Pedra Mole	
38	<b>Ipanema</b>	Povoado	Itaporanga d'Ajuda	
39	<b>Poxim</b>	Povoado	Japoatã	Y-: água, rio

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

Dos 39 hidrotopônimos do *corpus* descritos no Quadro 17, o item lexical de natureza hídrica mais frequente é *lagoa* e seu diminutivo, com 15 ocorrências: *Alagoinhas*, *Lagoa Bonita*, *Lagoa da Volta*, *Lagoa d'Água*, *Lagoa do Carão*, *Lagoa do Mato*, *Lagoa do Porco*, *Lagoa do Rancho*, *Lagoa do Roçado*, *Lagoa dos Tamborins*, *Lagoa Funda*, *Lagoa Grande*, *Lagoa Primeira*, *Lagoa Redonda*, este último como denominação em duas localidades.

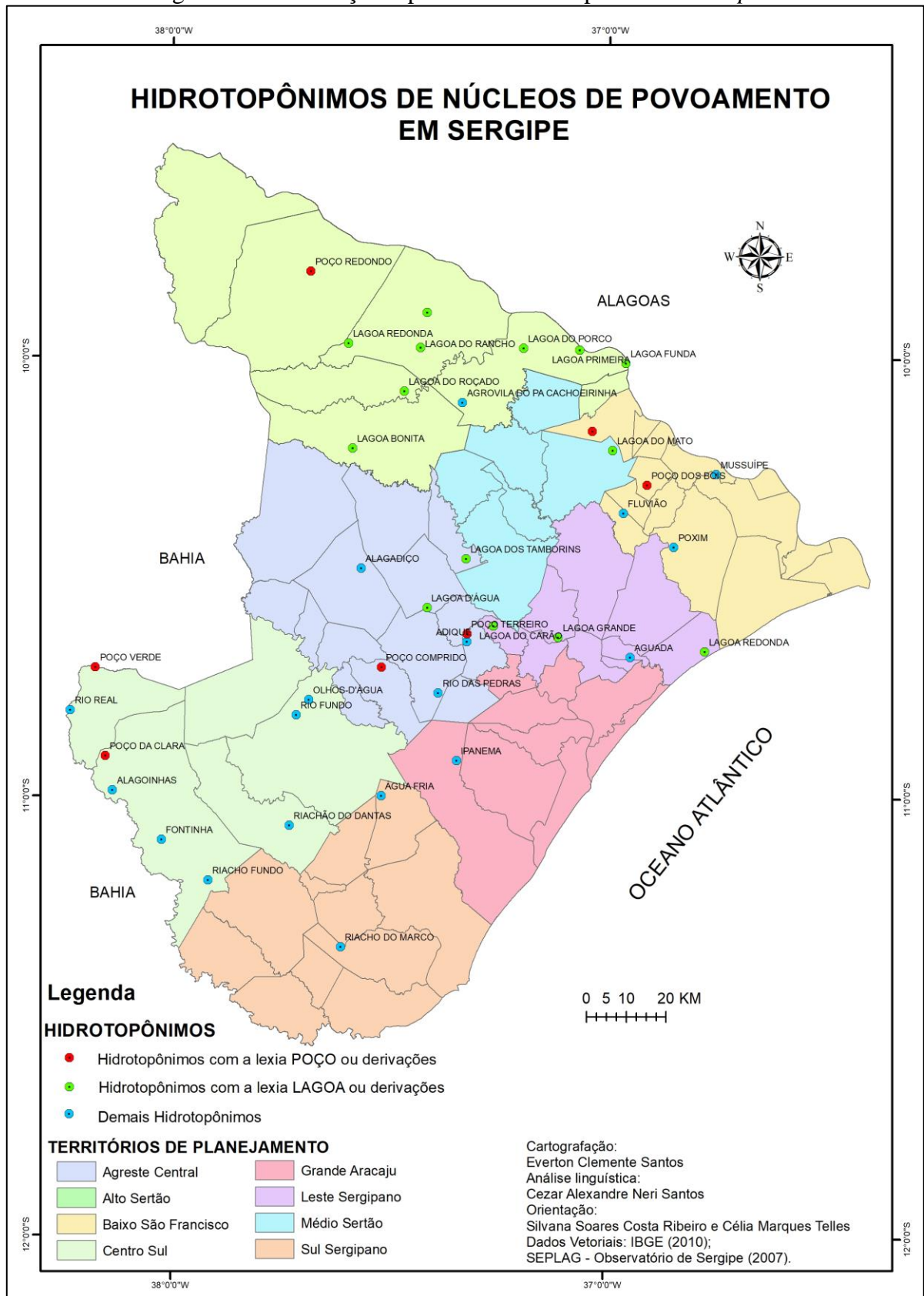
A lexia *poço* e seus derivados ocorrem sete vezes: *Poçozinho*, *Poço Comprido*, *Poço da Clara*, *Poço dos Bois*, *Poço Redondo*, *Poço Terreiro* e *Poço Verde*. Com três ocorrências cada, *rio* e *riacho* (e derivados) estão dispostos como signo toponímico: *Riachão do Dantas*, *Riacho do Marco*, *Riacho Fundo* e *Rio das Pedras*, *Rio Fundo*, *Rio Real*. Como bem assinala Dick (1990b, p. 10), a lexia *água* constitui um arquétipo toponímico, pois o elemento hídrico se apresenta de ocorrência frequente em diversos sistemas denominativos. A autora ainda afirma que “a extensão da rede hidrográfica do Brasil, com acidentes os mais variados, [...] exerceu [...] o papel de instrumento e de fator de apoio ao ímpeto desenvolvimentista” (DICK, 1990a, p. 199).

No *corpus*, há os povoados *Água Fria* e *Aguada*. Em línguas indígenas, a literatura demarca as formas tupi *y* e *pará/paraná* como abundantes. Não encontramos no *corpus* as formas *pará* ou *paraná*, mas a forma *y* ocorre em posição inicial e medial na toponímia sergipana: nos hidrotopônimos *Ipanema* (água ruim, rio impróprio) e *Poxim* (<*Ipoxi*, *y*-rio; *puchi*, feio: rio feio, água ruim), e no zootopônimo *Mussuípe* – “de *mocym-y-pe*: no rio dos moçuns”, além de estar no topônimo estadual *Sergipe* – “de *ciry-y-pe*: no rio dos siris” (GUARANÁ, 1916, p. 309; 315; 319).

As derivações por diminutivo apresentam frequência considerável entre os hidrotopônimos, e as estruturas morfológicas compostas são em maior quantidade nos signos hidrotoponímicos do *corpus*, notadamente entre os itens *lagoa*, *poço*, *rio* e *riacho*. As estruturas simples por derivação ocorreram nos itens lexicais *cachoeira* (*Cachoeirinha*) e *fonte* (*Fontinha*). Identificamos, ainda, hidrotopônimos que ocorrem pela elipse do referente toponímico (STRANDBERG, 2016, p. 105): *Aguada* e *Alagadiço*, por exemplo, são topônimos que não especificam o elemento hídrico que motivou a denominação antrópica.

Para uma compreensão da distribuição espacial desses hidrotopônimos, cartografamos tematicamente os dados do Quadro 17 na Figura 8 a seguir.

Figura 8 – Distribuição espacial dos hidrotopônimos do *corpus*



Planejamento cartográfico e edição das cartas: Everton Clemente Santos.  
 Análise linguística e categorização toponímica: Cezar Alexandre Neri Santos.  
 Fonte: Adaptado de IBGE (2014); SEPLAG (2007).

Baseados na classificação de Strandberg (2016, p. 111-113), atribuímos a seguinte tipologia aos hidrotopônimos do *corpus*:

- Atributos distintivos dos cursos d'água: *Ipanema, Poxim, Alagadiço, Água Fria, Lagoa Bonita, Rio Fundo, Riacho Fundo, Poçozinho, Poço Comprido, Poço Redondo, Poço Terreiro, Poço Verde, Lagoa d'Água, Lagoa Funda, Lagoa Grande, Lagoa Primeira, Lagoa Redonda* (duas ocorrências), *Tapado*<sup>73</sup>;
- Topografia circundante: *Alagoinhas, Olhos-d'Água, Fontinha, Cachoeirinha, Adique, Aguada, Rio das Pedras, Rio Real, Lagoa da Volta, Lagoa do Mato*;
- Atividades humanas no ou ao redor dos cursos d'água: *Poço dos Bois, Lagoa do Porco, Lagoa do Rancho, Lagoa do Roçado, Lagoa dos Tamborins*;
- Aglomerações ou pessoas envolvidas: *Riachão do Dantas, Riacho do Marco, Poço da Clara, Lagoa do Carão*.

Por fim, essas propriedades hídras destacam a relação entre (grupo) denominador e natureza, bem como a importância da compreensão dos elementos físicos para análise de *corpora* dessa natureza. Descrita a hidrotoponímia, passamos a tratar da ergotoponímia do *corpus*, a segunda taxonomia de natureza antropocultural mais produtiva na nomenclatura selecionada.

### 5.2.5 Ergotopônimos

Os ergotopônimos são nomes de lugares cuja natureza semântica remete a elementos da cultura material humana. Das 32 ocorrências no *corpus*, assinalamos que há uma série de instrumentos próprios de culturas amalgamadas da sociedade sergipana, da ergonímia rural e urbana, de grupos indígenas, bem como elementos automatizados e acessórios cotidianos. Para uma acurada caracterização desses elementos, listamos os ergotopônimos do *corpus* no Quadro 18, com sua respectiva acepção semântica ergonímica, coletada em dicionários de língua portuguesa e em glossários regionais<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> Tapado → Rio tapado “1 Hidrog. RN PB PE AL *Curso de água* que tem a foz totalmente fechada por praias de tempestade (ver no verbete *praia*).” (AULETE, 2018, grifo nosso).

<sup>74</sup> Quando não houver indicação da fonte lexicográfica na quinta coluna do Quadro 18, deve-se subentender que essa acepção foi coletada em Aulete (2018).



Quadro 18 – Ergotopônimos do *corpus*, por item ergonímico<sup>75</sup>

N.	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ACEPÇÃO SEMÂNTICA
1	Aguilhadas	Povoado	Araúá	<b>Aguilhada</b> sf. Vara comprida com ferrão agudo na ponta, usada geralmente para instigar, tanger bois.[F.: De or. incerta; posv. do lat. vulg. * <i>aquileata</i> (por <i>pertica</i> * <i>aquileata</i> , 'vara com aguilhão'), ou do lat. <i>aculeata</i> .]
2	Atalaia Nova	Povoado	Barra dos Coqueiros	<b>Atalaia</b> s2g. 1. Indivíduo que vigia; sentinela; sf. 2. Guarita para serviço desse indivíduo; 3. Torre ou lugar de vigia em situação elevada.
3	Barracas	Vila	Araúá	<b>Barraca</b> sf. 1. Abrigo desmontável e portátil, feito de tecido ou plástico resistentes, us. em acampamentos; tenda 2. Estrutura com bancada e cobertura, us. por feirantes etc. para exporem seus produtos.
4	Brinquinho	Povoado	Areia Branca	<b>Brinco</b> sm. 1. Enfeite que se usa no lobo das orelhas 2. P.ext. Qualquer enfeite ou adorno.
5	Bulandeira	Povoado	Boquim	<b>Bolandeira</b> sf. 1. Bras. Roda grande do engenho de açúcar, que transmite movimento às mós. 2. N. N.E. Máquina para descarregar algodão. 3. N. N.E. Roda que aciona dispositivo de ralar mandioca.
6	Cancelão	Lugarejo	Capela	<b>Cancelão</b> sm. → <b>Cancela</b> sf. 1. Portão gradeado, ger. de madeira, à entrada de propriedades rurais; porteira 2. Barreira móvel (ger. uma ou duas barras colocadas transversalmente a uma estrada etc., na altura dos veículos, e que podem ser erguidas e baixadas) instalada em passagens de nível, postos de pedágio, acessos a estacionamentos etc.
7	Carro Quebrado	Povoado	Capela	<b>Carro</b> sm. 1. Aut. Veículo sobre rodas que serve para transportar pessoas ou carga.
8	Carro Quebrado	Povoado	Cumbe	
9	Cumbe	Cidade	Cumbe	<b>Cumbe</b> “sf Pop. Cachaça” (FERREIRA, 2010, p. 624); “aguardente de cana, cachaça” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 885).
10	Dispensa	Povoado	Itabaianinha	<b>Dispensa</b> sf. → <b>despensa</b> “sf. 1. Divisão da casa, estabelecimento etc. em que se guardam mantimentos. 2. Conjunto de mantimentos ali guardados. [F.: Do lat. <i>dispensa</i> , <i>ae</i> , 'víveres”
11	Duro	Povoado	Itaporanga d’Ajuda	<b>Duro</b> 1. Diz-se de material ou objeto rígido, sólido, sem maciez e sem flexibilidade 2. Que é difícil de penetrar, riscar, quebrar, desgastar etc. 3. Que é difícil de suportar; árduo; penoso.
12	Esteio	Povoado	Itaporanga d’Ajuda	<b>Esteio</b> sm. 1. Peça que serve para escorar algo; escora 2.Fig. Amparo, proteção arrimo. [F.: De or. obsc.]
13	Estiva	Lugarejo	Japoatã	<b>Estiva</b> sf. 2. Mar. Todo o fundo interno de um navio, da popa à proa 6. Mar. Grade de madeira sobre a qual se arruma a primeira carga 9. N. Ponte feita de um só pau sustentado por forquilhas, em terreno alagadiço.
14	Estiva do Raposo	Povoado	Lagarto	
15	Estiva dos Paus	Povoado	Malhador	
16	Forras	Povoado	Malhador	<b>Forra</b> sf. madeira usada para encher determinada grossura. 3. Bras. peça delgada de cantaria, us. para revestir paredes; forro de cantaria. 4. Mar. Naut. faixa de lona usada para proteger as velas do navio; entreforro, percinta.
17	Manilha de Baixo	Povoado	Muribeca	<b>Manilha</b> sf. 1. Tubo de grande diâmetro ger. de concreto us. para condução de água ou esgoto.

<sup>75</sup> Justificamos que os topônimos *Nova Descoberta-Canecão* e *Pirunga Cerâmica*, respectivamente números 19 e 22 do Quadro 18, foram ambos classificados como ergotopônimos, visto que os topônimos *Nova Descoberta* e *Pirunga* já se configuram nomenclaturas geográficas do *corpus*, compreendendo que uma classificação pelo primeiro elemento não demarcaria o que há de específico nesses topônimos. Além disso, a consulta informal junto a moradores de ambas as localidades, nos municípios de Nossa Senhora das Dores e de Capela, confirmou que tais aglomerações são conhecidas como *Canecão* e *Cerâmica*, respectivamente, sendo localidades diferentes de *Nova Descoberta* e de *Pirunga*.

N.	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ACEPÇÃO SEMÂNTICA
18	Mundeu da Onça	Povoado	Neópolis	<b>Mundéu</b> sm. 1. Bras. Armadilha de caça.
19	Nova Descoberta - Canecão	Lugarejo	Nossa Senhora das Dores	<b>Caneca</b> sf. 1. Vasilha cilíndrica, com asa, para beber líquidos.
20	Pedra de Amolar	Povoado	Nossa Senhora de Lourdes	<b>Pedra de amolar</b> sf. 1. Peça de quartzito ou de arenito apropriada para afiar lâminas metálicas de objetos cortantes (facas, facões, tesouras, navalhas etc.); amoladeira; esmeril.
21	Pilão	Povoado	Pacatuba	<b>Pilão</b> sm. 3. Ferramenta para bater, triturar, amassar e moer.
22	Pirunga Cerâmica	Lugarejo	Pirambu	<b>Cerâmica</b> sf. 1. Arte e técnica de fabricar objetos de argila cozida, como vasos, pratos e outros utensílios ou objetos decorativos. 3. P.ext. A argila cozida e endurecida.
23	Propriá	Cidade	Propriá	<b>Arpão</b> sm. 1. Espécie de seta de ferro fixada em um cabo us. para físcar peixe em pesca submarina ou cetáceos de grande porte em pesca industrial; arpéu; figsa. aguilhão, ferrão, punhal.
24	Saco d'Areia	Povoado	Aquidabã	<b>Saco</b> sm. 1. Recipiente de papel, pano, couro ou material plástico, aberto em um dos lados, us. para transportar ou acondicionar coisas. <sup>76</sup>
25	Saco das Varas	Povoado	Porto da Folha	
26	Saco do Camisa	Povoado	Riachão do Dantas	
27	Saco Encantado	Povoado	Riachão do Dantas	
28	Saco Grande	Povoado	Ribeirópolis	
29	Saco Torto	Povoado	Salgado	
30	Saquinho	Povoado	Simão Dias	
31	Tábua	Povoado	Siriri	<b>Tábua</b> sf. 1. Carp. Peça de madeira plana, de largura variável 2. P. ext. Qualquer placa, seja de madeira ou de outro material 3. Peça plana de madeira usada em cozinha como acessório para preparo de ingredientes culinários, servindo de base para se cortar carnes, legumes etc 4. Mesa de refeições ou de jogo.
32	Tanque	Povoado	Tobias Barreto	<b>Tanque</b> sm. 1. Reservatório para líquidos; Depósito: tanque de gasolina. 2. Cuba, ger. de cimento, metal ou plástico, onde se lava roupa à mão: tanque de lavar roupas. 3. Construção de pedra ou alvenaria, com bicas por onde jorra água; chafariz; fonte 4. Construção que represa a água destinada a irrigação, abastecimento etc.; açude; barragem 5. Depósito natural de águas vindas da chuva ou de um rio; cisterna; poço.
33	Tanque Novo	Povoado	Tobias Barreto	
34	Telha	Cidade	Telha	<b>Telha</b> sf. 1. Cerâmica Cons. Peça de barro cozido us. para cobrir a parte superior dos prédios, casas, etc.
35	Travessão	Povoado	Telha	<b>Travessão</b> sm. 10. BA PE SP Cerca que separa os terrenos da lavoura dos de pastagem.
36	Travessão	Povoado	Umbaúba	

Elaboração do autor.

Fonte: Adaptado de IBGE (2014), Aulete (2018), Ferreira (2010), Houaiss, Villar e Franco (2001).

Como expõe Dick (1990a, p. 355), os ergotopônimos abrangem “elementos de organização material ou psíquica de um determinado organismo humano”. Considerando que 357 dos 446 topônimos remetem a localidades rurais, é verossímil que parte dos

<sup>76</sup> Uma estrutura toponímica que pode gerar dúvida quanto à classificação é a lexia *saco*. Em Geomorfologia, *saco* é um “termo descritivo usado para designar certo tipo de reentrância do litoral, caracterizado pela estreiteza da boca e largura da parte interior.” (GUERRA, 1993, p. 379). Assim, mesmo tendo julgado os itens com a estrutura SN [Saco + N] como ergotopônimos (vide subseção 5.2.6), não é incabível a interpretação de algum desses topônimos tenha natureza geomorfotoponímica.

ergotopônimos remeta a atividades rurais, o que ocorreu em um percentual quatro vezes maior do que ergotopônimos urbanos, caracterizando a ergotoponímia sergipana como de natureza rural. Dos 36 ergotopônimos descritos no Quadro 18, *saco* foi o item ergonímico mais produtivo, com sete topônimos – seis em sua forma primitiva e uma em forma derivada –, a saber: *Saco d'Areia*, *Saco das Varas*, *Saco do Camisa*, *Saco Encantado*, *Saco Grande*, *Saco Torto* e *Saquinho*.

Dentre as motivações ergonímicas, destacamos, ainda, a arte e a beleza, como brinco (*Brinquinho*); atividades ou instrumentos rurais, de caça, de pesca ou relacionados à construção civil, como aguilhada (*Aguilhadas*), bolandeira (*Bulandeira*), travessão (*Travessão*), estiva (*Estiva*, *Estiva do Raposo*, *Estiva dos Paus*), barraca (*Barraca*), manilha (*Manilha de Baixo*), telha (*Telha*), tanque (*Tanque*, *Tanque Novo*), arpão (*Propriá*), cerâmica (*Pirunga Cerâmica*), pilão (*Pilão*), cancela (*Cancelão*), esteio (*Esteio*), caneca (*Nova Descoberta - Canecão*), tábua (*Tábua*), esmeril (*Pedra de Amolar*), cachaça (*Cumbe*), dispensa (*Dispensa*), forra (*Forras*); instrumentos náuticos, como atalaia (*Atalaia Nova*); transportes automotivos, como carro (*Carro Quebrado*); e identificamos, ainda, um elemento do *modus vivendi* indígena – mundéu, um instrumento de caça, em *Mundéu da Onça*.

A seleção dicionarística foi demandada por especificidades semântico-pragmáticas para destacar acepções vinculada a grupos sociais ou regionais, o que permitiu afirmar como os nomes de lugares servem como receptáculos línguo-culturais, “mantenedores de um estágio cultural que se viveu no país”, nas palavras de Dick (1990a, p. 353), a exemplo das lexias *travessão*, *esteio*, *forras* e *estiva*, referentes ao mundo rural coerente com a sócio-história sergipana. Assim, discutidos os ergotopônimos, destacamos a seguir os exemplos de antropotopônimos do *corpus*.

### 5.2.6 Antropotopônimos

Nesta subseção, analisamos os nomes de pessoas dispostos como signos toponímicos no nosso *corpus*. Nas palavras de Dick (1990a, p. 285), o emprego do nome individual como técnica de nomeação de acidentes geográficos é um fato humano, sendo esses privados de seu conteúdo semântico e com alto grau de fossilização ou petrificação de seu sentido primitivo. Nomes de pessoas em função toponímica costumam abranger um amplo espectro socioeconômico, político ou cultural, não se restringindo a uma elite socioeconômica, de modo que há uma infindável lista de homenagens a personalidades de diversos níveis de valor na toponímia brasileira, como afirma Backheuser (1950, p. 178).

A constituição de antropônimos como em função toponímica ocorre diversamente: apenas pelo antropônimo, antecedido de algum título ou cargo, como ocorre nos axiotopônimos, a exemplo de *General Maynard* e de *Frei Paulo*, ou mesmo em construções genitivas, por meio da estrutura [N (Prep) N], como em *Cabeça Dantas*, *Usina Santana*, *Campestre do Abreu* e *Riacho do Marco*. Esses últimos estão classificados noutras taxonomias, considerando o postulado por Dick (1990b).

No Quadro 19 a seguir, apresentamos as ocorrências de antropotopônimos do *corpus*, destacando, na última coluna, quando possível, dados básicos da biografia do referente toponímico – nome completo e período de vida (ano de nascimento e de falecimento, e na ausência desses, uma aproximação da década ou do século de vivência desse ente). Quando a coleta permitiu captar apenas aproximadamente o século de vida do referente, valemos da abreviatura *c.* (*circa* – cerca de). Valemo-nos também da legenda N/E (não encontrada) para destacar a ausência de informações biográficas sobre o referente antropotoponímico, especialmente nos casos que remetem a sobrenomes de família, não a um sujeito específico.

Quadro 19 – Antropotopônimos do *corpus*, com dados dos referentes antropotoponímicos

N.	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	REFERENTE ANTROPOTOPONÍMICO
1	Antonio Conselheiro	Projeto de Assentamento	Lagarto	Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897)
2	Cardoso	Povoado	São Cristóvão	Sobrenome de família (N/E)
3	Carira	Cidade	Carira	“Mãe” Carira (c. XIX), indígena local
4	Che Guevara - Tapera do Nico	Projeto de Assentamento	Lagarto	Ernesto “Che” Guevara (1928-1967), médico e ativista argentino
5	Chico Gomes	Povoado	Areia Branca	N/E
6	Crasto	Povoado	Santa Luzia do Itanhy	Sobrenome, forma arcaica de Castro (N/E)
7	Cristinápolis	Cidade	Cristinápolis	Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias (1822-1889), ex-imperatriz do Brasil
8	Dorcelina Folador	Projeto de Assentamento	Itaporanga d’Ajuda	Dorcelina Oliveira Folador (1963-1999)
9	Eugenia	Povoado	Araúá	Prenome de referente do gênero feminino (N/E)
10	Florestan Fernandes	Projeto de Assentamento	São Cristóvão	Florestan Fernandes (1920-1995)
11	Garangau	Povoado	Campo do Brito	Sobrenome de famílias residentes no Agreste Sergipano
12	Gararu	Cidade	Gararu	Cacique Gararu (c. XVI)
13	Gracho Cardoso	Cidade	Gracho Cardoso	Maurício Graccho Cardoso (1874-1950)
14	Japarutuba	Cidade	Japarutuba	Cacique Japarutuba (c. XVI)
15	Japoatã	Cidade	Japoatã	Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, nascido Antônio Coelho Meireles (1695-1779)

N.	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	REFERENTE ANTROPOTOPONÍMICO
16	João Ferreira	Povoado	Ribeirópolis	Referente do gênero masculino (N/E)
17	Lagarto	Cidade	Lagarto	“Família de Antônio Gonçalves de Santomé, cujo brasão ostentava um réptil em formato de lagarto” (MONTEIRO, 2013, p. 69)
18	Manoel Martinho	Projeto de Assentamento	Carira	Manoel Martinho da Silva (c. XX)
19	Maria Cleonice Alves	Projeto de Assentamento	Santa Luzia do Itanhy	Referente do gênero feminino (N/E)
20	Mariquita de Cima	Povoado	Lagarto	Mariquita: apelido de Maria (N/E)
21	Miranda	Vila	Capela	Sobrenome de família (N/E)
22	Muribeca	Cidade	Muribeca	“Apelido familiar do célebre Belchior Dias Môrea, o Maribeca, descobridor das minas de prata; moribeca é diminutivo carinhoso de Môrea” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 88).
23	Pacatuba	Cidade	Pacatuba	Cacique Pacatuba (c. XVI)
24	Ribeirópolis	Cidade	Ribeirópolis	Cigano Ribeiro (c. XIX)
25	Rita Cacete	Povoado	São Cristóvão	Uma lenda refere-se a Rita Cacete como uma mulher de meados do século XVI vista como bruxa ou feiticeira (CARDOSO, 1904)
26	Rosa Elze	AUI	São Cristóvão	Referente do gênero feminino (N/E)
27	Simão Dias	Cidade	Simão Dias	Simão Dias Francês (c. XVI-XVII), colono ibérico e sesmeiro na localidade
28	Sibalde	Povoado	Japarutuba	Sobrenome de família (N/E)
29	Siqueira	Lugarejo	Pacatuba	Sobrenome de família (N/E)
30	Siriri	Cidade	Siriri	Cacique Siriri (c. XVI)
31	Tenórios	Povoado	Neópolis	Sobrenome de família, em forma plural (N/E)
32	Tobias Barreto	Cidade	Tobias Barreto	Tobias Barreto de Meneses (1839-1889), filho ilustre, jurista e profícuo intelectual

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

Legenda: c. (cerca de); N/E (não encontrado).

Os 32 antropotopônimos listados no Quadro 19 expõem que os referentes toponímicos pertencem a um amplo espectro social, como já argumentava Backheuser (1950, p. 178), que vão de figuras de relevância limitada à circunscrição da localidade até homenagem a personalidades internacionais. No caso daqueles, valendo-nos tão somente de pesquisas bibliográficas, registramos dificuldades em coletar informações biográficas fidedignas, de modo que o expediente de pesquisa de campo, se utilizado em pesquisas futuras, poderá dirimir lacunas aqui apresentadas.

Quanto à presença de personalidades na nomenclatura geográfica brasileira, Dick (1990a) destaca que, “de um modo geral, é constante o aparecimento dessa *nomeação*

*anônima*, concretizada, às vezes, pelo *prenome*, seguido, ou não, de *alcunha*, ou pelo *hipocorístico*, ou pelo *apelido de família*, ou, ainda, pelo *conjunto onomástico completo*” (DICK, 1990a, p. 295). Por outro lado, há sujeitos que em nada se relacionaram com a sócio-história de Sergipe, homenageados por diversas circunstâncias.

No plano espaciotemporal, essas figuras também se apresentam como de diferentes períodos históricos: há sujeitos do contexto de colonização do território sergipano – séculos XVI e XVII –, do Império - século XIX –, bem como da primeira e da segunda metades do século XX. Agrupamos os referentes antropônimos que possuem dados biográficos confiáveis em:

- Personalidades indígenas locais, memorializados como insurgentes à colonização europeia, cujo reconhecimento se dá basicamente pela referência toponímica (SANTOS, 2014, p. 8): os caciques *Japarutuba*, *Pacatuba*, *Gararu* e *Siriri*, além da Mãe *Carira*. O fato de haver uma cidade cuja toponímia remete a uma mulher indígena é registrado na historiografia como uma excepcionalidade no território brasileiro;
- Personalidades relacionadas à luta pela terra ou a “movimentos de esquerda”: *Florestan Fernandes*, *Che Guevara*, *Maria Cleonice Alves*, *Antonio Conselheiro*, *Dorcelina Folador*. Em contraponto, uma das agrovilas manteve, durante o tempo da coleta de dados, como referente toponímico o ex-proprietário do latifúndio em questão, o senhor *Manoel Martinho*;
- Personalidades que migraram para colonizar ou catequizar (n) o território sergipano: *Simão Dias*, *Japoatã*, *Antônio Gonçalves de Santomé* (do brasão em formato de lagarto);
- Personalidades do Brasil Império: *Cristinápolis*;
- Personalidade intelectual / filho ilustre: *Tobias Barreto*;
- Personalidades políticas de Sergipe Republicano: *Graccho Cardoso*.

Ao caracterizarmos os onomásticos inscritos no *corpus* quanto à estrutura antroponímica, identificamos a diversidade de figuras homenageadas na antropotonímia sergipana. Considerando a tipologia proposta por Amaral (2011), constatamos as seguintes fórmulas de denominações antropônimas:

- prenome em estrutura simples ou com sufixo de natureza toponímica: *Eugenia*, *Ribeirópolis*, *Cristinápolis*<sup>77</sup>;

---

<sup>77</sup> Sobre esses últimos, a inscrição de compostos como *polis*, *lândia* e *burgo* é exclusiva de nomenclatura de núcleos de povoamento, tal qual apresentamos na subseção 2.3.3.

- prenome ou hipocorístico seguido de sobrenome: *Chico Gomes, Manoel Martinho, Graccho Cardoso, Dorcelina Folador, Simão Dias, João Ferreira, Maria Cleonice Alves, Rosa Elze, Florestan Fernandes, Tobias Barreto*;
- nomes de origem tupi, cujo significado etimológico está registrado nos dicionários específicos: *Japarutuba, Pacatuba, Gararu e Siriri*, além da Mãe *Carira* (vide as respectivas fichas no Apêndice A);
- nome de guerra: *Antonio Conselheiro, Che Guevara*<sup>78</sup>;
- sobrenome: *Miranda, Tenórios, Siqueira, Crasto* (forma arcaica de Castro, segundo Guérios (1981)), *Cardoso, Garangau*;
- apelido (ou alcunha): *Muribeca, Rita Cacete; Mariquita de Cima*.

Quanto à distribuição espacial dos antropotopônimos, nossos dados confirmam o argumento de Dick (1990a) acerca da impossibilidade de cartografar isolexias antropotoponímicas no território brasileiro. A autora assim esclarece:

Acredita-se que a peculiar mobilidade dos nomes próprios, que acompanham o homem em todos os seus deslocamentos territoriais, dificulte [...] a formação de áreas toponímicas específicas a determinados apelativos, tornando-se possível, apenas, em alguns casos, apontar-se as zonas em que certos tipos surgem com maior realce (DICK, 1990a, p. 309).

As instituições têm exercido influência no processo denominativo de localidades sergipanas, historicamente a Igreja Católica e as Forças Armadas e, mais recentemente, movimentos de luta agrária, como o *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* (MTST).

Já quanto à toponimização de entes vivos, temos dois casos, um do século XIX – *Cristinápolis* – e outro do século XX – *Darcilena*, ou seja, um no regime imperial e outro no período do Estado Novo. Na então povoação de Chapada, “foi criado um distrito com a denominação de *Vila Cristina*, pela lei provincial nº 1095, de 12-04-1878. Elevado à categoria de vila com a denominação de *Vila Cristina*, pela lei estadual nº 1238, de 24-04-1882” (CRISTINÁPOLIS, 2018)<sup>79</sup>, que homenageou Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias (Nápoles-Itália, 14 de março de 1822 – Porto-Portugal, 28 de dezembro de 1889), então esposa do imperador D. Pedro II e imperatriz consorte do Império do Brasil de 1843 até a Proclamação da República, em 1889. Também atentamos para *Darcilena*, topônimo

---

<sup>78</sup> *Che Guevara*, apelido de Ernesto Guevara de la Serna (Rosário-Argentina, 14 de junho de 1928 - La Higuera-Bolívia, 9 de outubro de 1967). “Che” era um apelido jocoso dado pelos amigos próximos a Ernesto em função de seu sotaque, semelhante ao de algumas regiões do sul do Brasil, nas quais é comum o uso constante da interjeição “che” como registro de oralidade.

<sup>79</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/cristinapolis/historico>> Acesso em: 14 nov. 2018.

bajulatório de formação aglutinante, promovido pelo então prefeito Miguel Seixas, como homenagem à esposa de Getúlio Vargas, Darcy, então presidente do Brasil, e à esposa de Augusto Maynard, então interventor federal de Sergipe, Helena (*vide* Ficha nº 15 – Apêndice A).

Assim, nesta subseção, destacamos os antropotopônimos do *corpus*, cientes de que outros nomes de pessoas estão presentes na nomenclatura geográfica sergipana, por vezes classificados em outras taxonomias, especialmente nos axiotopônimos, taxonomia que destaca “títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais”, como propõe Dick (1990b, p. 31-34). Na subseção a seguir, tratamos dos sociotopônimos.

### 5.2.7 Sociotopônimos

Os sociotopônimos apresentam, em sua nomenclatura, “atividades profissionais, locais de trabalho ou pontos de encontro dos membros de uma comunidade” (DICK, 1990b, p. 34). A análise dessa taxonomia geralmente permite captar como sociedades costumam interagir, como se manifestam como grupo. Taperas, mocambos e quilombos eram tomados, inicialmente, como sociotopônimos (DICK, 1990a, p. 355-359), o que indica que houve um desmembramento desta taxonomia para criação da classe dos ecotopônimos, quando da publicação de Dick (1990b). No Quadro 20, listamos os sociotopônimos do *corpus* e as respectivas acepções semânticas, coletadas em Aulete (2018) e em glossários regionais.

Quadro 20 – Sociotopônimos do *corpus* com sua respectiva acepção sociotoponímica

N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ITEM SOCIOTOPONÍMICO
1	<b>Arrodiador</b>	Povoado	Aquidabã	<b>Arrodiador</b> “local de concentração do gado em tempo de campeada” (NASCIMENTO; CARVALHO, 2016, p. 135).
2	<b>Arrodiador</b>	Povoado	Muribeca	
3	<b>Rodiador</b>	Povoado	Campo do Brito	
4	<b>Botequim</b>	Povoado	Indiaroba	<b>Botequim</b> “sm. Estabelecimento onde se vendem bebidas, cigarros, balas, lanches e, às vezes, refeições simples; bar; boteco.”
5	<b>Botequim</b>	Povoado	Santa Luiza do Itanhy	
6	<b>Country Club</b> <sup>80</sup>	Lugarejo	São Cristóvão	<b>Clube</b> “sm. 1. Sociedade de pessoas que se reúnem regularmente em determinado local para a prática de atividades culturais, desportivas, musicais etc.
7	<b>Curral dos Bois</b>	Povoado	Simão Dias	<b>Curral</b> “sm. 1. Área cercada onde se abriga o gado, ger. Bovino 2. Área cercada para a piscicultura, com água doce ou salgada, tb. us. como armadilha para capturar peixes.”
8	<b>Curralinho</b>	Povoado	Poço Redondo	
9	<b>Curralinho</b>	Lugarejo	São Cristóvão	

<sup>80</sup> Há ali um clube de campo que até hoje é referenciado com *Country Club*. Atualmente, o referente da motivação toponímica chama-se *Shekinah Country Club*.



N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ITEM SOCIOTOPONÍMICO
10	<b>Curtume</b>	Povoado	Telha	<b>Curtume</b> “sm Estabelecimento onde se curtem couros e peles.”
11	<b>Estância</b>	Cidade	Estância	<b>Estância</b> “sf.1. Lugar onde se permanece por algum tempo, esp. em vilegiatura, tratamento de saúde etc; a ação de lá estar 3. Lugar que serve de moradia; habitação; morada.”
12	<b>Estancinha</b>	Povoado	Lagarto	
13	<b>Fazenda Nova</b>	Povoado	Pacatuba	<b>Fazenda</b> “sf.1. Grande propriedade rural destinada à lavoura ou à criação de gado 2. P.ext. Propriedade rural ou reserva aquítica onde se criam peixes ou camarões etc. em cativeiro.”
14	<b>Fazendinha</b>	Povoado	Ribeirópolis	
15	<b>Fazendinha</b>	Povoado	Neópolis	
16	<b>Fazendinha</b>	Povoado	Carira	
17	<b>Fazendinha de Cima</b>	Povoado	Siriri	
18	<b>Feira Nova</b>	Cidade	Feira Nova	<b>Feira</b> “sf. 1. Lugar público, ger. ao ar livre, onde são expostas mercadorias para venda 2. Bras. Agrupamento de barracas de mercadores de hortaliças, frutas e outros gêneros, em dia da semana e local fixos.”
19	<b>Itabaiana</b>	Cidade	Itabaiana	<b>Itabaiana</b> “A forma primitiva e atestada é tabayan que T. Sampaio decompõe [ <i>sic</i> ]: <i>tabay-an</i> de <i>anga</i> e traduz por a morada das almas. Poder-se-ia dizer: a <i>taba</i> assombrada” (BUENO, 2008, p. 601); “ <i>Itá</i> -pedra, <i>taba</i> -aldeia, <i>oone</i> -alguém: naquela pedra mora alguém, há uma aldeia com gente” (GUARANÁ, 1916, p. 309); “Tabayan ou tabanga: a morada das almas” (SAMPAIO, 1901, p. 131).
20	<b>Malhada dos Bois</b>	Cidade	Malhada dos Bois	<b>Malhada</b> “sf 3. O lugar onde se malha.” <b>Malhador</b> “a. 1. Que malha os grãos ou o ferro.2. Que bate ou espanca qualquer pessoa.sm. 3. Aquele que malha. Malhador 1. GO RS Lugar sombreado onde o gado se protege do calor.
21	<b>Malhador</b>	Cidade	Malhador	
22	<b>Parque Santa Rita</b>	Lugarejo	São Cristóvão	<b>Parque</b> “sm. 3. Terreno arborizado e fechado que circunda uma propriedade.”
23	<b>Porto da Folha</b>	Cidade	Porto da Folha	<b>Porto</b> “sm. 1. Lugar construído à beira do mar, rio ou baía para embarcações atracarem.”
24	<b>Queimada Grande</b>	Projeto de Assentamento	Poço Redondo	<b>Queimada</b> 1. Queima de mato, de vegetação seca ou verde, geralmente com o fim de preparar o terreno para semear, ou plantar, ou mesmo limpá-lo; 2. Lugar onde se fez queimada (FERREIRA, 2010).
25	<b>Queimada Grande</b>	Lugarejo	Umbaúba	
26	<b>Rancho</b>	Povoado	Pacatuba	<b>Rancho</b> “sm. 1. Casebre rústico 3. Grupo de pessoas reunidas para um fim qualquer, esp. em marcha ou jornada (rancho de peregrinos). 4. Acampamento de rancho.”
27	<b>Sítios Novos</b>	Povoado	Poço Redondo	<b>Sítio</b> “sm.1. Lugar qualquer; local; localidade. 4. Pequena localidade habitada; povoado; aldeia 5. Bras. Propriedade agrícola pequena; quinta; fazendola 6. Bras. Moradia rural não longe da cidade; chácara; fazenda.”
28	<b>Sítios Novos</b>	Povoado	Canhoba	
29	<b>Tombo</b>	Povoado	Salgado	<b>Tombo</b> “[...] Toda essa madeira teria que ser transportada em lombos de burros em toda extensão do planalto, até o ponto mais alto da ladeira onde era tombada as peças que rolavam aproximadamente 300 metros, chegando a parte mais baixa, já na entrada da cidade de onde eram transportadas em caminhões para outras cidades. Essa atividade de tombar as peças, com o auxílio da ladeira, deu primeiramente nome a ladeira “Ladeira do Tombo” e posteriormente nome ao Povoado Tombo” (SANTOS, 2018, p. 11).
30	<b>Usina Santana</b>	Núcleo	Japoatã	<b>Usina</b> “sf. 2. Engenho de açúcar”
31	<b>Usina São José do Pinheiro</b>	Núcleo	Laranjeiras	

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (201-, 2010), Aulete (2018), Santos (2018), Nascimento e Carvalho (2016).

O *corpus* sociotopônimo apresentado no Quadro 20 engloba todos os descritores propostos por Dick (1990b, p. 34) para essa taxonomia: atividades profissionais, locais de trabalho e pontos de encontro dos membros de uma comunidade. As lexias destacam propriedades – *fazenda, estância, sítio, rancho* – e atividades rurais tradicionais e fabris – *usina, feira, arrodador, curral, malhada, malhador, queimada, curtume*, avultando, nestes casos, aquelas relacionadas à agropecuária e ao couro.

Podemos associar isso ao fato de que a criação de gado vacum – touros, bois, muares, cavalos de lavoura, ovelhas ou cabras – sempre constituiu uma intensa atividade socioeconômica em Sergipe. Em *O gado na cultura sergipana*, Cardoso e Alves (2011) destacam que Sergipe recebeu a “herança primordial” desse tipo de gado dos portugueses no período colonial. Estes historiadores concluem que,

Em Sergipe, como se vê, o ciclo do gado bovino deixou marcas indeléveis. Elas são visíveis nos vários planos, tanto da cultura como do território. Desse modo, usos e costumes em torno do universo bovino são tradicionais patrimônios culturais de nossa terra. São, portanto, um dos elementos integrantes da sergipanidade, e como tais, merecem ser conhecidos, apropriados e valorizados (CARDOSO; ALVES, 2011).

Assim, este argumento esclarece que a maciça toponímia sergipana de caráter pecuário não se configura uma coincidência, mas, ao contrário, um aspecto socioeconômico e cultural verossímil. Há também as lexias que remetem a locais de entretenimento, como *clube de campo, botequim, parque*, e à região ribeirinha, *porto*. Além desses, atentamos para o povoado *Country Club*, cuja nomenclatura é em língua inglesa, incorporado à nomenclatura geográfica na segunda metade do século XX, pelo empréstimo do nome fantasia de um balneário-clubes circundante na cidade de São Cristóvão, sendo mais um exemplo de translação toponímica (DICK; SEABRA, 2002). Sem mais, a seguir, trataremos de nomes de lugares de natureza semântica mineral, os litotopônimos.

### 5.2.8 Litotopônimos

Litotopônimos são nomes de lugares constituídos por elementos de natureza semântica mineral (*lithos*, pedra em grego). Descrevemos o *corpus* litotopônimo – um total de 26 nomenclaturas – no Quadro 21 a seguir, cujas descrições dos elementos minerais foram quase integralmente retiradas do *Dicionário Geológico-geomorfológico* (GUERRA, 1993).

Quadro 21 – Litotopônimos do *corpus*, por elemento de origem mineral

N.	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ELEMENTO DE ORIGEM MINERAL
1	Areia Branca	Cidade	Areia Branca	<b>Areia</b> “grão essencialmente de quartzo resultantes da desagregação ou da decomposição das rochas em que entra a sílica.” (GUERRA, 1993, p. 32).
2	Areia Branca	Povoado	Santa Luiz do Itanhy	
3	Areias	Povoado	Santa Rosa de Lima	
4	Areias	Povoado	Areia Branca	
5	Areinhas	Povoado	Pirambu	
6	Barro Preto	Povoado	Macambira	<b>Barro</b> “termo regional usado para <i>argila plástica</i> . Geralmente denomina-se de barro, na linguagem popular, a <i>argila vermelha</i> ” (GUERRA, 1993, p. 55, grifos do autor).
7	Betume	Povoado	Neópolis	<b>Betume</b> “material rico em hidrocarbonetos, isto é, compostos orgânicos de carbono e hidrogênio. O betume interessa particularmente à geologia econômica. Ele pode ser líquido como o petróleo, ou sólido como o asfalto” (GUERRA, 1993, p. 58).
8	Lajes	Povoado	Nossa Senhora Aparecida	<b>Laje</b> → lajeado “afloramento de rocha sã na superfície do solo, constituindo uma área de extensão variável.” (GUERRA, 1993, p. 256).
9	Itabi	Cidade	Itabi	<b>Itá-(Pedra, em tupi) vide Pedra.</b>
10	Itaperinha	Lugarejo	Lagarto	
11	Itapicuru	Povoado	Nossa Senhoras das Dores	
12	Itaporanga d'Ajuda	Cidade	Itaporanga d'Ajuda	
13	Pedra Mole	Cidade	Pedra Mole	<b>Pedra</b> “denominação genérica usada para qualquer pedaço de <i>rocha</i> .” (GUERRA, 1993, p. 316).
14	Pedras	Vila	Capela	
15	Pedras	Povoado	Muribeca	
16	Pedreiras	Povoado	São Cristóvão	
17	Pedrinhas	Povoado	Areia Branca	
18	Pedrinhas	Cidade	Pedrinhas	
19	Piçarreira	Povoado	Santa Luiza do Itanhy	<b>Piçarra</b> “termo usado para indicar, por vezes, o estado de decomposição de certas rochas, no qual elas se acham semi-agregadas (GUERRA, 1993, p. 328-329).
20	Salgado	Cidade	Salgado	<b>Sal</b> “cloreto de sódio” (GUERRA, 1993, p. 380).
21	Salobra	Povoado	Simão Dias	
22	Tauá	Povoado	Umbaúba	<b>Tauá (Barro, em tupi)</b> → Taguá “nome popular das argilas aluviais pretas ou cinzentas escuras da parte superior de banhados e alagadiços.” (GUERRA, 1993, p. 404).
23	Terra Caída	Povoado	Indiaroba	<b>Terra</b> “sf. 2. Chão, solo (deslizamento de terra) 3. A parte branda do solo que produz os vegetais: lavar a terra” (AULETE, 2018).
24	Terra Dura	Povoado	Itabaiana	
25	Terra Dura	Povoado	Capela	
26	Terra Vermelha	Povoado	Campo do Brito	

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (201-, 2010), Guerra (1993), e Aulete (2018).

Se, por um lado, demarcam a natureza física do signo toponímico, Dick (1990b, p. 167) argumenta que a litotoponímia pode abranger fatores socioculturais, visto que o processo histórico brasileiro tem sido perpassado pelo povoamento de exploração do solo local. Em

outras palavras, o elemento mineral, no contexto brasileiro, não costuma se restringir à denominação de seus atributos físicos, envolvendo também aspectos socioeconômicos. Por meio do Quadro 21, identificamos que os 26 litotopônimos do *corpus* abrangem oito diferentes elementos de índole mineral, a saber: areia, barro (e sua forma tupi *tauá*), betume, laje, pedra (também em sua forma tupi *ita*), piçarra, sal e terra. Outras lexias de origem mineral são elencadas por Dick (1990b, p. 167-177) como produtivas na nomenclatura geográfica nacional, a saber: prata, ouro, diamante e outros minerais preciosos, sendo de frequência considerável em regiões de atividade mineradora, como em Minas Gerais, no Centro-Oeste e no Norte do país (DICK, 1990b, p. 168 et seq.). Contudo, essas estão ausentes no índice toponímico constituído como *corpus*.

Os dados da litotoponímia sergipana confirmam o argumento de Dick (1990b), para quem as lexias proporcionalmente mais representativas dessa taxonomia são *barro*, *lama*, *terra* e *pedra*, em sua forma primitiva ou derivada, principalmente essa última (DICK, 1990b, p. 173). No *corpus*, 12 dos 29 (41,3%) remetem ao elemento pedra, sendo seis em língua portuguesa e seis em tupi (*ita*). Essa autora também observara que “estratos denominativos formados por *ita* atingem uma amplitude considerável, levando-se em conta que o seu primitivo significado, pedra, viu-se acrescido de outro traço semântico [...] os conceitos de ouro (*itájubá*), prata (*itatinga*), aço (*itaeté*), por exemplo<sup>81</sup>” (DICK, 1990b, p. 176).

Outro argumento corroborado pelos dados da pesquisa refere-se à lexia laje. Segundo Dick (1990b), “*Laje* e *lajeado*, dentro da litotoponímia, assumem uma posição significativa, seja na categoria simples ou em compostos e/ou derivações” (DICK, 1990b, p. 174), argumentando ainda que, “relativamente à *areia*, o sintagma singular é mais empregado do que o plural (*areias*)” (DICK, 1990b, p. 174). Em nosso *corpus*, que não chega a ser representativo para refutar categoricamente esse argumento, contudo, dos cinco topônimos com a lexia areia, três estão em sua forma plural – *Areias* (duas ocorrências) e *Areinhas* – e duas em forma singular, com estrutura composta – *Areia Branca* (duas ocorrências).

Quanto à sua morfologia, identificamos estruturas simples e compostas, procedentes de duas línguas, português e tupi, seja isoladamente ou em formas hibridizadas. Em termos semânticos, distribuímos, dentre as várias possibilidades, os litotopônimos do *corpus* pelas seguintes características:

---

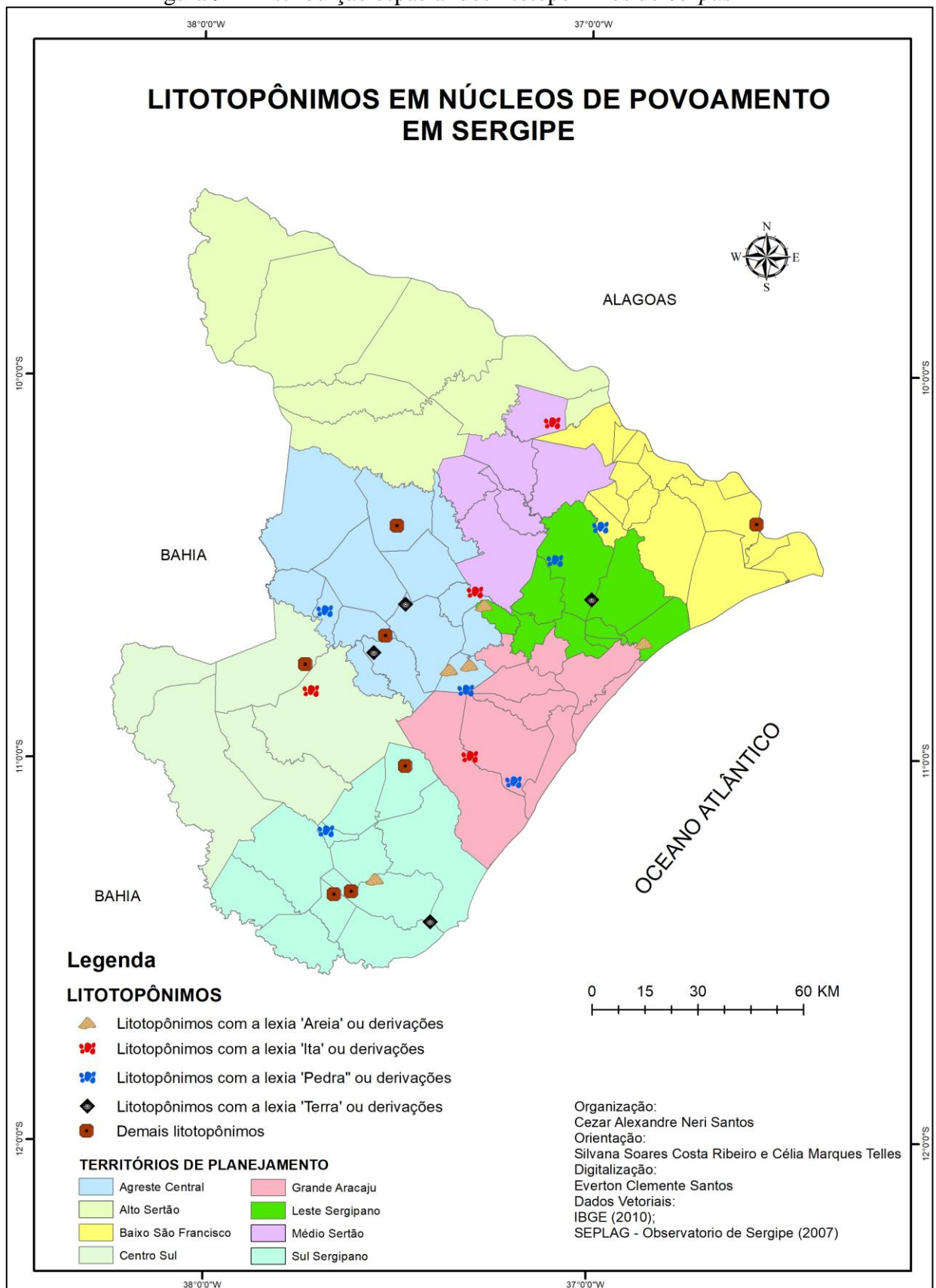
<sup>81</sup> Dick (1990b) afirma que “Como os nativos, na época do descobrimento, encontravam-se, ainda, em período anterior ao do metal, sentiu a necessidade de transmitir-lhe tal ideia através de um signo de seu próprio sistema de comunicação, fazendo-o, assim, por meio do elemento definidor do material mais resistente conhecido, no caso, a pedra, ou *itá*.” (DICK, 1990b, p. 176).

- Demarcação do elemento mineral (em sua forma primitiva ou derivada): *Betume, Lajes, Tauá, Areias, Areinhas, Pedras, Pedrinhas*;
- Características geomorfológicas ou hidrográficas: *Terra Dura, Terra Caída, Salgado, Salobra, Itabi, Pedra Mole, Itapicuru*<sup>82</sup>, *Itaperinha*;
- Escala cromática do solo: *Terra Vermelha, Areia Branca, Barro Preto*;
- Estado anímico frente ao elemento mineral: *Itaporanga*;
- Atividades humanas: *Pedreiras, Piçarreira*.

Os litotopônimos do *corpus* estão geograficamente dispostos na Figura 9. Mesmo que não permita conclusões categóricas a partir da cartografia litotoponímica, podemos identificar que os elementos de origem mineral se apresentam produtivos na nomenclatura geográfica sergipana, distribuídos por todo o Estado, presente em todos os Territórios de Planejamento de Sergipe, com exceção do Alto Sertão Sergipano. Assim, discutida a classe de litotopônimos, procedemos à descrição e à análise dos animotopônimos do *corpus*.

---

<sup>82</sup> “Itapicuru, *Itapé-lage*; *curú-seixo*, lage formada de seixos. *Itá-pedra*; *pucú-comprida*; (*r*)*ú-rio*: rio da pedra comprida exprime melhor o que indica este nome, referindo-se o rio.” (GUARANÁ, p. 309).

Figura 9 – Distribuição espacial dos litotopônimos do *corpus*

Planejamento cartográfico e edição das cartas: Everton Clemente Santos.  
Análise linguística e categorização toponímica: Cezar Alexandre Neri Santos.  
Fonte: Adaptado de IBGE (2014); SEPLAG (2007).

### 5.2.9 Animotopônimos

Animotopônimos – ou nootopônimos, conforme nomenclatura também proposta pela própria Dick (1990b, p. 31) – são nomes de lugares relacionados à vida psíquica ou à cultura espiritual. Tomando a relação homem-sociedade-natureza, essa taxonomia se faz importante por permitir manifestar aspectos subjetivos do denominador. Sobre essa taxonomia, Isquerdo (1996, p. 118) os caracteriza em animotopônimos *eufóricos* ou *disfóricos*, destacando neles elementos anímicos agradáveis/otimistas ou desagradáveis/temerosos, respectivamente. Essa divisão foi considerada quando da análise. O Quadro 22 a seguir descreve os animotopônimos do *corpus*, destacando o respectivo item anímico que norteou tal classificação.

Quadro 22 – Animotopônimos do *corpus*, com respectivo item anímico

N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ITEM ANÍMICO
1	<b>Amparo de São Francisco</b>	Cidade	Amparo de São Francisco	Amparo
2	<b>Boa Esperança</b>	Povoado	Porto da Folha	Bom/boa
3	<b>Boa Vista</b>	Povoado	Campo do Brito	
4	<b>Bom Jardim</b>	Povoado	Itabaiana	
5	<b>Bonsucesso</b>	Povoado	Poço redondo	
6	<b>Bonfim</b>	Povoado	Riachão do Dantas	
7	<b>Bonfim</b>	Povoado	Carira	
8	<b>Bonfim</b>	Povoado	Divina Pastora	
9	<b>Bravo Urubu</b>	Povoado	Nossa Senhora das Dores	
10	<b>Bravo Urubu</b>	Povoado	Cumbe	
11	<b>Guia</b>	Lugarejo	Poço Redondo	Guia
12	<b>Independência Nossa Senhora do Carmo</b>	Projeto de Assentamento	Pacatuba	Independência
13	<b>Linda França</b>	Povoado	Porto da Folha	Linda
14	<b>Maravilha</b>	Povoado	Monte Alegre de Sergipe	Maravilha
15	<b>Nova Descoberta</b>	Povoado	Itaporanga d'Ajuda	Novo + substantivo de valor abstrato
16	<b>Novo Horizonte</b>	Povoado	Neópolis	
17	<b>Novo Paraíso</b>	Povoado	Brejo Grande	
18	<b>Progresso</b>	Povoado	Araúá	Progresso
19	<b>Segredo</b>	Povoado	Aquidabã	Segredo
20	<b>Bela Vista (Quebra Chifre)</b>	Lugarejo	Riachuelo	Belo
21	<b>Recanto dos Passarinhos</b>	Lugarejo	São Cristóvão	Recanto
22	<b>Fortaleza</b>	Projeto de Assentamento	Nossa Senhora da Glória	Fortaleza
23	<b>Paraíso de São Pedro</b>	Projeto de Assentamento	São Miguel do Aleixo	Paraíso
24	<b>Vitória da União</b>	Projeto de Assentamento	Santa Luzia do Itanhy	Vitória da União

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

No Quadro 22, que destaca os 24 animotopônimos do *corpus*, há uma variedade de itens anímicos, constituídos por adjetivos e substantivos concretos e abstratos, geralmente como primeiro elemento do sintagma composto. O item *bom/boa* foi o mais produtivo no *corpus*, ocorrendo em sete animotopônimos – *Boa Vista*, *Boa Esperança*, *Bom Jardim*, *Bonsucesso* e *Bonfim*, este último como nome de três povoados, em Carira, em Divina Pastora e em Riachão do Dantas. Com três ocorrências, a locução nominal *novo/nova* também se apresentou produtiva – *Nova Descoberta*, *Novo Horizonte* e *Novo Paraíso* –, tendo substantivos abstratos no sintagma. A classificação desses como animotopônimo, não como cronotopônimo, justifica-se pelo aspecto anímico inerente a cada uma dessas locuções. O item *linda*, em *Linda França*, e *bravo*<sup>83</sup>, em *Bravo Urubu* (duas ocorrências) ocorrem com bem menos frequência na toponímia nacional que *bom(boa)* e *novo(a)*.

Os substantivos concretos e abstratos que demarcam impressões do (grupo) denominador na nomenclatura geográfica sergipana expõem aspirações ou expectativas, tais como a luta pela terra e a conseqüente superação por sua conquista, além de impressões características acerca do lugar, configurando o campo semântico ‘local de prosperidade’ lexias como: fortaleza, em *Fortaleza*; paraíso, em *Paraíso de São Pedro*; guia, amparo, independência e recanto, em *Guia*, *Amparo de São Francisco*, *Independência Nossa Senhora do Carmo* e em *Recanto dos Passarinhos*. Também os topônimos *Vitória da União*, *Progresso*, *Maravilha* e até *Segredo* exprimem feições da relação homem e meio, ou metonimicamente, sociedade e natureza.

A ausência de lexias antônimas a essas – *velho*, *antigo*, *mau* e *feio* – também permite assinalar que os animotopônimos sergipanos se apresentam como exclusivamente eufóricos<sup>84</sup>, seguindo a tendência nacional de nominar lugares de uma maneira otimista, como exposto por Oliveira (1970).

Merecem também destaque topônimos de caráter popular – registrados na fonte primária entre parênteses – como *Quebra Chifre*, topônimo paralelo do lugarejo Bela Vista, no município de Riachuelo, visto que descrevem uma camada de nomes espontâneos de cunho jocoso, gírico e de calão que apresentam ricamente itens anímicos, como *Quebra Chifre*, que apresenta certo nível de tabuísmo linguístico, como expõe Vieira (2010). Assim, o cotejo de

---

<sup>83</sup> O item *bravo* ocorreu, no *corpus*, ainda no zootopônimo *Gado Bravo do Sul*.

<sup>84</sup> O sr. L. B., por meio da dúvida lançada por nós em forma de postagem no grupo *Prefeitura de Indiaroba*, na rede social *Facebook*, nos respondeu em 03 jan. 2019: “Bom dia Neri povoado preguiça é foi chamado do povoado por conta do bicho mesmo na época tinha muito bicho chamado preguiça e aí foi colocado o nome da preguiça como povoado preguiça valeu um abraço”. Disponível em: <<https://bit.ly/2H5AvMD>>.



*corpora* toponímicos paralelos permitiria coletar, de modo ainda mais seguro, como se dá a nomenclatura espontânea de lugares.

Resumindo, os grupos denominadores sergipanos costumam caracterizar as localidades com itens semântico-lexicais otimistas que destacam uma atitude positiva quanto a si mesmo, à comunidade e ao local com os quais se relacionam. Discutidos os animotopônimos do *corpus*, descrevemos e analisamos os zootopônimos.

### 5.2.10 Zootopônimos

Outra motivação semântica de ocorrência frequente em *corpora* toponímicos é a de origem animal. Com 17 ocorrências, os zootopônimos abrangem as denominações motivadas pela fauna. No Quadro 23 a seguir descrevemos os zootopônimos do *corpus* distribuídos pela classe zoonímica de cada espécie.

Quadro 23 – Zootopônimos do *corpus*, por sua classe animal

N.º	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	CLASSE
1	<b>Cabrita</b>	Povoado	São Cristóvão	Mamíferos
2	<b>Pirunga-Cafubá</b>	Lugarejo	Capela	
3	<b>Caititu</b>	Povoado	Maruim	
4	<b>Gado Bravo do Sul</b>	Povoado	Nossa Senhora das Dores	
5	<b>Preguiça</b>	Povoado	Indiaroba	
6	<b>Saguim</b>	Povoado	Indiaroba	
7	<b>Tatu</b>	Povoado	Japoatã	
8	<b>Arauí</b>	Cidade	Arauí	
9	<b>Marimondo</b>	Povoado	Pirambu	Insetos
10	<b>Maruim</b>	Cidade	Maruim	Répteis
11	<b>Cobra d'Água</b>	Povoado	Pacatuba	
12	<b>Tejupeba</b>	Povoado	Itaporanga d'Ajuda	Peixes
13	<b>Pirambu</b>	Cidade	Pirambu	
14	<b>Jabeberi</b>	Povoado	Toias Barreto	
15	<b>Mussuípe</b>	Povoado	Neópolis	Aves
16	<b>Canindé de São Francisco</b>	Cidade	Canindé de São Francisco	
17	<b>Manuíno</b>	Povoado	Pacatuba	

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

Os 17 zootopônimos do *corpus* apresentam uma diversidade zoonímica: os mamíferos constituem a classe de maior ocorrência – cabrita, caititu, tatu, saguim, preguiça, cafubá (gado vacum de cor acinzentada) e o coletivo gado, em *Gado Bravo do Sul*. Seguem, por ordem

decrecente, as classes de crustáceos e moluscos – arauá, siri (em *Siririzinho*, que ocorre duas vezes e tem um referente hidrotponímico, o rio Siriri, também nome de município, em homenagem ao cacique Siriri); de insetos – maruim e marimbondo; de peixes – pirambu, enguia (em *Mussuípe*<sup>85</sup>) e arraia (em *Jabeberi*<sup>86</sup>); de répteis<sup>87</sup> –, cobra d’água, teiú (em *Tejupeba*); e dos pássaros canindé (em *Canindé de São Francisco*) e manuíno. Além dessas aves da classe zootoponímica, como já dito, uma das versões para *Aracaju* afirma haver aí a inscrição de arara, a ave de maior registro entre os designativos indígenas na toponímia nacional, tanto na forma simples como pluralizada, além de expressões compostas (DICK, 1990a, p. 267).

A proporção de zoônimos indígenas contribui para compreendermos que a influência etnolinguística da camada autóctone no léxico do PB. Os nomes de origem de língua de substrato indígena ou superstrato africano são maioria dentre os zootopônimos do Quadro 23 – 12 dos 17 (70,6% do total). Nas palavras de Dick (1992),

Os nomes indígenas de origem tupi distinguem-se pelo dado memorialista, mais formas que substâncias, cristalizadas que estão, semanticamente. São nossos fósseis toponímicos, resíduos culturais de um tempo e de uma época, mas ainda produtivos do ponto de vista da herança social” (DICK, 1992, p. 50).

Em diversos casos referentes a topônimos de origem indígena – e alguns nomes africanos ou de outros estratos –, não é a etimologia que norteia a classificação, mas a referência zootoponímica, uma vez que diversos nomes já se encontram lexicalizados no tesouro do PB e a decomposição pode ser um exercício pouco produtor ou improvável. São exemplos os casos de marimbondo – do quimbundo *mari'mbondó*, formado pelo prefixo plural *ma-* + *rimbondó* – um zoônimo de origem africana cuja lexia é comum no Brasil e em Angola para nos referirmos a vespa; e manuíno, uma ave cuja raiz advém de uma língua de substrato do espanhol da Ilha de Páscoa denominada pascoalense, o que será detalhado na subseção 6.1.1.

A lexia *Cafubá* remete à coloração cinza escuro de gado vacum, segundo Aulete (2018), espécie bovina amplamente criada na pecuária de Sergipe. As menções, aliás, a uma

---

<sup>85</sup> “Mocym-y-pe, no rio dos moçuns. *Moçum* quer dizer faz que escorregue, *mô-cym*. É uma espécie de enguia com a mesma propriedade de ter a pelle escorregadia” (GUARANÁ, 1916, p. 315).

<sup>86</sup> Jabiberi: Espécie de arraia (GUARANÁ, 1916, p. 310).

<sup>87</sup> A referência ao réptil lagarto no município homônimo é bastante forte. A versão mais disseminada é a de que havia uma pedra em formato de lagarto, motivo pelo qual há, inclusive, a patrimonialização em pedra e cal do animal na localidade. Para muitos, a não classificação de Lagarto como zootopônimo se mostrará uma surpresa. Para mais informações, vide Ficha n.º 33 do Apêndice A da tese.

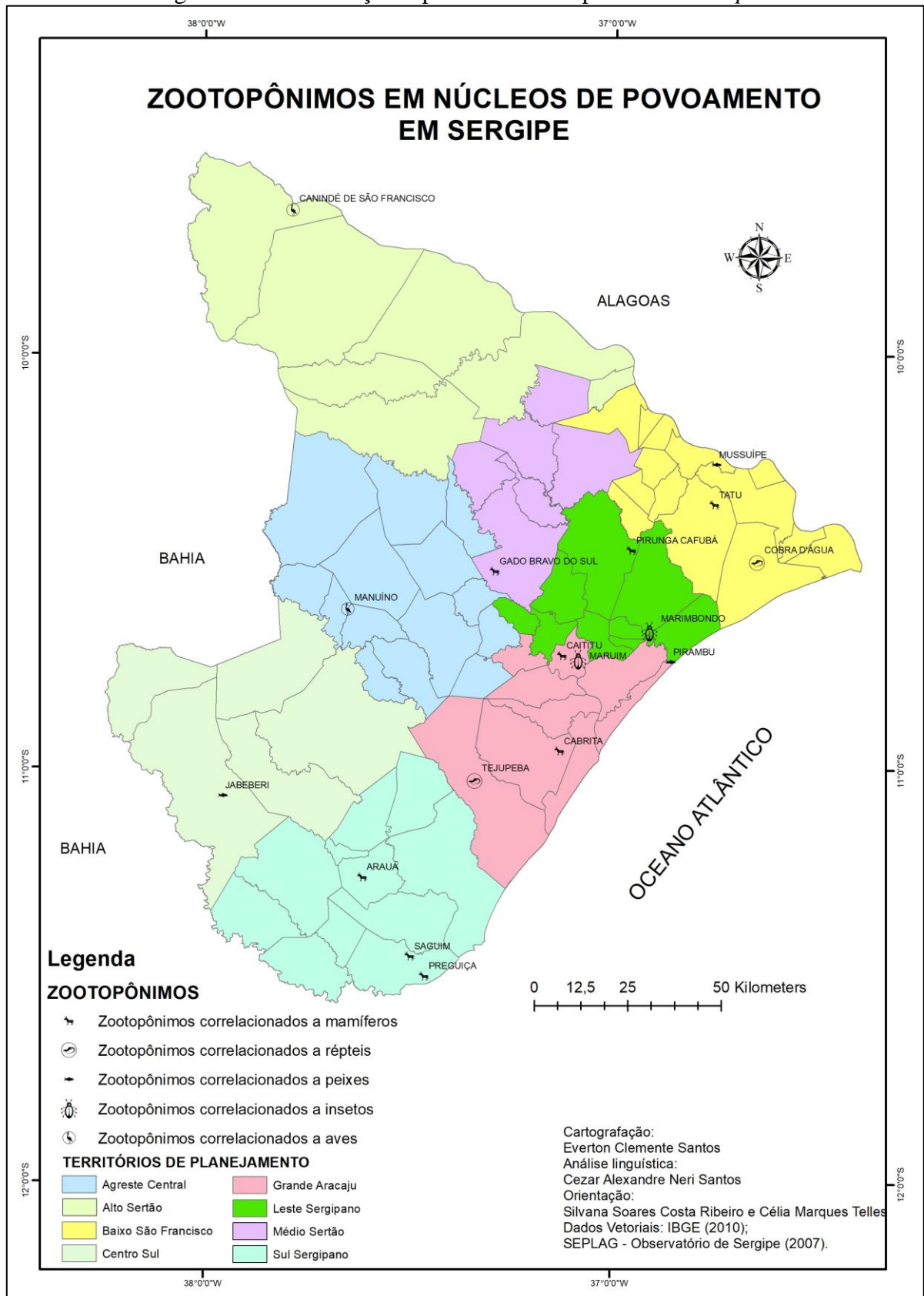
toponímia agropastoril se apresentam também em *Malhador*, *Malhada dos Bois*, *Curral dos Bois*, *Pastinho*, *Estância*, *Cancelão* e *Arrodiador*, ratificando que a ocupação e as ações socioeconômicas na zona mediterrânea sergipana têm perpassado a pecuária (FREIRE, 1977 [1891]; NUNES, 1989).

Nas palavras de Dick (1990a), “a presença de um animal em uma área qualquer não pressupõe, necessariamente, que ela constitua seu *habitat natural*, [...] basta[ndo] a simples ocasionalidade do encontro pelo denominador no ato de nomeação” (DICK, 1990a, p. 256), algo já destacado por Stewart (1958, p. 4-5). No nosso *corpus*, essa premissa tende a se fazer verossímil pelos dados do Quadro 23, tal qual Dick (1990a) esclarece: “Difícilmente um nome dessa categoria estaria desvinculado da existência real da espécie, na localidade” (DICK, 1990a, p. 256).

Importa, ainda, destacar que os nomes de ordem animal não se restringem àqueles descritos no Quadro 23, uma vez que, como já debatido na seção 3.2.1, a taxonomia de Dick (1990a, 1990b) não se configura satisfatória para o tratamento de topônimos de estrutura composta. Um bom exemplo desse argumento, como mencionamos, é o topônimo da capital sergipana, *Aracaju*. De origem tupi, composto por duas lexias justapostas – *ará* (arara) e *cayu* (caju) –, sua decomposição remete a elementos de índoles animal e vegetal, ao passo que a taxonomia adotada permite a eleição de apenas um dos aspectos para fins de classificação. Assim, animais compõem a estrutura de topônimos de outras taxonomias, como *Poço dos Bois*, *Bravo Urubu*, *Lagoa do Porco*, *Mundeú da Onça* e *Curral dos Bois*, permitindo igualmente a descrição da fauna sergipana.

Ilustramos, por meio da Figura 10 a seguir, as ocorrências de zootopônimos do *corpus*. Atestamos, assim, que os dados do *corpus* coadunam com os argumentos expostos na literatura da área, sendo possível, guardadas as proporções, demarcar um esboço do complexo zoológico sergipano por meio de sua nomenclatura geográfica. O cotejo dos Quadros 12 e 23 também confirma os argumentos de Backheuser (1950, p. 172) e de Dick (1990a, p. 255-285), para quem os topônimos de origem vegetal são quase sempre em maior número que os de origem animal, o que foi ratificado por nossos dados. A seguir, destacamos os poliotopônimos inscritos no *corpus* da tese.

Figura 10 – Distribuição espacial dos zootopônimos do *corpus*



Planejamento cartográfico e edição das cartas: Everton Clemente Santos.  
Análise linguística e categorização toponímica: Cezar Alexandre Neri Santos.  
Fonte: Adaptado de IBGE (2014); SEPLAG (2007).

### 5.2.11 Poliotopônimos

A taxonomia dos poliotopônimos abrange, quase exclusivamente, acidentes humanos, por se referirem a “vocábulos como vila, aldeia, cidade, povoação, arraial” (DICK, 1990b, p. 33), sendo incomum entre acidentes físicos. O radical *polios* (muito, em grego) demarca que, além do elemento geográfico, há também um item de natureza semântica geoadministrativa no elemento específico, com a função de caracterizar o agrupamento humano em questão. Assim, os poliotopônimos se caracterizam por terem estrutura morfológica composta e sua principal carga semântica em um item lexical diverso daquele que permite a classificação do topônimo nessa taxonomia, fato pelo qual se compreende que a proposta de classificação de Dick (1990b) é lacunar nesse quesito. Descrevemos, no Quadro 24, os poliotopônimos do *corpus*, destacando e definindo o item lexical que justificou tal classificação.

Quadro 24 – Poliotopônimos do *corpus*, com respectivo item poliotoponímico

N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ITEM POLIOTOPONÍMICO
1	Colônia Cristinápolis	Povoado	Cristinápolis	<b>Colônia</b> Aglomerado disperso de habitações de camponeses, 1 em geral, afastado de áreas com características urbanas (IBGE, 2010b, p. 16).
2	Colônia Entre-Rios	Povoado	Estância	
3	Colônia Estancinha	Povoado	Estância	
4	Colônia Retiro	Povoado	Indiaroba	
5	Colônia São Paulo	Povoado	Areia Branca	
6	Colônia Sergipe	Povoado	Indiaroba	
7	Colônia Sucupira	Povoado	Araúá	
8	Colônia Treze	Povoado	Lagarto	
9	Colônia Vertente	Povoado	Estância	
10	Complexo Jardim	AUI	Nossa Senhora do Socorro	<b>Complexo</b> “Complexo habitacional”
11	Complexo Taiçoca	AUI	Nossa Senhora do Socorro	
12	Condomínio Beira Rio	Lugarejo	Canindé de São Francisco	<b>Condomínio</b> Conjunto de unidades habitacionais que ocupam um mesmo espaço delimitado e se regula por uma convenção aprovada em assembleia dos proprietários. (AULETE, 2018; IBGE, 2011b, p. 28).
13	Condomínio Praia do Porto	Lugarejo	Barra dos Coqueiros	
14	Conjunto Albano Franco	Lugarejo	Estância	<b>Conjunto</b> “habitação social ou habitação de interesse social é um tipo de habitação destinado à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia através dos mecanismos normais do mercado imobiliário”.

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (201-, 2015, 2010), Aulete (2018).

Os dados do Quadro 24 que seguem permitem compreender que há uma denominação sistemática nas estruturas poliotoponímicas e essas podem estar associadas a ocupações

territoriais igualmente não espontâneas<sup>88</sup>. Identificamos quatro itens que abrangem a associação de 14 nomes de localidades sergipanas à taxionomia, a saber: *colônia*, com nove ocorrências; *complexo* e *condomínio*, que ocorrem duas vezes cada; e *conjunto*, com apenas uma ocorrência, todas seguidas por uma base nominal<sup>89</sup>.

Em três dos nove topônimos formados por *colônia*, identificamos a estrutura denominativa [Colônia N], sendo N um nome pré-existente na toponímia sergipana: povoado *Colônia Estancinha*, no município de Estância; povoado *Colônia Cristinápolis*, no município de Cristinápolis; o povoado *Colônia Sergipe*, em Indiaroba. Quanto à *Colônia Treze*, a versão de causa denominativa mais disseminada é a de o numeral remete a uma quilometragem, tendo recebido “[...] este nome em virtude de estar centralizada em local distando 13 quilômetros de Lagarto e mesma distância do posto fiscal de Salgado” (SOUZA, 2015, p. 7). Noutra versão, esses 13 quilômetros são referentes à distância entre a cidade de Lagarto e a entrada da Colônia Treze, conhecida como povoado Poção<sup>90</sup>.

Os dois topônimos de estrutura [Complexo N] – *Complexo Jardim* e *Complexo Taiçoca* – referem-se a aglomerados urbanos isolados (AUI). Os lugarejos *Condomínio Beira Rio* e *Condomínio Praia do Porto* constituem áreas inicialmente de caráter privado, tanto pela acepção de condomínio quanto pela denominação, sendo mais um indício de que essa taxa, em Sergipe, abrange processos denominativos intervencionistas<sup>91</sup>.

Considerando que localidades denominadas com itens como *colônias*, *complexos*, *condomínios* e *conjuntos* configuram ocupações e padrões denominativos não espontâneos, nesta taxa, especialmente, assinalamos a importância de análise semântica da estrutura

---

<sup>88</sup> Justificamos que o número de topônimos classificados nessa taxonomia poderia ser maior, caso tivéssemos considerado os nomes dos 30 projetos de assentamentos do *corpus* nesse grupo tal qual dispostos no CBLIS (IBGE, 201-). Nessa fonte primária, os nomes oficiais de projetos de assentamento apresentam a configuração: [Agrovilha do Projeto de Assentamento + topônimo]. Decidimos por não os classificar como poliotopônimos por entendermos que se perderia a substância semântica do elemento específico. Por exemplo, em Projeto de Assentamento Agrovilha do PA Dorcelina Folador, julgamos que o antropônimo em questão é o único elemento específico de fato nesse sintagma.

<sup>89</sup> O lugarejo *Conjunto Albano Franco* caracteriza-se por referenciar uma personalidade política sergipana ainda viva – o ex-governador Albano do Prado Pimentel Franco (1940-), indo de encontro à legislação brasileira, em especial à lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe, em seu Artigo 1º, que “É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta” (BRASIL, 1977), também demonstrando que não se trata de uma nomeação espontânea. A redação do artigo 1º desta lei foi alterada pela Lei nº 12.781, de 2013: “É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.”

<sup>90</sup> Informação coletada com P. M., em colóquio oral, em 15 dez. 2018.

<sup>91</sup> Sugerimos um posterior estudo acerca da formação espacial do município de Estância, justificando que, dos cinco topônimos que abrangem seu perímetro municipal, quatro são poliotopônimos.

toponímica por completo. A lacuna metodológica da proposta taxonômica de Dick (1990a, 1990b), já apontada em estudos como o de Aguilera (1999), se mostrou latente no tratamento dos poliotopônimos.

A seguir, destacaremos os ecotopônimos do *corpus*.

### 5.2.12 Ecotopônimos

Ecotopônimos são nomes de lugares que apresentam como nuclear o campo semântico habitação, abrangendo construções ou edificações de cunho civil, religioso, militar ou étnico. No Quadro 25 a seguir, apresentamos os ecotopônimos do *corpus* e definimos cada item ecotoponímico pelas acepções dispostas em dicionários gerais ou específicos.

Quadro 25 – Ecotopônimos do *corpus* e definições

N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	ITEM ECOTOPONÍMICO
1	Agrovila	Povoado	Itabaiana	<b>Agrovila</b> “Núcleo populacional construído para abrigar pessoal alocado em projetos de construções rurais ou assentamentos relacionados a projetos agrícolas.” (IBGE, 2015a, p. 12).
2	Agrovila	Povoado	Tobias Barreto	
3	Aldeia	Povoado	Santo Amaro das Brotas	<b>Aldeia</b> No Brasil, equivale a aldeia indígena. → <b>Aldeia indígena</b> “Reunião de quatro ou mais edificações indígenas, chamadas ocas, nas quais vivem várias famílias (ascendentes e descendentes), habitada por 300 a 400 nativos. Construída sempre próxima de rios e da mata, com uma área no centro.” (IBGE, 2015a, p. 12).
4	Casa Caiada	Povoado	Araújo	<b>Casa</b> “sf. 1. Construção, ger. com um ou poucos andares, com forma e tamanho diversos, destinada a habitação; moradia; residência; vivenda 2. Local onde se vive; lar. (AULETE, 2018). <b>Caiada</b> “pintadas com cal”.
5	Convento	Povoado	Indiaroba	<b>Convento</b> “sm. 1. Edificação em que habita uma comunidade religiosa 4. Fig. Qualquer morada ou lugar em que as pessoas levem uma vida mais regrada e com várias restrições de comportamento” (AULETE, 2018).
6	Forte	Povoado	Cumbe	<b>Forte</b> “sm. 28. Construção fortificada para defender cidade, região etc.; bastião; cidadela; fortaleza; fortificação.” (AULETE, 2018).
7	Mucambo	Povoado	Aquidabã	<b>Mocambo</b> “sm. 1. N.E. Habitação precária, miserável; barraco; casebre; tapera 2. N.E. Grande número de habitações dessa natureza agrupadas em um local 3. Bras. Cabana que os vigias de lavoura ou de rebanho erguem para abrigarem-se 4. Bras. Choça que escravos fugidos construam nas matas; quilombo 5. N. N.E. Grande moita onde a rês se esconde” (AULETE, 2018).
8	Mucambo	Povoado	Porto da Folha	
9	Mocambo	Povoado	Frei Paulo	
10	Sobrado	Povoado	Itabaiana	<b>Sobrado</b> “sm. 1. Andar de cima de uma casa de dois andares 2. Bras. Ang. Cver. Casa de dois ou mais pavimentos 3. Bras. BA Casa-grande, casa do senhor-de-engenho” (AULETE, 2018).
11	Tapera	Povoado	Itaporanga d’Ajuda	<b>Tapera</b> “sf.1. Bras. Habitação abandonada 2. Lugar feio, desolado, destruído. 3. Fazenda abandonada, coberta de mato, em ruínas.” (AULETE, 2018).
12	Tapera	Povoado	Neópolis	
13	Tapera da Serra	Povoado	Campo do Brito	

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (201-, 2015, 2010), Aulete (2018).

Os 13 ecotopônimos listados no Quadro 25 apresentam sete lexias referentes ao campo semântico *habitação*. No *corpus*, identificamos que, na ecotoponímia sergipana, estão presentes habitações dos três elementos étnicos formadores do povo brasileiro: o indígena, o europeu e o africano, a saber:

- habitações de origem indígena: *tapera*<sup>92</sup>, *aldeia*;
- habitação de origem africana: *mocambo*;
- habitação de origem europeia: *casa caiada*, *convento*, *forte*.

A presença do índio em Sergipe está demarcada nos povoados *Aldeia*, em Santo Amaro das Brotas, *Tapera* (duas vezes), em Itaporanga d’Ajuda e em Neópolis, e *Tapera da Serra*, na região serrana de Campo do Brito. Há ainda uma quarta ocorrência da lexia *tapera* no *corpus*: na Agrovila Projeto de Assentamento *Che Guevara - Tapera do Nico*, em Lagarto, classificada como um antropotopônimo<sup>93</sup>.

O registro de habitações de origem africana é relevante, principalmente, pois a acepção de *mocambo* (~ *mucambo*) – refúgio, geralmente em mata, de escravo(s) foragido(s); quilombo – seu significado etimológico, em banto, é esconderijo (CASTRO, 2005b) – permite refletir onde e em que contexto se dava a presença negra nessas localidades. Esses topônimos *Mocambo/Mucambo*, de estrutura morfológica simples, confirmam a compreensão acerca da função identificadora dos signos toponímicos destacada por Prudente e Abbade (2016), para quem essas nomenclaturas tendem a

diferenciar e especificar o lugar nomeado, também facilita[ndo] a sua localização. [...] Assim, ao buscarem refúgio em zonas cuja geografia não permitisse que fossem encontrados, os fugitivos, certamente, não tinham nenhum interesse em nomear seus ‘mocambos’ (PRUDENTE; ABBADE, 2016, p. 55).

O *modus vivendi* europeu se faz visível especialmente no topônimo *Casa Caiada*, que destaca a pintura em cal da localidade. Além desses, identificamos duas instituições basilares na formação do Estado sergipano, e brasileiro em geral: a Igreja Católica e o Exército, haja vista o *convento* designar uma edificação religiosa<sup>94</sup> e o *forte* uma edificação de cunho militar

---

<sup>92</sup> Além dos exemplos descritos no Quadro 25, o *corpus* destaca excepcionalmente o topônimo paralelo *Tapera do Nico* para o projeto de assentamento *Che Guevara* (IBGE, 201-), classificado como antropotopônimo.

<sup>93</sup> Mesmo fazendo parte do topônimo oficial registrado no *corpus*, fontes orais esclarecem que a menção ao topônimo da agrovila em questão não se faz por *Tapera do Nico*, mas simplesmente por *Che Guevara*, ou *Che* (R. P., 22 set. 2018).

<sup>94</sup> Cremos como possível a classificação do povoado *Convento* também como um hierotopônimo – lugar de culto de uma ordem católica –, considerando que classificamos o topônimo *Capela* desta maneira.



para a defesa de território. Assim, percebemos a variedade lexical quanto ao campo semântico habitação, ao registrar as múltiplas ocupações e influências socioespaciais, a exemplo das lexias *agrovila*, *tapera* e *mocambo*, que remetem a zonas rurais.

A seguir, debateremos os exemplos de corotopônimos do *corpus*.

### 5.2.13 Corotopônimos

Corotopônimos (do grego *khōros*, lugar) abrangem nomes de localidades que remetem à nomenclatura de outras cidades, países, regiões e continentes (DICK, 1990b, p. 33). Sua ocorrência se apresenta bem mais produtiva na microtoponímia urbana – ruas, avenidas e praças – do que na toponímia de zona rural. Em grupos migratórios, advém de um caráter saudosista de seus membros, por vezes iniciados pela lexia *novo/nova*<sup>95</sup> (DICK, 1990b, p. 203ss); em núcleos de povoamento recentes, podem projetar sentido(s) conotativo(s) por meio do topônimo. O Quadro 26 destaca os exemplos de corotopônimos do *corpus*, permitindo entendermos quais localidades e como esses nomes se apresentam nos mapas sergipanos.

Quadro 26 – Corotopônimos do *corpus* e seus respectivos referentes

N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO	REFERENTE COROTOPONÍMICO
1	<b>Brasília</b>	Povoado	Lagarto	<i>Brasília</i> , capital da República Federativa do Brasil
2	<b>Cuiabá</b>	Projeto de Assentamento	Canindé de São Francisco	<i>Cuiabá</i> , capital do estado brasileiro Mato Grosso
3	<b>Niterói</b>	Povoado	Porto da Folha	<i>Niterói</i> , cidade vizinha à capital fluminense, a cidade do Rio de Janeiro
4	<b>Iraque</b>	Lugarejo	Campo do Brito	<i>Iraque</i> , país do Oriente Médio, cuja capital é Bagdá.
5	<b>Itabaianinha</b>	Cidade	Itabaianinha	<i>Itabaiana</i> , cidade do Agreste Sergipano, de onde migraram os primeiros moradores de Itabaianinha.
6	<b>Palestina</b>	Povoado	Gararu	<i>Palestina</i> , um Estado de jure que reivindica soberania sobre os territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, em luta histórica com o estado de Israel pelo território em torno da cidade de Jerusalém.
7	<b>Roma</b>	Povoado	Tobias Barreto	<i>Roma</i> , capital da Itália e cidade-sede do Estado-Nação do Vaticano.
8	<b>Siririzinho</b>	Povoado	Siriri	<i>Siriri</i> , nome de cidade sergipana e de importante rio que banha o estado.
9	<b>Siririzinho</b>	Povoado	Rosário do Catete	
10	<b>Tomar do Geru</b>	Cidade	Tomar do Geru	<i>Tomar</i> , cidade portuguesa de origem dos jesuítas que chegaram para catequizar os nativos da etnia Kiriri da região do Geru no século XVII.

Elaboração do autor.

Fonte: Dados da pesquisa.

<sup>95</sup> Os exemplos [Novo/Nova + corotopônimo] estão classificados como cronotopônimos (subseção 5.2.15).

Os dez exemplos de *corotopônimos* descritos no Quadro 26 referem-se à ocorrência de topônimos de regiões externas como nomenclatura geográfica de localidades sergipanas. Essas regiões se caracterizam pelo amplo espectro: vão de cidades do próprio estado de Sergipe até cidades e países de outros continentes.

No âmbito internacional, temos a cidade *Tomar do Geru* referenciando a cidade portuguesa *Tomar*, por uma motivação religiosa; o povoado *Roma*, que remete à capital da Itália; o lugarejo *Iraque* e o povoado *Palestina*<sup>96</sup> referenciando dois países do Oriente Médio, na Ásia. Sob um olhar atento, essa nomenclatura pode revelar como nomes próprios, muitas vezes, sofrem uma opacidade semântica (ANTUNES; CARVALHINHOS, 2007), cuja extensão de sentido extrapola a propriedade semântica, não transparentes aos falantes contemporâneos. Hipotetizamos que em *Iraque*, a motivação toponímica possa estar associada à representação ocidental quanto a essa região, o que poderá ser confirmado por meio de pesquisa de campo. Não cremos, contudo, que tenha sido essa a causa denominativa do povoado *Palestina*, em Gararu, dada a existência da vila vizinha *São Mateus da Palestina*, que demarca a ascendência do evangelista cristão. É possível que o sintagma restritivo *Palestina* desse hagiotopônimo tenha se desprendido e formado um topônimo novo, o que apenas uma pesquisa de campo que considere a intencionalidade e a causa denominativa poderá sanar essa dúvida.

Quanto ao território nacional, o projeto de assentamento *Cuiabá* remete à capital mato-grossense e o curioso exemplo do povoado *Niterói*, região ribeirinha de Porto da Folha, que teve esse nome por ser uma localidade limítrofe da cidade alagoana Pão de Açúcar, separada dela pelo rio São Francisco, em referência às cidades fluminenses Rio de Janeiro e Niterói. Também ocorrem processos de corotoponímia dentro do próprio estado, formados pela composição do sufixo *-inh-*, como no signo *Itabaiana*, que gerou o topônimo da cidade *Itabaianinha*, e em *Siriri*, nome da cidade e do rio, que produziu *Siririzinho*, nome de povoados em duas cidades vizinhas.

Outros exemplos de localidades presentes no *corpus*, mas classificados noutras taxonomias, são *Monte Alegre de Sergipe*, cujo restritivo é bem posterior ao ato denominativo, produto de um marco legal (ver Ficha nº. 40 – Apêndice A); e o animotopônimo *Linda França*,

---

<sup>96</sup> Estipulamos como possibilidade futura investigar, nesses três últimos exemplos, se há uma relação conotativa entre as localidades denominadas e os nomes das respectivas localidades e, em se confirmando tal hipótese, resgatar qual(is) é (são) tais conotações.

que genericamente funciona como corotopônimo, ao descrever localidade facilmente referenciada.

Assim, descritos os corotopônimos presentes no *corpus*, tratamos a seguir de alguns dirrematopônimos sergipanos.

### 5.2.14 Dirrematopônimos

Dirrematopônimos são frases ou enunciados linguísticos cristalizados como signos toponímicos. Nesta taxonomia, estão alocadas locuções, parêmsias ou expressões idiomáticas, sendo algumas unidades fraseológicas dicionarizadas, enquanto outros se apresentam de complexa decifração no plano sincrônico, dada sua opacidade semântica. Relativamente produtiva no *corpus*, dispomos no Quadro 27 os dirrematopônimos.

Quadro 27 – Dirrematopônimos listados no *corpus*

N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO
1	<b>Alagamar</b>	Povoado	Pirambu
2	<b>Descoberto</b>	Povoado	Carira
3	<b>Canta Galo</b>	Povoado	Capela
4	<b>Nó Cego</b>	Lugarejo	Itaporanga d'Ajuda
5	<b>Papel de Santa Luzia</b>	Povoado	Aquidabã
6	<b>Poxica</b>	Povoado	Itabaianinha
7	<b>Pinga Fogo</b>	Povoado	General Maynard
8	<b>Saramem CJ</b>	Povoado	Brejo Grande
9	<b>Vaza Barris</b>	Projeto de Assentamento	Pinhão

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

Nos exemplos do Quadro 27, identificamos a estrutura [V N] em quatro dos nove dirrematopônimos: *Alagamar*, *Canta Galo*, *Pinga Fogo*, *Vaza Barris*, que se constituem fraseologismos<sup>97</sup> já lexematizados em língua portuguesa, com verbos na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo seguidos de um substantivo.

Na busca por significações para essas expressões e tal relação com a causa denominativa, apresentamos a dicionarização de algumas delas. Segundo o Aulete (2018),

<sup>97</sup> Entedemos *fraseologismo* como um fenômeno linguístico, comum a todas as línguas vivas, que ocorre por meio de associações sintagmáticas recorrentes, sob as quais atuam os seguintes processos: *figement* (fixação, cristalização, congelamento), com diferentes graus de polilexicalidade, congruência e idiomatidade (MEJRI, 2012).

*alagamar* pode abarcar as seguintes acepções: “1. Recanto abrigado às margens de rio ou em enseada 2. Lagoa de água salgada, especialmente a cercada por um cordão de coral 3. Escavação no fundo de mar ou rio” (AULETE, 2018). Já *vaza-barris* está dicionarizado como “Costa litorânea bordada de recifes, muito sujeita a naufrágios” ou como “Lugar onde jazem muitas riquezas; local onde se escondem tesouros” (AULETE, 2018). *Canta Galo*, um povoado do município de Capela, portanto, uma localidade da zona rural, deve remeter mesmo ao ruído de um galináceo, visto que não deve fazer menção à locução adverbial *a canta galo*, comum no Rio Grande do Sul, significando “certo modo de atar a cauda do cavalo, deixando-a muito curta e erguida” (AULETE, 2018). Já o dirrematopônimo *Pinga Fogo*, nome de um povoado no município de General Maynard, por sua vez, tem como acepções dicionarizadas: “pinga-fogo: 1. Pop. Arma de fogo manual; pistola; revólver 2. Cavalo fogoso 3. Indivíduo provocador, desordeiro, valentão 4. Que diz respeito a esse tipo de indivíduo.” (AULETE, 2018).

Já o topônimo *Nó Cego* denota um “nó apertado, difícil de desatar” (AULETE, 2018). Contudo, deve ter sido sua causa denominativa relacionada à acepção conotativa aquela a motivar a denominação figurativamente esse lugarejo em Itaporanga d’Ajuda: “indivíduo de má índole, malicioso, espertalhão, trapaceiro” (DICIO, 2018).

Os três dirrematopônimos seguintes sofreram algum tipo de alteração morfofonológica ou semântica, o que pode requerer incursões futuras à pesquisa de campo em busca de uma clarificação do sentido desses signos toponímicos.

O primeiro deles é o nome do povoado *Papel de Santa Luzia*, em Aquidabã. Não vinculamos esse nome à classe dos ergotopônimos pelo entendimento de que deve se tratar de uma expressão idiomática da língua portuguesa, não uma referência ao material em forma de folha geralmente fina e flexível, usado para escrever ou embalar, sendo mais provável uma relação semântica com a acepção “Obrigação legal, moral ou profissional que alguém precisa desempenhar: Ex.: *O papel do professor é ensinar.*” (AULETE, 2018).

Por meio de contato telefônico junto a moradores do município, descobrimos que além de *Papel de Santa Luzia*, há outros dois nomes de povoados de Aquidabã que não constam no *corpus* de nossa tese com a mesma estrutura: *Papel de Santo Antônio* e *Papel dos Dias*, sendo *Papel de Santa Luzia* o maior e mais antigo dos três povoados. Não conseguimos descortinar

a motivação do referido sintagma toponímico [*Papel de + hagiônimo ou antropônimo*] junto a nativos da localidade<sup>98</sup>.

Outro topônimo do *corpus* cuja motivação está obscura sincronicamente é o do povoado *Saramem*, em Brejo Grande. Trata-se de um curso d'água da região que passou a denominar, por translação, o povoado circundante. Na falta de indícios documentais, tomamos essa expressão fixa como um dirrematopônimo, colocando aí o objetivo de dirimir tais lacunas sobre a causa denominativa e o étimo do signo toponímico<sup>99</sup>.

O dirrematopônimo *Poxica*, nome de um povoado do município de Itabaianinha, não se apresenta dicionarizado, provavelmente por se constituir de uma reanálise linguística. Justamente por isso, a coleta da motivação semântica – e da causa denominativa – só se faz possível por meio de pesquisa de campo. Na referida comunidade, a seguinte causa denominativa é disseminada, o que poderia explicar a semântica do topônimo: uma alteração morfofonológica de uma locução adverbial de lugar (*Por Xica > Poxica*). Assim, seria um topônimo em língua portuguesa, produto de uma apócope na expressão *Por Xica*, sendo *Xica* um hipocorístico de Francisca, uma moradora da região. Infelizmente, não temos mais dados acerca deste referente toponímico<sup>100</sup>.

Por fim, destacamos que os dirrematopônimos, em comparação aos demais topônimos do *corpus*, se apresentaram morfossemanticamente peculiares, tanto quanto à configuração [V N] quanto por constituírem unidades fraseológicas, com estrutura morfossemântica fixa. A seguir, considerando a baixa produtividade das demais taxonomias no *corpus*, tratamo-los em uma única subseção (5.2.15), mas valendo-nos do mesmo esquema descritivo-analítico usado até então.

---

<sup>98</sup> No caso desse topônimo, especificamente, a senhora Edina, 60 anos, moradora da localidade desde seus 14 anos, relatou que o local, conhecido como *Velho Félix* até a primeira metade do século XX, tem como causa denominativa a devoção do Sr. Francisco Veríssimo Cardoso, que construiu uma pequena capela com orago de Santa Luzia nos anos 1930.

<sup>99</sup> Segundo um colóquio informal junto a uma nativa da localidade, o topônimo remeteria a um senhor conhecido na região como *curandeiro*, esclarecendo que “ninguém sabe dizer o nome dele, não. Só conhecia ele como curandeiro, que as pessoas iam lá rezar e diziam que estavam saradas. Aí quando saía, que agradecia, ele sempre falava Amém. Aí por isso ele mesmo foi quem botou o rio de Saramem”. Seguindo essa lógica, o topônimo, por crase, teria sido assim constituído: *Sara Amém > Saramem*. Contudo, não podemos atestar tal depoimento, tomando como possível a motivação semântica, mas como incerta ou improvável a causa denominativa, como recomenda Viaro (2011).

<sup>100</sup> Transcrevemos literalmente o depoimento oral de um morador local: “– Havia uma senhora chamada Xica, conhecida por fazer cocadas. Ela morava no início do povoado e passando pela frente de sua casa, era caminho para a cidade, Itabaianinha. As pessoas que vinham do povoado Pedra de Légua se comunicavam que iriam para a cidade ‘por Xica’. Assim, quem vinha de Tobias Barreto, quando buscava informação para chegar até a cidade de Itabaianinha, os moradores do povoado diziam: ‘Vai pô Xica’, indicando o caminho.” (Informação obtida em entrevista junto a T. S. G., em 27 nov. 2018, memorialista do município de Itabaianinha).

### 5.2.15 Demais taxonomias

Analizamos, nas subseções anteriores, as taxonomias mais produtivas. Nesta última subseção, tomamos, da proposta de Dick (1990b), aquelas taxonomias toponímicas com oito ou menos ocorrências no *corpus*. São, ao total, nove taxonomias, listadas no Quadro 28 a seguir, com exemplos de historiotopônimos, hodotopônimos, axiotopônimos, somatotopônimos, cronotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, cardinotopônimos e etnotopônimos. Descrevemos a motivação semântica de cada nomenclatura, os valores absolutos por taxonomia, bem como o respectivo elemento genérico e o município ao qual o topônimo está subordinado. No Quadro 28, descrevemos os 29 topônimos restantes, distribuídos por sua taxonomia.

Quadro 28 – Taxonomias com menos de dez ocorrências no *corpus*, com exemplos

TAXONOMIA	QTDE	DESCRIÇÃO	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO
Historiotopônimos	6	Datas e fatos históricos	8 de Março	Projeto de Assentamento	Itaporanga d'Ajuda
			8 de Outubro	Projeto de Assentamento	Simão Dias
			22 de Novembro	Projeto de Assentamento	Lagarto
			Aquidabã	Cidade	Aquidabã
			Mártires d'Eldorado	Projeto de Assentamento	Lagarto
			Riachuelo	Cidade	Riachuelo
Hodotopônimos	5	Vias de comunicação urbana ou rural	Encruzilhada	Povoado	Japarutuba
			Ladeiras	Povoado	Japoatã
			Ladeiras A	Projeto de Assentamento	Japoatã
			Rua da Palha	Povoado	Santa Luzia do Itanhy
			Pirunga-Rua do Ponto	Povoado	Capela
Axiotopônimos	4	Personalidades e Instituições	Capitão	Povoado	Tobias Barreto
			Frei Paulo	Cidade	Frei Paulo
			General Maynard	Cidade	General Maynard
			Padre Cícero	Projeto de Assentamento	Porto da Folha
Cronotopônimos	4	Indicador cronológico	Neópolis	Cidade	Neópolis
			Nova Brasília	Povoado	Tobias Barreto
			Nova Canadá	Projeto de Assentamento	Poço Redondo
			Novo Marimbondo	Lugarejo	Telha
Somatotopônimos	4	Metáforas para partes do corpo humano ou animal	Barriga	Povoado	Tobias Barreto
			Cabeça Dantas	Povoado	Boquim
			Cabeça do Russo	Povoado	Itabaiana
			Boquim	Cidade	Boquim
Cardinotopônimos	3	Posições geográficas em geral	Central	Núcleo	Riachuelo
			Borda da Mata	Povoado	Nossa Senhora das Dores

TAXONOMIA	QTDE	DESCRIÇÃO	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	MUNICÍPIO
			<b>Borda da Mata</b>	Projeto de Assentamento	Canhoba
<b>Cromotopônimos</b>	1	Escala cromática	<b>Vermelho</b>	Povoado	Itabaianinha
<b>Dimensiotopônimo</b>	1	Dimensão do objeto ou do acidente	<b>Açuzinho</b>	Povoado	Lagarto
<b>Etnotopônimo</b>	1	Apagamento etnicorracial	<b>Xocó da Ilha de São Pedro</b>	Aldeia Indígena	Porto da Folha
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>				

Elaboração do autor.

Fonte: Adaptado de IBGE (2014).

Esse quadro valida o modelo taxonômico de Dick (1990a, 1990b), exposto no Quadro 7 (ver seção 3.2.1), como útil para a classificação de *corpora* toponímicos no país, visto que foram poucas as taxonomias sem ocorrência no *corpus*.

Do material disposto no Quadro 28, há seis historiopotônimos no *corpus*, sendo três com estrutura morfológica idiossincrática, indicando uma data [Num Prep N (mês)] – *8 de Março*, *8 de Outubro* e *22 de Novembro*. Quanto às datas, *8 de Março* remete ao Dia Internacional das Mulheres, provavelmente indicando uma participação feminina na escolha do nome do referido assentamento rural; *8 de Outubro* referencia o Dia do Nordeste (CALENDÁRIO, 2018; TERRA, 2018), como símbolo de luta e de memória coletiva do Nordeste brasileiro; já *22 de Novembro* destaca a data de ocupação da respectiva agrovila<sup>101</sup>.

Quatro desses são nomenclaturas de projetos de assentamentos rurais, constituindo-se nomes planejados, que surgem após uma sistematização territorial do espaço após conquistas e lutas pela terra. Podem ser tomados em sua particularidade, no âmbito da toponímia, pela usual referência a alguma personalidade ou fato histórico que representa o (grupo) denominador. Isso pode ser identificado em topônimos como *Mártires d’Eldorado*, nome de um projeto de assentamento rural que denota a relação entre a causa denominativa e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST). Este remete ao massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás-Pará, em 17 de abril de 1996, quando 21 trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados pela Polícia Militar do Pará (MST, 2014).

Assim, não apenas agrovilas, mas também ruas, escolas, acampamentos apresentam “[...] nomes que remetem às lutas históricas ou personagens dessas lutas, incluindo lutadores e ‘mártires’ do próprio movimento [dos trabalhadores sem-terra]” (VARGAS NETTO, 2007,

<sup>101</sup> Informação coletada junto ao então Diretor Estadual do MST-SE, sr. Ronaldo Pereira, em 19 dez. 2018.

p. 128). No *corpus* sergipano, esse caráter anamnésico se materializa em antropônimos como *Che Guevara* e *Dorcelina Folador*; em datas, como *22 de Novembro*; e em fatos históricos brasileiros e latino-americanos, como *Mártires d'Eldorado*, memorializadas por sujeitos vinculados a organizações camponesas, como MST, INDEP, CUT, FERAESP, MAST ou mesmo grupos independentes, como assinala Vargas Netto (2007, p. 128-144).

Assim, cientes de que o número de assentamentos rurais em Sergipe ao fim da década 2010 é bastante superior aos apenas trinta listados no CBLIS (IBGE, 201-), apresenta-se lacunar uma descrição verticalizada desses espaços de memória. Nessa “toponímia rebelde”, como intitula Vargas Netto (2007, p. 130), encontramos batismos de locais não apenas com nomenclaturas de sujeitos diretamente ligados a esses movimentos, mas também intelectuais e educadores, militantes e líderes sociais, religiosos e agentes pastorais, nomes de santos ou de religiosidade popular, músicos e artistas, por meio de frases e mensagens de esperança e confiança no sucesso da luta, além de personagens históricos mais conhecidos do público em geral que representam, em algum nível, os princípios e as missões desses grupos (VARGAS NETTO, 2007, p. 128-144).

Os topônimos *Riachuelo* e *Aquidabã* também remetem a um mesmo episódio bélico. Não se trata, contudo, de uma luta de subalternos ou excluídos, mas da Guerra do Paraguai (1865-1870), com “vitória” do lado brasileiro, da qual a Batalha de Riachuelo fez parte, ocorrida em 11 de junho de 1865. São exemplos de memorialização dos vencedores, como argumenta Benjamin (1987). Essas homenagens ocorreram logo nos anos seguintes à essa guerra, como pode ser conferido na Resolução Provincial nº 964, de 31 de março de 1874, documento que elevou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Riachuelo à categoria de Vila (SEPLAG, 2014, p. 421; IBGE, 1958). O topônimo *Aquidabã*, aliás, foi transplantado para diversas localidades brasileiras (CHIARADIA, 2008, p. 60) por causa histórica, não etnolinguística, após a vitória brasileira na Guerra do Paraguai em 1860 (*vide* ficha lexicográfico-toponímica nº 2 - Apêndice A). O incerto significado etimológico disseminado é ‘terras entre rios, lagoas, ilhas’, ‘terras férteis e aguadas’ (IBGE, 2018).

Os *hodotopônimos* são nomes de lugares referentes semanticamente a vias de comunicação urbana ou rural. Costumam identificar elementos antrópicos, rareando quando descritas nomenclaturas de acidentes físicos. Há cinco exemplos no *corpus*, sendo que desses a *lexia ladeira* está presente no Povoado *Ladeiras* e na Agrovila Projeto de Assentamento *Ladeiras A* – ambos no município de Japoatã, o que permite relacionar essas localidades – certamente a nomeação do projeto de assentamento ocorre em sua forma diminutiva por estar circunscrita ao primeiro elemento geográfico. Os outros exemplos são os povoados



*Encruzilhada e Pirunga-Rua da Palha*, que, como esclarecido anteriormente, assinalamos a lexia *rua* como mote de classificação.

Os *axiotopônimos* são nomes de lugares que denotam cargos ou títulos, com ou sem o expediente de identificar um antropônimo. São exemplos disso nomes de duas cidades sergipanas – *Frei Paulo* e *General Maynard* – e os nomes do projeto de assentamento *Padre Cícero* e do povoado *Capittoa*. Assim, os quatro exemplos inscrevem dois títulos eclesiásticos – *padre* e *frei* – e duas patentes militares – *general* e *capittoa* nos mapas sergipanos, o que segue os dados toponímicos nacionais (DICK, 1990a) e demarca o papel dessas instituições na História do Brasil e de Sergipe. Atentamos para a lexia *capittoa*, feminino de capitão, em sua forma simples, como o único dos axiotopônimos que não acompanha um antropônimo, fato menos comum nos *corpora* toponímicos nacionais (DICK, 1990a). Neste *corpus*, os axiotopônimos foram em menor número que os de antropotopônimos, o que, em diversos exemplos de toponímia urbana, pode ser refutado.

Os *somatotopônimos* são nomes que semanticamente indicam partes do corpo humano ou de um animal. São quatro os exemplos no *corpus*: *Cabeça Dantas*, *Cabeça do Russo*, *Boquim* e *Barriga*. O primeiro dos exemplos tem estrutura morfológica incomum [Cabeça NP], podendo ser produto da ausência de preposição, possivelmente sincopada à sílaba inicial do antropônimo – *Cabeça do Dantas* > *Cabeça Dantas*. Já o topônimo *Boquim* apresenta uma opacidade semântica na sincronia atual, devido à apócope *boquinha* (> *Boquim*), sendo a denominação remanescente de *Buquinha da Mata*, nome anterior da localidade. *Barriga* poderia também remeter a uma pessoa, a um animal ou remeter a uma relação metafórica/metonímica a algum elemento geográfico da localidade, o que só poderia ser revelado por pesquisa de campo.

São três os *cardinotopônimos* do *corpus*: *Borda da Mata*, com duas ocorrências, e *Central*. Os primeiros remetem a uma posição geográfica periférica – *borda* designa “extremidade de uma superfície; beira, margem, orla, fímbria; 2. Margem, praia” (FERREIRA, 2018); o segundo, a uma posição nuclear (central). A estrutura preposicionada [N *da mata*] se configura produtiva na toponímia nacional (DICK, 1990a, p. 175). As referências cardinais se apresentam até em maior número como sintagmas restritivos, destacando a posição geográfica de uma localidade, atribuída de modo não espontâneo, geralmente em referência a outro acidente geográfico. É o caso dos povoados *Gado Bravo* (popularmente conhecido como *Gado Bravo Norte*) e *Gado Bravo do Sul*, ambas localidades do município de Nossa Senhora das Dores. Além desses, há feições geográficas em *São Bento de Cima* e *São Bento de Baixo*, em *Mariquita de Cima* e em *Fazendinha de Cima*.

Os *cronotopônimos* são marcados pelo adjetivo *novo* ou seus derivados<sup>102</sup>, o que parece indicar, nesses casos, recentes processos de territorialização, como caso do lugarejo *Novo Marimbondo*, ou a transposição de nomes de outras localidades para o território sergipano, tal qual *Nova Brasília*. A lexia *Canadá*, como nomenclatura de um projeto de assentamento em Porto da Folha, permite uma dupla interpretação, dada sua homonímia, dúvida a ser dirimida por pesquisa de campo: se se trata de uma associação ao país da América do Norte ou à “variedade de videira americana de pequenas folhas” (AULETE, 2018, verbete original). Por fim, destacamos um cronotopônimo de estrutura *sui generis* é *Neópolis* (do grego *neo*, novo + *polis*, cidade), um topônimo municipal gerado pela tradução literal de *Vila Nova*, em 1940, cuja denominação pretérita advém do período colonial, em 1698 (NUNES, 1989).

O único etnotopônimo do *corpus* referencia o nome da etnia indígena alocada em Sergipe, os xocó, em *Xocó da Ilha de São Pedro*, nomenclatura oficial da localidade, até para diferenciá-los da aldeia indígena Kariri-Xocó, localizada em Penedo-Alagoas.

O único *cromotopônimo* do *corpus* foi o povoado *Vermelho*, em Itabaianinha. Sem um nome correspondente à qualificação cromática, estamos impossibilitados de determinar o referente toponímico sem uma pesquisa de campo acurada.

O topônimo *Açuzinho* constitui o único *dimensiotopônimo* do *corpus*, assim classificado por estabelecer semanticamente a dimensão do acidente nomeado pela lexia *açu* (grande, em tupi). Também grafado *assu* em alguns topônimos, o item *açu* tem considerável produtividade nos mapas brasileiros, quase sempre em posição posposta, como em *Paraguassu* ou *Iguaçu*, ambos ‘rio grande’. No topônimo *Açuzinho* em questão, *açu* funciona, entretanto, como radical, justaposto a um sufixo diminutivo português, significando literalmente ‘grandinho’. Há também a hipótese de que seja produto de uma síncope em *açudezinho* > *Açuzinho*, mas é algo a ser considerado por pesquisa de campo, inclusive em busca do suposto referencial hidrotponímico. Vale, ainda, destacar que não constitui a única lexia a demarcar amplitude/dimensão: *mirim* (pequeno, em tupi) está presente no nome de povoado *Camaçari Mirim*, em Itabaianinha.

Por fim, comprovamos que a taxonomia proposta por Dick (1990a, 1990b) contempla, mesmo com limitações, a categorização da toponímia sergipana, sendo poucas as classes,

---

<sup>102</sup> Não classificamos, entretanto, *Novo Paraíso*, *Nova Descoberta* e *Novo Horizonte* como *cronotopônimos*, mas como *animotopônimos*, pela compreensão de que estas lexias referenciam o estado anímico do (grupo) denominador para com o lugar.

daquelas 27 originalmente indicadas, que não apresentam ocorrências no *corpus*, tópico da subseção a seguir.

### 5.3 TAXONOMIAS SEM OCORRÊNCIAS E TOPÔNIMOS SEM CLASSIFICAÇÃO

Após a descrição e a análise dos topônimos que se apresentaram passíveis de classificação, registramos que poucas foram as classes do modelo taxonômico de Dick (1990b, p. 31-34) que não apresentaram ocorrências no *corpus*, listados no Quadro 29.

Quadro 29 – Taxonomias toponímicas sem ocorrências no *corpus*

NATUREZA SEMÂNTICA	TAXONOMIA	REFERÊNCIA
Física	<b>Astrotopônimo</b>	Corpos celestes em geral
	<b>Meteorotopônimo</b>	Fenômenos atmosféricos
	<b>Morfotopônimo</b>	Formas geométricas
Antropocultural	<b>Mitotopônimo</b>	Entidades mitológicas
	<b>Numerotopônimo</b>	Números cardinais

Elaboração do autor.

Fonte: Dick (1990b, p. 31-34).

No Quadro 29, listamos as cinco taxonomias toponímicas sem ocorrências no *corpus*: três classes de natureza física, astrotopônimos, meteorotopônimos e morfotopônimos; e duas classes de natureza antropocultural, mitotopônimos e numerotopônimos<sup>103</sup>, destacando a diversidade semântico-lexical dos signos linguísticos em função toponímica. Buscando respostas para essas não ocorrências, atestamos que, além do fato de já terem um quantitativo diminuto ou nulo noutros *corpora*, a influência religiosa católico-cristã, quer sistemática, quer espontânea, e uma mentalidade monoteísta podem ter inibido paradigmaticamente a seleção de signos linguísticos de natureza astronômica, meteorológica e mitológicas.

O percentual de dados sem classificação linguística e taxonômica está em um índice aceitável, haja vista nem sempre poderemos acessar significados ou decompor nomes próprios com confiabilidade, sendo signos opacos no português contemporâneo, produto de processos de mudança em diversos níveis linguísticos. Assim, em apenas três dos 464 topônimos – *Badajós*, *Caueira*, *Matata* –, o equivalente a 0,64% do *corpus*, não pudemos propor uma classificação nos parâmetros estabelecidos. Pesquisas futuras podem dirimir essas lacunas e

<sup>103</sup> O nome do projeto de assentamento *Sete Brejos*, em Indiaroba, tem como primeiro elemento um número cardinal. Contudo, pelo entendimento de que, nesse sintagma, o substantivo constitui a lexia de maior relevância, tal qual sugeriu Anjos (2012), tomamos esse topônimo como um *geomorfotopônimo* (por *quantificação*).

revelar a motivação toponímica dos signos não classificados, tanto em relação à decomposicionalidade e semântica quanto em relação à causa denominativa que os envolve: *Caueira*, por exemplo, apresenta o sufixo -eir- em sua composição; já o povoado Badajós é produto da translação toponímica do riacho Badajós, afluente direto do rio Poxim.

Assim, pelo sucesso na descrição e na análise taxonômica dos 464 nomes de localidades sergipanas que constituem o *corpus* da pesquisa, apresentamos, na seção 6 a seguir, o tratamento de aspectos formais em sincronia e em diacronia desses signos toponímicos.

## 6 ASPECOS ETNOLINGUÍSTICOS, GRAMATICAIS E LINGUÍSTICO-HISTÓRICOS DA TOPONÍMIA EM SERGIPE

Após uma seção exclusivamente dedicada ao tratamento taxonômico do *corpus*, baseado em suas motivações semânticas, consideramos, nesta última seção descritivo-analítica, aspectos outros que possam descortinar aspectos linguísticos e extralinguísticos dos signos toponímicos em Sergipe.

A seção 6.1 trata de alguns elementos concernentes ao tratamento sincrônico, sendo o primeiro a compreensão da participação e das causas dos estratos linguísticos que compõem o *corpus*. Considerando a filiação desta pesquisa a um programa de pós-graduação em Língua e Cultura, a natureza desse material linguístico requereu uma investigação de caráter etnolinguístico. Por exemplo, é sabido que pouco ou nada se conhece sobre o significado etimológico ou mesmo em qual(is) língua(s) estão topônimos como *Sergipe* e *Aracaju*. O confronto dos dados do *corpus* com os de *corpora* nacionais permite destacar se há especificidades em relação à presença de grupos etnicorraciais no território e nos processos denominativos. Também descrevemos certos aspectos gramaticais, a saber: a estrutura morfológica dos signos toponímicos; os processos de formação de gentílicos, itens lexicais quase exclusivamente derivados de topônimos; e, pelo cotejo junto à nomenclatura de cursos d'água no Estado, a verificação de casos de translação toponímica.

Na subseção 6.2, pela impossibilidade de coletar o histórico toponímico de todas as 464 localidades tão-somente por pesquisas documentais e bibliográficas, tomamos como corpo descritivo-analítico de dados diacrônicos referentes às nomenclaturas das 75 cidades sergipanas, catalogados no campo *Histórico* das Fichas lexicográfico-toponímicas do Apêndice A desta tese. Isso permitiu assinalar generalidades e especificidades nos processos de mudança da toponímia em Sergipe, considerando aspectos linguísticos e linguístico-históricos.

## 6.1 A TOPONÍMIA SERGIPANA EM SINCRONIA: ASPECTOS ETNOLINGUÍSTICOS E GRAMÁTICAIS

### 6.1.1 Línguas e etnias envoltas à toponímia sergipana

Quando nos deparamos com um nome de lugar semanticamente opaco, tendemos a buscar respostas sobre qual a língua do referido nome e qual seu significado. Isso se dá pois o signo toponímico, não raro, analogamente relacionado a um fóssil, pode configurar uma testemunha do passado (DICK, 1990b, p. 20). Leite de Vasconcellos (1960), por exemplo, se valeu da metáfora *sentinelas do passado* para designar os nomes de lugar para destacar o caráter conservador do léxico toponímico. Sobre este aspecto, Carvalhinhos (2011) assinala que,

Uma vez estabelecido um topônimo como tal, pelo grupo, e não sendo substituído por outro (como ocorre, freqüentemente, nas grandes capitais brasileiras), ele mantém íntegros todos seus elementos constitutivos enquanto signo de língua, inclusive seu significado (ainda que este se possa esvaziar), tornando o topônimo um signo opaco. Aqui está exposta uma característica fundamental do léxico toponímico: é o signo linguístico que melhor se preserva dos efeitos da passagem do tempo, pois uma vez instituído pelo grupo como topônimo, não mais evolui como palavra de língua (CARVALHINHOS, 2011, p. 307).

Justamente por não evoluir como signo linguístico no plano da forma e, muitas vezes, não apresentar conteúdo semântico transparente, podem revelar evidências micro e macrolinguísticas, de acordo com Coates (2016). Enquanto fósseis, sua importância “reside no fato de os nomes próprios poderem fornecer a única evidência da existência prévia de alguma língua, ou da existência de uma língua conhecida em uma área previamente não suspeita”<sup>104</sup> e em apresentar certos elementos gramaticais e lexicais dos signos onomásticos específicos (COATES, 2016, p. 528).

A toponímia brasileira, como sabemos, constitui-se multilíngue, produto dos diversos contatos étnicos e culturais no território brasileiro promovidos desde a colonização. São

configurações que remontam, em suas origens, às várias famílias indígenas que habitaram e/ou habitam o país. [...] Nota-se, também, embora quantitativamente menor, a presença africana, do ponto de vista da nomeação. [...] Em proporções mais restritas, ocorrem de natureza estrangeira, mais recentes, frutos de uma imigração iniciada, com ânimo definitivo, a partir da segunda metade do século XX (DICK, 1990b, p. IV).

---

<sup>104</sup> “[...] resides in the fact that names may provide the only evidence for the previous existence of some language, or for the existence of a known language in a previously unsuspected area.”

Cientes de que há uma predominância da língua do colonizador no quadro toponímico nacional, bem como a resistência de elementos linguísticos provenientes de certos grupos étnicos, o toponimista deve interpretar os aspectos causais e o *status* de cada estrato linguístico, norteado pelas discussões da subseção 2.4. Os valores absolutos e percentuais referentes aos estratos linguísticos presentes no *corpus* seguem dispostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Participação dos estratos linguísticos no *corpus* toponímico sergipano, considerando a ordem dos constituintes lexicais no signo toponímico

ESTRATO(S) LINGUÍSTICO(S)	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Português	375	80,82%
Tupi	54	11,64%
Híbrido (Tupi + Português ou Português + Kariri)	19	4,09%
Híbrido (Português + Kariri ou Kariri + Português)	2	0,43%
Indígenas (outras)	1	0,22%
Banto	6	1,29%
Híbrido (Português + Banto)	1	0,22%
Espanhol	3	0,65%
Inglês	1	0,22%
Híbrido (Portuguesa + Francesa)	1	0,22%
Não classificado (N/C)	2	0,43%
<b>Total</b>	<b>464</b>	<b>100%</b>

Elaboração do autor.  
Fonte: IBGE (2014).

A Tabela 2 assinala a distribuição dos estratos linguísticos nos 464 nomes de lugares constituintes do *corpus* da tese, confirmando o multilinguismo inerente à toponímia nacional. Apresenta itens lexicais de origens portuguesa, indígena, africana, espanhola, inglesa e francesa, sendo que apenas dois nomes não puderam ser classificados por sua procedência linguística (não classificados – N/C), a saber: *Badajós* e *Matata*<sup>105</sup>.

Em 375 dos 464 (80,82%) dos nomes de núcleos de povoamento em Sergipe se apresentou exclusivamente como de procedência em língua portuguesa (ISO 639-3: *por*)<sup>106</sup>,

<sup>105</sup> Topônimos sem classificação geralmente configuram-se lexicais não dicionarizadas, cuja estrutura grafo-morfológica sofreu alterações a ponto de impossibilitar uma decomposição semântico-gramatical. Geralmente, mas não necessariamente, são exemplos de *unicidade toponímica*, ou seja, de ocorrência única no léxico toponímico nacional, sob a qual incide uma relação histórico-linguística mais profunda ou contextual, como destaca Dick (1992, p. 46).

<sup>106</sup> Apresentamos a sigla correspondente a cada língua baseado no índice ISO 639-3. O ISO 639 é uma norma técnica que instituiu códigos para os nomes de línguas, aplicada em áreas como linguística, lexicografia, terminologia e bibliografia. Valemo-nos, nesta tese, do índice ISO 639-3, instituído em 2007, um código de três

tendo, ainda, participação categórica nos topônimos de estrutura híbrida, seja como primeiro ou como segundo constituinte, ao lado de lexias de origem indígena, africana ou europeia.

A nomenclatura em línguas de substrato foi a segunda mais produtiva no *corpus*. Os topônimos de origem tupi, como esperado, são categóricos, sendo mínimas as nomenclaturas de outras famílias linguísticas, como kiriri/xocó e guarani, mesmo que esta última não tenha sido um dos grupos étnicos que territorializaram Sergipe (*vide* Quadro 3). Isso, portanto, demanda uma compreensão socio histórica sobre a questão.

Quanto à natureza semântica desses nomes de origem indígena, Santos (2012) já havia descrito esses descrevem majoritariamente elementos físicos, sendo o elemento vegetal o insumo denominativo desses grupos étnicos, o que se justifica pelo estágio instrumental dos indígenas à época do processo de colonização: “o substantivo tupi representa coisa ou pessoa materiaes [*sic*]. Poucos vocábulos tinham a língua com significações abstractas” (SAMPAIO, 1901, p. 24), argumento corroborado por Dick (2000a): “os campos de interferência indígena mais produtivos no PB [são] fitonímia, zoonímia, hidronímia, geomorfonímia, ergonímia e, em menor escala, a noonímia ou cultura espiritual” (DICK, 2000a, p. 5).

O tupi antigo, denominado tupi, língua brasílica ou língua brasileira, do subgrupo III do tronco tupi-guarani (ISO 639-3: *tpn*), é a língua indígena “onipresente” na toponímia sergipana, confirmando resultados de outras pesquisas toponímicas no Brasil (SAMPAIO, 1901; MENDONÇA, 1933; DICK, 1990b). Sabe-se que a participação da língua tupi não ocorre exclusivamente pela nomeação de grupos indígenas, mas também como nomenclatura de comunidades quilombolas – áreas territorializadas por grupos étnicos afrodescendentes – e em denominações de formação não espontânea no século XX, o que demonstra o *status* de prestígio dessa no quadro toponímico brasileiro.

Devem ser lexias de origem kariri (ISO 693-9: *kzw*), também denominada *cariri*, *dzubukuá*, *kariri xucó*, *kirirí*, *kipeá*, *tumbulalá*, *xocó*, *xokó*, *xokó-karirí*, *Xukuru-Kariri*, *Xukuru-Cariri* (CREVELS, 2007; KARIRÍ-XOCÓ, 2018), as lexiais geru, em *Tomar do Geru*, e *xocó*, no nome da aldeia indígena *Xocó da Ilha de São Pedro*. Por apresentarem pouca documentação, seja em fontes históricas, seja em registros dicionarísticos, afirmações inconstantes sobre a forma e o significado desses signos são difíceis<sup>107</sup>. *Tomar do Geru* é uma cidade ao sul do Estado onde havia uma missão de índios kariri; e *Xocó* como o nome da única

---

letras desenvolvido pela *SIL International*. Para mais informações, confirmem os *websites* do *Ethnologue* e do *Linguist List*.

<sup>107</sup> Na *Arte de Grammatica da Lingua Brazílica da Nação Kiriri*, de 1699, do padre Luiz Vincencio Mamiani (1877 [1699]), por exemplo, essas lexias não estão registradas.



aldeia indígena oficialmente remanescente no Estado, da etnia Kariri-Xocó, no Alto Sertão Sergipano. Sampaio (1901), por exemplo, assinala a origem tapuia (não tupi) da lexia *xocó*, grafada com <ch>, então:

As montanhas e as chapadas se designam em grande extensão pelo nome *Cariry*, do povo mais numeroso que outrora as possuiu. Os rios do interior, que não alcançam diretamente o mar, donde lhes podia vir a denominação tupi, prevalecente no littoral, têm nomes tapuais: *Moxotó*, *Ororobá*, *Chocó*, em Pernambuco” (SAMPAIO, 1901, p. 15, grifos do original).

A hipótese de filiação tapuia para Xocó se apresenta bastante verossímil, visto que Karirí-Xocó designa tanto o nome de uma língua quanto uma etnia. Crevels (2007) afirma que “Xokó, Karirí-Xokó, Xukuru-Kariri são todas descendentes de grupos indígenas que costumavam habitar o nordeste brasileiro. Não está claro se estes falavam 3 línguas diferentes ou apenas uma<sup>108</sup>” (CREVELS, 2007, nota 323).

A lexia *Aquidabã* também constitui um topônimo de origem indígena não tupi, mas de filiação etnolinguística mais controversa, especialmente por ser um nome transladado, que não necessariamente reflete uma identidade local, por designar, *a priori*, um acidente hidrográfico em território Paraguai (IBGE, 2018; SERGIPE, 2014), que chega à toponímia nacional após a vitória brasileira na Guerra do Paraguai (1865-1870). Em termos etnolinguísticos, não é absurda a hipótese de que se trata de um signo da família linguística guarani, com decomposição e acepção etimológica não confirmada, mas no plano da probabilidade. Na toponímia nacional, o rio Aquidauana pode ser uma dessas pistas, segundo Souza (2008, p. 57), ao citar Rivasseau (1941, p. 5), hipotetizando uma origem Kadiwéu, etnia conhecida como Guaicuru.

Como relatado na literatura da área, em relação à toponímia de origem africana, há assimetricamente uma relação entre a alta participação étnica de negros e pardos no país (IBGE, 2018) e a diminuta parcela de itens linguísticos provenientes de línguas africanas na toponímia nacional. Esses são majoritariamente da família banto (CASTRO, 2005a, 2005b) e sua participação nos mapas brasileiros se dá predominantemente pela língua quimbundo (ISO 639-3: *kmb*), ainda hoje falada em Angola. Os sete topônimos de origem linguística africana no *corpus* advêm de quatro lexias: *Mocambo* (~ *Mucambo*) – nomenclatura de três povoados no Estado –; *Marimbondo* e *Novo Marimbondo*, que denominam um povoado em Pirambu e

---

<sup>108</sup> “Xokó, Karirí-Xokó, Xukuru-Kariri are all descendants of indigenous groups that used to inhabit northeast Brazil. It is not clear whether they spoke 3 different languages or just one”.

um lugarejo em Tobias Barreto; *Cafubá*, um lugarejo em Capela; e *Cumbe*, nome de uma cidade do Médio Sertão Sergipano.

Na busca por compreender aspectos físicos e culturais sobre negros africanos em Sergipe, e no Brasil em geral, pelo estudo da toponímia, descrevemos as lexias presentes na nomenclatura geográfica sergipana que demarcam elementos causais de denominação de objetos e de lugares. Cardoso (2005) e Alves (2000), por exemplo, discutem sobre tal presença na memória social sergipana. Um topônimo apresentado nessas referências, mas que não foi registrado no *corpus* foi o povoado *Campo do Crioulo*.

O topônimo africano mais produtivo no *corpus* é *Mocambo* (~ *Mucambo*), com três ocorrências, e essas lexias estão diretamente relacionadas ao contexto escravista colonial brasileiro, ocorrido entre os séculos XVI e XIX. Assim, os topônimos de origem africana demandam uma compreensão etnolinguística e dialetológica e permitem associá-los a um grupo étnico específico, configurando espaços de ocupação de africanos e de afrodescendentes no Estado. Cardoso (2005) afirma que “a mobilidade e dispersão de mocambos eram constantes na província, talvez pelo fato de os fugitivos não só conhecerem as brenhas como também se comporem em pequenos grupos” (CARDOSO, 2005, p. 68).

Do quimbundo, a lexia *Cafubá* (formada pelo prefixo diminutivo *ka* + *fubá*) alude à coloração cinza escuro e remete a gado *vacum* (LOPES, 2012; AULETE, 2018), espécie bovina da pecuária sergipana. Já *Marimbondo*, “da família dos vespídeos e pompilídeos, sociais ou solitários e com ferrão” (AULETE, 2018), constitui outro zootopônimo, “do quimbundo *ma*, prefixo plural da quarta classe + *rimbondo*, vespa, que deu diretamente a forma popular *marimbondo*, de que *maribondo* já é uma alteração culta” (MENDONÇA, 2012 [1933], p. 152), sendo ambos empréstimos lexicais da Língua Portuguesa.

As referências, como afirmamos, apresentam-se por vezes controversas ou mesmo incorretas acerca da procedência linguística de topônimos. Viaro (2011) assinala que é comum que a documentação disponível permita mais de uma interpretação possível, de modo que devemos considerar distintos estágios em relação a um étimo, de confirmado a improvável, passando por impossível. A inconsistência na definição da origem de certos itens linguísticos se expõe até me renomadas referências. Sampaio (1901), por exemplo, equivocadamente toma *cumbe* como de origem tapuia em vez de do grupo banto:

[...] aparecem, designando os logares, os nomes bárbaros de procedência *tapuya* que nem o português nem o tupi logrou supplantar. Lêm-se então no mappa da região com a mesma frequência dos acidentes topográficos os nomes como Pambú, Patamoté, Uauá, Bendegó, *Cumbe*, Massacará, Cocorobó, Tragagó, Canché, Chorrochó, Quincuncá, Cochó, Centocé, Assuruá, Chique-chique, Jequié, Sincorá, Catulé ou Catolé, Mocugê e

outros, igualmente bárbaros e estranhos.” (SAMPAIO, 1901, p. 16, grifo nosso).

O topônimo de origem africana *Cumbe* se apresenta no território sergipano e em outros estados nordestinos demarca essa presença étnica em Sergipe. Cardoso (2005) o toma como um “caso toponímico intrigante”, assinalando a polissemia registrada nos dicionários:

O termo denota quilombo na Venezuela. Cumbe é de origem africana, *Kumbi*, que significa pastagem em umbundo (língua banta falada pelos ovimbundos em Angola). Ou ainda pode se derivar de *Nkumbi*, que quer dizer enxame de formigas aladas em quicongo (grupo de línguas bantas faladas por várias etnias também em Angola). Por sinal, Nkumbi foi nome de quilombo na Paraíba, localizado onde depois se construiu a usina Santa Rita que fabricava cachaça, donde, ainda hoje, um dos sinônimos para esta bebida no Nordeste é cumbe. A propósito, é digno de nota que três engenhos sergipanos no século XIX denominavam-se Cumbe (em Rosário), Cumbe de Cima e Cumbe de Baixo (em Itaporanga) (CARDOSO, 2005, p. 65).

Assim, a filiação da lexia *cumbe* ao grupo banto está numa escala de alta probabilidade, considerando o atestado pelas referências lexicográficas e cartográficas. Das acepções dicionarizadas, são prováveis as que remetem *Cumbe* à bebida produzida em espaços de cultivo de cana-de-açúcar ou mesmo a um grupo étnico africano (MENDONÇA, 2012 [1933], p. 166; 171); FERREIRA, 2010, p. 624, col. b; HOUAISS, VILLAR; FRANCO, 2001, p. 889, col. a; AULETE, 2018), de modo que sua classificação como sociotopônimo ou como etnotopônimo são admissíveis.

Esses exemplos demonstram o quanto certos topônimos semanticamente opacos constituem enigmas, com difícil ou controversa decomposição morfológica e significado etimológico, tal qual afirmou Viaro (2011):

[...] as soluções de étimo são múltiplas e sujeitas a revisão. A situação, perante uma profusão de étimos (quando bons e dignos de avaliação) é apresentá-los sem uma solução definitiva, da mesma forma que muitas ciências o fazem seriamente com hipóteses não excludentes (VIARO, 2011, p. 97-98).

Os demais casos presentes no *corpus* apresentam topônimos em línguas europeias modernas – inglês, espanhol e francês. Identificamos, no *corpus*, o topônimo em língua inglesa *Country Club*, ‘clube do campo’ em português. *Country* está dicionarizada e remete ao campo semântico da vida rural, como exemplo de vestuário e de música (FERREIRA, 2010); *club* foi aportuguesada (> clube) ao tesouro lexical do PB ao fim dos anos 1800. *Country Club* é nome de povoado na cidade de São Cristóvão data certamente da segunda metade do século XX, sendo essa nomenclatura transladada de um clube recreativo localizado nesse povoado, atualmente *Shekinah Country Club*. Certos núcleos de povoamento são

toponimicamente formados por translação, a partir de um referente toponímico popular na localidade.

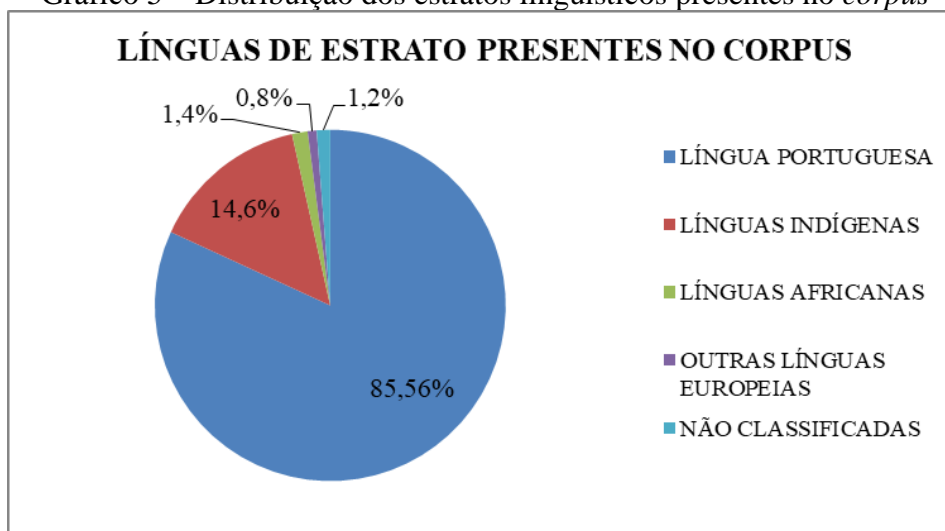
Mesmo que tenha havido uma povoação luso-hispânica em Sergipe no início do processo de colonização, entre os séculos XVI e XVII (FREIRE, 1977), nenhum nome geográfico de procedência linguística hispânica de temporalidade colonial denomina núcleos de povoamento sergipanos na atualidade. Dos três topônimos de origem espanhola, temos um zoônimo *Manuíno*; *Riachuelo*, ‘rio pequeno’; e o antropônimo *Che Guevara*.

O nome de origem francesa remete a um antropônimo, Maynard, presente no topônimo *General Maynard*, sobrenome do militar e político local Augusto Maynard Gomes (Rosário do Catete, 16/02/1886 – 14/08/1957), filho de Manuel Gomes da Cunha e de Tereza Maynard Gomes.

O signo *Manuíno*, inexistente nos dicionários de Língua Portuguesa, remete, possivelmente, a uma língua de substrato do espanhol na Ilha da Polinésia, território do Chile. Informação coletada no Dicionário da Língua da Ilha da Páscoa, seu verbete assinala: “manuino = s. bicho (lit. *pájaro malo*)” (FUENTES, 1960, p. 252).

Já *Riachuelo* e *Che Guevara*, comparativamente, remetem a temporalidades e contextos sociopolíticos polares: o primeiro signo é um historiotopônimo que alude à Batalha Naval do Riachuelo, em 1865, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) (MARINHA, 2018); o segundo configura, em Sergipe, um projeto de assentamento rural que homenageia um libertário argentino do século XX por seu nome de guerra. Assim, o primeiro (co)memora a história tradicional, a “História de vencedores”, como assinala Benjamin (1987), e constitui um topônimo de valorização positiva entre habitantes riachuelenses e sergipanos; o outro refere-se à luta de grupos camponeses, uma “toponímia rebelde” (VARGAS NETTO, 2007) cuja permanência enfrentaria oposição caso essa localidade fosse, por exemplo, municipalizada.

Como arremate, os dados da Tabela 2 apresentados nesta subseção auxiliaram na produção do Gráfico 5, que quantifica a participação dos estratos linguísticos na toponímia sergipana de núcleos de povoamento.

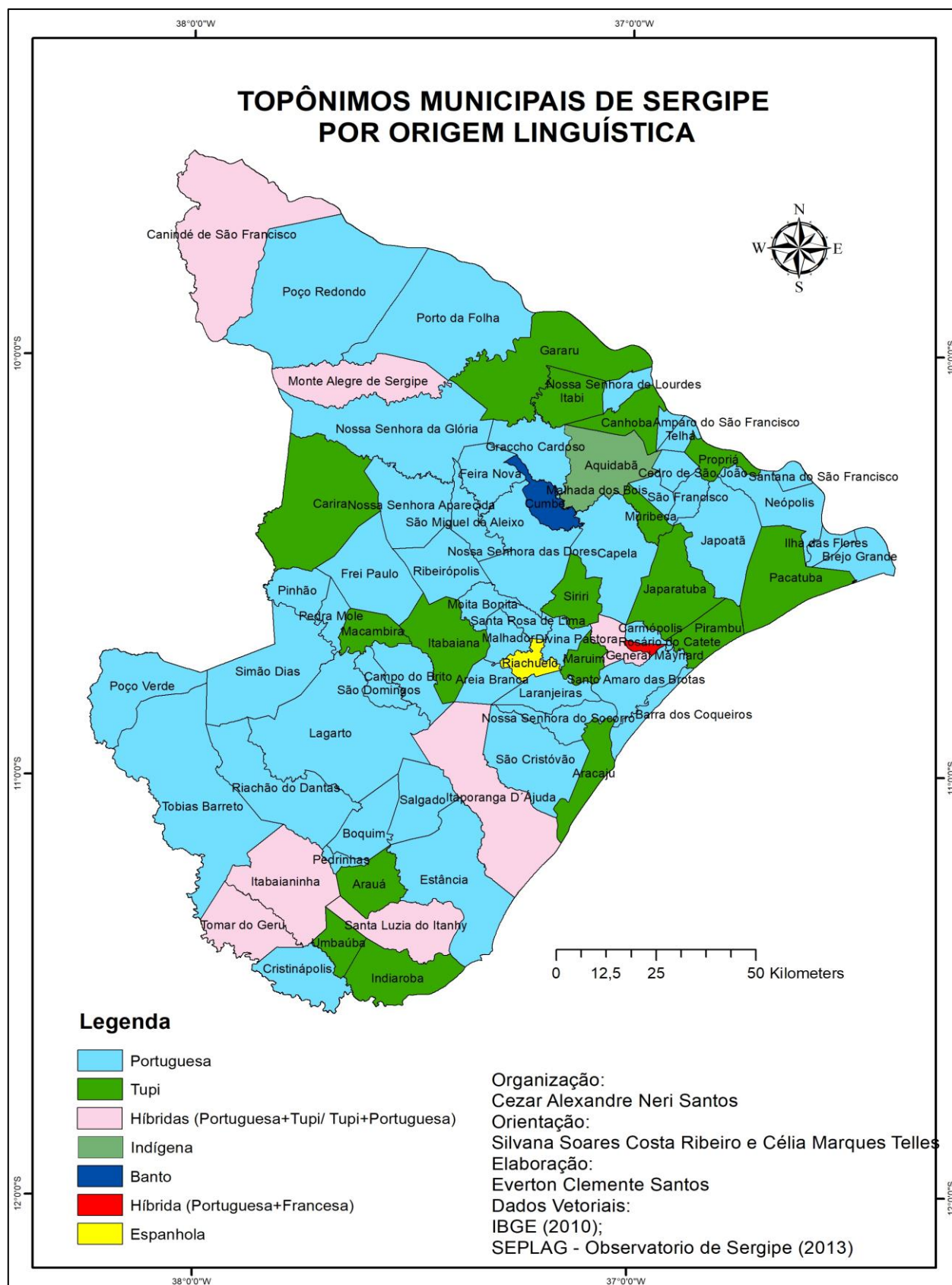
Gráfico 5 – Distribuição dos estratos linguísticos presentes no *corpus*

Elaboração do autor.  
Fonte: IBGE (2014).

Os percentuais do Gráfico 5, bem como aqueles dispostos na Tabela 2, demonstram a presença majoritária da língua portuguesa no *corpus* toponímico, em um total de 397 nomes (85,56% do total). Em segundo lugar, os itens linguísticos de origem indígena tiveram 71 ocorrências (15,3%) e os sete topônimos de origem africana totalizam apenas 1,5% do *corpus*, ao passo que os quatro topônimos de outras línguas europeias (duas em espanhol, uma em francês e outra em inglês) juntas contabilizam 0,86% do total de 464 topônimos. Esses resultados encontram-se em conformidade com os dados nacionais apresentados por Menezes (2017) acerca dos percentuais de participação de estratos linguísticos em topônimos no território brasileiro baseados nos registros da Carta ao Milionésimo (escala 1:1.000.000). Nessa pesquisa, a língua portuguesa participa em 66,7% da nomenclatura, os nomes indígenas em 32,09% e os africanos em apenas 0,33%, sendo os topônimos de outras línguas 0,83% do total (MENEZES, 2017)<sup>109</sup>. Como hipótese, teríamos maior participação do estrato indígena caso o *corpus* desta pesquisa tivesse incluído nomes de elementos geográficos físicos, como cursos d'água, serras e cavernas, por exemplo. Um recorte que abrange apenas os 75 topônimos das cidades sergipanas permitiu, ainda, a cartografia temática que representa esses nomes por estrato linguístico, como disposto na Figura 11 a seguir.

<sup>109</sup> Informação obtida na comunicação oral *Toponímia Brasileira*, do Prof. Dr. Paulo Menezes (UFRJ/IBGE), no I Simpósio Pan-Americano de Toponímia (SIPAT), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 03 de maio de 2017.

Figura 11 – Topônimos municipais de Sergipe por sua origem linguística



Planejamento cartográfico e edição das cartas: Everton Clemente Santos.

Análise linguística: Cezar Alexandre Neri Santos.

Fonte: Adaptado de IBGE (2014); SEPLAG (2007).

Assim, quanto à dimensão etnolinguística da toponímia sergipana, prevalecem nomes portugueses, seguidos por uma toponímia de origem tupi e por topônimos híbridos nestas duas línguas, além da ocorrência única de um topônimo de origem banto, *Cumbe*, um topônimo de origem espanhola, *Riachuelo*, e o antropônimo Maynard, de origem francesa, em *General Maynard*. Os topônimos em línguas portuguesa e tupi estão presentes em todo o território sergipano, não permitindo assinalar a hipótese de área(s) etnolinguística(s) específica(s). As línguas banto parecem ser o único estrato linguístico do *corpus* que possibilita discussões de caráter etnolinguístico, hipótese que requer o aprofundamento de estudos linguístico-históricos. Os itens linguísticos em francês e em espanhol são nomes comemorativos, transplantados sistematicamente para o território sergipano para homenagear uma personalidade política e um fato cívico, respectivamente.

Após a análise quali-quantitativa do *corpus* toponímico sergipano, com predominância da língua portuguesa, uma participação menor de nomes indígenas e a rara presença de topônimos africanos, discutimos a seguir aspectos lexicogramaticais e analógicos relativos à estrutura morfológica.

### **6.1.2 Processos léxico-gramaticais e analógicos de signos toponímicos em Sergipe**

Signos toponímicos podem apresentar significados ambíguos ou não transparentes para falantes do português como língua materna. A competência morfolexical dos falantes gera, instintivamente, a busca pelo(s) significado(s) opaco(s) e, no caso de signos toponímicos, também possíveis causa(s) denominativa(s). A dificuldade em reconhecer a estrutura morfológica dos signos de originados de outras línguas diferentes do PB relaciona-se ao fato de que “[...] os conhecimentos sobre as marcas históricas não fazem parte da gramática interiorizada de todos os falantes” (RIO-TORTO, 2014, p. 37), tal como ocorre nos nomes de origem linguística indígena ou africana, por exemplo, línguas tipologicamente diversas do português brasileiro. Assim, ao constatar que a toponímia sergipana é de origem multilíngue, cumpre discutir as propriedades de formação e de estrutura do material linguístico que compõe o *corpus*, dada a natureza linguístico-histórica da pesquisa.

Tais signos linguísticos apresentam estruturas formadas quase exclusivamente por bases nominais – substantivos [N] e adjetivos [Adj], com processos de estrutura morfológica simples ou composta, com *status* fraseológico (fixidez/estabilidade na forma), frequentemente ligadas por preposições [Prep]. Excepcionalmente encontramos construções verbinominais [V

N] no *corpus* – apenas quatro exemplos. Essa padronização em relação à estrutura de signos toponímicos pode ser justificada pelo argumento de Bába (2016):

os padrões de topônimos existentes sempre têm um impacto na criação de novos, portanto, o ato denominativo é baseado no alinhamento aos sistemas toponímicos. [...] Naturalmente, os próprios modelos toponímicos mudam com o tempo, o que afeta não apenas a estrutura dos topônimos recém-emergentes, mas também aqueles já existentes<sup>110</sup> (BÁBA, 2016, p. 17, tradução nossa).

Considerando quantitativamente os padrões morfológicos e produtividade e tendências morfolexicais, os processos morfológicos costumam ser classificados, em pesquisas de orientação linguística, como simples ou compostos, e como segunda propriedade, se esses sintagmas são de formação híbrida, com mais de um estrato linguístico em sua estrutura. Esses dados estão quantificados na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Estrutura morfológica dos topônimos do *corpus*

<b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>	<b>TOPÔNIMOS</b>	<b>HÍBRIDOS</b>
Simple	229 (49,35%)	07 (3,05%)
Composta	235 (50,65%)	16 (6,80%)
<b>Total</b>	<b>464 (100%)</b>	<b>23 (4,95%)</b>

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

As estruturas morfológicas do *corpus* apresentam grande equilíbrio: 50,65% dos topônimos são de estrutura composta e 49,35% de estrutura simples. Constatamos, ainda, casos de formação por hibridismo em 23 nomes – apenas 4,95% do total –, com maior incidência de formações híbridas entre topônimos compostos (6,80%) do que entre aqueles de estrutura simples, formados por aglutinação (3,05%). No Quadro 30, apresentamos esses topônimos híbridos, todos nomes de base nominal, dispostos com notação gramatical.

---

<sup>110</sup> “The patterns of existing toponyms always have an impact on the creation of new ones, thus, name giving is based on alignment with the toponymic systems. [...] Naturally, toponym models themselves change over time, which affects not only the structure of newly emerging toponyms but also existing toponyms.”



Quadro 30 – Topônimos do *corpus* com estruturas morfológicas híbridas

ESTRUTURA E ESTRATOS LINGÜÍSTICOS	QTDE	NOTAÇÃO	EXEMPLOS DO <i>CORPUS</i>
Simples (por derivação sufixal): Tupi + Português	1	[Adj*-inho]	<b>Açuzinho</b>
	5	[N-inho(a)(s)]	<b>Catinguinhas, Itabaianinha, Itaperinha, Siririzinho (2x)</b>
	1	[N-eiro]	<b>Cajueiro</b>
Composta: Tupi + Português	4	[N Adj]	<b>Capim-Grosso</b>
		[N [Prep Det N]]	<b>Itaporanga d’Ajuda, Tapera da Serra</b>
		[N [Prep N N]]	<b>Canindé de São Francisco</b>
Composta: Português + Tupi	8	[N N]	<b>Colônia Sucupira, Complexo Taiçoca</b>
		[N [Prep Det N]]	<b>Flor do Mucuri, Praia do Jatobá, Rosário do Catete</b>
		[N Adj [Prep N]]	<b>Monte Alegre de Sergipe</b>
		[N N [Prep Det N]]	<b>São José da Caatinga, Santa Luzia do Itanhy</b>
Composta: Kariri + Português	1	[N [Prep Det N [Prep N N]]]	<b>Xocó da Ilha de São Pedro</b>
Composta: Português + Kariri	1	[N [Prep Det N]]	<b>Tomar do Geru</b>
Composta: Português + Banto	1	[Adj N]	<b>Novo Marimbondo</b>
Composta: Português + Francês	1	[N N]	<b>General Maynard</b>
<b>Total</b>	<b>23</b>		

Elaboração do autor.  
Fonte: IBGE (2014).

No Quadro 30, identificamos a presença categórica de itens linguísticos portugueses em topônimos de estrutura híbrida, associados a itens de línguas indígenas, africanas ou francesa. No *corpus*, os sete topônimos híbridos com estrutura morfológica simples são formados por derivação sufixal, predominando a forma diminutiva [N-inh-], com seis ocorrências, todos com base nominal de origem tupi junto a um sufixo português. Se não encontramos relação entre população ou extensão territorial e o grau dos signos toponímicos, por outro lado, identificamos, sim, que alguns acidentes geográficos são denominados na forma diminutiva por estarem diretamente associados a um topônimo anterior de base [N], a exemplo de *Siririzinho*, que demarca um povoado da cidade de *Siriri*; e *Itabaianinha*, ligado ao topônimo *Itabaiana*. Já o topônimo *Açuzinho* (*açu*: grande, em tupi), ao funcionar como radical ligado a um sufixo diminutivo, nesse exemplo, demonstra um processo de gramaticalização desse item linguístico.

Quanto às múltiplas estruturas híbridas compostas do *corpus*, temos [Tupi + LP], bem como [LP + Tupi], [LP + Banto], [LP + Kariri] e [LP + Francês], [Banto + LP] e [Kariri + LP]. Nos dezesseis exemplos, foram majoritários aqueles híbridos compostos pela preposição *de* ou flexões *do/da*.

Sumariamente, podemos afirmar que não identificamos processos morfológicos que não ocorra em formações de nomes comuns no PB. Contudo, chamou-nos a atenção, dentre os processos de formação, que a sufixação se apresentou bem mais produtiva nos signos toponímicos do que a prefixação. Assim, dispomos no Quadro 31 exemplos que descrevam morfemas derivacionais, sem necessariamente buscarmos a exaustão nessa exposição.

Quadro 31 – Principais morfemas derivacionais no *corpus* toponímico sergipano

DERIVAÇÃO POR SUFIXAÇÃO	QTDE	EXEMPLOS DO CORPUS
Sufixos de valor diminutivo: [N-inh-], [N-inh-], [N-im]	16	<i>Pedrinhas (2x), Colônia Estancinha (2x), Fazendinha (2x), Fazendinha de Cima, Areinhas, Fontinha, Alagoinhas, Matinha, Cachoeirinha, Ladeirasinhas A, Itabaianinha, Itaperinha, Catinguinhas</i>
	11	<i>Poçozinho, Curralinho (2x), Siririzinho (2x), Tabuleirinho, Pastinho, Recanto dos Passarinhos, Brinquinho, Saquinho, Açuzinho</i>
	3	<i>Botequim (2x), Boquim (dim. de boquinha)</i>
[N-eir-] formando nomes de origem vegetal	16	<i>Umbuzeiro do Matuto (2x), Cajueiro, Mamoeiro, Barra dos Coqueiros, Limoeiro, Visgueiro, Espinheiro, Usina São José dos Pinheiros, Aroeiras, Gameleira, Mangabeira, Mangueira, Laranjeiras, Palmeira, Cajazeiras</i>
[N-eir-] formando locativos e instrumentos	10	<i>Oiteiros, Tabuleiro, Tabuleirinho, Poço Terreiro, Ribeira, Caueira, Bulandeira, Ladeiras, Pedreiras, Piçarreira, Cachoeirinha</i>
[N-ad-] <sub>N</sub>	15	<i>Aguada, Aguilhadas, Encruzilhada, Salgado, Sobrado, Tapado, Quebrada IV, Carro Quebrado (2x), Casa Caiada, Lagoa do Roçado, Saco Encantado, Malhada dos Bois, Queimada Grande (2x)</i>
Sufixo de valor aumentativo [N-ão]	9	<i>Travessão (2x), Brejão, Cancelão, Serrão, Canecão, Fluvião, Pinhão, Riachão do Dantas</i>

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014).

Os dados do Quadro 31, quanto à sufixação nos topônimos portugueses e híbridos, descrevemos as formações por derivação mais produtivos no *corpus*. Dos constituintes em questão, avultam quatro processos, quase exclusivamente de base nominal, a saber: [N-inh-]; [N-eir-]; [N-ad-] e [N-ão]. Não selecionamos nesse corpo descritivo-analítico os topônimos *Santa Terezinha* e *Mariquita de Cima*, que não necessariamente demarcam grau diminutivo em sincronia. No plano teórico, reforçamos a noção de que, quando de sua toponimização, os signos “perdem” essa propriedade morfológica de grau, não mais mantendo a característica de diminutivo no plano enunciativo, possivelmente demarcando um padrão denominativo de dimensão afetiva em certos exemplos.

De qualquer modo, interessa assinalar que o sufixo -inh- foi o item derivacional de maior ocorrência no *corpus*, em quase três dezenas, dos quais 16 no gênero feminino [N-

inha(s)], 11 na forma masculina [N-inho(s)] e, ainda, três exemplos com formação em [N-im], com três ocorrências: *Botequim* (2x), *Boquim* (da lexia boquinha).

Já os processos derivacionais de grau aumentativo ocorrem, no *corpus*, tanto em sua forma sintética, como em *Brejão*, quanto analítica, em *Brejo Grande*. A estrutura [N Grande] apresenta nove ocorrências, justaposto aos substantivos *Cruz*, *Brejo*, *Saco*, *Mata*, *Campo* (2x), *Queimada* (2x) e *Lagoa*. Há, assim, equilíbrio quanto ao tipo de formação de aumentativos, visto que a forma [N-ão] ocorre nove vezes: *Travessão* (2x), *Brejão*, *Cancelão*, *Serrão*, *Canecão*, *Fluvião*, *Pinhão* e *Riachão* do Dantas.

A sufixação em *-eir-* ocorre, especialmente, com a formação de agentes de natureza vegetal em ambos os gêneros e números, a depender do gênero da lexia primitiva. A flora sergipana se apresenta em *Cajueiro*, *Umbuzeiro* do Matuto, *Mamoeiro*, Barra dos *Coqueiros*, *Limoeiro*, *Visgueiro*, *Espinheiro* e Usina São José dos *Pinheiros*, *Bulandeira*, *Gameleira*, *Aroeiras*, *Mangabeira*, *Mangueira*, *Laranjeiras*, *Palmeira* e *Cajazeiras*. Outras construções em *-eir-* descrevem a topografia, a hidrografia e outras características locativas e instrumental: *Oiteiros*, *Tabuleiro*, *Tabuleirinho*, *Poço Terreiro*, *Ribeira*, *Caueira*, *Bulandeira*, *Ladeiras*, *Pedreiras*, *Piçarreira*, *Cachoeirinha*.

A sufixação em *-ad-*, que demarca diferentes aspectos designativos, tais como “coleção; multidão; golpe; produto alimentar; duração; porção; marca feita com um instrumento; acontecimento; movimento” (FERREIRA, 2010), ocorre em bases nominais [N-ad-], a saber: *Aguada*, *Aguilhadas*, *Encruzilhada*, *Salgado*, *Sobrado*, *Tapado*, *Quebrada IV*, *Carro Quebrado* (2x), *Casa Caiada*, *Lagoa do Roçado*, *Saco Encantado*, *Malhada dos Bois*, *Queimada Grande* (2x). Outras formações sufixais apresentam-se no *corpus* toponímico sergipano, mesmo que com menor ocorrência, tais como [N-dor]: *Arrodiador* (2x), *Rodiador*, *Salvador* e *Malhador*; [N-al]: *Litoral*, *Pontal*, *Escurial*, *Castanhal*; [N-oso]: *Frutuoso*; [N-iço]: *Alagadiço*; [N-ita]: *Cabrita*; [N-estre]: *Campestre do Abreu*; e [N-obra]: *Salobra*, para citar alguns.

Como último aspecto a ser tratado nesta subseção, destacamos casos de decomposição morfossintática que, de algum modo, se afastam da história lexical dos signos denotativos que compõem os topônimos. Esse movimento se dá quando uma análise segmental se apresenta no âmbito do lúdico ou da fantasia (CAMPBELL, 2004). Em outras palavras, algumas versões etimológicas são formadas por reanálises – processos de analogia gerados pela segmentação confusa (deliberada ou não) de uma estrutura morfológica (VIARO, 2011, p. 226-227).

Mesmo que, nesta tese, não tenhamos empreendido qualquer pesquisa de campo, de modo informal e assistemático, perguntamos a alguns moradores de quatro localidades

sergipanas qual a motivação para a denominação dos respectivos topônimos. Assim, obtivemos respostas que condizem com possíveis casos de reanálise gerados por parte dos falantes da língua, como forma de demonstrar que podem ocorrer processos analógicos em relação ao *corpus* da pesquisa. Assim, tomaremos os casos dos seguintes topônimos sergipanos: *Itabaiana*, *Itaianinha*, *Pacatuba* e *Aquidabã*. Em comum, esses topônimos com base nominal de origem indígena apresentam natureza semântica [-transparente], com versões etimológicas fantasiosas popularizadas.

Quanto aos primeiros desses, a decomposição [ita + baiana / baianinha] gera a explicação “*uma baiana/baianinha que se chamava Ita*”, sendo provavelmente a versão mais disseminada quanto à etimologia desse signo toponímico. Outra apresenta a segmentação [ita] como produto morfofonológico da interjeição [eita], de modo que haveria uma mulher originária da Bahia a quem entoavam ‘*Eita baiana/baianinha!*’, por sua formosura. Para o topônimo *Pacatuba*, a decomposição se dá [pacato-tuba], demarcando que havia homens e mulheres pacatas (calmas) na região. Quanto ao topônimo *Aquidabã*, o sintagma *Aqui tá bom!* teria sido enunciada por um grupo de tropeiros que precisava descansar ao chegar às redondezas da região, de modo que [aqui (es)tá bom] teria passado à forma toponímica atual [Aquidabã], uma versão rechaçada pelas pesquisas, mas amplamente disseminada.

Sumariamente, os dados apresentados nesta subseção permitem constatar que não foram identificados, nos nomes de lugares em Sergipe, padrões gramaticais divergentes daquelas encontradas em nomes comuns e já descritos pela literatura da área. A sufixação constitui processo derivacional mais frequente do que a prefixação e topônimos formados por hibridismo constituem uma parcela diminuta do *corpus*, mas, quando ocorrem, sempre há um item de origem portuguesa, seja de base nominal ou afixal, no signo toponímico. Por fim, descrevemos analogias formadas anonimamente por propostas de segmentação no sistema linguístico português, que surgem da opacidade semântica em sincronia. Por situações como essas serem de difícil validação científica, requer-se uma postura ajuizada do estudioso de toponímia, se afastando do diletantismo e compreendendo a natureza histórica dos nomes próprios.

Após a análise de certos processos morfolexicais do *corpus* toponímico sergipano, passamos à análise de um processo morfológico formado por signos toponímicos: os gentílicos.

### 6.1.3 A formação de gentílicos sergipanos: processos de derivação em signos toponímicos

Signos toponímicos são nomes próprios que, como demonstrado, não costumam destoar, em sua morfologia, dos padrões de formação encontrados nos signos comuns. Nesta seção, contudo, buscamos discutir não mais os processos de toponimização – quando um nome comum ganha o *status* de nome próprio –, mas um contexto de formação de léxico geral a partir de signos toponímicos. Isso ocorre, por exemplo, em relação a gentílicos. Buscamos, assim, descrever e analisar os processos referentes ao *corpus*, o que requereu a delimitação do material às nomenclaturas das 75 cidades sergipanas, visto que nomes de povoados, de lugarejos e de outros núcleos de povoamento, em Sergipe, não costumam formar gentílicos.

Os gentílicos, também chamados étnicos ou pátrios, expressam naturalidade e envolvem a ideia de direito do solo – *jus soli* (FERNANDES, 1941, p. 203), designando o lugar – país, região, estado, município ou mesmo povoação – onde alguém nasceu. Sua formação, com poucas exceções, se dá a partir do topônimo correspondente, e constituem sintagma nominal com valor genérico de identificação, compreendendo valores específicos como os de adesão, identificação étnica, descendência, localização e origem (FAITELSON-WEISER, 1993, p. 126). Por vezes, um topônimo pode gerar dois gentílicos com sufixação distinta, como *Sergipe*, cujo nativo é conhecido como *sergipano/a* ou *sergipense*, estando ambas as formas dicionarizadas<sup>111</sup>, mas sendo a segundo bem menos produtiva, mesmo que mais antiga e mais produtiva no período colonial (SANTOS, 2017).

Se, tanto no PB quanto no PE, “o elemento mais vulgar desta espécie de nomes é, sem dúvida, o sufixo *-ense*, derivado do latim *-ensis*, o qual por sua vez se formou da raiz *ens* e do determinativo *is*” (FERNANDES, 1941, p. 204), cabe, diacronicamente, assinalar que “o sufixo favorito em latim era *-anus* e só em alguns casos, para os nomes de cidades menos conhecidas ou aqueles cuja última consoante era *-n-*, foi substituído por *-ensis* (GARCIA0-SANCHEZ, 2005, p. 160).

---

<sup>111</sup> O espectro semântico-pragmático dos gentílicos abrange três funções: a) lugares; b) agremiações desportivas; e c) seus respectivos torcedores. Os gentílicos referentes a lugares são justamente os que funcionam para designar naturalidade/nacionalidade, tais como *sergipano* (de Sergipe, estado), *paulistano* (de São Paulo, cidade), *maceioense* (de Maceió, cidade). Há também gentílicos formados de associações desportivas, tais como os seguintes nomes de times de futebol das séries A e B do Campeonato Sergipano de Futebol: *Socorrense*, *Gloriense*, *Doreense* (das respectivas cidades de Nossa Senhora do Socorro, da Glória e das Dores) e *Frei Paulistano* (da cidade de Frei Paulo). Por fim, citamos diversas formações gentílicas com exemplos referentes a torcedores de agremiações do futebol brasileiro, por valorar a ideia de adesão, tais como: *são paulino* (São Paulo), *corintiano* (Corinthians), *palmeirense* (Palmeiras), *flamenguista* (Flamengo) e *vascaíno* (Vasco).

Contextualizada a temática, procedemos à descrição e à análise gramatical dos gentílicos municipais do *corpus*, cuja coleta se deu por meio da base de dados da plataforma *IBGE Cidades* (IBGE, 2018) e o cotejo de fontes enciclopédicas, lexicográficas e *web* referências (SEPLAG, 2014; AULETE, 2018; HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001), bem como resultados junto à plataforma de busca *Google*<sup>®</sup>, a fim de registrar dados não oficiais de natureza diversa<sup>112</sup>.

Para melhor disposição dos dados, dividimos a formação dos gentílicos em dois quadros – um referente aos topônimos-base de estrutura morfológica simples e outro aos de estrutura composta. O Quadro 32 a seguir apresenta os gentílicos formados a partir dos 36 topônimos municipais sergipanos com estrutura morfológica simples, descrevendo a notação mórfica e dividindo-os pelo processo morfofonológico.

---

<sup>112</sup> Tal confronto se fez importante e necessário também pelos inúmeros exemplos de gentílicos cultos não usuais, legados às páginas de obras enciclopédicas. São exemplos disso os exemplos referentes ao topônimo Rio de Janeiro, nome da cidade, do estado e, então, da capital federal: “Rio-de-Janeiro, carioca, fluminense, sebastianense, sebastianopolitano ou riodejaneirense” (FERNANDES, 1941, p. 238), sendo que estes três últimos não se configuram produtivos no PB contemporâneo.

Quadro 32 – Processos de formação dos gentílicos municipais de Sergipe por topônimos de estrutura morfológica simples

ESTRUTURA DO TOPÔNIMO	NOTAÇÃO	QTDE	TOPÔNIMO	GENTÍLICO	PROCESSO MORFOFONOLÓGICO
Simples (Tipo 1)	[N] <sub>NP</sub> > [N-ense] <sub>s</sub>	8	Aquidabã	<b>Aquidabãense</b>	[N-ense]: quando o topônimo terminar em consoante, -i, -u, -ão ou quando -a for tônico.
			Gararu	<b>Gararuense</b>	
			Itabi	<b>Itabiense</b>	
			Malhador	<b>Malhadoreense</b>	
			Pinhão	<b>Pinhãoense</b>	
			Pirambu	<b>Pirambuense</b>	
			Propriá	<b>Propriaense</b>	
			Siriri	<b>Siririense</b>	
Simples (Tipo 2)	[N] <sub>NP</sub> > [N-ense] <sub>s</sub>	18	Canhoba	<b>Canhobense</b>	Aglutinação / Elisão [N-VT+ense]: quando o topônimo terminar em – a(s), e, o átonos.
			Capela	<b>Capelense</b>	
			Carira	<b>Carireense</b>	
			Cumbe	<b>Cumbense</b>	
			Indiaroba	<b>Indiarobense</b>	
			Itabaiana	<b>Itabaianense</b>	
			Itabaianinha	<b>Itabaianinhense</b>	
			Japaratus	<b>Japaratusense</b>	
			Lagarto	<b>Lagartense</b>	
			Laranjeiras	<b>Laranjeireense</b>	
			Macambira	<b>Macambireense</b>	
			Muribeca	<b>Muribequense</b>	
			Pacatuba	<b>Pacatubense</b>	
			Pedrinhas	<b>Pedrinhense</b>	
			Riachuelo	<b>Riachuelense</b>	
			Salgado	<b>Salgadense</b>	
Telha	<b>Telhense</b>				
Umbaúba	<b>Umbaubense</b>				
Simples (Tipo 3)	[N] <sub>NP</sub> > [N-ense] <sub>s</sub>	4	Aquidabã	<b>Aquidabanense</b>	Adição de uma consoante de ligação entre o topônimo e o sufixo gentílico [N-CL-ense]: quando o topônimo terminar em <i>som nasal</i>
			Boquim	<b>Boquinhense</b>	
			Japoatã	<b>Japoatãense</b>	
			Maruim	<b>Maruinese</b>	
Simples (Tipo 4)	[N] <sub>NP</sub> > [N-ano] <sub>s</sub> ou [N] <sub>NP</sub> > [N-ense] <sub>s</sub>	5	Carmópolis	<b>Carmopolitano, Carmopolense</b>	[N(-s/+t)-ano] ou [N(-is+t)-ense]
			Cristinápolis	<b>Cristinopolitano, Cristinapolense</b>	
			Neópolis	<b>Neopolitano, Neopolense</b>	
			Ribeirópolis	<b>Ribeiropolitano, Ribeirapolense</b>	
			Aracaju	<b>Aracajuano, Aracajuense</b>	
	[N] <sub>NP</sub> > [N-ano] <sub>s</sub>	1	Estância	<b>Estanciano</b>	[N-ano]

Elaboração do autor.  
Fonte: SEPLAG (2014).

No Quadro 32, identificamos a ocorrência quase exclusiva do sufixo *-ense* na formação de gentílicos municipais sergipanos – em 35 dos 36 topônimos-base de estrutura

simples. As lexias *itabaianinhense* (<Itabaianinha), *pedrinhense* (<Pedrinhas) e *pinhãoense* (<Pinhão) apresentam-se com dupla sufixação – o sufixo derivacional de grau, já constituinte do signo toponímico, seguido pelo sufixo gentílico – processo de idiomatização descrito por Sandmann (1991, p. 31). Dividimos, ainda, os dados desse Quadro 32 em três grupos: a) formação exclusiva em *-ense* (30 ocorrências); b) gentílicos formados exclusivamente pelo sufixo *-ano/-ana* (uma ocorrência); e c) casos de dupla formação sufixal (cinco casos).

Quando a base nominal N é um signo toponímico de estrutura simples, ocorrem três processos: a) a justaposição do sufixo gentílico, sem alterações morfológicas [**N-ense**]; b) a elisão quando o topônimo termina em *-a(s)*, *e*, *o* átonos [**N-VL+ense**]; ou c) a adição de uma consoante de ligação antes do sufixo *-ense* quando o topônimo terminar em som nasal [**N-CL+ense**]. Já os topônimos com dupla ocorrência gentílica apresentam como especificidade o fato de serem a capital Aracaju – *aracajuano* é a forma gentílica de uso categórico, enquanto *aracajuense* tem uso restrito – e os quatro topônimos municipais terminados em *-polis* – a forma *-politano* é mais produtiva do que *-politense*. Nesses casos, mesmo que ambos sejam aceitos, uma das formas é mais produtiva.

O Quadro 33 apresenta as formas e os processos morfofonológicos relativos aos topônimos sergipanos de estrutura composta. Identificamos uma diversidade morfológica quando da formação dos gentílicos sergipanos derivados de topônimos de estrutura composta. Além daqueles que mantêm o primeiro [**N<sub>1</sub>-ense**] (10 casos) ou mesmo, por justaposição, os dois constituintes nominais do signo toponímico [**N<sub>1</sub>-N<sub>2</sub>-ense**] (13 casos), certos processos irregulares chamaram à atenção por não seguirem a tendência dos dados, a saber: *geruense* (< Tomar do Geru) e *mainardense* (< General Maynard) divergem do padrão morfológico [**N<sub>1</sub>-ense**] ou [**N<sub>1</sub>-N<sub>2</sub>-ense**], que foi identificado nos gentílicos formados de topônimos de estrutura idêntica; *aleixense* (< São Miguel do Aleixo) foi exceção à estrutura hieronímica por justaposição, como encontrado em *santa-luziense*, *santa-rosense* e *santamareense*, para Santa Luzia do Itanhy, Santa Rosa de Lima e Santo Amaro das Brotas, respectivamente.

Sumariamente, os dados descritos nesta subseção permitem afirmar que a seleção paradigmática de sufixos gentílicos se configura por analogia, exclusivamente formados por um ou mais constituinte(s) do respectivo signo toponímico, ou seja, inexistindo formações anômalas para os gentílicos oficiais dos municípios sergipanos. O sufixo *-ense* apresenta produtividade quase categórica, havendo ocorrência mínima de gentílicos em *-ano/-ana*. A seguir, procedemos à análise de outro fenômeno identificado por meio da descrição do *corpus*, os processos de translação toponímica.



Quadro 33 – Processos de formação dos gentílicos municipais de Sergipe por topônimos de estrutura morfológica composta

<b>ESTRUTURA SINTAGMÁTICA</b>	<b>QTDE</b>	<b>TOPÔNIMO</b>	<b>GENTÍLICO</b>
[N <sub>1</sub> N <sub>2</sub> ] <sub>NP</sub> > [N <sub>1</sub> -N <sub>2</sub> -ense] <sub>S</sub>	13	Areia Branca	<b>Areia-branquense</b>
		Brejo Grande	<b>Brejo-grandense</b>
		Feira Nova	<b>Feira-novense</b>
		Moita Bonita	<b>Moita-bonitense</b>
		Pedra Mole	<b>Pedra-molense</b>
		Poço Redondo	<b>Poço-redondense</b>
		Poço Verde	<b>Poço-verdense</b>
		Ilha das Flores	<b>Ilha-florense</b>
		Porto da Folha	<b>Porto-folhense</b>
		Barra dos Coqueiros	<b>Barra-coqueirense</b>
		Campo do Brito	<b>Campo-britense</b>
		Frei Paulo	<b>Frei-paulense</b>
		Simão Dias	<b>Simão-diense</b>
[N <sub>1</sub> [Prep] N <sub>2</sub> ] <sub>NP</sub> > [N <sub>1</sub> -ense] <sub>S</sub>	10	Amparo de São Francisco	<b>Amparense</b>
		Canindé de São Francisco	<b>Canindense</b>
		Cedro de São João	<b>Cedrense</b>
		Santana do São Francisco	<b>Santanense</b>
		Itaporanga d'Ajuda	<b>Itaporanguense</b>
		Malhada dos Bois	<b>Malhadense</b>
		Riachão do Dantas	<b>Riachãoense</b>
		Rosário do Catete	<b>Rosarense</b>
		Tobias Barreto	<b>Tobiense</b>
		Graccho Cardoso	<b>Graquense / Gracho-cardosense</b> <sup>113</sup>
[N <sub>1</sub> [Prep] N <sub>2</sub> ] <sub>NP</sub> > [N <sub>2</sub> -ense] <sub>S</sub>	2	Tomar do Geru	<b>Geruense</b>
		General Maynard	<b>Mainardense</b>
[N <sub>1</sub> N <sub>2</sub> ] <sub>NP</sub> (OU) [N <sub>1</sub> N <sub>2</sub> Prep (+Det) N <sub>3</sub> ] <sub>NP</sub> > [N <sub>1</sub> -N <sub>2</sub> -ense] <sub>S</sub>	8	Divina Pastora	<b>Divina-pastorense</b>
		São Cristóvão	<b>São-cristovense</b>
		São Domingos	<b>São-dominguense</b>
		São Francisco	<b>São-francisquense</b>
		Monte Alegre de Sergipe	<b>Monte-alegrense</b>
		Santa Luzia do Itanhy	<b>Santa-luziense</b>
		Santa Rosa de Lima	<b>Santa-rosense</b>
		Santo Amaro das Brotas	<b>Santamarense</b>
[N <sub>1</sub> N <sub>2</sub> [Prep] N <sub>3</sub> ] <sub>NP</sub> > [N <sub>3</sub> -ense] <sub>S</sub>	6	São Miguel do Aleixo	<b>Aleixense</b>
		Nossa Senhora Aparecida	<b>Aparecidense</b>
		Nossa Senhora da Glória	<b>Gloriense</b>
		Nossa Senhora das Dores	<b>Doreense</b>
		Nossa Senhora de Lourdes	<b>Lourdense</b>
		Nossa Senhora do Socorro	<b>Socorrense</b>

Elaboração do autor.

Fonte: SEPLAG (2014).

<sup>113</sup> A plataforma digital *IBGE Cidades* (IBGE, 2019) registra a forma gentílica *gracho-cardosense*, ao passo que cidadãos nativos daquela cidade costumam se autodenominarem *graquense*, não sendo produtiva, segundo eles, aquela primeira variante (informação obtida por entrevista oral informal).

#### 6.1.4 Processos de translação toponímica

Ao selecionarmos, como fonte primária, uma base de dados de nomes de núcleos de povoamento, estávamos cientes de que o tratamento da nomenclatura geográfica contemporânea de cursos d'água, acidentes orográficos, como montes e serras, ou geológicos, como cavernas, igualmente relevante, se faria necessária futuramente. Um exemplo disso é a constatação de que o nome do Estado, Sergipe, é tributário ao nome de um rio homônimo que banha seu território, sendo um processo análogo ao que ocorre no Paraná (< Rio Paraná) e Amazonas (< Rio Amazonas), por exemplo.

Ao discutirmos, na dissertação de Mestrado (SANTOS, 2012), a toponímia física sergipana registrada no período colonial, atestamos empiricamente que esse processo é bastante comum a *corpora* toponímicos e que, nas denominações dispostas no BNGB (IBGE, 201-), são homônimos diversos nomes do *corpus* dessa pesquisa e aqueles da hidronímia sergipana. Essa constatação nos forçou a tratar esse fenômeno com certa profundidade, para a qual foi útil – mesmo indispensável – o expediente da cartografia temática.

Stewart (1954, p. 9) intitulou de *shift-names* o deslocamento do elemento específico de um acidente geográfico para constituir o elemento específico de outro acidente, de modo que passam a denominar dois ou mais acidentes geográficos por homonímia<sup>114</sup>. Como dito, tal processo se apresenta frequente quando nomenclaturas de acidentes físicos (cursos d'água, montes etc.) e antrópicos (sítios/lugarejos, povoados, cidades, estados etc.) são confrontadas.

A literatura toponímica nacional traduziu esse termo como *translação toponímica*. Dick e Seabra (2002) assinalam que

Esse esquema pode ser circular, seja do rio para o aglomerado nascente em suas margens ou deste para aquele, o que é mais raro. É princípio em Toponímia que os nomes de cursos d'água e de montanhas e serras são os mais primitivos ou as mais antigas denominações dadas pelo grupo. (DICK; SEABRA, 2002, s.p.).

No *corpus*, identificamos como translação toponímica o caso de *Itabaianinha*, cidade do Sul Sergipano, também alcunhada *Itabaiana Pequena* por uma parcela de seus habitantes, cuja causa denominativa remete ao topônimo *Itabaiana*, no Agreste Central Sergipano. Outros

---

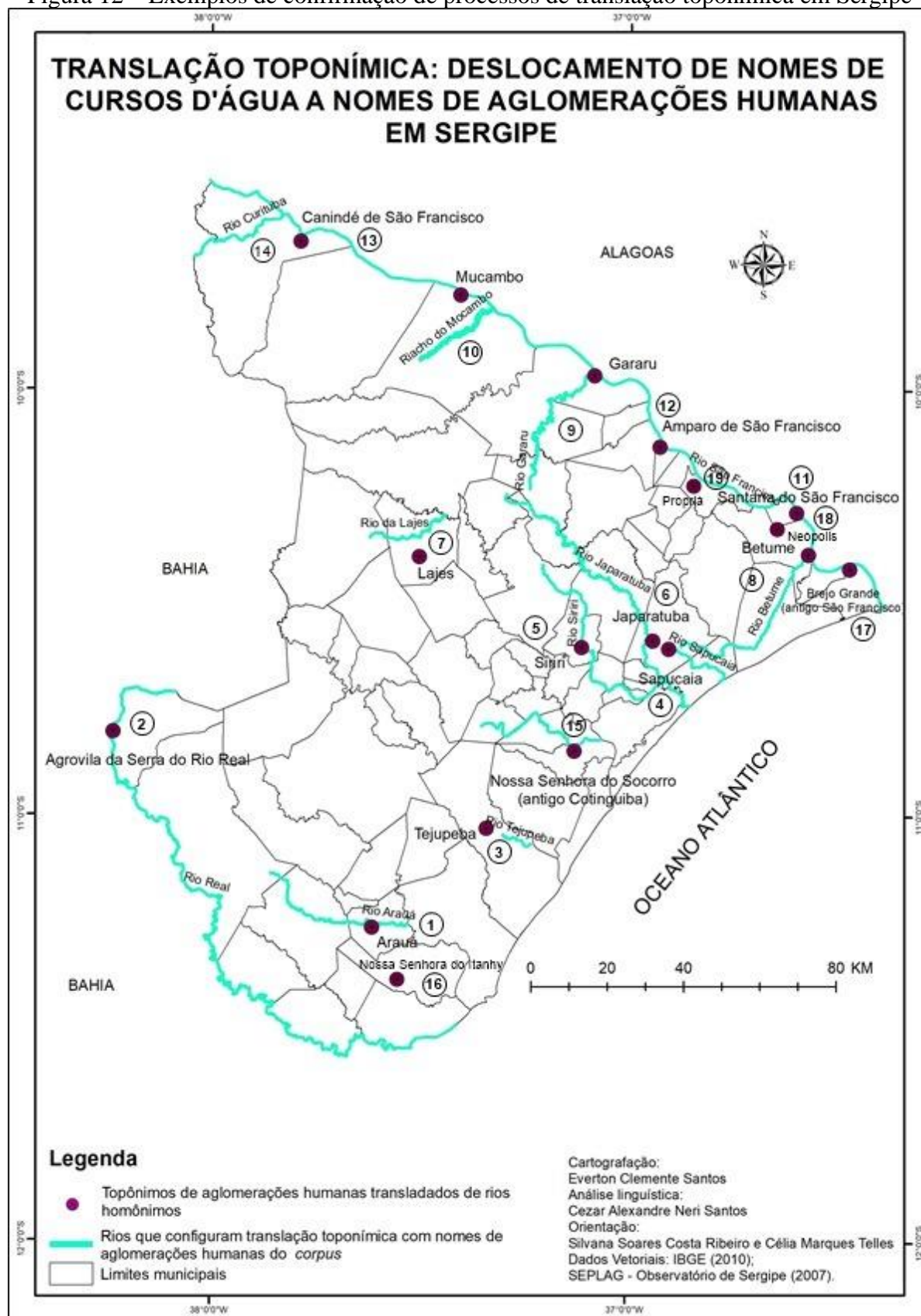
<sup>114</sup> Cabe diferenciar o fenômeno da *translação toponímica* (STEWART, 1954; DICK; SEABRA, 2002), descrito nessa subseção, de *toponímia transplantada* (DICK, 1990b), que equivale a um corotopônimo, a “um designativo que existe como tal em um determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou, ou influenciado por um mero mimetismo. Nessa noção está implícito o sentido de ‘deslocamento’ ou ‘mudança’” (DICK, 1990b, p. 80).

processos de translação foram identificados no *corpus*, como a adição de uma base nominal do topônimo transladado para delimitar uma jurisdição territorial, como em *Colônia Estancinha* (povoado no município de Estância) e *Colônia Cristinápolis* (povoado no município de Cristinápolis).

Assim, tomamos como objetivo, nessa subseção, identificar em que medida nomes de núcleos de povoamento de Sergipe homônimos a hidrônimos podem ser assinalados como tributários a processos de translação toponímica. Para isso, valemo-nos de uma fonte secundária para seleção de topônimos de cursos d'água sergipanos: a base de dados oficial da antiga SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe (SERGIPE, 2016). Com o confronto georreferencial dos dados, confirmação ou descarte da hipótese de deslocamento toponímico ou apenas de coincidência entre os homônimos entre os topônimos sergipanos.

Os dados dos Quadros 34 e 35 a seguir estão representados por cartografia nas Figuras 12 e 13, e promovem a confirmação ou refutação de translação de topônimos homônimos. Por meio da representação cartográfica, a Figura 12 destaca numericamente os dados registrados no Quadro 34. Nela, os cursos d'água, topônimos-fonte, estão dispostos em linhas de cor verde-claro e os respectivos núcleos de povoamento de toponímia tributária estão demarcados por pontos de cor roxo.

Figura 12 – Exemplos de confirmação de processos de translação toponímica em Sergipe



Planejamento cartográfico e edição das cartas: Everton Clemente Santos.  
 Análise linguística e categorização toponímica: Cezar Alexandre Neri Santos.  
 Fonte: Adaptado de IBGE (2014); SEPLAG (2007).

A Figura 12 representa cartograficamente por georreferenciamento os dados toponímicos dispostos no Quadro 34 a seguir, a fim de confirmar casos de translação toponímica relativa ao corpus da pesquisa. A ampliação de nossa investigação em relação a denominações pretéritas de localidades – o que foi possível pela catalogação do histórico toponímico registrado nas Fichas do Apêndice A desta tese – permitiu a identificação de seis casos de processos de translação toponímica ofuscados na sincronia contemporânea.

Quadro 34 – Exemplos de translação toponímica do *corpus* confirmada

N	TOPÔNIMO DE ELEMENTO FÍSICO (FONTE)	TOPÔNIMO DE ELEMENTO ANTRÓPICO (ALVO)	LOCALIZAÇÃO DO ACIDENTE ANTRÓPICO
EXEMPLOS NA SINCRONIA ATUAL			
1	Rio Arauá	<b>Arauá</b>	Cidade do Sul Sergipano
2	Rio Real	<b>Agrovila da Serra do Rio Real</b>	Projeto de Assentamento em Tomar do Geru
3	Rio Tejupeba	<b>Tejupeba</b>	Lugarejo em Itaporanga d’Ajuda
4	Rio Sapucaia	<b>Sapucaia</b>	Povoado em Japaratusba
5	Rio Siriri	<b>Siriri</b>	Cidade do Leste Sergipano
6	Rio Japaratusba	<b>Japaratusba</b>	Cidade do Leste Sergipano
7	Rio da Lajes	<b>Lajes</b>	Povoado em Nossa Senhora Aparecida
8	Rio Betume	<b>Betume</b>	Povoado em Neópolis
9	Rio Gararu	<b>Gararu</b>	Cidade do Alto Sertão Sergipano
10	Riacho do Mocambo	<b>Mucambo</b>	Povoado em Porto da Folha
11	Rio São Francisco	Santana do <b>São Francisco</b>	Cidade do Baixo São Francisco
12		Amparo de <b>São Francisco</b>	Cidade do Baixo São Francisco
13		Canindé de <b>São Francisco</b>	Cidade do Alto Sertão Sergipano
EXEMPLOS EM SINCRONIAS PRETÉRITAS			
14	Rio Curituba	<b>Curituba</b>	Denominação anterior de <b>Canindé de São Francisco</b> , cidade do Alto Sertão Sergipano
15	Rio Cotinguiba	<b>Cotinguiba</b>	Denominação anterior da atual cidade de <b>Nossa Senhora do Socorro</b> , na Grande Aracaju
16	Rio Real	Santa Luzia do <b>Itanhy</b>	<b>Itanhy</b> era a denominação dada pelos indígenas locais para o rio Real, antes do processo de colonização
17	Rio São Francisco	<b>São Francisco</b>	Denominação anterior de <b>Brejo Grande</b> , cidade do Baixo Sertão Sergipano
18		Vila Nova do <b>São Francisco</b>	Denominação anterior de <b>Neópolis</b> , cidade do Baixo São Francisco
19		Vila Real do <b>São Francisco</b>	Denominação anterior de <b>Propriá</b> , cidade do Baixo São Francisco

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014), SEPLAG (2014).

Como disposto no Quadro 34, conseguimos identificar processos de translação toponímica no *corpus* em dezenove (19) pontos geográficos, sendo notadamente produtivo entre nomes de cidades, em doze exemplos. Também foram doze os casos em sincronia atual,

sendo os demais casos selecionados de dados toponímicos em sincronias pretéritas obtidas nas Fichas toponímicas dispostas no Apêndice A (vide campo *Histórico*).

O rio São Francisco se mostrou um abundante topônimo-fonte para a nomenclatura geográfica sergipana, aspecto já descrito por Dick e Seabra (2002) quanto ao *Velho Chico*:

O que se nota nesses mapas [...] é o emprego do termo específico (São Francisco) aplicado a outros acidentes. [...] São exemplos que constam das cartas: Engenho de São Francisco, Forte de São Francisco, Convento de São Francisco. Modernamente, o Atlas do Brasil registra, no trajeto do rio, topônimos influenciados pelo acidente: Canoas de São Francisco (MG e SE); Belém de São Francisco, Amparo de São Francisco, Canindé de São Francisco (todos em SE); Serra de São Francisco (BA). Alargando-se a área geográfica, esta relação tende a aumentar (DICK; SEABRA, 2002).

Como sabiamente afirmaram as autoras, ao “alargarmos” a área de observação e as sincronias em nossa investigação, obtivemos uma multiplicidade de exemplos no território sergipano. Notificamos, contudo, duas erratas nesse excerto de Dick e Seabra (2012): a forma oficial do topônimo é *Belém do São Francisco*, não *Belém de São Francisco*, que se trata de um topônimo da Mesorregião São Francisco Pernambucano (IBGE, 201-), portanto, não pertencente ao território de Sergipe. São topônimos que se aplicam a esse processo *Amparo de São Francisco* e *Canindé de São Francisco*, como mencionados, além de *Santana do São Francisco*, todas cidades ribeirinhas no limite norte do Estado, cuja estrutura similar [*Subst.+{de(o) São Francisco}*] confirma um processo denominativo não espontâneo, o que será aprofundado na subseção 6.2. Nos três casos, as mudanças dessas localidades seguiram idêntico processo: de *Amparo* para *Amparo de São Francisco*, em 1954; de *Canindé* para *Canindé de São Francisco*, em 1958; e de *Santana* para *Santana do São Francisco*, em 1964.

Além desses, os atuais nomes de localidades sergipanas *Araúá*, *Betume*, *Mucambo*, *Siriri*, *Lajes*, *Gararu*, *Japarutuba*, *Serra do Rio Real*, *Tejupeba* e *Sapucaia* são homônimos dos seguintes cursos d’água: *Rio Araúá*, *Rio Betume*, *Riacho do Mocambo*, *Rio Siriri*, *Rio da Lajes*, *Rio Gararu*, *Rio Japarutuba*, *Rio Real*, *Rio Tejupeba* e *Rio Sapucaia*, sendo aqueles por esses banhados (vide Figura 12).

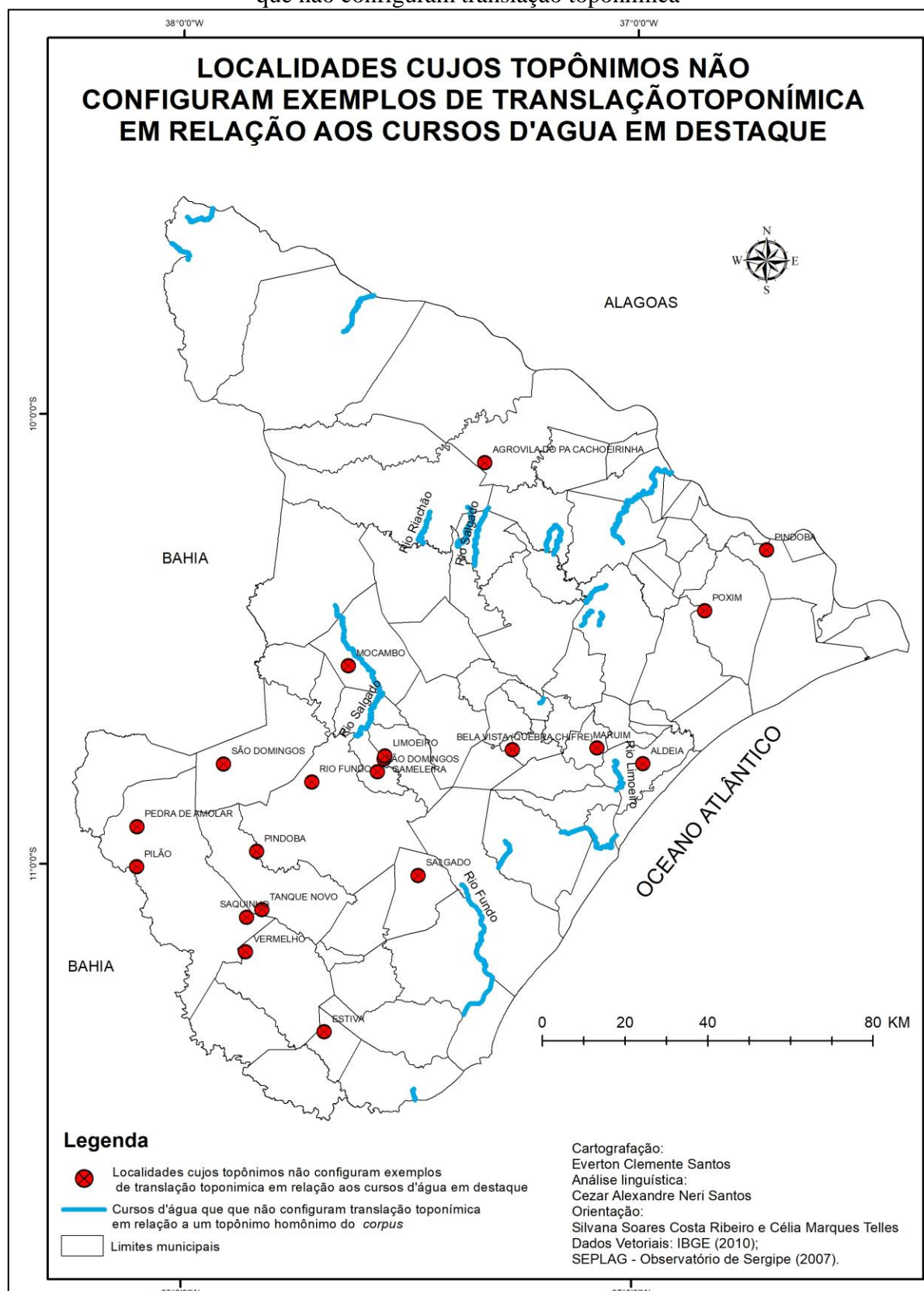
Já nos casos referentes à sincronias pretéritas, as cidades *Brejo Grande*, *Nossa Senhora do Socorro* e *Canindé de São Francisco* têm como topônimos pretéritos *São Francisco*, *Cotinguiba* e *Curituba*, respectivamente. Não por coincidência, essas localidades são banhadas pelos rios homônimos. A fórmula toponímica [*Subst.+{de(o) São Francisco}*], aliás, se mostrou produtiva não apenas a partir de meados do século XX. Como observado nos dados do Quadro 34, já se apresentava nos mapas sergipanos do século XIX, como *Vila Nova do*

*São Francisco* e *Vila Real do São Francisco*, referentes a Neópolis e Propriá, respectivamente, localidades do Baixo São Francisco.

Temos, por fim, o caso de *Santa Luzia do Itanhy*, denominação também relacionada a uma sincronia pretérita, com a exceção de que, nesse caso, se tratar de um nome do curso d'água, o atual rio Real. *Itanhy* – também grafado *Itanhi* – constitui parte da toponímia pré-colonial. Como nos casos descritos há pouco, a lexia de origem tupi como sintagma preposicionado [*do Itanhy*] surge na década de 1940, em adição ao topônimo *Santa Luzia*. Sobre esse fenômeno, os estudos em toponímia auxiliam na interpretação de que tipo de fenômeno temos nesse caso: mesmo indígena, não se trata de um nome espontaneamente mantido na toponímia local, mas de nomenclaturas “silenciadas”, produto do subjugamento político-cultural europeu, como destaca Santos (2012, p. 35).

Na representação cartográfica que segue, dispomos os nomes de aglomerações humanas em círculos de cor vermelho, enquanto os nomes dos rios homônimos estão postos em relevo em linha de cor azul, de modo que não podemos declarar haver, nesses casos, uma confluência geográfica que confirme a hipótese de translação entre os nomes dos elementos geográficos das segunda e terceira colunas nos acidentes geográficos do Quadro 35. Dados adicionais em relação a outros estados poderão auxiliar a formular mais profundamente questões acerca desse fenômeno.

Figura 13 – Casos de homonímia entre nomes de localidades e de cursos d'água em Sergipe que não configuram translação toponímica



Planejamento cartográfico e edição das cartas: Everton Clemente Santos.  
Análise linguística e categorização toponímica: Cezar Alexandre Neri Santos.  
Fonte: Adaptado de IBGE (2014); SEPLAG (2007).



Como podemos comprovar na Figura 13, diversas nomenclaturas de núcleos povoados são homônimas, mas não tributárias de nomes de rios no território sergipano. A seguir, discorreremos sobre casos de homonímia entre cursos d'água e aglomerações humanas que compõem o CBLS (IBGE, 2014) que não demarcam, necessariamente, processos de translação toponímica, igualmente por meio de tratamento cartográfico. O Quadro 35 apresenta tais casos, cuja diferenciação só foi possível pelo confronto georreferenciado dos dados em questão.

Quadro 35 – Exemplos de homonímia sem confirmação de translação toponímica

N	TOPÔNIMO DE ELEMENTO FÍSICO	TOPÔNIMO DE ELEMENTO ANTRÓPICO	LOCALIZAÇÃO DO ACIDENTE ANTRÓPICO
1	Córrego Bela Vista	<b>Bela Vista</b> (Quebra Chifre)	Lugarejo em Riachuelo
2	Córrego São Domingos	<b>São Domingos</b>	Povoado em Simão Dias
3			Cidade do Agreste Central Sergipano
4	Riacho da Cachoeirinha	<b>Cachoeirinha</b>	Projeto de Assentamento em Gararu
5	Riacho da Estiva	<b>Estiva</b>	Lugarejo em Umbaúba
6		<b>Estiva dos Paus</b>	Povoado em Japoatã
7		<b>Estiva do Raposo</b>	Povoado em Pacatuba
8	Riacho do Tanque	<b>Tanque</b>	Povoado em Lagarto
9		<b>Tanque Novo</b>	Povoado em Riachão do Dantas
10	Riacho Gameleira	<b>Gameleira</b>	Povoado em Campo do Brito
11	Riacho Pedra de Amolar	<b>Pedra de Amolar</b>	Povoado em Tobias Barreto
12	Riacho Pindoba	<b>Pindoba</b>	Povoado em Itaporanga d'Ajuda
13			Povoado em Neópolis
14	Riacho Riachão	<b>Riachão</b> do Dantas	Cidade do Centro Sul Sergipano
15	Riacho Saquinho	<b>Saquinho</b>	Povoado em Tobias Barreto
16	Rio da Aldeia	<b>Aldeia</b>	Povoado em Santo Amaro das Brotas
17	Rio Limoeiro	<b>Limoeiro</b>	Povoado em Campo do Brito
18	Rio Maniçoba	<b>Maniçoba</b>	Povoado em Divina Pastora
19	Rio Vaza Barris	<b>Vaza Barris</b>	Projeto de Assentamento em Pinhão
20	Rio Vermelho	<b>Vermelho</b>	Povoado em Itabaianinha

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2014), SEPLAG (2014).

O Quadro 35 assinala vinte exemplos de homonímia entre signos toponímicos que não podem ser atestados, com total certeza, como produto do deslocamento de um elemento específico de curso d'água para um nome do *corpus*, conforme cotejo georreferenciado das localidades e dos cursos d'água em questão. Isso atesta o equilíbrio quantitativo entre os dados

dos Quadros 34 e 35, com duas dezenas de homônimos que não confirmam a hipótese de translação toponímica. É o caso de *Limoeiro*, povoado em Campo do Brito, no Agreste Central, cujo rio homônimo está localizado na Grande Aracaju, na área do município de Santo Amaro.

Podemos tomar, por meio dos resultados apresentados, que é presunçoso e sem validade comprobatória afirmar, sem cotejo georreferenciado, a existência de processos de translação toponímica pelo “simples” argumento de que Sergipe é uma unidade federativa de modesta extensão territorial. Noutros trabalhos que se valham igualmente de dados georreferenciados poderemos ampliar essa discussão, ainda incipiente na literatura toponímica nacional, inibida especialmente pela necessidade de codificação via cartografia temática.

Analisados elementos etnolinguísticos e lexicogramaticais dos topônimos que compõem o *corpus* da pesquisa, buscamos, na subseção 6.2, a última desta Tese, descrever e analisar processos de mudança toponímica em Sergipe, com dados relativos às 75 cidades do Estado.

## 6.2 AS MUDANÇAS TOPONÍMICAS MUNICIPAIS EM SERGIPE

A revisão da literatura toponímica brasileira demonstra que a partir dos anos 1970, observou-se como prioridade teórico-descritiva a classificação taxonômica de *corpora* toponímicos, tomada, portanto, em sincronia. Contudo, uma das abordagens mais comuns acerca de *corpora* toponímicos é o resgate de formas anteriores, visando o descortinar da sociohistória de uma comunidade, quer por diletantismo, quer por objetivos acadêmicos. Ao tomarmos a toponímia de núcleos de povoamento em Sergipe, constatamos que a coleta de dados em diacronia requeria técnicas além da pesquisa bibliográfica visto que o registro de denominações anteriores de localidades rurais tende a requerer expedientes que extrapolam uma pesquisa bibliográfica, como a recolha de dados de natureza oral empreendida por meio de pesquisa de campo. Sendo algumas dessas localidades de territorialização recente, é também razoável presumir que inexistam dados documentais consistentes para uma descrição segura desse material<sup>115</sup>.

---

<sup>115</sup> Para estudos que envolvam processos de mudança toponímica, devemos atentar para a tipologia das aglomerações humanas, visto que isso pode enviesar a descrição toponímica: há nomes de natureza *eclesiástica*, como de freguesias e de paróquias; de natureza *jurídica*, como de comarcas; e nomes de natureza *geopolítico-*

Diante dessa limitação, decidimos, nesta subseção, abranger apenas dados referentes às cidades sergipanas, ou seja, um histórico de 75 das 464 localidades – 16,16% do total do *corpus* da pesquisa. Um dos pressupostos da pesquisa é o de que poucas são as cidades que conservaram seu topônimo “primário” – aquele que remete ao início do processo de povoamento da localidade –, tal qual observado nas referências que embasaram o projeto desta Tese. Assim, de maneira sistemática, coletamos e catalogamos um percurso temporal da nomenclatura municipal de Sergipe, dispostos no campo *Histórico* das fichas lexicográfico-toponímicas do Apêndice A desta Tese. Daqui em diante, portanto, analisamos tais dados, considerando aspectos histórico-linguísticos sobressalentes.

Diacronicamente, o tratamento de dados costuma abranger as nomenclaturas geográficas de cidades e de logradouros urbanos. Trabalhos enciclopédicos costumam se valer de históricos toponímicos para caracterizar socio-historicamente fases pretéritas ou mesmo elucidar fatos específicos sobre agentes ou ações, como identificar a (não) presença de grupos étnicos em um território. Longe de exaurir as discussões quanto ao tema, buscamos retratar extensivamente a toponímia sergipana, interpretando aspectos gerais relativos aos processos de mudança toponímica em nomes de cidades de Sergipe, considerando seus constituintes linguísticos e linguístico-históricos. Em geral,

nomes de lugares são: avisos de quem somos, de onde viemos, e uma rica fonte de informações sobre a história de uma região. Eles formam uma parte integral da herança linguística e cultural de uma nação, [...] e] em muitas regiões, revelam a cronologia de exploração e povoamento (TENT; SLATYER, 2009, p. 5)<sup>116</sup>.

Para isso, tomamos a classificação de mudanças toponímicas proposta por Albert Dauzat (1928, p. 45), que clarifica algumas questões:

- a) *substituições*: quando há troca de um topônimo por outro;
  - a1) *espontâneas*: intervenções de cunho *popular*, havendo mudança da denominação anterior por outra ou mudança de língua;
  - a2) *sistemáticas*: mudanças *impostas*, por prescrição de autoridades ou *aceitas*, quando há sugestão consentida pelas autoridades;
- b) *transformações*: mudanças no âmbito formal de um topônimo no plano temporal;
  - b1) no interior de uma mesma língua por mudança e/ou acidente *fonético*;

---

*administrativa*, tais como de povoados, povoações, vilas, distritos e cidades. Assim, valemo-nos, nesta subseção, como corpo de análise, apenas desse último tipo de toponímia.

<sup>116</sup> “Placenames are: reminders of who we are, and whence we came, and are a rich source of information about a region’s history. [They] also form an integral part of a nation’s cultural and linguistic heritage, [...] [and] in many regions, they reveal the chronology of exploration and settlement.” (*Tradução nossa*).

- b2) alteração *paronímica* ou alteração meramente *gráfica*;
- b3) produto de *transliteração* de um topônimo de uma língua para outra.

Norteados por Dauzat (1928) e por aspectos relacionados aos processos de mudança linguística, no âmbito da toponímia nacional, identificamos que Ramos (2007) também lança luz sobre os processos de mudança toponímica, sugerindo uma classificação baseada em cinco critérios, para a toponímia municipal baiana: seus fatores condicionantes, o grau de manutenção, regressão ou inovação desse processo, bem como aspectos de natureza gramatical e semântico-lexical dessa nomenclatura. Decidimos, assim, tomar essa classificação para, em algum grau, refletir sobre agentes e fatos político-históricos, socioculturais ou etnolinguísticos que motivaram processos de mudança toponímica na nomenclatura municipal sergipana.

### 6.2.1 Fatores condicionantes de mudança toponímica

Como dissertou Dauzat (1928), diferentes agentes podem promover uma mudança de nomenclatura num espaço geográfico, seja por fatores espontâneos ou artificiais. Os primeiros tendem a ser de reconhecimento mais difícil. Ramos (2007), ao valer-se do argumento do onomasticista francês, acata sua proposta binária, a saber: mudanças de caráter *sistemático*, pela “intervenção do Poder Público ou pela imposição de sua vontade ou pela aceitação expressa da sugestão de especialistas ou da vontade popular normalmente expressa por plebiscito”, ou de caráter *espontâneo*, quando por “fruto do uso popular, tacitamente aceito pelo Poder Público” (RAMOS, 2007, p. 6). Nesse último caso, resgatam-se fatos e ações peculiares, o instinto espontâneo e a originalidade popular, observada mais frequentemente em camadas toponímicas primárias. Contudo, sabemos que são as mudanças de caráter sistemático aquelas que causam maior interesse da mídia, especialmente quando controversas, desobedecendo a critérios ou direitos de grupos minoritários, como assegurado pela Declaração Universal de Direitos Linguísticos (UNICEF, 1996)<sup>117</sup>.

Ao observarmos a Tabela 1, disposta na subseção 2.2 desta Tese, que trata da taxa percentual média da evolução no processo de municipalização em Sergipe e no Brasil entre 1890 e 2008, em destaque por década, identificamos um *boom* no processo de emancipação

---

<sup>117</sup> Concordamos com o argumento de Ramos (2007, p. 6), para quem “Só podemos considerar sistemática uma mudança toponímica quando há alguma fonte histórica que indique a intervenção do poder público como seu fator condicionante; quando isso não ocorre, consideramos a mudança toponímica como espontânea”.

municipal, em Sergipe e em todo o território brasileiro, se deu entre as décadas de 1930 e de 1960. Esse processo gerou uma coesa camada toponímica e costuma estar associado a decretos-lei nacionais – o nº 311, de 1938, disposto pela Resolução de nº 61, de 24 de julho de 1939; e o nº. 5.901, de 21 de outubro de 1943. Em especial, este último levou à promulgação do Decreto-lei estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943, revogado pelo Decreto-lei estadual nº 533, de 07 de dezembro de 1944. Também influenciou sobre a toponímia local a Lei Estadual nº 525-A, de 25 de novembro de 1953, ao impulsionar a criação de quase duas dezenas de municípios naquela década (*vide* Gráfico 1 – subseção 2.2)<sup>118</sup>.

De fato, esses dispositivos legais causaram considerável alteração nos mapas do território brasileiro entre as décadas 1930 e 1960, ao coibir a repetição de nomes ou mesmo pela demanda de formação de novas nomenclaturas municipais. Por exemplo, o Decreto-lei de 1938/1939 recomendava “a preferência em adotar nomes regionais de língua indígena regional ou relacionado aos fatos históricos da região, em caso de substituição de topônimos” (IBGE, 1946, p. 436), dada a constatação de que havia então um “verdadeiro estado de confusão reinante no país com relação à padronização dos nomes geográficos, justificando-se, assim, aquela tentativa de disciplina na atribuição dos nomes geográficos” (IBGE, 2011b, p. 27). Já o Decreto-lei de 1943 assim estipulava, em seu artigo 7º, sobre a toponímia nacional:

Art. 7º Ficam estabelecidas as seguintes normas para a eliminação, no País, da repetição de topônimos de Cidades e Vilas, a efetivar-se no novo quadro territorial em preparo:

I - Quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, esta prevalecerá para a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: Capital, sede de Comarca, sede de Têrmo, sede de Município, sede de Distrito.

II - No caso de haver mais de uma localidade da mesma categoria com o mesmo nome, êste será mantido naquela que o possuir há mais tempo.

III - Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local.

IV - Não se consideram nomes novos, e portanto não estão sujeitos ao disposto no item precedente, os casos de restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais, vedadas, porém, as composições de mais de três palavras (BRASIL, 1943).

Esse Decreto-lei de 1943, expedido no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), objetivava dispor “sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão

---

<sup>118</sup> Além dessas, citamos outra legislação federal mais recente – a Lei Complementar nº 46, de 21 de agosto de 1984 –, que “fixa normas sobre repetição de topônimos de cidades e vilas, incorporadas ao texto da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967” (BRASIL, 2018). Contudo, ao tomarmos o *corpus* toponímico em diacronia, não identificamos efeito direto dessa na nomenclatura dos municípios sergipanos.

administrativa e judiciária do país”, incumbindo ao governo de cada Unidade Federativa um projeto “não só quanto à sua composição, como também quanto à delimitação e toponímia dos seus elementos” (BRASIL, 1943). Os Incisos I e II geraram diversas mudanças na nomenclatura geográfica de Sergipe pela necessidade de dirimir casos homônimos entre topônimos de vilas e de cidades no país. Como exemplo dessa afirmação, apresentamos o caso de *Santa Luzia*, nomenclatura bastante produtiva na geografia nacional. Por intervenção desse Decreto-lei da década de 1940, em Sergipe, essa localidade passou a *Santa Luzia do Itanhy*; já em Alagoas, *Santa Luzia* passou a *Santa Luzia do Norte* (IBGE, 1958), de modo a desfazer homonímias, para citar apenas um caso.

Em consonância com o contexto nacional-ufanista do período do Estado Novo (1939-1945), o Inciso III recomendava a atribuição de uma *cor local* às designações, pela forja de uma camada toponímica artificial de origem linguística indígena, conhecida como “toponímia tupi de gabinete” (BRASIL, 2007, p. 2). Também se evitam nomenclaturas com estrutura demasiadamente extensas, o que era característico da nomenclatura de freguesias e de vilas nos períodos colonial e imperial. Os Incisos III e IV sugeriam o resgate e a conservação de elementos afetos à história de cada localidade, fato que gerou a regressão de denominações pretéritas, quer total ou parcialmente, como será mais longamente exemplificado nas subseções seguintes.

As (re)ações relativas às mudanças sistemáticas na toponímia nacional foram assim assinaladas por Backheuser (1950), especificamente quanto ao apagamento de nomes religiosos dos mapas nacionais:

Ainda na recente revisão feita em 1939 oficialmente na nominata de municípios e distritos houve valente poda de mais de 160 designações de nomes de santos e santas. Esses cortes são de ordem administrativa, sem consulta prévia às populações, a maioria das quais por certo não concordaria com as inovações iconoclastas (BACKHEUSER, 1950, p. 185).

A distinção, como fator condicionante, a (não) participação popular no processo de mudança toponímica (DAUZAT, 1928), permite, portanto, identificar que algumas mudanças toponímicas sistemáticas geram movimentos de rejeição de elementos linguísticos ou extralinguísticos, muitas vezes por ações de promoção por “autolatria, bajulatória, oportunismo ou arbitrariedade, entre outros”, como afirma Miranda (2006). Em Sergipe, podemos relatar a ocorrência de recepção negativa na antiga *Vila (de) Marcação*, nomenclatura substituída sistematicamente para *General Maynard*, em 1963; também *Tamanduá*, localidade que teve sua emancipação municipal decretada em 1953, passou a *Graccho Cardoso*, em 1958. Mesmo com relatos de recepção negativa pela população local –

“[...] ainda hoje muitos moradores, principalmente os mais antigos, divergem quanto à escolha do nome, pois acham que foi meramente um acordo político e não a vontade do povo, ou seja, não foi uma escolha democrática” (GRACCHO, 2013) –, a regressão dos respectivos topônimos não se concretizou.

Como arremate sobre fatores condicionantes em processos de mudança toponímica em Sergipe, sintetizamos que as transformações pós-1943 são quase exclusivamente sistemáticas, motivadas por decretos-lei nacionais e estaduais expedidos entre as décadas de 1930 e 1950. Nessa nomenclatura urbana de meados do século XX, alguns nomes impostos passaram por alteração subsequente, alguns por regressão, dada a relação afetiva com a nomenclatura apagada e a não aceitação popular dos topônimos recém-adotados. A seguir, debatemos como se processam as mudanças toponímicas quanto à motivação semântica.

### 6.2.2 Manutenção e inovação de taxonomias toponímicas

Quando de uma mudança toponímica, identificamos que isso pode ocorrer num plano exclusivamente na forma, sendo mantida a natureza semântica do signo toponímico, ou também semântico. Dauzat (1928) diferencia esses processos em *alterações* ou *substituições*. Ramos (2007) toma essa questão e diferencia mudanças *formais*, quando se “conserva o topônimo na mesma categoria, com alguma alteração na forma original” e mudanças *totais*, quando há “alteração da categoria toponímica e, por conseguinte, da forma do topônimo original” (RAMOS, 2007, p. 7).

O excerto de Backheuser (1950, p. 185) citado na subseção anterior destaca uma “valente poda” hierotoponímica no Brasil, que se fez soar como um “afiado machado” na toponímia de alguns estados. Carvalho (2018, p. 1146) também descreveu o apagamento hierotoponímico em Minas Gerais, citando o Decreto-lei nº. 5.901, de 21 de outubro de 1943, como fator condicionante de mudanças. Por outro lado, Alves e Santos (2011), ao responderem à pergunta “O que avulta na nomenclatura dos municípios sergipanos?”, destacaram os diversos exemplos de topônimos de natureza semântica religiosa, notadamente católicos, presente em 28% dos nomes de municípios<sup>119</sup>. Assim, buscamos compreender o que faz a literatura toponímica nacional assinalar a diminuição de nomes de natureza religiosa e,

---

<sup>119</sup> Além dos topônimos registrados naquele estudo, contabilizamos, ainda, *Carmópolis* e *Japoatã* como de natureza religiosa, compreendendo que esse percentual é ainda maior – 23 dos 75 nomes municipais (30,66%).

ao mesmo tempo, identificarmos uma presença maciça de nomes religiosos nos mapas sergipanos.

Tomando como pressuposto que algumas localidades sergipanas passaram a ter um elemento semântico dessa natureza após mudanças toponímicas, passamos à compreensão panorâmica desse corpo analítico, que representa a maior taxonomia dentre a nomenclatura das cidades sergipanas. Adotamos como marco temporal inicial a emancipação municipal de cada localidade, ao codificar quatro variáveis, não necessariamente excludentes, como critérios: a) conservação; b) apagamento; c) adição; e d) regressão. O Quadro 36, portanto, foi produto do histórico denominativo dos 24 nomes de cidades sergipanas que apresentam ou apresentaram algum elemento de natureza sacro-religiosa na sua nomenclatura.



Quadro 36 – Presença de elementos de natureza religiosa em mudanças toponímicas em Sergipe após a municipalização da localidade

N	Histórico / Movimento	Manutenção	Apagamento	Adição	Regressão
1	De Amparo para Amparo de São Francisco (1954)				
2	De Canindé para Curituba (1943) para Canindé de São Francisco (1958)				
3	De Itaporanga para Irapiranga (1943) para Itaporanga d'Ajuda (1949)				
4	De Boca da Mata para Nossa Senhora da Glória (1922)			X	
5	De Enforcados para Nossa Senhora das Dores (1858)				
6	De Aleixo para São Miguel do Aleixo (1963)				
7	De Cedro para Darcilena (1943) para Cedro de São João (1954)				
8	De São Paulo para Frei Paulo (1943)				
9	De Cruz das Graças para Nossa Senhora Aparecida (1975)		X		
10	De Santa Luzia para Inajoraba (1943) para Santa Luzia do Itanhy (1948)				
11	De Santa Rosa para Cambuatá (1944) para Santa Rosa de Lima (1953)				
12	De Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba para Socorro (1868) para Cotinguiba (1943) para Nossa Senhora do Socorro (1954)				X
13	De Santo Amaro das Brotas para Santo Amaro (1911) para Santo Amaro das Brotas (1960)	X			
14	Santana do São Francisco (1964)				
15	São Cristóvão (1823)				
16	São Domingos (1963)				
17	São Francisco (1963)				
18	De Carmo para Carmópolis (1943)				
19	De Nossa Senhora da Divina Pastora para Divina Pastora (1911)				
20	Nossa Senhora de Lourdes (1963)	X			
21	De Nossa Senhora do Rosário do Catete para Rosário (1932) para Rosário do Catete (1943)				
22	De Jaboatão para Japoatã (1943)				
23	De Nossa Senhora da Purificação da Capela para Capela (1861)		X		
24	De São Francisco (1926) para Parapatinga (1943) para Brejo Grande (1954)		X		

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2016, 2018).

Considerando a municipalização como marco temporal, assinalamos, no Quadro 36, como se constituiu a incorporação, o apagamento e a regressão de itens linguísticos religiosos – nomes de santos, santas, entidades e de religiosos católicos e de lugares de culto – à toponímia de cidades sergipanas. Verificamos onze (11) casos de manutenção do elemento de natureza semântica religiosa; em nove (9) topônimos, o elemento religioso foi adicionado à forma toponímica anterior; e quatro (4) houve regressão – quando um elemento religioso que

tinha sido apagado é retomado posteriormente. Em apenas um (1) identificamos um real apagamento de elemento religioso, visto que, em três dos quatro exemplos, houve a substituição por outro elemento religioso ou a manutenção de um dos elementos religiosos da nomenclatura da localidade: apenas em *Brejo Grande* – emancipado com o topônimo *São Francisco* e depois *Parapatinga*.

Assim, guardadas as proporções, os dados quantitativos apresentados no Quadro 36 vão de encontro ao argumento de Backheuser (1950, p. 185), para quem houve decréscimo de topônimos de natureza religiosa. Os dados referentes às cidades do Estado indicam que, em Sergipe, promoveu-se, ao contrário, majoritariamente uma adição de elementos religiosos na toponímia. Sumariamente, esse acréscimo/manutenção de itens de natureza semântica religiosa, se ampliado. Ao ampliarmos o quadro de observação desse fenômeno junto a sincronias mais remotas (pré-processo de municipalização), temos ainda mais exemplos por adição, a exemplo de: do zootopônimo *Jacaré* para o hagiotopônimo *São Francisco*; do fitotopônimo *Carrapicho* para o (duplo) hagiotopônimo *Santana do São Francisco*; do ecotopônimo *Arraial das Antas* para o mariotopônimo *Nossa Senhora de Lourdes*; do dirrematopônimo *Enforcados* para o mariotopônimo *Nossa Senhora das Dores*<sup>120</sup>; do dirrematopônimo *Presa* para o hierotopônimo *Santa Rosa* (atual *Santa Rosa de Lima*).

Considerando essa toponímia religiosa, diversas são as causas denominativas para a vultosa hagiografia. Tomamos como exemplos cinco hagiotopônimos em sintagmas preposicionados, a saber: *Amparo de São Francisco*, *Canindé de São Francisco*, *Santana do São Francisco*, *Cedro de São João* e *Itaporanga d’Ajuda*. Neles, identificamos causas denominativas distintas: nos três primeiros, a ação do elemento do rio São Francisco no processo denominativo por translação toponímica (*vide* subseção 6.1.4); nos dois últimos, uma devoção à respectiva entidade como padroeiro(a) da localidade.

Quanto à conservação e à inovação de uma categoria toponímica, Ramos (2007) já destaca mudanças que mantinham a natureza semântica do signo toponímico anterior. Na nomenclatura sergipana, os dados demonstram que essa conservação taxonômica se dá, muitas vezes, por mudanças léxico-semânticas, sendo diminutos os exemplos de mudança formal (ortográfica ou morfológica), como no litotopônimo *Salgadinho*, então povoado, elevado à categoria de vila em 1927, atual *Salgado*. Os casos de mudança total, quando se altera a

---

<sup>120</sup> Não é impossível que uma das motivações para a seleção de *Nossa Senhora das Dores* como entidade denominativa tenha sido justamente pela associação semântica entre enforcamento e dor. Por exemplo, o *corpus* apresentado por Carvalhinhos (2005, p. 179) indica o topônimo lusitano *Nossa Senhora dos Enforcados*.

categoria toponímica e, por conseguinte, a forma do topônimo original (RAMOS, 2007, p. 7), foram em maior número.

Os dados permitiram também classificar essas mudanças totais, se considerarmos o curso temporal das substituições dessas denominações. Em um primeiro grupo, estão mudanças totais como: do hierotopônimo *Espírito Santo* para o fitotopônimo *Indiaroba*; do animotopônimo *Providência* para o litotopônimo *Itabi*; do hagiotopônimo *São Francisco* para o hidrotopônimo *Parapatinga* e deste para o geomorfotopônimo *Brejo Grande*; do hagiotopônimo *São Paulo* para o axiotopônimo *Frei Paulo*; e do geomorfotopônimo *Campos* para o antropotopônimo *Tobias Barreto*. Nesses casos, verificamos ambos os movimentos nos processos de mudança: tanto de um nome de natureza física para um topônimo de natureza antropocultural quanto vice-versa.

Em um segundo grupo, há os casos de regressão, que retomam um campo semântico que já compôs a denominação local em sincronia anterior. São exemplos, no *corpus*: do zootopônimo *Canindé* para o fitotopônimo *Curituba* para o zootopônimo *Canindé de São Francisco*; do fitotopônimo *Cedro* para o antropotopônimo *Darcilena* e deste para o fitotopônimo *Cedro de São João*; do litotopônimo *Itaporanga* para o zootopônimo *Irapiranga* e deste para o litotopônimo *Itaporanga d'Ajuda*; do hagiotopônimo *Santa Rosa* para o fitotopônimo *Cambuata* e deste para o hagiotopônimo *Santa Rosa de Lima*, mesmo processo de *Santa Luzia*, que passa a *Inajaroba* e desse para *Santa Luzia do Itanhy*.

Sumariamente, nos processos de mudanças toponímicas em Sergipe, costumam-se apresentar itens semântico-lexicais inovadores, com a conservação e a incorporação de elementos de natureza notadamente católica na toponímia sergipana ao longo do século XX e com casos de regressão de constituintes lexicais, possivelmente por uma aderência, um apego toponímico – termo em inglês: *toponymic attachment* (KONSTANKI, 2016) – da comunidade a uma denominação pretérita, como discorreremos na subseção 6.2.1. Na próxima subseção, busca-se descrever, no nível morfossintático, essa nomenclatura geográfica.

### 6.2.3 Relação entre a extensão do topônimo antigo e do topônimo novo

Ao assinalarmos aspectos formais em processos de mudança toponímica, percebemos que tais alterações podem ocorrer estruturalmente por *ampliação* ou por *redução* em relação

à denominação anterior (RAMOS, 2007, p. 7)<sup>121</sup>. Para analisar a questão em nosso corpo de análise, consideramos dois parâmetros: (a) a comparação do topônimo primário da localidade em relação ao topônimo contemporâneo; e (b) mudanças promovidas a partir da emancipação municipal definitiva da localidade<sup>122</sup>.

Num primeiro momento, assinalamos, em cada uma das 75 cidades sergipanas, os topônimos comparando sincronias polares: a estrutura morfológica da denominação primária da localidade – geralmente isso remete a uma povoação, arraial, povoado ou mesmo vila ou distrito – àquela do topônimo atual.

Por esse critério, identificamos a conservação integral da nomenclatura geográfica desde o início do seu processo de povoamento ou fundação da localidade em 29 dos 75 dos municípios sergipanos (38,66% do total). Desses, 20 têm estrutura morfológica simples e nove (9) têm estrutura por composição. Quanto aos 46 casos restantes com algum tipo de mudança toponímica, vinte e oito (28) apresentaram mudança estrutural, passando de simples a composta (16 casos) ou de composta a simples (12 casos).

Os 16 casos de mudança de um topônimo primário de estrutura simples para um topônimo atual de estrutura composta foram: de *Amparo* para *Amparo de São Francisco*; de *Canindé* para *Canindé de São Francisco*; de *Cedro* para *Cedro de São João*; de *Ladeira* para *Divina Pastora*; de *Marcação* para *General Maynard*; de *Tamanduá* para *Graccho Cardoso*; de *Cajuípe* para *Ilha das Flores*; de *Itaporanga* para *Itaporanga d'Ajuda*; de *Enforcados* para *Nossa Senhora das Dores*; de *Buraco* para *Porto da Folha*; de *Riachão* para *Riachão do Dantas*; de *Presa* para *Santa Rosa de Lima*; de *Carrapicho* para *São Francisco*; de *Jacaré* para *São Francisco*; de *Campos* para *Tobias Barreto*; de *Geru* para *Tomar do Geru*;

Já os 12 casos em que a mudança ocorreu pela simplificação estrutural de um signo toponímico composto foram: de *Lagoa Vermelha* para *Boquim*; de *Curral de Baixo* para *Canhoba*; de *Nossa Senhora da Purificação da Capela* para *Capela*; de *Mãe Carira* para *Carira*; de *Curral das Pedras* para *Gararu*; de *Espírito Santo* para *Indiaroba*; de *Riacho do*

---

<sup>121</sup> Estudos que objetivam descrever dados a partir desse critério devem definir parâmetros precisos, visto que fatores como o marco temporal e a unidade político-administrativa podem favorecer uma ou outra estrutura morfológica e, dependendo dos parâmetros, enviesar resultados. Por exemplo, a nomenclatura geográfica brasileira do período imperial, como nomes de freguesias do século XIX, tinha como particularidade a extensão e a formação por hibridismo, especialmente nas línguas portuguesa e tupi, de modo que, se cotejadas mudanças toponímicas de uma freguesia (divisão de ordem eclesiástica) em relação a seus nomes como unidade distrital ou municipal, teremos quase exclusivamente mudanças por redução.

<sup>122</sup> Caracterizamos como parâmetro a municipalização definitiva pela existência de localidades que ganharam *status* municipal e tiveram essa condição revogada por transferência de suas sedes, como *Porto da Folha*, *Nossa Senhora Aparecida*, *Japoatã* e *Pacatuba* (IBGE, 2018).

*Meio* para *Japoatã*; de *Urubu de Baixo* para *Propriá*; de *Saco do Ribeiro* para *Ribeirópolis*; de *Vila Nova* para *Neópolis*; de *Nossa Senhora do Rosário* para *Rosário do Catete*; de *Pé do Banco* para *Siriri*.

Os casos de manutenção mórfica quando da mudança toponímica foram dezoito (18), com maior ocorrência entre aqueles de estrutura composta (11), sendo sete (7) os de estrutura simples. Os topônimos cuja mudança também foi formada por composição são: de *Ilha dos Coqueiros* para *Barra dos Coqueiros*; de *São Francisco* para *Brejo Grande*; de *São Paulo* para *Frei Paulo*; de *Alto dos Coqueiros* para *Moita Bonita*; de *Monte Alegre* para *Monte Alegre de Sergipe*; de *Cruz das Graças* para *Nossa Senhora Aparecida*; de *Boca da Mata* para *Nossa Senhora da Glória*; de *Arraial das Antas* para *Nossa Senhora de Lourdes*; de *Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba* para *Nossa Senhora do Socorro*; de *Santa Luzia* para *Santa Luzia do Itanhy*; de *Lagoa do Aleixo* para *São Miguel do Aleixo*.

Já as mudanças entre topônimos de estrutura simples foram sete (07), a saber: de *Cemitério* para *Aquidabã*; de *Parida* para *Araúá*; de *Chapada* para *Cristinápolis*; de *Rancho* para *Carmópolis*; de *Panelas* para *Itabi*; de *Pintos* para *Riachuelo*; de *Salgadinho* para *Salgado*. Outro caso interessante é o topônimo *Japoatã* (antigo *Jaboatão*), assim denominado para evitar a homonímia com um topônimo pernambucano, atual *Jaboatão dos Guararapes*, no qual o topônimo apresenta mudança por redução fonética, conservando a estrutura interna do significante, como assinala Ramos (2007, p. 8).

Além de testemunharmos uma inalterada nomenclatura em mais de um terço dos nomes dos municípios sergipanos, identificamos a variedade morfológica na nomenclatura das cidades sergipanas numa perspectiva pancrônica, com prevalência de topônimos compostos (28) em relação aos de estrutura simples (18).

Como mencionamos, para ampliação das discussões, valemo-nos de outro recorte temporal, ao tomarmos um parâmetro inicial mais recente. Como resultado, identificamos que, em dois terços (50) das 75 cidades sergipanas, a nomenclatura não foi alterada desde sua emancipação municipal. No terço restante (25 localidades), os processos de mudança toponímica – todos de caráter sistemático – se apresentaram em forma de três variáveis não excludentes, visto que algumas localidades passaram por mais de uma mudança desde então. Os dados estão descritos no Quadro 37 a seguir.

Quadro 37 – Mudanças toponímicas ocorridas após a emancipação municipal de cada localidade, considerando a extensão dos topônimos antigo e novo

TIPO	HISTÓRICO
Ampliação	(1) De <i>Amparo</i> para <i>Amparo de São Francisco</i> (1954) (2) De <i>Curitiba</i> para <i>Canindé de São Francisco</i> (1958) (3) De <i>Cedro</i> para <i>Darcilena</i> (1943) para <i>Cedro de São João</i> (1954) (4) De <i>São Paulo</i> para <i>Frei Paulo</i> (1943) (5) De <i>Cristina</i> (1938) para <i>Cristinápolis</i> (1943) (6) De <i>Carmo</i> para <i>Carmópolis</i> (1943) (7) De <i>Marcação</i> para <i>General Maynard</i> (1963) (8) De <i>Tamanduá</i> para <i>Graccho Cardoso</i> (1958) (9) De <i>Santo Amaro</i> para <i>Santo Amaro das Brotas</i> (1943) (10) De <i>Riachão</i> para <i>Riachão do Dantas</i> (1943) (11) De <i>Rosário</i> para <i>Rosário do Catete</i> (1943) (12) De <i>Campos</i> para <i>Tobias Barreto</i> (1943) (13) De <i>Geru</i> para <i>Tomar do Geru</i> (1954)
Redução	(1) De <i>Vila Nova</i> para <i>Neópolis</i> (1940) (2) De <i>Espírito Santo</i> para <i>Indiaroba</i> (1943) (3) De <i>Jaboatão</i> para <i>Japoatã</i> (1943)
Redução de nomes dos municípios com posterior ampliação	(1) De <i>São Francisco</i> para <i>Parapatinga</i> (1943) para <i>Brejo Grande</i> (1954) (2) De <i>Itaporanga</i> para <i>Irapiranga</i> (1943) para <i>Itaporanga d'Ajuda</i> (1949) (3) De <i>Socorro</i> para <i>Cotinguiba</i> (1943) para <i>Nossa Senhora do Socorro</i> (1954) (4) De <i>Santa Luzia</i> para <i>Inajoraba</i> (1943) para <i>Santa Luzia do Itanhy</i> (1948) (5) De <i>Santa Rosa</i> para <i>Cambuata</i> (1944) para <i>Santa Rosa de Lima</i> (1953) (6) De <i>Simão Dias</i> para <i>Anápolis</i> (1912) para <i>Simão Dias</i> (1943)

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2016, 2018), Ramos (2007, p. 7).

Os dados do Quadro 37 permitiram identificar que as mudanças toponímicas no âmbito dos nomes de vilas e de cidades promoveram uma nomenclatura geográfica exclusiva nos mapas brasileiros, pelos motivos já descritos em 6.2.1. Em Sergipe, tais mudanças ocorreram maciçamente entre as décadas de 1940 e 1960, e suas particularidades formais foram assim compreendidas:

- Adição do item *polis* a antropônimos: de *Cristina* para *Cristinápolis*; de *Carmo* para *Carmópolis* – ambas as mudanças promovidas sistematicamente em 1943;
- Memorialização de personalidades diversas (políticos, intelectuais, filhos ilustres, fundadores da localidade): *Riachão do Dantas* (1943); *Tobias Barreto* (1943); *Frei Paulo* (1943); *Graccho Cardoso* (1958); *General Maynard* (1963);
- A fim de demarcar unicidade toponímica, o expediente mórfico [N Prep N] foi maciçamente incorporado, por meio do morfema relacional *de* ou flexões *do(s)/da(s)*;
- Entidades católicas, tais como santos, santas e entidades marianas [Nossa Senhora N], podem funcionar toponimicamente como: i) elemento de base nominal que recebe um sintagma preposicionado: *Santo Amaro das Brotas*; *Rosário do Catete*; *Santa Rosa de Lima*; *Santa Luzia do Itanhy*; e ii) elemento nominal constituinte do sintagma preposicionado

adicionado, como em Itaporanga *d'Ajuda* (Nossa Senhora da Ajuda); Santo Amaro *das Brotas* (Nossa Senhora das Brotas); Cedro *de São João*; Amparo *de São Francisco*; Canindé *de São Francisco*;

- Adição da nomenclatura de cursos d'água circundantes (*vide* translação toponímica em 6.1.4): o rio São Francisco, em *Amparo de São Francisco* e em *Canindé de São Francisco* (além de *Santana do São Francisco*, antigo Carrapicho); e o rio Real, em *Santa Luzia do Itanhy* (Itanhy é a denominação para o rio Real dada pelos índios).

Como arremate, constatamos que, após a municipalização, a nomenclatura das cidades sergipanas não sofreu alteração em dois terços dos casos, mas que, quando essas ocorrem, as formas toponímicas inovadoras tendem a formar mais estruturas por composição, algumas das quais com a regressão de um item lexical. Quanto à forma, além do tratamento de aspectos morfossintáticos, cabe estudar os processos fonéticos e ortográficos, tema da próxima subseção.

#### 6.2.4 Aspectos ortográficos e de transliteração

Ao descrever a toponímia francesa, Dauzat (1928) assinala um tipo de mudança toponímica no nível formal: aquele que mantém o conteúdo semântico do topônimo anterior, com alterações fonéticas e na ortografia. Nos nomes de lugares, essas mudanças ocorrem por alterações *paronímicas* ou exclusivamente *ortográficas* em uma mesma língua, ou por meio de *transliteração* do(s) signo(s) de um sistema linguístico para outro. Tomando a classificação de Ramos (2007), mudanças *internas* são aquelas em que, “em relação a seu antecessor, o novo topônimo sofreu alguma alteração fonética ou gráfica” e mudanças *externas* ocorrem quando há “traduções literais dos topônimos originais para uma outra língua” (RAMOS, 2007, p. 8).

Os exemplos, na toponímia brasileira, por mudança externa costumam se dar entre o português como língua-fonte e o tupi como língua-alvo<sup>123</sup>, por exemplo: de *Rio Branco* para *Paratinga*; de *Barro Vermelho* para *Ibitipanga*; de *Rochedo* para *Ibititá*; e de *Toca da Onça* para *Jaguaquara* (RAMOS, 2007, p. 8). Nesses casos, a datação do processo reforça o

---

<sup>123</sup> Assinalamos um exemplo real de tradução literal provocado por etimologia fantasiosa: o topônimo municipal *Itabi* – do tupi *ita-abí*, pedra afiada (GUARANÁ, 1916) – apresenta a seguinte versão etimológica disseminada: “Já em 1944 foi elevado a vila, quando na data o poeta sergipano Simeão Sobral denominou a então vila por nome de *Itabi*, em função das duas pedras (em tupi-guarani: *ita*, "pedra" e *bi*, "duas")”<sup>123</sup> (ITABI, 2018). Ao encontrar aceitação popular, é, inclusive, mais comum. Por exemplo, certos nomes comerciais locais se apropriaram dessa tradução, a exemplo da ‘Casa Lotérica *Dois Pedras*’ e do ‘Grupo *Dois Pedras*’.

argumento de que se formou uma camada toponímica artificial em língua tupi no país em meados do século XX<sup>124</sup>, tal como discutido na subseção 6.2.1. Sabemos que a prescrição e a padronização de topônimos eram temas de conferências capitaneadas por órgãos oficiais já nas primeiras décadas dos anos noventa, quando “recomendava normas para a grafia de nomes geográficos nacionais, de origens indígena, portuguesa e estrangeiros” (BARBOSA, 1980, p. 147).

Na toponímia municipal sergipana, os casos que se enquadram nesse critério estão dispostos no Quadro 38 a seguir.

Quadro 38 – Processos de mudança toponímica em Sergipe com manutenção do significado dos signos linguísticos

TIPO	QTDE	EXEMPLO(S)
Interna	4	De <i>Maroim</i> para <i>Maruim</i> (1943) De <i>Pacatuba</i> para <i>Pacatiba</i> (1943) para <i>Pacatuba</i> (1953) De <i>Buquim</i> para <i>Boquim</i> (28/03/1938) para <i>Buquim</i> (15/12/1938) para <i>Boquim</i> (1976) De <i>Jaboatão</i> para <i>Japoatã</i> (1943)
Externa	1	De <i>Villa Nova</i> para <i>Neópolis</i> (1940)

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2018), Ramos (2007, p. 8).

No Quadro 38, elencamos os cinco exemplos de mudança toponímica de cidades de Sergipe cuja ação não modificou o significado do signo toponímico, mas somente seu significado. Com a descrição dos dados, confirmamos que os dois tipos – mudanças de caráter interno e externo – são identificados no *corpus* da pesquisa, tanto em signos de origem portuguesa quanto de procedência tupi.

Dos quatro processos de mudança interna descritos no Quadro 38, dois são topônimos em língua tupi – *Maruim* e *Pacatuba* –, o antropotopônimo *Japoatã* e a lexia em língua portuguesa *Boquim* (forma reduzida de boquinha). Nos primeiros casos, a alternância entre *Maroim* e *Maruim* e entre *Buquim* e *Boquim* ocorre em nível ortográfico; já entre as formas *Pacatuba* e *Pacatiba* e entre *Jaboatão* e *Japoatã*, as mudanças ocorrem nos planos fonético e ortográfico.

A grafia *Maroim* é abundante na documentação dos séculos XIX e XX, tanto como topônimo quanto como o título de um ilustre barão de Sergipe. Em 1943, o topônimo passou

<sup>124</sup> Especialmente em contextos informais ou humorísticos, especialmente produzidos por jovens (r)urbanos, ocorre a tradução total ou parcial de signos toponímicos para alguma língua estrangeira moderna, como o inglês, o espanhol ou o francês, como em *Simon Days*, para Simão Dias, e *Help*, em relação a Nossa Senhora do Socorro (significa socorro, em inglês). Para mais informações, vide Santos (2016).



à grafia oficial *Maruim*, mantendo-se até os dias atuais. Em glossários e dicionários de língua tupi, essa lexia está assim decomposta<sup>125</sup>: a) alteração de marigüi, variedade de mosquito (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 85); b) de *mberu-im*, mosquito (BUENO, 2008, p. 622); c) *Maruhy*, corruptela meruî, o mosquito, ou os mosquitos (SAMPAIO, 1901, p. 139); d) *Maroim* Mais corretamente *Maruim*. *Meru-mosca; i-pequena: mosquito*” (GUARANÁ, 1916, p. 313); e) *Maruim sm.* nome comum a vários mosquitos hematófagos’ | *marigui* c. 1584, *margui* 1587, *meruim* 1763 etc. | Do tupi *mari’üi*.” (CUNHA, 2010, p. 413); f) do tupi-guarani *mberu-ĩ* – mosca pequena (CHIARADIA, 2008, p. 437). Não seria impossível a hipótese de que o registro do item d, em Guaraná (1916), pode ter sido o fator condicionante da mudança ortográfica imposta ao topônimo algumas décadas depois.

Ao contrário de *Maruim*, que passou por uma única e definitiva intervenção ortográfica em seu topônimo, em 1943, o topônimo *Boquim*, forma reduzida de *Boquinha (da Mata)*, como era denominada a localidade em meados do século XIX (IBGE, 2018), tem um histórico de mais de um processo sistemático de mudança: dois decretos, apenas no ano de 1938, dispõem sobre a questão: em 28 de março, estipulou-se *Boquim* como grafia oficial, anulando, assim, o decreto de 15 de dezembro de 1938, que indicava o retorno à grafia *Buquim*. Por intervenção da Academia Brasileira de Letras (ABL), órgão consultivo para tratar da grafia dos nomes comuns e próprios então (BARBOSA, 1980, p. 148), ocorre, em 1976, o processo de mudança definitivo, que estabelecia *Boquim* como grafia oficial do topônimo sergipano.

No tratamento conjunto desses topônimos, em que pese o fato de serem línguas diversas, identificamos “soluções” diferentes para o mesmo fenômeno grafo-fonético – o alteamento da vogal posterior: para a lexia tupi *Maruim*, elegeu-se como grafia oficial <u>; para *Boquim*, a escolha foi pelo grafema <o>, tal qual a lexia em língua portuguesa boquinha.

Outro fenômeno descrito por tupinólogos e toponimistas é à representação ortográfica do sufixo tupi *-tyba* (‘cheio de’, ‘lugar onde há’, expressando coletivo), cuja flutuação se dá, segundo Navarro (2013, p. XXIII), por especificidade do sistema fonológico do tupi antigo, dada a inexistência do fonema vocálico /ü/ na língua portuguesa<sup>126</sup>. No mapa sergipano, ele está homogeneamente grafado como *-tuba*, como em *Japaratusba*, *Curituba*, *Jenipatusba* e *Camaratusba*. Contudo, a descrição diacrônica do topônimo *Pacatusba*, que denomina alguns

<sup>125</sup> Para mais dados sobre esse topônimo, vide a Ficha nº 38 do Apêndice A desta Tese, referente a *Boquim*.

<sup>126</sup> As variantes *-(n)duva*, *-(n)duba*, *-(n)diba* costumam ser próprias de uma toponímia tupi mais recente, entre os séculos XVIII e XIX, maciçamente presente no território de influência da língua geral paulista, ao passo que são mais frequentes, na nomenclatura nordestina, representações gráficas por meio do fonema dental surdo /t/, como nas variantes *-tiba*, *-tuba* e *-tiva* (NAVARRO, 2013).

elementos geográficos, a exemplo de uma cidade, uma serra e um riacho em Sergipe, assinala uma questão ortográfica interessante, comum a outros *corpora* pelo país. A entrada referente a *Pacatuba* em Guaraná (1916) assinala a flutuação: “*paca-tyba* ou *tuba*: pacas em abundancia, lugar em que há pacas” (GUARANÁ, 1916, p. 316). A mudança de *Pacatuba* para *Pacatiba* configura mais uma das intervenções promovidas pelo Decreto-lei estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943, junto à toponímia estadual. Dez anos depois, porém, outro decreto legislativo promoveu a regressão da forma *Pacatuba*, em 1953, quando da municipalização dessa localidade<sup>127</sup>.

Também esse Decreto-lei de 1943 estabeleceu a mudança da denominação *Jaboatão* para *Japoatã*, a fim de evitar homonímia com um município pernambucano, atualmente Jaboaão dos Guararapes (IBGE, 1951; IBGE, 1958).

O caso de mudança externa diz respeito à tradução literal do significante *Villa Nova*, topônimo com dezenas de ocorrências no país. Em Sergipe, por eruditismo, passou a *Neópolis* – neo (do grego *neos*: novo) + *polis* (do grego *polis*: cidade, lugar) –, em 1940, e constitui exemplo único nos mapas brasileiros<sup>128</sup>. A transliteração de ‘vila nova’ promoveu o uso por uma composição de um radical e um sufixo gregos amplamente usados no PB.

Como exposto, a padronização dos nomes geográficos, nesses casos, concerne à “determinação, por uma autoridade competente, de um ou mais nomes com suas exatas grafias, para aplicação em feições geográficas específicas. Caso necessário, também são determinadas as condições para a sua utilização” (IBGE, 20--, p. 26), atestando que diversas mudanças toponímicas foram geradas de “estudos, recomendações e resoluções de diversos órgãos do campo geográfico, cartográfico, filológico e mesmo de outras áreas mais restritas quanto à geonímia, como as de geologia, história e de normas técnicas gerais” (BARBOSA, 1980, p. 147).

Considerando que topônimos são dados linguísticos cuja função geopolítica requer certa padronização, em relação a processos de mudanças toponímicas, alguns estudiosos de formação filológico-linguística ou cartográfica promovem argumentos prescritivos, como esse de José de Sá Nunes (1951):

Para o Conselho Nacional de Geografia organizei uma lista completa de topônimos brasileiros, a fim de figurarem nas cartas geográficas de todo o

---

<sup>127</sup> *Pacatuba* já era, em 1953, e se mantém como nome de município no Estado do Ceará (IBGE, 1951, p. 148; IBGE, 2018), demonstrando que o objetivo de evitar as homonímias entre os nomes de cidades brasileiras não foi obedecido nesse caso específico.

<sup>128</sup> Apesar de ser único na toponímia brasileira, *Neópolis* configura uma nomenclatura bastante comum. Como exemplo, citamos o homônimo italiano *Nápole*, que possui a mesma origem linguística e significado etimológico.

País, merecendo-me especial atenção os de origem indígena, que foram estudados com particular carinho. Muitos deles estavam, até então, *mal grafados*, e não era nem é possível que o *estado de civilização* do Brasil tolere *cacografias* como as que se usavam (NUNES, 1951, p. 114, grifos nossos).

Assim, surgiram argumentos de valor subjetivo que visavam a determinar a homogeneidade de signos toponímicos e, com eles, um volume de estudos de cunho ortográfico junto a *corpora* toponímicos de substrato indígena e africano (SAMPAIO, 1901; NUNES, 1951). Uma vez compreendidos como elementos civilizatórios, sua homogeneidade estaria diretamente relacionada ao grau de desenvolvimento de um povo. Barbosa (1980) reitera essa visão, ao afirmar que “os nomes geográficos, enfim, fazem parte da própria evolução da vida nacional, de nossa cultura e, como tal, sofrem processos normativos que a sociedade organizada tem que reconhecer e ordenar” (BARBOSA, 1980, p. 153), o que foi determinante para a aprovação de decretos-lei que promoviam *correções* em nível grafofonético em topônimos, dada a compreensão de que esses seriam tesouros lexicais do português do Brasil.

Nossa pesquisa permitiu constatar que havia dois tipos de condicionantes de natureza jurídica em relação à ortografia de signos toponímicos. Assim, como distinção, nos dados dispostos no Quadro 38, apresentamos aqueles casos em que grafias foram alteradas por decretos-lei, ao passo que os dados do Quadro 39 constituem exemplos de processos de mudança ortográfica na língua portuguesa do Brasil. Por meio de uma análise temporal, a representação ortográfica de topônimos municipais sergipanos foi selecionada de seis documentos oficiais nacionais e cartas geográficas, datados entre 1872 e 2018, de modo que dispomos sequencialmente os dados no Quadro 39, destacando visualmente a partir de qual sincronia a variante ortográfica aceita atualmente se apresentou.

Quadro 39 – Inventário de signos toponímicos de municípios sergipanos em sincronias diversas

1872	1911	1933	1951	1958	2018
n/e	Aquidaban	Aquidaban	<b>Aquidabã</b>	Aquidaban	Aquidabã
Aracajú	Aracajú	Aracajú	<b>Aracaju</b>	Aracaju	Aracaju
n/e	n/e	Campo do Britto	<b>Campo do Brito</b>	Campo do Brito	Campo do Brito
Capella	Capella	Capella	<b>Capela</b>	Capela	Capela
n/e	Gararú	Gararú	n/e	<b>Gararu</b>	Gararu
Gerú	n/e	n/e	n/e	Tomar do Geru	Tomar do Geru
Itabaiana	<b>Itabaiana</b>	Itabaiana	Itabaiana	Itabaiana	Itabaiana
Itabaianinha	<b>Itabaianinha</b>	Itabaianinha	Itabaianinha	Itabaianinha	Itabaianinha
Laranjeiras <sup>129</sup>	<b>Laranjeiras</b>	Laranjeiras	Laranjeiras	Laranjeiras	Laranjeiras
S. Christovão	São Christovão	São Christovam	<b>São Cristóvão</b>	São Cristóvão	São Cristóvão
Santo Amaro das Grotas	Santo Amaro das Brotas <sup>130</sup>	Santo Amaro	<b>Santo Amaro das Brotas</b>	Santo Amaro das Brotas	Santo Amaro das Brotas
n/e	Siriry	Siriry	<b>Siriri</b>	Siriri	Siriri
Socorro	n/e	Socorro	Cotinguiba <sup>131</sup>	N. S. do <b>Socorro</b>	N. S. do Socorro
Rosário do Cattete	Rosário do Cattete <sup>132</sup>	Rosario	<b>Rosário do Catete</b>	Rosário do Catete	Rosário do Catete
n/e	Villa Christina	Villa Christina	<b>Cristinápolis</b>	Cristinápolis	Cristinápolis
Villa Nova	Villa Nova	Villa Nova	<b>Neópolis</b>	Neópolis	Neópolis

Elaboração do autor.

Fonte: Brazil (1872); Brasil (1911); IBGE (1933, 1951, 1958, 2018).

Legenda: Em **negrito**, a sincronia quando primeiro se registra a grafia oficial atual do topônimo.

Os dados do Quadro 39 se constituem úteis, por exemplo, por atestarem que alguns casos de incorreção gráfica na sincronia atual podem estar associados a convenções ou formas oficializadas em sincronias pretéritas, como nas formas *Aracajú* e *Gararú*, variantes não aceitas pela norma padrão escrita atual. A investigação diacrônica, contudo, demonstrou que essas eram grafias convencionadas até a vigência do Formulário Ortográfico de 1943, que alterou sua grafia.

A problemática acerca da forma gráfica de morfemas tupi está bastante documentada na literatura nacional, como a flutuação gráfica entre <ç> e <ss>, em Iguassu ~ Iguaçú, ou

<sup>129</sup> Um olhar para outras fases de língua e da História, aliado a um cotejo de documentos históricos notariais, por exemplo, levaria a resultados ainda mais abrangentes para este fenômeno, do qual é exemplo a grafia do topônimo *Laranjeiras* (> *Laranjeiras*), descrito daquela maneira em boa parte da documentação até o século XIX (SANTOS, 2017).

<sup>130</sup> Referente a um documento de 1835.

<sup>131</sup> Como pode ser observado, essa localidade apresentou uma mudança não apenas formal, mas também semântico-lexical (de *Socorro* para *Cotinguiba* para *Nossa Senhora do Socorro*).

<sup>132</sup> Referente a um documento de 1836.

entre <o> e <u>, em Coruripe ~ Cururipe, para o município alagoano. Foi longamente tratada por Dick (1990a, p. 216-232) o caso do morfema <y> tupi, cuja vacilação entre <y> e <i> pode ser identificada em diversos exemplos contemporaneamente, como no topônimo sergipanos *Santa Luzia do Itanhy*, não raro grafada *Itanhi* em mapas e documentos oficiais.

Como constatamos, no Quadro 39, na sincronia da década de 1950, há uma série de topônimos cuja grafia foi alterada. Decidimos agrupar esses fenômenos grafo-fonéticos e justificá-los, apresentando a respectiva regra no Formulário Ortográfico de 1943 no Quadro 40 a seguir.

Quadro 40 – Processos de mudança ortográfica em topônimos municipais sergipanos por força do Formulário Ortográfico de 1943

PROCESSO ORTOGRÁFICO	EXEMPLO	REGRA DO FORMULÁRIO ORTOGRÁFICO
Acentuação gráfica de oxítone terminada em u	De <i>Aracajú</i> para <i>Aracaju</i>	43. 1. <sup>a</sup> - Assinalam-se com o acento agudo os vocábulos oxítonos que terminam em a, e, o abertos, e com o acento circunflexo e os que acabam em e, o fechados, seguidos, ou não, de s.
	De <i>Gararú</i> para <i>Gararu</i>	
	De <i>Gerú</i> para <i>Tomar do Geru</i>	
Som nasal final	De <i>Aquidaban</i> para <i>Aquidabã</i>	23. As vogais nasais são representadas no fim dos vocábulos por ã (ãs).
Som nasal monossílabo	De <i>Sam Christovam</i> para <i>São Cristóvão</i>	28. OBSERVAÇÃO 2. <sup>a</sup> – Com o ditongo nasal ão se escrevem os monossílabos, tônicos ou não.
Som nasal paroxítono		28. OBSERVAÇÃO 3. <sup>a</sup> – Também se escrevem com o ditongo ão os substantivos e adjetivos paroxítonos, acentuando-se, porém, a sílaba tônica: órfão, órgão, sótão, etc.
Letra <i>h</i> antes de <i>c</i>		15. Não se escreve <i>h</i> depois de <i>c</i> (salvo o disposto em o n.º 12) nem depois de <i>p</i> , <i>r</i> e <i>t</i> ; o <i>ph</i> é substituído por <i>f</i> , o <i>ch</i> (gutural) por <i>qu</i> antes de <i>e</i> ou <i>i</i> e por <i>c</i> antes de outra qualquer letra.
Simplificação de consoantes duplas	De <i>Itabaiana</i> para <i>Itabaiana</i>	21. Escrevem-se <i>rr</i> e <i>ss</i> quando, entre vogais, representam os sons simples do <i>r</i> e <i>s</i> iniciais; e <i>cc</i> ou <i>çç</i> quando o primeiro soa distintamente do segundo: carro, farra, massa, passo; convicção, occipital, etc.
	De <i>Itabaianinha</i> para <i>Itabaianinha</i>	
	De Rosário do <i>Cattete</i> para Rosário do <i>Catete</i>	
	De <i>Socorro</i> para Nossa Senhora do <i>Socorro</i>	
	De <i>Capella</i> para <i>Capela</i>	
	De <i>Villa Nova</i> para <i>Vila Nova</i> (atual Neópolis)	
De <i>Villa Christina</i> para <i>Vila Cristina</i> (atual Cristinápolis)		
Troca de <i>g</i> por <i>j</i> antes de <i>e</i>	De <i>Laranjeiras</i> para <i>Laranjeiras</i>	36. De acordo com o critério exposto, far-se-á rigorosa distinção entre os vocábulos que se escrevem com <i>g</i> ou <i>j</i> : estrangeiro, jenipapo, genitivo, gíria, jeira, jeito, jibóia, jirau, laranjeira, lojista, majestade, viagem (subst.), viagem (do v. viajar), etc.
Troca do <i>y</i> por <i>i</i>	De <i>Siriry</i> para <i>Siriri</i>	9. O <i>y</i> é substituído pelo <i>i</i> .

Elaboração do autor.

Fonte: Formulário (2018 [1943]), Brazil (1872); Brasil (1911); IBGE (1933, 1951, 1958, 2018).

O Quadro 40 ilustra, com relativo sucesso, os processos de mudança ortográfica no Português do Brasil ocorridos em topônimos sergipanos em meados do século XX, por vigência do Formulário Ortográfico de 1943. Cotejados os dados do Quadro anterior às bases daquele Formulário, identificamos concordância entre os seguintes processos de mudança ortográfica no *corpus*:

- queda do diacrítico em coda vocálica de topônimos de origem indígena: de *Gerú* para *Geru*; de *Gararú* para *Gararu*; de *Aracajú* para *Aracaju*;
- mudança na representação gráfica do som nasal final (de <am> e <an> para <ã> e <ão>): de *Aquidaban* para *Aquidabã*; de *Sam Christovam* para *São Cristóvão*;
- simplificação de consoantes duplas, inclusive em signos de origem tupi, que se apresentavam geminadas principalmente por uma tradição ortográfica pseudo-etimológica de base latina (MARQUILHAS, 1987): de *Itabaianna* para *Itabaiana*; de *Itabaianninha* para *Itabaiantina*; de *Rosário do Cattete* para *Rosário do Catete*; de *Socorro* para *Nossa Senhora do Socorro*; de *Capella* para *Capela*; de *Villa Nova* para *Vila Nova* (atual Neópolis); de *Villa Christina* para *Vila Cristina* (atual Cristinápolis);
- eliminação do grafema <h> após <c> em antropônimos, também justificado por base etimológica: de *Villa Christina* para *Vila Cristina* (atual Cristinápolis); de *Sam Christovam* para *São Cristóvão*;
- substituição do grafema <y> por <i> e do grafema <g> por <j>: de *Siriry* para *Siriri*; de *Lorangeiras* para *Laranjeiras* (considerando a grafia de *laranja*).

Os dados permitem, ainda, a compreensão de que estudiosos de toponímia podem utilizar fontes primárias e secundárias. Na subseção a seguir, analisamos um último aspecto acerca de processos de mudança toponímica – a manutenção ou a inovação de elementos constituintes do signo inovador.

### 6.2.5 Manutenção e regressão de constituintes linguísticos

Já descrevemos que, em certos processos de mudança, pode ocorrer a manutenção (parcial ou total) de significantes, seja por *conservação lexical*, quando “o novo topônimo conserva algum formante de anterior(es)” ou por *regressão lexical*, com a “retomada de topônimo anterior” (RAMOS, 2007, p. 8). O tratamento dos dados requereu uma subdivisão para o *corpus* sergipano: os processos de regressão se deram por *regressão parcial*, quando parte de uma nomenclatura pretérita foi reincluída no topônimo inovador, e por *regressão*

*total*, quando a retomada de um signo toponímico ocorreu integralmente, tal qual disposto no Quadro 41 a seguir.

Quadro 41 – Preservação de elementos formantes de topônimo(s) anterior(es) nas mudanças de nomes dos municípios de Sergipe

PROCESSO DE MUDANÇA TOPONIMICA	EXEMPLOS
Preservação de constituinte de base nominal [N]	<p>De <i>Amparo</i> para <i>Amparo de São Francisco</i> (1954)  De <i>Ilha dos Bois</i> para <i>Ilha das Flores</i> (1957)  De <i>Riachão</i> para <i>Riachão do Dantas</i> (1943)  De <i>Vila Real do São Francisco</i> para <i>Vila Nova Del Rei</i> (1733) para <i>Vila Nova do Rio São Francisco</i> (1835) para <i>Vila Nova</i> (1910)  De <i>São Paulo</i> para <i>Frei Paulo</i> (1943)  De <i>Aleixo</i> para <i>São Miguel do Aleixo</i> (1963)  De <i>Ilha dos Coqueiros</i> para <i>Barra dos Coqueiros</i> (1903)  De <i>Nossa Senhora do Porto da Folha</i> (1880) para <i>Porto da Folha</i> (1896)</p> <p>De <i>Vila Constitucional da Estância</i> (1848) para <i>Estância</i> (1911)  De <i>Nossa Senhora da Purificação da Capela</i> para <i>Capela</i> (1861)</p>
Preservação da base nominal [N] com mudança ortográfica	<p>De <i>Carmo</i> para <i>Carmópolis</i> (1943)  De <i>Saco do Ribeiro</i> para <i>Ribeirópolis</i> (1933)  De <i>Vila Cristina</i> para <i>Cristina</i> (1938) para <i>Cristinápolis</i> (1943)</p> <p>De <i>Jaboatão</i> para <i>Japoatã</i> (1943)  De <i>Pacatuba</i> para <i>Pacatiba</i> (1943) para <i>Pacatuba</i> (1953)</p> <p>De <i>Salgadinho</i> para <i>Salgado</i> (1927)</p>
Regressão parcial, com estrutura preposicionada inovadora	<p>De <i>Canindé</i> para <i>Curituba</i> (1943) para <i>Canindé de São Francisco</i> (1958)  De <i>Cedro</i> para <i>Darcilena</i> (1943) para <i>Cedro de São João</i> (1954)  De <i>Itaporanga</i> para <i>Irapiranga</i> (1943) para <i>Itaporanga d'Ajuda</i> (1949)  De <i>Santa Luzia</i> para <i>Santa Luzia do Rio Real de Estância</i> (1829) para <i>Santa Luzia</i> (1848) para <i>Inajoraba</i> (1943) para <i>Santa Luzia do Itanhy</i> (1948)  De <i>Santa Rosa</i> para <i>Cambuata</i> (1944) para <i>Santa Rosa de Lima</i> (1953)  De <i>Geru</i> para <i>Tomar</i> (18--) para <i>Geru</i> (1937) para <i>Tomar do Geru</i> (1954)  De <i>Nossa Senhora do Rosário do Catete</i> para <i>Rosário</i> (1932) para <i>Rosário do Catete</i> (1943)  De <i>Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba</i> para <i>Socorro</i> (1868) para <i>Cotinguiba</i> (1943) para <i>Nossa Senhora do Socorro</i> (1954)</p>
Regressão total	<p>De <i>Santo Amaro das Brotas</i> para <i>Santo Amaro</i> (1938) para <i>Santo Amaro das Brotas</i> (1943)  De <i>Simão Dias</i> para <i>Anápolis</i> (1912) para <i>Simão Dias</i> (1944)</p>

Elaboração do autor.

Fonte: IBGE (2016, 2018).

Considerando o Quadro 41, identificamos diversos processos de mudança quanto à preservação e à regressão de nomenclaturas de itens linguísticos de sincronias passadas, implicando a formação de alguns topônimos exclusivos. Outros permitem identificar tanto tendências identitárias de valor positivo quanto rejeição a certos tipos de mudanças sistemáticas.

A preservação de um constituinte de base nominal [N] ocorreu, no *corpus*, pela (1) adição de um sintagma preposicionado, como de *Amparo* para *Amparo de São Francisco*; de *Riachão* para *Riachão do Dantas*; e de *Aleixo* para *São Miguel do Aleixo*; (2) por mudança de algum constituinte na estrutura composta, a exemplo de *Ilha dos Bois* para *Ilha das Flores*; de *Vila Real do São Francisco* para *Vila Nova Del Rei* para *Vila Nova do Rio São Francisco* para *Vila Nova* (atual Neópolis); de *São Paulo* para *Frei Paulo*; de *Ilha dos Coqueiros* para *Barra dos Coqueiros*; de *Nossa Senhora do Porto da Folha* para *Porto da Folha*; (3) por simplificação morfológica, como de *Vila Constitucional da Estância* para *Estância*; de *Nossa Senhora da Purificação da Capela* para *Capela*; (4) por preservação semântica também pode estar associada a algum tipo de mudança em nível grafo-fonético, como o acréscimo de *-polis* a uma base nominal: de *Carmo* para *Carmópolis*; de *Saco do Ribeiro* para *Ribeirópolis*; de *Cristina* para *Cristinápolis*; (5) por manutenção da natureza semântica, como de *Jaboatão* para *Japoatã* e de *Pacatuba* para *Pacatiba* para *Pacatuba*; e (6) por mudança derivacional de grau, como de *Salgadinho* para *Salgado*.

Mudanças sistemáticas ocorridas entre 1930 e 1970 objetivavam gerar nomenclaturas inovadoras na toponímia nacional, como relatado na literatura. Em Sergipe, a composição morfológica de natureza erudita [N-polis] com a conservação de base [N], do topônimo anterior requer alguma atenção<sup>133</sup>.

Além de gerar um processo fonético-fonológico – os novos topônimos passam a proparoxítonos com a justaposição, de três dos quatro exemplos [N-polis] são formados por bases antroponímicas – de *Cristina* para *Cristinápolis* (Imperatriz Dona Tereza Cristina, esposa de Dom Pedro II); de *Carmo* para *Carmópolis* (Nossa Senhora do Carmo, dada a presença de missionários carmelitas na localidade); e de *Ribeiro* para *Ribeirópolis* (personalidade da memória coletiva local, de biografia desconhecida: um cigano, segundo versão mais disseminada).

O último trata-se da construção erudita *Neópolis* (do grego antigo *neos*, ‘novo’). Sua ocorrência na nomenclatura geográfica sergipana se deu já nos anos 1930, com *Ribeirópolis*,

---

<sup>133</sup> Segundo Laeta e Fernandes (2015), a primeira ocorrência de *polis* na toponímia nacional se deu ainda no período imperial, em 1843, com *Petrópolis*, que nomeia a cidade serrana fluminense. Esse processo denominativo, segundo Ramos (2007, p. 3), passou a se intensificar a partir de meados do século XX, “período de abertura da economia do país para o capital industrial estrangeiro, com a implantação de empresas transnacionais, em sua maioria norte-americana”. Itens concorrentes como *lândia* e *burgo*, de mesma função semântico-pragmática, não ocorrem no *corpus* da pesquisa, sem que haja justificativas exclusivamente linguísticas para tal preferência, cabendo à própria subjetividade do (grupo) denominador essa seleção.



quando essa ainda era uma vila, em substituição ao antigo topônimo *Saco do Ribeiro*<sup>134</sup>. O segundo exemplo está datado do início da década seguinte, quando o topônimo *Vila Nova* foi alterado para a forma erudita *Neópolis*. Já os demais exemplos são produtos das mudanças promovidos pelo decreto-lei nº. 5.901, de 21 de outubro de 1943, que promoveu a alteração de diversos topônimos municipais: *Carmo* transformou-se em *Carmópolis* e *Cristina*, em *Cristinápolis*, como parte de um amplo processo de alteração toponímica no Brasil, que visava evitar casos de homônimas.

Quanto aos processos de regressão, subdividem-se em parcial ou total. Identificamos regressão total em *Simão Dias*, que memorializa um sesmeiro do início da colonização do território sergipano, que passou a *Anápolis* em 1912 e regressou a *Simão Dias* em 1944; e em *Santo Amaro das Brotas*, que remete a duas entidades católicas: ao santo romano e à Nossa Senhora das Brotas, de origem ibérica, simplificado *Santo Amaro* em 1938, regressado a *Santo Amaro das Brotas* em 1943.

Já a regressão parcial de constituintes de nomenclaturas pretéritas foi um processo toponímico produtivo no *corpus* sergipano, com padrão datado dos anos 1940 e 1950, como produto da rejeição à toponímia gerada nas décadas de 1930 e 1940, geralmente pelo resgate de uma base nominal [N], transformando-a em núcleo, não raro acrescida de um sintagma preposicionado [Prep N]. São exemplos: de *Canindé* para *Curituba* (1943) para *Canindé de São Francisco* (1958); de *Cedro* para *Darcilena* (1943) para *Cedro de São João* (1954); de *Itaporanga* para *Irapiranga* (1943) para *Itaporanga d'Ajuda* (1949); de *Santa Luzia* para *Santa Luzia do Rio Real de Estância* (1829) para *Santa Luzia* (1848) para *Inajoraba* (1943) para *Santa Luzia do Itanhy* (1948); de *Santa Rosa* para *Cambuata* (1944) para *Santa Rosa de Lima* (1953); de *Geru* para *Tomar* (18--) para *Geru* (1937) para *Tomar do Geru* (1954); de *Nossa Senhora do Rosário do Catete* para *Rosário* (1932) para *Rosário do Catete* (1943); de *Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba* para *Socorro* (1868) para *Cotinguiba* (1943) para *Nossa Senhora do Socorro* (1954).

Descritos e analisados sob diversos critérios, na subseção 6.2, assim resumimos os processos de mudança toponímica em Sergipe:

---

<sup>134</sup> Segue o histórico toponímico desta localidade: surge como povoação *Saco do Ribeiro* e transforma-se em distrito em 1927 com a mesma denominação. A alteração toponímica se deu em 1933, quando se transformou em *Ribeirópolis* como vila, tendo se emancipado como município em 1938.

- Semanticamente, há um movimento frequente, mas longe de ser exclusivo: a passagem de um nome descritivo de elementos físico-naturais para uma denominação de natureza antropocultural;

- Uma parcela da camada toponímica primitiva das atuais cidades advém de nomes de fazendas ou de engenhos locais;

- Temporalmente, os processos toponímicos em Sergipe seguem o fluxo nacional, com picos de mudanças sistemáticas entre as décadas de 1940 e 1960, apresentando uma toponímia definitiva a partir dos anos 1970. Considerando o condicionante de evitar topônimos homônimos, signos toponímicos inovadores foram formados, por vezes, com a adição de algum sufixo ou sintagma preposicionado;

- Há uma camada toponímica sergipana de origem tupi com datação da primeira metade do século XX, ou seja, que não configura denominação por parte de grupos indígenas, conhecida como *toponímia tupi de gabinete*;

- A toponímia de homenagens e referências a personalidades políticas gerou algumas reações negativas. Em alguns casos, houve a manutenção da toponímia comemorativa; noutros, procedeu-se à substituição da nomenclatura imposta, por vezes pela regressão (total ou parcial) de significantes de sincronias pretéritas.

Por fim, concluídos os objetivos estipulados para um estudo histórico-linguístico da toponímia sergipana, passamos às conclusões da pesquisa e às perspectivas de investigação em relação ao *corpus*.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese de doutoramento, descrevemos e analisamos aspectos pancrônicos de natureza linguística, sócio-histórica e cultural relativos aos nomes de localidades de Sergipe, preenchendo uma lacuna nos estudos toponímicos nacionais. O *corpus* da pesquisa, constituído inicialmente por 464 topônimos, dos oito Territórios de Planejamento do estado, catalogados no Cadastro de localidades brasileiras selecionadas (CLBS) a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, foi selecionado por serem um *corpus* oficial passível de comparação, bem como pela possibilidade de tratamento georreferencial, o que gerou uma cartografia temática da toponímia sergipana. Também a confecção de fichas toponímico-lexicográficas (Apêndices A e B) relativas aos nomes das cidades de Sergipe servirá como catálogo útil a estudiosos e entusiastas da toponímia local, dada a descrição de aspectos linguísticos, etimológicos, histórico-linguísticos e enciclopédicos da nomenclatura geográfica.

Após uma contextualização geossócio-histórica e etnolinguística do espaço geográfico relativa à colonização, à urbanização e ao povoamento de Sergipe, procedemos à revisão da literatura, destacando que a toponímia sergipana apresentava, até este estudo, uma lacuna analítica sob os parâmetros teórico-metodológicos estipulados por Dick (1990a, 1990b, 1996, 2004), tomados em dezenas de projetos, artigos, dissertações e teses desde as décadas de 1980/1990. O tratamento taxonômico dos dados confirmou a diversidade léxico-semântica dos signos toponímicos sergipanos – apenas cinco das quase trinta taxes não tiveram exemplos no *corpus* da pesquisa. As limitações dessa taxonomia, identificadas por Aguilera (1999), se materializaram quando da análise de topônimos com estrutura morfológica composta, a exemplo da construção [N Prep N]. Essa base nominal preposicionada, não contemplada no modelo de Dick (1990b), no *corpus* sergipano, costuma apresentar signos de natureza semântica física, religiosa ou antroponímica, indicando uma relação de posse.

Como resultados do tratamento sincrônico de topônimos de aglomerações humanas em Sergipe, identificamos uma nomenclatura motivada por elementos de natureza físico-natural. A flora local (*fitotopônimos*) constitui um quinto do *corpus* (19,82% do total), demonstrando que a vegetação é o item condicionante mais produtivo quando do ato denominativo de núcleos de povoamento, seguido por elementos geomorfológicos e hidrográficos. Dentre os nomes de natureza antropocultural, avultam *ergotopônimos*, referentes a elementos da cultura material; *sociotopônimos*, que ressaltam o aspecto coletivo

das aglomerações humanas descritas; e os nomes religiosos, notadamente católicos, distribuídos entre *hierotopônimos*, *mariotopônimos* e *hagiotopônimos*.

O estudo revelou os itens linguísticos sobressalentes por campo semântico, elencando padrões e tendências morfolexicais da toponímia sergipana. São exemplos: o sufixo *-eir-*, entre os fitotopônimos; as lexias *serra* e *campo* ou derivados, entre os geomorfotopônimos; as lexias *lagoa* e *poço* e derivados, entre os hidrotopônimos; uma diversidade de santos e santas católicos e de entidades marianas; a lexia *saco* e derivados, entre os ergotopônimos; a lexia *fazenda* e derivados, entre os sociotopônimos; lexias referentes a *areia* e a *pedra* (também na forma tupi *ita*) e derivados, entre os litotopônimos; a variada classe de animais, avultando os mamíferos, que não se apresentaram apenas nos zootopônimos; itens anímicos exclusivamente eufóricos, demonstrando que a toponímia sergipana é “otimista”, como assinalou Oliveira (1970); ecotopônimos que remetem às três etnias formadoras do povo brasileiro: indígena (*tapera*, *aldeia*), europeu (*casa caiada*, *convento*, *forte*) e africano (*mocambo*).

Quanto a aspectos sócio-históricos e culturais, a toponímia sergipana segue a tendência de homenagear agentes e fatos históricos. O espectro de personalidades memorializadas vai de sujeitos(as) com relevância apenas local a líderes e políticos de notoriedade estadual, nacional ou mesmo internacional; ao demarcar, como esperado, uma História dos vencedores, como define Benjamin (1987), menções a sujeitos e a episódios do Brasil Colônia, como sesmeiros e religiosos que participaram do processo de colonização das respectivas localidades – *Simão Dias* e Frei Jaboatão (*Japoatã*); do Brasil Imperial, como homenagem à Guerra do Paraguai – *Aquidabã* e *Riachuelo* – e à família real – *Cristinápolis*; e do Brasil Republicano, como políticos e membros da elite sergipana em geral. Dentre os nomes de povoados e de lugarejos, por outro lado, identificamos sujeitos sem lastro político ou financeiro como nomenclatura de localidades. Também houve, no *corpus*, referência a topônimos de outras localidades: cidades nacionais, como *Brasília*, e cidades e países internacionais, como *Linda França*, *Roma*, *Iraque*, *Palestina* e a cidade portuguesa Tomar, em *Tomar do Geru*, além do topônimo *Itabaianinha*, que remete ao nome de outra cidade sergipana, *Itabaiana*.

Não sendo possível estipular, necessariamente, zonas etnolinguísticas dentre os estratos linguísticos, a camada denominativa de origem tupi se apresentou numérica e geograficamente hegemônica. Tal constatação confirma os dados postulados para a toponímia brasileira, que tem a língua portuguesa como estrato predominante. Na toponímia sergipana, 373 são nomes exclusivamente nessa língua (80,38%); a língua tupi é a de segunda maior

participação, seja como língua de substrato, seja como adstrato; uma modesta ocorrência de topônimos de origem africana – da família banto.

O exame do padrão morfológico demonstra equilíbrio quantitativo entre os topônimos de estruturas simples e composta. Os topônimos formados por hibridismo configuram uma pequena parcela, seja em estruturas simples ou compostas, notadamente com lexemas tupi e portugueses; há ainda uma presença esporádica de outras línguas europeias no *corpus*, a saber: inglês, francês e espanhol.

Para a formação dos gentílicos a partir dos nomes de cidades sergipanas, o sufixo – *ense* se apresentou quase exclusivo, com apenas cinco dos 75 gentílicos formados pelo sufixo –*ano*. Aqueles gerados de topônimos de estrutura composta provêm de, em ordem de ocorrência, a partir: dos dois constituintes do significante toponímico; do primeiro constituinte; e do último constituinte nominal ou do sintagma preposicionado do significante toponímico.

O tratamento diacrônico permitiu caracterizar processos de mudança toponímica. Há municípios que mantêm sua nomenclatura primitiva, como *Areia Branca* e *Pedrinhas*, ao passo que ocorreram sucessivas mudanças na nomenclatura sergipana, geralmente por fatores condicionantes sistemáticos – mudanças ortográficas da língua portuguesa; necessidade de evitar homônimas na geografia nacional; imposição de grupos específicos, frequentemente de elites locais, dentre outros. Não raro identificamos casos de manutenção parcial e de regressão de elementos formantes do signo toponímico em sincronias pretéritas, a exemplo de meados do século XX, motivados por medidas legislativas. Naquelas de caráter comemorativo, há exemplos de atitude toponímica negativa quanto a algumas personalidades político-partidárias, como *Graccho Cardoso* e *General Maynard*, e memorialização de filhos ilustres ou de fundadores de localidades, tais como *Tobias Barreto* e *Simão Dias*.

A cartografia temática, como expediente para a representação de dados toponímicos, auxiliou tanto para dispor geograficamente as taxonomias mais produtivas do *corpus* quanto para elucidar um frequente processo denominativo: a translação toponímica. No confronto do *corpus* com a nomenclatura hidronímica sergipana, identificamos casos de homonímia que confirmam o deslocamento de um topônimo físico a um topônimo antrópico, mas geralmente refutamos casos em que a homonímia não confirma a ocorrência de um processo de translação toponímica, dada a possibilidade de representação georreferencial.

Dentre as prospecções de estudo do *corpus* e da toponímia sergipana em geral, destacamos, como demanda, investigações extensivas e comparáveis junto a territórios circundantes, como Bahia e Alagoas, seja isoladamente ou por parcerias interinstitucionais. A

análise de processos denominativos que formam um possível *continuum* toponímico é um procedimento que tende a assinalar quais e como os aspectos apresentados na toponímia sergipana se apresentam convergentes ou excepcionais na nomenclatura geográfica nacional, também por meio de representações cartográficas.

Cientes de que o número de agrovilas demarcadas cresceu exponencialmente na última década, em Sergipe e em todo o país, bem mais do que qualquer outra unidade administrativa, assinalamos também a necessidade de exame pormenorizado de condicionantes político-socio-históricos, envolvidos nos processos denominativos em comunidades relacionadas a movimentos de luta agrária. Essa *toponímia rebelde*, como definiu Vargas Netto (2007), já descrita por Dick (1998) e apresentou nomenclatura *sui generis* em relação a outros espaços geográficos.

Em prol de uma conclusão, buscamos contribuir, junto a pesquisadores e demais interessados, com um estudo sistemático sobre a toponímia sergipana, temática permeada de argumentos não científicos e carente, muitas vezes, de investigações de orientação linguístico-histórica. Consideramos que esta tese conseguiu, por fontes oficiais primárias e secundárias, seguindo os postulados teórico-metodológicos da Toponímia de orientação linguística (DICK, 1990a, 1990b, 2004), descrever e analisar como o homem e seu *modus vivendi*, o espaço físico e a sócio-história de Sergipe estão demarcadas em sua nomenclatura geográfica, muitas vezes ratificando os resultados já apresentados na literatura toponímica nacional.

## REFERÊNCIAS

AGAREZ, F. V.; RIZZINI, Cecília M.; PEREIRA, Célio. *Botânica angiospermae: taxonomia, morfologia, reprodução, chave para determinação das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1994. 243 p.

AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS. *Governo retira nomes de militares da Ditadura de escolas e estádio em Sergipe*. 14 jan. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2EQCHCQ>> Acesso em: 25 nov. 2018.

AGUILERA, Vanderci Andrade. Taxonomia de topônimos: problema sem solução?. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 2, n. 1, 1999, p. 125-137.

\_\_\_\_\_. Dialetoлогия e Toponímia. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs). *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 129-146.

ALAGAJU. SE: moradores se revoltam com alagamento e tuitam #alagaju. *Terra: Cidades*. 24 maio 2011. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/se-moradores-se-revoltam-com-alagamento-e-tuitam-alagaju,e29baf17b94fa310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>.

ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição do todo o marítimo da Terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brazil feito por Joao Teixeira cosmógrafo de sua majestade*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1640.

ALEXIS, Hernández Arena Rubén. *La toponimia como reconstrucción histórica: caso micro-región Mucurubá*. Parte 1. Universidad de Los Andes. Facultad de Humanidades y Educación-Postgrado en Historia de Venezuela. 2011. p. 412. Disponível em: <<http://bdigital.ula.ve/RediCiencia/busquedas/DocumentoRedi.jsp?file=32243&type=ArchivoDocumento&view=pdf&docu=26060&col=5>>.

ALLEN, Harold B.. Distribution Patterns of Place-Name Pronunciations. *Names*, vol. 6, n. 2, 1958, p. 74-79.

ALMEIDA, Lana Cristina Santana. *O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural*. Salvador, 2012. 187f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Aqui tem Murundu, Marianga, Murici, Capanema, Areal e Água Limpa: uma análise de topônimos do Recôncavo baiano*. Salvador, 2018. 1116 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2018.

ALVES, Francisco José. Contribuição à arqueologia de Sergipe colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 34, Sergipe, p. 39-54, 2003-2005.

\_\_\_\_\_. Mussuca, um topônimo sergipano de origem africana. *Revista Sergipe Mais*, p. 38-9, Out. 2004.

\_\_\_\_\_. Abaís: o que significa? *Sergipe Mais*, Aracaju, p. 40-40, 01 dez. 2003.

\_\_\_\_\_. O rio São Francisco numa Carta Seiscentista. *Canindé* (MAX/UFS), Canindé de São Francisco, v. 1, n. 2, p. 329-336, Dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Mocambos e quilombos na toponímia de Sergipe. *Jornal da Cidade*, Aracaju, Caderno B, p. 6B, 6-7 jul. 2000.

\_\_\_\_\_. Aracaju, o que significa?. *Jornal da Cidade*, Aracaju, p. 04-04, 24 out. 1999.

ALVES, Francisco José; SANTOS, Cezar Alexandre Neri. Os nomes dos municípios sergipanos. *Jornal da Cidade*. Aracaju, 2011. Disponível em: <<http://jornaldacidade.net/artigos-leitura/76/10998/os-nomes-dos-municipios-sergipanos.html#.VTZdSyFViko>> Acesso em: 28 fev. 2018.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 55, n. 1, 2011, p. 63-82.

\_\_\_\_\_. “Ser mauricinho e dar a elza”: subsídios para uma análise de epônimos contemporâneos. *Estudos Lingüísticos XXXV*, p. 657-666, 2006. Disponível em: <<http://gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/125.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos. *Marcas de Religiosidade na toponímia paranaense*. Londrina, 2018. 374 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, 2018.

ANDRADE, Adailton. *História de Pacatuba*, 2016. Disponível em: <http://mundodoscaldas.blogspot.com/2016/04/historia-de-pacatuba-sergipe.html>. Acesso em: 03 nov. 2018.

ANDRADE, Karilleila dos Santos. Atlas toponímico do Tocantins (ATT): criação de um software para a catalogação dos dados das fichas lexicográfico-toponímicas. *Percursos Linguísticos*, v. 3, p. 08-28, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/3902>>.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos. *Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas*. Belo Horizonte, 2012. 331 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ANTUNES, Alessandra Martins; CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia. O nome próprio. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, Volume XI, n. 02 – Livro dos Minicursos, p. 108-121, 2007. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/3/Cad200320XICNLF.pdf>>.

APES – Arquivo Público Estadual. *BAPE: Boletim do Arquivo Público Estadual*. Aracaju: APES/Setor de Divulgação, ano III, nº 4, Jun. 1984, 63 p.

AQUIDABÁN. *Diccionario Enciclopédico Vox 1*, 2009. Disponível em: <<https://es.thefreedictionary.com/Aquidab%c3%a1n>>. Acesso em: 24 nov.2018

ARAÚJO, Hélio Mario de. Relevo e solo. In: SANTOS, Vera Maria dos Santos; ARAÚJO, HÉLIO Mário de. *Geografia de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, p. 41-52, 2012. Disponível em



<[http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14333816012013Geografia\\_de\\_Sergipe\\_Aula\\_5.pdf](http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14333816012013Geografia_de_Sergipe_Aula_5.pdf)>.

ÁRVORES DO BRASIL. *Árvores do Brasil: informações e estudos sobre árvores nativas brasileiras*, 2018. Disponível em: <http://www.arvores.brasil.nom.br/esq.htm>> Último acesso em: 15 dez. 2018.

ASSIS, Harmensz Van Rin Morais de. *Topônimos no Sul da Bahia: nomações dos municípios originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus*. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

AULETE DIGITAL. *Dicionário Online*. 2018. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>.

AVELLA, Aniello Angelo. Teresa Cristina Maria de Bourbon, uma Imperatriz Silenciada. In: *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca. Set. 2010. Cd-Rom. 14 p.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2018. 624 p.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva). *Terra Livre*, n. 10, p. 23-78, Jan-Jul. 1992.

\_\_\_\_\_. Embriões de cidades brasileiras. *Boletim paulista de geografia*. Associação dos Geógrafos Brasileiros (Regional de São Paulo). São Paulo: n. 25, p. 31-69, Mar. 1957.

AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador. A Igreja Católica na Bahia (1551-2001) - Período colonial*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BÁBA, Barbara. Lexical topoformants in toponyms. *Acta Onomastic*. Debrecen. v. 55, p. 17-24, 2016.

BACKHEUSER, Everardo. Toponímia. Suas regras, sua evolução. *Revista geográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História. v. IX, X. n. 25, p. 163-195, 1950.

BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BARBOSA, Maria Aparecida. O percurso gerativo de enunciação, a relação de equivalência lexical e ensino do léxico. *Estudos lingüísticos XXI*. Anais dos seminários do GEL. Franca: GEL, p. 258-265, 1992.

\_\_\_\_\_. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. *Anais do II Simpósio Latino-Americano de Terminologia*. Brasília, 1981.

BARBOSA, Rodolpho P. Padronização de nomes geográficos no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 42, n. 1, p. 147-155, 1980.

BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BENJAMIM, W. *Magia e técnica, Arte e Política: ensaios sobre Literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERG, Lawrence D.; VUOLTEENAHONEN, Jani (Ed.). *Critical toponymies: The contested politics of place naming*. Ashgate Publishing Ltd., 2009.

BERGAMINI, José. *Rio São Francisco, sua história e estórias*. Belo Horizonte: Comunicação, 1976.

BÍBLIA. Português. *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. *Filologia e linguística portuguesa*, v. 2, n. 1, p. 81-118, 1998.

BIGELOW, John C. Universais. *Crítica: metafísica*. Tradução de Vítor Guerreiro. 4 mar. 2006. Disponível em: <[https://criticanarede.com/met\\_universais.html](https://criticanarede.com/met_universais.html)>. Acesso em 19 set. 2018.

BLINKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 9. Ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus (vols. 1-4); Lisboa, Pascoal da Sylva (vols. 6-8); Lisboa Occidental, Joseph Antonio da Sylva (v. 9); Lisboa Occidental, Patriarcal Officina da Musica (v. 10), 1712-1728 (v. 1 [A], 1712; v. 2 [B.C], 1712; v. 3 [D.E], 1713; v. 4 [F.G.H.I], 1713; v. 5 [K.L.M.N], 1716; v. 6 [O.P], 1720; v. 7 [Q.R.S], 1720; v. 8 [T.U.V.X.Y.Z], 1721; v. 9 [«Suplemento ao vocabulario: Parte primeira»], 1727; v. 10 [«Suplemento ao vocabulario: Parte segunda»], 1728).*

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1975.

BRASIL. *Decreto-lei Nº 5.901*, de 21 de outubro de 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5901-21-outubro-1943-415891-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar nº 46, de 21 de Agosto de 1984*. Brasília, 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp46.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp46.htm#art1)> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 6.454, de 24 de Outubro de 1977*. Brasília, 1977. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6454.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6454.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Política da Diversidade Linguística*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/139>> Acesso em: 22 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Toponímia em línguas dos povos indígenas no Brasil. *Nona Conferência sobre a Padronização de Nomes Geográficos*. Nova York. 21-30 Ago. 2007.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica*. Trad.: Eduardo Guimarães. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

BREMAEKER, François E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. *Revista de Administração Municipal*, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993.

BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: EdUnB, 2003.

BRYANT, Margaret M.. After 25 Years of Onomastic Study. *Names*, v. 24, n. 1, p. 30-56, 1976.

BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. 7. ed. São Paulo: Vidalivros, 2008.

BURACAJU: Uma cidade à beira do abismo. In: @raca judeinversdades. Aracaju, 16 ago. 2013. Disponível em: <<http://aracajudeinversdades.blogspot.com/2013/08/buracaju-uma-cidade-beira-do-abismo.html>>.

CALENDÁRIO SAZONAL. Disponível em: <<http://www.datascomemorativas.me/2018>>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Transcurso do 135º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Aquidabã, Estado de Sergipe. In: SESSÃO: 061.3.55.O. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2zIsMxH>>.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU. *Indicação de lei 309*, de Dezembro de 2002.

CAMPBELL, Lyle. *Historical linguistics*. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

CAPLAN, D.. *Structure, processing and disorders*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1992.

CARDOSO, Amâncio. Escravidão em Sergipe: fugas e quilombos, século XIX. *Revista do IHGSE*. n. 34, p. 54-73, 2005.

\_\_\_\_\_; ALVES, Francisco José. O Gado na cultura sergipana. *Primeira Mão*. 22 set. 2011. Disponível em: <<http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=2196&t=o-gado-na-cultura-sergipana>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

CARDOSO, Severiano. Lendas Sergipanas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, vol. XXI, n. 26, p. 80-91, 1961.

\_\_\_\_\_. A lenda de Rita Cacete. *O Estado de Sergipe*. 13 mar. 1904. Disponível em: <<https://coisasdesaocristovao.blogspot.com/2011/08/lenda-de-rita-cacete.html>>. Acesso em 10 dez. 2018.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Aplicações da teoria dos signos na Onomástica. *Língua e Literatura* (USP), v. 27, p. 299-309, 2011.

\_\_\_\_\_. *Hierotoponímia portuguesa*. De Leite de Vasconcelos às atuais Teorias Onomásticas. Estudo de caso: as Nossas Senhoras. 2005. 231 f. + LXI. (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_; ANTUNES, Alessandra Martins. Toponímia brasileira. Origens históricas. *XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 2007, Rio de Janeiro: Cadernos do CNLF - Livro dos Minicursos. Rio de Janeiro: Cifefil, v. XI. p. 141-158, 2007.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018.

\_\_\_\_\_. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 823 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a palavra e o chão: memória toponímica da estrada real*. 2012. 534 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano. *Teoria da Linguagem*. vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

CASTILHO, Ataliba de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A influência das línguas africanas no português brasileiro. Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura da Cidade do Salvador (Org.). *Pasta de textos da professora e do professor*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005a, p. 1-12.

\_\_\_\_\_. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2005b.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa. Pelos domínios da toponomástica. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*. Salvador: Imprensa Oficial, v. 3, 1918.

CEDRO DE SÃO JOÃO. Cedro de São João: essa é minha terra. *Assembleia Legislativa do estado de Sergipe*. 11 jun. 2018. Disponível em: <<https://al.se.leg.br/cedro-de-sao-joao-essa-e-a-minha-terra/>>. Acesso em 03 nov. 2018.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. DA SILVA, Roberto. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CHIARADIA, Clóvis. *Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena*. São Paulo, Limiar, 2008, 708p.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. 2. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

COATES, Richard. Names and Historical Linguistics. In: HOUGH, Carole (Ed.) *The Oxford Handbook of Names and Naming*. Series: Oxford handbooks in linguistics. Oxford: Oxford University Press, p. 525-539, 2016.

\_\_\_\_\_. “Afon ystwyth” and onomastic sound-change. *Anuario del Seminario de Filología Vasca “Julio de Urquijo”*, v. 40, n. 1-2, p. 265-271, 2006. Disponível em: <[www.ehu.es/ojs/index.php/ASJU/article/download/4386/4331](http://www.ehu.es/ojs/index.php/ASJU/article/download/4386/4331)>.

COELHO, Araori Silva. *Distribuição, estrutura e dinâmica recente da população baiana: uma análise interesalar baseada em microdados*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17787>>.

CONCEIÇÃO, José Carlos; GUIMARÃES, Tayronne. *Itabaianinha em fatos e fotos*. Aracaju: Infographics, 2017.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo Dicionário crítico e etymologico da lingua portuguesa*. Paris: Angelo Francisco Carneiro Junior Tip. de Casimir, 1836.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A.. *Diccionario crítico y etimológico castellano e hispánico*. Tomo II. Madrid: Gredos, 1955.

COVARRUBIAS, Sebastián de Horozco. *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid, Luis Sanchez, 1943 [1611].

CREVELS, Mily. South America. Moseley, Christopher (Ed.). *Encyclopedia of the World's Endangered Languages*. London/New York: Routledge, p. 103-196, 2007.

CRUZ, Eluzia Lisboa da. *Região da Jabotiana, anos 2000: história e discurso no processo de nomeação*. 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

CRYSTAL, David. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CUNHA; Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DANTAS, Beatriz Góis. Índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana M. *Textos para a História de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/São Cristóvão: BANESE, p. 25-74, 1991.

\_\_\_\_\_. A tupimania na Historiografia sergipana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 29, p. 43-45, 1983-87.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux: origine et evolution*. Paris: Delagrave, 1928. 264p.

DE STEFANI, Elwys. Brief history. *The International Council of Onomastic Sciences*. 201-. Disponível em: <<https://icosweb.net/drupal/history-of-icos>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

DICIO DICIONÁRIO. *Dicionário Online de Português*. <<https://www.dicio.com.br/>> Último acesso em: 13 jan. 2019.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Revista Trama*, Cascavel, v. 3, n. 5, p. 141-155, 1º sem. 2007. Disponível em <<http://erevista.unioeste.br>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. T. C. *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte/UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Org.). *As ciências do léxico*. v. II. Campo Grande: EdUFMS, p. 121-130, 2004.

\_\_\_\_\_. O Sistema Onomástico: Bases Lexicais e Terminológicas, Produção e Frequência. *As Ciências do Léxico: Lexicologia Lexicografia e Terminologia*. vol. I. 2. ed. Campo Grande: EDUFMS, 2001. p. 79-90.

\_\_\_\_\_. Contribuição do Léxico Indígena e Africano ao Português do Brasil. In: *Congresso Internacional de Lusitanistas*, 2000a, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAaml4AG/contribuicao-lexico-indigena-africano-ao-portugues-brasil>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. A Investigação Lingüística na Onomástica Brasileira. *Estudos de Gramática Portuguesa III*. Frankfurt am Main, v. III, p. 217-239, 2000b.

\_\_\_\_\_. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações* (Recife), Recife, v. 9, p. 119-148, 1999.

\_\_\_\_\_. Os nomes como marcadores ideológicos. *Acta Semiotica et Lingüística*. São Paulo: v.7, p. 97-122, 1998.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. 2. ed. São Paulo: AnnaBlume, 1997.

\_\_\_\_\_. Atlas toponímico: um estudo de caso. *Acta Semiotica et Lingüística*. SBPL. São Paulo: Plêiade, v. 6, 1996, p. 27 - 44.

\_\_\_\_\_. Toponímia e dicionário especializado. Estudos Lingüísticos. XXIV *Anais de Seminário do GEL*. FFLCH/USP-SP. São Paulo: 1995.

\_\_\_\_\_. Toponímia e Línguas Indígenas do Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 435-436, Dez. 1994. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300059>>.

\_\_\_\_\_. Documentação em toponímia. *Anais*. Jaú: Gel/Fundação Educacional Dr. Raul Bauab, 1992. p. 44-51.

\_\_\_\_\_. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

\_\_\_\_\_. *Toponímia e antroponímia do Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1990b. 224 p.

\_\_\_\_\_. O espontâneo e o popular na Toponímia. In: *Suplemento Cultural de O Estado de São Paulo*. São Paulo, n. 58, 20 nov. 1977, 5p.

\_\_\_\_\_. O problema das taxonomias toponímicas: uma contribuição metodológica. *Separata da Revista Língua e Literatura*, São Paulo, v. 4, p. 372-380, 1975.

\_\_\_\_\_; SEABRA, Maria Candida T. Costa. Caminho das Águas, Povos dos Rios: uma Visão Etnolingüística da Toponímia Brasileira. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, Rio de Janeiro, vol. V, p. 25-32, 2002. Disponível em <[http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ6\\_07.htm](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ6_07.htm)> Acesso em: 30 maio 2018.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. ISQUERDO, Aparecida Negri. Diversidade e unidade na fitotoponímia brasileira. XXV Encontro Nacional da Anpoll – Enanpoll 2010. *Caderno de Resumos online – XXV Encontro Nacional da Anpoll - Enanpoll 2010*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2010.

DNIT. *Mapa multimodal*. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. 2013. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/se.pdf>>.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965, 134p.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2014.

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969. Disponível em: <[http://biblio.wdfiles.com/local--files/edelweiss-1969-estudos/edelweiss\\_1969\\_estudos.pdf](http://biblio.wdfiles.com/local--files/edelweiss-1969-estudos/edelweiss_1969_estudos.pdf)>.

ELEGUA. *Tambores Sanzas Capoeira em Resistencia Chaco*. 31 maio 2009. Disponível em: <<http://abogadokayakista.blogspot.com/2009/05/elegua.html>>. Acesso em: 13 out. 2018.

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe. *Informações Básicas Municipais: município de Monte Alegre*. Aracaju, jan. 2019. Disponível em: <<https://www.emdagro.se.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/MONTE-ALEGRE-Infoma%C3%A7%C3%B5es-B%C3%A1sicas-Municipal-jan-2019.pdf>>

FALCETTI, Sergio. Significado dos Nomes das Cidades de Sergipe. *Viajando todo o Brasil*. 201-. Disponível em: <<https://viajandotodoobrasil.com.br/sergipe-significado-dos-nomes/>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272p.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *Enforcados: o índio em Sergipe*. (Coleção Estudos Brasileiros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FONSECA, Adalberto. *História de Lagarto*. [s.l.]: Governo de Sergipe, 2002.

FRANCO, Candido Augusto Pereira. *Compilação das Leis Provinciais de Sergipe – 1835 a 1880*. v. 1: A-H, Aracaju: Typografia de F. das Chagas Lima, 1879a.

\_\_\_\_\_. *Compilação das Leis Provinciais de Sergipe – 1835 a 1880*. v. 2: I-Z, Aracaju: Typografia de F. das Chagas Lima, 1879b.

FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977 [1891].

\_\_\_\_\_. *História territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe / Secretaria de Estado da Cultura / FUNDEPAH, 1995.

FREIRE, Laudelino. *Quadro Corographico de Sergipe*. 2. ed. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1902.

FUENTES, Jordí. *Diccionario y gramática de la lengua de la Isla de Pascua*: Pascuense-castellano, castellano-pascuense. Santiago, Chile: Andres Bello, 1960. 1082p.

FULKAXÓS instalam aldeias em Pacatuba. *Jornal do Dia online*. Aracaju, 23 maio 2017. Disponível em <[http://www.jornaldodiase.com.br/noticias\\_ler.php?id=24129](http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=24129)>.

GARCEZ, Monique. Bandeira e hino sergipanos revelam curiosidades sobre estado. *Agência Sergipe de Notícias*. 08 Jul. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2RHsw8P>> Acesso em: 08 nov. 2018.

GARCÍA SÁNCHEZ, Jairo Javier. *Atlas toponímico de España*. Colección Bibliotheca Philologica. Madrid: Arco Libros, S. A., 2007. 408 p.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GMHP – Grupo de Morfologia Histórica do Português. Em busca de um método de investigação para os fenômenos diacrônicos. In: VIARO, Mario Eduardo (Org.). *Morfologia Histórica*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 11-30.

GONÇALVES, Eduardo Gomes; LORENZI, Harri. *Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares*. 2. ed. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2011. 512p.

GRACCHO CARDOSO. *Sergipe em foco*, 2013. Disponível em: <<http://sergipeemfoco.com.br/pagina.php?sa=99&tit=Graccho%20Cardoso>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

GUARANÁ, Armindo. Glossário Etimológico dos nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, ano II, vol. II, n. 5, p. 297-326, 1916.

GUÉRIOS, Rosário Faráni Mansur. *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Dicionário geológico-geomorfológico*. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

HADJÚ, Mihály. *The History of Onomastics*. Budapest: Osiris Kiadó, 2003.

HENRIQUES, Stefania Montes. Dois tipos de nome próprio na teoria saussuriana. *Revista argentina de historiografía lingüística*, v. 7, n. 1, p. 31-38, 2016.

HISTÓRIA DO ROSÁRIO DO CATETE. *Ache tudo e Região*, 20---. Disponível em: <[https://www.achetudoeregiao.com.br/se/rosario\\_catete/historia.htm](https://www.achetudoeregiao.com.br/se/rosario_catete/historia.htm)> Acesso em: 13 nov. 2018.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.

HOUGH, Carole (Ed.) *The Oxford Handbook of Names and Naming*. Series: Oxford handbooks in linguistics. Oxford: Oxford University Press, 2016.

IBGE. *IBGE Cidades*, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>> Último acesso em: 13 jan. 2019.



\_\_\_\_\_. *Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil*, volume 2. Rio de Janeiro, IBGE, Coordenação de Cartografia, 2015a, 40 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835\\_v2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835_v2.pdf)>.

\_\_\_\_\_. *Mapa Político dos estados de Alagoas e Sergipe*. Rio de Janeiro, 2015b. Disponível em: <[ftp://geofp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_estaduais\\_e\\_distrito\\_federal/politico/2015/al\\_se\\_politico450k\\_2015.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_estaduais_e_distrito_federal/politico/2015/al_se_politico450k_2015.pdf)> Acesso em: 20 maio 2018.

\_\_\_\_\_. *BR\_Localidades\_2010\_v1.mdb*. [online], 2014. Disponível em: <[ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/estrutura\\_territorial/localidades/](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/localidades/)>. Acesso em 30 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. *Introdução à padronização de nomes geográficos*. Rio de Janeiro: Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento, 2011a. Disponível em: <[http://www.ngb.ibge.gov.br/App\\_Doc/PADRONIZA%C3%87%C3%83O\\_DOS\\_NOMES\\_GEOGRAFICOS\\_2011.pdf](http://www.ngb.ibge.gov.br/App_Doc/PADRONIZA%C3%87%C3%83O_DOS_NOMES_GEOGRAFICOS_2011.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. *Cadastro de localidades brasileiras selecionadas*. 2011b. Disponível em: <[ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/estrutura\\_territorial/localidades/cadastro\\_localidades\\_selecionadas.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/localidades/cadastro_localidades_selecionadas.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil*, volume 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 36 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835\\_v1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835_v1.pdf)>.

\_\_\_\_\_. *Os aspectos relevantes dos nomes geográficos e os procedimentos de carga do BNGB – Banco de Nomes Geográficos do Brasil*. Rio de Janeiro. Jul. 2008. Disponível em: <[http://www.ngb.ibge.gov.br/App\\_Doc/APOSTILA\\_ASPECTOS%20DA%20COLETA%20DE%20NOMES%20GEOGRAFICOS\\_JUL2008\\_REVISADO\\_GRACIOSA\\_VITOR.pdf](http://www.ngb.ibge.gov.br/App_Doc/APOSTILA_ASPECTOS%20DA%20COLETA%20DE%20NOMES%20GEOGRAFICOS_JUL2008_REVISADO_GRACIOSA_VITOR.pdf)>

\_\_\_\_\_. *Relatório de Gestão 2005* (Versão simplificada). Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/prestacaodecontas/relatgestao2005.pdf>>

\_\_\_\_\_. *Mapa de Biomas e de Vegetação*. 21 maio 2004. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>.

\_\_\_\_\_. *Kit de Mídia – UNGEGN*. Rio de Janeiro: Centro de Referência em Nomes Geográficos (CRNG)/ Coordenação de Cartografia/Diretoria de Geociências/IBGE Trad.: Diego Valentim da Silva, Lívia Maria Dias de Azevedo Frade e Nathalie Palhares. Supervisão: Ana Cristina da Rocha Bérenger Resende, 20--. 28p. Disponível em: <<http://mdgs.un.org/UNSD/geoinfo/UNGEGN/docs/Media%20Kit%20completo.pdf>>.

\_\_\_\_\_. *Noções Básicas de Cartografia*. Rio de Janeiro: IBGE, CDDI. Divisão de Biblioteca e Acervos Especiais, 1999 ((Manuais técnicos em geociências – número 8). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Nocoas%20basicas%20de%20cartografia.pdf>>.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 20, 1958. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>.

\_\_\_\_\_. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874?. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P.. *Toponímia urbana: um estudo de caso a partir de dados do ATEMS*. Apresentação oral no XI ENGTLEX. Salvador, 2017. *Slides disponibilizados pelas autoras*.

ISQUERDO, Aparecida Negri. La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique. *Cahiers de lexicologie: Revue internationale de lexicologie et lexicographie*, n. 101, p. 15-36, 2012.

\_\_\_\_\_. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. *Revista Prolíngua*. n. 2, v. 1, dezembro/2008. Disponível em: <http://www.revistaprolingua.com.br/wp-content/uploads/2009/07/aparecida-negriisquerdo.pdf>.

ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A “trilha” dos buritis no vocabulário onomástico-toponímico: um estudo na toponímia de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul. In: BARROS, Lúcia de Almeida; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *O léxico em foco*. Múltiplos olhares. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. 1, p. 79-91.

ITABI. In: *Wikipédia*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Itabi&oldid=54029223>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

JABOATAM, Antônio de Santa Maria (frei). *Novo orbe oeráfico brasilico ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859.

JESPERSEN, Otto. *Language: its nature, development and origin*. London: George Allen & Unwin, 1922.

JESUS, Romário A. de. *Arauaú: natureza e sociedade*, 24 jul. 2011. Disponível em: <<http://romarioandradeacademicohistoria.blogspot.com/2011/07/araua.html>> Acesso em: 03 set. 2018.

JOLY, Aylthon Brandão. *Botânica: introdução à taxonomia vegetal*. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 777p.

KADMON, Naftali. *Glossário de termos para a padronização de nomes geográficos* (Versão concisa para a Divisão de Países de Língua Portuguesa do Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos – GPNUNG). Seleção, tradução e redação de Ana Maria Goulart Bustamante. Projeto de pesquisa “Terminologia e toponímia” IBGE-USP 2008-2009. Supervisora: Prof. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (USP), 2009, 21p. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6779498-Glossario-de-terminologia-e-toponimia-ibge-usp-2008-2009.html>>.

KARIRÍ-XOCÓ. *Ethnologue*. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/language/kzw>>.

KOPACH, Aleh. *Three stages in the place naming process: a cognitive-onomasiological approach*. Disponível em <<http://bit.ly/2EHWK9B>> Acesso em: 12 jan., 2018.

LAETA, Tainá; FERNANDES, M. C. Cartografia histórica de Petrópolis (RJ): levantamento dos documentos cartográficos no período de 1846 a 1861. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, p. 107-123, 2015.

LEITE, Yonne Freitas. As Línguas Indígenas e a Diversidade Lingüística Brasileira. In: *Anais do Seminário sobre Diversidade Linguística e o Ensino da Língua Materna*. Salvador: EDUFBA, p. 81-90, 1996.

LIMA, Emanoela Cristina. *A toponímia africana em Minas Gerais*. 2012. 216 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LIMA, Ivone Alves de. A motivação religiosa dos topônimos paranaenses. *Estudos linguísticos* (Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo), XXVI. Campinas: UNICAMP, 1997.

LIMA, Jorgevânio Menezes de. *São Miguel do Aleixo/SE: 50 anos de religiosidade e responsabilidade de seu povo*. São Miguel do Aleixo: [s. ed.], 2013.

LISBOA, L. C. Silva. *Corographia do estado de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1897.

LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; USP, 1979.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. *Dinâmica dos Municípios*. Brasília: IPEA, p. 13-52, 2008.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. 1995.

MARINHA do Brasil. *Batalha Naval do Riachuelo*. Disponível em <<http://www.marinha.mil.br/batalha-naval-do-riachuelo>> Acesso em: 13 jul. 2019.

MARQUES, Elizabete Aparecida. Fraseotopônimos: estabelecendo diálogos entre a fraseologia e a toponímia. *Guavira Letras*. Três Lagoas/MS, n. 25, p. 23-33, jul./dez. 2017.

MARQUILHAS, Rita. O acento, o hífen e as consoantes mudas nas ortografias antigas portuguesas. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (orgs.). *A demanda da ortografia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1987. p. 103-116.

MARTINET, Andre. *Eléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin, 1967.

MARY, Aglacy. *O que é Sergipanidade?* 2010. Disponível em: <<http://aglacy.blogspot.com/2010/06/o-que-e-sergipanidade.html>> Acesso em: 20 jan. 2018.

MEJRI, Salah. Delimitation des unités phraséologiques. In: ORTIZ ALVAREZ, M. L. (Org.). *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes, 2012, p. 139-156.

MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2007.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012 [1933].

MENEZES, Wanderley. Considerações sobre a etimologia da palavra “itabaiana”. *Interdisciplinar*. v. 6, nº. 6. p. 155-165. Jul/Dez de 2008.

MEXIAS-SIMON, Maria Lucia. Os nomes e sua possível motivação. In: RIO-TORTO, Graça Maria; FIGUEIREDO, Olívia Maria; SILVA, Fátima (Org.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Vol. 2. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 695-709.

MILL, John Stuart. A System of Logic: Ratiotiative and Inductive. In: \_\_\_\_\_. *The Collected Works of John Mill*. Toronto: University of Toronto Press - Routledge & Kegan Paul, Book I, Chapters VII-VIII, 1973 [1872].

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Patrimônios culturais, nomes de lugares também devem ser preservados*. Ambiente Jurídico. 8 out. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-out-08/ambiente-juridico-patrimonios-culturais-nomes-lugares-tambem-preservados>>.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

MORENO. Diogo de Campos. *Rezão do Estado do Brasil no governo do norte somête asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612*. Iluminado por João Teixeira Albernaz I. Biblioteca Pública Municipal do Porto: Porto, 1612.

MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

\_\_\_\_\_. Aventuras e desventuras dos primeiros moradores de Sergipe Del Rey mencionados nas visitas do Santo Ofício e nas cartas de sesmarias (1591-1623). *Revista do IHGSE*. nº 3, p. 105-150, 2006.

MST. *17 de abril de 1996: Nossa homenagem aos mártires de Carajás*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 17 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/04/17/17-de-abril-de-1996-nossa-homenagem-aos-martires-de-carajas.html>> Acesso em: 14 nov. 2018.

MUÑOZ, Alejandro Muñoz; PINTO, Fábio de Almeida; NASCIMENTO, Carolina Gomes (Org.). *Plano de desenvolvimento regional do estado de Sergipe*. Brasília: IABS, 2017.

NASCENTES, Anteonor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. v. 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

NASCIMENTO, Natália Oliveira. *De Oxumaré à Rosa de Sarom: a influência religiosa na substituição dos topônimos do Loteamento Jardim Sucupira em Feira de Santana-BA*. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

NASCIMENTO, S. P.; CARVALHO, C. M.. Expressões orais populares utilizadas pelo povo do lavrado em Roraima. *Revista Geografia Acadêmica*. v. 10, n. 1 (XIII), p. 131-162, 2016.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

NICOLAISEN, Wilhelm Fritz Hermann. Are There Connotative Names? *Names*. v. 26, n. 1, p. 40-47.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. 2. ed. São Cristóvão: EdUFS/Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006 [1989].

\_\_\_\_\_. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *O Significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

OLIVEIRA, Cêurio de. As origens psicossociais dos topônimos brasileiros. *Boletim Geográfico*, v. 29, n. 215, p. 61-70, 1970.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1984.

PAIS, Cidmar Teodoro. O percurso gerativo da enunciação: produtividade léxica e discursiva. *Confluência*, Assis, v.3, p. 162-181. Número especial. 1994.

PASSOS SUBRINHO, Josué dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1985, 116p.

PENA, Jesús. Partes de la morfología: las unidades del análisis morfológico. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, p. 4305-4366, 2000.

PERA, Caroline Krobath Luz; BUENO, Laura Machado de Mello. Revendo o uso de dados do IBGE para pesquisa e planejamento territorial: reflexões quanto à classificação da situação urbana e rural. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 721-742, set./dez. 2016.

PEREIRA, Levy; CINTRA, Jorge Pimentel. Técnicas para o estudo da dinâmica toponímica. *Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Belo Horizonte: CRCH-UFMG, p. 259-268, 2016.

PEREIRA, Renato Rodrigues; NADIN, Odair Luiz. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia. *Revista de Estudos da Linguagem*, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 217-243, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10946>>.

PESQUISE - PESQUISA DE SERGIPE. *Os lugares e os seus nomes*. 2004. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/sysinfonet/publico/share.asp?id=8124&janelaenviar=sim&acao=imprimir>> Acesso em: 18 jan. 2018.

PIEL, Joseph Marie. Os nomes germânicos na toponímia portuguesa. *Boletim de Filologia*, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, v. 2-7, 1933-1940.

PLATÃO. *Crátilo: Diálogo sobre a justeza dos nomes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963.

POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris: PUF, 1992.

\_\_\_\_\_. *Linguística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

\_\_\_\_\_. *Presentation de la Linguistique: fundamentos de una teoría*. Traducción de Antonio Quilis. Madrid: Alcalá, 1968.

PRADO, Ivo do. *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias*. Memoria sobre questões de limites. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1919.

PRATA, Ana Paula do N.; FARIAS, Marta Cristina V.; MOTA, Aline Costa (Org.). *Flora de Sergipe*. v. 3. Maceió: EDUFAL, 2018.

PRUDENTE, Clese Mary; ABBADE, Celina Márcia. A discreta presença africana na toponímia da Bahia. *Interdisciplinar – Revista de Estudos em Língua e Literatura*. Ano XI, v. 24, p. 47-59, jan./abr. 2016.

PSEUDO-PLUTARCH. *About Rivers and Mountains and Things found in them*. 2010. Tradução de Thomas M. Banchich. Disponível em: <<http://roman-emperors.sites.luc.edu/Pseudo-P%20Revised.pdf>>

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças*. Atlas Toponímico-Histórico dos Municípios Baianos. 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. Processos de mudança toponímica e sua abordagem pela teoria da variação e mudança linguística. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiCEFIL, maio/ago 2007, Ano 13, n. 38. Disponível em: <[www.filologia.org.br/rph/ANO13/38/011.pdf](http://www.filologia.org.br/rph/ANO13/38/011.pdf)>

RAPER, Peter E.. *Dictionary of Southern African Place Names*. Onomastic Research Centre, HSRC, 1987, 506p. Disponível em: <[http://www0.sun.ac.za/taalsentrum/assets/files/Hulpbronne%20vir%20Taalpraktisyns/SaPlaceNamesDictionary\(1987\).pdf](http://www0.sun.ac.za/taalsentrum/assets/files/Hulpbronne%20vir%20Taalpraktisyns/SaPlaceNamesDictionary(1987).pdf)> Acesso em: 03 nov. 2018.

REIS, João Dantas Martins dos. A cidade do Riachão do Dantas, como começou. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, vol. XX, n. 25, 1960. p. 175.p. 174-182.

RIO-TORTO, Graça Maria. Desafios em morfologia: história e (re)conhecimento. In: VIARO, Mario Eduardo (Org.). *Morfologia Histórica*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 31-57.

RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios Guaycurús: quinze dias nas suas aldeias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

RODRIGUES, Aryon. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. *La Toponímia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela; Facultad de Ciencias Económicas y Sociales; División de Publicaciones, 1985.

SALOMÃO, Liliam da Fonseca. A lenta penetração portuguesa no Brasil. O caso de Sergipe d'El Rey, território marginal. *Cadernos UFSHistória*. São Cristóvão: DHI/PDPH/EDUFS, 1996. p. 105-115.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geographia Nacional*. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. Disponível em: <[http://biblio.wdfiles.com/local--files/sampaio-1901-tupi/sampaio\\_1901\\_tupi.pdf](http://biblio.wdfiles.com/local--files/sampaio-1901-tupi/sampaio_1901_tupi.pdf)>

SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo/Brasília: Editora Nacional/INL, 1987. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/o-tupi-na-geografia-nacional>>.

SANDMANN, Antonio. *Morfologia Geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

SANDNES, Berit. Names and language contact. In: HOUGH, Carole (Ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 540-553.

SANTANA, Pedro Abelardo de. *Os índios em Sergipe oitocentista: catequese, civilização e alienação de terras*. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTANA, Robervan B. de. *Os Espanhóis em Sergipe del Rey*. Aracaju: Infographics, 2011.

SANTOS, Aldeci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. *Nova Geografia de Sergipe*. Aracaju: SEED/UFS, 1998.

SANTOS, Anderson Pereira dos. *Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808)*. 2017. 339 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. Antonomásia Toponímica numa perspectiva cognitiva: os apelidos dos municípios de Sergipe. *Pesquisas em Língua, Linguística e Literatura no Nordeste: uma Jornada de quase 40 anos do Gelne*. Recife, 2016. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais-2016/Gelne2016-Linguística%20e%20cognição.pdf>>.

\_\_\_\_\_. *De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623)*. 2012. 191f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização*. 2013. 356 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Das minas de prata à vocação agrícola: rastros sobre a formação territorial de Itabaiana, Sergipe (séculos XVII-XIX). *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT*. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: [https://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=1706](https://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1706). Acesso em: 08 jan. 2018.

SANTOS, Melânia Lima. *Os onomásticos em documentos da freguesia de São Cristóvão quando pertencente à província eclesiástica da Bahia*. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SANTOS, Osmar Rodrigues. *Histórico do Povoado Tombo-Salgado/SE*. [s.n], 2018 (arquivo digital cedido pelo autor).

SANTOS, Ulisses Silvano. *Toponímias de Engenhos da Província de Sergipe no século XIX*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. *Linguística como ciência*. Ensaios. Trad. de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Livraria Acadêmica, p. 43-62, 1969 [1912].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEABRA, M. Candida Trindade Costa de. Variação e mudança linguística de topônimos. In: COSTA, Daniela de Souza Silva; BENÇAL, Dayme Rosane. *Nos caminhos do léxico*. Campo Grande: EDUFMS, 2016. p. 137-154.

\_\_\_\_\_. Diversidade e unidade da fitotoponímia brasileira: a presença das palmeiras. XXVII Encontro Nacional da ANPOLL - GT Lexicologia, lexicografia e terminologia, 2012, Niterói. *Caderno de Resumos do XXVII Encontro Nacional da ANPOLL - GT Lexicologia, lexicografia e terminologia*. Niterói: UFF, 2012. p. 35-36.

\_\_\_\_\_. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. 2004. 368 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEPLAG. *Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe – PDR Sergipe*. Aracaju: Observatório de Sergipe, 2017. Disponível em: <<http://seplag.se.gov.br/plano-de-desenvolvimento-regional-de-sergipe-pdr-sergipe>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *A História de Sergipe através da cartografia*. Aracaju: Observatório de Sergipe, 2015. Disponível em: <<http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia/publicacoes-de-geografia-e-cartografia/atlas-historico-de-sergipe>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos Municípios Sergipanos*. Aracaju: SEPLAG, 2014. 557p.

SERGIPE. *Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe*. Aracaju, SE: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, 2016. CD-ROM.

SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Lucas. Procurador do Ministério Público de Contas parabeniza escolha do novo patrono para o antigo "Colégio João Alves Filho". *SEDUC - Notícias*. 25 maio 2017. Disponível em: <http://seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=11919>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SILVA, Marcilene Ribeiro da. *A Toponímia em Bonsucesso e Pai André no Rio Cuiabá*. Cuiabá: 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

SILVA, Petronio da. Malhada dos Bois: História. *Blog Baixo São Francisco de Sergipe*, 2011. Disponível em: <<https://baixosaofrancisco-se.webnode.com.br/products/malhada-dos-bois/>> Acesso em: 13 jul. 2018.

SILVEIRA, Francine de Assis; BARROS, Lídia Almeida. Estudo descritivo da estrutura morfossintática e léxico-semântica de termos eponímicos do domínio da Dermatologia. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 175-201, jan.-jun. 2006.



SIQUEIRA, Luís. *Homens de mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey*. 2016. 300 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SJÖBLOM, Paula; HAKALA, Ulla; KANTOLA, Satu-Päivi. (2016) Municipality Names in Consolidations: What Happens to Place Branding? In: HOUGH, Carole; IZDEBSKA, Daria (Ed.). *Names and Their Environment*. Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences, Glasgow, 25-29 August 2014. Vol. 4. Theory and Methodology. Socio-onomastics. Disponível em [http://www.icos2014.com/wp-content/uploads/icos2014\\_v4\\_294.pdf](http://www.icos2014.com/wp-content/uploads/icos2014_v4_294.pdf) Acesso em 23 dez. 2017.

SMITH, Grant W. A semiotic theory of names. *Onoma*, v. 41, p. 15-26, 2006.

\_\_\_\_\_. Describing types of Placename Information. *Names*, v. 40, n. 4, p. 299-306, 1992.

SOBRINHO, Sebrão. Cordialidade de Afonseca. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v. XVII, n. 22, p. 105-109, 1955-1958.

SOLEDADE, Juliana; LOPES, M. S. Uma proposta de revisão do conceito de morfema. In: COELHO, J. S. B.; ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SANTANA, Elisângela (Org.). *Para a construção de saberes lexicais*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 127-159.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 4. Ed. Edição comentada por Francisco Adolfo de Varnhagen. São Paulo. Cia. Editora Nacional. 1971 [1587].

SOUZA, Jéssica dos Santos. *Cooperativismo no campo: um estudo da Coopertreze (1850-1882)*. São Cristóvão, 2015. Disponível em: <[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6936/2/Jessica\\_Santos\\_Souza.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6936/2/Jessica_Santos_Souza.pdf)> Acesso em: 15 dez. 2018.

SOUZA, José Luiz de. A (In)Visibilidade dos Lugares Kadiwéu: contribuições da geografia cultural para o estudo de populações indígenas. *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro. N. 23, p. 53-66, Jan/Jun. 2008.

SOUZA, Marcos Antonio de. Memória sobre a Capitania de Sergipe. *Revista do Aracaju*, Aracaju, 1943 [1808], n. 1, p. 19.

STEWART, George R.. And Adam gave Names: a consideration of name-lore in Antiquity. *Names*, v. 6, p. 1-10, 1958.

\_\_\_\_\_. A classification of place names. *Names*, v. 2, n. 1, p. 1-13, 1954.

STRANDBERG, Svante. River names. In: HOUGH, Carole (Ed.) *The Oxford Handbook of Names and Naming*. Series: Oxford handbooks in linguistics. Oxford: Oxford University Press, p. 104-114, 2016.

TAVARES, Marineide Cassuci; ISQUERDO, Aparecida Negri. A questão da estrutura morfológica dos topônimos: um estudo na toponímia sul-mato-grossense. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 9, n. 2, p. 273-288, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/3956/3160>>.

TAYLOR, Simon. Methodologies in place-name Research. In: HOUGH, Carole (Ed.) *The Oxford Handbook of Names and Naming*. Series: Oxford handbooks in linguistics. Oxford: Oxford University Press, p. 69-86, 2016.

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Aracaju: suas origens, seu provável futuro. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: s/e, 1913, nº 02, vol. 1, p. 47-51.

TENT, Jan. Approaches to Research in Toponymy. *Names*. v. 63, n. 2, p. 65-74, 2015.

\_\_\_\_\_; BLAIR, David. Motivations for naming: the development of a toponymic typology for Australian placenames. *Names*. v. 59, n. 2, p. 67-89, 2011.

TERRA. *Fatos históricos do dia 08 de outubro*. Disponível em: <<https://bit.ly/2RSCRif>> Acesso em: 14 nov. 2018.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*: significado dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço, 1985.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EdUEL, 2012.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona, jun. 1996. Disponível em: <[www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf)>

UNITED Nations. *Glossary N. 330/Rev2: Technical Terminology Employed in the Standardization of Geographical Names*. ST/CS/SER.F/330/Rev.2. United Nations, 1987. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/docs/pubs/ST\\_CS\\_SER.F\\_330\\_Rev.2.pdf](http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/docs/pubs/ST_CS_SER.F_330_Rev.2.pdf)>.

UREÑA PRIETO, Maria Helena de Teves Costa; UREÑA PRIETO, João Maria de Teves Costa; PENA, Abel Nascimento. *Índices de nomes próprios gregos e latinos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

VALENZA, Giovarina Mazzaro. *De Lingva Latina, de Marco Terêncio Varrão*: Tradução dos Livros VIII, IX e X. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

VAN LANGENDONCK, Willy. *Theory and Typology of Proper Names*. Trends in Linguistics: Studies and Monographs 168. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2007. 378 p.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. *A mística da resistência*: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. 2007. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VARRONIS, M. Terenti. *De Lingua Latina*. Liber VIII. (Versão latina). Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/varro.ll8.html>> Acesso em: 09 fev. 2018.

VASCONCELLOS, Leite de (Ed.). *Revista Lusitana*: arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal - A. 1, n. 1 (1887). v. 38, n. 1/4 (1940/1943); n. s., n. 1 (1981). Porto: Livraria Portuense, 1887-.

VASCONCELLOS, Leite de. Toponímia. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960. v. 23, p. 70-84.

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VICENTE, Flávia Daianna Calcabrine. *Além e aquém de Sergipe do Conde e Tatuapara: os topônimos no Livro Velho do Tombo*. 2013. 288 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

VIEIRA, Frei Domingos. *Thesouro da lingua portuguesa*. Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871-1874. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/28254>>.

VIEIRA, Zara Peixoto. *O reflexo da memória social na toponímia: o espontâneo e o popular*. Cadernos do CNLF, Série V, nº. 02, 2010. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ2\\_13.htm](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ2_13.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n. 24. Tomo VII. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1845, p. 381-403.

\_\_\_\_\_; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatz. *Flora Brasiliensis*. (1840-1906). Disponível em: <<http://florabrasiliensis.cria.org.br/opus>>.

ZAMARIANO, Márcia. Cartografiação de dados toponímicos no Brasil: perspectiva historiográfica. *Revista do GELNE*, v. 14, n. 1, Ed. Esp, p. 77-98, 2012.

\_\_\_\_\_. *Estudo Toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro*. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Centro de Letras e Ciências e Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – FICHAS LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICAS REFERENTES AOS NOMES DE CIDADES DE SERGIPE

FICHA Nº 1	
<b>Topônimo:</b> Amparo de São Francisco	<b>Geocódigo:</b> 2800100
<b>Taxonomia:</b> Animotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Amparo</b> “<i>amparar</i> ‘proteger, sustentar, defender’. <i>amparo</i> XV” (CUNHA, 2010, p. 34).  <b>De</b> “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” (CUNHA, 2010, p. 200).  <b>São</b> → <b>santo</b> “<i>sm.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).  <b>Francisco</b> “<i>s. m.</i> Nome de homem. De <i>Franciscu</i>, latinização do germânico <i>Fränkisch</i>, formado de <i>frank</i>, franco, e do sufixo <i>-isk</i>, e significando francês (Leite de Vasconcelos, <i>Antr.</i>, 48, Dauzat, NP, 73. O alto alemão médio tem <i>franzisch</i> (Schade, <i>Altdeutsches Wörterbuch</i>, 220, apud L. de Vasconcelos). Nunes, RL, XXXII 141, aceita a origem atribuída ao nome da lança de guerra pelos francos e não rejeita a ligada ao adjetivo <i>franco</i>, no sentido de livre, independente. O <i>Century</i> também interpreta como <i>de França</i> (NASCENTES, 1952, p. 117).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Adj + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Amparo</i> , Povoação para <i>Amparo</i> , Município (1953) para <i>Amparo de São Francisco</i> (1954)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  Por volta de 1855, o Sr. João da Cruz Freire adquiriu parte da fazenda Campinhos, numa povoação homônima. Construiu ali sua casa em local privilegiado, com vista para o rio São Francisco, estabelecendo-se no local por muito tempo. Segundo a versão disseminada, quando dos festejos de seu casamento, ao ser questionado a respeito do nome de sua propriedade, falou aos presentes: ‘Esta terra, a partir de hoje, chamarei de Amparo, pois, graças a Deus, foi nestas terras que eu encontrei o meu amparo.’” (SEPLAG, 2014, p. 109).  A localidade prosperou em torno da fazenda, tendo sua emancipação municipal decretada em 1953. O nome Amparo motivou também a eleição de Nossa Senhora do Amparo como padroeira da cidade. Credita-se a fórmula genitiva ao fato de essa localidade estar às margens do rio São Francisco. (SEPLAG, 2014, p. 106).  O rio São Francisco remete ao santo italiano. Nascentes (1952, p. 117) destaca que “Em 1182 nasceu em Assis, cidade italiana, um menino cujo pai, rico mercador de panos, se achava em França. A mãe pôs-lhe o nome de João, que o pai, ao chegar, trocou pelo de <i>Francesco</i>, por alusão à sua estada em França por ocasião do nascimento. Este menino foi S. Francisco de Assis. Depois da morte dele, seu nome vulgarizou-se pela Itália e pelo mundo cristão. (Enciclopédia Italiana, Roma, 1920)” (NASCENTES, 1952, p. 117). Por ter sido descoberto em 4 de outubro de 1501, pelos viajantes Américo Vespúcio e André Gonçalves, ganhou o nome do santo do dia, Francisco de Assis. Os índios que habitavam a região chamavam-no de <i>Opara</i>, que significa rio-mar, tendo como apelidos Rio de Integração Nacional ou <i>Velho Chico</i> (BERGAMINI, 1976).  Gentílico: Amparense</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 2</b>	
<b>Topônimo: Aquidabã</b>	<b>Geocódigo: 2800209</b>
<b>Taxonomia:</b> Hidrotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Médio Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> Aquidaban	
<b>Etimologia:</b> <p><b>Aquidabã</b> “s. m. Riacho do Paraguai. Do tapuia (TS, 9)” (NASCENTES, 1952, p. 22); “Aquidabã, do guarani <i>Aquidabán</i>: terras entre rios, lagoas, ilhas, terras férteis e aguadas” (IBGE, 2018). Aquidabã é uma “palavra de origem indígena e significa terra entre águas, rios, lagos, pantanal” (AQUIDABÃ, 2009); “do Terena (Aruák) – rio pequeno” (CHIARADIA, 2008, p. 60).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Cemitério</i> , Povoação para <i>Sant’Anna do Cemitério</i> , Distrito (1872) para <i>Aquidaban</i> , Vila (1882) para <i>Aquidabã</i> , Município (1938).	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> <p>No início do século XVIII, o local onde hoje está o município de Aquidabã era conhecido como Cemitério, tendo sido o cemitério local um marco daquela região, por estar localizado em um ponto visível para todos que transitavam por lá naquela época (SEPLAG, 2014, p. 65).</p> <p>O nome Aquidabã, que denomina diversas localidades em todo o país, remete ao episódio da vitória brasileira na Guerra do Paraguai (1865-1870), quando o Brasil, ao lado da Argentina e do Uruguai, esteve em guerra contra o país vizinho, Paraguai. Seu fim se deu em 1º de março de 1870, quando o presidente paraguaio, Francisco Solano López, foi morto por soldados brasileiros à beira do Riacho Aquidabán – ortografia em língua espanhola. Aquidabán é um “río de Paraguay, afluente por la izquierda del río de este nombre. Nace en la meseta de Amambay, en Brasil; 270 km.” (AQUIDABÁN, 2018).</p> <p>Não há consenso sobre a procedência linguística da lexia Aquidabã, mas certamente não se trata de um nome em língua tupi. As fontes registram como opções diferentes línguas indígenas, tais como guarani (IBGE, 2018) ou tapuia (SAMPAIO, 1901; NASCENTES, 1952). Não descartamos, ainda, a possibilidade de este topônimo ser de origem guaicuru ou aruák, por analogia do topônimo sul-mato-grossense <i>Aquidauana</i>, que significa “rio estreito” (AQUIDAUANA, 2018), como argumenta Chiaradia (2008, p. 60).</p> <p>A causa denominativa deste nome para a localidade assim se deu: “O nome do bairro Paraguai tem uma ligação também com essa guerra, pois segundo alguns, esse nome surgiu quando moradores da redondeza, ou melhor, do lugar onde se encontra o centro da cidade e o bairro Baixinha, que na época era conhecido como Malaca, despeitados com os primeiros moradores daquele bairro, diziam ironicamente que ali não era Brasil e sim o Paraguai. Era uma forma de hostilizá-los chamando o bairro pelo nome de Nação Inimiga. Graças a Deus que essa despeita acabou e hoje todos vivem na mais perfeita harmonia.” (CAMARA, 2017).</p> <p>Dado o desconhecimento desse fato histórico por parte da população, criou-se uma versão fantasiosa popular, cujo relato foi coletado junto ao Sr. Etevaldo Lima, professor da rede pública de ensino do município: “Diz a lenda que um grupo de viajantes, ao passar pela região, parou perto do cemitério da cidade. Ai um deles ficou cansado e anunciou ‘Aqui tá bom’, de onde veio o nome da cidade”.</p> <p>Gentílicos: Aquidabaense ou Aquidabanense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 3</b>	
<b>Topônimo: Aracaju</b>	<b>Geocódigo: 2800308</b>
<b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Grande Aracaju
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> Aracajú	
<p><b>Etimologia:</b> Há diferentes versões para este topônimo, as quais listamos por autor:</p> <p>“de ar-acaju, dia de festa da passagem do ano (versão de vários autores); acaju, nome do conhecido fruto, também significa “ano”, pelo fato de os índios guardarem num pequeno saco a parte rija (que é o verdadeiro fruto), para poder contar os seus anos de vida, daí a extensão do vocábulo” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 21);</p> <p>ár-nascer; cajú-fructo do cajueiro: logar de cajueiros (MARTIUS, 1867);</p> <p>“Aracajú – s. De ara-cayu, cajueiro dos papagaios. Capital de Serjipe” (BUENO, 2008, p. 561);</p> <p>“ar-acayú: cresce ou nasce o cajueiro; apanhar ou colher caju; corr. ara-acayu: caju do tempo ou da estação; corr. ará-cayú: cajueiro dos papagaios (SAMPAIO, 1901, p. 111);</p> <p>“Talvez de <i>ará+akaîu</i>-caju, cajueiro: cajueiro dos arás, aves psitacídeas” (NAVARRO, 2013, p. 543);</p> <p>“a) do Tupi-guarani <i>ara</i> – papagaio; <i>caju</i> – cajueiro do papagaio (TS) b) do Tupi-guarani <i>ará</i> – tempo; <i>caju</i>- o tempo dos cajus c) do Tupi-guarani <i>ara</i> – sol; <i>oca</i> – casa; <i>uru</i> – vaso; vaso e casa de sol (Jaboatão)” (CHIARADIA, 2008, p. 62);</p> <p>“acaju: s.m. acaju ~ caju [&lt;fr. Acajou&gt; Tupi aka’ju], procede imediatamente do tupi aka’ju” (CUNHA, 1998, p. 43);</p> <p>“mabaracagüpe &gt; marãcagü &gt; maracagu &gt; aracaju, ribeira do gato, aurora da mata, aurora dos cajueiros” (SOBRINHO, 1955, p. 65-6);</p> <p>“ara-doença; ca-fruta; ju-amarelo, fruta amarela contra a doença, isto é, contra a febre palustre.” (Rutgbano Geneiro apud SOBRINHO, 1955, p. 65-6);</p> <p>Ao autodenominar-se grande tupinólogo, assim define Aracaju: “o colono, na dificuldade a seu sonoro idioma, o português, à pronúncia do híbrido íncola Maracagüpe, hebraico e tupi, haver pensado que era Aracaju, aliás de fácil tradução do Abanhenga ou Nheengatu: aurora da mata de fruta amarela. Vou repetir para que não haja mais tolice de quem, sabendo não conhecer nada de Tupi viva, se mete em seara alheia aos próprios conhecimentos da língua de vogais sonoras, em que o a e o são impercebíveis. Mbarãcagüpe corruptado em Marãcagü - Maracagü – Aracaju” (SOBRINHO, 1955, p. 65-66);</p> <p>“do tupi <i>a’ra aka’yu</i>, cajueiro dos papagaios (TS, 156). Martius, <i>Nomina</i>, 491, derivou de ar, nascer, e ka’yu, cajueiro. Jaboatão, Novo Orbe, I, 95, diz: “por explicarem assim melhor a excelência, e singularidade do lugar, chamando-lhe, Ará-cajuru, vaso e casa do Sol porque na sua língua Ará é sol, ca é casa, uru é vaso.” (NASCENTES, 1952, p. 22).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Aracaju</i> , Povoação para <i>Santo Antonio do Aracaju</i> para <i>Aracaju</i> , Distrito (1937), Cidade e Capital (1855)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b></p> <p>As primeiras menções do topônimo Aracaju no território sergipano se dão nas cartas sesmarias da primeira década dos anos seiscentos, o que comprova ter sido ser esse nome dado por indígenas locais, antes dos primeiros contatos interétnicos com europeus (vide campo Contexto desta ficha). Isso caba contrariando a informação de Navarro (2013, p. 543), para quem Aracaju “É nome de um povo indígena do Pará (Bethendorff [1698], Crônica do Maranhão, in RIH, LXXII (1909) 339). A ocorrência desse topônimo em Sergipe é bem mais recente, do século XIX.”</p> <p>Jaboatão (1859) afirma que esse nome advém de um dos caciques habitantes da região e que posteriormente passou a nominar o povoado de Santo Antônio do Aracaju, no alto da colina próxima, mas este fato não é confirmado por outros nomes da Historiografia sergipana. Cabe destacar que esta cidade sergipana tornou-se capital do Estado apenas em 1855, substituindo São Cristóvão.</p>	

Das versões estipuladas para o topônimo Aracaju listadas no campo Etimologia, sobressai-se como a mais disseminada a proposta de Theodoro Sampaio (1901), de modo que tanto a arara quanto o caju – presente em todas as sugestões etimológicas – são elementos memorializados na localidade. Nessa versão, ará é uma lexia tupi atualizada em arara, emprestada ao português. Sobre isso, Cunha (1998) esclarece: “Ará s.f. A explicação para forma tupi ará passar a arara em PB é dada por José de Alencar (1878, p. 18): “Ará – periquito. Os indígenas como augmentativo usavam repetir a ultima syllaba da palavra e às vezes toda a palavra, como murémuré, muré-frauta, murémuré – grande fruta. Arará vinha a ser pois o augmentativo de ará, e significaria a espécie maior do gênero” (CUNHA, 1998, p. 57).

A historiografia local não é consensual acerca da existência ou mesmo de qual acidente hidrográfico havia sido nominado como Aracaju, sendo que alguns estudiosos criaram hipóteses sobre a questão: Montalvão (1935) afirmou que “O projeto da cidade [Aracaju] se resumia em um simples plano de alinhamentos de ruas dentro de um quadrado com 1.188 metros. Estendia-se da embocadura do Rio Aracaju (que não existe mais), até as esquinas das avenidas Ivo do Prado com Barão de Marumim, e a Rua Dom Bosco (antiga São Paulo). O rio tem uma denominação inexistente atualmente, é um ribeiro afluente do rio Cotinguiba” (MONTALVÃO, 1935). Também Oliveira Telles (1913) destacou que “Seu próprio nome, victima das corruptelas de um fallar extranho, aqui e alli afflora transformado nos papeis antigos (arcaiú, guarcaiú), sem que mesmo se possa delimitar com exactidão a área que elle definia” (TELLES, 1913, p. 49) e o Frei Jaboatão (1859) afirmou que o rio Aracaju, ignorado pelos geógrafos, segundo alguns historiadores, poderia ser o atual rio do Sal, que limita o município de Aracaju com o de Nossa Senhora do Socorro”.

Decidimos, a partir das afirmações acima, contribuir quanto à questão da (in)existência do Rio Aracaju. Inicialmente, seria estranho pensar que os geógrafos ignoraram a existência de um curso d’água, como alegou Jaboatão (1859), considerando os registros coevos que temos da hidrografia sergipana, tanto em mapas quanto em documentos notariais, desde o início da colonização do território sergipano. Também é difícil imaginar que um curso d’água localizado na parte mais povoada do termo da Cidade de Sergipe passasse a não ser denominado, haja vista o fenômeno toponímico mais comum, nestes casos, seja a duplicação ou mesmo uma nomenclatura tríplice de um rio, como atestado por Santos (2012).

Considerando o exposto, trazemos para esta discussão o esclarecimento de Dick (1997, p. 57 et seq.) quanto à real existência de um rio primitivo chamado Piratininga em São Paulo: “As duas citações foram lidas por nós, toponimicamente, e não apenas como referências históricas. Algumas conclusões delas podem ser extraídas. Sabe-se que, em sítios despovoados ou de população mais rarefeita, de horizontes geográficos escassos, os acidentes físicos, rios e morros, por exemplo, chegam a dispensar outros qualitativos ou determinativos. Por serem únicos nas redondezas, não há imprecisão na referência que se lhes é feita. Isso acontece quando ocorre o alargamento dos limites territoriais, pelo contacto de uma região com outra, de um grupo com outro ou outros grupos. Falar, portanto, um documento do século XVI, em “rio de Piratininga” pode não significar, de nosso ponto de vista, que “Piratininga” fosse o que hoje se chama termo específico (ou topônimo) de um genérico (acidente geográfico). O sintagma comandado pelo rio poderia ser entendido, tão-somente, como “um rio que passa por Piratininga”, ou o “rio que está em Piratininga” e, neste caso, ser registrado na forma mencionada: “rio de Piratininga.” [...] Por isso, ao que parece, a imprecisão em situá-lo corretamente, principalmente porque a denominação não figurou nos registros cartográficos, não permanecendo, por conseguinte, na nomenclatura geográfica regional. (DICK, 1997, p. 59-60).

Assim, como arremate e por analogia, compreendemos que a justificativa para a inexistência de um acidente hidrográfico denominado Aracaju nos mapas sergipanos históricos e contemporâneos está na má leitura do sintagma toponímico como o que destacamos nos excertos das cartas de sesmaria de Francisco Rodrigues (v. Figura 1) e de Pero Gonçalves (v. Figura 2), ambas de agosto de 1602, que cremos serem as inscrições mais remotas deste topônimo. Portanto, nossa posição é de nunca houve um rio de nome Aracaju, mas uma povoação de nome Aracaju que circundava um curso d’água.

Sobre a referida povoação, há uma menção ao topônimo Aracaju numa carta de 03 de setembro de 1603, intitulada Carta do Conselho. Segue o excerto: “[...] que o desembargador Gaspar de Figueiredo omem veo desta capitania a sete ou oito anos e a requerimento da parte consulltou e asentou com os moradores e capitão de se mudar a cidade que no tall tempo estava no aracaju que se asitose

neste oiteiro adonde llogo se pasou a ygreja e o forte e diso se fizerão autos o que o snr. governador ouve por be he ora v. merse manda a todos os moradores comgraves penas que fasão casas e pesão chãos pera iso [...]” (FREIRE, 1891, p. 408, grifo do autor). Como não conseguimos ter acesso ao manuscrito desta carta, tomamos para fins de debate o disposto na transcrição de Freire (1891). No contexto, declara-se a existência de uma igreja e de um forte no Aracaju, o que demarca claramente a presença de povoamento de brancos neste oiteiro. Sem prolongar esta questão, entendendo que o debate se dá aqui em torno do nome Aracaju e não de fatos extralinguísticos, cremos ter aqui contribuído minimamente.

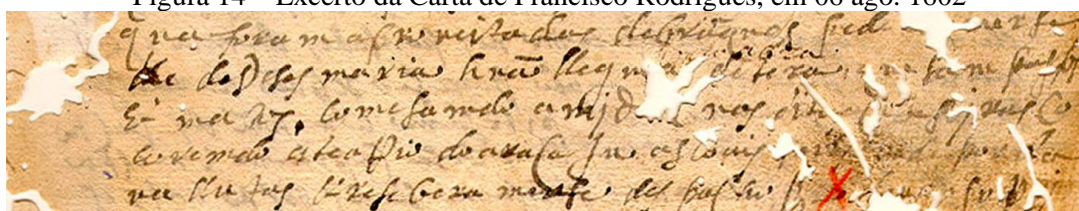
Outro tópico que merece destaque é a variação gráfica no topônimo Aracaju, do qual assinalamos especialmente a (não) acentuação com sinal agudo em sua vogal final u. Esta vacilação gráfica deve ser tomada tanto no plano sincrônico quanto diacrônico.

A grafia Aracajú está largamente presente na documentação histórica, tendo sido oficial até a vigência do Acordo Ortográfico de 1943, demonstrando que se trata tanto de um processo de mudança quanto de uma variante gráfica, haja vista a inscrição do topônimo sergipano com acento. A título de registro, buscamos, na plataforma *Google*, a presença da grafia Aracajú (consulta em 05 dez. 2018) e, sem surpresas, constatamos uma produtividade alta para essa grafia, inclusive em empresas do âmbito turístico.

Gentílico: Aracajuano ou Aracajuense

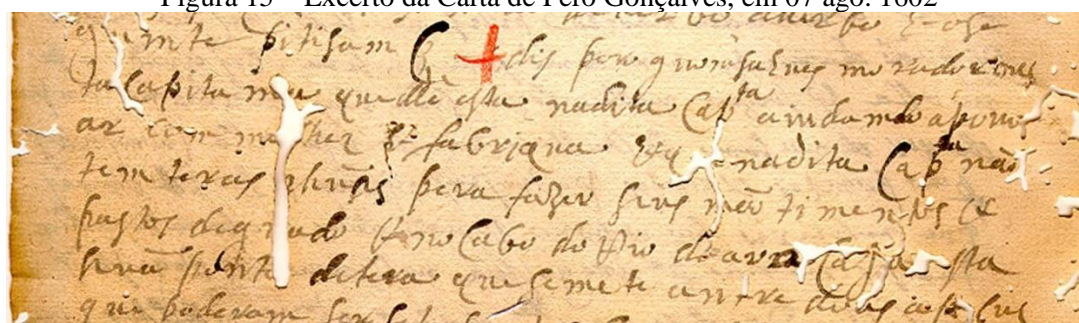
#### Contexto:

Figura 14 – Excerto da Carta de Francisco Rodrigues, em 06 ago. 1602



**Transcrição semi diplomática:** “[...] [nun] | qua foram aproveitadas de brãquos pede [inint.] | de sesmaria huã llegu[oj]a de teRa que Sam pastos | E matos, comesando a mjd[ir] nas ditas cabeiseiras Co | coRendo ate o **Rio do araCajú** as coais pede [inint.] | por do | vollutas E recebera [...]”.

Figura 15 – Excerto da Carta de Pero Gonçalves, em 07 ago. 1602



**Transcrição semi diplomática:** “[...] guinte pitiSam ( + diz pero guomsalves morador nes | ta Capitania que ele esta na dita cap[i]<sup>ta</sup>[nia] ai dando a povo | ar com molher E fabriqua E q[ue] na dita Cap[i]<sup>ta</sup>[nia] não | tem teRas [?]hñas pera fazer seus mãotimentos e pastos de guado e no cabo do **Rio do Aracaju** esta | huã ponta de teRa que se mete antre dous apecus | que poderam [...]” (In: Carta de Pero Gonçalves, 07/08/1602).

**Pesquisador:** Cezar Alexandre Neri Santos



<b>FICHA Nº 4</b>	
<b>Topônimo: Arauá</b>	<b>Geocódigo: 2800407</b>
<b>Taxonomia:</b> Zootopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <p><b>Arauá</b> “alteração de arauaia, variedade de periquito verde e encarnado” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 25); “do tupi Araguá. Ará-guá: baixada dos papagaios” (GUARANÁ, 1916, p. 298); “ave da família dos psitacídeos, espécie de maracanã” (CUNHA, 1998, p. 60); “1) Nome genérico do caracol; aruá, uruá, uruguá e araguá; 2) molusco gastrópode, ampularídeo; ampulária, aruá, aruá-do-banhado, aruá-do-brejo, caramujo-do-banhado, fuá, uruá, aruá-do-mato e uruguá (gênero Ampullaria)” (CHIARADIA, 2008, p. 76).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Parida</i> , Povoação para <i>Nossa Senhora da Conceição da Parida</i> , Distrito (1864) para <i>Nossa Senhora da Conceição de Arauá</i> , Distrito (1868) para <i>Arauá</i> , Vila (1870), Distrito (1873), Município (1911)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> <p>Inicialmente tomando as terras ao sul do rio Piauí, os desbravadores instalaram-se fazendas de gado, cultivos de cana e engenhos de açúcar. Os senhores de engenho criam assim em suas terras um centro de vida social próximo ao riacho da Parida, pois achavam a sede do município (suas terras foram desmembradas de Estância) estava longe das suas propriedades (JESUS, 2011; IBGE, 2019). Também o nome atual da localidade tomou emprestado sua denominação de um rio homônimo no perímetro do município: “Arauá: Cidade de Sergipe localizada na nascente do rio do mesmo nome” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 21), “que se chamava Rio Aruá, mas com o passar dos tempos o termo Aruá tornou-se Arauá” (JESUS, 2011).  Gentílico: Arauense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 5</b>	
<b>Topônimo: Areia Branca</b>	<b>Geocódigo: 2800506</b>
<b>Taxonomia:</b> Litotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>            Areia “sf ‘conjunto de partículas finas, de rochas em decomposição, que se encontram nos rios, no mar e nos desertos’   arena XIII, arêa XIII, área XIII etc.   Do latim arêna.” (CUNHA, 2010, p. 54).            Branca adj. ‘da cor da neve, do leite etc.’ XIII. Do germ. Blanck. (CUNHA, 2010, p. 54).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + Adj])	
<p><b>Histórico:</b>  <i>Areia Branca</i>, Cidade (1963)</p>	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>            Areia Branca está entre os municípios mais novos do Estado. A povoação teve início no quadrado em frente à capela que se transformou depois na Igreja Matriz São João Batista. Parte das terras que compõem o município de Areia Branca foram doadas pelo latifundiário José Ferreira Neto, que vendeu uma área e distribuiu outra, onde ficava uma lagoa seca, com pessoas carentes. Foi nesse lugar que o povoado começou a crescer, e hoje encontra-se um conjunto habitacional. Muito tempo levou para formar-se o povoado, que passou a ter registro na história como município no dia 11 de novembro de 1963, quando foi emancipado de Riachuelo. Tem esse nome devido à existência de uma grossa camada de areia branca no solo, indicando a provável existência de praia em tempos remotos naquela área (IBGE, 2019).            Gentílico: Areia-branquense</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 6</b>	
<b>Topônimo: Barra dos Coqueiros</b>	<b>Geocódigo: 2800605</b>
<b>Taxonomia:</b> Geomorfotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Grande Aracaju
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Barra</b> <i>sf.</i> De origem pré-romana. ‘Entrada estreita de um porto’ XIII. (CUNHA, 2010, p. 82).  <b>Dos</b> (&lt; de + o + s): de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>os</b> artigo pronominal masculino plural. XIII. Do latim <i>illu</i> + <b>s</b> morfema indicador de plural (CUNHA, 2010, p. 200; 455).  <b>Coqueiro</b> → “<b>coco</b> <i>sm.</i> ‘orig. papão’ ‘<i>ext.</i> designação comum a várias espécies de palmeiras e aos seus frutos’ XVI. De origem controversa; o fruto do coqueiro foi assim denominado pelos portugueses em razão da sua semelhança com as figuras de cabeças com que se assustavam as crianças (os papões) [...] <i>coqueiro</i> 1813.” (CUNHA, 2010, p. 159).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Alto dos Coqueiros</i> , Povoação para <i>Barra dos Coqueiros</i> , Distrito (1903), Cidade (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Uma barra é um “banco de areia, cascalho, ou outro material, à boca de um rio ou porto, geralmente obstáculo para a navegação; entrada de um porto, foz de um rio.” (IBGE, 2015a, p. 14), tratando-se, no caso deste município, da barra do Rio Sergipe. Foi desmembrada do território da capital Aracaju, sendo inicialmente do termo de Santo Amaro.</p> <p>O coqueiro é uma “palmeira de até 30 m (<i>Cocos nucifera</i> L.), provavelmente originária das ilhas do Pacífico, de estipe cilíndrico, mais largo na base e curvado, que ocorre e é cultivada em diversas regiões tropicais, especialmente as litorâneas, por sua madeira, folhas (usada como cobertura, em cestaria etc.) e especialmente pelos frutos, cujas fibras são empregadas em cordoaria e como material acústico, de isolamento e de estofamento; sua semente é comestível e encerra albume líquido, a água de coco, que se torna sólido, carnoso, leitoso, dele obtendo-se a copra; coco, cocoda-baía, coqueiro-da-baía, <i>inajá-guaçu</i> [É a palmeira de maior importância econômica e de mais ampla distribuição geográfica]” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001).</p> <p>A cococultura tem sido uma atividade comercial importante para a economia local, e sergipana em geral. Segundo Martins e Jesus Junior (2012), tende a ocorrer em áreas de baixada litorânea e tabuleiros costeiros, favorecida pelas condições de tropicalidade climática. Sergipe é considerado um estado tradicional na exploração de coqueiros. Atualmente é o segundo maior produtor de coco no Brasil, estando atrás apenas da Bahia. Pelas palavras de Lisboa (1897), já vemos a importância dessa cultura ao fim do século XIX: “Há grandes coqueiraes dessiminados por todo o litoral do Estado, produzindo anualmente muitas centenas de cocos, que são exportados em larga escala para o Sul da União, onde teem altíssima cotação” (LISBOA, 1897, p. 61).</p> <p>Gentílico: barra-coqueirense</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 7</b>	
<b>Topônimo: Boquim</b>	<b>Geocódigo: 2800670</b>
<b>Taxonomia:</b> Somatotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Boquim</b> variante de Boquinha, diminutivo de boca XIII. Do latim <i>bŭccam</i> . Derivam de boca termos geomorfológicos como bocaina ‘depressão numa serra’, boqueirão ‘abertura de costa marítima, rio ou canal’, e desembocar ‘sair fora de’ (CUNHA, 2010, p. 93).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Lagoa Vermelha</i> , Povoado, Vila (1857) para <i>Buquim</i> , Município (1926) para <i>Boquim</i> (Mar. 1938) para <i>Buquim</i> (Dez. 1938) para <i>Boquim</i> (1976)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Pela tradição, a população da povoação de <i>Lagoa Vermelha</i> , criada a 20 de fevereiro de 1857, pela Lei provincial nº. 462, sofria com doenças e com enchentes do rio Piauí pelo clima insalubre da região. Decidiu-se, então, em 1869, pela mudança para uma localidade próxima denominada <i>Buquinha da Mata</i> (IBGE, 2019). A mudança fez com que o nome da região para onde foi deslocada a povoação fosse mantido. A pronúncia por supressão do fonema vocálico final, fenômeno comum ao que ocorre no falar mineiro, acompanhada do alteamento da vogal <o>, pronunciada /u/, gerou a grafia Buquinha, inscrita inicialmente como <i>Buquim</i> no topônimo primário. A grafia registra o caso de maior vacilação gráfica dentre os topônimos de municípios sergipanos, entre as décadas de 1930 e 1970, como pode ser verificado no campo <i>Histórico</i> . Gentílico: Boquinhense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 8</b>	
<b>Topônimo: Brejo Grande</b>	<b>Geocódigo: 2800704</b>
<b>Taxonomia:</b> Geomorfotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Brejo</b> “sm. pântano’ XVI. De origem controversa” (CUNHA, 2010, p. 101). <b>Grande</b> “adj. 2g. ‘vasto, comprido, desmedido, numeroso’ XIII. Do latim <i>grandis</i> ” (CUNHA, 2010, p. 322).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica: Composta</b> (SN <sub>NP</sub> [N + Adj])	
<b>Histórico:</b> De <i>Brejo Grande</i> , povoação para <i>São Francisco</i> , Cidade (1926) para <i>Parapatinga</i> (1943) para <i>Brejo Grande</i> (1954)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Um brejo é um terreno normalmente planificado, pantanoso, encharcado, com ocorrências nas cabeceiras dos rios, ou a partir do transbordamento dos mesmos. (IBGE, 2015a, p. 15). Segundo o IBGE (2019), “Brejo Grande originou-se numa ilha que, por Carta Régia de 24 de outubro de 1534, passou de Pernambuco para Sergipe, vindo a pertencer em 1921 ao município de Neópolis (ex-Vila Nova). A ilha desapareceu com a obstrução do canal que a separava do território da Capitania de Sergipe del Rei”. Por ter a foz do rio São Francisco em seu perímetro, quando a povoação de Brejo Grande foi elevada à cidade e à sede do município, ganhou o topônimo <i>São Francisco</i> , através da Lei Estadual nº 929 de 02 de outubro de 1926. A Lei Estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943, permutou mais uma vez o topônimo para <i>Parapatinga</i> , cuja denominação não conseguiu vingar. “A rejeição dessas duas fracassadas denominações, fez que o aparecimento da Lei Estadual nº 554, de 06 de fevereiro de 1954, corrigisse e reconhecesse de direito uma situação de fato, devolvendo a antiga denominação de Brejo Grande, a qual desde sua fundação jamais fora abandonada” (IBGE, 2018). Gentílico: brejo-grandense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 9</b>	
<b>Topônimo: Campo do Brito</b>	<b>Geocódigo: 2801009</b>
<b>Taxonomia:</b> Geomorfotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Campo</b> “‘planície’ ‘terreno plano’ terreno para plantio ou exercícios’ XIII. Do latim <i>campus</i>, <i>i</i>” (CUNHA, 2010, p. 119).</p> <p><b>Do (de + o):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>o</b> “artigo pronominal masculino. XIII. Do latim <i>illu</i>” (CUNHA, 2010, p. 200; 455).</p> <p><b>Brito</b> “Topônimo de Portugal. Sobre ele diz J. M. Piel, BF, II, 238: “É um nome muito obscuro cf. <i>ML</i>, 81 e v. <i>Griemb.</i>, 545. Não pode ser uma metátese de Bert-, cf. art. 122. As formas do OM são: Britto, 1047, Brito, 1080, Brectus (?) 1014. Hoje não se encontra fora de Portugal. Sobrenome de origem geográfica (LV, <i>Antr.</i>, 166).” (NASCENTES, 1952, p. 52).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> <i>Campo do Brito</i> , Freguesia (1845), Distrito (1912), Cidade (1938)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>O termo geomorfológico <i>campo</i> remete ao usufruto do espaço rural da localidade. Segundo consta no histórico da localidade, “acredita-se que o primeiro povoamento que deu origem à atual cidade data de época posterior ao domínio holandês em Sergipe [meados do século XVII], quando seus remanescentes aí fixaram residência, passando a viver da agricultura e pecuária”, ao passo que “A tradição guardou o nome de uma família – Brito –, que usou estes campos para a criação de seus animais, e que, apesar de não ter deixado vestígios ou descendência conhecida, deu nome ao local.” (IBGE, 2019).</p> <p>A historiografia estadual registra a presença do sobrenome Brito em solo sergipano desde o início do processo de colonização da capitania, de modo que não podemos tomar como absurdo cogitar que este topônimo tenha como referente uma dessas personalidades registradas ou a algum de seus descendentes: 1) descendentes de Luís de Brito e Almeida, primeiro governador de Sergipe, no cargo quando da tentativa de conquistar o território em 1575 (FREIRE, 1977 [1891]); 2) Sebastião de Brito Correia, sesmeiro suplicante de glebas de terra em Sergipe – uma com despacho de 05 maio 1596 e outra despachada em 17 ago. 1602 (FREIRE, 1977 [1891], p. 352; 401); 3) Manuel Pestana de Brito, capitão-mor da capitania de Sergipe del Rey na década de 1650 (SIQUEIRA, 2016, p. 62; 183); 4) Domingos Vieira de Brito, capitão-mor de entradas e mocambos, com atuação no Distrito do Urubu, em Porto da Folha (SIQUEIRA, 2016, p. 119).</p> <p>Assinalamos isso no campo da probabilidade, requerendo-se o auxílio de incursões genealógicas para que qualquer tese dessa natureza venha a ser confirmada ou rechaçada.</p> <p>Gentílico: Campo-britense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 10</b>	
<b>Topônimo: Canhoba</b>	<b>Geocódigo: 2801108</b>
<b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <p><b>Canhoba</b> “pode ser alteração de <i>caroba</i>, árvore comum em todo o Brasil.” (TIBIRIÇA, 1985, p. 37); “<i>Canhi</i>- esconder, murchar; <i>oba</i>-folha: folha que se contrai, que se fecha.” (GUARANÁ, 1916, p. 302) → “<i>caroba</i> s.f. Var.: caárob, caraoba, caroba, caroba, caraóba, caroba, caroba [&lt; T. kaa'rova &gt; ka'a folha, erva + rova amargo]. Planta da família das bignoniáceas” (CUNHA, 1998, p. 104); “Folhas escondidas, ou seja, uma planta medicinal largamente usada pelos indígenas” (LIMA, 1999, p. 6); “Segundo o tupinólogo Theodoro Sampaio, em seu Dicionário da Língua Tupi, <i>Can</i> quer dizer cânhamo, e <i>oba</i> é o senhor da terra.” (IBGE, 2019); “a) palavra híbrida do português cana; do T.G. <i>oba</i> – folha; folha de cana” (CHIARADIA, 2008, p. 154).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Curral do Barro</i> (~ <i>Curral de Barro</i> ), Povoação para <i>Baixa do Canhoba</i> para <i>Canhoba</i> , Vila (1938), Cidade (1939)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> <p>Os primeiros habitantes de Canhoba foram os índios da tribo Cataioba. A planta denominada canhoba tem fim medicinal, usada largamente pelos indígenas, segundo a tradição, chegando a produzir milagres. Os primeiros exploradores da região chegaram ao final do século XVIII à Lagoa do Jaguaripe, hoje Lagoa de Canhoba, usando o Rio São Francisco como estrada natural. Com a chegada dos portugueses, os índios fugiram, deixando marcas como toponímicas os nomes Caiçara, Caraíbas e Canhoba. Manoel José da Rocha Torres e seu filho, Antonio da Rocha Torres, fundaram a povoação Curral do Barro, por causa dos valados que os posseiros construíram para represar as águas das lagoas, plantando nas terras alagadas o arroz. Curral era um nome comum, pois no alto sertão existia o Curral do Buraco (atual Porto da Folha) e o Curral de Pedras (atual Gararu). Construída a primeira igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, houve um movimento no intuito de mudar o nome do povoado. Alguns sugeriram a denominação Jaguaripe, mas prevaleceu o nome do povoado, Canhoba, cuja origem está ligada aos terrenos férteis existentes, denominado Baixa do Canhoba. (IBGE, 2019).</p> <p>Gentílico: canhobense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 11</b>	
<b>Topônimo: Canindé de São Francisco</b>	<b>Geocódigo: 2801207</b>
<b>Taxonomia:</b> Zootopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Alto Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Canindé</b> “variedade de arara de penas amarelas” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 37); “espécie de arara azul é muito barulhenta” (BUENO, 2008, p. 574-575); “s.m. Ave da família dos psitacídeos” (CUNHA, 1998, p. 94); “<i>Can-ndê</i>, retincto, escuro. Nome de uma espécie de arara de cor azul.” (GUARANÁ, 1916, p. 302); “ave psitaciforme psitacídea; arara-canindé, arari, arauína, calindé, macau (Pe. F. Cardim); araraí, Araruna, araraúna e caniné (Ara ararauna)” (CHIARADIA, 2008, p. 155).  <b>De</b> “preposição XIII. Do latim <i>de</i>” (CUNHA, 2010, p. 200).  <b>São</b> → <b>santo</b> “sm. ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).  <b>Francisco</b> “s. m. Nome de homem. De <i>Franciscu</i>, latinização do germânico <i>Fränkisch</i>, formado de <i>frank</i>, franco, e do sufixo <i>-isk</i>, e significando francês (Leite de Vasconcelos, <i>Antr.</i>, 48, Dauzat, NP, 73. O alto alemão médio tem <i>franzisch</i> (Schade, <i>Altdeutsches Wörterbuch</i>, 220, apud L. de Vasconcelos). Nunes, RL, XXXII 141, aceita a origem atribuída ao nome da lança de guerra pelos francos e não rejeita a ligada ao adjetivo <i>franco</i>, no sentido de livre, independente. O <i>Century</i> também interpreta como <i>de França</i>” (NASCENTES, 1952, p. 117).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi-portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Adj + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Canindé</i> , Distrito para <i>Curituba</i> , Distrito (1943), Município (1953) para <i>Canindé de São Francisco</i> (1958)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Canindé nasce como nome de um curtume da região, um estabelecimento onde se curtem couros e peles (AULETE, 2018). Segundo o IBGE (2019), o curtume Canindé virou uma indústria mecanizada que atraiu inúmeros trabalhadores, aumentando a quantidade de moradias do lugarejo, tendo sido desativada na década de 1940. Antes de a localidade se emancipar como município, dividia-se em Canindé de Cima, com algumas taperas pertencentes a pescadores, e Canindé de Baixo, onde foi implantado o curtume, povoação essa às margens do rio São Francisco.</p> <p>Canindé também nome de um rio, sobre o qual Freire (1902) destaca: “nasce nas vizinhanças da serra Negra, no município de Gararú e com pequeno e sinuoso curso vae desaguar 84 kilometros abaixo da cachoeira de Paulo Affonso. Em suas margens que são férteis existem muitas fazendas de criação” (FREIRE, 1902, p. 21), ou seja, passando pela área onde hoje está o município de Canindé do São Francisco.</p> <p>O decreto-lei nº 377, de 31 de dezembro de 1943, forçou a mudança toponímica do lugarejo para Curituba – atual nome de um povoado do município, o que contrariou a população. Isso fez com que, pela lei nº 890, de 11 de janeiro de 1958, o nome fosse Canindé retomado, passando a se chamar Canindé do São Francisco, para evitar a homonímia com um município do Ceará.</p> <p>O sintagma <i>de São Francisco</i> remete ao rio que leva o nome do santo italiano. Nascentes (1952, p. 117) destaca que “Em 1182 nasceu em Assis, cidade italiana, um menino cujo pai, rico mercador de panos, se achava em França. A mãe pôs-lhe o nome de João, que o pai, ao chegar, trocou pelo de <i>Francesco</i>, por alusão à sua estada em França por ocasião do nascimento. Este menino foi S. Francisco de Assis. Depois da morte dele, seu nome vulgarizou-se pela Itália e pelo mundo cristão. (Enciclopédia Italiana, Roma, 1920)” (NASCENTES, 1952, p. 117). Por ter sido descoberto em 4 de outubro de 1501, pelos viajantes Américo Vespúcio e André Gonçalves, ganhou o nome do santo do dia, Francisco de Assis. Os índios que habitavam a região chamavam-no de <i>Opara</i>, que significa rio-mar, tendo como apelidos Rio de Integração Nacional ou <i>Velho Chico</i> (BERGAMINI, 1976).  Gentílico: canindense.</p>	



**Pesquisador:** Cezar Alexandre Neri Santos

<b>FICHA Nº 12</b>	
<b>Topônimo: Capela</b>	<b>Geocódigo: 2801306</b>
<b>Taxonomia:</b> Hierotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Leste Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Capela</b> sf. ‘pequena igreja’ XIII. Do latim cappella (CUNHA, 2010, p. 124).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Nossa Senhora da Purificação da Capela</i> , Freguesia (1813) para <i>Capela</i> , Vila (1835), Cidade (1888)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b></p> <p>Uma capela é um “templo religioso católico de menor porte do que uma igreja, na qual o vigário exerce as suas funções normalmente de forma itinerante, podendo estar localizada numa propriedade particular, como uma fazenda, num hospital ou quartel.” (IBGE, 2015a, p. 16). Essa localidade tem esse nome desde o século XIX, quando foi elevada à categoria de freguesia como Nossa Senhora da Purificação da Capela. Sua motivação toponímica advém de uma capela erigida numa povoação denominada Tabuleiro da Cruz, situada entre o rio Japarutuba e a localidade Coité. A igreja foi construída a partir de 1735, tendo sido definitivamente concluída em 1737, após a doação de um mil réis por parte do Capitão Luiz de Andrade Pacheco e de sua esposa Perpétua de Matos França, destinada à edificação de uma capela sob o orago de Nossa Senhora da Purificação (SEPLAG, 2014, p. 209). Segundo conta a tradição oral, aquele referencial toponímico acabou sendo destruído e, anos depois, ergueram outro no mesmo local. Capela é nomenclatura homônima de uma cidade do estado de Alagoas, além de estar presentes em outros quatro nomes de cidades do Brasil (Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) (IBGE, 2019).</p> <p>Gentílico: capelense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 13</b>	
<b>Topônimo: Carira</b>	<b>Geocódigo: 2801405</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <p><b>Carira</b> “cidade de Sergipe; pode ser corruptela de <i>carará</i>, outra denominação da <i>anhuma</i> e do <i>biguá-tinga</i>” (TIBIRIÇA, 1985, p. 40); “Caá-ira: mel de páo [<i>sic</i>]” (GUARANÁ, 1916, p. 303); “do T.G. <i>ca</i> = <i>caá</i> – planta; <i>r-ira</i> = eira – mel” (CHIARADIA, 2008, p. 175).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> <p>De <i>Mãe Carira</i>, Povoação (1865) para <i>Carira</i>, Distrito, Município (1953-1955)</p>	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> <p>Segundo a tradição, o nome Carira remete a “Mãe Carira ou Carira, índia remanescente encontrada pelos colonizadores no Tanque do Carira, que deu nome à cidade” (CHIARDIA, 2008, p. 175). “O território onde hoje se encontra o município de Carira passou a ser conhecido na segunda metade do século XVIII pelos primeiros desbravadores da região, que o denominaram de “Mãe Carira”, por terem encontrado uma índia com este nome, residindo no local, aonde veio depois a se erguer a cidade.” (SEPLAG, 2014, p. 290). Numa versão histórica mais detalhada, temos o seguinte relato: “A história de <i>Mãe Carira</i> se confunde com a história do município, e permanece na vida da cidade. Segundo o registro histórico, os moradores da localidade de Barra Larga (hoje Coronel João Sá), fizeram uma grande roça de milho, mas os índios começaram a desfrutar secretamente da referida plantação; os ocupantes daquelas terras, notando os constantes desfalques, começaram a tocaiar os indígenas. Mas, sem êxito, resolveram fazer um acampamento escondido no roçado. Em 25 de novembro de 1865, os índios, como de costume, foram buscar algumas espigas, e a Mãe Carira estava com eles. Quando cuidavam de colher as espigas, os donos do roçado incitaram cães ferozes sobre os índios, que fugiram em debandada. Os mais jovens conseguiram escapar, mesmo muito feridos. Foi terrível o corre-corre por entre a caatinga cheia de plantas espinhosas. Mãe Carira, a mais velha da tribo, ferida e perdendo muito sangue, por causa das mordidas dos cães, caiu pesadamente próximo a um pé de Jequiri, ao lado da casa de João Martins. E foi naquele local que os cães atacaram-na novamente até quando veio a falecer. A chefe da tribo, Carira, foi sepultada no mesmo lugar em que tombou, pelo Sr. João Martins. Sobre sua cova fixou-se um cruzeiro. Os moradores da região passaram a chamar essa localidade de Mãe Carira. No início do século XX, o município passou a ser chamado apenas de Carira.” (SEPLAG, 2014, p. 290).  Gentílico: carirense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 14</b>	
<b>Topônimo: Carmópolis</b>	<b>Geocódigo: 2801504</b>
<b>Taxonomia:</b> Mariotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Leste Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Carmo</b> “De <i>Carmelo</i> e o mesmo que <i>Carmelo</i>, q. v. (Leite de Vasconcelos, <i>Antr.</i>, 430, Nunes, <i>RL</i>, XXXII, 74).” → Carmelo, s. m. Monte d Palestina. Do hebraico <i>Karmel</i>, campo ou jardim bem cultivado, pomar, vergel, sobretudo vinha, vinhedo, pelo latim <i>Carmel</i>. Ledrain, com dúvida, interpreta como &lt;vinha de Deus&gt; (<i>karm-El</i>) (NASCENTES, 1952, p. 65).  <b>Polis</b> → <b>pole</b> “elemento de composição, derivado de grego <i>pólis</i> ‘cidade, que se documenta em vocs. Eruditos, quase todos formados no próprio grego, como acrópole, metrópole, necrópole etc.” (CUNHA, 2010, p. 507).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Rancho</i> , Povoador para <i>Carmo</i> , Vila (1894), Distrito (1921), Cidade (1938) para <i>Carmópolis</i> (1943)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  A presença dos padres carmelitas na localidade se deu inicialmente pela Missão de Japarutuba, que objetivava catequizar indígenas da região, de modo que não há dúvidas quanto à passagem dos Carmelitas por Carmópolis, quando a atual cidade ainda era a incipiente povoação denominada Rancho (SOUZA, 1943 [1808]). Assim, desde então, a localidade sempre esteve sob o orago de Nossa Senhora do Carmo. A Missão de Japarutuba foi instalada num ponto mais alto daquelas terras, o Monte do Carmo de Japarutuba – atual Monte Carmelo, que tem gerado o turismo religioso na cidade.  “Carmópolis tem uma forte presença carmelita, tradição que começou na região do vale do Japarutuba, a ocupação de elevações é uma característica dessa ordem religiosa. Romeiros e penitentes, durante todo o ano, percorrem a recurvada ladeira, que leva ao alto do morro, para pagar promessas ou agradecer as graças alcançadas, mas o momento que concentra maiores manifestações religiosas é o mês de Julho, época da festa da padroeira, onde acontece uma procissão que reúne milhares de fiéis” (AGÊNCIA, 2013).  Gentílico: carmopolitano ou carmopolense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 15</b>	
<b>Topônimo: Cedro de São João</b>	<b>Geocódigo: 2801603</b>
<b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Cedro</b> “<i>sm.</i> ‘árvore de grande porte, sem ramificação, da família das meliáceas, que fornece madeira própria para marcenaria, escultura etc.’ XIV. Do latim <i>cedrus</i>, <i>i</i>, derivado do gr. <i>kédros</i>.” (CUNHA, 2010, p. 139).</p> <p><b>De</b> “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” (CUNHA, 2010, p. 200).</p> <p><b>São</b> → <b>santo</b> “<i>sm.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).</p> <p><b>João</b> “<i>s. m.</i> Nome de homem. Do hebraico Iohanan, agracido por Deus (ST, 233). Iehovah é gracioso ou mercê de Iehovah (Nunes, <i>RL</i>, XXXIII, 34). Que Deus favorece (Laurian). O Senhor graciosamente deu (Century). Cheio de graça divina (Drummond). A quem Jeová mostra graça (Saraiva). Gracioso, pio, misericordioso (Apêndice das Vulgais). “... João quer dizer graça” (Vieira, Sermões, ed. de 1907, 217). Através do grego Ioánnes e do latim Joannes” (NASCENTES, 1952, p. 162).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Adj + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Cedro</i> , Povoado, Vila (1894), Município (1928) para <i>Darcilena</i> (1943) para <i>Cedro de São João</i> (1954)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Até a primeira metade do século XIX, no local onde se ergue a cidade, a localidade se restringia a um grupo de vinte moradias rústicas, o que contrastava com a mais ampla e estruturada fazenda Cedro, onde residiam seu proprietário, sua família e trabalhadores. Esse nome se deu pela abundância, naquela época, da árvore do mesmo nome, na fazenda. A povoação foi crescendo e, em decorrência da necessidade de celebração de atos religiosos, foi construída a Capela de São João Batista, atual matriz. São João é também o santo padroeiro da cidade.</p> <p>Cedro foi elevada ao posto de cidade em 23 de outubro de 1894, sendo tal condição revogada pela Lei 422 de 29 de outubro de 1901, a qual retornou a cidade à categoria de povoado, voltando a ser território de Propriá. A Lei Estadual nº 1015, de 4 de outubro de 1928, restabeleceu a condição perdida. Dada às mudanças toponímicas do período do Estado Novo, o Decreto-Lei nº 533, de 7 de dezembro de 1944, impôs a alteração do nome municipal. O nome da cidade passou a ser Darcilena, porque o prefeito Miguel Seixas queria homenagear a mulher de Getúlio Vargas, Darcy, então presidente do Brasil, e a mulher de Augusto Maynard, então interventor federal de Sergipe (equivalente a governador), Helena. Com a redemocratização, a Lei Estadual nº 554, de 6 de fevereiro de 1954, revogou o decreto-lei anterior, denominando o município Cedro de São João.</p> <p>Cedro é o nome popular da <i>Cedrela fissilis</i>, da família das <i>Meliaceae</i>, encontrada com pouca frequência, porém em vários pontos da região, nas matas. É uma árvore de grande porte, entre 20 a 35 metros de altura, com porte muito bonito e tronco fissurado, folhas pinadas, tem folíolos de 10 cm, servindo como madeira de qualidade, muito apropriada para o paisagismo pela sua beleza. Sua floração tem coloração creme ou branca discretas. Seus frutos são cápsulas que se abrem, liberando sementes aladas de 5 cm, florescendo em Setembro, tendo frutos maduros em Julho.</p> <p>Gentílico: cedrense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 16</b>	
<b>Topônimo: Cristinápolis</b>	<b>Geocódigo: 2801702</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Cristina</b> “s. f. Nome de mulher. Derivado de <i>Cristo</i>, q. v. (Leite de Vasconcelos, <i>Antr.</i>, 42, 45, Nunes, <i>RL</i>, XXXII, 88), e sufixo -ina.” (NASCENTES, 1952, p. 83).</p> <p><b>Polis → pole</b> “elemento de composição, derivado de grego <i>pólis</i> ‘cidade, que se documenta em vocs. Eruditos, quase todos formados no próprio grego, como acrópole, metrópole, necrópole etc.” (CUNHA, 2010, p. 507).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Chapada</i> , Povoação para <i>Vila Cristina</i> , Freguesia, Distrito (1878), Vila (1882) para <i>Cristina</i> , Cidade (1938) para <i>Cristinápolis</i> (1943)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>A povoação que se localiza (e ainda permanece) no planalto, entre os riachos Urubas de Cima e Urubas de Baixo, chamava-se primitivamente Chapada. Desde recuados tempos e por longo espaço de anos, a região foi reduto de indígenas, muitos deles vindo de sucessivas fugas, motivo pelo qual, por muitas décadas, o povoado ficou isolado do elemento branco.</p> <p>Por Lei Provincial nº 1238, de 04 de março de 1882, a povoação Chapada foi elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Cristina, em homenagem à última Imperatriz do Brasil, Tereza Cristina, sendo desmembrado do município de Espírito Santo, atual Indiaroba.</p> <p>Irmã de Ferdinando II de Bourbon, soberano do Reino de Nápoles ou “Das Duas Sicílias”, como também se dizia, Teresa Cristina Maria De Bourbon nasceu em 14 de março de 1822 em Nápoles-Itália, tendo chegado ao Brasil em 1843, depois de ter casado com D. Pedro II na capital napolitana em 30 de maio daquele ano, por procuração. Viveu no Brasil por quase meio século e morreu no exílio a 28 de dezembro de 1889, na cidade do Porto, em Portugal. Sua Majestade Imperial, a Imperatriz do Brasil tinha a alcunha de Mãe dos Brasileiros.</p> <p>Pelo decreto-lei nº 69, de 28 de março de 1938, a Vila Cristina foi elevada à categoria de cidade. Pelo Decreto-lei estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943, revogado pelo de nº 533, de 07 de dezembro de 1944, o município de Vila Cristina passou a denominar-se Cristinápolis.</p> <p>Tal mudança pode ter sido motivada pela existência de um município homônimo no sul do estado de Minas Gerais, ainda hoje com este topônimo. Outra curiosidade se dá pela referência a essa mesma personalidade no topônimo do município de Teresópolis, no Rio de Janeiro. Tal fenômeno pode ser caracterizado como <i>sinonímia</i> em toponímia: “A sinonímia seria outra relação onomasiológica, na medida em que fornece diferentes expressões em torno de um significado e, no caso de nomes de lugares, em torno de um designado” (GARCÍA SANCHEZ, 2011, p. 185).</p> <p>Gentílico: cristinapolitano ou cristinapolense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 17</b>	
<b>Topônimo: Cumbe</b>	<b>Geocódigo: 2801900</b>
<b>Taxonomia:</b> Ergotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Médio Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <p><b>Cumbe</b> “s. Segundo Montoya, quer dizer, freio, mordança. De <i>cu</i>. Língua; <i>mbe</i>, que oprime.” (BUENO, 2008, p. 580);  “sf Pop. Cachaça” (FERREIRA, 1975, p. 410);  “1 adj.2g.sm. Ling ANG ver Nkumbi; 2 sf. CE <i>infrml</i> aguardente de cana, cachaça. Segundo Nei Lopes, ligado ao espanhol caribenho <i>cumbe</i> ‘comunidade de cimarrons, quilombo’, prov. do umbundo <i>Kumbi</i> ‘pastagem’ ou do quicongo <i>nkumbi</i> ‘enxame de formigas aladas’, que deu nome a um quilombo na Paraíba, localizado onde depois se construiu a Usina Santa Rita, que fabricava a cachaça.” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 885, col. a).</p>	
<b>Origem:</b> Banto	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> <i>Cumbe</i> , Freguesia (1858), Cidade (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> <p>Único nome de município de origem africana, encontramos diversas versões quanto à etimologia deste topônimo. Consideramos pacífica a filiação de <i>cumbe</i> ao tronco africano banto, dadas às diversas menções lexicográficas e cartográfica, mesmo que Sampaio (1901, p. 16), sabendo não ser uma lexia de origem tupi, o tenha tomado como de origem indígena tapuya, o que consideramos um equívoco por parte desse autor.</p> <p>Não confundir com <i>cumbá</i> ou <i>cumbé</i>, de significados diferentes.</p> <p>Ao analisar a presença africana em Sergipe, Cardoso (2005) toma <i>Cumbe</i> como um “caso toponímico intrigante”, assinalando a polissemia que já descrevemos no campo <i>Etimologia</i>. Segundo este historiador, “é digno de nota que três engenhos sergipanos no século XIX denominavam-se <i>Cumbe</i> (em Rosário), <i>Cumbe de Cima</i> e <i>Cumbe de Baixo</i> (em Itaporanga)” (CARDOSO, 2005, p. 65).</p> <p>Das múltiplas acepções dicionarizadas, compreendemos como provável que a lexia <i>Cumbe</i> pode denotar tanto a bebida produzida em espaços de cultivo de cana-de-açúcar quanto um grupo étnico africano (MENDONÇA, 2012 [1933], p. 166; 171); FERREIRA, 1975, p. 410, col. c; HOUAISS, VILLAR; FRANCO, 2001, p. 889, col. a; AULETE, 2018), sendo reiterado o significado <i>cachaça</i>, com uso especialmente no estado do Ceará (FERREIRA, 1975; HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001).</p> <p>A lexia <i>cumbe</i> também se faz presente no léxico do espanhol latino-americano: “<i>Cumbito</i> en Cuba es diminutivo hispanizado de <i>Cumbe</i> (<i>Kumbe</i>, <i>Nkumbi</i>), y su significado proviene de un baile negro originario de la guinea continental española. A su vez, la voz <i>kumbe</i> (<i>nkumbi</i>) significa tambor (Ortiz, 1985: 184; Álvarez D’ Armas, 2005)” (ELEGUA, 2009).</p> <p>Gentílico: <i>cumbense</i>.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 18</b>	
<b>Topônimo: Divina Pastora</b>	<b>Geocódigo: 2802007</b>
<b>Taxonomia:</b> Mariotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Leste Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<b>Divina</b> “divino <i>adj.</i> que diz respeito a Deus, sublime, sobrenatural, perfeito, encantador’ XV Do latim <i>divinus</i> , de <i>divus</i> ” (CUNHA, 2010, p. 225).	
<b>Pastora</b> → <b>pasto</b> “pastor XIII. Do latim <i>pastor, oris</i> ” (CUNHA, 2010, p. 480).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Adj + N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Ladeira</i> , Povoação para <i>Nossa Senhora da Divina Pastora</i> , Distrito (1833) para <i>Divina Pastora</i> , Vila (1836), Cidade (1911)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
Segundo o IBGE (2019), acredita-se que o município de Divina Pastora nasceu de um dos 400 currais de gado existentes em Sergipe na época da invasão holandesa, na primeira metade do século XVII, com a plantação de cana-de-açúcar, para mantimento da pecuária, dando lugar à cultura da cana-de-açúcar tempos depois.	
Não há registro do tempo exato em que a povoação Ladeira, nome dado inicialmente ao município de Divina Pastora, começou a se formar, mas quando o vigário Manoel Carneiro de Sá tomou posse na paróquia de Siriri, em 18 de fevereiro de 1700, a freguesia de Ladeira já existia. O topônimo antigo destaca uma característica geomorfológica da localidade, que fica a uma altitude de 147 metros (IBGE, 201-). Esta localidade, desmembrada de Maruim, homenageia sua padroeira, Nossa Senhora Divina Pastora, constituindo-se desde meados do século XX como o maior polo do turismo religioso de Sergipe.	
Gentílico: divina-pastoreense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	



<b>FICHA Nº 19</b>	
<b>Topônimo:</b> Estância	<b>Geocódigo:</b> 2802106
<b>Taxonomia:</b> Sociotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Estância</b> “<i>sf.</i> lugar onde se está por algum tempo, estação, <i>estança</i> XIII <i>estança</i> XVI, estabelecimento rural destinado à cultura da terra e criação de gado 1813. Do it. <i>Stanza</i> // estancieiro / estanceiro 1813.” (CUNHA, 2010, p. 268). “<i>estança</i> o contrário de andança, <i>vid. Estada</i>” (BLUTEAU, 1728, v. 3, p. 306). <i>estancia</i>, “<i>s.f.</i> Assento, morada. Lugar onde se está. Lugar para descansar no caminho” (1) → <i>estância</i>: “Assento, morada, residência, onde tinha sua Corte. Lugar onde se está, ou para descansar no caminho, rancho, v. g. nos navios. [...] Lugar onde se está de assento por algum tempo [...] No Sul da América, <i>Estancias</i> são terras com criação de gado vacum, e cavalari.” → <i>estanceiro</i> “<i>s. m.</i> Dono de estancia de madeira para vender” (2) → “<i>estanciar</i> “Fazer estancia. Parar para descansar” (SILVA PINTO, 1832). <i>estar</i>, apresenta uma abonação de autoria de Nebriga: “&lt;&lt;estança donde alguno está:mansio&gt;&gt;” (COROMINAS; PASCUAL, 1955, Tomo II, p. 777; VIEIRA, 1873, p. 392). “ESTANCIA, el aposento donde se reposa, la casa o el lugar abrigado donde nos recogemos, <i>abstando</i>.” (COVARRUBIAS HOROZCO, 1943[1611], p. 563). “Estancia, <i>s. f.</i> (V. estanca), parada em jornada; pausa, descontinuação; lugar onde alguém está parado, descansando ou esperando; morada fixa, residência, assento”. → <i>estanciar</i> “parar em jornada para descansar em algum sítio ou em estalagem, fazer estancia.” (CONSTANÇO, 1836, p. 520).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Estância</i> , Povoação para <i>Constitucional da Estância</i> , Vila (1831) para <i>Vila Constitucional da Estância</i> , Cidade (1848) para <i>Estância</i> (1911)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Mesmo não podendo datar o momento de denominação como Estância, este se mantém como nomenclatura da localidade desde o princípio do povoamento pelos colonos. Como atestamos no campo <i>Etimologia</i>, a lexia Estância deve ser vinculada à língua portuguesa, sendo forçosa uma vinculação deste topônimo municipal a uma procedência hispânica.</p> <p>Dizemos isso para contestar o que Santana (2011[2008]), em seu <i>Os espanhóis em Sergipe Del Rey</i>, argumenta: “Nessa época [começo do século XVII] o Brasil estava sob domínio espanhol, o que pode justificar a permissividade da toponímia de Estância, palavra castelhana que significa, entre outras acepções, fazenda de gado, como acontece nos países de origem hispânica da América e também em pequenos sítios do Sul do Brasil. [...] Isto permite fazer a seguinte leitura. Dos 13 países do mundo que possuem cidades de nome Estância, a de Sergipe é a única presente em país de língua portuguesa. Curiosamente, não se verifica nem na Espanha (SANTANA, 2011[2008], p. 70-71)”.</p> <p>Um estudo de fatos linguísticos e socioculturais permite-nos vincular este item toponímico à língua portuguesa desde os tempos de União Ibérica, de modo que a possibilidade de estância ser de origem hispânica só se concretizaria se houvesse um atestado de que seu (grupo) denominador era hispanófono, o que, cremos, ser quase impossível de ser confirmado.</p> <p>Por meio de consultas ao verbete estância, ou sua variante ‘estança’, em dicionários históricos e etimológicos da língua portuguesa, apreendemos, com relativa facilidade, uma origem latina (&lt; stantia), com proveniência direta ao português. Mesmo que a atividade pecuária tenha tido ocorrência na região sul sergipana, advogamos que a atribuição do topônimo Estância à língua espanhola seja passível de uma comprovação mais embasada.</p> <p>Parece ter havido uma imprecisa associação entre o topônimo e a língua hispânica por consideração do período histórico cotejado – o fato de se tratar de uma colônia controlada politicamente pela União Ibérica, ou seja pelo reino da Espanha. Isso, por si só, não validaria nem o argumento de que o então denominador teria cunhado tal termo em língua espanhola, tampouco que a lexia toponimizada estância tem uma origem hispânica ou mesmo que a motivação denominativa relaciona-se à acepção moderna de ‘gleba para atividade pecuária’, comum para o espanhol rio-platense.</p> <p>Por fim, o cotejo lexicográfico nos permite afirmar, com segurança, que a motivação vincula-se a um referencial sociotoponímico, como um lugar para descanso, fato que podemos conjecturar até pela posição geográfica intermediária do município de Estância, entre as cidades de São Cristóvão e Salvador. Assim, advogamos que o topônimo deve ser tomado como de origem latina, introduzido diretamente ao português, pelos quase nulos comprovantes históricos expostos por Santana (2011). Gentílico: estanciano.</p>	

<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	
<b>FICHA Nº 20</b>	
<b>Topônimo:</b> Feira Nova	<b>Geocódigo:</b> 2802205
<b>Taxonomia:</b> Sociotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Médio Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Feira</b> “ <i>sf.</i> ‘mercado’ XIII. Do latim <i>fēria</i> ‘dia de festa’” (CUNHA, 2010, p. 288). <b>Nova</b> → “ <i>novoadj.</i> ‘moço, jovem’ ‘original’ ‘de pouco uso’ XIII. Do latim <i>nōvus -a</i> ” (CUNHA, 2010, 453).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + Adj])	
<b>Histórico:</b> <i>Logradouro</i> , Povoado para <i>Feira Nova</i> , Cidade (1963)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Seu topônimo atual abarca um episódio marcante do Nordeste brasileiro da primeira metade do século XX. Segundo conta a tradição, relatado no histórico da cidade no IBGE (2019), comerciantes da povoação fundaram uma feira de trocas de animais na década de 1930, com o objetivo de evitar que os habitantes da redondeza saíssem para fazer suas compras em cidades vizinhas, especialmente Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora das Dores, e fossem atacados pelo bando de Lampião (*1898- †1938), o cangaceiro mais temido do sertão. Os moradores e feirantes da região estavam aterrorizados com as histórias de atrocidades praticadas por aquele bando que rondava a região e tomava as mercadorias dos feirantes. Assim, com a colaboração de comerciantes de Glória e de Dores, a feira livre foi implantada no próprio povoado. A denominação marcou tanto que foi mantida após a emancipação do município, em 1963. O povoado surgiu de uma fazenda chamada Logrador (Logradouro), sendo boa parte das terras pertencente a Domingos Dias de Souza (Domingo Bolachão), posteriormente adquirida por José Alves de Queiroz (Fifio), que passou a habitar no pequeno povoado onde já residia José Lino de Souza, um comerciante de peles de animais. Fifio teve a ideia, junto com José Lino de Souza, de montar uma bodega e transformar parte daquele ambiente em um pequeno centro de troca e venda de gado e couro. Gentílico: feira-novense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 21</b>	
<b>Topônimo: Frei Paulo</b>	<b>Geocódigo: 2802304</b>
<b>Taxonomia:</b> Axiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Frei</b> → <b>frade</b> “<i>sm.</i> ‘nome que se dá aos religiosos de cartas ordens’ XIII. Do latim <i>frater</i>, -tris [...] <i>frei</i>   XIII, <i>frey</i> XIII” (CUNHA, 2010, p. 300).</p> <p><b>Paulo</b> “Bernardes, <i>Nova Floresta</i>, II, 287, dá a interpretação &lt;admirável ou boca de trombeta&gt; (NASCENTES, 1952, p. 373).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Chã de Jenipapo</i> , povoação para <i>São Paulo</i> , Distrito (1886), Vila (1890), Cidade (1920) para <i>Frei Paulo</i> (1943)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>As terras do município eram povoadas inicialmente por índios, comandados por Imbiracema. Além de índios, muitos ‘brancos’ da crescente Vila de Itabaiana iam para lá, conhecida como as Matas de Itabaiana, região propícia para o cultivo do algodão e para a criação de gado. Por causa dos jenipapais, o atual município de Frei Paulo era conhecido como Chã de Jenipapo.</p> <p>Por volta de 1868, missionários capuchinhos, como os freis Davi de Umbértide e Paulo Antônio Casanova, foram convidados por José Alves Teixeira e Brás Vieira de Matos, proprietários de terras em Chã de Jenipapo, para conhecer o lugar, posteriormente fixando morada na região. Providenciaram madeira e ergueram a capela de São Paulo, data em que se comemorava o dia do apóstolo Paulo de Damasco (29 de junho), motivo pelo qual a então vila ganhou a denominação de São Paulo, em 1890, ganhando o <i>status</i> de cidade em 1920 com a mesma nomenclatura.</p> <p>Para evitar homônimas na nomenclatura geográfica brasileira, o decreto-lei estadual nº 377, de 31/12/1943, revogado pelo decreto nº. 533, de 07-12-1944, impôs a mudança do nome São Paulo, que passou a denominar-se Frei Paulo desde então, por referência a um dos freis capuchinhos fundadores da localidade.</p> <p>Gentílico: frei-paulense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 22</b>	
<b>Topônimo: Gararu</b>	<b>Geocódigo: 2802403</b>
<b>Taxonomia:</b> Zootopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Alto Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <p><b>Gararu</b> “de <i>guararu</i>, uma espécie de caranguejo.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 48); “<i>Gará</i>-corruptela de guará; (<i>r</i>) <i>u</i>-água: rio dos guarás. Sendo corruptela de <i>guarerú</i> quer dizer – vasilha d’água.” (GUARANÁ, 1916, p. 306); “a) do T.G. guará-r-u – indivíduo escuro; b) do T.G. guaiá-r-u – caranguejo preto” (CHIARADIA, 2008, p. 242).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Curral de Pedras</i> , Povoado, Município (1877) para <i>Gararu</i> (1888)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> <p>A invasão holandesa em Sergipe favoreceu a penetração do território que refugiou colonos portugueses na serra da Tabanga. Lá, um dos caciques, de nome Gararu, e sua tribo ajudaram a expulsar os holandeses da região, fixando-se na desembocadura do riacho do mesmo nome, no rio São Francisco, os quais possivelmente foram catequizados pelos jesuítas da missão da Ilha de São Pedro. Com a expulsão dos jesuítas, pelo decreto de Marquês de Pombal no fim do século XVIII, a aldeia foi abandonada e se presume que a povoação de Curral de Pedras se originou de sitiantes que ali se estabeleceram.</p> <p>Segundo o histórico do IBGE (2019), o topônimo antigo de Gararu deve-se a ser “advindo de currais construídos de pedras adredeamente preparadas e habilmente arrumadas”. Algumas fontes datam a mudança toponímica já quando da elevação do povoado a vila, em 1877, enquanto outros informam ter a alteração ocorrido em 1888.</p> <p>Este topônimo, como exposto no campo Etimologia, marca tanto o rio homônimo que circunscreve o município quanto o cacique heroicizado pela historiografia sergipana.</p> <p>Etimologicamente, há uma dúvida quanto ao referente zootoponímico, visto que <i>guará</i> pode remeter a uma “ave da família dos tresquiornitídeos” ou ao “nome comum a peixes de diversas famílias, alguns dos quais foram identificados com xarêu, da família dos carangídeos” (CUNHA, 1998, p. 138-139).</p> <p>Gentílico: gararuense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 23</b>	
<b>Topônimo: General Maynard</b>	<b>Geocódigo: 2802502</b>
<b>Taxonomia:</b> Axiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Leste Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<b>General</b> → <i>gênero</i> “ <i>sm.</i> ‘posto de hierarquia militar’ XVII. Substantivação do adj. <i>general</i> , na expressão tenente-general” (CUNHA, 2010, p. 314).	
<b>Maynard</b> “sobrenome inglês, o mesmo que Mainardo. Antropônimo feminino Maynardes (Mainardes) proveniente de Maynard’s” (GUÉRIOS, 1981, p. 174).	
<b>Origem:</b> Portuguesa + Francesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Marcação</i> , Vila para <i>General Maynard</i> , Cidade (1963)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>A localidade nasce com a denominação <i>Marcação</i>, muito antes de sua emancipação municipal, originando-se de um marco de divisão das terras de Japaratuba com o Catete, nos primeiros anos do século XIX. A divisão foi feita às margens do Rio Papatu, hoje denominado Japaratuba. Os antigos moradores afirmam que por esse local passavam tropeiros, que viajavam de Santo Amaro, de Laranjeiras, de Maruim e até mesmo de Aracaju para Propriá, e convencionaram o marco como ponto de encontro, por isso o nome <i>Marcação</i>.</p> <p>A Vila de <i>Marcação</i> foi elevada à categoria de cidade com a denominação de <i>General Maynard</i>, constituindo-se o menor município sergipano territorialmente. Os moradores mais velhos ainda costumam referenciar a localidade pelo nome anterior, tanto por costume quanto pela não aceitação da nomenclatura imposta, visto que, à época da mudança toponímica, uma parcela dos moradores ficou revoltada por não ter sido consultada nesse processo.</p> <p>O general do exército brasileiro Augusto Maynard Gomes, nasceu em 16 de fevereiro de 1886 no Engenho Campo Redondo, em <i>Marcação</i>, e foi duas vezes governador do Estado (1930-1935; 1942-1945) e duas vezes senador por Sergipe (1947-1951; 1955-1957), tendo falecido em 14 de agosto de 1957.</p> <p>Dada a origem exógena do antropônimo Maynard, verificam-se duas pronúncias para este topônimo: 1) omissão do som consonantal <i>d</i> no sobrenome <i>Maynard</i>, tal qual ocorre no sistema fonético francês: [maj'nah]; 2) pronúncia do <i>d</i> final com apoio da vogal <i>i</i>, tal qual ocorre na pronúncia de <i>advogado</i>: [maj'nahdi].</p> <p>Essa pronúncia vacilante se percebe igualmente no plano gráfico, com ambas as inscrições, <i>Mainard</i> e <i>Maynard</i>.</p> <p>Gentílico: Maynardense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 24</b>	
<b>Topônimo: Graccho Cardoso</b>	<b>Geocódigo: 2802601</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Médio Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Graccho</b> “GRACO, lat. Gracchus: “gralha (ave)”. O -c- dobrado indica que o n[ome] é diminutivo: “gralhazinha”. C[om]p[are] com o mesmo radical: graculus, outro dim[inutivo].” (GUÉRIOS, 1981, p. 134); “<i>Graco</i> antropônimo masculino” (UREÑA PIETRO, M.; UREÑA PIETRO, J.; PENA, 1995, p. 104).</p> <p><b>Cardoso</b> “Sobrenome de origem geográfica. De cardoso, terreno abundante em cardos. (Leite de Vasconcelos, <i>Opúsculos</i>, III, 28, <i>Antroponímia Portuguesa</i>, 166). É também o nome de uma ilha em S. Paulo. Quanto ao nome desta ilha, Xavier Fernandes, TG, II, 32, rejeitando a origem do sobrenome, diz (sem citar a fonte) que é corruptela do tupi <i>ka'a-ndong</i>, morro cortado ou quebrado, por parecer aos índios cortada ou quebrada a ilham vista de leste, devido à configuração de um monte que nela se ergue.” (NASCENTES, 1952, p. 63).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Moita do Tamanduá</i> , Povoação para <i>Tamanduá</i> , Povoado, Cidade (1953) para <i>Graccho Cardoso</i> (1958)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Em 1776, os irmãos Luiz de França e Manoel Cristóvão desbravaram e se estabeleceram com criatório de gado numa área denominada Moita do Tamanduá, nome devido à abundância do animal no local onde se ergue a cidade. A menção a este mamífero se dá tanto na toponímia quanto na memória coletiva dos habitantes da região, visto que Tamanduá perdurou como topônimo até meados do século XX.</p> <p>A Lei 525-A de 25 de novembro de 1953 transformou a então Vila de Tamanduá em cidade e sede do Município, mantendo-se a denominação, o qual foi instalado em 6 de fevereiro de 1955, com território desmembrado do município de Aquidabã. A Lei estadual nº 897, de 30 de abril de 1958 impôs a mudança do topônimo para <i>Graccho Cardoso</i>, que costuma apresentar vacilação na grafiado prenome do referente toponímico: <i>Graco</i>, <i>Gracco</i> e até <i>Gracho</i>.</p> <p>Com a mudança, passou-se a homenagear o ex-governador e ex-deputado sergipano Maurício Graccho Cardoso (Estância, 9 de agosto de 1874 – Rio de Janeiro, 3 de maio de 1950). Vale ressaltar que muitos moradores, principalmente os mais antigos, ainda divergem quanto à escolha do nome, dado o caráter político do acordo, desrespeitando o desejo popular de manutenção da denominação anterior.</p> <p>Gentílico: Graquense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 25</b>	
<b>Topônimo: Ilha das Flores</b>	<b>Geocódigo: 2802700</b>
<b>Taxonomia:</b> Geomorfotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Ilha</b> “<i>sf.</i> ‘terra cercada de água por todos os lados, menor que o continente’   XIV, <i>ylla</i> XIV etc. Do castelhano <i>illa</i>, derivado do latim <i>insula</i>; v. <i>ínsua</i>” (CUNHA, 2010, p. 349).</p> <p><b>Das (de + as):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>a</b> “artigo pronominal feminino   XIII, há XII, <i>la</i> XIII   Do latim <i>illa</i>, através da variante arcaica <i>la</i>, na qual se deu a queda do <i>l</i> pelo fato de ela se encontrar frequentemente em posição intervocálica na frase” + <b>s</b> morfema indicador de plural (CUNHA, 2010, p. 200; 1).</p> <p><b>Flores</b> → <i>flor</i> “<i>sf.</i> ‘órgão de reprodução das plantas fanerogâmicas’ XIII, <i>frol</i> XIII   Do latim <i>flos</i>, -<i>oris</i>” (CUNHA, 2010, p. 296).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Cajuípe</i> , Povoação para <i>Ilha dos Bois</i> , Povoado (1947), Vila (1950) para <i>Ilha das Flores</i> , Município (1957), Cidade (1959)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Desmembrado do município de Brejo Grande, Ilha das Flores inicialmente chamava-se Ilha dos Bois, por ter nascido de um curral de gado. Depois teve o nome trocado em decorrência da grande quantidade de flores nativas que cobriam as terras que formaram o município, que é uma ilha cercada pelo Rio São Francisco e os riachos Bongue e Aterro (IBGE, 2019).</p> <p>Ilhas são porções relativamente pequenas de terra emersa circundadas de água doce ou salgada, geralmente de pequena extensão. (IBGE, 2015a, p. 21; GUERRA, 1993, p. 189).</p> <p>Gentílico: ilha-florense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 26</b>	
<b>Topônimo: Indiaroba</b>	<b>Geocódigo: 2802809</b>
<b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Indiaroba</b> “cidade de Sergipe; pode ser corruptela de <i>andyroba</i>, literalmente folha de morcego, nome de grande árvore da região amazônica; mas não sabemos se a <i>andyroba</i> do Nordeste é a mesma <i>Carapa guianensis</i> da região húmida equatorial” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 59); “Indiá, corruptela de <i>indayá-roba</i>: indayá amargoso, espécie da palmeira indayá.”(GUARANÁ, 1916, p. 308); “do T.G. indiaroba corr. de andi-roba = <i>nhandi-roba</i> – óleo amargo” (CHIARADIA, 2008, p.307).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Campinhos</i> , povoação para <i>Espírito Santo de Rio Real</i> , Vila (1846) para <i>Espírito Santo</i> , Cidade (1938) para <i>Indiaroba</i> (1943)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>A região que fica entre os rios Saguim – ao norte, e Real – ao sul, é que hoje forma o município de Indiaroba. Esta região foi outrora alvo de ferrenhas disputas de jurisdição entre Bahia e Sergipe. Segundo a historiografia estadual, os primeiros brancos a explorarem a região foram os franceses, contrabandeando madeira, com a ajuda dos indígenas, habitantes de algumas aldeias ali existentes. Entre 1787 e 1800 os jesuítas chegaram, em missão evangelizadora, e estabeleceram no território uma capela e um hospício, onde se formou um povoado com o nome de <i>Hospício</i>, extinto muitos anos depois. Em meados da década de 1840, surgia uma povoação à margem de Rio Real, próximo à sua foz, com o nome de <i>Espírito Santo</i>, que foi sede de município posteriormente. A 20 de março de 1846 foi a então freguesia elevada à categoria de Vila, com a denominação de <i>Vila do Espírito Santo de Rio Real</i>, e em 1911 elevado a município com o nome de <i>Espírito Santo</i>. Pelo Decreto-lei nº 377, de 31 de dezembro de 1943, que visava a diminuir as homônimas na nomenclatura geográfica no país, esse município teve seu topônimo mudado para <i>Indiaroba</i>, emprestado do nome de um rio existente no município.</p> <p>Quanto à dúvida posta por Tibiriçá (1985) sobre a planta que motivou a inscrição do topônimo, a bióloga Tamires Passos (2018), em colóquio informal por telefone, considerando a dúvida de Tibiriçá (1985), esclareceu que a <i>Carapa guianensis</i> da região Nordeste, de fato, não é a mesma que existe na Amazônia. Segundo ela, esse topônimo pode estar relacionado ao indaiá, que designa palmeiras do gênero <i>Attalea</i> ou da espécie <i>Pindorea concinna</i> (nesta segunda acepção, também é conhecido como anajá, anaiá, coco-de-indaiá, coco-indaiá, inaiá, inajá, najá e perinã).</p> <p>Por desconhecimento da etimologia da palavra tupi <i>Indiaroba</i>, que remete à nomenclatura de uma planta, não é difícil encontrarmos uma versão popular (e fantasiosa) de Indiaroba que relaciona à palavra índia.</p> <p>Gentílico: indiarobense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	



<b>FICHA Nº 27</b>	
<b>Topônimo: Itabaiana</b>	<b>Geocódigo: 2802908</b>
<b>Taxonomia:</b> Sociotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Itabaiana</b> “de <i>itá</i>, pedra, e baiana; baiana de pedra.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 62); “A forma primitiva e atestada é <i>tabayan</i> que T. Sampaio decompõe [<i>sic</i>]: <i>tabay-an</i> de <i>anga</i> e traduz por a morada das almas. Poder-se-ia dizer: a <i>taba</i> assombrada” (BUENO, 2008, p. 601); “<i>Itá</i>-pedra, <i>taba</i>-aldeia, <i>oone</i>-alguém: naquela pedra mora alguém, há uma aldeia com gente” (GUARANÁ, 1916, p. 309); “<i>Tabayan</i> ou <i>tabanga</i>: a morada das almas” (SAMPAIO, 1901, p. 131); “a) do T.G. <i>i-toba-iana</i> – inimigo fronteiro; o nome primitivo era <i>Tabaiana</i>; b) do T.G. <i>tabaú-ana</i> – aldeia pequena dos coligados, aparentados” (CHIARADIA, 2008, p. 337).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Santo Antônio e Almas de Itabaiana</i> , Freguesia para <i>Itabaiana</i> , Distrito (1675), Vila (1697), Cidade (1888)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  Pela importância dessa região serrana quando da corrida por pedras preciosas na capitania de Sergipe del Rey, o nome da serra e da povoação no território circundante do município, <i>Itabaiana</i> aparece registrado com diversas grafias em documentos notariais e cartográficos dos primeiros séculos de colonização, tais como <i>tabanhana</i>, <i>tabaiana</i>, <i>tabanhama</i>, <i>tabanhana</i>, <i>tabanhananam</i>, <i>Itoabouhanas</i>, apresentando ainda grafias vacilantes, ao final do século XVII, como <i>Itabayana</i> e <i>Itabaiana</i>, até sua cristalização gráfica, quando passa, por prótese (adição de uma letra no início da palavra), a ter a vogal <i>i</i> inicial (MENEZES, 2008, p. 157-158). Apenas na primeira década do século XX temos a grafia atual <i>Itabaiana</i>.  Por homofonia, criaram-se duas versões etimológicas populares, a saber: 1) <i>Ita-baiana</i>, menção a uma mulher que havia nascido na Bahia e se chamava Ita; e 2) <i>eita-baiana</i>, referência a uma formosa mulher da Bahia que, quando passava pelas ruas da cidade, os moradores diziam ‘Eita baiana!’. Obviamente, tais versões estão no campo da etimologia fantasiosa, bem como a versão proposta por Tibiriçá (1985).  Gentílico: itabaianense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 28</b>	
<b>Topônimo: Itabaianinha</b>	<b>Geocódigo: 2803005</b>
<b>Taxonomia:</b> Corotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Itabaiana</b> “de <i>itá</i>, pedra, e baiana; baiana de pedra.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 62); “A forma primitiva e atestada é <i>tabayan</i> que T. Sampaio decompõe [<i>sic</i>]: <i>tabay-an</i> de <i>anga</i> e traduz por a morada das almas. Poder-se-ia dizer: a <i>taba</i> assombrada” (BUENO, 2008, p. 601); “<i>Itá</i>-pedra, <i>taba</i>-aldeia, <i>oone</i>-alguém: naquela pedra mora alguém, há uma aldeia com gente” (GUARANÁ, 1916, p. 309); “<i>Tabayan</i> ou <i>tabanga</i>: a morada das almas” (SAMPAIO, 1901, p. 131); “a) do T.G. <i>i-toba-iana</i> – inimigo fronteiro; o nome primitivo era <i>Tabaiana</i>; b) do T.G. <i>tabaú-ana</i> – aldeia pequena dos coligados, aparentados” (CHIARADIA, 2008, p. 337).</p> <p><b>Inha</b> sufixo diminutivo português <i>-inha</i>, do latim <i>-ina</i> (CUNHA, 2010, p. 359).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi-portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> <i>Itabaianinha</i> , Vila (1835), Cidade (1891)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>É fato que o topônimo <i>Itabaianinha</i> tem relação com <i>Itabaiana</i> (<i>vide</i> Ficha nº 27), localidades cerca de 100 km distantes entre si, independentemente da versão que se apresente. Uma delas, que consta no <i>IBGE Cidades</i>, justifica a nomenclatura do lugar pelo aspecto topográfico muito parecido com o daquela povoação de onde os referidos viajantes eram originários (<i>Itabaiana</i>) e ainda pela semelhança do solo consistente e de pedras miúdas (IBGE, 2018).</p> <p>Já Conceição e Guimarães (2017) relatam a versão popularmente disseminada: “Diz a lenda, que <i>Itabaianinha</i> originou-se embaixo de um pé de <i>Tamarindeiro</i>, por tropeiros vindos da cidade de <i>Itabaiana</i> que ali paravam para descansar. Havia uma baiana que cantava e dançava a noite inteira alegrando os tropeiros. Ela requebrava daqui, requebrava dali, mãos nas cadeiras, sorriso faceiro, piscava o olho de forma maliciosa e simulava beijos. A cabroeira atizada pela cachaça se entusiasmava e gritava ‘Eita baianinha fogosa!’, vindo daí o nome <i>Itabaianinha</i>” (CONCEIÇÃO; GUIMARÃES, 2017, p. 16).</p> <p>O ato denominativo, independente da versão tomada, deve remeter à segunda metade do século XVIII, considerando que essa localidade, “por resolução do Conselho do Governo de 8 de maio de 1832 foi elevada à categoria de Vila da povoação de <i>Tomar do Geru</i>” (CONCEIÇÃO; GUIMARÃES, 2017, p. 16-17).</p> <p>Gentílico: <i>itabaianinhense</i>.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 29</b>	
<b>Topônimo:</b> Itabi	<b>Geocódigo:</b> 2803104
<b>Taxonomia:</b> Litotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Médio Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> Itabi “cidade de Sergipe; de <i>itá-abi</i> , pedra-agulha, ou agulha de pedra.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63); “do T.G. itá-pedra; abi-pelinho, peludo; pedra musgosa; b) do T.G. itá-pedra; abi-agulha; pedra aguçada; c) do T.G. itaba – nadar; i- rio; rio onde se nada” (CHIARADIA, 2008, p. 323).	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Panelas</i> , Povoação para <i>Providência</i> , Povoação (191-/192-), Distrito (1938) para <i>Itabi</i> , Vila (1944), Cidade (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Esta localidade passou por dois processos de mudança toponímica. Seu topônimo primitivo deve-se à existência de caboclos ceramistas, sendo <i>Panelas</i> o nome da propriedade que deu origem à povoação. A fazenda <i>Panelas</i> , em posse de Pedro Vieira de Menezes desde o fim do século XIX, constituía um próspero arraial quando o vigário da freguesia de Gararu, Padre Gonçalo de Lima, considerou o progresso existente como “Milagre do Providência” e sugeriu que sua denominação passasse a <i>Providência</i> , o que foi aceito. Foi elevado à sede do Distrito de Paz de Providência em 1938 e, pela Lei Estadual nº 533, de 7 de dezembro de 1944, que elevava o povoado à condição de vila, passou a denominar-se <i>Itabi</i> , mantendo o topônimo após ser elevada a cidade, em 1953. Segundo relata a tradição local, a denominação origina-se de duas pedras sobrepostas naturalmente, de modo estranho e esquisito. Este local hoje é a Pedra da Paciência, ponto turístico da cidade, que também é conhecida como Terra do Jegue. A lei estadual nº 525-A de 25 de novembro de 1953 elevou a vila à cidade e sede do Município de Itabi. Alguns fatos ainda merecem destaque quanto a esse topônimo. O primeiro é que este topônimo de origem tupi está em consonância com o contexto nacional-ufanista do Estado Novo (1939-1945), o Inciso III recomendava a inscrição de uma cor local às designações, evitando marcas ideológicas subjetivas por meio da memorialização de datas e de pessoas vivas. Isso foi o gatilho para uma camada toponímica artificial de origem indígena, intitulada <i>toponímia tupi de gabinete</i> (BRASIL, 2007, p. 2), já que são nomes indígenas denominados por não índios. Outro fato que, mesmo carente de comprovação, deve ser destacado é que algumas fontes identificam o denominador da nomenclatura Itabi, o que não é tão frequente: “Já em 1944 foi elevado a vila, quando na data o poeta sergipano Simeão Sobral denominou a então vila por nome de <i>Itabi</i> , em função das duas pedras (em tupi-guarani: <i>ita</i> , ‘pedra’ e <i>bi</i> , ‘duas’)” (ITABI, 2018). O segundo remete ao significado etimológico da lexia Itabi, que tem como versão popularmente disseminada como sendo uma tradução literal para duas pedras, da junção entre o tupi <i>ita</i> e o numeral de raiz latina <i>bi</i> (presente no léxico português em palavras como bianual, bicampeão). Essa definição fantasiosa, como pode ser verificada no campo <i>Etimologia</i> desta ficha, por ter encontrado raízes no plano popular, certos onomásticos locais se apropriaram desta tradução literal, a exemplo da <i>Casa Lotérica Duas Pedras</i> e do <i>Grupo Duas Pedras</i> . Gentílico: itabiense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 30</b>	
<b>Topônimo: Itaporanga d'Ajuda</b>	<b>Geocódigo: 2803203</b>
<b>Taxonomia: Litotopônimo</b>	
<b>Elemento Geográfico: Cidade</b>	<b>Território de Planejamento: Grande Aracaju</b>
<b>Variante cartográfico-lexical: n/e</b>	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Itaporanga</b> “de <i>itá-poranga</i>, pedra bonita” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 68); “s. De <i>itá</i>, pedra; <i>poranga</i>, bonita.” (BUENO, 2008, p. 605; GUARANÁ, 1916, p. 309).</p> <p><b>Da</b> (de + a): de “<i>preposição XIII. Do latim de</i>” + <b>a</b> “artigo pronominal feminino   XIII, há XII, la XIII   Do latim <i>illa</i>, através da variante arcaica <i>la</i>, na qual se deu a queda do <i>l</i> pelo fato de ela se encontrar frequentemente em posição intervocálica na frase”(CUNHA, 2010, p. 200; 1).</p> <p><b>Ajuda</b> → <i>ajudar</i> “vb. ‘auxiliar, colaborar’ Do latim <i>adjūtāre</i> // <b>ajuda XIII</b>” (CUNHA, 2010, p. 20).</p>	
<b>Origem: Tupi +Portuguesa</b>	
<b>Estrutura morfológica: Composta</b> (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b>	
De <i>Itaporanga</i> , Vila (1854), Cidade (1938) para <i>Irapiranga</i> (1943) para <i>Itaporanga d'Ajuda</i> (1949)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Segundo o histórico da localidade, “a povoação de São Paulo ou Santo Inácio foi elevada à sede de freguesia sob a invocação de Nossa Senhora d’Ajuda de Itaporanga, pela lei nº 135, de 30.01.1845, desmembrada da de Nossa Senhora das Vitórias, hoje São Cristóvão” (APES, 1984, p. 11). O topônimo Itaporanga já se apresenta no corpus dos primeiros pedidos de sesmarias em Sergipe del Rey, na primeira década do século XVII (SANTOS, 2012).</p> <p>Itaporanga – pedra bonita, em tupi – passou a denominar-se Irapiranga, nome tupi de um rio circundante da localidade pelo Decreto-lei estadual n.º 377, de 31-12-1943, retomando dois itens lexicais do nome da freguesia quando de nova mudança pela lei nº 123, de 01-01-1949. Por Nossa Senhora da Ajuda constituir-se padroeira da cidade, voltou a fazer parte da toponímia local da nomenclatura, ganhando a localidade seu nome atual de Itaporanga d’Ajuda.</p> <p>Em termos gráficos, chama a atenção o uso do apóstrofo para demarcar a crase em ‘da Ajuda’ (d’Ajuda).</p> <p>Gentílico: itaporanguense.</p>	
<b>Pesquisador: Cezar Alexandre Neri Santos</b>	

<b>FICHA Nº 31</b>	
<b>Topônimo: Japarutuba</b>	<b>Geocódigo: 2803302</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Leste Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Japarutuba</b> “cidade de Sergipe; de <i>japara</i>, pau que serve para arco, e <i>tyba</i>, sufixo abundancial; interpretação <i>japara-tyba</i>, lugar onde há muito pau que serve para arco.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 75); “s. De <i>yapara</i>, madeira própria para os arcos dos índios; <i>tuba</i>, por <i>tyba</i>, onde há muitas dessa madeira. É o nome de um rio de Serjipe.” (BUENO, 2008, p. 612); “<i>y-apara-tyba</i>: rio de muitas voltas. Nome de um dos chefes de tribo de Sergipe ao tempo de sua descoberta no século XVI. Na opinião do Dr. Theodoro Sampaio este nome também se pode derivar de <i>Yapara-tyba</i>, abundância de arcos.” (GUARANÁ, 1916, p. 311); “<i>yapara-tyba</i>: o que tem curvas ou voltas em abundância, o sinuoso; pode ser ainda – arcos em abundância” (SAMPAIO, 1901, p. 135-6); “do T.G. <i>japara-tuba</i> – lugar com abundância de arcos (TS)” (CHIARADIA, 2008, p. 368); “o termo <i>japara</i> se refere aos terrenos arenosos, à beira-mar, alagáveis no inverno” (FERREIRA, 1986, p. 982).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> <i>Japarutuba</i> , Distrito (1854), Vila (1859), Município (1934)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  Este topônimo, de datação anterior aos contatos interétnicos, demarca o nome de um rio que hoje compõe uma das bacias hidrográficas do estado. Seu significado em língua tupi demarca sua geomorfologia, visto que, as acepções listadas no campo <i>Etimologia</i> chegam a convergir semanticamente.  Japarutuba também designa um cacique de tribo local heroicizado pela historiografia sergipana por sua resistência no processo de colonização. Diz a tradição que esse morubixaba foi expulso da região com sua tribo quando do confronto com Cristóvão de Barros e seus séquitos em 1590, simbolizando a bravura do guerreiro indígena sergipano. Sem mudanças toponímicas, a localidade é um dos municípios sergipanos que mantém sua nomenclatura primitiva.  Gentílico: japarutubense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 32</b>	
<b>Topônimo: Japoatã</b>	<b>Geocódigo: 2803401</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Japoatã</b> “<i>Jaboatão</i> – s. Cidade de Pernambuco e de Serjipe. Rodolfo Garcia diz: <i>ya-poaatã</i>–; <i>ya</i>, o que tem; <i>pó</i> ou <i>bó</i>, fibra; <i>atã</i>, dura.” (BUENO, 2008, p. 609);  “<i>Ya-poaatã</i>, tronco linheiro: nome de uma árvore que dá mastro para embarcação. Th. S. Segundo Alfredo de Carvalho a etimologia é: <i>yauá-poaatã</i>, mão rija de onça.” (GUARANA, 1916, p. 310);  “<i>Jaboatão</i>. De <i>Jaboatão</i>, nome de uma árvore não identificada, que dá mastros para embarcações. O nome desta árvore, segundo Teodoro Sampaio, 239, vem do tupi <i>ya poa 'tã</i>, o indivíduo linheiro, o tronco reto. Tesetevin, Nomes de plantas e animais em língua tupi, 68, dá <i>jan=boatão</i> como arbusto espinhoso de fibra dura. Talvez veja no final o elemento <i>an 'tã</i>, duro. Isto concorda com o étimo de Rodolfo Garcia: <i>ya</i>, o que tem, <i>po</i> ou <i>bo</i>, fibra, e <i>an 'tã</i>, dura. Também sobrenome.” (NASCENTES, 1952, p. 157).  “do T.G. já-pó-atã – aquele que tem raiz dura, var. de árvore” (CHIARADIA, 2008, p. 369).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Riacho do Meio</i> , Povoação para <i>Jaboatão</i> , Município (1910), Vila (1938) para <i>Japoatã</i> , Cidade (1943), Município (1954).	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  A historiografia local costuma enfatizar mais as disputas políticas entre Pacatuba e Japoatã. Se no plano toponímico esse conflito não gerou mudanças, no plano administrativo, é um dos casos mais representativos da história política sergipana.  Inicialmente conhecido como povoação Riacho do Meio, sua causa denominativa apresenta duas versões, segundo o IBGE (2019): “Uma corrente afirma que Japoatã advém de Frei Jaboatão que dirigindo um grupo de franciscanos fundou um convento e uma igreja no lugar Riacho do Meio com a finalidade de catequizar o cacique Pacatuba e sua tribo. Outra corrente apresenta uma versão que tem como ponto comum a catequese dos silvícolas, porém, afirmando que foram os jesuítas e não os franciscanos que fundaram a Missão Riacho do Meio, onde fundaram um convento no morro Jaboatão e perto do Monte Cruzeiro de Pedra uma igreja sob o orago de Nossa Senhora das Agonias, sendo os mesmos substituídos pelos franciscanos após a explosão daqueles pelo Marquês de Pombal.”. Em 31 de dezembro de 1943, Jaboatão passou a Japoatã, pelo Decreto-lei 377, a fim de diferenciar de uma localidade homônima em Pernambuco, atual Jaboatão dos Guararapes. Não à toa, há confusão entre as grafias dos topônimos anterior e atual, especialmente com a vacilação entre <i>p</i> e <i>b</i>, bem como entre <i>ã</i> e <i>ão</i> na sílaba final.  Gentílico: Japoatãense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 33</b>	
<b>Topônimo: Lagarto</b>	<b>Geocódigo: 2803500</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Centro Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Lagarto</b> “ <i>sm.</i> ‘nome comum a diversos lacertílios, especialmente os da família dos teídeos’ XVI. Do latim <i>*lacartus</i> , por <i>lacertus</i> ” (CUNHA, 2010, p. 379).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Nossa Senhora da Piedade do Lagarto</i> para <i>Lagarto</i> , Vila (1698), Cidade (1880)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Há duas versões para essa motivação toponímica: uma de origem mineral, que remete ao referido animal, e outra de caráter antroponímico, referente a um sobrenome. A primeira dessas versões está atrelada à existência de uma pedra no formato de um lagarto, contestada por historiadores desde o fim do século XIX, como destaca Santos (2013, p. 68). Muitos a têm tomado como lenda dada a fragilidade da versão, pois, diante da hipótese, perguntas como as localizações original e atual da pedra e as causas de sua não preservação não encontram respostas. Sobre a questão, Sebrão Sobrinho (1958, p. 106) inquire: “Ora, si tal pedra criada pela fantasia, era existente ao norte do atual Lagarto, como é que ao local primitivo, em Santo Antônio, onde há a primitiva Matriz, se deu o nome Lagarto?! É que Lagarto não tem origem de tal pedra, um quilometro ao norte, pois que Lagarto era o nome da Igreja Velha de Santo Antônio, a quinze quilômetros a oeste.” Das respostas para a primeira versão, que orbitam entre o improvável e o impossível, Fonseca (2002) registra que popularmente se afirma que tal pedra estaria localizada no Riacho Macuna, quebrada para a pavimentação da rua Acrísio Garcez, na referida cidade. A segunda versão, registrada em Fonseca (2002) e outros historiadores locais, destaca que o topônimo Lagarto advém de um sobrenome da nobreza portuguesa. Santos (2013, p. 69), seguindo os passos de Cardoso e Sebrão Sobrinho e valendo-se de técnicas genealógicas e filológicas, assim resume a questão: “[...] a origem do termo tinha uma associação a um brasão de família de Antônio Gonçalves de Santomé, que ostentava um réptil em formato de lagarto. Um típico caso de alcunha que sagra a identificação do sujeito, em expressões como: “terra de Antônio Gonçalves do lagarto” (daquele cujo brasão havia um lagarto), que teria gerado a corruptela Lagarto e se cristalizado com o tempo. Esta versão nos parece mais verossímil.” Resumidamente, a primeira versão, como se pode checar, se apresenta bastante contestável, mesmo que amplamente disseminada como causa histórica. A homonímia com o réptil leva à associação sincrônica ao animal, materializado em pedra e cal na entrada do município e tomado como símbolo local em diversos contextos. Assim, se a causa denominativa não registra associação zoonímica, é incontestado que ela hoje se constitui mais forte que a provável referência familiar ibérica no imaginário local. Gentílico: lagartense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 34</b>	
<b>Topônimo: Laranjeiras</b>	<b>Geocódigo: 2803609</b>
<b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Grande Aracaju
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Laranjeiras</b> → <i>laranja</i> “ <i>sf.</i> ‘fruto da laranjeira, planta da família das rutáceas’ XIV. Do árabe <i>nāranġa</i> , derivado do persa <i>nāranġ</i> . <b>laranjEIRA</b>   -geira XIV.” (CUNHA, 2010, p. 382).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> <b>Simples</b> (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> <i>Laranjeiras</i> , Povoação das, Vila (1832), Cidade (1848)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Esta localidade manteve sua primitiva toponímia, que data das primeiras décadas de colonização do território sergipano. Segundo o histórico do IBGE (2019), “Depois que as tropas de Cristóvão de Barros arrasaram com as nações indígenas, por volta de 1530 [ <i>sic</i> ], muitos ‘colonos’ acabaram se fixando às margens do Rio Cotinguiba. Essas terras pertenciam à Freguesia de Socorro. Naquela região, mais ou menos uma légua da sede, foi construído um pequeno porto e, por conta das inúmeras e frondosas laranjeiras à beira do rio, moradores e viajantes começaram a identificar o local como porto das laranjeiras.”. Há aí uma imprecisão temporal por parte dessa fonte em órgão oficial, visto que a Guerra de Cirigype e consequente colonização terem ocorrido, efetivamente, em 1590, capitaneada por Cristóvão de Barros. Gentílico: laranjeirense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	



<b>FICHA Nº 35</b>	
<b>Topônimo: Macambira</b>	<b>Geocódigo: 2803708</b>
<b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Macambira</b> “s. Localidade de Serjipe. De <i>mã-cambira</i> , o manajo espinhoso. Planta bromeliácea” (BUENO, 2008, p. 619); “ <i>Mã-cambira</i> , molho áspero, que espinha. Em nota à sua obra <Elementos de Botânica geral e médica> diz o Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá ter esta palavra e significação de cama de embira, <i>maca-embira</i> , o que não é aceitável” (GUARANÁ, 1916, p. 312); “c. <i>Mã-cambir</i> , cousa que fere ou que offende” (SAMPAIO, 1901, p. 137).	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> <i>Macambira</i> , Povoado (1896), Município (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Desmembrado do território de Muribeca, Macambira apresenta-se, desde os tempos de povoação, com esta denominação, que se refere a uma planta de folhas rígidas e espinhosas da família das bromeliáceas encontrada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (APES, 1984, p. 13; TIBIRIÇÁ, 1985, p. 80; SAMPAIO, 1901, p. 137). Gentílico: macambirense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 36</b>	
<b>Topônimo: Malhada dos Bois</b>	<b>Geocódigo: 2803807</b>
<b>Taxonomia:</b> Sociotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Malhada</b> <i>sf.</i> ‘cabana de pastores’ ‘curral de gado’ XIII Do latim <i>magalia -ium</i> ‘cabana, choupana’; <b>malhada</b> <i>sf.</i> ‘ato de malhar’ 1813 (CUNHA, 2010, p. 403; 404). <b>Dos</b> (< <b>de</b> + <b>os</b> ) de “ <i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i> ” + <b>os</b> artigo pronominal masculino plural. XIII. Do latim <i>illu</i> + <b>s</b> morfema indicador de plural (CUNHA, 2010, p. 200; 455). <b>Boi</b> “ <i>sm.</i> ‘mamífero artiodáctilo, ruminante, da família dos bovídeos’ XIII. Do latim <i>bōvem</i> ” (CUNHA, 2010, p. 94).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> <b>Composta</b> (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> <i>Malhada dos Bois</i> , Povoado, Município (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> O nome deste município permite retratar a sócio-história sergipana, sendo este um resumo do relato histórico da cidade dispsoto em Silva (2011): O povoamento da região que hoje contempla Malhada dos Bois presta tributo ao português Major João de Aguiar Boto de Melo, que, por doação sesmarial, construiu dois engenhos na região, o Engenho Brejinho, hoje Fazenda Brejinho, e o Engenho Pedra da Onça, atual Fazenda Pedra da Onça. Foi nessas passagens com seu gado de Minas Gerais para Alagoas que o Major Boto de Melo reconheceu a fertilidade daquelas terras, com boas pastagens, ao lado de uma bela nascente de água doce jorrando de dentro da mata formada por madeira de lei. Ali naquela nascente, à sombra dos arvoredos os boiadeiros paravam com suas boiadas para deixar o gado malhar. Enquanto o gado malhava, juntavam lenha e faziam uma grande fogueira que os aqueciam e espantavam animais selvagens, assavam carne e ao seu redor se reuniam nas noites de lua cantando toadas ao som dos berrantes, tamborins e violas. Em outras passagens quando os boiadeiros perguntavam onde iam descansar, os outros respondiam, na “malhada”, na Malhada dos Bois, daí a origem do nome da cidade. Malahda dos Bois pertencia, inicialmente, à Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, hoje Propriá, tendo passado ao território da Freguesia de Aquidabã, ditada pela Resolução Provincial nº 930 de 11 de abril de 1872. Através da Lei Estadual nº 942, de 1942, passou a integrar o município de Muribeca, antes de sua emancipação, promovida pela Lei Estadual nº 525-A, de 25 de novembro de 1953, mantendo a mesma denominação. Gentílico: malhadense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 37</b>	
<b>Topônimo: Malhador</b>	<b>Geocódigo: 2803906</b>
<b>Taxonomia:</b> Sociotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Malhador</b> → <i>malha sf.</i> ‘ato de malhar’ (CUNHA, 2010, p. 403).; “s. m.    (Bras., Rio Grande do Sul e Goiás) o mesmo que malhada <sup>3</sup> (lugar sombreado, onde o gado costuma abrigar-se).” → <i>malhada</i> “Bras. Lugar sombreado onde o gado costuma abrigar-se do sol intenso; MALHADOR” (AULETE, 2018).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> <b>Simple</b> (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> <i>Malhador</i> , Povoado, Vila (1936), Município (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Consta no histórico do IBGE (2019), que “a primeira penetração da região em que se acha o território que hoje constitui o município de Malhador processou-se em data posterior a 1620 e, provavelmente, por pessoas etnicamente ligadas aos colonizadores de Itabaiana. O significado etimológico do topônimo do município dá margem a se atribuir que a primeira povoação teve origem, como tantos outros municípios de Sergipe, em um curral (fazenda) de gado.” Gentílico: malhadorenses	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 38</b>	
<b>Topônimo: Maruim</b>	<b>Geocódigo: 2804003</b>
<b>Taxonomia:</b> Zootopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Grande Aracaju
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Maruim</b> “cidade de Sergipe; alteração de marigüi, variedade de mosquito.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 85); “s. Riacho e cidade de Serjipe. De <i>mberu-im</i>, mosquito.” (BUENO, 2008, p. 622); “<i>Maruhy</i>, corruptela meruî, o mosquito, ou os mosquitos.” (SAMPAIO, 1901, p. 139); “MAROIM – Mais corretamente <i>Maruim</i>. <i>Meru</i>-mosca; <i>i</i>-pequena: mosquito.” (GUARANÁ, 1916, p. 313); “<i>sm.</i> nome comum a vários mosquitos hematófagos’   <i>marigui</i> c. 1584, <i>margui</i> 1587, <i>meruim</i> 1763 etc.   Do tupi <i>mari’üi</i>.” (CUNHA, 2010, p. 413); “a) do T.G. <i>mberui</i> – os mosquitos (TS)” (CHIARADIA, 2008, p. 433).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Mombaça</i> , Povoado para <i>Maroim</i> , Povoação para <i>Santo Amaro de Maroim</i> , Vila (1835), Distrito (1837), Cidade (1854)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  Segundo o histórico do IBGE (2019), “O primeiro povoamento nasceu no encontro dos rios Sergipe e Ganhamoroba. Aos arredores do Porto das Redes (antiga Alfândega de Sergipe), surge Mombaça. Mas os ataques dos mosquitos obrigaram os poucos habitantes a se mudar dali”, de onde advém a causa denominativa do topônimo municipal contemporâneo.  A mudança gráfica de <i>Maroim</i>, amplamente registrado nas fontes coevas dos séculos XIX e primeira metade do século XX, para <i>Maruim</i> assim se deu: até o século XX, a grafia usual para designar a localidade, hoje cidade, e o título de um ilustre barão sergipano do século XIX foi Maroim. Em 1943, Maroim passou à grafia oficial Maruim, válida até hoje, que se justifica pela vacilação de pronúncia quanto ao alteamento da vogal posterior – fenômeno fonético-fonológico comumente descrito. Este verbete, em obras lexicográficas de topônimos e de línguas indígenas, tem sua origem tupi destacada, além de diversas tentativas de decomposição morfológica, como pode ser verificado no campo Etimologia. Destes, avulta a observação avaliativa de Guaraná (1916) quanto à grafia do topônimo. Talvez esteja nesse excerto o fator condicionante da mudança gráfica imposta algum tempo depois, visto que Barbosa (1980) assinalou que o IBGE, por meio de conferências de geografia, já na década de 1920, “recomendava normas para a grafia de nomes geográficos nacionais, de origens indígena, portuguesa e estrangeiros” (BARBOSA, 1980, p. 147). O fenômeno grafo-fonético verificado em Maruim (antigamente grafado Maroim) – é idêntico ao de <i>Buquim</i> ~ <i>Boquim</i> (vide Ficha nº 7).</p>	
Gentílico: maruinense	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 39</b>	
<b>Topônimo: Moita Bonita</b>	<b>Geocódigo: 2804102</b>
<b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Moita</b> “ <i>sf.</i> ‘grupo espesso de plantas’   <i>mouta</i> XIII   De origem obscura” (CUNHA, 2010, p. 432) <b>Bonita</b> “ <i>adj.</i> ‘belo, formoso’ XVI. Provavelmente do castelhano <i>bonito</i> , de <i>bueno</i> ” (CUNHA, 2010, p. 97).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + Adj])	
<b>Histórico:</b> De <i>Alto dos Coqueiros</i> , Povoado para <i>Moita Bonita</i> , Distrito (1957), Cidade (1963)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> A atual sede de Moita Bonita originou-se de um local denominado Alto do Coqueiro, uma pequena aglomeração de sítios, localizada num terreno elevado, onde existiam muitos coqueiros. O nome municipal teve influência de um povoado vizinho, Moita de Cima, que teve seu nome alterado para Moita Bonita. Após jogo de influência na decisão pela emancipação, o sr. Pedro Paes Mendonça elevou à categoria de sede um sítio chamado Alto dos Coqueiros, o qual ele criou o nome de Moita Bonita. Identificamos, por conhecimento partilhado e colóquios informais junto a nativos, haver uma variante fonética em <Moita>, com a (não) palatização – [t] ou [tʃ] – pelos moitenses, sendo a palatização um fato desprestigiado pela geração mais recente, tal como na palatização de <oito> e <biscoito>. Essa produção fonética do topônimo Moita Bonita pode ser tomado tanto como um caso de <i>xibolete</i> , funcionando como item fonético ora como indicador ora como estereótipo. Gentílico: moitense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 40</b>	
<b>Topônimo: Monte Alegre de Sergipe</b>	<b>Geocódigo: 2804201</b>
<b>Taxonomia:</b> Geomorfotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Alto Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Monte</b> “<i>sm.</i> ‘elevação considerável de terreno acima do solo que a rodeia’ XIII. Do latim <i>mons – mōntis</i>” (CUNHA, 2010, p. 435).  <b>Alegre</b> “<i>adj.</i> ‘animado, vivo’ XIII. Do latim vulgar <i>*alicer *alēcris</i>, correspondente ao clássico <i>alāceralācris</i>”  <b>De</b> “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” (CUNHA, 2010, p. 200).  <b>Sergipe</b> “<i>s.</i> Nome de um dos Estados do Brasil. De <i>ciri-hi-pe</i>: no rio dos siris.” (BUENO, 2008, p. 646-647; GUARANÁ, 1916, p. 321).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa + Tupi	
<b>Estrutura morfológica: Composta</b> (SN <sub>NP</sub> [N + Adj + {Prep + N}])	
<p><b>Histórico:</b>  <i>Monte Alegre</i>, Povoado para <i>Monte Alegre de Sergipe</i>, Cidade (1953)</p>	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  Um monte é uma “elevação que surge na paisagem como forma isolada” (IBGE, 2015a, p. 40), sendo que a lexia realmente coaduna com a geomorfologia da localidade. A lexia composta ‘Monte Alegre’ adveio do nome de uma fazenda da localidade. Segundo Emdagro (2019, p. 3), “O nome do município foi inspirado em uma fazenda de Antônio Machado Cabelê, que pertencia a Porto da Folha e Glória e se chamava Monte Alegre Velho. Ele se reuniu com outros fazendeiros e decidiram chamar a nova povoação de Monte Alegre, porque no local existia um pequeno monte considerado bonito e alegre.” A partícula restritiva ‘de Sergipe’ foi adicionada quando da emancipação municipal de <i>Monte Alegre</i>, em 1953, desmembrada de Nossa Senhora da Glória.  Gentílico: monte-alegrense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 41</b>	
<b>Topônimo: Muribeca</b>	<b>Geocódigo: 2804300</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Muribeca</b> “s. De <i>mberú-boca</i>: Mosca importuna.” (BUENO, 2008, p. 625); “Merú-beca, a mosca importuna.” (GUARANÁ, 1916, p. 315); “corruptela <i>merú-beca</i>, a mosca importuna, o mosquito persistente ou insistente” (SAMPAIO, 1901, p. 141).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> <b>Simples</b> (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Sítio do Meio</i> , povoação para <i>Muribeca</i> , Vila (1926), Cidade (1938)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Uma informação enciclopédica destacada por Tibiriçá (1985) merece menção. Segundo ele, Muribeca é “nome de várias localidades (Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco); não é nome tupi; Teodoro Sampaio traduz por mosca importuna; não lhe ocorreu que por este nome é o apelido familiar do célebre Belchior Dias Môrea, o Maribeca, descobridor das minas de prata; moribeca é diminutivo carinhoso de Môrea” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 88).</p> <p>O histórico do IBGE (2019) para o município não remete a esse colono, listando personalidades como Cristóvão de Barros, seu filho Antônio Cardoso de Barros, além de relatar que, “em data não apurada, o povoado originou-se nas terras adquiridas por João Batista de Almeida Figueiredo, que edificou uma pequena capela como primeiro prédio, entretanto tiveram atuação mais destacada na fundação do povoado, seus filhos Manoel Almeida Figueiredo e Francisco Xavier de Almeida Figueiredo que permitiram a construção das primeiras casas, onde se originou o primeiro arruado da então localidade Sítio do Meio” (IBGE, 2019).</p> <p>Cumpre, em estudos posteriores uma incursão acerca da participação do bandeirante Belchior Moreira (1540-1619), que teve intensa participação na colonização do território sergipano, como expõe Nogueira (2018): “Affonso d’Escragnolle Taunay assim se refere a Belchior Dias Moreia no vol. I da “História Geral das Bandeiras”: “No Ciclo Sergipano, aliás muito restrito, há a notar a longa expedição de Belchior Dias Moréia, neto de Caramuru e, segundo Jaboatão, primo de Gabriel Soares de Sousa.” Belchior Dias Moréia tinha boa experiência como sertanista, pois participara, de 1587 a 1590, da expedição de Cristóvão de Barros para a conquista de Sergipe. Com isso, será possível constatar ou refutar o argumento aventado por Tibiriçá (1985).</p>	
Gentílico: muribequense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 42</b>	
<b>Topônimo: Neópolis</b>	<b>Geocódigo: 2804409</b>
<b>Taxonomia:</b> Cronotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Neo-</b> “elemento de composição, do grego <i>neo-</i>, de <i>néos</i> ‘novo’, que se documenta em vocábulos eruditos, alguns formados no próprio grego, como néofito, e outros introduzidos na linguagem científica internacional, a partir do século XIX (CUNHA, 2010, p. 448).</p> <p><b>Polis</b> → <b>pole</b> “elemento de composição, derivado de grego <i>pólis</i> ‘cidade, que se documenta em vocábulos eruditos, quase todos formados no próprio grego, como acrópole, metrópole, necrópole etc.” (CUNHA, 2010, p. 507).</p> <p><i>Neópolis</i> (<i>neo-</i> + <i>-polis</i>) é uma helenização literal de <i>vila nova</i>.</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Vila Nova</i> para <i>Vila Real do São Francisco</i> (1689) para <i>Vila Nova Del Rei</i> (1733) para <i>Vila Nova do Rio São Francisco</i> (1835) para <i>Vila Nova, Cidade</i> (1910) para <i>Neópolis</i> (1940)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Sempre mantendo a lexia composta Vila Nova, passa por diversas mudanças toponímicas. Em 23 de novembro de 1910, a vila é elevada à categoria de cidade, através da Lei estadual 583, com a mesma designação de Vila Nova. O decreto-lei nº 272, da Interventoria Federal no Estado, de 30 de abril de 1940, dá à cidade a designação de Neópolis.</p> <p><i>Neópolis</i> é de ocorrência única na toponímia municipal nacional. Sobre a fórmula denominativa em -polis ~ -pole, Xavier Fernandes (1941) assinala, em nota, que “Neópolis é nome que tem servido para designar mais de meia dúzia de povoações, a saber: na parte oriental da ilha de Cândia ou Creta; na Cária, costa ocidental da Sardenha; na Campânia (Itália), hoje Napoli em italiano e Nápoles em português. (FERNANDES, 1941, p. 38). No exemplo do município sergipano, remete a uma nova área de povoamento.</p> <p>Gentílico: neopolitano ou neopolense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	



<b>FICHA Nº 43</b>	
<b>Topônimo: Nossa Senhora Aparecida</b>	<b>Geocódigo: 2804458</b>
<b>Taxonomia:</b> Mariotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Nossa</b> “prônimo ‘pertencente a, ou próprio de nós’   XIII mostra   Do latim <i>nōstra</i> .” (CUNHA 2010, p. 452) <b>Senhora</b> “Do latim <i>señor</i> , <i>-ōris</i>   XIII, <i>señora</i> XIV” (CUNHA, 2010, p. 589). <b>Aparecida</b> → <i>aparecer</i> “vb. ‘surgir, apresentar-se’   XIII, Do latim <i>apparēscere</i> ” (CUNHA, 2010, p. 47).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Det + N + + N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Cruz das Graças</i> , Povoado, Cidade (1963) para <i>Nossa Senhora Aparecida</i> (1975)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> O município, desmembrado de Ribeirópolis, foi elevado a cidade com a denominação Cruz das Graças, tendo sua sede no povoado Cruz do Cavalcante, em 26 de novembro de 1963, pelo Decreto-Lei Estadual n. 1.233. Pela Lei Estadual nº. 165-A, de 24 de dezembro de 1975, mudou o topônimo para Nossa Senhora Aparecida, padroeira da localidade, com sede alterada para o povoado Maniçoba. Gentílico: aparecidense	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 44</b>	
<b>Topônimo: Nossa Senhora da Glória</b>	<b>Geocódigo: 2804508</b>
<b>Taxonomia:</b> Mariotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Alto Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Nossa</b> “prônimo ‘pertencente a, ou próprio de nós’   XIII mostra   Do latim <i>nōstra</i>.” (CUNHA 2010, p. 452)</p> <p><b>Senhora</b> “Do latim <i>sēñor</i>, <i>-ōris</i>   XIII, <i>señora</i> XIV” (CUNHA, 2010, p. 589).</p> <p><b>Da (de + a):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>a</b> “artigo pronominal feminino   XIII, há XII, la XIII   Do latim <i>illa</i>, através da variante arcaica <i>la</i>, na qual se deu a queda do <i>l</i> pelo fato de ela se encontrar frequentemente em posição intervocálica na frase”(CUNHA, 2010, p. 200; 1).</p> <p><b>Glória</b> “<i>sf.</i> ‘bem-aventurança, renome, esplendor, grande mérito’   XIII, <i>goloria</i> XIV, <i>grorea</i> XV   Do latim <i>gloria</i> (CUNHA, 2010, p. 318).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Det + N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Boca da Mata</i> , Povoado para <i>Nossa Senhora da Glória</i> , Distrito (1922), Cidade (1928)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Segundo o IBGE (2019), “o povoado se desenvolveu na localidade conhecida por Boca da Mata, na jurisdição do município de Garuru, ocupado entre os anos de 1600 a 1625, quando foram instalados os primeiros currais de gado. As atividades agropecuárias atraíram novos moradores, iniciando-se o povoamento do núcleo. Em 1922, passou a chamar-se Nossa Senhora da Glória, na categoria de vila e sede do 2º Distrito de Paz.” A localidade foi rebatizada quando o pároco Francisco Gonçalves Lima fez uma campanha junto aos moradores para aquisição de uma imagem de Nossa Senhora da Glória.</p> <p>Gentílico: gloriense</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 45</b>	
<b>Topônimo: Nossa Senhora das Dores</b>	<b>Geocódigo: 2804607</b>
<b>Taxonomia:</b> Mariotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Médio Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Nossa</b> “prônimo ‘pertencente a, ou próprio de nós’   XIII mostra   Do latim <i>nōstra</i>.” (CUNHA 2010, p. 452)</p> <p><b>Senhora</b> “Do latim <i>señor</i>, <i>-ōris</i>   XIII, <i>señora</i> XIV” (CUNHA, 2010, p. 589).</p> <p><b>Das (de + as):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>a</b> “artigo pronominal feminino   XIII, há XII, la XIII   Do latim <i>illa</i>, através da variante arcaica <i>la</i>, na qual se deu a queda do <i>l</i> pelo fato de ela se encontrar frequentemente em posição intervocálica na frase” + <b>s</b> morfema indicador de plural (CUNHA, 2010, p. 200; 1).</p> <p><b>Dores</b> “<i>sm. [sic]</i> ‘sofrimento físico ou moral, mágoa, aflição’   XVI door XIII, dolor XIV   Do latim <i>dolor -oris</i>” (CUNHA, 2010, p. 228).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Det + N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b>	
De <i>Enforcados</i> , Povoado para <i>Nossa Senhora das Dores</i> , Distrito (1858), Cidade (1920)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>A primeira menção à localidade se deu em carta de sesmaria, datada de 4 de outubro de 1604, com pedido de Pero Novais de Sampaio de duas léguas de terra em quadra para pasturar seus gados e criações. Essas terras iam do Outeiro das Piranhas a Enforcados, ao longo do rio Sergipe “donde se encontravam terras devolutas e que nunca tinham sido povoadas de brancos”. Neste excerto está o topônimo primitivo, Enforcados – no manuscrito <i>Enforquados</i> (SANTOS, 2012, p. 150). Figueiredo (1981) afirmou que a causa denominativa do topônimo primitivo se deu por ali terem sido sacrificados alguns gentios que habitavam a região.</p> <p>Sobre o episódio de Enforcados, que tem como lenda que “em tempos remotos consta terem sido enforcados alguns gentios que habitavam na Freguesia, lugar de muito gentio” (FIGUEIREDO, 1981). Com a chegada de religiosos pregadores da Santa Missão, o topônimo foi mudado para Nossa Senhora das Dores, desmembrada de Capela e de Divina Pastora. Segundo conta Cardoso (1961), havia um tabu relacionado ao topônimo primitivo: “Mais tarde indo alguns missionários pregar missão na Vila, substituíram o nome pelo de Nossa Senhora das Dores, sendo castigado com pena de excomunhão aquele que repetisse propositalmente o antigo nome” (CARDOSO, 1961, p. 87).</p> <p>Gentílico: dorense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 46</b>	
<b>Topônimo:</b> Nossa Senhora de Lourdes	<b>Geocódigo:</b> 2804706
<b>Taxonomia:</b> Mariotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Alto Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Nossa</b> “prônimo ‘pertencente a, ou próprio de nós’   XIII mostra   Do latim <i>nōstra</i> .” (CUNHA 2010, p. 452) <b>Senhora</b> “Do latim <i>señor</i> , <i>-ōris</i>   XIII, <i>señora</i> XIV” (CUNHA, 2010, p. 589). <b>De</b> “ <i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i> ” (CUNHA, 2010, p. 200). <b>Lourdes</b> “Cidade da França, lugar de romaria, com um célebre santuário d Imaculada Conceição. De origem desconhecida. Nome de mulher. Abreviação do nome Maria de Lourdes, tirado da invocação à Virgem de Lourdes.” (NASCENTES, 1952, p. 177).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Det + N + {Prep + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Arraial das Antas</i> (1850) para <i>Nossa Senhora de Lourdes</i> , Vila (1953), Cidade (1963)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> A nomeação com o topônimo religioso se deu, em meados do século XX, pela devoção de moradores à padroeira da localidade. Cumpre também destacar o papel da gruta que abrigava uma imagem de Nossa Senhora de Lourdes no bairro Coqueiros, como consta no histórico do IBGE (2019). Gentílico: lourdense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 47</b>	
<b>Topônimo: Nossa Senhora do Socorro</b>	<b>Geocódigo: 2804805</b>
<b>Taxonomia:</b> Mariotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Grande Aracaju
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Nossa</b> “prônimo ‘pertencente a, ou próprio de nós’   XIII mostra   Do latim <i>nōstra</i>.” (CUNHA 2010, p. 452).</p> <p><b>Senhora</b> “Do latim <i>sen̄ior</i>, <i>-ōris</i>   XIII, <i>señora</i> XIV” (CUNHA, 2010, p. 589).</p> <p><b>Do (de + o):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>o</b> artigo pronominal masculino. XIII. Do latim <i>illu</i> (CUNHA, 2010, p. 200; 455).</p> <p><b>Socorro</b> “<i>sm.</i> ‘ato ou efeito de socorrer’ XV Deverbal de <i>socorrer</i>. → <i>socorrer</i> “<i>vb.</i> ‘defender, proteger, auxiliar’   <i>subcorrer</i> XV   Do latim <i>succurrēre</i>” (CUNHA, 2010, p. 603).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Det + N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Cotinguiba</i> , Distrito (1864) para <i>Socorro</i> , Vila (1868) para <i>Cotinguiba</i> (1943) para <i>Nossa Senhora do Socorro</i> (1954)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Segundi o histórico do IBGE (2019), fundou-se um pequeno núcleo demográfico na região do Rio Cotinguiba, que a 25 de setembro de 1718, foi elevado à categoria de freguesia sob a invocação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tomar da Cotinguiba. Desde então, diversas mudanças tem incluído e excluído itens lexicais dessa freguesia nas denominações administrativas. Inicialmente, apenas Socorro, depois a Cotinguiba, e, até então, Nossa Senhora do Socorro. Em 31 de dezembro de 1943 passou a ter a denominação de Cotinguiba, por força da Legislação Federal, que proibia a duplicidade de nomes dos municípios brasileiros. Contudo, segundo o IBGE (2019), “o novo topônimo era usado somente em documentos oficiais, nunca chegando à linguagem do povo, e, por isto, atendendo a tal motivo, os poderes constituídos do Estado através da Lei estadual nº 554, de 6 de fevereiro de 1954, fizeram-no voltar a denominar-se Nossa Senhora do Socorro” (IBGE, 2019).</p> <p>Gentílico: socorrense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 48</b>	
<b>Topônimo: Pacatuba</b>	<b>Geocódigo: 2804904</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Pacatuba</b> “vila do município de Jaboatão, SE; de <i>paca-tyba</i> , lugar onde há muitas pacas.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 91); “s. De <i>paca-tyba</i> , lugar das pacas.” (BUENO, 2008, p. 631); “ <i>Paca-tyba</i> ou <i>tuba</i> : pacas em abundância; lugar em que há pacas.”(GUARANÁ, 1916, p. 316); “corruptela <i>paca-tyba</i> , pacas em abundância, sítio em que elas abundam” (SAMPAIO, 1901, p. 143); “do T.G. <i>paca-tuba</i> – lugar abundante em pacas” (CHIARADIA, 2008, p. 487).	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Pacatuba</i> , Distrito (1864), Povoado (1926), Vila (1939) para <i>Pacatiba</i> , Vila (1943) para <i>Pacatuba</i> , Cidade (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Esta nomenclatura está ligada diretamente ao processo de colonização, pois, segundo o IBGE (2019), “Na confluência do rio Poxim do Norte com o rio Betume existia uma aldeia habitada por índios chefiados pelo cacique Pacatuba, que se rendeu pacificamente ao conquistador Cristóvão de Barros, no início do século XVII” (IBGE, 2019). No entanto, Andrade (2016) assim detalha o fato histórico referente ao cacique Pacatuba: “Antes mesmo da chegada definitiva em terras sergipanas dos portugueses, em 1590, acredita-se que os índios tupinambás já tinham por aquelas bandas de Pacatuba uma relação comercial com franceses. No início de 1600, já se tinha notícia de um forte aldeamento na confluência do Rio Poxim do Norte com o Betume, e quem comandava aquele povoamento era o cacique Pacatuba. Quando Cristóvão de Barros invadiu Sergipe, cumprindo ordens do Governo da Bahia e de Felipe II da Espanha, que reinava em Portugal, deu-se uma matança generalizada. Todos os maiores recursos militares teriam sido usados. Cristóvão venceu os poderosos caciques Baepeba, Serigy e Siriry. Para a maioria dos historiadores, antes que as colunas de Cristóvão de Barros chegassem à região do São Francisco, os caciques Japarutuba e seu irmão Pacatuba acabaram se entregando aos portugueses e pedindo paz. Mas outros estudiosos discordam e acreditam que Cristóvão encontrou resistência sim, e venceu por conta da força militar. Bueno (2008) destaca não ser uma denominação exclusiva do território sergipano: “s. Povoação de Serjipe. T. Sampaio coloca este povoado no Ceará. Martius, em Serjipe. É distrito e cidade do Ceará.” (BUENO, 2008, p. 631). Gentílico: pacatubense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 49</b>	
<b>Topônimo: Pedra Mole</b>	<b>Geocódigo: 2805000</b>
<b>Taxonomia:</b> Litotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Pedra</b> “ <i>sf.</i> ‘matéri mineral, dura e sólida, da natureza das rochas’ XIII. Do latim <i>petra -ae</i> , derivado do grego <i>pétra</i> ” (CUNHA, 2010, p. 484). <b>Mole</b> “ <i>adj. 2g.</i> ‘que cede à compressão, brando, preguiçoso, sem energia’ XIII. Do latim <i>möllis</i> ” (CUNHA, 2010, p. 433).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + Adj])	
<b>Histórico:</b> <i>Pedra Mole</i> , Povoado, Distrito (1957), Cidade (1963)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Inerente ao topônimo está a curiosidade acerca de sua causa denominativa. Há aí uma figura de linguagem, uma vez que uma pedra é uma “denominação genérica usada para qualquer pedaço de rocha.” (IBGE, 2015a, p. 25), sendo paradoxal imaginar que uma pedra seja mole, não dura. De acordo com o IBGE (2019), “os pedra molenses têm várias versões sobre o surgimento do nome da cidade. Uma delas é que alguns moradores encontraram pedras com a marca da pata de um animal e de um pé de uma pessoa, e disseram que as pedras eram moles. Outros acreditam que viajantes marcavam como ponto de encontro o lugar das pedras moles. Sabe-se, com certeza, que onde hoje é a cidade havia pedras relativamente fofas, mas que hoje não existem mais.” Gentílico: pedra-molense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 50</b>	
<b>Topônimo: Pedrinhas</b>	<b>Geocódigo: 2805109</b>
<b>Taxonomia:</b> Litotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<b>Pedrinhas</b> = [pedr-] + [-inh] + [-a] + [-s]	
<b>Pedra</b> “ <i>sf.</i> ‘matéri mineral, dura e sólida, da natureza das rochas’ XIII. Do latim <i>petra -ae</i> , derivado do grego <i>pétra</i> ” (CUNHA, 2010, p. 484).	
<b>-inhas</b> (-inh + a + s) → “-ino, -ina <i>suf. nom.</i> de origem e funções distintas é adaptação do lat. <i>-īnus -īna -īnum</i> , que já se documenta em adjetivos formados no próprio latim [...]. Já no latim o <i>suf. -īnus -īna -īnum</i> assumira, também, uma função diminutiva, em decorrência da noção de ‘origem, descendência’ [...]”. (CUNHA, 2010, p. 358; 359) + <b>a</b> “artigo pronominal feminino   XIII, há XII, la XIII   Do latim <i>illa</i> , através da variante arcaica <i>la</i> , na qual se deu a queda do <i>l</i> pelo fato de ela se encontrar frequentemente em posição intervocálica na frase” + <b>s</b> morfema indicador de plural (CUNHA, 2010, p. 200; 1).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b>	
<i>Pedrinhas</i> , Povoação, Cidade (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
Desmembrado de Arauá, a localidade nasce em torno do Engenho Pedrinhas, que deu origem ao povoado e ao topônimo desde sua fundação.	
Gentílico: pedrinhense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	



<b>FICHA Nº 51</b>	
<b>Topônimo: Pinhão</b>	<b>Geocódigo: 2805208</b>
<b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Pinhão</b>   <i>pinhooens</i> pl. XVI   Do castelhano <i>piñon</i> . → <i>pinho</i> “ <i>sm.</i> ‘madeira de pinheiro’ ‘pinheiro’ XIII. Do latim <i>pinus</i> –i” (CUNHA, 2010, p. 497).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> <i>Pinhão</i> , Cidade (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Desmembrado do município de Campo do Brito, o histórico do IBGE (2019) assim apresenta: “A partir do ano de 1700 a colonização e povoamento da Capitania de Sergipe expande-se pela zona sertaneja, a sua penetração nos fundos da faixa de terras compreendidas entre os rios Vasa Barris e Sergipe vai atingir em 1713 o território que veio a ser município de Pinhão. No século XIX, precisamente em 1889, foram demarcadas terras pelo Eng <sup>o</sup> Militar José Calazans, de imediato arroteadas com grande empenho pelo francês Cootchaux Ettinger e seu filho Gabriel. Aí teve início a cultura do algodão, atraindo pessoas das circunvisinhanças, e assim teve formação a povoação de Pinhão, nome este provindo da grande quantidade de uma planta nativa (pinhão e Purga), do nordeste, ali existente.”. Gentílico: pinhãoense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 52</b>	
<b>Topônimo: Pirambu</b>	<b>Geocódigo: 2805307</b>
<b>Taxonomia: Zootopônimo</b>	
<b>Elemento Geográfico: Cidade</b>	<b>Território de Planejamento: Leste Sergipano</b>
<b>Variante cartográfico-lexical: n/e</b>	
<b>Etimologia:</b> <b>Pirambu</b> “de <i>pirá-mbu</i> , ruído de peixes, ronco de peixes.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 97); “Pirá-mbur, que faz vir peixe, lugar onde se reúne ou se pesca peixe.” (GUARANÁ, 1916, p. 317); “sm. ‘peixe da família dos pomadasídeos’ <i>circa</i> 1584. Do tupi <i>pira</i> ‘um<pi’ra + a’um ‘roncar’” (CUNHA, 2010, p. 498).	
<b>Origem: Tupi</b>	
<b>Estrutura morfológica: Simples (SN<sub>NP</sub> [N])</b>	
<b>Histórico: Ilha, povoação para Pirambu, Cidade (1963)</b>	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Assim o histórico do IBGE (2019) destaca essa localidade: “Nada mais sugestivo para uma cidade nascida de uma colônia de pescadores do que ser batizada com o nome de um peixe. E é exatamente o que acontece com Pirambu, cidade a 76 quilômetros de Aracaju, que foi denominada em homenagem a esse peixe bastante comum na região. O município, antes chamado de Ilha, é um dos maiores centros pesqueiros do Nordeste e também possui belas praias. Há informações de que a povoação começou a ser habitada em 1911, inicialmente por índios e depois por pescadores que exerciam a atividade nos rios Pomonga e Japarutuba, e no Oceano Atlântico, que banha a cidade” (IBGE, 2019). Gentílico: pirambuense.	
<b>Pesquisador: Cezar Alexandre Neri Santos</b>	

<b>FICHA Nº 53</b>	
<b>Topônimo: Poço Redondo</b>	<b>Geocódigo: 2805406</b>
<b>Taxonomia: Hidrotopônimo</b>	
<b>Elemento Geográfico: Cidade</b>	<b>Território de Planejamento: Alto Sertão Sergipano</b>
<b>Variante cartográfico-lexical: n/e</b>	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Poço</b> “<i>sm.</i> ‘cavidade funda, aberta na terra, a fim de atingir o lençol aquífero mais próximo da superfície’ XVI. Do latim <i>puteus -ī</i>”(CUNHA, 2010, p. 506).</p> <p><b>Redondo</b> “<i>adj.</i> ‘que tem forma circular’ XIII. Do latim vulgar <i>rētūndus</i> (clássico <i>rōtūndus</i>)” (CUNHA, 2010, p. 552).</p>	
<b>Origem: Portuguesa</b>	
<b>Estrutura morfológica: Composta</b> (SN <sub>NP</sub> [N + Adj])	
<b>Histórico: Poço Redondo, Cidade (1956)</b>	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Segundo o histórico do IBGE (2019), Poço Redondo nasce do “povoado Currealinho, situado às margens do rio São Francisco, no último quarto do século XIX. A partir de 1902, Manoel Pereira se estabeleceu com uma fábrica de descaroçar algodão no arraial Porto de Cima, transferindo-a, logo depois, para um lugar, distante um quilômetro daquele em que se encontrava. A iniciativa atraiu novos habitantes, que também se mudaram para Poço Redondo, nome ligado ao fato de encontrar-se, o local, semicirculado pelo riacho Jacaré. A instalação ocorreu em 1956, quando o então povoado Poço Redondo foi elevado à cidade, desmembrado do município de Porto da Folha” (IBGE, 2019).</p> <p>Segundo o Aulete (2018), um poço é um “buraco cavado na terra fundo o suficiente para atingir um lençol de água subterrâneo; qualquer buraco profundo (poço do elevador); ou área mais funda de um lago ou rio” (AULETE, 2018).</p> <p>Gentílico: poço-redondense.</p>	
<b>Pesquisador: Cezar Alexandre Neri Santos</b>	

<b>FICHA Nº 54</b>	
<b>Topônimo: Poço Verde</b>	<b>Geocódigo: 2805505</b>
<b>Taxonomia:</b> Hidrotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Centro Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Poço</b> “ <i>sm.</i> ‘cavidade funda, aberta na terra, a fim de atingir o lençol aquífero mais próximo da superfície’ XVI. Do latim <i>puteus</i> –ĩ”(CUNHA, 2010, p. 506). <b>Verde</b> “ <i>adj. 2g.</i> ‘da cor mais comum nas ervas e nas folhas das árvores’ XIII. Do latim <i>vīridis</i> ” (CUNHA, 2010, p. 673).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + Adj])	
<b>Histórico:</b> <i>Poço Verde</i> , Vila (1938), Cidade (1953)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Um poço é um “buraco cavado na terra fundo o suficiente para a atingir um lençol de água subterrâneo; qualquer buraco profundo (poço do elevador); área mais funda de um lago ou rio” (AULETE, 2018). Segundo o histórico do IBGE (2019), a toponímia dessa localidade está relacionada a um poço situado na Fazenda Poço do Rio Real. Pelo fato de, após a seca, uma vegetação verde encobrir o poço, o nome da fazenda passou a Poço Verde, de onde surge a aglomeração que resultou no atual município. Gentílico: poço-verdense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 55</b>	
<b>Topônimo: Porto da Folha</b>	<b>Geocódigo: 2805604</b>
<b>Taxonomia:</b> Sociotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Alto Sertão Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Porto</b> “sm. lugar da costa ou em um rio, lagoa etc., que, por oferecer às embarcações certo abrigo, lhes permite fundear e estabelecer contatos com a terra’ XIII. Do latim <i>pōrtus –ūs</i>” (CUNHA, 2010, p. 513).</p> <p><b>Da (de + a):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>a</b> “artigo pronominal feminino   XIII, há XII, la XIII   Do latim <i>illa</i>, através da variante arcaica <i>la</i>, na qual se deu a queda do <i>l</i> pelo fato de ela se encontrar frequentemente em posição intervocálica na frase”(CUNHA, 2010, p. 200; 1).</p> <p><b>Folha</b> “<i>sf.</i> ‘nome dado aos órgãos que se desenvolvem no caule das plantas’ <i>folha</i> XIV / Do latim tardio <i>fōlīa</i>, deduzido do nominativo plural de <i>fōlīum</i>” (CUNHA, 2010, p. 297).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica: Composta</b> (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Buraco</i> , Povoação para <i>São Pedro do Porto da Folha</i> , Distrito/Vila (1832) para <i>Nossa Senhora do Porto da Folha</i> , Vila (1835) para <i>Ilha do Ouro</i> (1870) para <i>Nossa Senhora do Porto da Folha</i> (1880) para <i>Porto da Folha</i> , Cidade (1896).	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>A toponímia primitiva da localidade, <i>Buraco</i>, se faz presente na antonomásia dos nativos porto-folhenses, chamados ainda hoje de <i>buraqueiros</i>. As diversas mudanças administrativas impactaram diretamente na toponímia, como se percebe no campo <i>Histórico</i>, sendo <i>Ilha do Ouro</i> atualmente o nome do maior povoado do município.</p> <p>Segundo relatos da tradição popular, o rio Capivara, maior afluente do São Francisco em Sergipe e divisor natural entre a cidade e o povoado Lagoa Salgada, servia como atracadouro para pequenas embarcações. Bem próximo existiam algumas árvores caducifólias do sertão, bem frondosas e de grande porte. Com isso, no período em que as folhas caem, no “outono”, essas caíam diretamente nas embarcações, que ficavam cheias de folhas, o que motivou a denominação <i>Porto da Folha</i> (Via colóquio informal junto ao Prof. Hunado Lima, em 10 fev. 2018). Justifica-se <i>porto</i> por ser ali um lugar de abrigo e ancoradouro de navios, na costa do rio São Francisco (IBGE, 2015a, p. 25).</p> <p>Gentílico: porto-folhense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 56</b>	
<b>Topônimo: Propriá</b>	<b>Geocódigo: 2805703</b>
<b>Taxonomia:</b> Ergotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <p><b>Propriá</b> “cidade de Sergipe; de <i>pororó</i>, abreviação de <i>abati-pororoca</i>, milho pipoca, e <i>piriá</i>, alteração de <i>apereá</i>, preá, pequeno roedor; <i>propriá</i> (pororó-piriá), quer dizer pois preá de milho pipoca =, isto é: espécie de preá, roedor cuja preferência é o milho pipoca, preá que ataca o milho pipoca” (TIBIRIÇA, 1985, p. 100); “s. Rio e cidade de Serjipe. Não é tupi.” (BUENO, 2008, p. 640); “Corruptela de po-piá, significando ferrão, dente de cobra, segundo o Dr. Th. Sampaio. Nome de um chefe das tribos extintas no território sergipano.” (GUARANÁ, 1916, p. 319); “ant. <i>popiã</i>, o punhal, o estylete; Alagôas.” (SAMPAIO, 1901, p. 147); “1) arpão, agulhão, ferrão, punhal; dente de cobra, farpa. Do T.G. <i>popiá</i>, m.q. <i>popiaba</i>” (CHIARADIA, 2008, p. 550).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Urubu de Baixo</i> , Vila (1801) para <i>Propriá</i> , Vila, Cidade (1866)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> <p>Uma dos topônimos municipais com mais versões para sua etimologia. Bueno (2008) não o toma como de origem tupi, mal chegando a propor uma acepção. Contudo, é bem provável que o seja, tratando-se de uma variante fono-morfológica de ‘po-piá’, designando um material de pesca, o arpão ou agulhão. Pode ainda remeter ao peixe piau ou mesmo à lexia <i>piá</i>, que designa peixe em tupi. Há ainda a versão simplificada de que “surgiu de uma pesca de Piau na lagoa de João Baía. Era tanto peixe que se pescava usando pau. Criou-se então a expressão ‘pesca do paupiau’. Outros dizem que o nome vem também da lagoa, mas a expressão seria ‘puropiau’” (IBGE, 2019).</p>	
Gentílico: <i>propriaense</i>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 57</b>	
<b>Topônimo: Riachão do Dantas</b>	<b>Geocódigo: 2805802</b>
<b>Taxonomia:</b> Hidrotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Centro Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Riachão [Riacho + -ão]</b> “<i>sm.</i> ‘curso de água natural’ XVI. Do castelhano <i>riacho</i>” + <b>-ão</b> “sufixo nominal, do latim -o, -onis; que forma substantivos oriundos de outros substantivos, com valor aumentativo” (CUNHA, 2010, p. 565; 46).</p> <p><b>Do (de + o):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>o</b> artigo pronominal masculino. XIII. Do latim <i>illu</i> (CUNHA, 2010, p. 200; 455).</p> <p><b>Dantas</b> “Sobrenome. Formado pela preposição <i>de</i>, aglutinada ao plural do substantivo <i>anta</i>, no sentido de &lt;dólmen&gt;; é de origem geográfica (Leite de Vasconcelos, <i>Lições</i>, 251, <i>Op.</i>, III, 278, <i>Antr.</i>, 166, João Ribeiro, <i>Gram.</i>, ed. de 1917 pg. 307) V. <i>Antas</i>” (NASCENTES, 1952, p. 87).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + NP}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Riachão</i> , Vila (1864/1870), Cidade (1938) para <i>Riachão do Dantas</i> (1943)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>O topônimo é tributário da Fazenda Riachão, localizado às margens do Riacho da Limeira, afluente do Rio Piauí (REIS, 1960, p. 175). Sobre esse aumentativo, o próprio IBGE (2015a) assinala que “riachão é um termo regional utilizado na Região Nordeste como aumentativo de riacho, sem alteração conceitual significativa. Riacho grande” (IBGE, 2015a, p. 28).</p> <p>Quando da imposição legislativa de evitar locativos homônimos, no período do Estado Novo, a solução veio em forma de homenagem a uma das personalidades da elite local, um dos herdeiros do fundador da localidade. O Decreto Estadual nº. 377, de 31 de dezembro de 1943, determinou a mudança toponímica de Riachão para Riachão do Dantas, em referência ao Coronel João Dantas Martins dos Reis (18/05/1830 – 14/10/1890), conhecido como Comendador Dantas, dada sua nomeação como Comendador da Ordem da Rosa. Tendo exercido diversos cargos na política durante o reinado de Dom Pedro II – Conselheiro, presidente da Câmara, Juiz de Paz, Vice-presidente da Província –, “êste prestígio social e político deu lugar a que ‘Riachão’ ficasse conhecido geralmente na Província e sertão de Bahia, como o Riachão dos Dantas.” (REIS, 1960, p. 176).</p> <p>Gentílico: riachão-dantense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 58</b>	
<b>Topônimo: Riachuelo</b>	<b>Geocódigo: 2805901</b>
<b>Taxonomia:</b> Historiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Grande Aracaju
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Riachuelo</b> “Cidade de Sergipe. Com certeza, em homenagem à vitória do Brasil na guerra do Paraguai (batalha naval de 11 de Junho de 1865). <i>Riachuelo</i> é a palavra espanhola que quer dizer <riachinho>. (NASCENTES, 1952, p. 261).	
<b>Origem:</b> Espanhola	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Pintos</i> , Povoado (dos) para <i>Riachuelo</i> , Vila (1874), Cidade (1890)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> A localidade onde hoje se encontra o município de Riachuelo nasce como pouso de tropeiros, no roteiro entre os centros açucareiros mais antigos, de Laranjeiras e Divina Pastora. Com a vinda da família Pintos – cujos descendentes se estabeleceram em fazendas de criar gado ou em engenhos de açúcar por toda região, tornando-se, de fato, seus senhores – teve início a aglomeração conhecida como Povoado dos Pintos. A versão correta para esse topônimo é a que remete à homenagem a batalha decisiva da guerra do Paraguai, vencida pelo Almirante Barroso, chamada Batalha naval do Riachuelo, sendo esse nome de origem espanhola. Há, contudo, uma versão etimológica paralela, que vincula a motivação desse topônimo ao povoado estar localizado entre três rios – Sergipe, Cotinguiba e Jacarecica, formando assim um elo, portanto, Riachuelo (IBGE, 2019). Gentílico: riachuelense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	



<b>FICHA Nº 59</b>	
<b>Topônimo: Ribeirópolis</b>	<b>Geocódigo: 2806008</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Ribeiro</b> “Sobrenome de origem geográfica (LV, Antr., 160). De <i>ribeiro</i> , s. comum” <b>Polis → pole</b> “elemento de composição, derivado de grego <i>pólis</i> ‘cidade, que se documenta em vocs. Eruditos, quase todos formados no próprio grego, como acrópole, metrópole, necrópole etc.” (CUNHA, 2010, p. 507).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Saco do Ribeiro</i> , Povoação, Distrito (1927) para <i>Ribeirópolis</i> , Vila (1933), Cidade (1938)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> O topônimo Ribeirópolis se configura um nome de município sobre o qual se sabe muito pouco de seu referente antropotoponímico. Assim consta no histórico do IBGE (2019): “Segundo o historiador Felisberto Freire, por volta do ano de 1637 um cidadão conhecido por ‘Ribeiro’ instalava-se na região com a criação de gado em terras que se estendiam às proximidades da cidade de Itabaiana, originado aí uma povoação que recebeu o nome de “Saco do Ribeiro” em homenagem ao seu fundador” (IBGE, 2019). Há outra versão sobre a biografia deste Ribeiro de que se tratava de um cigano que carregava consigo um saco, sendo impossível saber o que havia nessa gibeira. Esse referente está materializado em pedra e cal com uma estátua em uma das praças públicas da cidade justamente como um cigano, de modo que, mesmo que seja improvável tal versão, é a que tem mais apelo popular. A mudança toponímica de Saco do Ribeiro para Ribeirópolis se deu na década de 1930, mais especificamente pelo Decreto Estadual nº 188, de 18 de dezembro de 1933. Moradores mais velhos, contudo, ainda costumam se referir à localidade como Saco. Gentílico: ribeireopolitano ou ribeireopolense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 60</b>	
<b>Topônimo: Rosário do Catete</b>	<b>Geocódigo: 2806107</b>
<b>Taxonomia:</b> Mariotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Leste Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Rosário</b>   <i>rosairo</i> XVI   Do latim eclesiástico <i>rosārium</i>. (CUNHA, 2010, p. 569).  <b>Do (de + o):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>o</b> artigo pronominal masculino. XIII. Do latim <i>illu</i> (CUNHA, 2010, p. 200; 455).  <b>Catete</b> “[...] <i>catete</i> é uma variedade de milho, cujo nome pode ser alteração de <i>cateté</i>, que por sua vez se corrompeu de <i>catu-eté</i>, ótimo, excelente.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 41); “s. [...] Segundo Martius vem de: <i>caa-te-eté</i>: mata virgem, mata excelente.” (BUENO, 2008, p. 577); “Segundo Theodoro Sampaio, corruptela de <i>tãe-tetú</i>, commumente chamado <i>caitetú</i>. Vide este nome. Alguns philologos, como o visconde de Beaurepaire Rohan, suppõem ser palavra importada d África, onde se encontra uma lagôa, assim chamada, nas possessões portuguezas.” (GUARANÁ, 1916, p. 304); “a) de origem africana b) do T.G. <i>caá-etê-eté</i> – marta u planta real b) do T.G. <i>caá-t-eté</i> – mata ou planta excelente, mata virgem d) do T.G. <i>tai-tetu</i> – o dente aguçado ou pontiagudo (TS)” (CHIARADIA, 2008, p. 180); “s. m. Do tupi <i>ka’a</i>, mata, e <i>e’te</i>, verdadeira. [...] &lt;Deram os indígenas o nome de Catete a este bairro aristocrático da nossa capital [Rio de Janeiro], significando por tal palavra mato denso, cerrado ou grosso&gt;. (Vieria Fazenda, Antiquilhas, IV, 279). Martius, 495, deriva de <i>ka’a-t-e’te</i>, floresta primeva, genuína. Na sua <i>História da cidade do Rio de Janeiro</i>, diz Felisbelo Freire: &lt;O nome de Catete ou por outra, de Cateté como figura nas escrituras, é de aparecimento muito tardio. Encontramo-lo nas escrituras do século XVII. [...] A. Neiva, Estudos, 296, afirma que encontrou Catete como topônimo de Angola e que na Baía vive o vocábulo <i>cateté</i>, [...] o qual significa &lt;espuma que aparece na confecção do azeite de dendê&gt;. Cordeiro da Mata, <i>Dic. Quimundo Português</i>, dá <i>catete</i> como significando &lt;passarinho&gt; e Henrique Augusto Dias de Carvalho, no seu <i>Método prático para falar a língua da Lunda</i>, 348, dá com o sentido de &lt;ave&gt;. Como se vê, não há certeza de que o étimo seja tupi ou africano, parecendo mais plausível a primeira hipótese. O rio, na época colonial, atravessaria uma cerrada mata” (NASCENTES, 1952, p. 68-69).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa + Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Nossa Senhora do Rosário</i> , Arraial para <i>Nossa Senhora do Rosário do Catete</i> , Vila (1836) para <i>Rosário</i> , Cidade (1932) para <i>Rosário do Catete</i> (1943)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  Segundo uma versão local, sem datação, de que um grupo de negros que trabalhava nos engenhos encontrou uma imagem de Nossa Senhora do Rosário numa das matas da região, que explicaria a remota devoção por essa entidade mariana. A imagem teria sido deixada pelos jesuítas. O proprietário do Engenho Jordão, Jorge de Almeida Campos, acabou doando terreno para que uma capela fosse construída e colocada a imagem da santa, nascendo, então, a Aldeia de Nossa Senhora do Rosário. Fato é que a localidade teve mão-de-obra escrava, por ser um polo de cultura canavieira. Com diversas acepções para a etimologia do vocábulo <i>Catete</i>, não se pode afirmar qual a correta, afinal não há uma versão oficial. Pronunciada com timbre fechado, costuma-se tomar como mais prováveis aquelas que ligam o nome à origem tupi, bem mais que as versões de origem africana, especialmente as acepções de replicadas por Chiaradia (2008). A versão de que <i>Catete</i> significaria ‘reduto de escravos’ não se apresenta dicionarizada, sendo improvável até dentre as acepções de origem africana.  Gentílico: <i>rosarense</i>.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 61</b>	
<b>Topônimo: Salgado</b>	<b>Geocódigo: 2806206</b>
<b>Taxonomia:</b> Litotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Salgado</b> “ <i>adj.</i> relativo a sal’ XIII → Sal ‘(Química) substância que se forma na interação entre =um ácido e uma base’ ‘cloreto de sódio, cristalino, branco, usado na alimentação’ Do latim <i>sāl sālīs</i> ” (CUNHA, 2010, p. 576).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> <b>Simplex</b> (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Salgadinho</i> , Povoado para <i>Salgado</i> , Vila (1927), Cidade (1938)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Segundo consta no histórico do IBGE (2019), “no local onde hoje se encontra edificada a cidade de Salgado existiu uma povoação denominada “Salgadinho”, nome pelo qual foi o local batizado pelos viajantes que por ali transitavam, dado ao sabor característico da água de uma fonte termal ali existente. Por Lei Estadual nº. 986, de 4 de outubro de 1927, o povoado foi elevado à categoria de Vila, com a denominação de Salgado” (IBGE, 2019), topônimo que permanece até os dias atuais. Essa fonte ainda existe, mas com vazão bem menor, localizada no balneário da cidade. Gentílico: salgadense	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 62</b>	
<b>Topônimo: Santa Luzia do Itanhy</b>	<b>Geocódigo: 2806305</b>
<b>Taxonomia:</b> Hagiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> Santa Luzia do Itanhi	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Santa</b> “<i>sf.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).  <b>Luzia</b> “s. f. Nome de mulher. Do grego <i>Loukia</i>. A santa deste nome era de Siracusa. O nome deve ter vindo através do italiano <i>Lucia</i>. Leite de Vasconcelos, Antr., m61, deriva do latim <i>Lucia</i> através do italiano e diz que o c intervocálico se mudou em z por influência de luz. Nunes, <i>RL</i>, XXXIII, 52, derivou de <i>Lucina</i>, apesar da dificuldade de explicar o destino da nasal. Cortesão, <i>Subsídios</i>, tirou, com dúvida, da baixa latinidade <i>Lucídia</i>.” (NASCENTES, 1952, p. 181).  <b>Do (de + o):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>o</b> artigo pronominal masculino. XIII. Do latim <i>illu</i> (CUNHA, 2010, p. 200; 455).  <b>Itanhy</b> “Itan-hy: rio das conchas, das itans” (GUARANÁ, 1916, p. 309); “<i>Itahim</i>: ita-im: a pedra pequena, a pedrinha, a conchinha; corr. Ita-îb: torre, campanário, coluna de pedra.” (SAMPAIO, 1901, p. 132).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa + Tupi	
<b>Estrutura morfológica: Composta</b> (SN <sub>NP</sub> [Adj + N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Santa Luzia</i> , Vila para <i>Santa Luzia do Rio Real de Estância</i> , Vila (1829) para <i>Santa Luzia</i> , Cidade para <i>Inajoraba</i> (1943) para <i>Santa Luzia do Itanhy</i> (1948)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  Esta localidade remete ao início da colonização no estado, visto que foi lá onde se deu a primeira missa em solo sergipano. A referência à Santa Luzia, datada do fim do século XVI, nunca foi apagada da toponímia durante apenas cinco anos, entre 1943 e 1948. A relação com a cidade limítrofe Estância se fez inscrita nos tempos de Império. Pela necessidade de evitar topônimos homônimos no território nacional, teve sua nomenclatura mudada para Inajaroba – um fitotopônimo que significa <i>inajá-roba</i>: inajá amargoso (GUARANÁ, 1916, p. 308; SAMPAIO, 1901) – na década de 1940. Esse era o nome primitivo do atual Rio Piauí (FREIRE, 1891, p. 352; SANTOS, 2012, p. 111-112). Em 1948, contudo, retoma a referência à padroeira, inscrevendo o nome primitivo de outro rio que corta a cidade. Assim, Itanhy justifica-se por ser o nome com o qual os indígenas designavam o rio Real antes da colonização ibérica, como demonstra a Carta de sesmaria de Rebelo dAzevedo, de 23 maio 1596: “[...] na baja do salvador q ele quer morar e uiuer no Rio do Hitanhi chamado pela nossa língua Rio Real e trazer suas pesas pera o quoa não ten terras...” (FREIRE, 1977 [1891]).  Sobre a vacilação gráfica da lexia tupi deste topônimo híbrido, inscrita até o século XX como Hitanhy ou Hitanhi, Santos (2012) afirmou: “A letra <i>h</i> inicial foi eliminada após a ortografia sancionada em 1911, que só previa a manutenção desta letra quando a etimologia latina a exigisse, como em hoje, homem e hélice, sendo incomuns os topônimos em línguas indígenas iniciados por essa letra. Já a inscrição [gráfica] do <i>y</i>, <i>água</i>, <i>curso d’água</i> em tupi, é ainda hoje controversa: seja nos documentos oficiais, mapas ou inscrições dentro ou fora da cidade de Santa Luzia, ela é ambígua” (SANTOS, 2012, p. 109). Esta vacilação entre <i>y</i> e <i>i</i> no fim da lexia tupi pode ser atestada em quaisquer duales suportes, inclusive em fachadas de prédios oficiais d cidade.  Gentílico: santa-luziense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 63</b>	
<b>Topônimo: Santa Rosa de Lima</b>	<b>Geocódigo: 2806503</b>
<b>Taxonomia:</b> Hagiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Leste Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b></p> <p><b>Santo</b> “<i>sf.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).</p> <p><b>Rosa</b> “<i>s. f.</i> Nome de mulher. De rosa, <i>s. comum.</i> É muito comum dar a mulheres nomes de flores. (NASCENTES, 1952, p. 295).</p> <p><b>De</b> “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” (CUNHA, 2010, p. 200).</p> <p><b>Lima</b> “Cidade do Peru, nas margens do rio Rimac. Vem do nome incaico do vale em que assenta a cidade” (NASCENTES, 1952, p. 174).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica: Composta</b> (SN <sub>NP</sub> [Adj + N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Presa</i> , Povoação para <i>Santa Rosa</i> , Vila (1884) para <i>Camboatá</i> , Vila (1944), Cidade (1953) para <i>Santa Rosa de Lima</i> (1953)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b></p> <p>O histórico do IBGE (2019) assim destaca: “Conta-se que em tempos remotos a povoação era denominada de “Presa”, porque com as grandes enchentes do rio Sergipe os meios de comunicações eram impedidos pelas águas. A penetração no território deu-se em 1601, com a doação das sesmarias nas vizinhanças dos rios Sergipe e Cotinguiba” (IBGE, 2019). Com a elevação da localidade à condição de vila, teve seu topônimo alterado oficialmente para Santa Rosa, visto que havia então a devoção a essa santa católica, atualmente padroeira da cidade.</p> <p>Pela existência de outras localidades com a denominação Santa Rosa em todo o Brasil, passa ao topônimo Camboatá, quando ainda era uma vila. Segundo Houaiss (2001), “o nome tupi kamboa'tã ' é comum a diversas plantas das famílias das meliáceas, sapindáceas e simarubáceas'; f. hist. 1671-1696 camboatá, 1876 cabuatã”.</p> <p>Dez anos depois, pela Lei Estadual nº 525-A, de 25 de novembro de 1953, foi criado o município de Camboatá, desmembrado do de Divina Pastora. Por sanção da Lei Estadual nº 554, o topônimo Camboatá deu espaço ao antigo seu nome, que passou a denominar-se Santa Rosa de Lima.</p> <p>Gentílico: santa-rosense</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 64</b>	
<b>Topônimo: Santana do São Francisco</b>	<b>Geocódigo: 2806404</b>
<b>Taxonomia:</b> Hagiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Santa</b> “<i>sf.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).</p> <p><b>Ana</b> “s. f. Nome de mulher. Do hebraico khannah. Graça (ST, Sar., Apêndice da Vulgata, LV, Antr., 60, Gregório de Matos, III, 247.), isto é, graciosa. Não parece que “graça” aí signifique “mercê”, como que Nnes, RL, XXXI, 51. O nome aparece em púnico. Assim se chama a irmã de Dido (Virgílio, Eneida, VI, 9).” (NASCENTES, 1952, p. 16).</p> <p><b>Do (de + o):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>o</b> artigo pronominal masculino. XIII. Do latim <i>illu</i> (CUNHA, 2010, p. 200; 455).</p> <p><b>São</b> → <b>santo</b> “<i>sm.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).</p> <p><b>Francisco</b> “s. m. Nome de homem. De <i>Franciscu</i>, latinização do germânico Fränkisch, formado de <i>frank</i>, franco, e do sufixo <i>-isk</i>, e significando francês (Leite de Vasconcelos, Antr., 48, Dauzat, NP, 73. O alto alemão médio tem <i>franzisch</i> (Schade, <i>Altdeutsches Wörterbuch</i>, 220, apud L. de Vasconcelos). Nunes, RL, XXXII 141, aceita a origem atribuída ao nome da lança de guerra pelos francos e não rejeita a ligada ao adjetivo <i>franco</i>, no sentido de livre, independente. O <i>Century</i> também interpreta como <i>de França</i>” (NASCENTES, 1952, p. 117).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + Adj + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Carrapicho</i> , Povoação para <i>Santana do São Francisco</i> , Cidade (1964/1989)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Segundo consta no histórico do IBGE (2019), “Não existem registros históricos do processo de evolução local até o início do século XX, quando Pedro Gomes passou a terra ao seu filho, o Capitão Belarmino Gomes da Silva Dias, fundador da Fazenda Carrapicho. Esta fazenda consistia de vastas terras, limitadas pelo Rio São Francisco, que recebeu esta denominação pela grande concentração de vegetação, cujos pequenos frutos com espinhos ou pelos, aderem facilmente à vestimenta do homem, nos pés descalços e ao pelos dos animais” (IBGE, 2019).</p> <p>Mesmo com a ascensão da localidade e tendo sua municipalização datada de 1964, por diversos fatos sociopolíticos, isso apenas se efetiva em 12 de maio de 1989, criando o município de Santana do São Francisco, com sede no povoado Carrapicho, desmembrado do município de Neópolis.</p> <p>Segundo a EMS (2014), “Por iniciativa do dinâmico e querido Monsenhor José Moreno de Santana (pároco de Neópolis, ao qual a povoação pertencia), com a participação do famoso peregrino Frei Damião, foi sugerida a mudança do nome para o atual, em honra a Nossa Senhora Santana, que já era venerada pela comunidade católica” (SEPLAG, 2014, p. 186). O ‘do São Francisco’ remete à situação geográfica de cidade ribeirinha, às margens do Velho Chico.</p> <p>Segundo relatos orais de nativos, o topônimo anterior da localidade ganhou caráter pejorativo e jocoso.</p> <p>Gentílico: santanense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 65</b>	
<b>Topônimo: Santo Amaro das Brotas</b>	<b>Geocódigo: 2806602</b>
<b>Taxonomia:</b> Hagiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Grande Aracaju
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Santo</b> “<i>sm.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).  <b>Amaro</b> “<i>s. m.</i> Nome de homem. Do latim <i>Mauru</i>, que, segundo afirma Saraiva, aparece em inscrições e no poeta cristão Dâmaso (LV, <i>Antr.</i>, 63, 528, Nunes, <i>RL</i>, XXXII, 63). O latim vem de <i>maurus</i>, natural da Mauritânia, região ocidental da costa mediterrânea da África. Foi usado como cognome (Terenciano Mauro) e como nome. David Lopes, <i>Os árabes</i>, 153, admite que tenha vindo por intermédio da forma italiana, Drummond, interpretando como &lt;amargo&gt;, parece filiar ao latim <i>amaru</i>. Xavier Fernandes, TG, II, 257, também liga a <i>amaru</i>.” (NASCENTES, 1952, p. 14).  <b>Das (de + as):</b> de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>a</b> “artigo pronominal feminino   XIII, há XII, la XIII   Do latim <i>illa</i>, através da variante arcaica <i>la</i>, na qual se deu a queda do <i>l</i> pelo fato de ela se encontrar frequentemente em posição intervocálica na frase” + <b>s</b> morfema indicador de plural (CUNHA, 2010, p. 200; 1).  <b>Brotas</b> “Xavier Fernandes, TG, II, 11, 64, interpretando o nome como “saltos torcidos”, deriva de língua indígena que não diz qual seja.” (NASCENTES, 1952, p. 52).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica: Composta</b> (SN <sub>NP</sub> [Adj + N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Santo Amaro das Brotas</i> , Vila (1697) para <i>Santo Amaro</i> , Cidade (1938) para <i>Juruama</i> (1943) para <i>Santo Amaro das Brotas</i> (1943)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  Santo Amaro das Brotas se constitui um exemplo de permanência e de regressão de itens da toponímia primitiva. Segundo histórico da localidade, “quando Cristóvão de Barros iniciou a colonização de Sergipe e fundou São Cristóvão, quis recompensar seus amigos pelo sucesso obtido nas lutas com os índios, doando em sesmaria a Amaro Aires da Rocha, as terras que hoje pertencem ao município de Santo Amaro das Brotas, nome que foi dado em homenagem ao seu fundador, onde encontrou na referida sesmaria, índios da tribo Tupinambá” (SEPLAG, 2014, p. 428).  O item ‘das Brotas’ também se configura de natureza católica, pois “Martins de Azevedo levantou uma capela em nome de Nossa Senhora das Brotas, numa referência, segundo os mais velhos, às grandes e verdejantes ‘grotas’ existentes naquela região” (FALCETTI, 201-).  Outro fato toponímico é que, “pelo Decreto-Lei Federal nº 311, de 2 de março de 1939, e no Decreto-Lei Estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943, o nome da cidade foi mudado de Santo Amaro das Brotas para Juruama. Como os santamarenses não aceitaram tal denominação, em especial o Coronel Jacinto Ribeiro, autor de veementes protestos junto à imprensa da época, o Governo do Estado retroagiu, através do Decreto-Lei nº 533, de 7 de dezembro de 1944, devolvendo à cidade a denominação anterior” (SEPLAG, 2014, p. 429).  O histórico do IBGE (2019) apresenta o gentílico brotense para o natural dessa localidade, contudo fontes bibliográficas e orais, estas últimas assertivamente, assinalam que há dois gentílicos para esse, santo-amarense ou santamarense, sendo brotense não usual ou mesmo desconhecido.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 66</b>	
<b>Topônimo: São Cristóvão</b>	<b>Geocódigo: 2806701</b>
<b>Taxonomia:</b> Hagiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Grande Aracaju
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b></p> <p><b>São</b> → <b>santo</b> “<i>sm.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).</p> <p><b>Cristóvão</b> “<i>s. m.</i> Nome de homem. Do grego <i>Christophóros</i>, de <i>Christós</i>, Cristo, e <i>phóros</i>, portador, pelo latim <i>Christophoru</i>, que por analogia com <i>Stephanu</i> se teria transformado num suposto <i>Christophanu</i>, donde o italiano <i>Cristofono</i> e o português Cristóvão. O elemento <i>Christo</i>, lembrando Cristo, impediu a dissimilação o primeiro <i>r</i> (Grammont, <i>La Dissimilation</i>, 88). Mussafia, <i>Beitrag zur Kunde der norditalien. Mundarten</i>, pg. 12, nº. 4, procura explicar foneticamente e não por analogia a forma italiana. Ribeiro de Vasconcelos, <i>Gram. Hist.</i>, 64, admite a seguinte cadeia: <i>Christophoru-Cristoforo-Cristofo-Cristovo</i> e daí pela analogia com <i>Estêvão, Cristóvão</i>. Existe uma forma popular <i>Cristovo</i>, vinda de Cristóvão, como as formas <i>Estevo, orfo, orgo</i>, vindas de Estêvão, órfão, órgão, por uma redução e uma denasalação do ditongo final destes paroxítonos, mas da transformação oposta não há exemplo. Cortesão, <i>Subsídios</i>, assinala <i>crestouulo (Diplomata</i>, 458, ano de 1092), <i>Christophori (ibidem</i>, 485, ano de 1095) e <i>christophano (Leges</i>, 586, ano de 1220). [...] Nunes interpreta metaforicamente o nome: <i>Cristóforo é o que, segundo S. Mateus, XI, 29, toma sobre si o jugo raiz de phaino, mostrar, parecer: o que se parece com Cristo. V. Moreau, Larousse. Max Muller, Léçons, III, 311, Leite de Vasconcelos, Op., III, 93, Antr., 59, 515, Nunes, RL, XXXII, 89.</i>” (NASCENTES, 1952, p. 83).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Adj + N])	
<p><b>Histórico:</b></p> <p><i>São Cristóvão</i>, Cidade (1590), Distrito (1617), Cidade (1823).</p>	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b></p> <p>São Cristóvão foi a primeira cidade e capital de Sergipe. Sua toponímia, sem dúvidas, foi denominada em 1590, quando Cristóvão de Barros, no ano de 1590, governando interinamente a Bahia o Provedor-Mór da Fazenda Real, recebeu uma ordem de Felipe II da Espanha e Felipe I de Portugal para que fosse refrear os insultos dos nativos acima do Rio Real, os quais incorporados com os Franceses causavam por todo o vasto distrito de Sergipe os danos mais desastrosos. Parte logo Cristóvão de Barros que levou em sua companhia muitos moradores da Bahia, que o ajudaram nesta conquista, conhecida pela historiografia como Guerra de Sergipe (SEPLAG, 2014; FREIRE, 1977 [1891]; NUNES, 1989). “Depois de ganhar muitas vitórias e de ter afugentado os Índios para os remontados sertões, fundou no sítio denominado Aracajú, perto da barra por onde deságua no mar o rio Sergipe, uma cidadela, à qual apelidou, para memória de seu nome, de São Cristóvão de Sergipe d’El-Rei” (SEPLAG, 2014, p. 436), topônimo que se mantém até os dias atuais.</p> <p>Gentílico: são-cristovense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	



<b>FICHA Nº 67</b>	
<b>Topônimo:</b> São Domingos	<b>Geocódigo:</b> 2806800
<b>Taxonomia:</b> Hagiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>São</b> → <b>santo</b> “<i>sm.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).  <b>Domingos</b> “<i>s. m.</i> Nome de homem, =. Do latim <i>Dominicus</i>, pertencente ao Senhor. De origem religiosa. O <i>s</i> representa vestígio do nominativo latino. V. Leite de Vasconcelos, <i>Lições</i>, 44, <i>Antr.</i>, 45, 537, Nunes, <i>Gram. Hist.</i>, 143, 217, <i>RL</i>, XXXII, 97).” (NASCENTES, 1952, p. 91).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Adj + N])	
<b>Histórico:</b> <i>São Domingos</i> , Cidade (1963)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  Sua toponímia remete ao padroeiro da cidade, São Domingos – o santo espanhol Domingos de Gusmão, fundador da Ordem Dominicana.  A presença dos dominicanos na localidade está registrada. Segundo histórico da cidade, “a primeira comunidade de São Domingos viveu na Fazenda Uberaba, divisa do município com Lagarto, onde foi criada, por volta do século XVI, a Congregação de São Domingos, quando religiosos foram para lá com o objetivo de catequizar os nativos. Por causa das cheias – as chuvas eram constantes e as matas densas –, houve uma grande proliferação de doenças. O povo morria de febre, disenteria e amarelão, e toda a comunidade foi obrigada a voltar para São Cristóvão, então capital do Estado. As casas ficaram abandonadas e, com o tempo, viraram ruínas que foram levadas para o fundo do Rio Vaza-Barris através das corredeiras. O local, denominado Tabuleiro de São Domingos, continuou abandonado. Com o início da criação de animais soltos, em sua maioria bovinos, surgiram as pastagens nativas e a região passou a ser novamente habitada” (IBGE, 2019). Assim, temos aí um exemplo de aglomeração humana que manteve sua toponímia primitiva mesmo com a mudança da localidade.  Gentílico: são-dominguense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 68</b>	
<b>Topônimo: São Francisco</b>	<b>Geocódigo: 2806909</b>
<b>Taxonomia:</b> Hagiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>São</b> → <b>santo</b> “<i>sm.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).</p> <p><b>Francisco</b> “<i>s. m.</i> Nome de homem. De <i>Franciscu</i>, latinização do germânico <i>Fränkisch</i>, formado de <i>frank</i>, franco, e do sufixo <i>-isk</i>, e significando francês (Leite de Vasconcelos, <i>Antr.</i>, 48, Dauzat, NP, 73. O alto alemão médio tem <i>franzisch</i> (Schade, <i>Altdeutsches Wörterbuch</i>, 220, apud L. de Vasconcelos). Nunes, RL, XXXII 141, aceita a origem atribuída ao nome da lança de guerra pelos francos e não rejeita a ligada ao adjetivo <i>franco</i>, no sentido de livre, independente. O <i>Century</i> também interpreta como <i>de França</i>” (NASCENTES, 1952, p. 117).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Adj + N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Jacaré</i> , Povoado para <i>São Francisco</i> , Distrito (1954), Cidade (1963)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Desmembrado do município de Cedro de São João, a localidade surgiu com o nome de Jacaré, por causa de um riacho homônimo que passava nas proximidades e, no qual, segundo os mais antigos, havia um jacaré. Foi às margens desse riacho, que hoje se chama Galante, que, em 1860, Antônio Caldas, considerado o fundador da cidade, construiu um engenho e algumas casas. A mudança toponímica se deu na década de 1950, em homenagem ao padroeiro São Francisco de Assis, santo italiano dos séculos XII-XIII, padroeiro da cidade.</p> <p>Mesmo localizada no Baixo São Francisco, os limites desse município não chegam a estar às margens do Velho Chico, de modo que não se pode confirmar ser esse rio a motivação denominativa.</p> <p>Gentílico: são-francisquense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 69</b>	
<b>Topônimo:</b> São Miguel do Aleixo	<b>Geocódigo:</b> 2807006
<b>Taxonomia:</b> Hagiotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Agreste Central Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>São</b> → <b>santo</b> “<i>sm.</i> ‘sagrado’ ‘que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina’ ‘segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina’ XIII Do latim <i>sanctus -a -um</i>” (CUNHA, 2010, p. 580).  <b>Miguel</b> “s. m. Nome de homem,. Inicialmente, nome de um dos três anjos do segundo coro da terceira hierarquia, a dos arcanjos. Do hebraico <i>Michael</i>, quem é como Deus? (ST, 360, Ledrain, Saraiva, Apêndice da Vulgata, Drummond, LV, <i>Antr.</i>, 41, Nunes, RL, XXXIII, 68, Lokotsch). V. Vieira, <i>Sermões</i>, IX, 120, XI, 324: &lt;Assim como S. Miguel lançou no inferno aos demônios, dizendo: Quis sicut Deus?...&gt;” (NASCENTES, 1952, p. 200).  <b>Do</b> (<b>de</b> + <b>o</b>): de “<i>preposição</i> XIII. Do latim <i>de</i>” + <b>o</b> artigo pronominal masculino. XIII. Do latim <i>illu</i> (CUNHA, 2010, p. 200; 455).  <b>Aleixo</b> “s. m. Nome de homem. Do grego <i>Alexis</i>, de <i>aléxo</i>, repelir, defender, proteger, pelo latim <i>Alexis</i>, <i>Alexiu</i> (LV, <i>Antr.</i>, 58, Nunes, RL, XXXI, 40, Cornu, Port. Spr., n. 233).” (NASCENTES, 1952, p. 10).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [Adj + N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Lagoa do Aleixo</i> , Povoação para <i>Aleixo</i> , Povoado para <i>São Miguel do Aleixo</i> , Cidade (1963)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  “O nome do município foi criado especialmente para homenagear Miguel José das Graças, pai de Domício José das Graças - homem reconhecido como o principal fundador da localidade, juntamente com Manoel Barreto Santos - e o Padre Aleixo. O fundador da povoação resolveu investir no crescimento, e começou a comprar terras e a convidar mais pessoas para morar no lugar. Em um ano Domício formou o povoado que passou a se chamar Lagoa do Aleixo.” (LIMA, 2013, p. 13; 14).  Gentílico: aleixense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 70</b>	
<b>Topônimo: Simão Dias</b>	<b>Geocódigo: 2807105</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Centro Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b> <b>Simão</b> “Obediente (Bernardes, <i>Nova floresta</i> , II, 287); (NASCENTES, 1952, p. 382); <b>Dias</b> “Sobrenome. Patronímico. Do latim <i>Didaci</i> , genitivo de <i>Didacus</i> , Diogo ( <i>Diplomata et Chartae</i> , pgs. 65 e 102, anos de 971, 992). Antigo <i>Didazi</i> ( <i>Idem</i> , pgs. 49 e 334), <i>Diazi</i> ( <i>Idem</i> , pgs. 350 e 498, anos de 1080 e 1096). <i>Diaz</i> ( <i>Idem</i> , pg. 64, pg. 350, ano de 1080. pg. 431, ano de 1089). Cfr. o espanhol <i>Díaz</i> , V. Cortesão, <i>Onomástico, Subsídios</i> , Cornu, Port. Spr. Nº. 222, Leite de Vasconcelos, <i>Lições</i> , 260, <i>Op.</i> , III, 95, <i>Antr.</i> , 103, 109, Andrés Bello, <i>Gram Cast.</i> , 40, <i>Gram. da Acad. Esp.</i> , 14.” (NASCENTES, 1952, p. 89).	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Simão Dias</i> , Aldeia, Vila (1850), Cidade (1890) para <i>Anápolis</i> (1912) para <i>Simão Dias</i> (1944)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Segundo a lenda, Simão Dias Francês, nascido em 1594 é filho da união de um soldado francês com uma índia, sendo o primeiro “filho” de Itabaiana. Com a invasão holandesa, deixou a terra natal e foi fixar-se nas matas do Caiçá, região em que, mais tarde, se formaria o município que recebeu seu nome. Temos registros de pedidos de terra por parte deste no território sergipano, como a Carta de sesmaria de Cristóvão Dias, Simão Dias Francês e Agostinho da Costa, datada de 1607. Santos (2012) afirma que foi impossível identificar a inscrição do topônimo a carta de Simão Dias despachada em janeiro de 1602 não estar em posse do IHGSE (CD 0024, livro 6, [f. 132]). Freire (1891) referencia em sua História de Sergipe, <i>Simão Dias</i> como marca toponímica: “Matas de Simão Dias”; “tornavam-se conhecidos os sertões de Itabaiana e Simão Dias”; “Figurava como principal fazendeiro de então Simão Dias, morador em Sergipe desde 1599, e que no começo do século XVII tinha obtido sesmaria na Itabaiana. Daí vem o nome da atual cidade de Simão Dias, cujo local deve ser o mesmo do curral e fazenda desse criador de gado” (FREIRE, 1891, p. 342; 65; 77). A patrimonialização em pedra e cal desse referente no perímetro da cidade expõe como a história local tenta ilustrar a atuação desse colono e fundador da localidade de forma heroica, como um bandeirante ou um desbravador. A mudança toponímica para Anápolis durou pouco mais de uma década, como expõe o relato: “[...] no dia 7 de fevereiro de 1834, o Conselho da Província criou a freguesia de Senhora Santa Ana de Simão Dias. Após a criação dos limites eclesiásticos, o povo de Simão Dias desejava, agora, a independência política de seu município. Isso, de fato, aconteceu com a criação da Vila, por força da Lei de 15 de março de 1850, atingiu a jurisdição de cidade pelo decreto nº 51, de 12 de junho de 1890. Em 1912, alguns líderes mudaram o nome do município para Anápolis, como tributo àquela (d. Ana Francisca) que no início doou parte do seu patrimônio à Igreja de Santa Ana. Contudo, após 12 anos, o Decreto-lei estadual nº 533, de 07 de dezembro de 1944, revogou a lei anterior e o distrito de Anápolis voltou a ser denominado de Simão Dias” (SEPLAG, 2014, p. 468-469). Gentílico: simão-diense.	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 71</b>	
<b>Topônimo: Siriri</b>	<b>Geocódigo: 2807204</b>
<b>Taxonomia: Zootopônimo</b>	
<b>Elemento Geográfico: Cidade</b>	<b>Território de Planejamento: Leste Sergipano</b>
<b>Variante cartográfico-lexical: n/e</b>	
<b>Etimologia:</b> <b>Siriri</b> “s. Povoação de Serjipe. Rio dos siris” (BUENO, 2008, p. 647); “Ciri-r-y, rio dos siris” (GUARANÁ, 1916, p. 321); “a) do T.G. siri – escorregar; r-i – água; a espuma da água (Str); m.q. seriri; b) do T.G. siri-r-i – o rio, a água do siri” (CHIARADIA, 2008, p. 591).	
<b>Origem: Tupi</b>	
<b>Estrutura morfológica: Simples</b> (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico: De Pé do Banco, Povoação para Jesus Maria e José do Pé do Banco, Freguesia (1700) para Siriri, Distrito (1839), Vila (1874), Cidade (1938)</b>	
<b>Informações Enciclopédicas:</b> A povoação do Pé do Banco foi oficialmente fundada após a criação dos limites de sua freguesia, que passou a denominar-se Jesus Maria e José do Pé do Banco, em 1700. Por força da Resolução nº 961, de 26 de março de 1874, foi criada a Vila, com sede no antigo povoado Jesus, Maria e José de Pé do Banco, com o topônimo de Siriri, desmembrado do município de Divina Pastora. Segundo a tradição, “os primeiros habitantes deste município foram os indígenas procedentes da aldeia de Japarutuba que se fixaram no lugar então denominado Remanso, o mesmo onde hoje está situada a praça da sede municipal denominada Jackson de Figueiredo. Esses índios constituíam-se em nação elegendo um chefe o qual tomou o nome de Siriri, que é também o nome do rio que banhava as proximidades da taba. A tribo dos Siriris, levada pelo espírito nômade que a dominava, mudou-se depois de algum tempo, para outras paragens” (SEPLAG, 2014, p. 267). Gentílico: siririense.	
<b>Pesquisador: Cezar Alexandre Neri Santos</b>	

<b>FICHA Nº 72</b>	
<b>Topônimo: Telha</b>	<b>Geocódigo: 2807303</b>
<b>Taxonomia:</b> Ergotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Baixo São Francisco
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Telha</b> “<i>sf.</i> ‘peça, em geral de barro cozido, usada na cobertura de edifícios’   XIV, tela XIII etc.   Do latim <i>tēgŭla</i>” (CUNHA, 2010, p. 627).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> <b>Simples</b> (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Telha de Cima</i> , Povoado para <i>Telha</i> , Cidade (1964)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Segundo a história local, “O antigo povoado Telha de cima estava incluído na faixa de terra doada por Cristóvão de Barros ao seu filho Antônio Cardoso de Barros por volta de 1590. Os jesuítas já faziam nessas terras as Santas Missões e, mais tarde, denominou toda área de freguesia de “Santo Antônio do Urubu de Baixo”, atual município de Propriá. Uma das primeiras famílias a habitar o povoado de Telha de Cima foi a dos Henriques, e teve como um dos chefes desse casta o Sr. José Alves Feitosa, que construiu a capela da Conceição. Posteriormente, duas famílias de procedência holandesa estabeleceram-se no povoado e exploraram a grande jazida de argila com uma olaria, onde fabricavam telhas e tijolos de barro cozido, cuja produção atendia a demanda da localidade em expansão” (SEPLAG, 2014, p. 200).</p> <p>Gentílico: telhense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 73</b>	
<b>Topônimo: Tobias Barreto</b>	<b>Geocódigo: 2807402</b>
<b>Taxonomia:</b> Antropotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Centro Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<p><b>Etimologia:</b>  <b>Tobias</b> “s. m. Nome de homem. Do hebraico <i>Tobiah</i>, agradável a Deus (ST, 216, Saraiva), Deus é bom (<i>Century</i>), bondade de Iaveh (Ledrain), <i>bonus dominus</i> (Apêndice da Vulgata), bondade do Senhor (Drummond), Jeová é (meu?) bem (Nunes, <i>RL</i>, XXXV, 15). O <i>s</i> é desinência do nominativo do grego singular.” (NASCENTES, 1952, p. 299).  <b>Barreto</b> “Sobrenome de origem geográfica (LV, <i>Antr.</i>, 163). Há lugares com este nome nos distritos de Lisboa e Viana (LV, <i>Antr.</i>, 168). Liga-se a barro com certeza, como Barral, Barreira, Barreiro.” (NASCENTES, 1952, p. 39).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Rio Real de Cima</i> para <i>Campos do Rio Real</i> para <i>Nossa Senhora de Campos</i> , Vila para <i>Campos</i> , Cidade (1909) para <i>Tobias Barreto</i> (1943)	
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>  As denominações anteriores da localidade tinham um caráter descritivo. “A localidade acha-se instalada à margem esquerda do histórico rio Real, na entrada de uma vasta planície que se estende para o norte e para o leste e que, no mapa do município, aparece sob a designação de região de grandes campos. Esta imensa planura, sulcada ao meio pelo rio Jabiberi, é que deu o nome, certamente, à primitiva povoação” (SEPLAG, 2014, p. 475).  Por força do Decreto-lei estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943, que objetivava evitar homônimas entre as localidades no território nacional, teve sua toponímia alterada para Tobias Barreto pelo Decreto-lei nº 533, de 07 de dezembro de 1944 (APES, 1984, p. 22), “numa homenagem ao seu ilustre filho Tobias Barreto de Menezes, poeta, filósofo e jurisconsulto consagrado nos mais altos meios culturais do país” (SEPLAG, 2014, 475).  Gentílico: tobiense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

<b>FICHA Nº 74</b>	
<b>Topônimo: Tomar do Geru</b>	<b>Geocódigo: 2807501</b>
<b>Taxonomia:</b> Corotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Tomar</b> “Cidade de Portugal. De étimo desconhecido. Tomar em <i>Leges</i>, pg. 481, ano de 1190. Depois aparece escrito <i>Thomar</i>. Antes de ser nome de povoação, foi de rio; pertenceu ao atual Nabão” (NASCENTES, 1952, p. 299).</p> <p><b>Do (de + o):</b> de “<i>preposição XIII</i>. Do latim <i>de</i>” + <b>o</b> artigo pronominal masculino. XIII. Do latim <i>illu</i> (CUNHA, 2010, p. 200; 455).</p> <p><b>Geru</b> “alteração de juru, boca de mato, entrada de mato” (BUENO, 2008, p. 586): “Gerú. Veja <i>jerú</i>.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 49); “<i>Jerú</i> – Papagaio. O mesmo que <i>Paragoai</i>.” (DIAS, 1858. In: BUENO, 2008, p. 467); “GERÚ – Corruptela de <i>ajur-pescoço</i>; <i>u</i>-preto, escuro: <i>ájurú</i> ou <i>agerú</i>, nome de uma espécie de papagaios” (GUARANÁ, 1916, p. 307).</p>	
<b>Origem:</b> Portuguesa + Kariri	
<b>Estrutura morfológica:</b> Composta (SN <sub>NP</sub> [N + {Prep + Det + N}])	
<b>Histórico:</b> De <i>Geru</i> , Aldeia para <i>Vila Nova Távora</i> , Vila (1835) para <i>Tomar</i> , Vila do para <i>Geru</i> , Cidade (1953) para <i>Tomar do Geru</i> (1954)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>O topônimo atual conjuga um vocábulo indígena que remete à formação dessa aglomeração humana nos primórdios da colonização e outro vocábulo que referencia a intervenção institucional da Metrópole e da Igreja no processo de dominação do território sergipano. Ao considerar as mudanças toponímicas dessa localidade e ao tomar os relatos historiográficos podemos compreender tal contexto. O histórico do município destaca que “os jesuítas que chegaram para catequizar os nativos da região eram provenientes da cidade de Tomar em Portugal. No século XVII, os missionários da Companhia de Jesus iniciaram o trabalho de administrar a aldeia de Geru, cujos nativos pertenciam a tribo dos índios Quiriris, que ocupavam as terras, do sertão de Jacobina até o Rio São Francisco. Após vinte anos de luta é que se fizeram cumprir por imposição da colônia a tão desejada estabilidade dos nativos. Assim, por Carta Régia de 22 de novembro de 1758, o rei declarava livre todos os índios do território sergipanos, ao tempo em que criava a aldeia de Geru, que passou a chamar-se Nova Távora ou Tomar. [...]Em 19 de fevereiro de 1835, a Vila de Tomar do Geru foi extinta, transferindo a sede para a vila de Itabaianinha, ficando assim reduzida à condição de Distrito de Paz de Tomar do Geru. A Lei nº 525, de 25 de novembro de 1953, finalmente eleva Tomar do Geru a sua posição de cidade” (SEPLAG, 2014, p. 547).</p> <p>Por tratar-se de uma aldeia de Kiriri (ou Kariri), não podemos tomar a lexia Geru como de origem tupi, como parece considerar Guaraná (1916). Seu significado dicionarizado é controverso, sendo que alguns a toma como menção a uma ave e outros como de motivação geomorfológica, sem que consigamos esclarecer esse impasse etimológico.</p> <p>Gentílico: geruense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	



<b>FICHA Nº 75</b>	
<b>Topônimo: Umbaúba</b>	<b>Geocódigo: 2807600</b>
<b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo	
<b>Elemento Geográfico:</b> Cidade	<b>Território de Planejamento:</b> Sul Sergipano
<b>Variante cartográfico-lexical:</b> n/e	
<b>Etimologia:</b>	
<p><b>Umbaúba</b> “EMBAÚ – de <i>embaúba</i> (embayba), árvore da família das urticáceas , também chamada árvore da preguiça (do bicho-preguiça).” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 47); “<i>Mbaá-yba</i>, árvore do tronco oco. Pertence à família das urticáceas.” (GUARANÁ, 1916, p. 325); “do T.G. emba – esvaziar, oco; iba – árvore; árvore oca <b>b</b>) do T.G. embaé-ia – não árvore (Str)” (CHIARADIA, 2008, p. 676).</p>	
<b>Origem:</b> Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Simples (SN <sub>NP</sub> [N])	
<b>Histórico:</b> De <i>Riacho da Guia</i> , povoação para <i>Umbaúba</i> , Vila (1938), Cidade (1954)	
<b>Informações Enciclopédicas:</b>	
<p>Assim conta a história local: “De início, a povoação foi denominada riacho da Guia, por causa do estreito curso de água que banhava o local. Após a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Guia” (SEPLAG, 2014, p. 554).</p> <p>A causa denominativa do topônimo atual remete à seguinte história: “Conta-se ainda que, à margem do riacho da Guia, atualmente denominado “Dois Riachos”, no ponto em que se formou o lugarejo, havia um frondoso pé de umbaúba, a cuja sombra vinha fazer pousada aos caminheiros chegados com suas tropas de burro, ou mesmo a pé, pela estrada real que descia de Santa Luzia para o município de Itabaianinha. Aí, costumaram os viajantes descarregar as tropas, fazerem o fogo para preparar a comida e não raro dormir para se refazem do desgaste de energia pelo percurso já vencido, reiniciando, depois, a caminhada” (SEPLAG, 2014, p. 554).</p> <p>Gentílico: umbaubense.</p>	
<b>Pesquisador:</b> Cezar Alexandre Neri Santos	

**APÊNDICE B – FICHA-SINÓPTICA DO *CORPUS* TOPONÍMICO, ENUMERADA  
POR SUBORDINAÇÃO MUNICIPAL DA LOCALIDADE**

N	ACIDENTE HUMANO	TOPÔNIMO	TAXONOMIA	ORIGEM	ESTRUTURA MORFOLÓGICA
1	<b>Cidade</b>	<b>Amparo de São Francisco</b>	Animotopônimo	LP	Composta
2	<b>Cidade</b>	<b>Aquidabã</b>	Historiotopônimo	LI	Simple
3	Povoado	Cruz Grande	Hierotopônimo	LP	Composta
4	Povoado	Santa Terezinha	Hagiotopônimo	LP	Composta
5	Povoado	Lagoa do Mato	Hidrotopônimo	LP	Composta
6	Povoado	Papel de Santa Luzia	Dirrematopônimo	LP	Composta
7	Povoado	Segredo	Animotopônimo	LP	Simple
8	Povoado	Moita Redonda	Fitotopônimo	LP	Composta
9	Povoado	Mucambo	Ecotopônimo	LB	Simple
10	Povoado	Frutuoso	Fitotopônimo	LP	Simple
11	Povoado	Mamoeiro	Fitotopônimo	LP	Simple
12	Povoado	Mulungu	Fitotopônimo	LT	Simple
13	Povoado	Saco d'Areia	Ergotopônimo	LP	Composta
14	Povoado	Jenipapo	Fitotopônimo	LP	Simple
15	Povoado	Cajueiro dos Potes	Fitotopônimo	LP	Composta
16	Povoado	Arrodiador	Sociotopônimo	LP	Simple
17	<b>Cidade</b>	<b>Aracaju</b>	Fitotopônimo	LT	Simple
18	<b>Cidade</b>	<b>Arauá</b>	Zootopônimo	LT	Simple
19	Povoado	Bulandeira	Ergotopônimo	LP	Simple
20	Povoado	Casa Caiada	Ecotopônimo	LP	Composta
21	Povoado	Travessão	Ergotopônimo	LP	Simple
22	Povoado	Progresso	Animotopônimo	LP	Simple
23	Povoado	Colônia Sucupira	Poliotopônimo	LP + LT	Composta
24	Povoado	Carnaíba	Fitotopônimo	LT	Simple
25	Povoado	Eugenia	Antropotopônimo	LP	Simple
26	Povoado	Camboatá	Fitotopônimo	LT	Simple
27	Povoado	Tabuleiro	Geomorfotopônimo	LP	Simple
28	<b>Cidade</b>	<b>Areia Branca</b>	Litotopônimo	LP	Composta
29	Povoado	Manilha de Baixo	Ergotopônimo	LP	Composta
388	Povoado	Areia Branca	Litotopônimo	LP	Composta
31	Povoado	Areias	Litotopônimo	LP	Simple
32	Povoado	Chico Gomes	Antropotopônimo	LP	Composta
33	Povoado	Junco	Fitotopônimo	LP	Simple
34	Povoado	Colônia São Paulo	Poliotopônimo	LP	Composta
35	Povoado	Cajueiro	Fitotopônimo	LT + LP	Simple
36	Povoado	Serra Comprida	Geomorfotopônimo	LP	Composta
37	<b>Cidade</b>	<b>Barra dos Coqueiros</b>	Geomorfotopônimo	LP	Composta
38	Povoado	Atalaia Nova	Ergotopônimo	LP	Composta

39	Lugarejo	Praia da Costa	Geomorfotopônimo	LP	Composta
40	Povoado	Jatobá	Fitotopônimo	LT	Simples
41	Lugarejo	Condomínio Praia do Porto	Poliotopônimo	LP	Composta
42	Lugarejo	Praia do Jatobá	Geomorfotopônimo	LP + LT	Composta
43	<b>Cidade</b>	<b>Boquim</b>	Somatotopônimo	LP	Simples
44	Povoado	Cabeça Dantas	Somatotopônimo	LP	Composta
45	Povoado	Travessão	Ergotopônimo	LP	Simples
46	<b>Cidade</b>	<b>Brejo Grande</b>	Geomorfotopônimo	LP	Composta
47	Povoado	Brejão	Geomorfotopônimo	LP	Simples
48	Povoado	Novo Paraíso	Animotopônimo	LP	Composta
49	Povoado	Saramem CJ	Dirrematopônimo	LP	Composta
50	<b>Cidade</b>	<b>Campo do Brito</b>	Geomorfotopônimo	LP	Composta
51	Povoado	Serra de Minas	Geomorfotopônimo	LP	Composta
52	Povoado	Garangau	Antropotopônimo	LP	Simples
53	Lugarejo	Iraque	Corotopônimo	LP	Simples
54	Povoado	Tapera da Serra	Ecotopônimo	LT + LP	Composta
55	Povoado	Gameleira	Fitotopônimo	LP	Simples
395	Povoado	Areias	Litotopônimo	LP	Simples
57	Povoado	Poço Comprido	Hidrotopônimo	LP	Composta
58	Povoado	Limoeiro	Fitotopônimo	LP	Simples
59	Povoado	Rodiador	Sociotopônimo	LP	Simples
60	Povoado	Boa Vista	Animotopônimo	LP	Composta
61	<b>Cidade</b>	<b>Canhoba</b>	Fitotopônimo	LT	Simples
62	Povoado	Poçozinho	Hidrotopônimo	LP	Simples
63	Povoado	Sítios Novos	Sociotopônimo	LP	Composta
64	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Borda da Mata	Cardinotopônimo	LP	Composta
65	Povoado	Caraíbas	Fitotopônimo	LT	Simples
66	<b>Cidade</b>	<b>Canindé de São Francisco</b>	Zootopônimo	LT + LP	Composta
67	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Cuiabá	Corotopônimo	LT	Composta
68	Povoado	Capim-Grosso	Fitotopônimo	LT + LP	Composta
69	Povoado	Curituba	Fitotopônimo	LT	Simples
70	Lugarejo	Condomínio Beira Rio	Poliotopônimo	LP	Composta
71	<b>Cidade</b>	<b>Capela</b>	Hierotopônimo	LP	Simples
72	Povoado	Saúde	Mariotopônimo	LP	Simples
73	Povoado	Pirunga - Rua do Ponto	Hodotopônimo	LP	Composta
74	Povoado	Pirunga	Fitotopônimo	LP	Simples
75	Povoado	Canta Galo	Dirrematopônimo	LP	Composta
314	Povoado	Areinhas	Litotopônimo	LP	Simples
77	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Santo Antônio	Hagiotopônimo	LP	Composta
78	Lugarejo	Pirunga Cerâmica	Ergotopônimo	LP	Simples

79	Lugarejo	Pirunga Cafubá	Zootopônimo	LB	Simple
80	Vila	Barracas	Ergotopônimo	LP	Simple
81	Vila	Miranda	Antropotopônimo	LP	Simple
226	Povoado	Barro Preto	Litotopônimo	LP	Composta
83	<b>Cidade</b>	<b>Carira</b>	Antropotopônimo	LT	Simple
84	Povoado	Bonfim	Animotopônimo	LP	Simple
85	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Manoel Martinho	Antropotopônimo	LP	Composta
86	Povoado	Descoberto	Dirrematopônimo	LP	Simple
87	Povoado	Santo Antonio	Hagiotopônimo	LP	Composta
88	Vila	Altos Verdes	Geomorfotopônimo	LP	Composta
89	Povoado	Fazendinha	Sociotopônimo	LP	Simple
90	<b>Cidade</b>	<b>Carmópolis</b>	Mariotopônimo	LP	Simple
91	Povoado	Aguada	Hidrotopônimo	LP	Simple
92	<b>Cidade</b>	<b>Cedro de São João</b>	Fitotopônimo	LP	Composta
93	Povoado	Poço dos Bois	Hidrotopônimo	LP	Composta
94	<b>Cidade</b>	<b>Cristinápolis</b>	Antropotopônimo	LP	Simple
95	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA São Francisco	Hagiotopônimo	LP	Composta
96	Povoado	Colônia Cristinápolis	Poliotopônimo	LP	Composta
97	<b>Cidade</b>	<b>Cumbe</b>	Ergotopônimo	LB	Simple
98	Povoado	Forte	Ecotopônimo	LP	Simple
99	Povoado	Saco Grande	Ergotopônimo	LP	Composta
100	Povoado	Bravo Urubu	Animotopônimo	LP	Composta
101	Povoado	Sucupira	Fitotopônimo	LT	Simple
102	<b>Cidade</b>	<b>Divina Pastora</b>	Mariotopônimo	LP	Composta
103	Povoado	Bonfim	Animotopônimo	LP	Simple
104	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Flor do Mucuri 1	Fitotopônimo	LP + LT	Composta
105	Povoado	Maniçoba	Fitotopônimo	LT	Simple
106	<b>Cidade</b>	<b>Estância</b>	Sociotopônimo	LP	Simple
107	AUI	Litoral	Geomorfotopônimo	LP	Simple
108	Povoado	Colônia Estancinha	Poliotopônimo	LP	Composta
109	Povoado	Colônia Entre-Rios	Poliotopônimo	LP	Composta
110	Lugarejo	Conjunto Albano Franco	Poliotopônimo	LP	Composta
111	Povoado	Colônia Vertente	Poliotopônimo	LP	Composta
112	<b>Cidade</b>	<b>Feira Nova</b>	Sociotopônimo	LP	Composta
113	<b>Cidade</b>	<b>Frei Paulo</b>	Axiotopônimo	LP	Composta
114	Povoado	Mocambo	Ecotopônimo	LB	Simple
115	Povoado	Alagadiço	Hidrotopônimo	LP	Simple
116	Povoado	Serra Redonda	Geomorfotopônimo	LP	Composta
117	Povoado	Catuabo	Fitotopônimo	LT	Simple
118	<b>Cidade</b>	<b>Gararu</b>	Antropotopônimo	LT	Simple
119	Povoado	Lagoa Primeira	Hidrotopônimo	LP	Composta

120	Povoado	Lagoa do Porco	Hidrotopônimo	LP	Composta
121	Povoado	Jenipatuba	Fitotopônimo	LT	Simples
122	Vila	Lagoa Funda	Hidrotopônimo	LP	Composta
123	Vila	São Mateus da Palestina	Hagiotopônimo	LP	Composta
124	Povoado	Palestina	Corotopônimo	LP	Simples
125	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Cachoeirinha	Hidrotopônimo	LP	Composta
126	<b>Cidade</b>	<b>General Maynard</b>	Axiotopônimo	LP + LF	Composta
127	Povoado	Pinga Fogo	Dirrematopônimo	LP	Composta
128	<b>Cidade</b>	<b>Gracho Cardoso</b>	Antropotopônimo	LP	Composta
129	<b>Cidade</b>	<b>Ilha das Flores</b>	Geomorfotopônimo	LP	Composta
130	Povoado	Aroeiras	Fitotopônimo	LP	Simples
131	Povoado	Jenipapo	Fitotopônimo	LP	Simples
132	Povoado	Serrão	Geomorfotopônimo	LP	Simples
133	<b>Cidade</b>	<b>Indiaroba</b>	Fitotopônimo	LT	Simples
256	Povoado	Betume	Litotopônimo	LP	Simples
135	Povoado	Pontal	Geomorfotopônimo	LP	Simples
136	Povoado	Convento	Ecotopônimo	LP	Simples
137	Povoado	Preguiça	Zootopônimo	LP	Simples
138	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Sete Brejos	Geomorfotopônimo	LP	Composta
139	Povoado	Colônia Retiro	Poliotopônimo	LP	Composta
140	Povoado	Colônia Sergipe	Poliotopônimo	LP	Composta
141	Povoado	Botequim	Sociotopônimo	LP	Simples
142	Povoado	Saguim	Zootopônimo	LP	Simples
143	<b>Cidade</b>	<b>Itabaiana</b>	Sociotopônimo	LT	Simples
144	Povoado	Sobrado	Ecotopônimo	LP	Simples
145	Povoado	Cabeça do Russo	Somatotopônimo	LP	Composta
163	<b>Cidade</b>	<b>Itabi</b>	Litotopônimo	LT	Simples
147	Povoado	Agrovila	Ecotopônimo	LP	Simples
148	Povoado	Bom Jardim	Animotopônimo	LP	Composta
149	Povoado	Rio das Pedras	Hidrotopônimo	LP	Composta
150	Povoado	Mangabeira	Fitotopônimo	LP	Simples
151	Povoado	Ribeira	Geomorfotopônimo	LP	Simples
152	Povoado	Mangueira	Fitotopônimo	LP	Simples
153	Povoado	Cajaíba	Fitotopônimo	LP	Simples
154	Povoado	Carrilho	Fitotopônimo	LP	Simples
155	Lugarejo	Taboca	Fitotopônimo	LT	Simples
156	Povoado	São José	Hagiotopônimo	LP	Composta
157	<b>Cidade</b>	<b>Itabaianinha</b>	Corotopônimo	LT + LP	Simples
158	Povoado	Dispensa	Ergotopônimo	LP	Simples
159	Povoado	Jardim	Fitotopônimo	LP	Simples
160	Povoado	Ilha	Geomorfotopônimo	LP	Simples
161	Povoado	Poxica	Dirrematopônimo	LP	Simples
162	Povoado	Vermelho	Cromotopônimo	LP	Simples

199	Lugarejo	Itaperinha	Litotopônimo	LT + LP	Simple
164	Povoado	Mata Grande	Fitotopônimo	LP	Composta
279	Povoado	Itapicuru	Litotopônimo	LT	Simple
166	Lugarejo	Nó Cego	Dirrematopônimo	LP	Composta
167	Povoado	Salvador	Hierotopônimo	LP	Simple
168	Povoado	Camaçari Mirim	Fitotopônimo	LT	Composta
169	Povoado	Campos	Geomorfotopônimo	LP	Simple
170	Povoado	Tapera	Ecotopônimo	LT	Simple
171	Povoado	Ipanema	Hidrotopônimo	LT	Simple
172	Projeto de Assentamento	Agroviola do PA 8 de Março	Historiotopônimo	LP	Composta
173	Povoado	Gravatá	Fitotopônimo	LP	Simple
174	Povoado	Sapê	Fitotopônimo	LP	Simple
175	AUI	Caueira	N/C	LP	Simple
176	Projeto de Assentamento	Agroviola do PA Dorcelina Folador	Antropotopônimo	LP	Composta
177	Povoado	Costa do Pau d'Arco	Geomorfotopônimo	LP	Composta
178	Lugarejo	Nova Descoberta - Canecão	Ergotopônimo	LP	Composta
179	Povoado	Nova Descoberta	Animotopônimo	LP	Composta
180	Povoado	Duro	Ergotopônimo	LP	Simple
181	Lugarejo	Tejupeba	Zootopônimo	LT	Simple
182	<b>Cidade</b>	<b>Japarutuba</b>	Antropotopônimo	LT	Simple
183	Povoado	Encruzilhada	Hodotopônimo	LP	Simple
184	Povoado	Sibalde	Antropotopônimo	LP	Simple
185	Povoado	Várzea Verde	Geomorfotopônimo	LP	Composta
186	Povoado	Badajós	N/C	N/C	Simple
187	Povoado	Sapucaia	Fitotopônimo	LP	Simple
188	Povoado	São José da Caatinga	Hagiotopônimo	LP + LT	Composta
189	Povoado	Patioba	Fitotopônimo	LT	Simple
190	<b>Cidade</b>	<b>Japoatã</b>	Antropotopônimo	LP	Simple
191	Povoado	Tatu	Zootopônimo	LP	Simple
192	Povoado	Ladeiras	Hodotopônimo	LP	Simple
193	Núcleo	Usina Santana	Sociotopônimo	LP	Composta
194	Povoado	Estiva dos Paus	Ergotopônimo	LP	Composta
195	Povoado	Poxim	Hidrotopônimo	LT	Simple
196	Povoado	Espinheiro	Fitotopônimo	LP	Simple
197	Projeto de Assentamento	Agroviola do PA Ladeiras A	Hodotopônimo	LP	Composta
198	<b>Cidade</b>	<b>Lagarto</b>	Antropotopônimo	LP	Simple
165	<b>Cidade</b>	<b>Itaporanga d'Ajuda</b>	Litotopônimo	LT + LP	Composta
200	Povoado	Rio Fundo	Hidrotopônimo	LP	Composta
201	Povoado	Mariquita de Cima	Antropotopônimo	LP	Composta
202	Povoado	Olhos-d'Água	Hidrotopônimo	LP	Composta

203	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Antonio Conselheiro	Antropotopônimo	LP	Composta
204	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Che Guevara - Tapera do Nico	Antropotopônimo	LEsp	Composta
205	Povoado	Jenipapo	Fitotopônimo	LP	Simple
206	Lugarejo	São Francisco	Hagiotopônimo	LP	Composta
207	Povoado	Araçá	Fitotopônimo	LT	Simple
208	Povoado	Estancinha	Sociotopônimo	LP	Simple
209	Povoado	Gravatá	Fitotopônimo	LP	Simple
210	Lugarejo	Campo Novo	Geomorfotopônimo	LP	Composta
211	Povoado	Brasília	Corotopônimo	LP	Simple
212	Povoado	Açuzinho	Dimensiotopônimo	LT + LP	Simple
213	Povoado	Colônia Treze	Poliotopônimo	LP	Composta
214	Povoado	Brejo	Geomorfotopônimo	LP	Simple
215	Povoado	Tanque	Ergotopônimo	LP	Simple
216	Povoado	Campo do Crioulo	Geomorfotopônimo	LP	Composta
217	Povoado	Pindoba	Fitotopônimo	LT	Simple
218	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA 22 de Novembro	Historiotopônimo	LP	Composta
219	Povoado	Oiteiros	Geomorfotopônimo	LP	Simple
220	Povoado	Pururuca	Fitotopônimo	LP	Simple
221	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Mártires d'Eldorado	Historiotopônimo	LP	Composta
222	<b>Cidade</b>	<b>Laranjeiras</b>	Fitotopônimo	LP	Simple
223	Povoado	Bom Jesus	Hierotopônimo	LP	Composta
224	Núcleo	Usina São José do Pinheiro	Sociotopônimo	LP	Composta
225	<b>Cidade</b>	<b>Macambira</b>	Fitotopônimo	LT	Simple
268	Povoado	Lajes	Litotopônimo	LP	Simple
227	<b>Cidade</b>	<b>Malhada dos Bois</b>	Sociotopônimo	LP	Composta
228	Povoado	Cruz da Donzela	Hierotopônimo	LP	Composta
229	<b>Cidade</b>	<b>Malhador</b>	Sociotopônimo	LP	Simple
230	Povoado	Adique	Hidrotopônimo	LP	Simple
231	Povoado	Poço Terreiro	Hidrotopônimo	LP	Composta
232	Povoado	Alecrim	Fitotopônimo	LP	Simple
233	Povoado	Tábua	Ergotopônimo	LP	Simple
234	Povoado	Palmeira	Fitotopônimo	LP	Simple
235	Povoado	Saco Torto	Ergotopônimo	LP	Composta
236	<b>Cidade</b>	<b>Maruim</b>	Zootopônimo	LT	Simple
237	Povoado	Pau Ferro	Fitotopônimo	LP	Composta
238	Povoado	Mata de São José	Fitotopônimo	LP	Composta
239	Povoado	Caititu	Zootopônimo	LT	Simple
240	Povoado	Oiteiros	Geomorfotopônimo	LP	Simple
241	<b>Cidade</b>	<b>Moita Bonita</b>	Fitotopônimo	LP	Composta

242	Povoado	Candeias	Fitotopônimo	LP	Simple
243	Povoado	Capunga	Fitotopônimo	LT	Simple
244	<b>Cidade</b>	<b>Monte Alegre de Sergipe</b>	Geomorfotopônimo	LP + LT	Composta
245	Povoado	Lagoa do Roçado	Hidrotopônimo	LP	Composta
246	Povoado	Maravilha	Animotopônimo	LP	Simple
247	Povoado	Baixa da Coxa	Geomorfotopônimo	LP	Composta
248	<b>Cidade</b>	<b>Muribeca</b>	Antropotopônimo	LT	Simple
305	<b>Cidade</b>	<b>Pedra Mole</b>	Litotopônimo	LP	Composta
250	Povoado	Pau Alto	Fitotopônimo	LP	Composta
251	Povoado	Arrodiador	Sociotopônimo	LP	Simple
252	Povoado	Saco das Varas	Ergotopônimo	LP	Composta
253	Povoado	Fluvião	Hidrotopônimo	LP	Simple
254	Povoado	Visgueiro	Fitotopônimo	LP	Simple
255	<b>Cidade</b>	<b>Neópolis</b>	Cronotopônimo	LP	Simple
82	Vila	Pedras	Litotopônimo	LP	Simple
257	Povoado	Alto de Santo Antônio	Geomorfotopônimo	LP	Composta
258	Povoado	Tapera	Ecotopônimo	LP	Simple
259	Povoado	Fazendinha	Sociotopônimo	LP	Simple
260	Povoado	Flor do Brejo	Fitotopônimo	LP	Composta
261	Povoado	Mundéu da Onça	Ergotopônimo	LP	Composta
262	Povoado	Tenórios	Antropotopônimo	LP	Simple
263	Povoado	Mussuípe	Zootopônimo	LT	Simple
264	Povoado	Pindoba	Fitotopônimo	LT	Simple
265	Povoado	Novo Horizonte	Animotopônimo	LP	Composta
266	<b>Cidade</b>	<b>Nossa Senhora Aparecida</b>	Mariotopônimo	LP	Composta
267	Povoado	Cruz das Graças	Hierotopônimo	LP	Composta
249	Povoado	Pedras	Litotopônimo	LP	Simple
269	<b>Cidade</b>	<b>Nossa Senhora da Glória</b>	Mariotopônimo	LP	Composta
270	Povoado	Angico	Fitotopônimo	LP	Simple
271	Povoado	Lagoa Bonita	Hidrotopônimo	LP	Composta
272	Povoado	São Clemente	Hagiotopônimo	LP	Composta
273	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Fortaleza	Animotopônimo	LP	Composta
274	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Nossa Senhora de Lourdes	Mariotopônimo	LP	Composta
275	<b>Cidade</b>	<b>Nossa Senhora das Dores</b>	Mariotopônimo	LP	Composta
276	Povoado	Cruzes	Hierotopônimo	LP	Simple
277	Povoado	Campo Grande	Geomorfotopônimo	LP	Composta
278	Povoado	Borda da Mata	Cardinotopônimo	LP	Composta
410	Povoado	Pedreiras	Litotopônimo	LP	Simple
280	Povoado	Gado Bravo do Sul	Zootopônimo	LP	Composta



281	Povoado	Taboca	Fitotopônimo	LT	Simple
282	Povoado	Sucupira	Fitotopônimo	LT	Simple
283	Povoado	Bravo Urubu	Animotopônimo	LP	Composta
284	Povoado	Sapé	Fitotopônimo	LT	Simple
285	Povoado	Carro Quebrado	Ergotopônimo	LP	Composta
286	<b>Cidade</b>	<b>Nossa Senhora de Lourdes</b>	Mariotopônimo	LP	Composta
287	Povoado	Escurial	Fitotopônimo	LP	Simple
288	Povoado	Carro Quebrado	Ergotopônimo	LP	Composta
289	<b>Cidade</b>	<b>Nossa Senhora do Socorro</b>	Mariotopônimo	LP	Composta
290	AUI	Complexo Taiçoca	Poliotopônimo	LP + LT	Composta
291	AUI	Complexo Jardim	Poliotopônimo	LP	Composta
292	Povoado	Camaratuba	Fitotopônimo	LT	Simple
293	<b>Cidade</b>	<b>Pacatuba</b>	Antropotopônimo	LT	Simple
294	Povoado	Estiva do Raposo	Ergotopônimo	LP	Composta
295	Povoado	Ponta d'Areia	Geomorfotopônimo	LP	Composta
296	Povoado	Rancho	Sociotopônimo	LP	Simple
297	Povoado	Ponta dos Mangues	Geomorfotopônimo	LP	Composta
298	Povoado	Fazenda Nova	Sociotopônimo	LP	Composta
299	Povoado	Cobra d'Água	Zootopônimo	LP	Composta
300	Povoado	Timbó	Fitotopônimo	LT	Simple
301	Povoado	Cruiri	Fitotopônimo	LT	Simple
302	Povoado	Nossa Senhora Santana	Mariotopônimo	LP	Composta
303	Projeto de Assentamento	Agrovia do PA Independência Nossa Senhora do Carmo	Animotopônimo	LP	Composta
304	Lugarejo	Siqueira	Antropotopônimo	LP	Simple
30	Povoado	Pedrinhas	Litotopônimo	LP	Simple
306	Povoado	Manuíno	Zootopônimo	LEsp	Simple
307	Povoado	Tapado	Hidrotopônimo	LP	Simple
308	Povoado	Gravatá	Fitotopônimo	LP	Simple
309	<b>Cidade</b>	<b>Pedrinhas</b>	Litotopônimo	LP	Simple
310	<b>Cidade</b>	<b>Pinhão</b>	Fitotopônimo	LP	Simple
311	Projeto de Assentamento	Agrovia do PA Vaza Barris	Dirrematopônimo	LP	Composta
312	<b>Cidade</b>	<b>Pirambu</b>	Zootopônimo	LT	Simple
313	Povoado	Marimondo	Zootopônimo	LB	Simple
387	Povoado	Piçarreira	Litotopônimo	LP	Simple
315	Lugarejo	Catinguinhas	Fitotopônimo	LT + LP	Simple
316	Povoado	Aguilhadas	Ergotopônimo	LP	Simple
317	Povoado	Alagamar	Dirrematopônimo	LP	Simple
318	Povoado	Santa Isabel	Hagiotopônimo	LP	Composta
319	Lugarejo	Aningas	Fitotopônimo	LT	Simple
320	Povoado	Lagoa Redonda	Hidrotopônimo	LP	Composta

321	<b>Cidade</b>	<b>Poço Redondo</b>	Hidrotopônimo	LP	Composta
322	Povoado	Curralinho	Sociotopônimo	LP	Simple
323	Povoado	Bonsucesso	Animotopônimo	LP	Simple
324	Povoado	Sítios Novos	Sociotopônimo	LP	Composta
325	Povoado	Santa Rosa do Ermírio	Hagiotopônimo	LP	Composta
326	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Cajueiro	Fitotopônimo	LP	Composta
327	Povoado	Umbuzeiro do Matuto	Fitotopônimo	LP	Composta
328	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Queimada Grande	Sociotopônimo	LP	Composta
329	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Nova Canadá	Cronotopônimo	LP	Composta
330	Lugarejo	Guia	Animotopônimo	LP	Simple
331	<b>Cidade</b>	<b>Poço Verde</b>	Hidrotopônimo	LP	Composta
332	Povoado	São José	Hagiotopônimo	LP	Composta
333	Povoado	Tabuleirinho	Geomorfotopônimo	LP	Simple
334	Povoado	Saco do Camisa	Ergotopônimo	LP	Composta
335	Povoado	Rio Real	Hidrotopônimo	LP	Composta
336	Povoado	Junco	Fitotopônimo	LP	Simple
337	<b>Cidade</b>	<b>Porto da Folha</b>	Sociotopônimo	LP	Composta
338	Povoado	Lagoa do Rancho	Hidrotopônimo	LP	Composta
339	Povoado	Lagoa da Volta	Hidrotopônimo	LP	Composta
340	Povoado	Linda França	Animotopônimo	LP	Composta
341	Povoado	Mucambo	Ecotopônimo	LB	Simple
342	Aldeia Indígena	Aldeia Indígena TI Xocó da Ilha de São Pedro	Etnotopônimo	Kiriri + LP	Composta
343	Povoado	Lagoa Redonda	Hidrotopônimo	LP	Composta
344	Povoado	Umbuzeiro do Matuto	Fitotopônimo	LP	Composta
345	Povoado	Niterói	Corotopônimo	LT	Simple
346	Povoado	Ilha do Ouro	Geomorfotopônimo	LP	Composta
347	<b>Cidade</b>	<b>Propriá</b>	Ergotopônimo	LT	Composta
348	Povoado	Santa Cruz	Hierotopônimo	LP	Composta
349	Povoado	Boa Esperança	Animotopônimo	LP	Composta
350	Povoado	São Miguel	Hagiotopônimo	LP	Composta
351	Povoado	São Vicente	Hagiotopônimo	LP	Composta
352	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Padre Cícero	Axiotopônimo	LP	Composta
353	<b>Cidade</b>	<b>Riachão do Dantas</b>	Hidrotopônimo	LP	Composta
354	Povoado	Tanque Novo	Ergotopônimo	LP	Composta
355	Povoado	Bonfim	Animotopônimo	LP	Simple
356	Vila	Palmares	Fitotopônimo	LP	Simple
357	Povoado	Forras	Ergotopônimo	LP	Simple
358	<b>Cidade</b>	<b>Riachuelo</b>	Historiotopônimo	LEsp	Simple

359	Núcleo	Central	Cardinotopônimo	LP	Simple
360	Lugarejo	Bela Vista (Quebra Chifre)	Animotopônimo	LP	Composta
361	<b>Cidade</b>	<b>Ribeirópolis</b>	Antropotopônimo	LP	Simple
362	Povoado	Esteio	Ergotopônimo	LP	Simple
363	Povoado	Serra do Machado	Geomorfotopônimo	LP	Composta
364	Povoado	João Ferreira	Antropotopônimo	LP	Composta
365	Povoado	Fazendinha	Sociotopônimo	LP	Simple
366	Povoado	Lagoa d'Água	Hidrotopônimo	LP	Composta
367	<b>Cidade</b>	<b>Rosário do Catete</b>	Mariotopônimo	LP + LT	Composta
368	Povoado	Siririzinho	Corotopônimo	LT + LP	Simple
369	<b>Cidade</b>	<b>Salgado</b>	Litotopônimo	LP	Simple
370	Povoado	Quebrada IV	Geomorfotopônimo	LP	Composta
371	Povoado	Tombo	Sociotopônimo	LP	Simple
372	Povoado	Matata	N/C	N/C	Simple
373	Povoado	Água Fria	Hidrotopônimo	LP	Composta
374	Povoado	São Bento de Baixo	Hagiotopônimo	LP	Composta
375	Povoado	São Bento de Cima (São Raimundo)	Hagiotopônimo	LP	Composta
376	Povoado	Saco Encantado	Ergotopônimo	LP	Composta
377	<b>Cidade</b>	<b>Santa Luzia do Itanhy</b>	Hagiotopônimo	LP + LT	Composta
378	Povoado	Rua da Palha	Hodotopônimo	LP	Composta
379	Povoado	Crasto	Antropotopônimo	LP	Simple
380	Povoado	Cajazeiras	Fitotopônimo	LP	Simple
381	Lugarejo	Taboa de Baixo	Fitotopônimo	LP	Composta
382	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Vitória da União	Animotopônimo	LP	Composta
383	Povoado	Pau Torto	Fitotopônimo	LP	Composta
384	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Maria Cleonice Alves	Antropotopônimo	LP	Composta
385	Povoado	Botequim	Sociotopônimo	LP	Simple
386	Lugarejo	Riacho do Marco	Hidrotopônimo	LP	Composta
426	Povoado	Salobra	Litotopônimo	LP	Simple
463	Povoado	Tauá	Litotopônimo	LT	Simple
389	AUI	Cambuí	Fitotopônimo	LT	Simple
390	<b>Cidade</b>	<b>Santana do São Francisco</b>	Hagiotopônimo	LP	Composta
391	Povoado	Saúde	Mariotopônimo	LP	Simple
392	Povoado	Brejo da Conceição	Geomorfotopônimo	LP	Composta
393	<b>Cidade</b>	<b>Santa Rosa de Lima</b>	Hagiotopônimo	LP	Composta
394	Povoado	Cana-Brava	Fitotopônimo	LP	Composta
134	Povoado	Terra Caída	Litotopônimo	LP	Composta
396	Povoado	Lagoa do Carão	Hidrotopônimo	LP	Composta

397	<b>Cidade</b>	<b>Santo Amaro das Brotas</b>	Hagiotopônimo	LP	Composta
398	Povoado	Flecheiras	Fitotopônimo	LP	Simple
399	Povoado	Aldeia	Ecotopônimo	LP	Simple
400	Povoado	Sapê	Fitotopônimo	LP	Simple
401	<b>Cidade</b>	<b>São Cristóvão</b>	Hagiotopônimo	LP	Composta
402	Povoado	Rita Cacete	Antropotopônimo	LP	Composta
403	AUI	Rosa Elze	Antropotopônimo	LP	Composta
404	Lugarejo	Parque Santa Rita	Sociotopônimo	LP	Composta
405	Lugarejo	Country Club	Sociotopônimo	LI	Composta
406	Lugarejo	Recanto dos Passarinhos	Animotopônimo	LP	Composta
407	Projeto de Assentamento	Agroviola do PA Florestan Fernandes	Antropotopônimo	LP	Composta
408	Povoado	Cardoso	Antropotopônimo	LP	Simple
409	Povoado	Tinharé	Geomorfotopônimo	LP	Simple
76	Povoado	Terra Dura	Litotopônimo	LP	Composta
411	Lugarejo	Currálinho	Sociotopônimo	LP	Simple
412	Povoado	Cabrita	Zootopônimo	LP	Simple
413	<b>Cidade</b>	<b>São Domingos</b>	Hagiotopônimo	LP	Composta
414	<b>Cidade</b>	<b>São Francisco</b>	Hagiotopônimo	LP	Composta
415	<b>Cidade</b>	<b>São Miguel do Aleixo</b>	Hagiotopônimo	LP	Composta
416	Projeto de Assentamento	Agroviola do PA Paraíso de São Pedro	Animotopônimo	LP	Composta
417	Povoado	Lagoa dos Tamborins	Hidrotopônimo	LP	Composta
418	<b>Cidade</b>	<b>Simão Dias</b>	Antropotopônimo	LP	Composta
419	Projeto de Assentamento	Agroviola do PA 8 de Outubro	Historiotopônimo	LP	Composta
420	Povoado	Pastinho	Fitotopônimo	LP	Simple
421	Povoado	Pau-de-Leite	Fitotopônimo	LP	Composta
422	Povoado	Curral dos Bois	Sociotopônimo	LP	Composta
423	Povoado	São Domingos	Hagiotopônimo	LP	Composta
424	Povoado	Brinquinho	Ergotopônimo	LP	Simple
425	Povoado	Coração de Maria	Hierotopônimo	LP	Composta
146	Povoado	Terra Dura	Litotopônimo	LP	Composta
427	<b>Cidade</b>	<b>Siriri</b>	Antropotopônimo	LT	Simple
428	Povoado	Siririzinho	Corotopônimo	LT + LP	Simple
429	Povoado	Lagoa Grande	Hidrotopônimo	LP	Composta
430	Povoado	Castanhal	Fitotopônimo	LP	Simple
431	Povoado	Fazendinha de Cima	Sociotopônimo	LP	Composta
432	<b>Cidade</b>	<b>Telha</b>	Ergotopônimo	LP	Simple
433	Povoado	São Pedro (Saco Comprido)	Hagiotopônimo	LP	Composta

434	<b>Cidade</b>	<b>Tobias Barreto</b>	Antropotopônimo	LP	Composta
435	Povoado	Nova Brasília	Cronotopônimo	LP	Composta
436	Povoado	Capitão	Axiotopônimo	LP	Simples
437	Povoado	Campestre do Abreu	Geomorfotopônimo	LP	Composta
438	Povoado	Barriga	Somatotopônimo	LP	Simples
439	Povoado	Fontinha	Hidrotopônimo	LP	Simples
440	Povoado	Jabeberi	Zootopônimo	LT	Simples
441	Povoado	Agrovila	Ecotopônimo	LP	Simples
442	Povoado	Campo Pequeno	Geomorfotopônimo	LP	Composta
443	Lugarejo	Cancelão	Ergotopônimo	LP	Simples
444	Povoado	Candeias	Fitotopônimo	LP	Simples
445	Povoado	Roma	Corotopônimo	LP	Simples
446	Povoado	Riacho Fundo	Hidrotopônimo	LP	Composta
447	Povoado	Saquinho	Ergotopônimo	LP	Simples
448	Vila	Samambaia	Fitotopônimo	LT	Simples
449	Povoado	Pilão	Ergotopônimo	LP	Simples
450	Povoado	Poço da Clara	Hidrotopônimo	LP	Composta
451	Povoado	Montes Coelhos	Geomorfotopônimo	LP	Composta
452	Povoado	Alagoinhas	Hidrotopônimo	LP	Simples
453	Povoado	Curtume	Sociotopônimo	LP	Simples
454	Povoado	Pedra de Amolar	Ergotopônimo	LP	Composta
455	Lugarejo	Novo Marimbondo	Cronotopônimo	LP + LB	Composta
456	<b>Cidade</b>	<b>Tomar do Geru</b>	Corotopônimo	LP + Kiriri	Composta
457	Povoado	Campo Grande	Geomorfotopônimo	LP	Composta
458	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Serra do Rio Real	Geomorfotopônimo	LP	Composta
459	<b>Cidade</b>	<b>Umbaúba</b>	Fitotopônimo	LT	Simples
460	Projeto de Assentamento	Agrovila do PA Mangabeira	Fitotopônimo	LP	Composta
461	Lugarejo	Queimada Grande	Sociotopônimo	LP	Composta
462	Lugarejo	Estiva	Ergotopônimo	LP	Simples
56	Povoado	Terra Vermelha	Litotopônimo	LP	Composta
464	Povoado	Matinha	Fitotopônimo	LP	Simples